

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAULO HENRIQUE FONTES CADENA

**O VICE-REI: PEDRO DE ARAÚJO LIMA E A GOVERNANÇA DO
BRASIL NO SÉCULO XIX**

RECIFE
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAULO HENRIQUE FONTES CADENA

**O VICE-REI: PEDRO DE ARAÚJO LIMA E A GOVERNANÇA DO BRASIL NO
SÉCULO XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcus J. M. de Carvalho

RECIFE
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

C122v Cadena, Paulo Henrique Fontes.
O vice-rei : Pedro de Araújo Lima e a governança no Brasil no século XIX
/ Paulo Henrique Fontes Cadena. – 2018.
326 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcus J. M. de Carvalho.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2018.
Inclui referências e anexo.

1. Brasil - História. 2. Brasil – História – Império, 1822-1889. 3. Brasil –
História – Regência, 1831-1840. 4. Brasil – Política e governo – Séc. XIX. 5.,
Olinda, Pedro de Araújo Lima, Marquês de, 1793-1870. I. Carvalho, Marcus J.
M. de (Orientador). II. Título

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-063)

Paulo Henrique Fontes Cadena

O VICE-REI:

PEDRO DE ARAÚJO LIMA E A GOVERNANÇA DO BRASIL NO SÉCULO XIX

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **23/02/2018**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho
Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves
Membro Titular Externo (Universidade Estadual do Maranhão)

Prof. Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara
Membro Titular Externo (Universidade Estadual de Pernambuco)

Prof.^a Dr.^a Maria Emilia Vasconcelos dos Santos
Membro Titular Externo (Universidade Católica de Pernambuco)

Aos meus pais, Theodorico e Sônia.

AGRADECIMENTOS

Mesmo que uma tese seja escrita por sujeito único, ela vem com os traços daqueles que passaram por nós e, de alguma forma, deixaram-nos expressão.

Nesse tempo, o nosso orientador Marcus Carvalho foi a peça fundamental a girar as engrenagens do texto. As conversas frutificavam ao sabor do que líamos nas fontes e expressávamos.

À banca de qualificação terei dívida eterna. Marcelo Cheche Galves deixou seus afazeres na UEMA para ler – muito atentamente – um texto chato e repleto de citações. E ainda teve o trabalho de vir até Recife participar da banca. Cristiano Christillino veio da Paraíba com o carinho e atenção de sempre. A atenção de Cristiano chega a ser desconcertante nos dias de relacionamentos humanos sem sentimentos. Bruno Câmara deixou Garanhuns e suas aulas para nos dar, de perto, o apoio, que também vinha das redes sociais. Também agradeço a leitura de Maria Emília Vasconcelos, que sempre se interessou em nos perguntar sobre o andamento das nossas pesquisas. Quando nos encontrávamos na sala de Marcus havia sempre um pouco de festa.

Na minha vida acadêmica fui rodeado de gente que me fazia pensar e agir melhor. Virgínia Almoedo é a personificação da ternura. Além de ter sido ela quem me ensinou paleografia ainda na graduação. Suzana Cavani discutiu em muitos congressos e mesas, e também particularmente, tantos postos da pesquisa. Tanya Brandão sempre apresentou suas preocupações com o andamento do trabalho. Marília Ribeiro me encontrava nos cafés, meio louco, procurando as melhores palavras para algumas frases, ou buscando livros nas livrarias.

Os congressos me presentearam com o núcleo Icó-Crato-Juazeiro. Jucieldo Alexandre leu essa tese quantas vezes pode. Ajudou com alguns livros e apoio quando estava meio sem ânimo para continuar. Junto com Priscilla Régis me recebeu em Icó para discutir alguns pontos que ainda estavam sendo construídos. Nos cursos que pude dar no IESA-UFCA, no grupo de trabalho no Simpósio Internacional Padre Cícero, me senti um pouco mais vivo nesse mundo acadêmico.

Aline de Biase me acompanhou algumas vezes na solidão da pesquisa no IHGB e nas ruas do Rio de Janeiro. Entre um tempo e outro, Lídia Rafaela aparecia com o seu século XIX afobado e festeiro, trazido pelas águas da barca que cruzava o caminho entre Rio e Niterói.

Amanda Barlavento me acompanhou inúmeras vezes no APEJE da Imperial. E quando não dava pesquisa, a gente andava a rua Imperial até o Carmo.

Agradeço a George Cabral pelo atencioso atendimento de sempre no IAHP. Também Galvão sempre nos recebeu da melhor forma possível. No IHGB, a gratidão vai além da atenção dos funcionários. Agradecemos, nominalmente, o cuidado de Pedro Tórtima e Maura Corrêa e Castro com os consulentes presentes na sala de leitura.

A Pós-Graduação em História vem representada pela doce atenção de Sandra Regina Albuquerque e pelo apoio de Patrícia Campello. Obrigado por facilitarem minha vida nos momentos mais desesperadores quanto às atividades administrativas com os tantos relatórios que deveria entregar.

Também havia vida fora da universidade e dos arquivos. Robson Pereira me ensinou a ser um pouco mais paciente comigo e me cobrar menos. Foi através dele que consegui comprar vários livros que pedi entre Espanha, México e Portugal. Dividiu uns dias no Rio e a maioria dos de Recife. Através dele pude ter por perto pessoas que me ensinaram o tempo da espera, como Bruno Arruda.

Aos meus pais, que continuam sendo o meu porto, eu não conseguiria dizer o quanto sou grato. Mesmo sem compreenderem muito bem o que eu faço, eles gostam de observar e saber que estou produzindo alguma coisa. O amor deles é que me faz concluir todos os meus começos. Sem eles eu não seria nada, nem esse pouquinho que consigo ser hoje.

Muita gente acha que a fé e seus mistérios não devem vir expressos em trabalhos acadêmicos. Entretanto, penso que tudo que fazemos é expressão do Espírito. Esse trabalho e minha vida são “Ad Majorem Dei Gloriam”, como ensinou S. Inácio de Loyola.

Essa pesquisa foi financiada pela FACEPE, a quem agradeço.

Deveis sentir, Marquês, imenso gáudio contemplando vossa obra. Enchestes com o vosso nome o livro do segundo reinado: rara é a página em que não figure ele no alto. Estreastes regente; era natural que acabásseis vice-rei. Poder moderador responsável, cobrindo o poder moderador irresponsável, representais o tronco rugoso e vetusto de oculta e possante estirpe.

Quem o dissera?

O ancião, carregado de anos, mais velho que o século e o império já fatigado das lutas ardentes, sobrepujou uma plêiade de varões fortes, ainda robustos na idade e talento. Enquanto estes truncavam por um pânico incompreensível o livro de sua vida ilustre, o ancião abriu nova era a uma existência que parecia já selada, como um testamento, para a história. [...] Vosso orgulho deve estar satisfeito; mas a consciência há de ter sofrido lanhos profundos, daqueles que nunca cicatrizam.

(José de Alencar. Cartas de Erasmo.)

RESUMO

O trabalho “O Vice-Rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX” tem por objetivo principal apresentar uma biografia de Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda. Ela não é completa, indo do nascimento à morte. Não trabalhamos todos os percursos e fases políticas do personagem; mas, nos ocupamos em estudar detalhadamente as relações dos familiares do biografado, e dele mesmo, com os negociantes de escravos nas décadas de 1810 e 1820 para chegarmos à conclusão de que, no início da vida pública, Pedro de Araújo Lima foi alavancado politicamente por esse grupo: nenhum dos seus biógrafos fez isso. Assumindo vaga nas Cortes de Lisboa, faz as primeiras conduções políticas, podendo, então, barganhar mais espaço com os comerciantes e outros políticos. Aos poucos, conseguirá ser independente nos jogos da Corte brasileira, mantendo relações com os ex-integrantes das Cortes de Lisboa, bacharéis coimbrãos, bacharéis dos cursos jurídicos brasileiros e traficantes de escravos. Em 1837, no início da sua regência, já é um homem influente no Império do Brasil. E como havia interesse pessoal no tráfico de cativos, fazia vista grossa às entradas ilegais. A partir daí, só cresceria seu poder, sendo conhecido como “Vice-Rei”. Assim, quando chegarem as décadas de 1850 e 1860, ele será aquele que, após acumular tanta gente dependendo de si, fará o partido do Imperador. Será a segunda pessoa mais importante do Império do Brasil, ficando atrás, apenas, de D. Pedro II. Para chegarmos às nossas conclusões, utilizamos os documentos do Arquivo Marquês de Olinda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Arquivo Visconde de Camaragibe do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com os diversos periódicos e Anais do Parlamento Brasileiro. No decorrer da pesquisa, outros arquivos foram consultados.

Palavras-chave: Brasil Império. Período Regencial. Política. Século XIX.

ABSTRACT

This paper "The Viceroy: Pedro de Araújo Lima and the government of Brazil in the XIX century" has as main objective to present a biography of Pedro de Araújo Lima, the Marquês of Olinda. It is not going from birth to death, so it's not a complete biography. We do not work all the political paths and phases of the character; but we have studied in detail the relations of the family of the biographer and himself with the slave traders during the 1810s and 1820s to arrive at the conclusion that, at the beginning of public life, Pedro de Araújo Lima was politically leveraged by this group: none of his biographers have identified this. Assuming a place in the Lisbon Courts, he makes the first political conducts, being able to bargain more space with merchants and other politicians. Gradually, he will be able to be independent in the games of the Brazilian Court, maintaining relations with the former members of the Cortes de Lisboa, bachelors coimbrãos, bachelors of the Brazilian legal courses and slave traffickers. In 1837, at the beginning of his regency, already is a man influential in the Empire of Brazil. And since there was a personal interest in the trafficking of captives, he turned a blind eye to illegal entrances. From then on, only his power would grow, being known as "Viceroy." In this way, when the 1850s and 1860s come, he will be the one who, after accumulating so many people depending on himself, will make the Emperor's party. It will be the second most important person in the Empire of Brazil, being behind, only, of D. Pedro II. To achieve our conclusions, we use the documents from the archive Marquês de Olinda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), from the archive of Visconde de Camaragibe from Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), from Hemeroteca Digital of Biblioteca Nacional, with the various periodicals and Annals of the Brazilian Parliament. During the search, other files were queried.

Keywords: Brazil Empire. Regencial Period. Policy. XIX century.

LISTA DE ABREVIATURAS

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
AVC – Arquivo Visconde de Camaragibe
IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
PRBRB – Projeto Resgate Barão do Rio Branco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ATAR NÓS, ESTREITAR LAÇOS: MOBILIZAÇÕES AO REDOR DE PEDRO DE ARAÚJO LIMA	46
2.1	“É NOTÓRIO QUE OS DOADORES SÃO ABASTADOS DE BENS”: A FAMÍLIA DE PEDRO DE ARAÚJO LIMA.....	48
2.2	MERCANDO GENTE E AÇÚCAR: JOSÉ GONÇALVES PEREIRA E RITA FLORÊNCIA DE LIMA.....	55
2.3	ERA COM SANGUE, SUOR, DOR, ESCRAVOS, TRAFICANTES E MUITO AÇÚCAR QUE SE FAZIA UM DOUTOR EM COIMBRA.....	79
3	ENTRE TRAFICANTES, POLÍTICOS E BACHARÉIS: AMIZADE, FAMÍLIA E POLÍTICA DE PEDRO DE ARAÚJO LIMA	93
3.1	ENTRE LAÇOS ATADOS E CONTOS DE RÉIS: AINDA AS NOTAS DE GASTOS DE MANOEL DE ARAÚJO LIMA.....	94
3.2	COM O FERMENTO DA POLÍTICA, A MASSA DOS ELOS CRESCE.....	103
3.3	ENTRE A EUROPA E O BRASIL, A VIDA E OS NÓS ACONTECEM E SE FAZEM.....	109
3.3.1	Fazendo amigos com livros	114
3.4	ENTRE A CÂMARA E O CURSO JURÍDICO DE OLINDA: FAVORES, AMIZADE E PODER.....	118
3.5	AUMENTANDO OS ELOS: A FAMÍLIA DE PEDRO DE ARAÚJO LIMA E LUÍZA BERNARDA DE FIGUEIREDO.....	126
3.5.1	Dona Luiza Bernarda de Figueiredo: Mulher que Caminha nos Salões	130
3.5.2	Quando os nós atam e se expandem: os filhos e netos de Pedro de Araújo Lima ..	135
4	SER VICE-REI: A REGÊNCIA DE PEDRO DE ARAÚJO LIMA	142
4.1	A BATALHA DOS INFLAMADOS: AS LUTAS POLÍTICAS DE ARAÚJO LIMA, DIOGO FEIJÓ E HOLLANDA CAVALCANTI NA PRIMEIRA REGÊNCIA UMA.....	146
4.2	TRILHANDO UM CAMINHO NA METADE: PEDRO DE ARAÚJO LIMA E A REGÊNCIA DE 1837.....	162
4.2.1	Os Ministros Parlamentares	165
4.2.2	As Eleições de 1838: disputas entre pernambucanos	172
4.3	SEM COROA E SEM CETRO, MAS, VICE-REI.....	180

4.4	AINDA O TRÁFICO DE ESCRAVOS.....	191
5	ACIMA DOS PARTIDOS: CONCILIANDO PARA PEDRO II.....	200
5.1	DO FIM DA DÉCADA DE 1840 AO INÍCIO DOS ANOS 1850.....	201
5.2	OS MARQUESES DE OLINDA E PARANÁ: UM CASO DE CETICISMO POLÍTICO.....	212
5.3	OS PERNAMBUCANOS TAMBÉM JOGAM.....	216
5.4	AS ELEIÇÕES GERAIS PARA 1857 EM PERNAMBUCO.....	223
5.5	UM NOVO MINISTÉRIO OLINDA EM 1857.....	226
6	“O ANCIÃO, CARREGADO DE ANOS, MAIS VELHO QUE O SÉCULO E O IMPÉRIO”.....	240
6.1	O GABINETE OLINDA DE 1862.....	241
6.1.1	As Eleições, em Pernambuco, para uma vaga de Deputado Geral ou o imbróglio da não-eleição de Sá e Albuquerque.....	247
6.1.2	Um Ministério de velhos birrentos e doentes.....	251
6.1.3	O “drama de maio” e as eleições de 1863 em Pernambuco.....	255
6.2	O ÚLTIMO GABINETE OLINDA.....	262
7	EPÍLOGO: MACHADO DE ASSIS E O MARQUÊS DE OLINDA: A POLÍTICA ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE.....	272
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	285
	REFERÊNCIAS.....	301
	ANEXOS A – IMAGENS	321

1 INTRODUÇÃO

Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, faleceu às 4 horas da manhã do dia 7 de junho de 1870. Estava em casa, na Rua do Lavradio, número 50B, Rio de Janeiro. O motivo do óbito era o “amolecimento agudo do cérebro complicado de hemorragia¹.” Havia frequentado as sessões do Senado nos dias 2 e 3 de junho. Depois disso, a câmara alta não veria mais o Marquês de Olinda². O “amolecimento” era a causa científica, havia outra: o Marquês de Olinda era favorável ao esbulho das propriedades das ordens religiosas. Assim, teria “o tribunal da divina justiça” chamado o político pernambucano para prestar contas da medida: era a notícia que corria de boca em boca³. Dessa forma, o Marquês de Olinda morria envolto em aura de mistério. O próprio Deus, rancoroso, levou o senador: era como alguns contemporâneos colocavam. Parece que era uma tradição antiga misturar os atos dos homens com a ira das divindades: pelos dias de 1185, o rei português D. Afonso Henriques, teria efetuado ordens contra as propriedades monásticas. O resultado foi, além de outras desgraças, ter ficado inválido⁴.

Havia outra curiosidade naquele instante em que a morte tomou conta da casa do ex-regente: “embalsamamento”. Pouca gente conhecia aquela técnica de preservar os corpos mortos. O procedimento no Marquês de Olinda durou duas horas. O evento consistia em empregar o “processo de injeção carotidiana e líquidos preparados e usados pelo Dr. Costa Ferraz”. Às sete horas da noite, estava completo⁵. O sepultamento foi no outro dia, 8 de junho, às quatro e meia da tarde, no cemitério de São Francisco de Paula, no Catumbi⁶. O Imperador não compareceu. Tinha coisa melhor e mais atraente para fazer: foi ao teatro⁷.

Além da desfeita de Pedro II, o jornal “A Reforma” reclamou do “laconismo” oficial do “diário” do Governo, que disse quase nada sobre a morte do Senador. Deu apenas as notícias do falecimento e sepultamento. Nem uma condolência. Nada. E concluía: “[...] a ingratidão não podia deixar de esconder-se, e fugir para bem longe⁸.” Claro: o Marquês de Olinda esteve ao lado do Imperador sempre que ele precisou. Mas, velho – e pior – defunto, não servia mais para

¹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal**. Recife, 14 de julho de 1870. Nº 201.

² HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1870. Nº 164; 17 de junho de 1870. Nº 165.

³ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 de julho de 1870. Nº 162.

⁴ MATTOSO, José. **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Temas e Debates, 2014, p.292.

⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal**. Recife, 14 de julho de 1870. Nº 201.

⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1870. Nº 156.

⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal**. Recife, 2 de agosto de 1870. Nº 217.

⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **A Reforma**. Rio de Janeiro, 9 de junho de 1870. Nº 128.

muita coisa. O mesmo jornal definiu bem, na frase de alguém que assinou “Omega”, quem era o Marquês de Olinda, e isso em 1871: “o homem mais poderoso do Império⁹”.

Ao que parece, o embalsamador Costa Ferraz possuía um propósito: pesquisar a matéria sobre o embalsamamento, observando o cadáver quanto ao procedimento químico sofrido. No dia 17 de outubro de 1870, Costa Ferraz anunciava na sessão geral da Academia Imperial de Medicina que havia feito inspeção no corpo do Marquês de Olinda, para saber em qual estado era encontrado: “[...] achou-se o dito cadáver perfeitamente conservado, apesar da humidade ter invadido o caixão, achando-se este todo bolorento¹⁰.” Havia dado certo. Mas, se existia outra intenção, não sabemos. Se era a de preservar além do corpo, a memória do Marquês de Olinda, falhou.

Algumas tentativas de manutenção da memória do Marquês de Olinda ainda aconteceram em 1870. Em Recife, o vereador Lobo Moscoso requereu que a rua da Cadeia do Recife fosse chamada rua Marquês de Olinda: conseguiu¹¹. No Rio de Janeiro, o Dr. Eiras propôs que a rua Olinda passasse à rua Marquês de Olinda¹²: foi aprovado. Os nomes das duas vias, mesmo com as reformas ocorridas nas cidades, permaneceram. Entretanto, os passantes que as percorrem nos dias de hoje nem se dão conta de quem foi o Marquês de Olinda. Literalmente passam. Em 1931, Câmara Cascudo anunciou: “é o mais esquecido dos políticos imperiais¹³.” O Marquês de Olinda morria esquecido pelos homens de outros tempos, mesmo tendo deixado vida política invejável. Nem o seu corpo conseguiu ser recordado.

Já percebemos que o cadáver do Marquês de Olinda foi sepultado, pelo menos, duas vezes, em 1870: a primeira logo após a morte e a segunda quando o Dr. Costa Ferraz o desenterrou para fazer a verificação do processo de embalsamamento. Não sabemos se o mesmo médico retomou o procedimento outras vezes. Mas, em 1971, em comemoração ao centenário do falecimento, o teatro seria replicado.

Em 25 de maio de 1971, o “Diário de Notícias” publicou que o estado de Pernambuco teria, no Rio de Janeiro, uma semana de comemorações. Era confirmada a presença do governador, Eraldo Gueiros, e o lançamento de livros de autores pernambucanos. O evento terminaria com a retirada dos restos mortais do Marquês e da Marquesa de Olinda, do cemitério

⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **A Reforma**. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1871. Nº 90.

¹⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1870. Nº 327.

¹¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 23 de agosto de 1870. Nº 189.

¹² HEMEROTECA DIGITAL. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1871. Nº 39.

¹³ CÂMARA CASCUDO, Luis da. **O Marquez de Olinda e seu tempo. (1793 – 1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 32. Nessa página, a assinatura do autor aparece sob a data de março de 1931.

do Catumbi¹⁴. Aos 4 de junho de 1971, a nova notícia no mesmo jornal: os Marqueses de Olinda foram trasladados da capela do cemitério para o Panteon Militar¹⁵.

Segundo o “Diário de Pernambuco”, os restos do Marquês de Olinda só ficariam no Panteon de Caxias, ou Militar, até que o governo pernambucano concluísse a construção do mausoléu. “A representação do governo de Pernambuco, no Rio, não fixou a data para a transladação, pois tudo dependerá da construção dos túmulos, que deverá demorar uns três ou quatro meses¹⁶.” A tal edificação nunca ocorreu. O Marquês de Olinda, junto à Marquesa, continuam sepultados, provisoriamente, junto ao Duque de Caxias. Não haveria destino pior. Esquecido pelas pessoas de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

Outra tentativa ainda existiu em 1970. A Secretaria de Educação e Cultura do Governo de Pernambuco instituiu um concurso literário envolvendo a biografia do Marquês de Olinda. Haveria, inclusive, premiação¹⁷. No mesmo ano, centenário da morte do Marquês, o industrial Armando Monteiro “recuperou a antiga igreja e a Casa Grande do Engenho Antas”: onde nasceu o Marquês de Olinda. Segundo o “Diário de Pernambuco”, “foi uma homenagem do industrial pernambucano a outra figura ilustre do Estado nascida na zona canavieira¹⁸”. Era uma forma de comemoração daquele evento e de mostrar-se, também. Mas, nem com esses esforços, a memória seria perpetuada.

Quem ganhou o concurso literário e Cr\$ 3.000,00 foi José Costa Porto¹⁹. O texto foi publicado sob o título “O Marquês de Olinda e o seu tempo²⁰.” É um livro curto e factual. Ao historiador dos dias de hoje é incômodo de ler. Segue muitas páginas sem dizer as fontes. Mas, quem é familiarizado com a bibliografia política sobre o século XIX brasileiro, logo identifica alguns autores. Lá estão Alexandre José de Mello Moraes, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, Hélio Viana, Max Fleiuss, Pedro Calmon, Pereira da Costa e Tito Franco. Alguns são citados nominalmente. Tito Franco de Almeida é recorrente. Talvez, por em sua obra “O Conselheiro Francisco José Furtado²¹” ter feito grande compilação de documentos, discursos dos “Anais do Parlamento Brasileiro”, facilitando a pesquisa do escritor. Mas, a obra

¹⁴ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Notícias*. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1971. Nº 14898.

¹⁵ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Notícias*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1971. Nº 14907.

¹⁶ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 3 de junho de 1971. Nº 126.

¹⁷ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 de janeiro de 1970. Nº 18.

¹⁸ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 de fevereiro de 1970. Nº 37.

¹⁹ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 de novembro de 1970. Nº 275.

²⁰ COSTA PORTO, José. *O Marquês de Olinda e o seu tempo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

²¹ ALMEIDA, Tito Franco de. *O Conselheiro Francisco José Furtado*. Biographia e estudo de História Política Contemporanea. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemert, 1867. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242423>.

de Costa Porto não era a primeira, no século XX, a tentar traçar um perfil político do Marquês de Olinda.

Em 1938, saiu a publicação de “O Marquês de Olinda e seu tempo”, de Luís da Câmara Cascudo. O leitor deve estar se perguntando se o título é o mesmo do que vimos acima. Não é. O do livro de Costa Porto é “O Marquês de Olinda e o seu tempo”, com esse “o” a mais. O texto de Câmara Cascudo servirá, também, de bibliografia a Costa Porto. Procurou alguns documentos interessantes sobre o Marquês de Olinda, como as informações do tempo em que o personagem esteve em Coimbra. Conseguiu isso através do Reitor Domingos Fezas Vidal. Também factual, e dando prioridade à história do Brasil, ou seja, ao tempo do Marquês de Olinda, conseguiu costurar muitos discursos da Câmara com as atividades dos políticos que estavam próximos ao biografado²².

Algumas biografias do Marquês de Olinda já haviam sido escritas ainda no século XIX. Talvez, a única em separata seja a de Alexandre José de Mello Moraes²³: “Biographia do Exm. Sr. Marquez de Olinda”. Publicada em 1866, no mesmo ano do último ministério Olinda, fazia um resumo da sua vida política. No primeiro parágrafo, dava vistas de quem era o Marquês de Olinda: “O maior vulto que ainda resta do primeiro reinado, e o mais considerado cidadão que possui o Brasil, depois do imperador²⁴”. Ou seja: o político mais importante do Império. Em 1876, outro resumo biográfico era escrito por Joaquim Manoel de Macedo. Não mais em separata, apareceu no “Anno Biographico Brasileiro”, com 8 páginas. Foi lá que o escritor de “A Moreninha” escreveu: “No governo influía predominantemente pelo seu saber²⁵.” Olinda era importante para o Brasil e sabia usar sua sabedoria: duas qualidades cantadas, exaustivamente, pelos contemporâneos do político pernambucano. Ainda em vida, em 1861, o Marquês de Olinda veria sair ao público a biografia e imagem publicadas por S. A. Sisson: mais uma sucessão de fatos e feitos realizados em favor do Brasil²⁶. Mas, quando entrou a década de 1880, um pernambucano compilou todas essas informações, acrescentou outras de jornais e

²² CÂMARA CASCUADO, Luis da. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

²³ INSTITUTO HISTÓRICO e GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). Cod. 193.6.27 n.2. MELLO MORAES, Alexandre José de. **Biographia Do Exm. Sr. Marquez de Olinda**. Rio de Janeiro: Tipografia de PINHEIRO & comp., Rua Sete de Setembro, N. 165, 1866.

²⁴ Idem, p. 3.

²⁵ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Segundo Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, p. 169. Acessado em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4086>.

²⁶ SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume I. Brasília: Senado Federal, 1999, pp. 65 – 71.

escreveu um texto, dentro do seu “Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres”: Pereira da Costa²⁷. Também não trazia novidades.

O nosso trabalho tem por objetivo apresentar uma biografia de Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda. Ela não será completa, indo do nascimento à morte. Não trabalharemos todos os percursos e fases políticas do personagem; mas, nos ocuparemos em estudar detalhadamente as relações dos familiares do biografado, e dele mesmo, com os negociantes de escravos nas décadas de 1810 e 1820 para chegamos à conclusão de que, no início da vida pública, Pedro de Araújo Lima foi alavancado politicamente por esse grupo: nenhum dos biógrafos fizeram isso. Logo depois, assumindo vaga nas Cortes de Lisboa, faz as primeiras conduções políticas, podendo, então, barganhar mais espaço com os comerciantes e outros políticos. Aos poucos, conseguirá ser independente nos jogos da Corte brasileira, mantendo relações com os ex-integrantes das Cortes de Lisboa, bacharéis coimbrãos, bacharéis dos cursos jurídicos brasileiros e traficantes de escravos. Em 1837, no início da sua regência, já é um homem influente no Império do Brasil. E como havia interesse pessoal no tráfico de cativos, fazia vista grossa às entradas ilegais. A partir daí, só cresceria seu poder, sendo conhecido como “Vice-Rei”. Assim, quando chegarem as décadas de 1850 e 1860, ele será aquele que, após acumular tanta gente dependendo de si, fará o partido do Imperador. Será a segunda pessoa mais importante do Império do Brasil, ficando atrás, apenas, de Pedro II. As perspectivas do nosso trabalho não foram assumidas por nenhum dos escritores que, antes, relacionamos.

Não trabalharemos o seu ministério de 1848, aquele em que esteve vinculado à briga entre liberais e conservadores pernambucanos, ou melhor, entre “praiheiros” e “guabirus” em Pernambuco, incluído a anulação das eleições senatoriais de Antonio Pinto Chichorro da Gama²⁸ e Ernesto Ferreira França²⁹, pelos “guabirus” em 1847 e 1848³⁰. No momento eleitoral, Chichorro era o Presidente de Pernambuco. Para essa questão, há outros trabalhos que podem ser consultados³¹.

²⁷ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, pp. 737 – 744.

²⁸ Antonio Pinto Chichorro da Gama foi presidente de Pernambuco (1845 – 1848), Alagoas (1832) e Espírito Santo (1831). Ver mais em: **Organizações e Programas Ministeriais**. Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

²⁹ Ernesto Ferreira França foi deputado por Pernambuco, Ministro de Estrangeiros em 1844, magistrado. Para saber mais: **Organizações e Programas Ministeriais**. Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

³⁰ **Organizações e Programas Ministeriais**. Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 417.

³¹ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, Motins, Revoluções**. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 355 – 389; CARVALHO, Marcus J.M de. Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Volume II.

Para chegarmos aos nossos objetivos, contamos com a consulta ao Arquivo Pessoal do Marquês de Olinda, presente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O Marquês de Olinda guardou, durante a vida, as cartas recebidas, algumas minutas das enviadas, mapas, inventário dos seus pais e mais imenso número de documentos. O tempo foi cruel com alguns exemplares, deixando-os, inclusive, impossibilitados de vistas. Outra dificuldade que o consulente pode enfrentar é a letra do Marquês de Olinda, que não é tão fácil de ser lida. Todavia, ao que parece, quando sua grafia surge, na maioria das vezes, é em borrões. E sabemos que, nesse tipo textual, não nos esmeramos em tecermos o melhor da nossa caligrafia. O mesmo parece ter acontecido com ele. Contudo, se observamos algumas cartas enviadas, apresentam escrita bastante legível. Talvez, essas fossem as que iriam a algum destinatário. Assim, o Marquês de Olinda possuía dois modos de grafia, possivelmente: uma mais simples e com dificuldade de leitura ao investigador e outra compreensível.

Quem fez o trânsito da documentação pessoal do Marquês de Olinda com o IHGB foi o bisneto do Marquês, E. de Araújo Olinda, com o primeiro secretário da instituição, Max Fleiuss, em 1918. O Conde de Affonso Celso já havia enviado telegrama à mãe de Araújo Olinda, com interesse nos papéis. Mas, quem se dirige à casa dos descendentes do político pernambucano para analisar o arquivo é Fleiuss. A doação é realizada. O mesmo E. de Araújo Olinda mandou carta ao historiador Tobias Monteiro, falando da entrega ao IHGB e informando que “fazendo também parte do arquivo os documentos que lhe foram com prazer confiados” deveriam ser devolvidos aos novos depositários³². Ou seja: sabiam da importância do acervo pessoal do Marquês de Olinda, que deveria ser reunido em um só lugar, para consulta pública.

Não conseguimos pesquisar todas as pastas presentes no Arquivo Marquês de Olinda. Uma das questões já foi indicada: parte dos documentos não pode ser acessada pelos pesquisadores, por não estar em bom ou perfeito estado. Muitos encontram-se furados. Até alguns que chegam à consulta aparecem com pequenos rasgos e bordas danificadas. Causas, mesmo, do tempo. Outro problema que nos fez não ler tudo foi a quantidade de páginas do acervo. É algo que o investigador precisaria de uma vida para dar conta. Mas, o fator mais grave foi a distância. Quem escreveu esse texto reside em Recife. O IHGB está no Rio de Janeiro.

1831 – 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 121 – 183; QUINTAS, Amaro. O Sentido Social da Revolução Praieira. In: **Amaro Quintas**, o historiador da liberdade. Recife: CEPE, 2011, pp. 189 – 341.

³² Essa trama pode ser vista em: IHGB. Coleção Instituto Histórico. Lata 491 Pasta 50. **Carta de E. de Araújo Olinda para Max Fleiuss**. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1918. Na mesma indicação: **Carta de Max Fleiuss a E. de Araújo Olinda**. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1918. Também em: IHGB. Coleção Instituto Histórico. Lata 210 Doc. 66. Cópia. **Carta de E. de Araújo Olinda para Tobias Monteiro**. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1918.

Assim, tivemos de estabelecer um recorte temporal: escolhemos copiar as décadas entre 1810 e 1830 daquele acervo. E nem tudo foi transcrito.

No IHGB, copiamos as folhas de gastos do pai do Marquês de Olinda³³. Um dos documentos mais ricos que tivemos em nossas mãos durante o fazer da tese. A riqueza de informações e os detalhes são impressionantes. É através desse documento que conseguimos perceber as interações de Manoel de Araújo Lima, pai do Marquês de Olinda, com os negociantes de escravos, fazendo com que o seu açúcar fosse transformado em dinheiro, até chegar nas mãos do jovem Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) estudante em Coimbra, Deputado às Cortes de Lisboa e Deputado Geral. A quantidade de pessoas que interagem nesse processo é grande. As circulações de dinheiro, gente, açúcar e favores é intensa. José Gonçalves Pereira, o genro de Manoel de Araújo Lima, será o responsável por várias das transações monetárias com os negociantes de cativos: ele também era um. Assim, percebemos que a família do Marquês de Olinda já possuía ligações com a compra e venda de escravos desde, pelos menos, a década de 1810, persistindo nesse comércio até os idos de 1840.

As cartas formam o maior número de documentos do acervo pessoal do Marquês de Olinda. Através delas, podemos reforçar o argumento, no texto, de alguns laços do Marquês de Olinda com as mais diversas pessoas: traficantes de escravos, políticos, membros das Cortes de Lisboa, bispos. As missivas dos deputados das Cortes de Lisboa, trocadas nas décadas de 1820 até 1830, dentre eles Manoel Zeferino dos Santos³⁴ e Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira³⁵, nos fazem perceber o respeito e solidariedade existentes entre esses sujeitos que, mesmo sendo adversários políticos, em algum momento, pediam favores e ajuda. Ao que parece, se viam como fundadores do Império do Brasil, e, assim, formavam um grupo forte o bastante para auxiliarem-se em tempos de necessidade.

Outro conjunto de cartas, em menor número, são as anônimas. A maioria data do período da regência do Marquês de Olinda (1837 – 1844), fazendo reclamações quanto às sociedades secretas que iam surgindo para a derrubada do governo ou declarando ameaças ao próprio regente. Esses documentos são úteis para demonstrar os momentos de tensão entre o governo e alguns grupos insatisfeitos.

³³ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima** – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.

³⁴ Manoel Zeferino dos Santos: Nasceu em 1770 no Recife. Deputado as Cortes de Lisboa. Presidente da Província de Pernambuco (1832). Deputado Provincial de Pernambuco (1835 – 1837). Comerciante. Para saber mais: SOUZA, George Felix Cabral de. **Elites e Exercício do Poder no Brasil Colonial**. A Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822. Recife: EdUFPE, 2015, pp. 764 – 765.

³⁵ Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira. Nasceu no Recife em 1788. Envolveu-se na Revolução de 1817. Deputado as Cortes de Lisboa. Faleceu em 1859. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, pp. 253 – 256.

Mesmo que a base do nosso texto seja o Arquivo Marquês de Olinda, outras fontes dão os suportes aos argumentos. Apenas com os escritos guardados pelo político pernambucano seria impossível chegarmos aos resultados que serão lidos nas próximas páginas. Para que a pesquisa formasse corpo, contamos com o acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e com o digital da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital e Projeto Resgate Barão do Rio Branco).

No IAHGP, recorreremos às duas caixas do Fundo Visconde de Camaragibe. Lá, estão acondicionadas as cartas recebidas – e alguma enviadas - pelo núcleo familiar dos Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco: Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque)³⁶, Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque³⁷, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna)³⁸, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe)³⁹ e Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca)⁴⁰. Elas nos servirão para compreender o manejo político dos pernambucanos entre as décadas de 1850 e 1860, quando o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos⁴¹ dava notícias detalhadas ao Visconde de Camaragibe sobre as ações da bancada da província na Corte. Aí aparecem as insatisfações do clérigo com as atitudes do Marquês de Olinda em ir se afastando do antigo núcleo dos conservadores.

³⁶ Antonio Francisco de Paula. e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque). Nasceu em 1797, em Pernambuco. Filho do Coronel Suassuna. Militar. Foi ajudante de ordens do governador de Moçambique, em 1816. Deputado Geral desde a primeira legislatura (1826) até 1838, quando é escolhido senador. Foi ministro diversas vezes. Morreu em 1863. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, pp. 93 – 98.

³⁷ Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Foi desembargador em Pernambuco. Irmão dos outros Cavalcanti aqui citados nessa lista. Foi deputado geral. Morreu em 1838. Para saber mais: CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado**. Trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque. (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EdUFPE, 2013.

³⁸ Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna). Nasceu em 1793. Morreu em 1880. Participou, junto ao pai homônimo, da revolução de 1817. Foi presidente da Província de Pernambuco. Senador desde 1839. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, pp. 369 – 372.

³⁹ Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe). Nasceu em 1806, em Pernambuco. Morreu em 1875. Foi professor do Curso Jurídico de Olinda. Diretor da Faculdade de Direito do Recife (1854). Deputado Geral desde 1832 e deputado a Assembleia Provincial. Senador desde 1869. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, pp. 746 – 748.

⁴⁰ Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. O menos conhecido dos irmãos Cavalcanti de Pernambuco era formado em Direito pela Universidade de Goettingen. Foi deputado provincial em várias legislaturas. Era um dos apoios dos irmãos em Pernambuco. Para saber mais: CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado**. Trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque. (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EdUFPE, 2013.

⁴¹ Monsenhor Joaquim Pinto de Campos. Faleceu em 1887. Envolveu-se na revolução de 1848, no lado dos “guabirus”. Era apaniguado do Visconde de Camaragibe. Foi Bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife. Era tradutor. Foi deputado geral diversas vezes, tendo o apoio do Visconde. Nunca conseguiu ser senador. Para saber mais: HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 8 de dezembro de 1887. Nº 281.

Também foi ele quem informou sobre o descontentamento de Pedro II com o Ministério Olinda, na década de 1850.

A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional condiciona o maior número de periódicos a serem pesquisados em rede no Brasil. Facilita a pesquisa, um pouco, para o historiador. Lá, podemos investigar os jornais “Diário de Pernambuco”, “Jornal do Commercio”, dentre outros, utilizados aqui nesse texto. É através desse tipo de fonte que conseguimos organizar parte das informações das críticas ao Marquês de Olinda. Ela será uma das bases da pesquisa. Nos jornais, as discussões políticas abundavam em qualquer um dos momentos que serão estudados. Assim, sua leitura esclareceu e nos fez compreender pontos do trabalho que estavam obscuros, ou, até, foram as únicos meios de informações que conseguimos para alguns resultados aqui presentes. Além de tudo: complementava as cartas dos Arquivos Marquês de Olinda e Visconde de Camaragibe. Posto que as missivas abordam informações privadas, que são lançadas nos corredores obscuros da política; os jornais apresentam aquilo que se comenta em público, na maioria das vezes. Também foram os periódicos que nos fizeram compreender alguns traços dos traficantes de cativos que tínhamos, apenas, o nome. Perseguindo esse traço nos jornais, encontramos indícios das viagens negreiras, sendo complementadas pelas bases de dados do site slavevoyages.org.

Ainda é a Hemeroteca Digital quem nos apresenta alguns volumes dos “Annaes do Parlamento Brasileiro”. Esse instrumento contém as discussões acontecidas entre os deputados gerais nas sessões. É um dos documentos mais utilizados pela historiografia brasileira, por demonstrar o pensamento público dos políticos quanto às questões a serem debatidas sobre os ministérios, seus gastos, componentes ministeriais. Lá também ficam claros os apoios e oposições que o Marquês de Olinda e outros sujeitos possuíam nos seus governos.

É, ainda, a Biblioteca Nacional quem disponibiliza o acesso em rede do “Projeto Resgate Barão do Rio Branco”. Lá estão documentos referentes ao Brasil originalmente acondicionados no Arquivo Histórico Ultramarino, de Portugal. Através dessas páginas, conhecemos melhor alguns membros da família do Marquês de Olinda, em seus pedidos de patente militar ou requisição para demarcação de terras. Além disso, observamos alguns documentos referentes a negociantes de escravos que estavam citados em outros textos e de que apenas conhecíamos o nome. Através dessa investigação é que chegamos às conclusões de que alguns sujeitos integrados ao núcleo do pai do Marquês de Olinda eram comerciantes de cativos.

Outros documentos e arquivos poderão aparecer no decorrer do texto. Foram utilizados em menor número. O IHGB e o IAHGP ainda nos forneceram outras informações em suas

documentações. O primeiro, fez-nos conhecer o Inventário dos pais do Marquês de Olinda⁴². Através dele, conseguimos compreender quem eram os sobrinhos do Marquês de Olinda que estavam envolvidos no tráfico de escravos nas décadas de 1830 e 1840. Também encontramos os nomes dos engenhos que o pai do nosso estudado era sócio ou proprietário único. No IAHGP, pelos armazenamentos de inventários digitalizados, encontramos o inventário de Rita Florência de Lima⁴³, a esposa do comerciante José Gonçalves Pereira, irmã do Marquês de Olinda. Por esse documento, sabemos das relações de Gonçalves Pereira com os traficantes de escravos dispersos pelo Brasil, através das listas de dívidas encontradas na partilha. Os inventários são documentos da morte; mas, apresentam fragmentos das vidas dos sujeitos: quem eram, o que faziam, seus bens. E, claro: algumas brigas por herança, que parece não terem acontecido entre os parentes do Marquês de Olinda⁴⁴.

Partes dos capítulos “Atar nós, estreitar laços” e “Entre traficantes, políticos e bacharéis” foi influenciado pela dinâmica das redes. Para Imízcoz e Oliveri Korta rede é “um termo que utilizamos para nos referir ao conjunto de relações que põem em conexão umas pessoas com outras⁴⁵.” É esse conceito que, aqui, valerá. Analisaremos, nesses dois capítulos - partindo da lista de gastos de Manoel de Araújo Lima e dos inventários de Rita Florência e Manoel de Araújo Lima – as interações entre o pai do Marquês de Olinda, José Gonçalves Pereira e outros comerciantes de açúcar e gente. Também serão analisadas, através das missivas recebidas pelo Marquês de Olinda, as relações entre o político pernambucano e alguns integrantes das Cortes de Lisboa, além de incluir outras ligações. Daremos ênfase na análise qualitativa dessas interações. Como não conseguimos quantificar as vezes que um sujeito aproximou-se de outro para a troca de favores, bens ou informações, preferimos nos ater a entender como se davam esses processos⁴⁶. E, quando nesse texto, falarmos em “nós” ou “laços” estaremos nos referindo a “pessoas” que interagem entre si.

⁴² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 210 Pasta 44. **Inventário dos Bens do Casal dos falecidos Manuel de Araújo Lima e sua mulher D. Ana Teixeira Cavalcante, pais de Pedro de Araújo Lima.** Engenho Antas, 8 de junho de 1844.

⁴³ INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO (IAHGP). **Inventário de Rita Florência de Lima.** Recife, 1836.

⁴⁴ Para saber mais sobre o uso de inventários na pesquisa histórica: FURTADO, Junia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bessanezi. **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009, pp. 93 – 118.

⁴⁵ IMÍZCOZ, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. Economía Doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane (eds.). **Economía Doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen.** Madrid: Sílex, 2010, p. 48.

⁴⁶ Sobre as quantificações e análises das redes, ver: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria. Actores y redes sociales en Historia. In: VEJA, David Carvajal de la; AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier; VÍTORES CASADO, Imanol. **Redes Sociales y económicas en el mundo bajomedieval.** Valladolid: Castilla Ediciones, 2011, pp. 19 – 33.

Para o Brasil Imperial, Maria Fernanda Martins escreveu texto sobre as elites e suas redes familiares⁴⁷. Usou a noção de rede indicada por Maurizio Gribaudi⁴⁸. Entretanto, a autora agrupa os sujeitos por seus nomes, o que é uma forma legítima de efetuar esse tipo de investigação. Mas, se não nos aprofundarmos, qualitativamente, nos laços de alguns personagens, os erros podem vir a galope. Ela coloca que o Marquês de Olinda estava “diretamente ligado à família pernambucana dos Cavalcanti de Albuquerque⁴⁹”, o que é uma falha. O Marquês de Olinda só se aliançava a esse grupo em momentos muito específicos. Como veremos nesse texto, o Visconde de Albuquerque será, sempre, um dos problemas que o Marquês terá de contornar. Nem mesmo os Rego Barros, primos dos Cavalcanti terão uma aliança constante. Inclusive, o casamento de Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca) com a irmã de Francisco do Rego Barros (Conde da Boa Vista)⁵⁰ – Dona Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Baronesa de Muribeca) -, fará uma união perene entre os familiares⁵¹. Por isso, não é apenas o nome que abaliza a formação de uma rede; mas, o estudo das relações desses nós e laços.

Na conclusão desse trabalho inserimos duas figuras, gráficos. Uma contém as interações entre o Marquês de Olinda, seus familiares e os negociantes de escravos; a outra, as ligações entre o nosso sujeito em estudo e os políticos mais próximos dele. Chegamos a essas figuras através da coleta dos dados aos quais já nos referimos - em cartas e inventários, além do Projeto Resgate e periódicos – produzindo uma matriz no excel (como não conhecemos os números de interações, atribuímos o número 1 para todos os sujeitos) que foi repassada para o programa UCInet⁵², que gerou os gráficos.

Já que conhecemos a maior parte dos documentos que serão encontrados nesse trabalho, passemos a entender, um pouco, quem foi Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda.

⁴⁷ MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores & Negociantes**. História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 403 – 434.

⁴⁸ A autora coloca em nota: “A noção de *rede* é entendida como a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais. Segundo M. Gribaudi, o conceito implica a necessária identificação dos grupos que atuam em um determinado contexto, grupos e indivíduos que se cruzam e se sobrepõem, mas que nem por isso perdem suas identidades próprias, suas histórias e relações. Implica basicamente a definição das reais ligações que mantêm os grupos sociais e os conteúdos que neles são negociados.” Idem, nota 5, p. 432.

⁴⁹ Ibidem, p. 408.

⁵⁰ Francisco do Rego Barros. Conde da Boa Vista. Nasceu em Pernambuco em 1802. Primo dos Cavalcanti de Albuquerque. Foi eleito deputado já na segunda legislatura (1830 – 1833). Foi presidente da Província de Pernambuco durante a Regência do Marquês de Olinda (1837 – 1840). Foi senador. Faleceu em 1870. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Op.cit., pp. 387 – 390.

⁵¹ IAHGP. **Inventário da Baronesa de Muribeca**. 1887.

⁵² O programa é gratuito. Os autores pedem que seja dada a seguinte referência: BORGATTI, S.P., EVERETT, M.G. and FREEMAN, L.C.2002. **Ucinet for Windows: software for Social Network Analysis**. Harvard, MA: Analytic Technologies.

Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, nasceu aos 22 de dezembro de 1793, pelas 9 horas da manhã de um domingo⁵³: o pai fez questão de anotar. Obviamente, o Brasil era colônia portuguesa nas Américas. Desde 1800, o menino havia saído do Engenho Antas, em Sirinhaém, e estudava em Recife, sob a direção dos Oratorianos da Madre de Deus. Habitava a residência do comerciante José Gonçalves Pereira, negociante de escravos, genro do pai de Pedro de Araújo Lima, Manoel de Araújo Lima. Em 1808, deve ter sabido da proximidade da chegada da Corte para se estabelecer por aqui. Mas, enquanto alguns corriam de Portugal, o jovem fazia o sentido contrário: aos 10 de abril de 1813 ia estudar em Coimbra. Naquele mesmo ano, Pedro de Araújo Lima era Capitão de Infantaria de Ordenanças de uma das Companhias do termo da Vila de Sirinhaém. Chegado em terras lusas deve ter escutado as insatisfações portuguesas com o abandono de D. João VI. É certo que conheceu muita gente, comprou livros em abundância, formou-se e doutorou-se em Cânones: formação completa, conseguida por poucos⁵⁴.

Talvez fosse pelo treinamento jurídico que Araújo Lima não falasse tanto. A surdez sempre crescente também deveria colaborar com essa característica⁵⁵. Além disso, era um jurista. Deve ter aprendido em Coimbra que a linguagem precisa não deixa brechas às mais variadas interpretações. Assim, as conhecidas respostas concisas e frias podem ser reflexos do sujeito treinado.

Araújo Lima só retornará ao Brasil depois de já resolvida a revolução de 1817 em Pernambuco. Da mesma forma, em 1824, parte para a França, voltando, apenas, em 1826, quando a Confederação do Equador já se encontrava dissipada: estará na Europa, longe das concentrações conflituosas, nas duas primeiras revoluções pernambucanas da primeira metade do Oitocentos. Todavia, em 1820, chega em Recife, vindo do Rio de Janeiro, nomeado Ouvidor da Vila de Paracatu, em Minas Gerais. Logo depois, aos 8 de julho de 1821, embarca como deputado às Cortes de Lisboa. Até aí, Manoel de Araújo Lima gastou avultadas somas com o filho⁵⁶. A nada inocente capacidade paterna tinha consciência de ser, tudo aquilo, investimento: o menino lhe traria inúmeras vantagens, no meio do projeto político-econômico pessoal, para a manutenção dos seus latifúndios e da escravidão, até do tráfico, quando se alinhavava nas redes

⁵³ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima** – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **O velho senado**. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 42.

⁵⁶ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima** – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.

comerciais de Bento José da Costa⁵⁷. Além do mais: muito poder não era prejuízo para ninguém: só trazia benefícios.

Pedro de Araújo Lima formou-se intelectualmente no mundo do Antigo Regime. Internalizou as ações e mentalidades dos tempos de infância e juventude, quando o ser humano se funde como um todo. Conhecia bem a monarquia centralizada, a preservação da ordem partindo de atributo da Coroa, o mando através de grupos dominantes aliados a processos nobiliárquicos e o patrimonialismo português. Villalta ensinou: o absolutismo luso impregnava-se dos benefícios concedidos. Atrelava-se às redes clientelares que uniam os mais diversos sujeitos⁵⁸. Ou seja: Araújo Lima conhecia as relações de troca de favores, confundindo-se com pedidos de paróquias para padres, passando por dinheiro, permuta de postos, pleito eleitoral, cargos para apaniguados dentre tantas outras barganhas presentes nas mais diversas missivas por ele recebidas e serão vistas ao largo desse trabalho. Assim, não seria na Regência e no Segundo Reinado que apareceria a defesa do latifúndio, da escravidão e da ordem pela Monarquia, no Rio de Janeiro, mais precisamente no Vale do Paraíba⁵⁹: esses atributos eram antiquíssimos e estavam imbricados e distribuídos pelo Brasil inteiro. Talvez, por isso, mesmo quando se tornou terceira via partidária, ou seja, membro dos ministérios da Liga, na década de 1860, Araújo Lima continuava na situação de sempre: um conservador da escravidão, da centralização e da doação de favores.

Entre as décadas de 1820 e 1830, Pedro de Araújo Lima ocupou vários postos políticos do Império do Brasil. Já estava eleito para a Assembleia Geral Constituinte de 1823, e, no mesmo ano, assumiu o ministério do Império, por três dias. Daí por diante, retornaria ao cargo de ministro diversas vezes. No Segundo Reinado, Pedro II entendeu, em muitos momentos, ser, Araújo Lima, um aliado, a água necessária a apagar o fogo dos conflitos. No geral, passou, aproximadamente, 2230 dias como ministro, totalizando mais de 6 anos no cargo. Atingiu mais

⁵⁷ Bento José da Costa. Grande comerciante de escravos que vivia em Pernambuco, no início do século XIX. Nasceu em Portugal, em 1758. Foi vereador da Câmara do Recife (1815). Para saber mais: SOUZA, George Felix Cabral de. **Elites e exercício de poder no Brasil Colonial**. A Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822. Recife: EdUFPE, 2015, pp. 609 – 611 e CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade**. Rotinas e Rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: EdUFPE, 2010, pp. 155 – 156.

⁵⁸ VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788 – 1822)**. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p.27.

⁵⁹ Para saber mais sobre o assunto: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004, passim.

tempo que Bernardo Pereira de Vasconcellos⁶⁰, Jozé Thomaz Nabuco de Araújo⁶¹, Zacharias de Góes e Vasconcellos⁶², Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes)⁶³ e Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque)⁶⁴. Ganhou, até, de Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná)⁶⁵, totalizando média aproximativa de 1730 dias, ou, mais ou menos 4,7 anos⁶⁶. Além disso, por 1869, era um dos 11 marqueses existentes em todo o Império⁶⁷.

Quadro 1. Cargos ocupados por Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda

Cargos Ocupados	Anos
Deputado brasileiro às Cortes Portuguesas	1821 – 1822.
Deputado na Assembleia Constituinte Brasileira	1823.
Deputado a Assembleia-Geral do Império do Brasil	1ª legislatura (1826 – 1829); 2ª legislatura (1830 – 1833); 3ª legislatura (1834 – 1837).
Senador	1837 – 1870.
Ministro do Império	1823, 1827 – 1828, 1837, 1857 – 1858, 1862 – 1864; 1865 – 1866.
Ministro da Justiça	1832 .
Regente do Império	1837 – 1838, 1838 – 1840.
Presidente do Conselho de Ministros	1848 – 1849; 1857 – 1858; 1862 – 1864; 1865 – 1866.
Conselho de Estado	1842 – 1870.

Fonte: **Organizações e Programas Ministeriais**. Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, pp. 268, 274, 280, 285, 289, 411, 9, 21, 63, 117 – 118, 130 – 133, 141 – 143, 43, 419, 104, 117 – 118, 130 – 133, 141 – 143, 426.

Observação: No ano de 1826 foi substituído por Manuel Gomes da Fonseca.

⁶⁰ Bernardo Pereira de Vasconcellos. Nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1795. Morreu em 1850. Foi ministro, deputado e senador no Império. Para saber mais: CARVALHO, José Murilo de. **Bernardo Pereira de Vasconcellos**. São Paulo: Editora 34, 1999.

⁶¹ José Thomaz Nabuco de Araújo. Nasceu em 14 de agosto de 1813, na Bahia. Faleceu em 1878. Foi ministro de Pedro II, com Pedro de Araújo Lima. Pai de Joaquim Nabuco. Para saber mais: NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

⁶² Zacharias de Góes e Vasconcellos. Nasceu a 5 de novembro de 1815, na Bahia. Presidente do Piauí e Sergipe na década de 1840. Senador e Ministro. Faleceu em 28 de dezembro de 1877. Para saber mais: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 2002.

⁶³ Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de Abrantes. Foi batizado em 1796, na Bahia. Deputado, senador e ministro. Para saber mais: SISSON, S.A., **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Op.cit., pp. 99 – 106.

⁶⁴ Antonio Francisco de Paula e Hollanda Calcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque. Nasceu em 21 de agosto de 1797, em Pernambuco. Foi deputado geral, Senador e ministro. Faleceu em 1863. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Op.cit., pp. 93 – 98.

⁶⁵ Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná. Nasceu em 11 de janeiro de 1801. Faleceu em 3 de setembro de 1856. Foi o responsável pelo início da “Conciliação”. Foi deputado geral, senador, ministro. Para saber mais: SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Op.cit., pp. 19 – 24.

⁶⁶ Os cálculos aproximados, aqui presentes, têm por base os dados publicados em: BARÃO DE JAVARI. **Organizações e programas ministeriais**. Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

⁶⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador** – D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 176.

Benito Schmidt disse que o historiador, buscando realizar uma biografia, deve se perguntar: “por que vale à pena biografar esse indivíduo?⁶⁸”. Se bem observado, só pelas evidências apontadas acima (Quadro 1), Pedro de Araújo Lima já merecia estudo. Mas, mantém-se esquecido pela historiografia brasileira, que entrega os louros do Império aos políticos representantes do Rio de Janeiro. Evaldo Cabral de Mello, estudando Pernambuco entre 1817 e 1824, já havia lembrado: “A fundação do Império é ainda hoje uma história contada exclusivamente do ponto de vista do Rio de Janeiro [...]”⁶⁹. E complementa, refletindo que essa atitude reduz “a Independência à construção do Estado unitário por alguns indivíduos dotados de enorme visão política geralmente nascidos no triângulo Rio – São Paulo – Minas⁷⁰.” Assim, Cabral de Mello denuncia o que ele chama de “rio-centrismo⁷¹” da historiografia da Independência brasileira. Entretanto, tal perspectiva avança pela história do Brasil Império inteiro, afastando personagens como Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, do centro das relações políticas.

Sabemos da importância econômica do Vale do Paraíba, entretanto, os políticos do Norte não jogavam nas mesas do poder? Como compreender a Corte sem os pernambucanos, baianos, alagoanos? Nabuco de Araújo, Calmon, são todos prestadores de serviços dos homens do Rio de Janeiro? Satélites, apenas, dos grandes planetas, se, ainda assim, podem ser chamados? As ideias propostas pelos autores do sudeste, as quais iremos detalhar mais adiante, não devem ser vistas como impostas pelo partido conservador do Rio de Janeiro, um projeto político-regional: as ideias de escravidão, latifúndio e ordem eram do Brasil inteiro, e desde muito tempo.

Dentre os homens postos nos caminhos políticos, não é estranha a vulnerabilidade escorregadia dos indivíduos nos câmbios ou fundações dos mais diversos partidos e alianças. Não devemos pensar um sujeito aderindo a ações cronologicamente dispostas, ou “uma personalidade coerente e estável”, com “ações sem inércia e decisões sem incertezas”, da forma ensinada por Levi⁷². Pedro de Araújo Lima conheceu bem a prática dos manejos disformes. Por exemplo: era, ele, o homem aliado de Pedro II, em tantos momentos, chegando a ser chamado

⁶⁸ SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 195.

⁶⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência**. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed.34, 2004, p. 11.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Ibidem, p.12.

⁷² LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, P. 169.

de “*magnus sacerdos*” do Imperialismo⁷³ na década de 1860, quando parte dos conservadores se uniram a parte dos liberais e fundaram o Partido Progressista⁷⁴: na verdade, um partido do Imperador, tendo por cabeça, Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda. Depois de uma vida inteira como baluarte dos conservadores, na velhice, se afastava daqueles antigos aliados, para estar próximo do poder, do Imperador. Todavia, ações políticas não são executadas solitariamente e nem, muitas vezes, coerentemente articuladas. Temos de procurar as relações que fazem os indivíduos se entrelaçarem em determinados momentos, partindo do diferencial entre todos: o nome. Como bem lembrou Ginzburg “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido⁷⁵.” Assim, Pedro de Araújo Lima será a nossa bússola a revelar os traçados diversos⁷⁶.

Não pretendemos escrever a completa vida do Marquês de Olinda, sob ótica coerentemente vazada das ações pessoais. Braudel, estudando Carlos V, entendeu ser, o sujeito, “presa do perpétuo turbilhão da grande história, que o condena às soluções do momento, necessárias, inevitáveis.” Ainda mais: “Não tentemos, então, aprisioná-lo de antemão numa linha de conduta definida com nitidez, de uma vez por todas. Ele precisou mudar de programa tantas vezes!⁷⁷”. Essas são atitudes humanas, precisam estar refletidas em quem estuda determinado personagem, e quanto mais, a política: “...a política do imperador é, como todas as políticas, suscetível de várias interpretações, e é inútil querer opor, ou tentar conciliar, ou rejeitar umas em nome das outras⁷⁸.” Braudel ainda ensinou: “...a história de Carlos V só pode ser compreendida completamente se, como fizemos até aqui, nos fascinarmos com os acontecimentos da Europa⁷⁹.” Ou seja: os sujeitos podem refletir as mais diversas sugestões de decisões, mesmo, para nós, sendo impensáveis. Entretanto, para agir, o contexto e o espaço geral também eram de suma importância, e, às vezes, ditavam as escolhas. Por isso, buscamos não estudar, simplesmente, a biografia do Marquês de Olinda, mas, inseri-lo no Império do

⁷³ ALMEIDA, Tito Franco de. **O Conselheiro Francisco José Furtado** – Biographia e estudo de Historia Politica Contemporanea. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemert, 1867, p. 176.

⁷⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 205.

⁷⁵ GINZBURG, Carlo. O nome e o como – Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 175.

⁷⁶ Mesmo que Ginzburg, nesse texto, apresente a solução de perseguir o nome para os casos de “estratos subalternos da sociedade”, pensamos que o problema Pedro de Araújo Lima, ou qualquer outro nome, também possa ser perseguido, no intuito da descoberta das relações e reações entre os mais diversos sujeitos.

⁷⁷ BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 215.

⁷⁸ Idem, p. 216.

⁷⁹ Ibidem, p. 253.

Brasil, como peça chave para o entendimento dos complexos manejos da política imperial, dentro dos mais diversos momentos.

É importante, também, para nós, a reflexão de Jacques Le Goff, quando da obra “São Luís”. Para ele, o sujeito estudado “constrói-se a si próprio e constrói sua época, tanto quanto é construído por ela.” Ainda mais: “E essa construção é feita de acasos, de hesitações, de escolhas⁸⁰.” Por isso, tentaremos, durante este trabalho, - e quando as fontes nos apresentarem essas sugestões -, mostrar os diversos caminhos que o Marquês de Olinda poderia ter tomado, mas, escolhera, especificamente, aquele. Claro é: um sujeito divide “interesses, atitudes, valores e pressupostos” com os contemporâneos e ainda mais, “com aqueles que pertenciam a seu grupo social e a sua geração”, como indicou Burke⁸¹. Tais problemáticas podem demonstrar pistas para as decisões.

Norbert Elias frisou: “Para se conhecer alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer⁸².” No caso Marquês de Olinda vamos percebendo ser, o plano, a conquista do poder. Não sendo, apenas, projeto pessoal, mas, aliado ao desejo de um grupo. Ele seria o representante político de negociantes de escravos e açúcar. É o mesmo autor quem diz: “A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações⁸³.” Olinda permaneceu até a morte, em 1870, comparecendo as reuniões no Senado. Não se apartava dos espaços da política nem pela doença, só quando ela se agravava. Sua vida era o poder e a política, aliada aos laços de compadrio e benefícios advindos dessa carreira. Foi Elias, ainda, quem indicou: “Desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso da vida [...]”⁸⁴. É dessa forma que conseguimos vislumbrar a carreira do Marquês de Olinda: aos 28 anos deputado às Cortes de Lisboa; aos 30 assume o primeiro ministério; aos 44, é senador e regente. Claro: tudo isso atrelado às circunstâncias próprias de cada momento, ligado aos mais variados apoiadores e apoiados. Todavia, eram ambicionados e desejados, cada cargo, com as rupturas e intermitências de cada período. No entanto, para que tudo isso acontecesse, ele não estava só.

Como indicou Revel, a continuidade biográfica pode ser discutida quando o pesquisador decide “não seguir senão um seguimento de uma trajetória biográfica⁸⁵”. Ela pode estar

⁸⁰ LE GOFF, Jacques. **São Luís** – Biografia. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2002, p. 23.

⁸¹ BURKE, Peter. **Montaigne**. São Paulo: Loyola, 2006, p. 9.

⁸² ELIAS, Norbert. **Mozart** – Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 13.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. In: REVEL, Jacques. **História e historiografia** – exercícios críticos. Curitiba: UFPR, 2010, p. 246.

fracionada, deixando-se de estudar algum período, no nosso caso, o ministério de 1848, da forma que já explicamos. E é o mesmo historiador quem reflete: “Será que é necessário lembrar que essas descontinuidades caracterizam o regime mais comum sem o qual nós apreendemos histórias de vida nos arquivos⁸⁶?”. Ele tem razão. Inclusive, o nosso trabalho, parte de recortes decididos durante a pesquisa, na dificuldade da distância dos arquivos e de obter alguma informação mais precisa sobre o Marquês de Olinda.

Nesse momento introdutório, voltemos para a leitura de mais alguns traços da vida do Marquês de Olinda, como guia para as próximas páginas.

Em 1865, quando o Brasil estava envolvido nos mais diversos embaraços políticos, o deputado Martinho de Campos levantou a voz na Câmara dos Deputados, na sessão do dia 26 de maio. A fala criticava a formação do novo gabinete de 13 de maio; mas, elogiava tangencialmente, pelo expressivo passado, na tentativa de amaciar as bordoadas, o então presidente do Conselho de Ministros, Pedro de Araújo Lima: desde 1854 agraciado com o título de Marquês de Olinda pelo Imperador Pedro II⁸⁷. Disse o orador, ser, o Marquês de Olinda, “tão superior dos partidos, que se pode qual dizer que se assemelha a de um rei constitucional.”⁸⁸ Chamar o ministro pernambucano de “rei” deveria remeter aos anos da regência, além da proximidade ao lado do Imperador, do poder decisivo que detinha e sua importância para o Império.

Um pouco depois, em 1866, José de Alencar, romancista e político cearense - autor de “O Guarani”, “Iracema”, dentre outros romances - criticava o deslocamento do Marquês de Olinda para uma aliança com o lado liberal, afastando-se dos conservadores do tempo do Regresso, sob o pseudônimo de Erasmo. Sem cerimônia alguma, o chamou “um monumento da pátria: múmia da história brasileira⁸⁹.” E prosseguiu: “Havendo pertencido a todos os partidos, modernos e antigos a datar da constituinte, vossa autobiografia deve ser um tesouro inexaurível de lição e conselho⁹⁰.” Claro que todo esse palavreado era dito sob ironia, caracterizado pela velhice e doença do Marquês de Olinda. Nesse arranjo, o político pernambucano apareceria atrelado, mais uma vez, à palavra rei, “vice-rei” – “estreastes regente; era natural que acabásseis vice-rei⁹¹” - talvez em apelo à interpretação de sujeito sem partido

⁸⁶ REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. In: REVEL, Jacques. **História e historiografia – exercícios críticos**. Curitiba: UFPR, 2010, p. 246.

⁸⁷ SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 71.

⁸⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados. Terceiro Anno da Duodecima Legislatura. Sessão de 1865. Tomo I**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1865, p. 67.

⁸⁹ ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 243.

⁹⁰ ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. op.cit., p. 247.

⁹¹ Idem, p. 249.

ou integração política alguma, que não concorria aos anseios e benefícios de ninguém: apenas aos próprios. Ou por ser um dos homens mais importantes do Império ao lado de Pedro II, o que parece ser mais aceitável.

O problema é que as críticas ao poder do Marquês de Olinda não cessavam por aí. Aos 14 de julho de 1866, respondendo as “Cartas de Erasmo”, o periódico “Opinião Liberal”, do Rio de Janeiro, na coluna “Jornal de Confucio” teceu severas críticas ao Marquês de Olinda. Ironizando, punha-se: “O sr. Marquês, que tem servido de *ama seca* a este império, é uma figura, que bem se destaca no fundo de nossa *paisagem política*, dominando-a. É quase um rei – é um *rei de copas* de cartas francesas⁹²”.

A imagem de Olinda como “rei”, ou “vice-rei”, será constante pela década de 1860. Apresentado como “rei de copas”, indicava estar atrelado aos jogos carteados das mesas do poder. Trabalhava a política em vários lances sucessivos de interesses pessoais e ganhos para alguns. E outra: as cartas francesas, ou Tarô, trazem, no grupo dos arcanos menores, o dito “rei de copas”, sob a descrição de um idoso com experiência afetiva. Teria enorme coração a distribuir a afetividade. Além de tudo: doa conselhos e abunda em generosidade⁹³. E mais: o “Jornal de Confucio” acusava Olinda da distribuição de benesses pelo Império. As palavras em itálico “ama seca” carregavam, em si, a ação do Marquês. Segundo o dicionarista Antonio de Moraes Silva, a expressão significava “a que pensa os desmamados⁹⁴.” No vocábulo “penso”, vê-se: “O tratamento em comer, vestir, e limpeza, que se faz aos homens⁹⁵.” Ou seja: a denúncia era: o senador pernambucano tratava de dar aos “desmamados” o poder de onde, um dia, foram alijados. Olinda era largo no dar. O rei da liberalidade. Poderoso junto ao Imperador, dominava um reinado anexo ao do senhor do poder moderador.

Ia, pois, também, aparecendo e tecendo-se a imagem do Olinda monumento, apenas para ser lembrado pelos feitos do passado, numa alusão de quem foi e até onde subiu: monumento fragmentado, quebrado, todavia, de importância para apreciação: “O tronco mutilado do Hércules do Vaticano, sem cabeça, sem braços, sem pernas – impotente – mas revelando valor artístico nos músculos do peito, nas largas rugas do ventre, e no abobadado das costas⁹⁶”.

⁹² HEMEROTECA DIGITAL, **Opinião Liberal**. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1866. Nº 13.

⁹³ JODOROWSKY, Alejandro; COSTA, Marianne. **O caminho do tarot**. São Paulo: Campos, 2016, p. 369.

⁹⁴ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** – recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789, p.113. Acessado em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/2/ama>.

⁹⁵ Idem, p. 429. Acessado em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/2/penso>.

⁹⁶ HEMEROTECA DIGITAL, **Opinião Liberal**. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1866. Nº 13.

Nesse momento, o ex-regente já havia passado de lado a lado pelos partidos políticos: nem liberais ou conservadores encontravam, nele, consolo. É válido lembrar: a imagem pintada, ou melhor, esculpida pelo redator era a do último gabinete a tê-lo por presidente do conselho de ministros. Por esses dias, os conservadores velhos – antigos aliados – evocavam os dias da regência como exemplo; os liberais acumulavam variados esquecimentos.

Também não era, em nada, inocente, a comparação da observação da estátua da mocidade do túmulo do papa Paulo III com a admiração dos contemporâneos por Olinda: “Diante da estátua da mocidade, do túmulo do papa Paulo 3º, se morreu de amores um inglês; não é menos que diante do sr. Marquês se morram tantos chins, idólatras do belo antigo⁹⁷”. Foi ele quem convocou o Concílio de Trento⁹⁸, quando o protestantismo ia dominando a Europa e deu inauguração à nova Inquisição⁹⁹. Prospero o descreve como “político hábil e isento de preconceitos como poucos¹⁰⁰”. Ainda mais: “era um perfeito representante do papado mundano, corrupto e nepotista¹⁰¹” e “perseguia com toda astúcia uma política de poder para sua família, construindo um futuro de príncipe territorial para seu filho Pier Luigi¹⁰²”. A história do filho do papa, Pier Luigi Farnese, que havia violentado sexualmente um bispo¹⁰³, deveria ser bem conhecida. Machado de Assis a citou no texto de “Casa Velha”: “tratava do modo descomunalmente sacrílego e brutal com que um dos Farneses tratara o bispo de Fano¹⁰⁴.” Ou seja: comparar a admiração ao Marquês de Olinda com a contemplação do túmulo de Paulo III, como monumento, era trazer à lembrança de quem os visse, todos esses processos desmoralizantes e podres da política. E era um inglês quem observava o monumento do pontífice, que, além de tudo, havia aceitado, pelas mãos de Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus. Foi Paulo III quem retirou a suspensão da excomunhão de Henrique VIII, em 1538¹⁰⁵, atijando, ainda mais, os imbróglis entre católicos e ingleses. Todavia, anteriormente, o rei da Inglaterra havia sido adversário de Lutero. Tudo isso era inscrito, na crítica de “Confúcio”, aos manejos políticos de Olinda a pular de lado a lado, a excomungar antigos aliados, a afiançar-se nos acúmulos de Pedro II, e na admiração do passado, da mocidade.

⁹⁷ HEMEROTECA DIGITAL, **Opinião Liberal**. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1866. Nº 13.

⁹⁸ PROSPERI, Adriano. **El Concilio de Trento** – Una introducción histórica. Castilla y León: Consejería de Cultura y Turismo, 2008, p.31.

⁹⁹ PROSPERI, Adriano. **Tribunais da Consciência** – Inquisidores, Confessores, Missionários. São Paulo: Edusp, 2013, p. 87.

¹⁰⁰ PROSPERI, Adriano. **Tribunais da Consciência**, op.cit., p. 89.

¹⁰¹ PROSPERI, Adriano. **El Concilio de Trento**. Op. cit., p. 35.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Casa Velha**. Rio de Janeiro: Garnier, 1999, p. 76.

¹⁰⁵ SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 386.

E se a velhice de Olinda era cantada em todos os periódicos, aqui, não seria diferente. Colocou, o redator, o Marquês ir à câmara “arrastando os pés”, “curvado ao peso da *corcunda*”, “o olhar amortecido, o ar indiferente ou desprezador dos homens¹⁰⁶”. Claramente, o termo “corcunda” não aparecia sem significado. Estava atrelado àquele ato de curvar-se ante o Imperador, prestando-lhe reverência. Atitude conservadora de quem, ainda na década de 1830, restabeleceu o beija-mão ao menino. Lúcia Pereira das Neves ensinou ser, na década de 1820, o termo atribuído aos “partidários do Antigo Regime¹⁰⁷”. “Confucio” ressuscitava a palavra e o significado do passado para qualificar Olinda de eterno conservador.

Como “viu desmamar esta geração que hoje fala e anda”, Olinda “julga-se com direito de dizer e fazer tudo”. Ademais: mandava e desmandava com o crivo do Imperador e para isso “tem todas as liberdades de *mãe preta velha*”: já era pessoa de casa, caminhando em São Cristóvão, no Senado e na Câmara com cartas nas mangas. Pois “apadrinhado com a benevolência do *senhor* despreza as queixas dos *meninos*, e lhes vai dando, a rir-se, boa dose de palmadas¹⁰⁸”. Ou seja: como “mãe preta velha” criara todos os “meninos” do Paço, a nova geração a chegar para a política, na feição de escrava do “senhor” D. Pedro II. Assim, o “*magnus sacerdos*” exalava o cheiro do imperante e “só cuida de si e no Imperador”. Não apenas isso: “O sr. Marquês é o diabo¹⁰⁹”. E se não era Rei, era, ao menos, tido, e criticado, por “vice-rei”, em outros jornais e cartas.

É esse mesmo Marquês de Olinda que foi citado nominalmente, pelo menos, em três textos de Machado de Assis: “Esaú e Jacó”, “Casa Velha” e “O Velho Senado”. Nessa última obra, lembra o Marquês de Olinda ser impopular, mas “a autoridade deste sabe-se que era grande¹¹⁰.” Passa algumas linhas descrevendo a surdez do Marquês, que mesmo com a deficiência, respondia “lúcido e completo¹¹¹” os apartes dos adversários no Senado. Talvez o não ser popular, aludido por Machado de Assis, tenha mais sentido com o complemento da informação dada por Joaquim Nabuco: “Olinda não podia ser chefe de chefes, nem servir com o Imperador se não pouco tempo; faltava-lhe a flexibilidade precisa para ceder.”¹¹² Mesmo assim, escutava a voz de Pedro II chamar nas maiores necessidades.

¹⁰⁶ HEMEROTECA DIGITAL, **Opinião Liberal**. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1866. Nº 13.

¹⁰⁷ PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Bastos. A Vida Política. In: COSTA E SILVA, Alberto da. **Crise colonial e independência – 1808 – 1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 90.

¹⁰⁸ HEMEROTECA DIGITAL, **Opinião Liberal**. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1866. Nº 13. Todos os itálicos estão assim grafados no periódico.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **O velho senado**. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 41.

¹¹¹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **O velho senado**, op.cit., p. 42.

¹¹² NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 122.

O Marquês de Olinda foi um dos políticos mais longevos do Império. Viveu 77 anos. Nessa história, devemos levar em conta o fator biológico dos seres humanos. Olinda viu muita gente desaparecer, como ficará claro ao longo desse texto. Aos poucos, os nomes deixarão de ser citados pela razão mais simples, todavia, intrínseca ao homem: a morte. Bernardo Pereira de Vasconcellos – deputado, senador, ministro -, mineiro, presente intensamente na década de 1830, morrerá em 1850. Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, faleceu em 1856. Como uns morrem, outros aparecem. Esse surgimento inesperado, dentro da documentação, dificulta a narrativa do escritor e, conseqüentemente, o entendimento do leitor. A aparição e sumiço de alguns sujeitos pode nos levar a algumas dúvidas, imprecisões e incertezas, maiores ainda do que as já sabidas do ofício do historiador. Todavia, é nosso trabalho, no desenrolar dos próximos capítulos, ajudar ao máximo na clareza dos argumentos.

Dentro dessa dinâmica complexa de ofuscamento e iluminação, aparecerão, mais tarde, figuras como Souza Franco¹¹³, num ministério complexo, Zacharias de Góes e Vasconcellos assumindo vagas pós-queda de Olinda e José Thomaz Nabuco de Araújo. Essas oscilações nominais estarão mais presentes nas décadas de 1850 e 1860, quando muita gente ainda viva, desde o primeiro reinado, vai morrendo. Ao mesmo tempo que ocorrem cortes narrativos frente aos sujeitos, acontecerá, também, quando tivermos de observar Pernambuco, mais detidamente, pausando as complicações da política da Corte, para dar visibilidade à Província. Tentaremos amenizar o possível essas tensões dentro do trabalho.

Os homens do Oitocentos perceberam a independência do caminhar do Marquês de Olinda dentre as mais tortuosas estradas do Império do Brasil. Nabuco lembrou: Olinda girava “em sua órbita independente¹¹⁴”. Pensamos ter feito, mesmo, alianças de ocasião, temporárias, com gente do Império inteiro, de todas as partes, como fez com os Cavalcanti de Pernambuco¹¹⁵, com independência, todavia, quase sempre, tendendo para o lado do Imperador. Foi com tal habilidade que “subiu no Brasil até onde era lícito subir¹¹⁶.” Foi tudo o que poderia ter sido politicamente no Império, obviamente, menos Imperador.

De forma persistente, a maior parte da historiografia sobre o Brasil do Oitocentos segue afastando os pernambucanos das suas páginas. A pessoa do Marquês de Olinda – Pedro de

¹¹³ Bernardo de Souza Franco (Visconde de Souza Franco). Nasceu no Pará em 1805. Era bacharel pelo Curso Jurídico de Olinda (1835). Em 1839 foi presidente do Grão-Pará. Foi deputado geral, ministro e senador. Morreu em 1875. Para saber mais: MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Segundo Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, pp. 145 – 156. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179448>.

¹¹⁴ NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004, p. 24.

¹¹⁵ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque. (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: Editora UFPE, 2013, passim.

¹¹⁶ PEREIRA DA COSTA, Francisco A. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Op.cit., p. 743.

Araújo Lima – ainda mais: só aparece quando aliada a algum personagem ou ministério dos políticos do Vale do Paraíba. Na ânsia por transformarem o Rio de Janeiro, com seus políticos, no detentor-mor do poderio, amenizam o lugar dos formadores de importantes alianças, ligados às chamadas Províncias do Norte. Talvez por fazer a política de “órbita independente¹¹⁷”, como percebeu Nabuco, o Marquês de Olinda não seja configurado nos grupos montados pela historiografia “saquarema”, levada a transformar o Vale do Paraíba no escravo e no Brasil todo. Por isso, apartam o nome de Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, até da Regência donde ele mesmo era regente, dando muito mais ênfase em Bernardo Pereira de Vasconcellos. No entanto, é importante ressaltar: o trânsito do Marquês por todos os lados era tão intenso, a ponto de determinar o casamento das netas com o filho do Visconde de Souto – banqueiro-, e com o filho do Visconde de Rio Preto¹¹⁸, um dos senhores do Vale do Paraíba.

Marcus Carvalho, apresentando o texto “Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado”, diz, sobre o caso dos Cavalcanti, podendo-se estender para os políticos pernambucanos do século XIX como um todo, que, na historiografia, “geralmente entraram como indivíduos ou como representantes de ramos de partidos sediados na corte. Entraram como uns a mais daquela fina elite imperial, vinculada à grande propriedade agrária, ao comércio, a usura e ao tráfico¹¹⁹”. Carvalho leva-nos a refletir sobre a verdadeira importância desses homens para a política do Oitocentos. Muito além de serem “partidistas disso ou daquilo¹²⁰” eram políticos com trajetórias e interesses pessoais, moldados pela lógica do momento oportuno. O Marquês de Olinda é, pois, para nós, o representante dessa política de interesses e favores. Por isso, buscamos estudá-lo na perspectiva das alianças tecidas, sob um novo ponto de vista para a história do Brasil Império. Através de Olinda, podemos compreender como se articulava o poder pernambucano desde o Rio de Janeiro até a Província, fazendo as mais diversas alianças, chegando a ser chamado “vice-rei” ou “rei constitucional” pelos contemporâneos.

Ensinam-nos Marcus Carvalho e Bruno Câmara: “em sua imensa vaidade, o longo Araújo Lima consolidou seu poder ainda no Primeiro Reinado¹²¹.” Afirmando que, no mesmo período, “poucos políticos tiveram tanto poder quanto ele¹²².” Quando se instalou o curso

¹¹⁷ NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004, p. 24.

¹¹⁸ HEMEROTECA DIGITAL, **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1873, nº 316.

¹¹⁹ CARVALHO, Marcus J. M de. Apresentação. In: CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**. Op.cit., p. 9.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, motins, revoluções** – Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p. 365.

¹²² Idem, p. 363.

jurídico de Olinda, em 1828, Araújo Lima, Marquês de Olinda, foi nomeado diretor efetivo. No entanto, como observou Beviláqua, “absorvido pela política, apenas transitoriamente esteve no cargo¹²³”. Tomou posse em 1830 e permaneceu com a direção mais alguns anos, sem ir à casa que dirigia. Entregava, de vez, em 1839, o lugar de diretor, ao – por mais estranho que seja – médico Antônio Peregrino Maciel Monteiro¹²⁴, ex-ministro em sua regência e gente de inteira confiança. Ainda informa o autor: “disseram-no também desprovido de crenças políticas, deixando-se levar pela mobilidade das circunstâncias¹²⁵”: e não parece ser inverdade. No entanto, a direção do curso jurídico, mesmo à distância, dava-lhe status de formador de grande parte dos juristas e políticos do Brasil, além de poder de barganha, em aprovações e não-aprovações da fina flor da elite Oitocentista. O próprio Eusébio de Queiroz¹²⁶ deveria ser visto, por muitos pernambucanos, como mais um estudante de direito de Olinda; Nabuco de Araújo, também. Dois meninos passados sob a sua formação. Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Camaragibe, deveria vê-los assim; o Marquês de Olinda, semelhante; José Bento da Cunha Figueiredo¹²⁷, igualmente, e muitos outros pernambucanos, da mesma forma. Eram crias das palavras proferidas no Curso Jurídico donde ensinavam. No tempo em que se vislumbrava a atitude do respeito aos professores, esses lentes deviam, da mesma forma, abrigarem estima dos ex-alunos.

Em alguns momentos, o Marquês de Olinda aliava-se ao amigo Francisco do Rego Barros (Conde da Boa Vista) para que ele se resolvesse com os primos dele, os Cavalcanti. As relações do Marquês de Olinda eram tensas com os aliados mais próximos e com os homens do Rio de Janeiro “várias vezes entrou em atrito¹²⁸”, por querer mais benefícios das mãos do Imperador.

Até o ano de 1837, foi o Marquês de Olinda deputado. Mas, desde a abdicação de Pedro I, em 1831, as regências dominaram a administração do Império do Brasil. O padre Diogo Feijó,

¹²³ BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: UFPE, 2012, p. 35.

¹²⁴ Antonio Peregrino Maciel Monteiro. Segundo Barão de Itamaracá. Nasceu em 1804. Bacharel em Letras, Ciências e Doutor em Medicina. Poeta. Deputado Geral por Pernambuco. Foi ministro de Pedro de Araújo Lima. Diplomata em Portugal. Morreu em 1868. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Op.cit., pp. 156-166.

¹²⁵ Idem, pp. 111 – 112.

¹²⁶ Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso da Câmara. Nos documentos: Euzébio (Eusebio) de Queiroz Coitinho Mattoso Camara. Nasceu em 1812, em Luanda. Formou-se no Curso Jurídico de Olinda. Foi juiz de Direito chefe de polícia da Corte desde 1833 até 1844. Foi desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Foi ministro em 1848. Em 1850 se liga à lei do fim do tráfico no Brasil. Senador desde 1854. Para saber mais: SISSON, S.A., **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume I. Brasília: Senado Federal, 1999, pp. 25 – 31.

¹²⁷ José Bento da Cunha Figueiredo. Visconde do Bom Conselho. Foi presidente das províncias do Amazonas, Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais. Foi deputado geral por Pernambuco (1857 – 1860). Era professor da Faculdade de Direito do Recife e também foi seu aluno. Para saber mais: **Organizações e Programas Ministeriais**. Regime Parlamentar do Império. Op.cit. passim.

¹²⁸ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J.M. de. A Rebelião Praieira. Op.cit., p.365.

regente eleito em 1835, não ia se entendendo com a maioria da Câmara. Além disso, o clima de revoltas deixava o Brasil envolto em incertezas. No início de setembro de 1837, Feijó pensou em demitir-se. Buscou escolher, para seu lugar, alguém que “nunca havia tido atitudes extremadas¹²⁹” contra ele. Encontrou, para isso, o neo-Senador por Pernambuco, Pedro de Araújo Lima, que não era tão desconhecido do regente: participou das Cortes de Lisboa com ele e tinha aproximações com seu sogro, como veremos no capítulo “Ser Vice-Rei. A regência de Pedro de Araújo Lima”. Aos 18 de setembro de 1837, a regência ia para a responsabilidade do pernambucano, assumindo o mais importante posto político do Império depois do Imperador. Assim, mesmo a historiografia abrandando, através do seu silêncio, a importância do Marquês de Olinda na política imperial, ele a imprimia de forma singular, demonstrando a sua força.

No dia seguinte, o Marquês de Olinda já nomeava novo ministério. Encabeçado por Vasconcellos, que se responsabilizava pelas pastas de Justiça e Império, juntavam-se, também, Calmon (Fazenda) e Rodrigues Torres¹³⁰ (Marinha). Pernambuco era representado por duas pastas: Maciel Monteiro integrava os Negócios Estrangeiros e Sebastião do Rego Barros¹³¹, a Guerra. Em Pernambuco, o irmão do último, Francisco do Rego Barros, Barão da Boa Vista, assumia a Presidência da Província¹³².

Iniciava-se o “Regresso”. Segundo Basile, o núcleo do futuro Partido Conservador, vinculando, nas origens, “uma aliança entre grandes produtores de açúcar da província do Rio de Janeiro e do Nordeste, comerciantes de grosso trato, burocratas da Corte e magistrados¹³³.” Buscavam a manutenção da monarquia constitucional centralizada. Não se opunham às reformas: pensavam que o Brasil ainda não estava preparado para elas. Ao fim, o Marquês de Olinda, mais tarde, ficou conhecido, por alguns, como quem “simbolizou o respeito e a

¹²⁹ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado.** op.cit., p. 110.

¹³⁰ Joaquim José Rodrigues Torres. Visconde de Itaboraí. Nasceu no Rio de Janeiro, 1802. Estudou matemática em Coimbra. Foi deputado geral, ministro. Para saber mais: SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres.** Volume I. Brasília: Senado Federal, 1999, pp. 73-78. Era um dos três membros da chamada “trindade saquarema”. Os conservadores fluminenses eram chamados “saquaremas”. Para saber mais: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema.** A formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004, passim.

¹³¹ Sebastião do Rego Barros. Nasceu em 1803, em Pernambuco. Irmão do Conde da Boa Vista. Primo dos Cavalcanti de Albuquerque. Era militar. Foi deputado geral já em 1830. Foi ministro. Faleceu em 1863. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres.** Op.cit., pp.774 -776.

¹³² CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado.** op.cit., p. 111.

¹³³ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial:** Volume II (1831 – 1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 91.

obediência no poder legal do governo¹³⁴”. Ou seja, era um representante-fundador dessa política.

Com a subida de Francisco do Rego Barros à Província, uma coalizão fundava-se em Pernambuco. O Presidente e seus primos Cavalcanti, até 1844, assumiriam os melhores postos existentes. Alguém que buscasse qualquer cargo político em Pernambuco, teria de ser um aliado Cavalcanti-Rego Barros. Vai se percebendo que a aliança existente era entre Rego Barros e Araújo Lima: os Cavalcanti eram aliados de oportunidade.

Em 1837, Araújo Lima, o Marquês de Olinda, era Regente Interino. Em 22 de abril de 1838, acontecia a eleição. Pernambuco se dividiu politicamente: Hollanda Cavalcanti e o futuro Marquês de Olinda saíram candidatos. No dia 6 de outubro, confirmou-se o regente interino como eleito, por 4 anos, com 4.308 votos. Hollanda Cavalcanti vinha depois, com 1981¹³⁵. As alianças ocorriam de forma pessoal e a cargo dos interesses. Percebe-se três grupos diferentes que se unem em momentos críticos: Araújo Lima, Rego Barros e os Cavalcanti: cada um possuindo ambições próprias. Mas, mesmo assim, segundo Corrêa de Oliveira, ainda era Rego Barros o representante da política de Araújo Lima em Pernambuco¹³⁶.

Araújo Lima, Marquês de Olinda, vencia as eleições e ficava tudo igual em Pernambuco. Marcus Carvalho percebeu: entre os anos de 1837 e 1839, o tráfico de africanos voltou a crescer no solo pernambucano¹³⁷. Não só o tráfico, mas “o furto de escravos assumia proporções alarmantes. (...) Significativamente, nestes crimes viram-se envolvidos membros das famílias mais importantes da província¹³⁸”, incluindo um irmão do Conde da Boa Vista. Corrêa de Oliveira diz que “lhe doía ver em sua honrada administração valhacoitos de ladrões, assassinos e traficantes de africanos.¹³⁹” Marcus Carvalho ainda ensinou: esses crimes eram “encobertos pelos conservadores devido ao monopólio que exerciam sobre os cargos policiais da província¹⁴⁰.”

¹³⁴MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Segundo volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, p.169. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01064420#page/1/mode/1up>. Acesso em 18 de maio de 2013.

¹³⁵CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**. Op.cit.,p. 128.

¹³⁶OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. **Minha Meninice & outros ensaios**. Recife: Massangana, 1988, p. 76.

¹³⁷CARVALHO, Marcus J. M. de. O “cálculo dos traficantes”: o tráfico Atlântico de escravos para Pernambuco (1831 – 1850). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Tomo 158, Nº 396, Julho/Setembro de 1997, p. 918.

¹³⁸CARVALHO, Marcus J. M. de. “Quem furta mais e esconde”: o roubo de escravos em Pernambuco, 1832 – 1855. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo 150, Nº 363, abril/ junho de 1989, p. 320.

¹³⁹OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. **Minha Meninice & outros ensaios**. Recife: Massangana, 1988, p. 76.

¹⁴⁰CARVALHO, Marcus J. M. de. “Quem furta mais e esconde: o roubo de escravos em Pernambuco, 1832 – 1855. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo 150, Nº 363, abril/ junho de 1989, p. 321.

Talvez esses crimes fossem, mesmo, arranjos políticos. Chalhoub disse: desde 1837 “os regressistas, sob a batuta de Araújo Lima, pouco segredo faziam de sua conivência com o tráfico¹⁴¹.” Esclarecemos, nesse trabalho, a relação do Marquês de Olinda com o tráfico de africanos. Traçaremos a rede do Marquês de Olinda com esses sujeitos. Seus familiares eram aliados de vários comerciantes de cativos desde, pelo menos, o início do século XIX. José Gonçalves Pereira e Manoel de Araújo Lima teceram profícuas alianças com mercadores de carne humana. A ousadia se propaga, quando em 1852, o Marquês é convidado para a presidência de honra do “Institut d’Affrique”, de Paris, confiando em seus sentimentos e luzes, para a obra cristã da abolição do tráfico e da escravidão¹⁴². Todavia, um homem que era criticado por “uma certa timidez, um certo acanhamento e frouxidão¹⁴³” na imprensa e, em carta anônima, “como tenho conhecido o caráter de Vossa Excelência, e visto que é pior do que o do pior negro ganhador¹⁴⁴”, faz-nos acompanhar os passos do problema, inclusive, pensando nas relações paternas do Marquês com Bento José da Costa, morto apenas em 1834, pouco antes daquele assumir a Regência: um dos homens mais importantes do tráfico pernambucano e envolvido na revolução de 1817.

Outro grupo é importante para compreendermos os primeiros passos do Império do Brasil, assim como os do Marquês de Olinda. Os integrantes das Cortes de Lisboa criaram laços de solidariedade e respeito que os deu certa unidade, mesmo quando estiveram em lados opostos. Como veremos, os pedidos de favores estavam integrados a esses dias em Portugal. Parece que se viam e se observavam como uma geração que fundou o Império brasileiro. Nisso estavam Diogo Feijó, Manoel Zeferino, dentre outros, que não deixavam de se apoiar em tempos de poucos aliados, como o caso da saída do padre Feijó da Regência.

Da mesma forma que Feijó passou dias complicados no governo do Brasil, nem todos iam se agradando das resoluções do Regente Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda). Entre 1839 e 1840, ele verá, em seu governo, a mudança de 4 ministérios. A relação com Bernardo Pereira de Vasconcellos complicava-se. Ainda em 1839, com a morte de Lucio Soares Teixeira, senador pelo Rio de Janeiro, abria-se uma vaga na câmara alta. Vasconcellos indicava o nome do também ministro Miguel Calmon. Todavia, o regente impunha a sua vontade, e lançava a

¹⁴¹ CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão** – Ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 48.

¹⁴² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 215, Documento 24. **Carta do Institut d’Affrique para o Marquês de Olinda**. Paris, 1852.

¹⁴³ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 19 de abril de 1838.

¹⁴⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 214 Doc. 48. **Carta de JMGP para Pedro de Araújo Lima**. Bahia, 10 de agosto de 1840.

candidatura do desembargador Caetano Maria Lopes Gama¹⁴⁵, que levaria a vaga, por imposição do regente, sobre a vontade dos homens do Rio de Janeiro. Lopes Gama, um político sem muita expressão, mas, advindo de Pernambuco, vencia as lutas intestinas do ministério em crise. Ainda em 1838, o “Echo da Religião e do Império” apoiava a subida de Pedro II ao trono¹⁴⁶. Mas, como percebeu Daniel Kidder: “Lima, em desespero de causa, agarrava-se com todas as forças ao poder que lentamente lhe escapava das mãos¹⁴⁷.”

Em Pernambuco, Rego Barros seguia fiel ao ex-regente. Os Cavalcanti passavam ao grupo que o derrubou da Regência, em 1840. Esfacelada a aliança dos primos Rego Barros – Cavalcanti, eles perdiam espaço na política. Alguém a redigir com o nome “O Miguel”, em 1844, observou a situação, e disse a Hollanda Cavalcanti: “Vou com fundada esperança de que o mal que hoje sofre Pernambuco há de produzir o bem de reunir todos os membros da tua família, e por termo ao fracionamento que existia: com efeito, se o não fizerem, serão altamente imbecis, altamente criminosos”¹⁴⁸.

No mesmo ano, os praeiros, adversários políticos dos guabirus (como eram chamados os Rego Barros – Cavalcanti), se encastelavam no governo de Pernambuco. Mas, como todo bicho esperto, os ratões espreitavam o momento certo para saírem das tocas: derrubavam os praeiros, em 1848, com os arranjos do “chefe mais graduado do guabirus¹⁴⁹”: Pedro de Araújo Lima.

Depois de regente, o Marquês de Olinda ainda assumiu mais de 5 ministérios. Foi presidente do conselho de ministros em 4 gabinetes, conselheiro de Estado por mais de 27 anos e continuava ocupando a cadeira vitalícia no Senado¹⁵⁰. É pela influência e pela timidez do tratamento dado pela historiografia ao Marquês de Olinda, que pensamos ser necessário esclarecer os problemas ligados à sua política.

¹⁴⁵ Caetano Maria Lopes Gama, Visconde de Maranguape. Nasceu em Recife, “em fins do século passado”, segundo Pereira da Costa, que publicou a biografia em 1882. Graduou-se em direito, em Coimbra. Foi juiz de Penedo. Foi deputado geral já em 1827. No outro ano, era desembargador da Relação de Pernambuco. Foi ministro de Araújo Lima, na regência. Senador. Faleceu em 1864. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A., **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Op.cit., pp. 239 – 243.

¹⁴⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **O Echo da Religião e do Império**. Recife, 20 de abril de 1838.

¹⁴⁷ KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil** – Províncias do Norte. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 272.

¹⁴⁸ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Arquivo Visconde de Camaragibe (AVC). Caixa 1. Carta de “O Miguel” para o Visconde de Albuquerque. Recife, 13 de setembro de 1844.

¹⁴⁹ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 107.

¹⁵⁰ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 743

Nos últimos anos, foram publicados diversos trabalhos sobre o século XIX no Brasil. O ano de 2009 recebeu os três volumes da coleção “O Brasil Imperial¹⁵¹”, coroando a tendência de oferecer a história do Sudeste de hoje (com mais ênfase no Rio de Janeiro) como a história do Império do Brasil. Apenas um artigo contempla os problemas pernambucanos (que pensamos imprescindíveis para a compreensão do Brasil Imperial): “Movimentos Sociais: Pernambuco (1831 – 1848)¹⁵²”, de Marcus J. M. de Carvalho. As publicações do Centro de Estudos do Oitocentos (CEO), em 4 volumes¹⁵³, donde o nome comum de coordenação é o de José Murilo de Carvalho, não possuem algum artigo sobre o hodierno Nordeste, quanto mais, sobre a política dos pernambucanos. Mesmo o número de publicações tendo se estendido sobre a história do Império do Brasil, ainda assim, o “projeto saquarema” submerge os tratos políticos advindos das Províncias do Norte.

Agrupando os políticos do Império do Brasil pela unificação das elites através da formação, José Murilo de Carvalho estudou, na década de 1970, essa “ilha de letrados num mar de analfabetos¹⁵⁴” na obra “A construção da Ordem”, complementada por “Teatro de sombras”. Propõe uma “homogeneidade ideológica e de treinamento” que “iria reduzir os conflitos intralite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política¹⁵⁵.” Para ele, os homens formados em Coimbra – na sua maioria – demonstravam certa unificação de ideias. No capítulo “Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia¹⁵⁶”, Carvalho indica alianças partidárias ligadas à geografia e à formação dos integrantes, tentando integrar pretensões políticas às circunscrições limitadas, sem estender o problema às intenções e projetos individuais dos políticos do Oitocentos. Assim, o autor diminui a política imperial no jogo dos partidos, à “combinação de grupos diversos em termos de ocupação e de origem

¹⁵¹ GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

¹⁵² CARVALHO, Marcus J. M. de. Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Volume II – 1831 - 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 121 – 183.

¹⁵³ Os 4 volumes, em ordem cronológica, são: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. ; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. ; CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.; CARVALHO, José Murilo de.; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina.; VAZ, Maria João. (orgs.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

¹⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem / Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65.

¹⁵⁵ Idem, p. 21.

¹⁵⁶ Ibidem, pp. 199 – 228.

social e provincial¹⁵⁷” de tal forma que, para ele, “a complexidade dos partidos se refletia naturalmente na ideologia e no comportamento político de seus membros¹⁵⁸.”

Concordando com José Murilo de Carvalho, Marcello Basile vem fazendo trabalho relevante sobre o Período Regencial. Mas, percebe-se em alguns textos do autor¹⁵⁹, a ideia de enquadrar os políticos em blocos aos quais ele percebe, ligando-os a “filiações ideológicas¹⁶⁰”, partindo da discussão dos periódicos do Rio de Janeiro e dos “Anais do Parlamento Brasileiro”, privilegiando os arranjos políticos na Corte. No entanto, os caminhos e pretensões políticas pessoais e até regionais, ficam comprometidas ante esse processo de análise. Ainda mais quando Basile volta a indicar o estabelecimento de um “tempo saquarema”, como “o consenso, que começou a se construir com o regresso conservador (...) em torno da necessidade de reduzir a margem de conflitos no interior dessa mesma elite política.¹⁶¹” A análise de Basile é muito eficaz para a compreensão da política imperial do Rio de Janeiro, todavia, é tímida para estender-se aos problemas do Marquês de Olinda com os homens de Pernambuco.

Em 1985, Ilmar Rohloff de Mattos defendeu sua tese de doutorado “O Tempo Saquarema¹⁶²”, influenciado pelos estudos de Antonio Gramsci. Utilizou o conceito de “dirigente” ou “direção”, donde uma classe pode ser dominante de duas formas: “dirigente e dominante.” Nisso, é “dirigente das classes aliadas” e “dominante das adversárias”¹⁶³. Colocou, Mattos, o “Estado Imperial” ser o lócus dos “dirigentes saquaremas”, entendido como um conjunto “que engloba tanto a alta burocracia imperial (...) quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais¹⁶⁴.” Mattos apresenta esses “saquaremas” como os conservadores fluminenses, organizados e dirigidos por uma “trindade saquarema”: Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queiróz, que

¹⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem / Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 219.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Identificamos: BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Volume II – 1831 – 1870, op. Cit.; BASILE, Marcello. Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas. In: CARVALHO, José Murilo de.; CAMPOS, Adriana Pereira. **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁶⁰ BASILE, Marcello. Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas. Op. cit., p. 105.

¹⁶¹ BASILE, Marcello. Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas. Op. cit., p. 115.

¹⁶² MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004.

¹⁶³ FILIPPINI, Michele. Direção. in: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 202 – 203.

¹⁶⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 15.

“constituiria o núcleo do grupo que deu forma e expressão à força que, entre os últimos anos do Período Regencial e o renascer liberal dos anos sessenta, (...) imprimiu e definiu o conteúdo do Estado Imperial¹⁶⁵.” “O Tempo Saquarema” ainda indica que este grupo impunha um processo de Ordem e Civilização, da manutenção da Monarquia e da escravidão: “os preservadores do monopólio do tráfico¹⁶⁶.”

Para Mattos os “saquaremas” indicam a todo o Império os anseios dos plantadores de café do Rio de Janeiro. O problema maior, mais aparente, é o abrandar que todos buscavam interesses na política e a escravidão fazia parte da vida dos brasileiros desde o século XVI. Não interessava, apenas, aos homens do Vale do Paraíba a Ordem – presente na manutenção da Coroa – e a escravidão. Talvez seja mais um equívoco de Mattos afirmar: “os Saquaremas se espalham desde a Corte, passando pela província do Rio de Janeiro, por toda a superfície do Império, evidenciando seus interesses imediatos e proclamando suas ideias¹⁶⁷.” Uma das propostas deste trabalho é mostrar os homens do Império movendo-se pelas oportunidades e por todos os espaços. Tentar alocar os políticos imperiais em grupos fixos – ligados unicamente aos interesses do Rio de Janeiro - é perder os movimentos flexíveis dos atos, como os do Marquês de Olinda, que caminhava entre os grupos políticos brasileiros, movendo-se muitas vezes para os problemas pernambucanos, de outras para os baianos ou, até, dos “saquaremas” e do Imperador. Na verdade, Olinda conheceu o comércio de escravos desde cedo: estava dentro dele. Parece que ele é uma voz forte que sustenta os interesses predominantes dos plantadores de cana de açúcar e traficantes que caminhavam entre Pernambuco, Rio de Janeiro, Portugal e África. Os “saquaremas” chegam depois nesse jogo já quase ganho. O que existia era um interesse pessoal do Marquês de Olinda em manter o tráfico. Sua base política inicial estava armada nele.

Seguindo de perto a perspectiva de Mattos, Ricardo Salles entende ser a “classe senhorial” formada pelos “grandes proprietários rurais escravistas, nucleada em torno da zona cafeeira da Bacia do Rio de Janeiro, envolvendo regiões das províncias de Minas Gerais, São Paulo e a Corte¹⁶⁸”, donde sua dominação, de caráter nacional, “aconteceu a partir da afirmação de uma ordem social e econômica em que a escravidão era o denominador comum¹⁶⁹.”

¹⁶⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 120.

¹⁶⁶ Idem, p. 177.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 190.

¹⁶⁸ SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. In: **Almanack**, São Paulo, nº 4, segundo semestre de 2012, p.6. Disponível em: <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/840>, Acesso em 15 de julho de 2013.

¹⁶⁹ Idem.

Estreitando o poder do Império aos políticos do Vale do Paraíba, exclui as pretensões dos liberais e dos homens de outras partes do jogo do poder. Coloca que até os Gabinetes do Marquês de Olinda, “devem ser considerados gabinetes fluminenses¹⁷⁰”, esquecendo os predicados dados pelos contemporâneos ao Marquês de Olinda, de “vice-rei” e “rei constitucional”, demonstrando a importância e a influência de Olinda na política Imperial.

Todos esses autores (José Murilo de Carvalho, Marcello Basille, Ricardo Salles e Ilmar Mattos) adotaram a postura de indicar a centralização como projeto vencedor no governo imperial. Todavia, há outro modo de interpretação. Miriam Dolhnikoff pensou ter sido o projeto liberal, de descentralização, o querido por todos e o posto em prática. Procurou demonstrar a seguinte afirmativa: “a proposta de uma distribuição equilibrada do aparelho de Estado pelo território imperial era um projeto nacional capaz de articular as diversas elites provinciais, uma vez que estas não se confundiam com as forças localistas¹⁷¹.” Mais à frente, expõe: “A legislação provincial, inclusive a referente a temas fiscais, ficava dessa forma sob o controle da elite da província através dos seus deputados¹⁷².” Talvez, o problema maior da sustentabilidade dessa tese, seja pensar uma elite sem mobilidade, donde deputados provinciais “viam-se como elite letrada, a quem cabia conduzir as elites locais nos trâmites do funcionamento do Estado¹⁷³” esquecendo serem, na maioria das vezes, esses deputados, os mesmo a ocuparem as vagas de gerais, ou os seus apaniguados, com rotatividade e mobilidade dos sujeitos nesses cargos. Como havia intercomunicação entre todos esses aparatos administrativos, os ministérios influenciavam, sim, nas decisões provinciais. Muito mais do que uma descentralização, havia, pois, jogos de barganha entre as mais diversas partes distributivas do poder.

Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, apresenta-se entre o local e o Brasil. Aos poucos, o leitor poderá perceber, nele, um dos mais importantes políticos oitocentistas. Movimentando-se entre Pernambuco, Rio de Janeiro e Europa, donde desde a década de 1830 torna-se um dos poucos membros do Instituto Histórico de Paris, construía carreira ímpar dentre todos aqueles sujeitos a caminharem pelos corredores de São Cristóvão. Talvez o silêncio da historiografia esteja atrelado ao local de nascimento. Por não ser do Vale do Paraíba ou de qualquer parte do Rio de Janeiro, o Marquês de Olinda foi apagado da história do Brasil pelo “rio-centrismo”: queremos retomá-lo. Na verdade, ele será a nossa lente para compreender o Brasil imperial.

¹⁷⁰ SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. In: **Almanack**, São Paulo, nº 4, segundo semestre de 2012, p. 33.

¹⁷¹ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial** – origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 83.

¹⁷² Idem, p. 106.

¹⁷³ Ibidem, p. 204.

O nosso trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, o leitor perceberá as primeiras conexões do Marquês de Olinda: financeiras, políticas e do negócio de escravos. Logo no primeiro capítulo, mostramos como, através de extensa rede de traficantes, o açúcar produzido por Manoel de Araújo Lima se transformava em dinheiro. Essa prática incluía muita gente entre Brasil e Portugal. Só assim o Marquês de Olinda conseguiu se formar em Direito em Coimbra: através das mais variadas interações de sujeitos. Nisso, os favores também apareciam, assim como os diversos nomes. José Gonçalves Pereira será peça importante nessa trama, junto a Bento José da Costa.

No segundo capítulo, mostraremos como o Marquês de Olinda conseguiu ascender às Cortes de Lisboa e os contatos que traçou naquele recinto. Também veremos a importância dos bacharéis do Curso Jurídico de Olinda e das alianças familiares, através de casamentos. Tudo isso seria suporte para o Marquês de Olinda acumular poder e chegar à década de trinta como um dos homens mais importantes do Império do Brasil.

O terceiro capítulo mostra como as alianças demonstradas nos outros dois deram certo. Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, chegava à regência e se estabelecia com autoridade como “vice-rei”, a segunda pessoa de D. Pedro II, aquele que estava apenas abaixo do Imperador.

Na segunda parte, queremos nos aproximar da vista dos contemporâneos sobre o Marquês de Olinda. Assim, através de missivas, jornais e “Anais do Parlamento Brasileiro”, montaremos, primeiro, o panorama dos fins da década de 1840 e a de 1850. Logo depois, traremos os ministérios do Marquês de Olinda da década de 1860, para percebermos como as regências de 1837 a 1840 eram trazidas por lembrança, nos mais diversos momentos de conflito. É, desse momento, a formação da “Liga Progressista”, partido amarrado junto a Pedro II, tendo por integrante o Marquês de Olinda. Como já dissemos, o aparecer e desaparecer dos mais diversos sujeitos, durante a narrativa, será dado pela morte ou afastamento da vida pública. Alguns cortes também serão necessários quando tivermos de mostrar Pernambuco.

O último capítulo é um epílogo. Trabalharemos como Joaquim Maria Machado de Assis viu o Marquês de Olinda. Antes de ser romancista, o “bruxo do Cosme Velho” é um observador da sociedade do Rio de Janeiro. Até mais do que isso: é crítico da política do seu tempo. Tendo conhecido o Marquês de Olinda já velho, Machado de Assis nos mostra com desenvoltura alguns traços daquela personalidade.

Ao final, o leitor terá compreendido a importância de Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda para a história do Brasil. Antes de mais nada: ele fundou o partido do Imperador,

com todo o arsenal que montou nas décadas anteriores. Se já havia acumulado tanto poder, ia para o lado do único mais poderoso do que ele no Brasil: Pedro II. E, assim, fazia-se “vice-rei”.

2 ATAR NÓS, ESTREITAR LAÇOS: MOBILIZAÇÕES AO REDOR DE PEDRO DE ARAÚJO LIMA

Enquanto Jacinto Carreiro Angola, sua mulher Rita e os filhos Pedro e Emiliana, crioulos, trabalhavam nas terras de Manoel de Araújo Lima, junto a Antônio João Angola, João Benguela, Manoel Rebolo, Francisca Angola, dentre tantos outros cativos que punham os engenhos e as canas a plantar, rodar, moer e transformarem-se em açúcar, o senhor do Engenho Antas colocava-se no trabalho de escrever ou, até, ditar: relatava os gastos feitos com Pedro de Araújo Lima desde 1804: ano em que o filho saiu de Sirinhaém para estudar em Recife¹⁷⁴.

Não sabemos se as anotações chegadas até nós são os originais da redação. Não há título oficial que norteie o leitor. Pode ter existido algum borrão anterior; mas, o texto que tivemos em mãos, um manuscrito Oitocentista, é eivado de erros e re-inscrições. Aquelas páginas de sequencias de gastos se estendem desde 1804 até a década de 1820. Outra curiosidade: parte das anotações são notas biográficas sobre Pedro de Araújo Lima, redigidas pelo pai, ou por alguém que escutou dele as informações, e seguem as contas. Assim, são dois textos diversos, relatados pelo senhor do Engenho Antas, Manoel de Araújo Lima. No entanto, antes das contas serem postas, uma indicação o autor nos dá: “Lembrança da despesa que faço com os mestres do ensino do meu filho Pedro”. Assim, talvez esse seja o título do primeiro manuscrito; o segundo, é apresentado como “Lembrança de Pedro de Araújo Lima”.

Atualmente, ambas as partes do manuscrito estão alocadas juntas no Arquivo Marquês de Olinda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Pode ser que ao chegarem naquela instituição, tenham sido agrupadas sob a mesma pasta; ou, o próprio Marquês de Olinda, em uma das organizações do arquivo pessoal, colocou os dois escritos juntos, como sequenciados. O que nos leva a crer na última hipótese é o fato de algumas notas serem do punho do próprio Marquês. Desta feita, a pasta abriga escritos do pai e do filho, em um rico misto de informações, como se o último corrigisse e aumentasse a lembrança paterna.

Outra questão: raros são os registros de acontecimentos de outros membros da família. A filha, dona Rita, aparece uma ou outra vez; assim como os pais de Manoel de Araújo Lima e um exposto, José Columbino. Todavia, o esposo de dona Rita é citado em abundância: José Gonçalves Pereira. Lá também encontram-se informações sobre o Engenho Antas e a certidão de batismo de Pedro de Araújo Lima.

¹⁷⁴ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

Evaldo Cabral de Mello reconheceu a “raridade de diários íntimos na sociedade escravocrata do Brasil colonial e imperial¹⁷⁵”. Percebeu que os “livros de assentos” assumiam a função do “papel privado”. Descrevendo esse tipo de texto, o autor elencou algumas características próprias: “pequenos cadernos em que o chefe da família anotava os principais acontecimentos da história doméstica” e que “serviam para a anotação de operações financeiras e comerciais¹⁷⁶”. Assim, o que temos, possivelmente, são partes de cadernos ligados aos “livros de assento” de Manoel de Araújo Lima, dissolvidos nas mais variadas notas. Talvez, o Marquês de Olinda, mais tarde, tenha separado do livro geral do seu pai, as partes que cabiam a si mesmo, deixando o resto para outrem. Todavia, as “Lembranças de Pedro de Araújo Lima” parecem estar completas.

Além dos múltiplos gastos realizados com o jovem Pedro e das notas biográficas, aparece naquelas páginas algo revelador: uma língua portuguesa esquecida e parada no tempo, todavia, corrida pelos Oitocentos desde o Setecentos ou até antes. Se hodiernamente costumamos chamar ao produto do trabalho dos cativos de “açúcar”, e a gramínea “cana-de-açúcar”, parece que os contemporâneos a denominavam “açucré”, termo ainda aparecido no “Dicionário de Bluteau”¹⁷⁷, de forma secundária a “açúcar”, que deveria saber conviver bem com “açucré”. E mais: “asucré” era a forma usada pelo redator das “Lembranças”. Ainda hoje, pelo interior do Brasil, a manutenção dessa pronúncia da língua de Camões é, por demais, perceptível. No caso dos registros de Manoel de Araújo Lima, “noversidade” aparece para “Universidade”, “vistuaro” para “vestuário”, e a provável influência do francês, mesmo no engenho, surge em “loge” para “loja”. São rudimentos da língua a transformar-se pelos seus falantes e redatores. Assim, o que se mandava por “comedoria” para Pedro de Araújo Lima era “caixas de asucré”, grafado desta maneira, com erro do senhor de engenho que deveria escrever tão pouco.

As anotações, no geral, tomadas desde 1804, seriam somadas a outras, indo até 1837, com a frase: “No dia 20 de setembro de 1837 tomou Pedro d’Araújo Lima posse de Regente do Império”. O marco temporal não era inocente: talvez, a mão paterna tenha concluído o trabalho, ali, pois o projeto havia dado certo: o filho era um “grande do Império”. Todos os gastos obrados seriam investimentos bem empregados. Naquele ano, o filho de Sirinhaém já havia passado por

¹⁷⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 385 – 437, p. 387.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728, p. 116. Acessado em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1>.

todos os postos mais importantes da política brasileira. Manoel de Araújo Lima, orgulhoso do investimento, via, no menino, então, o resultado.

Neste capítulo, estudaremos esses escritos, indo, apenas, até 1820. Organizaremos algumas informações dispersas entre eles para compreendermos quem era a família de Pedro de Araújo Lima e como Manoel de Araújo Lima mobilizou vasta quantidade de pessoas para fazer o seu açúcar transformar-se em dinheiro e educação para o filho. Claro, nesse meio, foi necessário que recorrêssemos a muitos outros documentos: o inventário de Dona Rita Florência, irmã de Pedro de Araújo Lima, os jornais e o vasto arquivo do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Nos auxiliou, também, o site slavevoyages.org. Para que entendêssemos a importância de José Gonçalves Pereira, só nesse caso, fomos até mais adiante dos anos de 1820, adentrando a década de 1830.

2.1 “É NOTÓRIO QUE OS DOADORES SÃO ABASTADOS DE BENS¹⁷⁸”: A FAMÍLIA DE PEDRO DE ARAÚJO LIMA

Como lembrou Cabral de Mello, uma das preocupações das notas dos “livros de assento” era “a precariedade do sistema de registros públicos a cargo de párocos nem sempre cuidadosos e competentes¹⁷⁹”. Com isso, os registros de óbito, matrimônio e batismo vinham transcritos, na maioria das vezes, nesses cadernos. Não sabemos bem quem se deu ao trabalho de tomar nota do registro de nascimento de Pedro de Araújo Lima: se ele ou Manoel de Araújo Lima. No entanto, aquele pequeno texto vem com informações importantes para quem queira entender melhor as origens familiares do nosso sujeito em estudo.

É dessa forma que sabemos ter sido batizado aos três de março de 1794, quando nascido no ano anterior, aos 22 de dezembro, na capela de Nossa Senhora do Pilar, do Engenho Goycana, na Freguesia de Sirinhaém¹⁸⁰. Perece que Goycana era propriedade antiga na família. Já aos 23 de fevereiro de 1713, Damião Casado Lima contraiu matrimônio nessa igreja, sendo ele pai de Antônio Casado Lima, que era pai de Manoel de Araújo Lima¹⁸¹. Todavia, pela década de 1850, o engenho estava nas mãos da família Acióli Lins, pertencendo a João Batista Acióli Lins e depois ao sobrinho Sebastião Antônio de Acioli Lins, Barão de Goicana¹⁸².

¹⁷⁸ PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 227, D. 15372.

¹⁷⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. Op.cit., p. 387.

¹⁸⁰ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

¹⁸¹ FONSECA, Zilda. **Desbravadores da Capitania de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003, pp. 258, 286 e 287.

¹⁸² MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. Op.cit., pp. 408 – 409.

Por volta de 1800, os moradores e donos do “Engenho Goycanna” eram Pedro Teixeira Cavalcante e Luiza dos Prazeres Cavalcante: avós maternos de Pedro de Araújo Lima¹⁸³, declarados doadores “abastados de bens¹⁸⁴”. Desta feita, parece que estavam entrelaçados os membros das duas famílias fazia bastante tempo, ao menos, desde 1713, da forma acima vista, com o casamento de Casado Lima, bisavô de Pedro de Araújo Lima.

A avó materna levava o neto à pia de Goycanna junto ao capitão-mor de Sirinhaém Henrique Luis de Barros Vanderley. Por volta de 1782, era ele o senhor do Engenho Cachoeira, de Sirinhaém¹⁸⁵, e do Engenho Monteiro, por 1813, na mesma localidade. Portanto, havia poder militar e de terras no padrinho de Pedro de Araújo Lima, tanto que, em 1805, é ele quem dá notícias ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro sobre o sargento-mor de Sirinhaém, donde a informação era passada ao príncipe¹⁸⁶.

Os avós paternos eram o sargento-mor Antonio Casado Lima e D. Margarida Bezerra Cavalcante. Parece que o avô possuía, pelos idos de 1770, as terras do Engenho Nossa Senhora dos Prazeres e Nossa Senhora da Penha, em Sirinhaém¹⁸⁷. Era, ainda, senhor do Engenho Lobo, também em Sirinhaém, em 1793, estando sob a invocação de Santo Antônio. Neste mesmo ano, “contraiu outro engenho de fazer açúcar a margem do rio Una no lugar do Rio Preto”: o Engenho Rio Preto. As terras ficavam por mais de vinte léguas da povoação e “depois da continuação daquele Engenho se tem situado muito povo pelas margens do rio”. Assim, por falta de padre e de igreja, muitos “perecem sem sacramentos”. Antonio Casado Lima propunha a construção de uma igreja, de invocação ao Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Mãe do Povo, na terra do seu engenho, em que fez “escritura de doação”. Segundo ele, o motivo para o arranjo era a “necessidade daqueles pobres moradores¹⁸⁸”. Mas, Antonio Casado Lima não deveria ser tão bondoso assim. Com a “doação” do patrimônio, controlaria toda aquela população pobre a estender-se ao longo do rio, os tornando dependentes dele, devedores de favor, aumentando o séquito de homens e mulheres amarrados em sua teia, dando-lhe mais poder sobre aquelas famílias que, então, frequentariam suas terras.

O pai de Pedro de Araújo Lima, Manoel de Araújo Lima, não era diferente do restante da parentela. Adquiria terras para alargar o poderio sobre homens e ganhar ainda mais dinheiro

¹⁸³ PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D.14966.

¹⁸⁴ PRBRB. AHU_ACL_CU_015, Cx. 227, D. 15372.

¹⁸⁵ PRBRB. AHU_ACL_CU_015, Cx. 146, D. 10679.

¹⁸⁶ PRBRB. AHU_ACL_CU_015, CX. 255, D. 17102.

¹⁸⁷ Nessa indicação, acreditamos no que diz o resumo do documento, posto que a imagem do Projeto Resgate Barão do Rio Branco está manchada, pelo desgaste do documento original. O resumo indica ser um engenho com esses dois nomes “Nossa Senhora dos Prazeres e Nossa Senhora da Penha”. A fotografia está ilegível; no entanto, o redator da ementa deve ter tido acesso ao texto mais visível. PRBRB. AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8415.

¹⁸⁸ PRBRB. AHU_ACL_CU_015, Cx. 184, D. 12797.

com o açúcar. Em 1784, comprou a Manoel Felis da Silva as terras no Cucahu, em Sirinhaém¹⁸⁹. Partindo dessa aquisição, pede a confirmação da Patente de Comandante do Distrito de Cucahu, em 1804¹⁹⁰. Na raridade que era, no Antigo Regime português, conseguir os títulos de nobreza aos naturais das terras do Brasil, a titulação militar dava vida e forma as mais abastadas famílias fora de Portugal.

Quando do inventário de Manoel de Araújo Lima, em 1844, ficava, de terras, para serem divididas entre os herdeiros: o Engenho Vicente Campello, no valor de 20:000#000, donde a parte a ser dividida era a metade; 6/16 do Engenho “Dromidario”, avaliado em 16:000#000, e repartia-se 6:000#000; o Engenho Elefante, 8:000#000; metade do Engenho Leão, 7:000#000, ¾ do Engenho Poços, 7500#000 e o Engenho Antas, 23:200#000¹⁹¹.

O Engenho Antas foi comprado aos 6 de dezembro de 1782, como consta do registro feito por Pedro de Araújo Lima, em meio às memórias paternas. Parece que mudaram-se para a casa de vivenda em 5 de outubro de 1793, em um sábado. Só no dia 29 de julho de 1798, dia de Santa Ana, foi dita a primeira missa na capela¹⁹². O lapso de quase cinco anos sem missa no engenho pode estar ligado ao pouco interesse da família na religião de padres; e mais ligada às devoções particulares, caseiras, de rosário e rezas simples, indo à igreja apenas para festividades de santos de devoção, batizado, casamento ou enterro. Todavia, poderia, também, não haver padres na localidade.

Muitas eram as terras para cultivo que necessitava abundante mão-de-obra para fazer moer tanta cana a ser transformada em açúcar. Manoel de Araújo Lima devia ser daqueles senhores abastados, com altos investimentos em seus negócios e no filho. Como demonstrou nas suas contas, ia pouco ao Recife. Talvez pela necessidade própria de ordenar aos fabricos e plantações. Deveria viver encastelado em Sirinhaém, lugar seu, onde nasceu, viveu, cresceu e fez render os bens. Entretanto, o filho não seria a réplica do pai. Trocaria o engenho pelos estudos, retornando até lá em uma raridade infinita. Possivelmente não tinha olhos para Antas. Era o menino que ia se tornando homem do poder.

Sobre a mãe, Dona Anna Teixeira Cavalcante, não sabemos muito. Costa Porto insistiu em seu “cavalcantismo”¹⁹³. No entanto, devemos lembrar que os Cavalcanti de Pernambuco eram tantos, e tão variados, que muito possivelmente não eram uma família única e unida. E

¹⁸⁹ PRBRB. AHU_ACL_CU_015, Cx. 153, D. 11051.

¹⁹⁰ PRBRB. AHU_ACL_CU_015, Cx. 249, D. 16687.

¹⁹¹ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 210. Pasta 44. **Inventário dos bens do casal dos falecidos Manuel de Araújo Lima e sua mulher Dona Anna Teixeira Cavalcante, pais de Pedro de Araújo Lima.**

¹⁹² IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211. Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima. Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

¹⁹³ PORTO, Costa. **O Marquês de Olinda e o seu tempo.** Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: USP, 1985, p. 23.

mesmo se fosse, aparentá-lo aos Cavalcanti de Albuquerque do Engenho Suassuna não seria de bom grado. Não devia haver parentesco entre esses dois ramos que se assemelhavam pelo nome. Além de que quem transcreveu o registro batismal de Pedro de Araújo Lima o fez na ordem “Cavalcante”, com “e”, diverso dos aliados de Suassuna.

Em uma das notas de Pedro de Araújo Lima, ele nos dá a informação de que seus pais haviam casado aos 29 de novembro de 1780, tendo nascido Manoel de Araújo Lima aos 14 de junho de 1751 e a esposa D. Anna Teixeira Cavalcante aos 17 de agosto de 1753. Deste enlace, nasceram 9 filhos, dentre eles, “Mana Maria” ou D. Maria dos Anjos da Porciúncula Cavalcante (2 de agosto de 1782, às 5 horas da tarde, em uma sexta-feira), donde o nome revela a devoção familiar pelo santo medieval Francisco de Assis. Foi na pequena igreja de Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula que Francisco iniciou a Ordem dos Frades Menores. Nasceram, também, Pedro (9 de setembro de 1784, às 2 horas da tarde, em Sirinhaém); Dona Rita (23 de novembro de 1785, às 7 horas da noite em uma segunda-feira); Theodora (1 de julho de 1787, às 9 horas da manhã, em um domingo), Francisco (9 de janeiro de 1791, às 3 e meia da tarde, em um domingo), Margarida (22 de agosto de 1792, de madrugada, em uma sexta-feira) e Pedro de Araújo Lima (22 de dezembro de 1793, às 9 horas da manhã, em um domingo)¹⁹⁴.

A repetição para o nome “Pedro” pode advir da morte prematura, possível, do primeiro; desta forma, os pais resolveram nomear outro menino como homônimo. O mais certo é: aos 8 de junho de 1844, quando da finalização do inventário dos pais, apenas dois irmãos permaneciam vivos: Pedro de Araújo Lima e a “Mana Maria”, Maria dos Anjos da Porciúncula Cavalcante: somente eles receberam a herança como filhos; os outros, são todos netos, filhos de Dona Rita, casada com José Gonçalves¹⁹⁵.

Antes de avançarmos em outras indicações familiares de Pedro de Araújo Lima, agora ligadas aos seus irmãos, devemos pensar na seguinte reflexão, quanto aos seus ascendentes: no final das contas, quando unimos no mesmo local, Sirinhaém, os nomes Casado Lima, Araújo Lima e Barros Vanderley, podemos colocar na soma a formação de um grupo de força local, feita de senhores de terras e cativos, que comandavam Sirinhaém. Partindo da produção açucareira, dominavam pessoas e bens. Atingiram grande quantidade de subordinados, escravos ou não. E quando entrar o Império, a manutenção da escravidão estará nas suas vistas. E lá no

¹⁹⁴ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4 **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**. Dois registros estão ilegíveis, nos nomes, todavia, as indicações são: Aos 6 de fevereiro de 1789, às 9 horas da noite, em uma sexta-feira; 9 de outubro de 1795, às 2 e meia da tarde, em uma sexta-feira.

¹⁹⁵ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 210, Pasta 44. **Inventário dos Bens do Casal dos falecidos Manoel de Araújo Lima e sua mulher D. Anna Teixeira Cavalcante, pais de Pedro de Araújo Lima**.

Parlamento, na Corte, terão Pedro de Araújo Lima por esteio. Portanto, essas forças locais - de escravidão, tráfico e latifúndios antiquíssimos – influenciarão no desejo dessa manutenção de ordem, que não parte, apenas, do Vale do Paraíba, como indicou Ilmar Mattos¹⁹⁶; parte do Brasil todo. Araújo Lima será um representante dos interesses do seu próprio grupo de proprietários, produtores e senhores de terras escravocratas.

Quanto às irmãs de Pedro de Araújo Lima, pouco sabemos. De Dona Maria dos Anjos da Porciúncula Cavalcante, ainda menos. No entanto, parece que ficou com os pais, habitando em Antas. Na década de 1860, ela permanece moradora do mesmo Engenho. Em 1865, entra com 30#000 na “subscrição patriótica” para a “Associação Protetora das Famílias dos Voluntários da Pátria”¹⁹⁷. Além do mais: era uma boa propaganda para o irmão, então Marquês de Olinda, sendo Presidente do Conselho de Ministros, naquele ano: a família não era de dar “ponto sem nó”.

Em 1866, o “Jornal do Commercio”, no Rio de Janeiro, na parte sobre Pernambuco, ainda na primeira página, noticiava a ida do Marquês de Olinda para o Engenho Antas, onde residia a sua irmã. Lá, Olinda recebeu as mais diversas visitas, “das pessoas mais gradas”. Assim, o Marquês - “glória e honra da sua pátria” – era visitado “pelos homens mais notáveis dos lugares a que tem chegado a notícia de sua feliz estada na província”¹⁹⁸. Desde agosto daquele ano, o senador pernambucano havia deixado a presidência do conselho de ministros, desandado, politicamente, com o Imperador Pedro II. Voltar a Pernambuco, naquele momento, estaria aliado ao processo de tentar juntar os fragmentos das suas bases políticas.

No outro ano, o “The Anglo-Brazilian Times”, jornal escrito em inglês, todavia, editado no Rio de Janeiro, dava publicidade à morte, em Pernambuco, da irmã do Marquês de Olinda, Dona Maria dos Anjos da Porciúncula Cavalcanti.¹⁹⁹ Nesse interlúdio, em 1866, quando ainda no gabinete Olinda, Pedro II indicou a Pimenta Bueno o pedido de propostas para a emancipação dos cativos. Como mostrou Chalhoub, o assunto foi escondido por um tempo. Olinda, “escravocrata raivoso e empedernido”, da forma dita pelo historiador, aplicou tal manobra²⁰⁰. É, ainda, Chalhoub, quem indica ser, o plano de Olinda, “apostar na solução demográfica ‘natural’ – como morriam mais escravos do que nasciam, a morte era aliada da

¹⁹⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004, passim.

¹⁹⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 9 de setembro de 1865. Nº 206.

¹⁹⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1866. Nº. 357.

¹⁹⁹ “In Pernambuco Dona Maria dos Anjos Porciúncula Cavalcanti, sister to the Marquis de Olinda, died upon the 3d. Inst.” HEMEROTECA DIGITAL. **The Anglo-Brazilian Times**. Rio de Janeiro, March 23, 1867. Nº. 6.

²⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 139 – 140.

liberdade”; além de que “o Estado Imperial não deveria intervir nesse assunto, bastando deixá-lo seguir o seu curso ‘natural’.²⁰¹” No meio desses desarranjos e discursos sobre o fim da escravidão, em 1869, como herdeiro e testamenteiro da irmã, alforriava todos os cativos do Engenho Antas. O “Diário de Pernambuco” noticiava a iniciativa aos 23 de novembro daquele ano, sob o título “ação nobre²⁰²”. O periódico “O Cearense”, que em seu cabeçalho indicava ser “destinado a sustentar as ideias do Partido Liberal”, também dava a notícia²⁰³; além do “Diário de S. Paulo²⁰⁴”. Ou seja: havia bastante publicidade daquela ação do Marquês sendo espalhada pelo Brasil. E para ainda se apresentar como benfeitor perdoava aos cativos a obrigação, em que estavam em testamento, de pagar certa quantia pela carta de liberdade. Era uma jogada de político velho: para amenizar a gritaria a levantar-se no Parlamento, contra sua pessoa, fazia caridade, uma “ação nobre”, que estava mais para criativa que caritativa.

E no final, para falarmos de Dona Maria dos Anjos, terminamos dizendo mais sobre Pedro de Araújo Lima do que da irmã. Saímos sabendo quase nada, dela, e mais um pouco, dele. Afinal, rastrear os passos de indivíduos do século XIX faz-se nas perdas e ganhos de sujeitos a aparecerem e desaparecerem das historietas cruzadas das vidas a encontrarem-se.

E falando em encontro, surge mais uma questão. Dentre as anotações divididas entre paternas e de Pedro de Araújo Lima, uma pequena nota se faz de bastante interesse: “José Columbino foi exposto na madrugada de 4 de 8brº de 1810 e achado às 3 horas do mesmo [...] foi batizado [...] no dia 12 de 8brº do mesmo ano, sendo padrinhos meu pai e mana Maria²⁰⁵”. Com esses dados, tendemos a perceber a anotação sendo de Pedro de Araújo Lima, já que manifesta-se sob a forma “Mana Maria”, indicando ser Maria dos Anjos Porciúncula. José Columbino - receberá o nome Araújo Lima somado - não entrará na partilha dos bens do casal Manoel de Araújo Lima e Anna Teixeira Cavalcante, posto não ser filho. No entanto, deve ter sido um daqueles agregados, alocados na casa como da família. A falecida Dona Anna Teixeira Cavalcante, deixaria para ele, como legado, no Engenho Poços, assim como para os seus dois filhos Manoel e José, a quantia de 1:800#000, do total do inventário do casal de 292:749#969²⁰⁶.

José Columbino Araújo Lima parece ter aprendido o jogo do poder senhorial da cana de açúcar. Em 1859, era o dono do Engenho Castor, em Sirinhaém, e o arrendava a Francisco

²⁰¹ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. Op. cit., pp. 144 – 145.

²⁰² HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de novembro de 1869, nº 268.

²⁰³ HEMEROTECA DIGITAL. **O Cearense**. Ceará, 28 de novembro de 1869. Nº 267.

²⁰⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de S. Paulo**. São Paulo, 10 de dezembro de 1869. Nº 1279.

²⁰⁵ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**.

²⁰⁶ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 210, Pasta 44. **Inventário dos Bens do Casal dos falecidos Manoel de Araújo Lima e sua mulher D. Anna Teixeira Cavalcante, pais de Pedro de Araújo Lima**.

Antonio de Lima²⁰⁷. E o Engenho Lobo, que foi de Manoel de Araújo Lima, no mesmo ano, também era de José Columbino, tendo por rendeiro José Bezerra de Barros Cavalcanti²⁰⁸. Ou seja: Columbino entrava na malha deixada pelo seu padrinho, por herança. Se não possuía o sangue Araújo Lima, tinha o conhecimento e as pessoas do seu lado, além do nome. Parece não ter sido deixado só: era incorporado à dinâmica familiar, inclusive quando, nos processos do poder, os homens buscam ocupar todos os espaços: enquanto Pedro de Araújo Lima estava na Corte, traçando e construindo jogos bem armados para possuir ainda mais prestígio, Columbino era, em 1849, segundo suplente do subdelegado do segundo distrito da freguesia de Sirinhaém²⁰⁹.

Parece que José Columbino também se envolveu em negócios no Recife. Não se ateuve ao campo de Sirinhaém. Se arrendava as terras dos engenhos, deveria fazer outros investimentos. Em 1862, o “Diário de Pernambuco” anunciava negócio do seu interesse, ao ser, ele, chamado à Fundação da Aurora²¹⁰. Ainda em 1861, era pedida a sua presença à Rua da Praia²¹¹. Em 1866, como “senhor do Engenho Castor”, deveria “ter a bondade de dirigir-se a rua do Queimado n. 37²¹²”. Columbino deve ter aparecido para fazer os negócios andarem.

Aos 26 de novembro de 1879, a família de Columbino agradecia, no “Diário de Pernambuco” aos presentes no sepultamento do familiar²¹³. Em 3 de dezembro de 1879, o periódico “O Cearense”, na parte de “Pernambuco”, noticiava o falecimento do “abastado proprietário e agricultor José Columbino de Araújo Lima²¹⁴”. No fim das contas, o agregado que foi exposto na porta do Engenho Antas soube fazer-se alguém naquele meio. Integrou-se no arsenal da malha construída pelo poder do padrinho e conquistou bom espaço na sociedade. Talvez, tanto sucesso fizesse parte de uma inspiração maior: José Columbino não era, simplesmente, um exposto; mas, filho bastardo de algum aparentado, ou até mesmo de Manoel de Araújo Lima, que o acolheu em casa.

²⁰⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Folhinha de almanak ou Diario Ecclesiastico e civil para as Provincias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceara e Alagoas para o Anno de 1859**. Pernambuco: Typographia de M.F. de Faria, 1858, p. 382.

²⁰⁸ Idem, p. 386.

²⁰⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 de março de 1849. Nº 63.

²¹⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 de março de 1862. Nº. 66.

²¹¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 1 de novembro de 1861. Nº 254.

²¹² HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 2 de novembro de 1866. Nº 254.

²¹³ “O Dr. José Francisco de Araújo Lima (ausente), Manoel Theophilo de Araujo Lima, Joaquim Damazo de Araújo Lima, João Athanzio Lins Cavalcante de Albuquerque, Anna Leonor de Araujo Lima, Antonio de Lima Ribeiro, Maria Constança de Araújo Lima e Anna Virginia de Mattos Lima, filhos genros e nora de José Columbino de Araujo Lima, pungidos da mais viva dor, agradecem a todas as pessoas que acompanharam o cadáver de seu pai e sogro ao cemitério público, e convidam a todos os seus parentes e amigos para a missa do sétimo dia, sábado 29 do corrente, no Convento de São Francisco e na matriz de Gameleira.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 26 de novembro de 1879.

²¹⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **O Cearense**. Fortaleza, 3 de dezembro de 1879. Nº 134.

Se sabemos um pouco mais de José Columbino do que de Dona Maria dos Anjos, possivelmente, é por ser homem. Assim, os registros se fazem mais abundantes. Era comum, no século XIX, as mulheres serem colocadas sob os olhares masculinos. É por isso, também, que tão pouco sabemos da outra irmã de Pedro de Araújo Lima, Dona Rita Florência de Lima. Entretanto, seu marido era José Gonçalves Pereira, que terá papel essencial na educação de Pedro de Araújo Lima: é a casa dele o abrigo do futuro Marquês de Olinda. Com isso, dedicaremos espaço especial a esse casal.

2.2 MERCANDO GENTE E AÇÚCAR: JOSÉ GONÇALVES PEREIRA E RITA FLORÊNCIA DE LIMA

As informações mais concretas que possuímos sobre José Gonçalves Pereira é de ser comerciante, no Recife, pelas décadas de 1800 e 1810, tendo-se estendido as atividades, possivelmente, até fins dos anos 1830. Tais dados são conjecturados partindo, basicamente, de duas fontes: as anotações de Manoel de Araújo Lima e o inventário de Dona Rita Florência de Lima²¹⁵.

Por volta de 1806, José Gonçalves Pereira possuía uma loja, no Recife; ou “loge”, como grafado por Manoel de Araújo Lima. No mesmo estabelecimento, Pedro de Araújo Lima havia feito gastos para si, ainda menino saído de Antas. O pai pagava e registrava. Algumas vezes, o financiamento era através de caixas de açúcar²¹⁶. Ao que parece, era o genro quem fazia a venda do produto do Engenho de Manoel de Araújo Lima em Portugal: enviava as caixas para Lisboa e retornava em dinheiro. Talvez o casamento com dona Rita Florência tenha advindo dessa conjunção comercial: o pai entregava a filha ao comerciante que atravessava o seu açúcar.

Entre 29 de abril de 1807 e 3 de dezembro de 1812, Pedro de Araújo Lima foi mantido em casa de José Gonçalves Pereira, quando partia para estudar em Portugal. Costa Porto lembrou: “muito rapaz do interior foi assim que estudou: interno, em casa de parentes, de amigos de confiança, via de regra daqueles comissários de praça, agentes e gestores de negócios dos senhores de engenho”. E foi assim, realmente, que deu-se com Pedro de Araújo Lima. Além do mais: esses comissários “se encarregavam das despesas para encontro de contas no fim do ano²¹⁷”: Manoel de Araújo Lima fez questão de registrar: gastou nesses 5 anos 7 meses e 3 dias 799#515. Mesmo depois de partir para Lisboa, ainda era Gonçalves Pereira quem fazia a

²¹⁵ IAHGP. **Inventário de Rita Florência de Lima**. Recife, 1836.

²¹⁶ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**.

²¹⁷ PORTO, Costa. **O Marquês de Olinda e o seu tempo**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ USP, 1985, p. 29.

assistência de Pedro. Pelo menos entre 10 de abril de 1813 e 1 de janeiro de 1817, ele mobilizou parte dos comerciantes portugueses na intenção de fazer chegar, ao filho do senhor de Engenho de Sirinhaém, a quantidade de dinheiro necessária à manutenção dos estudos. Nesse caso, o auxílio feito por lá resultava, nesses 3 anos 8 meses e 1 dia em 2:412#983. Não era todo mundo que possuía esses valores para investir nos filhos. Mas, Pedro de Araújo Lima deve ter aprendido muito mais que as aulas de ler e escrever na estadia do Recife. Conheceu as formas de comerciar e entender a realidade da venda do açúcar e do tráfico de cativos a assolar Pernambuco. E o negócio de cativos ia de vento em popa nessa época: a estimativa de Domingues da Silva e Eltis é que em 1810 entraram 10.661 pessoas; em 1815, 8.460; em 1820, 10.114²¹⁸.

Antes de chegar ao Recife, parece que Pedro de Araújo Lima já havia passado por outros mestres de ensino: João Antonio, que esteve por seis meses, sob o gasto de 10#000 e o religioso Lourenço de Castro, donde entrou em 7 de janeiro de 1800, pagando-se o valor de 83#520. Era apenas aos 18 de fevereiro de 1804 que o filho do senhor do engenho Antas chegava ao Recife. Não ia direto para o abrigo de Gonçalves Pereira; mas, à casa do ajudante Manoel Francisco da Silva.

Ensinou Adriana Maria Paulo da Silva, referindo-se aos professores: “as aulas costumavam a acontecer nos espaços das suas próprias residências ou das residências por eles arranjadas para tal fim²¹⁹”. Talvez seja por isso que Pedro de Araújo Lima, uma criança de quase 11 anos, tenha ficado pela casa de Manoel Francisco da Silva. As despesas eram pagas em açúcar, como os gastos de 29 de dezembro de 1804, donde mandava Manoel de Araújo Lima “uma caixa de asucre”, a render para “comedoria” 96#560. Mesmo nesse tempo, as despesas alargavam-se na “loge” de José Gonçalves Pereira: talvez o parente mais próximo, no Recife²²⁰.

Um dado de 28 de março de 1805 faz-nos parar um pouco e pensar: “por dinheiro que gastou Manoel Francisco com a despesa quando teve bexigas no Recife. 18#220²²¹”. As bexigas ou varíola são conhecidas pelas bolhas aparentes na pele. As complicações podem ser estendidas aos olhos, chegando a ocasionar a cegueira e as inflamações e abscessos do canal

²¹⁸ DOMINGUES DA SILVA, Daniel Barros; ELTIS, David. The slave trade to Pernambuco, 1561 – 1851. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David (eds.). **Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database**. New Haven: Yale University Press, 2008, p.129.

²¹⁹ SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: EdUFPE, 2007, p. 163.

²²⁰ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**.

²²¹ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**.

auditivo ocasionam surdez²²². Não temos como comprovar que esse evento tenha desencadeado a deficiência auditiva de Pedro de Araújo Lima. Mas é possível que essa seja a causa do problema a ser lembrado e relembado pelos adversários políticos. Assim, também, a surdez não seria, simplesmente, política; todavia, física e real, existindo e não fazendo desistir ao político nem ao menino futuro jurista. Seguiria os estudos mesmo com a dificuldade ocasionada pelas sequelas da bexiga.

Como indicou Manoel de Araújo Lima, entre 1804 e 1807, além de Manoel Francisco da Silva, também foram professores de Pedro de Araújo Lima o mestre Vidal – do ensino das primeiras letras, com quem passou 14 meses -, além do padre Antonio Roz Xaves, donde esteve por 5 anos. Nesse tempo das primeiras letras, além das despesas com o filho, o pai também mandava mimos aos mais diversos sujeitos atrelados a esse processo de inserção social: o aprender. Aos 12 de março de 1804, enviava a Manoel Francisco da Silva: 6 caixas de doce (2#880), três galinhas (#960), dois perus (1#600) e um carneiro (1#280). Aos 18 de abril 2 caixões de doce (#960). Logo depois, no dia 30, 82 dúzias de ovos (4#920). Em 10 de julho, 6 caixas de doce (2#880) e aos 12 de dezembro 2 perus, 2 capões, 2 caixas de doce (3#200). O reverendo Vidal, em 10 de julho de 1804, recebia 4 caixas de doce (1#920). No ano seguinte, as benesses continuavam. Aos 10 de janeiro de 1805, Manoel Francisco recebia 2 caixas de açúcar (4#000); aos 2 de abril 4 caixas de doce (1#920) e aos 29 do mesmo mês 6 caixas de doce (2#880). Ainda aos 29 de abril de 1805, enviava 2 caixões de doces (#960) ao religioso Vidal e para o religioso padre Xaves 1 caixão de doce (#480). Em 14 de março enviou a Teles Lucas Pais, do padre Xaves, 1 caixa de açúcar (2#000). Em 1806, a 10 de julho, Manoel Francisco recebia 6 caixões de doce (2#880); em 5 de dezembro, 2 perus (1#920) e duas caixas de doce (#960). No outro ano, aos 23 de janeiro, Manoel de Araújo Lima enviava para o padre Antonio Paz Xaves 1 feixe de açúcar (21#640) e aos 13 de agosto, o padre Xaves recebia 2 caixas de doce (#800). Por todo o ano de 1808, os mimos são suspensos: ninguém os recebe. Mas, a partir de 1809, quando Pedro de Araújo Lima estava em casa de José Gonçalves Pereira, os mimos serão reduzidos ao açúcar, ou elevados, se falamos em valores. Aos 17 de fevereiro de 1809, ao padre Xaves cabia 1 feixe de açúcar (16#330); aos 21 de fevereiro, a Telis Lucas Pais 1 caixa de açúcar (1#280). Os mimos só retornam em 1810, a 3 de fevereiro, quando Manoel Francisco – não mais professor de Pedro de Araújo Lima – ficará com 4 caixas de açúcar (5#120) e Telis Lucas 1 caixa de açúcar (1#280); além do padre Vicente Teixeira da

²²² CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias ... 6. ed. consideravelmente aumentada, posta a par da ciência.** Paris : A. Roger & F. Chernoviz, 1890., p. 327. Acessado em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/diccionario/edicao/4>.

Silva, mestre da música, com duas caixas de açúcar (2#560). Aos 8 de março de 1810, o padre Xaves recebe 1 feixe de açúcar (15#290). E em 26 de fevereiro de 1812, vinha do engenho para o Recife 17 caixas de açúcar que mandou repartir entre todos os mestres (21#760)²²³.

Claro que os presentes dados não eram sem nenhuma intensão de troca. Mostravam as condições de quem dava. Era estabelecida uma relação social entre os sujeitos receptores e doadores dos bens físicos. As contas literalmente feitas não eram sem sentido: em todos aqueles anos, o senhor do Engenho Antas gastou a quantia de 126#580 só de “mimos”. O cálculo estabelecido era o da entrada do filho no mundo da educação e da cidade. Retirava-se o menino do engenho para tornar-se doutor de Coimbra, passando pelo Recife. Era um processo custoso e demorado. Além do mais: deveria haver uma hierarquia interna entre quem recebia os presentes, tanto que os valores são bem dispersos uns dos outros. Além de, com o passar do tempo, o açúcar tomar conta dos doces, entre as encomendas. E, claro: esses professores não deveriam consumir isso tudo: poderiam empregar em algum tipo de comércio; e, obviamente, não recebiam de apenas um aluno.

Não era apenas de mimos que se faziam as despesas. Vestuário (65#780, em 27 de julho de 1806), condução para retorno ao engenho, nas férias (2#000, 5 de dezembro de 1806), comedoria (uma caixa de açúcar, 76#720, em 9 de janeiro de 1807), dinheiro em quantias avulsas. Ao fim, enquanto esteve na casa do ajudante Manoel Francisco da Silva, Manoel de Araújo Lima gastou com Pedro 464#380, e somando-se o valor pago aos dois mestres (93#520), dava 557#900: era uma boa quantia de investimentos²²⁴. Talvez, por isso, tão poucas pessoas tenham sido educadas em fins do período colonial atravessando para o Império. Gastava-se uma pequena fortuna na educação dos sujeitos ainda em terras brasileiras. Obviamente: enviar um filho a Portugal ou outra qualquer parte da Europa significava mais despesas. Assim, compreende-se quando José Murilo de Carvalho tece a sua frase de que existia, no século XIX, no Brasil, uma “ilha de letrados num mar de analfabetos²²⁵”. Nem todo mundo estava disposto ou tinha tanto dinheiro a ser gasto. Ou melhor: nem todos possuíam tantas caixas de açúcar para enviar por pagamento.

É importante lembrar: os valores das caixas de açúcar eram fixados em flutuações de preços entre os anos. Como toda mercadoria, o produto do engenho também sofria quedas de

²²³ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

²²⁴ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

²²⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem/ Teatro de sombras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65.

preço e elevações: não trataremos disso aqui. Entretanto, Manoel de Araújo Lima, ao informar valores em espécie, indica sob a cifra do dinheiro; e o açúcar sempre é descrito na quantidade de caixas, caixões ou feixes, atribuindo-se os valores de cada um. Era como uma transação de compra de moedas: o açúcar era dado a algum atravessador que transformava essa caixa em dinheiro. Muito provavelmente quem fazia essa ação era José Gonçalves Pereira, o marido de dona Rita Florência, genro de Manoel de Araújo Lima.

Aos 29 de abril de 1807, Manoel de Araújo Lima passava o filho para a casa de José Gonçalves Pereira, donde ficaria até 3 de dezembro de 1812, resultando em 5 anos 7 meses e 3 dias, gastando-se nesse tempo 799#515. Dentre os gastos, aparece dinheiro dado ao próprio Pedro (1#280, 2 de maio de 1807; 6 de fevereiro de 1809, 5#120; 22 de julho de 1809, 4#000; 21 de outubro de 1809, 1#280; 6 de fevereiro de 1810, 5#120; 3 de dezembro de 1810 – para vir de férias – 1#600; 6 de março de 1811, 5#120; 28 de agosto de 1811, 4#000; 3 de dezembro de 1811, 1#280; 24 de fevereiro de 1812, 5#120); dinheiro para uma casaca (2#400); despesas sem especificação, feitas pelo genro (14 de agosto de 1807, 42#900; até 3 de setembro de 1808, 120#550), roupas (34#240), caixas de açúcar entregues a José Gonçalves Pereira (uma caixa na safra que findou em 1809 para comedoria, 68#200; uma caixa de açúcar na safra que findou em 1810, 81#500; 25 de fevereiro de 1811, uma caixa de açúcar, 77#200; uma caixa de açúcar na safra que findou em 1812, 72#460), despesas feitas na loja de Gonçalves Pereira (7 de setembro de 1810, de dinheiro e fazenda na loja de José Gonçalves Pereira, 56#780; mais despesa que achou feita quando foi ao Recife em 24 de agosto de 1811 na loja do genro, 95#455), despesa achada feita de fazenda e dinheiro para livros (9 de julho de 1812, 105#110) e mais dinheiro quando Manoel de Araújo Lima veio ao Recife em 10 de julho de 1812 (4#800).

O dinheiro era abundante; entretanto, devia ser pensado como investimento. Toda essa ganstância resultaria em futuro promissor para Pedro de Araújo Lima que, segundo a lógica da época, entraria para a burocracia, galgando diversos espaços no poder arranjado. Para isso, Manoel de Araújo Lima calculou como gasto, com o filho, nos 8 anos 8 meses e 5 dias em que esteve nas duas casas aqui já citadas 1:263#895: uma pequena fortuna²²⁶. Entretanto, quem tinha para gastar, nessa empreitada, o fazia: o retorno bastante ampliado era indiscutível.

Como lembrou George Cabral de Souza, o Recife estabelecia-se como “centro regional” comercial, pela segunda metade do século XVII²²⁷, comerciando com a Bahia e o Rio de

²²⁶ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

²²⁷ SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & mofatras.** O grupo mercantil do Recife colonial (c.1654 – c. 1759). Recife: EdUFPE, 2012, p. 57.

Janeiro, dentre outros, quando pensa-se o Atlântico Sul. Dentre os itens enviados ao segundo, escravos, couros, cocos, carnes secas, sapatos; ao primeiro, carne seca e cerâmicas, além de doces. Entretanto, do outro lado do Atlântico, África e Portugal entravam no circuito comercial. E para o reino ia o açúcar, couro e outros produtos. De África, vinha os cativos, marfim, cera, madeira; e iam doces, sapatos, farinha de mandioca, aguardente, dentre alguns itens²²⁸. Talvez estivesse aí a explicação para a enorme quantidade de doces dadas por “mimos” aos professores de Pedro de Araújo Lima: se juntassem as caixas de algum número de alunos, poderiam, talvez, enviar à África em troca de cativos. Assim, aparece a vantagem dos presentes enviados por Manoel de Araújo Lima. Os doces transformavam-se em investimento por quem os recebia.

É no meio desse efervescente comércio que encontramos José Gonçalves Pereira. Como lembrou Cabral de Sousa, “encontramos uma ativa comunidade mercantil²²⁹”, dentro de uma cidade portuária, que não agia simplesmente como “porta de escoamento do açúcar produzido na capitania²³⁰.” O couro, o comércio de cativos e, entre fins do XVIII e início do XIX, o algodão, tornavam Pernambuco um ativo núcleo comercial²³¹. E, claro, se o autor referiu-se ao século XVIII, percebemos a manutenção da atividade comercial no Recife, também, por esses dias do início do XIX, partindo da verificação do inventário de Dona Rita Florência, que alberga um sem-número de atividades comerciais de José Gonçalves Pereira.

Era no meio dessas atividades que estava Pedro de Araújo Lima. Entre 1805 e 1810 estudara com o padre Antonio Xaves, mantendo-se na casa do comerciante e cunhado Gonçalves Pereira. Mas, aos 8 de março de 1810 entrava na Madre de Deus, para estudar filosofia com o mestre José de Gois, onde aprendeu matemática e esteve por 3 anos. Adriana Paulo da Silva indicou que os padres Oratorianos de São Felipe Neri davam aulas de filosofia racional, no Recife. Do ordenado de 180\$000, a metade era do professor que regia a cadeira²³²; ou seja: Pedro de Araújo Lima estabelecia-se na Madre de Deus, igreja e convento dos Oratorianos do Recife, até hoje instalada no Bairro do Recife, para estudar filosofia racional. Vem daí a alusão feita por Manoel de Araújo Lima à matemática aprendida pelo filho. O menino Pedro estava no centro do bairro portuário. Devia ver as idas e vindas dos navios a aportarem com cativos e os mais diversos tipos de cargas. Aprendera a ver isso tudo com a normalidade da vida. E sabia: um dia próximo, quem estaria subindo nas embarcações para Portugal, seria

²²⁸ SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & mofatras**. O grupo mercantil do Recife colonial (c.1654 – c. 1759). Recife: EdUFPE, 2012, p. 58.

²²⁹ Idem, p. 60.

²³⁰ Ibidem, p. 60.

²³¹ Ibidem, p. 60.

²³² SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: EdUFPE, 2007, p. 154.

ele mesmo. E não tinha ideia de que, muito mais tarde, a avenida a cortar o bairro de sua infância, receberia por nome, seu título do Império: Avenida Marquês de Olinda.

Como registrou Manoel de Araújo Lima, no dia 10 de abril de 1813, um sábado, às 8 horas, embarcou Pedro para Lisboa no navio Amizade, no trapiche da “Campaia”, donde o capitão da embarcação era Joaquim José de Souza. Pedro de Araújo Lima já era um homem: estava com 19 anos 3 meses e 20 dias. Disse: “gastei com Pedro no embarque quando foi para Coimbra em até o dia 10 de abril de 1813 – 322#420”²³³. Se observarmos há uma imprecisão quanto às cidades de Lisboa ou Coimbra. Talvez, tenha saído de Recife para Lisboa e, de lá, deteve-se no caminho de Coimbra, posto que “entrou na novercidade [sic] de Coimbra aonde foi matriculado no dia 29 de 8brº de 1813.” É importante lembrar: todos esses anos, meses e dias aqui descritos, e tão precisos, são registros paternos. Parece que era importante para o senhor do engenho Antas marcar o tempo, a idade e os gastos.

Mesmo tendo partido para Portugal, a vida de Pedro de Araújo Lima não se desvencilhou da de José Gonçalves Pereira. Era, via o genro, que os valores ao filho de Manoel de Araújo Lima chegavam no além-mar. Além do mais: era muito açúcar e muito doce a partir do Recife. Vejamos: em 10 de fevereiro de 1814, mandava através do genro, 18 caixas de açúcar de arroba a 2#000 cada (36#000); no mesmo dia, 50 caixas de doce de goiaba a 400 (20#000), mais 8 caixas de doces de confeito, mais uma pelo doce de ananás, mais duas redes pintadas, donde cada rede a 5#000 (10#000). Não falava no valor do confeito e do doce de ananás. Aos 4 de maio de 1815 mandava 16 caixas de açúcar a 2#560 (40#000), e ainda 51 caixões de doces de goiaba com peso de 6 arrobas, pondo a arroba a 3#200 (19#200). Em 10 de fevereiro de 1817 iam 30 caixas de açúcar com peso de 16 arrobas, com a arroba a 1600 (25#600). Só em abril de 1817 que mais açúcar era enviado, mas, agora, pelo Sr. Carvalho.

Claro que tudo isso deveria se transformar em dinheiro para cobrir as despesas de Pedro de Araújo Lima. Entretanto, é muito doce! As quantidades chegam a ser exageradas. Só no parágrafo acima temos o registro de 110 caixas. Mesmo que o receptor distribuísse doce entre alguns professores mais próximos, deveria existir mais alguma finalidade nessa matéria.

Marcus Carvalho já mostrou que “não era somente no Brasil que se armavam navios para o tráfico em direção a Pernambuco. Houve casos de navios preparados para esse fim em Portugal²³⁴.” Além do mais: “as expedições negreiras nem sempre eram monopólio de um ou

²³³ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

²³⁴ CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade** – rotinas e rupturas do Escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: EdUFPE, 2010, p. 123.

dois investidores, porém sociedades mais amplas que reuniam membros grandes e pequenos²³⁵.” E um dos itens de troca, típicos, nas exportações brasileiras para Angola, desde o XVIII, era doces²³⁶. Não seria absurdo, de forma alguma, pensarmos que Manoel de Araújo Lima se utilizava do filho, em Portugal, através de Gonçalves Pereira, para investir no tráfico. Assim, o valor dos doces enviados deveriam ser multiplicados nas mãos dos traficantes. Doce e açúcar, juntos, fariam a educação e a riqueza da elite escravocrata brasileira a formar-se no século XIX. Acompanhando os passos dessa investigação, não fica estranho pensar em Araújo Lima como aquele que fez vistas grossas ao tráfico, no Brasil, na década de 1830. Ele conhecia bem as artimanhas dos negreiros. Ademais: estava dentro do grupo: era irmanado a eles.

Em Portugal, quem mais estaria ao lado de Pedro de Araújo Lima seria Joaquim Elias Xavier, fazendo os gostos do rapaz. Aos 4 de dezembro de 1814, Araújo Lima dizia a Xavier: “achei um segundo pai²³⁷”. Claro: as despesas todas eram pagas, em contas gigantescas, por Manoel de Araújo Lima, através de José Gonçalves Pereira.

Joaquim Elias Xavier, ao que parece, tinha muita atenção por Pedro de Araújo Lima. Já em 9 de outubro de 1813, o rapaz agradecia as meias e dizia “queira perdoar estes incômodos pois bem sabe que não tenho outro a quem incomode.” Era sempre a ele que recorria nos momentos de necessidade, financeira ou não, até quando precisava de alugar casa, já que estava em “casa do Caetano”. As matrículas e muitos livros eram pedidos a Xavier, por isso “desejo que tenha a bondade de me mandar dar mais trinta mil réis para as ditas despesas²³⁸.”

Os livros sempre foram de extrema importância para Araújo Lima. E, os mais pedidos, são esses itens. Aos 13 de dezembro de 1813, já estudante de Coimbra, informava: “sei que já saiu aí o Dicionário de Moraes, que tinha encomendado a Vossa Mercê para fazer-me este obséquio; pois são livros de que muito necessito, e não se acham nesta Universidade²³⁹.” A primeiro de janeiro de 1814 reivindicava mais obras: “Tinha enviado dentro da carta um papel com os títulos dos tais livros em francês, os quais são = Direito Natural de Felice e Direito Natural de Perró”. E não ficava só nesses: “Agora por conhecer cada vez mais os obséquios que Vossa Mercê me faz, afoito-me a pedir mais Direito Natural de Puffendorf.” E advertia: “Felice há em francês e em italiano, se vossa mercê puder descobrir em francês, muito, e muito melhor

²³⁵ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M.de. **O Alufá Rufino – tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro** (c.1822 – c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 170.

²³⁶ Idem, p. 169.

²³⁷ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 214 Pasta 15. **Conta geral das despesas, que por ordem do Senhor José Gonçalves Pereira de Pernambuco tenho feito com seu cunhado o sr. Pedro de Araújo Lima.**

²³⁸ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 214 Pasta 15. **Conta geral das despesas, que por ordem do Senhor José Gonçalves Pereira de Pernambuco tenho feito com seu cunhado o sr. Pedro de Araújo Lima.**

²³⁹ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 214 Pasta 15. **Conta geral das despesas, que por ordem do Senhor José Gonçalves Pereira de Pernambuco tenho feito com seu cunhado o sr. Pedro de Araújo Lima.**

será.” E fechava as indicações: “A respeito de Puffendorf há várias obras: a que eu quero é sua obra de Direito Natural aumentada por Monsieur Barbeirace, a qual se acha em francês. Perró também está em francês.”

A fama que ganhara, pois, de estudioso, parece ser confirmada com as indicações e preocupações com as leituras, para se sair bem nas provas. Araújo Lima era um estudioso do direito; jurista culto a ser formado desde os dias de estudante. Talvez, nisso, se confirme o dito por Cascudo: “Araújo Lima era um aluno a sério. Teimoso. Obstinado. Destes que estudam com os pés n’água fria num afugentamento do sono²⁴⁰.”

Em 7 de outubro de 1814 pedia mais livros: “como é chegado o tempo do meu trabalho, que não se pode fazer sem instrumentos próprios, rogo-lhe a compra não de todos os livros, porém sim dos que me são por ora mais indispensáveis”. E pedia: “Sciencia da Legislação por Filangier e Espirito das Leis com as Cartas Persanas por Montesquieu” além de “procurar a Obra de Burlamaqui notada por Felice”. Mais: “a respeito de Condiliac como se espera preço menor, esperarei²⁴¹.”

Araújo Lima possuía outra preocupação: a edição dos livros e a qualidade do papel, sempre lembrando: “pedindo-lhe queira tomar o incômodo procurar as melhores edições, e bom papel, não embarçando-se com o ser ou não encadernados²⁴²”. É uma constante o agradecimentos por livros e pela preocupação de chegar os que ele queria, da forma pedida. Além do mais: as pessoas de Pernambuco sabiam desse seu interesse livresco. Recebia cartas de padres pedindo livros. Assim, os volumes e as duas matrículas feitas, por ano, eram as maiores preocupações.

Ao que parece, Joaquim Elias Xavier fazia tudo forjado no cadinho do interesse. Seria demais custoso para o leitor ter de deparar-se, nesse momento, com a enorme lista de gastos enviada por Xavier a José Gonçalves Pereira. No entanto, por curiosidade, alguns valores são importantes de mostra.

Pedro de Araújo Lima recebia em metal, sob ágio variável, mas, muitas vezes de 28 3/4. Tudo era pago: condução do doce para Coimbra, fretes no navio, envios de cartas. Para se ter uma ideia: a condução de 19 caixas de açúcar para Coimbra e o despacho delas em julho de 1813, dava em metal 2#765, com ágio de 28 (#774), dava 3#539. Quase tudo passava por essa

²⁴⁰ CASCUDO, Luis da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 40.

²⁴¹ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 214 Pasta 15. **Conta geral das despesas, que por ordem do Senhor José Gonçalves Pereira de Pernambuco tenho feito com seu cunhado o sr. Pedro de Araújo Lima.**

²⁴² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 214 Pasta 15. **Conta geral das despesas, que por ordem do Senhor José Gonçalves Pereira de Pernambuco tenho feito com seu cunhado o sr. Pedro de Araújo Lima.**

intrincada forma de cálculo. Mas, as mesadas recebidas são interessantes: 1 de setembro de 1813 – 20#000, com o ágio de 2#800, ficou 22#800. Em outubro o ágio caía a 27, resultando 22#700. Em agosto de 1814, a mesada aumenta para 25#000. Em 1815, sobe para 30#000. No final, o que se gasta com Joaquim Elias Xavier, até 1819, é 2:262#453²⁴³.

Os livros eram bastante caros. Os “Dicionários de Moraes” foram 9#600, além do estafeta que os levaria (#720), e do ágio, ficava: 10#432. O “Direito Natural” de Puffendorf era 6#000 e o de Perreau, que Araújo Lima grafou Perró, 1#920. A obra de Filangier entrava por 6#400, a de Montesquieu a 4#200, com o ágio e o estafeta, 11#362. Não era simples e barato manter um estudante em Coimbra. Além de livros, claro, meias de seda de ponto de sarja (3#700), pano para encapar os livros (#960) e a transformação do açúcar em metal custavam bastante, além de ativar extensa malha de sujeitos para que tudo desse certo: afinal, transformar açúcar em dinheiro, por mãos erradas, era perder valores e ter severos prejuízos.

Entre as contas detalhadas, algumas chamam ainda mais atenção. O que Joaquim Elias Xavier pagou pelo frete e descarga das encomendas vindas no Brigue Ligeiro, em 8 de junho de 1814 (14#580) e as despesas na Alfândega do açúcar e doce que veio no Brigue Ligeiro em 16 de junho de 1814 (12#285 – ágio a 16 p sobre 2640 metal, 229, 12#514)²⁴⁴. Todavia, não é o valor alto pago que salta aos olhos; mas, o nome da embarcação: o brigue Ligeiro. Partindo disso, podemos saber mais um pouco quem era Joaquim Elias Xavier.

O passaporte de Joaquim Elias Xavier, de 1802, informa ser, este, branco, solteiro e natural de Lisboa, naquele ano, autorizado a sair de Pernambuco²⁴⁵. Deveria ser bem relacionado neste último lugar, já que servia como correspondente e agente de comerciantes do Recife, em Portugal, se levarmos em conta as relações com José Gonçalves Pereira. Além do mais: era perito na transformação do açúcar em dinheiro, como vimos. Mas, ele também era dono do bergantim ou brigue Ligeiro. Em 1811, eram seus sócios: Joaquim José de Almeida e Joaquim Lopes de Sá Mourão. Como dizia o passaporte da embarcação, em 1810, o mestre era Francisco Thomaz da Costa e o sobrecarga e administrador Manoel José do Nascimento Brioni. A rota: Ilha da Madeira indo para o Brasil, voltando para Lisboa²⁴⁶.

Pode ser que essa lista de nomes não diga nada, à primeira vista. Entretanto, se melhor investigado com a ajuda do site “slave voyages”, percebemos que um navio chamado “Ligeiro” saiu de Pernambuco em 1811, rumo Bissau, tendo, no retorno, desembarcado 353 cativos. Mas,

²⁴³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 214 Pasta 15. **Conta geral das despesas, que por ordem do Senhor José Gonçalves Pereira de Pernambuco tenho feito com seu cunhado o sr. Pedro de Araújo Lima.**

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx.234, D. 15797.

²⁴⁶ (PRBRB). AHU_ACL_CU_003, Cx. 41, D. 3287.

no site, o nome do proprietário surge como “Tomás Costa”. Todavia, se retornamos ao parágrafo anterior, veremos que, nesse momento, o mestre é Francisco Thomaz Costa²⁴⁷. Ou seja: o “Ligeiro” muito mais que levar e trazer açúcar para Portugal, de Pernambuco, traficava cativos. E ia além: parece que a nossa conjectura pode se fechar: tanto doce embarcando em Portugal, vindo por Manoel de Araújo Lima, deveria ter, mesmo, o propósito de ser investido em tráfico. Ademais: um dos sócios de Joaquim Elias Xavier também era traficante: Joaquim José de Almeida, dono do “Príncipe de Onin”, que saía da Bahia em 1847, e era capturado pelos britânicos²⁴⁸.

Entre as décadas de 1810 e 1820, ao menos, Joaquim Elias Xavier mantinha os contatos comerciais com Pernambuco. Em 1819, o Ligeiro recebia licença de ser armado em guerra, saindo de Portugal para Pernambuco²⁴⁹. Em 1821, pedia soldados para vir a Pernambuco²⁵⁰. Em 1825, mais uma vez, reivindicava ir ao mesmo destino²⁵¹. Ou seja: Joaquim Elias mantinha-se atrelado aos comerciantes pernambucanos, mesmo depois do fim das relações entre Brasil e Portugal. E, claro: quando chegava, deveria trazer cativos, para distribuí-los em venda, aos mais variados tipos.

Pedro de Araújo Lima, através de José Gonçalves Pereira, não via-se atrelado à malha do tráfico de carne humana apenas na figura de Joaquim Elias Xavier. Dois recibos assinados por ele de 1816 e 1817 revelam que havia mais gente envolvida. Aos 19 de maio de 1816, recebia de Manoel Francisco das Neves a quantia de 48#000, por ordem de Antonio José de Miranda Júnior, a mando de José Gonçalves Pereira. No outro ano, exatamente na mesma data, em Coimbra, recebia de Francisco José Ferreira Guimarães e Companhia, à ordem de Luiz Antonio Borges, da Cidade de Lisboa, 90#000²⁵². Não sabemos se esse dinheiro advinha dos investimentos possivelmente feitos em viagens a África, como sócio dessas investidas. Mas, como saber se esses sujeitos eram traficantes?

Ao menos dois desses quatro nomes conseguem ser rastreáveis. Antonio José de Miranda Júnior era, por 1819, consignatário do Brigue Leão. Pedia a D. João VI ser liberado de transportar 3 degredados, com destino ao Maranhão, em seu navio, que seguia em rota para o Brasil. Como o “brigue seja de pequena lotação e vai com muita carga”, pede que a embarcação

²⁴⁷ <http://www.slavevoyages.org/voyage/47215/variables>

²⁴⁸ <http://www.slavevoyages.org/voyage/3609/variables>

²⁴⁹ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 281, D. 19119.

²⁵⁰ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 283, D. 19295.

²⁵¹ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 290, D.20028.

²⁵² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 214 Pasta 15. **Conta geral das despesas, que por ordem do Senhor José Gonçalves Pereira de Pernambuco tenho feito com seu cunhado o sr. Pedro de Araújo Lima.**

seja retirada dessa “condenação”²⁵³. Se pensarmos haver relação de Miranda Junior com Pernambuco, em 1829, o brigue Leão partia de Pernambuco para Luanda, e, na volta, desembarcava 304 cativos²⁵⁴, mesmo o proprietário da embarcação sendo José Inácio Xavier. O brigue Leão ainda faria diversas viagens entre as décadas de 1820 – 30 partindo do Sudeste. Talvez essa mesma embarcação seja a que, em 1849, saiu com passaporte para o Rio de Janeiro, partindo do Porto, com escala em Pernambuco. Mas, os ingleses o apreenderam fazendo rota para a África, da forma dita por Carvalho²⁵⁵. Em 1819, o brigue General Sampaio partia de Lisboa para Cabinda. Desembarcaria 250 cativos em seu destino. Dessa vez, os proprietários eram Manoel Gomes Cunha e Antonio José Miranda Júnior²⁵⁶. Assim, podemos perceber que o último nome atrelava-se ao tráfico por Portugal, estendendo-se ao Brasil, em suas relações. Araújo Lima estava entrelaçado nesse meio, recebendo dinheiro direto desse comércio.

Sobre Francisco José Ferreira Guimarães e Companhia sabemos pouco. Aos 3 de agosto de 1808, era negociante da Praça de Coimbra²⁵⁷. Ao menos em 1813, a sua galera Águia do Douro iniciou viagem para Luanda, partindo de Pernambuco. Mesmo tendo embarcado 530 cativos, a viagem foi frustrada por uma insurreição dos escravos²⁵⁸. Quem sabe se, nessa viagem, Manoel de Araújo Lima e José Gonçalves Pereira não investiram e perderam dinheiro? Não seria nenhum absurdo essa conjectura. Ou, se pensarmos ser o dinheiro pago em 19 de maio de 1817, a Araújo Lima, em Portugal, uma parcela desses investimentos em viagens africanas? No final das contas, parece que o grande cabedal político de Pedro de Araújo Lima ia se formando nessas bases do latifúndio e do tráfico desde muito tempo.

Esse tópico já vai indo bastante longe e pouco falamos, diretamente, de José Gonçalves Pereira e Dona Rita Florência. Todavia, o cercamos por alguns lados, e, o leitor atento, já percebeu que o genro de Manoel de Araújo Lima estava todo imerso no tráfico atlântico de escravos. Em um conglomerado de nomes, Pedro de Araújo Lima também era mergulhado nesse mundo de comércio, dinheiro e crueldade. Só com essas marcas aqui apresentadas já conseguimos perceber que algo está um pouco diferente da historiografia estabelecida no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, que entrega às aspirações do Vale do Paraíba a abertura do tráfico

²⁵³ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 281, D.19122.

²⁵⁴ <http://www.slavevoyages.org/voyage/1180/variables> .

²⁵⁵ CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade**. Op.cit.,p. 128.

²⁵⁶ <http://www.slavevoyages.org/voyage/49731/variables> .

²⁵⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Gazeta do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1808. Nº A00021. (A Hemeroteca Digital registrara o ano de 1809. Todavia, pode-se ver na última página do número que a datação correta é 1808.).

²⁵⁸ <http://www.slavevoyages.org/voyage/48583/variables> .

no próprio governo de Araújo Lima. Ao que parece, na verdade, o tráfico era interesse pessoal do Regente e sua família.

Dona Rita Florência de Lima faleceu antes de 24 de outubro de 1834, como indica um dos documentos juntados, pelo esposo, no inventário²⁵⁹, que não chegou completo até nós. Não sabemos se existiu algum codicilo ou testamento. O valor total dos bens, retiradas as dívidas, líquido, ficou na fortuna de 222:351#835. Com a meação dos cônjuges, José Gonçalves Pereira recebia 111:175#917. Cada um dos quatro filhos – Manoel Gonçalves Pereira Lima, Maria Francisca do Espírito Santo, Antonio Gonçalves Pereira e Delfino Gonçalves Pereira, de menor - ficava com 27:793#904 de legítima materna.

As dívidas passivas eram pouquíssimas frente ao total inventariado. Devia ao sogro Manoel de Araújo Lima (13:051#595), a Dona Maria dos Anjos da Porciúncula Cavalcante (2:808#470), a José Columbino de Araújo (304#726), a Vicente Tavares França (2:381#294), a João Pereira dos Santos (335#713), a Manoel da Gama Romeiro (115#540), a Nuno Luis de Medeiros (100#000), a Francisco Luis de Medeiros Souza e Silva (109#016), a Antonio da Silva Martins (96#498), Joaquim Barreiros Rangel (1:000#613), Francisco da Silva Santiago Júnior (2:494#179). Além dos reverendos José Gonçalves da Madre de Deus Fontes (1:139#600), José Ribeiro de Andrade (128#000) e Manoel José de Oliveira (na importância de uma letra “sacada sobre o Costa”, 600#000)²⁶⁰.

Mesmo a quem some todos esses números acima descritos, não chega perto da espantosa cifra das dívidas a serem recebidas. Só José Gonçalves Pereira ficava com 36:564#998; além de cada um dos filhos embolsar 4:141#904²⁶¹. Manolo Florentino disse: “a maior parte das fortunas estava alocada em atividades comerciais e creditícias”, investigando os traficantes do Rio de Janeiro. E ainda mais: “o comércio de homens era, ao lado dos investimentos em prédios urbanos, da usura e das operações de importação/ exportação, uma das mais profícuas inversões no mercado restrito²⁶².” Ou seja: Gonçalves Pereira estava fazendo o que todo traficante fazia: trabalhando com usura; entretanto, uma outra atividade poderia estar ligada a essa: a venda de cativos à crédito.

Muita gente precisava e queria comprar cativos: era um ótimo investimento. Certamente, Antonio Lopes, do Teatro, pode ter comprado um cativo a crédito e ainda faltar os 8#220 devidos. O alfaiate José das Neves talvez precisasse de um ajudante e faltasse pagar o

²⁵⁹ IAHGP. **Inventário de Dona Rita Florência de Lima**, 1836.

²⁶⁰ IAHGP. **Inventário de Dona Rita Florência de Lima**, 1836.

²⁶¹ IAHGP. **Inventário de Dona Rita Florência de Lima**, 1836.

²⁶² FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014, pp. 200 e 201.

valor de 1#640. Theodoro, da padaria, seria um bom candidato à dívida por compra à crédito: 4#585; Joaquim, padeiro do engenho, também (12#600). O preto José alfaiate pode ter, até, negociado a liberdade, devendo, ainda, #600. Alguns cativos entravam na conta de devedores: João Congo (#640), Joaquim Cassange (#320), Caetano (1#920), Nibardo (7#020), João Manoel (2#600). O Arsenal da Guerra também lhe era devedor (9#600), além de Henrique Luis de Barros (121#685), Francisco de Souza (113#635), o Comandante Francisco José de Mello (1#080), dentre muitos outros. E não poderia ficar de fora o já deputado geral Pedro de Araújo Lima (55#000)²⁶³. Mais tarde, voltaremos a alguns nomes de devedores que aparecem no inventário de Dona Rita Florência. Todavia, nesse momento, partiremos para o entendimento de alguns bens aparecidos na contagem.

José Gonçalves Pereira era proprietário de, pelo menos, duas embarcações: o bergantim São João Baptista (7:400#000) e o patacho Nossa Senhora do Rosário e São José (6:700#000), que também aparece como escuna. Em 1836, pelo menos, como aponta o inventário, o sal carregado no bergantim São João Baptista para o Rio Grande do Sul era avaliado em 12:338#034. Não sabemos se, nessas contas, somavam-se mais itens, como cativos levados de Pernambuco para lá. O patacho Nossa Senhora do Rosário e São José teria o mesmo carregamento avaliado em 9:936#520. Era um valor exorbitante em sal. Se percebermos as casas avaliadas dentro do próprio inventário, circulam no valor de 10:000#000. Ou seja: era muito dinheiro. Também não sabemos se Gonçalves Pereira alugava as suas embarcações, e, se assim aconteceu, muitas daquelas dívidas poderiam estar atreladas a esse outro tipo de atividade.

Eram avaliadas 147 barricas com açúcar a 2:400#000, além de dez caixas embarcadas para o Porto (1:154#375), dez caixas, com o mesmo destino, no Bergantim Flor de Biris (1:167#958), quarenta e sete barricas para Lisboa (844#270), quatro caixas embarcadas no patacho Pernambucano para Lisboa (411#140), vinte caixas embarcadas para Lisboa no bergantim Feliz Destino (2:091#005), mais mercadoria embarcada para Lisboa na Galera Ativa (2:159#447). Se assim observarmos, a carga de José Gonçalves Pereira era inteira para Portugal. Ainda mais: em momento algum ele declarou, nomeadamente, quais itens enviou: só as barricas de açúcar, que não indicou para onde iam.

No momento em que o tráfico de escravos já estava proibido - o inventário é de 1836 - não indicar o conteúdo das mercadorias era algo bastante suspeito. Como disse Carvalho, “os traficantes não eram ingênuos”. E ainda mais: “depois da ilegalidade do tráfico, formavam uma

²⁶³ IAHG. **Inventário de Dona Rita Florência de Lima**, 1836.

verdadeira máfia com conexões em vários pontos do mundo Atlântico, desenvolvendo mecanismos para burlar a vigilância²⁶⁴”. Assim, jamais Gonçalves Pereira declararia os itens que poderiam correr de Lisboa para a África, retornando como gente escrava, ao Brasil. Lembrando: o mesmo Carvalho já informou que navios eram preparados em Portugal para o tráfico²⁶⁵. Desta feita, alguns desses valores acima descritos podem ter participado de sociedade em armação de navio negreiro.

Pelo menos o bergantim Feliz Destino fez viagens para buscar escravos na África entre 1818 e 1821. Todas as vezes observadas por registro, saía, a embarcação, de Pernambuco. O dono era Manoel Antonio Álvares de Brito, que em 1818 foi para Luanda e desembarcou 353 cativos em Pernambuco²⁶⁶. Em 1820 fazia a mesma rota: desembarcando 305 escravizados²⁶⁷. Em 1821, era mantido o mesmo caminho e trazia 377 escravos para serem comerciados²⁶⁸. Muito possivelmente a sociedade entre esses sujeitos e o tráfico prosseguiu nos anos de 1830. Partindo do indício dado pelo inventário de Dona Rita Florência, José Gonçalves Pereira deveria estar investindo nessas viagens; talvez, com alto retorno financeiro.

Quanto às quatro caixas não descritas embarcadas no patacho Pernambucano para Lisboa, algo nos intriga. Pelo ano de 1829, o patacho Pernambucana trazia por carga “gêneros do país” e seis escravos a Manoel Joaquim Ramos e Silva²⁶⁹. Parece que era a mesma embarcação nos dois casos. Manoel Joaquim Ramos e Silva teria o seu bergantim Emilia aprisionado e condenado pelo Tribunal de Comissão Mista, em Serra Leoa, no mesmo ano²⁷⁰. Teria partido de Pernambuco para Molembó²⁷¹ na intenção de aprisionar gente: a missão não deu certo. Ainda em 1831, fevereiro, entrava seu brigue Portuense no Rio de Janeiro, pela Bahia, em lastro²⁷². Em abril, mais uma vez: o brigue 4 de agosto estava em lastro²⁷³. E, da mesma forma, o nome de Manoel Joaquim Ramos e Silva se repetiria ao lado de entradas por lastro. Carvalho já alertou: “qualquer navio chegado da África a um porto maior, sem nenhuma carga, era automaticamente considerado suspeito de tráfico²⁷⁴.” O mesmo traficante ainda teria relações com um dos maiores comerciantes de carne humana em Pernambuco: Gabriel

²⁶⁴ CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade**. Op.cit., p. 129.

²⁶⁵ Idem, p. 123.

²⁶⁶ <http://www.slavevoyages.org/voyage/48642/variables> .

²⁶⁷ <http://www.slavevoyages.org/voyage/46722/variables> .

²⁶⁸ <http://www.slavevoyages.org/voyage/48858/variables> .

²⁶⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 de outubro de 1829. Nº 226. E **O Cruzeiro**. Recife, 22 de outubro de 1829. Nº 133.

²⁷⁰ <http://www.slavevoyages.org/voyage/3025/variables> .

²⁷¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 de maio de 1829. Nº 105.

²⁷² HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 17 de fevereiro de 1831. Nº 38.

²⁷³ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 de abril de 1831. Nº 93.

²⁷⁴ CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade**. Op.cit., p. 103.

Antonio²⁷⁵. E, ao que parece, José Gonçalves Pereira investiu nessas viagens. Não só pela pista da carga no patacho; mas, por uma dívida: Manoel Joaquim Ramos e Silva devia-lhe 1:647#897. Deve ter sido de dinheiro não retornado do tráfico.

José Gonçalves Pereira devia empregar vultosas quantias nas mais diversas montagens e traficantes possíveis. Quanto mais viagens, e diversificadas, mais lucros conquistaria. Além do mais, como já apontou Carvalho, “essa rede de contato entre traficantes de várias partes do mundo tornou-se mais necessária à medida em que se intensificava a repressão ao tráfico²⁷⁶.” Gonçalves Pereira investia nesse negócio de risco, como vamos vendo, desde Portugal, passando pelo Rio de Janeiro, chegando em Pernambuco; e, claro, África. Fazia seus produtos andarem um bom termo de lugares, para retornar dinheiro.

José Antonio de Oliveira e Silva, da praça do Rio de Janeiro, é outro traficante que devia no inventário: 1:135#413. Em 27 de novembro de 1829, o “Diário do Rio de Janeiro” publicava a entrada do Brigue Escuna Nacional Feliz União, advinda do Rio Zaire. Teria descarregado 478 escravos, donde havia morrido 10, a Oliveira e Silva²⁷⁷. Em abril de 1830, o Feliz União fazia novo carregamento, tendo desembarcado 288 escravos, com 20 mortos, para o mesmo dono²⁷⁸. Esse carregamento de cativos teria causado uma história, no mínimo, curiosa.

Aos 21 de abril de 1830, o periódico “A Aurora Fluminense” publicava uma carta de João José de Oliveira Junqueira, que deveria ter indagado sobre um roubo de pretos livres feito no Zaire. O problema era o seguinte: o Brigue Feliz União, vindo de Cabinda, pertencente a sociedade onde era caixa José Antonio de Oliveira e Silva, teria sido passível de uma fraude: “o piloto Herculano [teria] convidado para um jantar alguns Régulos, e pessoas livres daquele porto, fazendo depois prender, e carregar de ferros trinta e três indivíduos livres, incluindo-os na infeliz classe dos escravos do seu carregamento”. Teria morrido um, na viagem, e 8 estariam no armazém de fazenda de Antonio José Moreira Pinto, um dos donos do carregamento. João José de Oliveira Junqueira deveria ter averiguado os fatos, “ouvindo os proprietários, mestre, tripulação, e pessoas da vizinhança do dito armazém, interrogando primeiramente os próprios pretos”, como mandou Antonio Augusto Monteiro de Barros, juiz dos bairros de S. Rita e

²⁷⁵ “Avisos Particulares: Gabriel Antonio, retirando-se ao Rio de Janeiro para em breve regressar a esta praça, deixa os negócios de sua casa, a cargo de Manoel Joaquim Ramos e Silva, única pessoa autorizada para realizar todas as suas transações, e só a ele podem pagar os seus devedores.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 de janeiro de 1835. Nº 593. Sobre Gabriel Antonio, ver: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M.de. **O Alufá Rufino**. Op.cit., p. 142.

²⁷⁶ CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade**. Op. cit., p. 128.

²⁷⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1829. Nº 23 (1100023). O Diário Fluminense apresenta número diverso: 473 escravos, tendo morrido 10. **Diário Fluminense**. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1829. Nº 126. (Na Hemeroteca Digital está cadastrado como 00014).

²⁷⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1830. Nº 76. (76B).

Candelária. Oliveira Junqueira era indagado, no jornal, sobre sua atuação no caso. Respondia ter ido a rua da Quitanda e ao Valongo, tendo indagado a vizinhança, interrogado os prestos, e chegado à conclusão de haver 19 pretos livres, “os quais todos achei separados, e o dono, ou caixa da negociação ficou certo em responder por eles, ao que assistiram testemunhas.” E mais: “de fato existem os pretos, e não foram vendidos, depois que eu indaguei desse objeto: à diligencias do mesmo Caixa tem-se descoberto mais quatorze, que todos perfazem o número de trinta e três, o que prova a sua boa-fé.” Ainda diria, para provar sua “inocência”: “Não fui mandado tirar devassa, nem ter outro qualquer procedimento, e portanto nada mais me cumpria fazer²⁷⁹”.

No final das contas Oliveira Junqueira não fez nada. Apenas viu a existência dos pretos livres e ainda colocou a “boa-fé” do “dono” dos pretos, que continuavam cativos. Muitos casos, desse tipo, aconteceram. Os traficantes com sua grande esperteza, as autoridades recebendo as propinas indevidas e a vida seguindo como nada tivesse acontecido. E era exatamente pelas não-punições que José Antonio de Oliveira e Silva prosseguia traficando. Desde, pelo menos, 1827, fazia suas viagens a África. O Feliz União cruzou o Atlântico em 1827 (Congo)²⁸⁰, 1828 (Congo)²⁸¹, 1829 (Congo)²⁸² e 1830, como vimos, todas as vezes partindo do Rio de Janeiro. Em 1827, ia como dono das embarcações Feliz Mariana (Rio de Janeiro – Moçambique)²⁸³ e Velha de Deus (Rio de Janeiro – Luanda)²⁸⁴. Em 1829, além do Feliz União, a Velha de Deus faria duas viagens: Rio de Janeiro – Congo²⁸⁵ e Rio de Janeiro – Malembo²⁸⁶. Em 1830, 4 eram as armações, em embarcações diversas: Bela Brasileira (Rio de Janeiro – Cabinda)²⁸⁷, Velha de Deus (Rio de Janeiro – Cabinda)²⁸⁸, Boa União (Rio de Janeiro – Cabinda)²⁸⁹ e S. Antonio (Rio de Janeiro – Inhambane)²⁹⁰. Depois, Oliveira e Silva, na década de 1840, ainda investiria na “Imperial Companhia de Estrada de Ferro²⁹¹”, diversificando seus negócios, no tempo já bem próximo do fim do tráfico e com severo aperto dos ingleses.

²⁷⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **A Aurora Fluminense**. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1830. N° 327.

²⁸⁰ <http://www.slavevoyages.org/voyage/714/variables>

²⁸¹ <http://www.slavevoyages.org/voyage/819/variables>

²⁸² <http://www.slavevoyages.org/voyage/1012/variables>

²⁸³ <http://www.slavevoyages.org/voyage/5011/variables>

²⁸⁴ <http://www.slavevoyages.org/voyage/863/variables>

²⁸⁵ <http://www.slavevoyages.org/voyage/989/variables>

²⁸⁶ <http://www.slavevoyages.org/voyage/47281/variables>

²⁸⁷ <http://www.slavevoyages.org/voyage/1075/variables>

²⁸⁸ <http://www.slavevoyages.org/voyage/1078/variables>

²⁸⁹ <http://www.slavevoyages.org/voyage/1079/variables>

²⁹⁰ <http://www.slavevoyages.org/voyage/1108/variables>

²⁹¹ “A diretoria da imperial companhia de estrada de ferro, julgando suficiente o número de ações da mesma companhia, que se acham tomadas, para dar-se começo a tão importante obra, convida a todos os senhores acionistas a entrarem a primeira prestação de 25\$ rs por cada ação; podendo para esse fim, dirigirem-se as diversas agencias estabelecidas nos diferentes lugares desta província, São Paulo e Minas Gerais, e nesse ato receberão as

Uma das viagens deixamos por último: a do Brigue Activo. Ela dá-se em 1827, iniciando em Pernambuco, indo para Ambriz e desembarcando no Maranhão. Os sócios da embarcação: Francisco Antonio de Oliveira, Elias Batista da Silva e José Antonio de Oliveira²⁹². O registro apresenta o nome sem o “Silva”, no entanto, deve ser a mesma pessoa. Marcus Carvalho já mostrou a importância de Elias Batista da Silva para o tráfico de Pernambuco. Em 1840 está numa lista como Cônsul dos Estados Pontifícios²⁹³. O mesmo autor também já comentou sobre Francisco Antonio de Oliveira, o Barão de Beberibe²⁹⁴. Mas, talvez, José Gonçalves Pereira estivesse nesse meio de pessoas.

Se bem lembrarmos, um pouco acima, já comentamos que José Gonçalves Pereira incluía, no inventário da esposa, mercadorias embarcadas para Lisboa na Galera Activa, no valor de 2:159#447. Uma possibilidade: o escrivão ou o avaliador, ou até mesmo Gonçalves Pereira pode ter trocado Ativo por Activa, e como já investia nos navios de José Antonio de Oliveira e Silva, colocou mais dinheiro, também, nesse empreendimento. Na verdade, parece que Gonçalves Pereira investia em várias frentes de tráfico, com vários grupos ao mesmo tempo. No entanto, de brigue Activo para Galera Activa existe diferença entre as duas embarcações; todavia, estamos falando de um comerciante de carne humana dando o registro de mercadoria saindo de suas posses. Seria muita inocência dizer que um homem com tamanha esperteza fosse querer ser pego em um detalhe tão bobo. Era melhor trocar o nome de brigue para galera e burlar, mais uma vez, alguma possível fiscalização que pudesse vir a existir. Muito possivelmente, a troca dos nomes dos navios entrava nesse rol de casos a enganar. E Gonçalves Pereira não era o único nessa dimensão.

O inventário de Dona Rita Florência revela mais um fio dessa intrincada teia dos traficantes de cativos pernambucanos e seus investidores. Ao lado do nome de Antonio José de Amorim²⁹⁵ surge uma considerável dívida de 4:064#126 réis a ser paga a José Gonçalves Pereira.

respectivas apólices porque tiverem assinado; os acionistas da corte e da capital desta província deverão dirigir-se para o mesmo fim ao tesoureiro da companhia o sr. João Pedro da Veiga, rua da Quitanda n. 144. – Os diretores, José Antonio de Oliveira e Silva. – Antonio Pereira Barreto Pedrozo – Antonio da Cunha Barbosa Guimarães - João Pereira Darrigue Faro – Thomaz Cochrane. Escritório da companhia. Rua do Ouvidor n. 66, 18 de março de 1843. Carlos Pertiand, secretário.” (HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 27 de março de 1843. Nº69.

²⁹² <http://www.slavevoyages.org/voyage/748/variables>

²⁹³ CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade**. Op.cit., p. 160.

²⁹⁴ Idem, p. 159.

²⁹⁵ Antônio José de Amorim era português. Traficou gente depois da proibição. O “Diário de Pernambuco” apontou que era sua a barca portuguesa Activa. (**Diário de Pernambuco**. Recife, 4 de janeiro de 1836). Comerciava produtos em sua casa, como rapé de Lisboa, fardos de Alfazema espanhola. (**Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de fevereiro de 1836). Também era dono da galera brasileira Santa Cruz (**Diário de Pernambuco**. Recife, 26 de fevereiro de 1836). Em 1834, o jornal “A Quotidiana Fidedigna”, na parte de compras, apontava: “Escravos ladinos

Antonio José de Amorim parece que vendia de tudo. Pelo menos é o que consta nas notícias do “Diário de Pernambuco”: barris de pólvora, livros²⁹⁶, sal, vinho azeite (vindos de Gibraltar e Málaga)²⁹⁷, além de vários outros itens²⁹⁸. Mas, é interessante que no dia 29 de novembro de 1836, a embarcação que vem com mercadorias, para ele, de Lisboa, é “a barca portuguesa Activa”. Será a mesma em que estavam imbricados aqueles outros sócios que vimos logo acima, em que José Gonçalves Pereira possuía algum dinheiro investido? Abre-se mais uma possibilidade na questão quando, em 1825, sabe-se que um bergantim “Activo”, donde era proprietário Antonio José Amorim viaja de Lisboa para Luanda e desembarca cativos no Rio de Janeiro²⁹⁹. No fim, parece que estava, todo mundo dessa lista, meio engalfinhado nesses negócios. Veja-se mais: em março de 1831, através dos “navios entrados”, o “Diário de Pernambuco” registra, pelo Rio de Janeiro, a Galera Portuguesa Incomparável, entrando com “barricas vazias” a Antonio José de Amorim. Até aí, um bom indício de tráfico. Mas, a coisa

d’ambos os sexos, que representem ter de idade 12 até 20 anos, para fora da província: na rua da Cruz do Recife, nº 22 em casa de Antonio José d’Amorim.” (**A Quotidiana Fidedigna**. Recife, 30 de abril de 1834). Agradeço a Marcus J. M. de Carvalho essas indicações.

²⁹⁶ “Barris de pólvora fina e grossa da fábrica do Rio de Janeiro, de 2 arrobas; Comentários sobre a Legislação Portuguesa acerca d’Avarias, Synopsis Jurídica do Contrato de Câmbio Marítimo, vulgarmente denominado Contrato de Risco; na Rua da Cruz nº 22, em casa de Antonio Jose de Amorim.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 26 de agosto de 1830. Nº 462 A.

²⁹⁷ “Gibraltar; 41 dias, B. Austr. União Fraterna, cap. Giovanni Maciorovich: sal, vinho, azeite e outros gêneros: a Antonio Jose de Amorim.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 28 de fevereiro de 1831. Nº 46. / “Málaga; 36 dias; B. E. Hesp. Isabela, Cap. Roque Peres: vinho, azeite e outros gêneros: a Antonio José de Amorim.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de março de 1831. Nº 57.

²⁹⁸ “Alfândega das fazendas: A barca Portuguesa Activa, vinda de Lisboa, entrada em 26 do corrente Capitão Sabino Antonio do Cabo Almeida, consignada a Antonio José de Amorim. Manifestou o seguinte 180 pipas com vinho, 291 barris com dito, 4 ditos com dito da Madeira, 10 pipas com vinagre, 17 barris com dito, 42 barricas com drogas, 11 caixas com ditos, 1 embrulho com ditos, 6 barris com ditos, 2 sacas com ditos, 2 sacas com ditos, 6 caixas com chapéus, 8 ditos com barratinas, 111 barris com presentes [presuntos?], paios, e chouriços, 26 caixas com toucinho, 11 pipas com azeite, 8 quariolas com dito, 50 barris com dito, 69 barris com figos, 2 ditos com peixe salgado, 1 barrica com amêndoas, 10 ditos de cera, 1 caixote com livros, 2 embrulhos com ditos, 1 baú com ditos, 1 caixote com imagens, 8 ditos com Marmelada, 1 caixote com banha de porco, 1 dito com um moinho para café, 1 dito com obras de prata, 1 dito com doce e aletria, 1 dito com livros, e bordões, para guitarra, e viola, 200 varas de lajedo, 2 sacadas, 4 feixes de vime de amarrar arco de pipas, 16 frasqueiras com doce, 1 baú com miudezas, 1 caixote com ditos, 7 caixões com ditos, 5 caixas com canquilarias, 1 dita com livros e sapatos, 1 dita com uma caixa caixa para faqueiro, 1 dita com uma pedra para faqueiro, 1 dita com uma pedra para toucador, 41 ditos com rapé, 4 ditos com chocolates, 4 ditos com águas das caldas, 3 ditos com violas, e guitarras, 2[na outra linha] 2 fardos com capachos, 1 embrulho com ditos, 1 embrulho com uma esteira, 1 dito com papel de embrulhar, 1 caixotinho com livros e rapé, 1 baú com calçado, e drogas, 5 ditos com dito, 3 ditos com cera, 1 condeça com alfazema, 10 volumes com trastes, 1 alambique de cobre com alhos, 112 moios de sal, 2556 de cebolas, 1 caixote com livros, e peles de moscovita, 1 caixa com castanhas. Queijos, e marmeladas, 1 dita com calçado, 2 ditos com biseros, 3 ditos com frutas, 2 ditos com garrafas d’agua Inglesa, 12 ditos com canela, 16 barricas com feijão, 9 fardos com alhos, 1 dito com bacias de latão, 26 barricas com alpista, 30 ditos com bacalhau, 2 balas com papel de embrulhar, 50 peças de cabo de cairo, 1 couro de sola, 2 chapéus.

Fora do manifesto

3 caixas com chapéus, 1 bau com livros, 4 volumes com ditos, 4 embrulhos, 1 lata, 2 guitarra, 1 condeça com calçado, 2 condecinhas, 1 caixa com letreiro 1940 peças de ouro, 180 pesos, 4 peças de ferramento de ferreiro, 2 barricas de figos, 9 arrobas de dtos, 56 molhos de cebolas, 4359 palacas brasileiras e hespanholas, 3500 bixas, em 2 caixas, 1 carneiro, 1 cabra com cria, 1 barril com vinho. (HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 29 de novembro de 1836. Nº 260.

²⁹⁹ <http://www.slavevoyages.org/voyage/532/variables>

piora quando se revela os passageiros, dentre eles, Angelo Francisco Carneiro, traficante bastante conhecido no Brasil, com diversas ligações pelo mundo³⁰⁰ e nada mais nada menos que o Vice-Cônsul Português Joaquim Baptista Moreira, sua mulher, 3 filhos, 1 criado e uma criada³⁰¹. Entretanto, nisso, não havia nada demais: Carneiro era amigo do Cônsul português em Pernambuco: até havia emprestando, inclusive, dinheiro ao consulado³⁰².

Antonio José de Amorim também se colocava nos periódicos na forma de propositor para carregar mercadorias a Lisboa. Como consignatário da Galera Brasileira Santa Cruz, o frete do açúcar estaria em 250 réis por arroba³⁰³. Mas, é bem possível que esse comerciante estivesse armando embarcações para, de Portugal, partir para a África, e voltar com carga humana. Buscava, na verdade, investidores para aquela travessia. Amorim conhecia bem o caminho do tráfico: desde 1825, ao menos, fazia esse tipo de negócio. Por 1828, na galera Tâmega, adquiriu cativos em Luanda, partindo do Rio de Janeiro, indo para Pernambuco³⁰⁴. Em 1829, com a mesma embarcação, saiu de Pernambuco para Luanda, em sociedade com José Joaquim Machado³⁰⁵. No outro ano, com o brigue Aldina, adquire escravos em Cabinda, saindo de Pernambuco³⁰⁶. E, obviamente, não deve ter parado, do nada, de investir nessas viagens nem de vender gente. Em 1838, o patacho nacional Nero, carregava um escravo de Antonio José de Amorim: deveria estar sendo comerciado para outra província³⁰⁷.

Outro grupo também devia a José Gonçalves Pereira. Talvez tenham investido alguma vez em tráfico, ou, até, não. Mas, a firma João Rufino e irmão devia 182#112. Parece que os sócios eram João Rufino da Silva Ramos e José Eugênio da Silva Ramos³⁰⁸, que em 1831 admitiam mais um membro na sociedade: Manoel José da Silva Castro³⁰⁹. Eram comerciantes na rua das Cruzes, no Recife. Ao menos em 1832 tratavam com venda de açúcar³¹⁰ e ainda vendiam um sítio na Ponte de Uchoa e uma casa térrea com quintal no Poço da Panela, a eles pertencentes, no mesmo ano³¹¹. Pode ser que esses irmãos fizessem parte dos compradores de

³⁰⁰ REIS, João José Reis; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M. de. **O Alufá Rufino**. Op.cit., pp. 171 – 177.

³⁰¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de março de 1831. Nº 58.

³⁰² CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade**. Op.cit., p. 160.

³⁰³ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 5 de junho de 1837. Nº 119.

³⁰⁴ <http://www.slavevoyages.org/voyage/48791/variables>

³⁰⁵ <http://www.slavevoyages.org/voyage/1189/variables>

³⁰⁶ <http://www.slavevoyages.org/voyage/48705/variables>

³⁰⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 de outubro de 1838. Nº 236.

³⁰⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 26 de março de 1830. Nº 345.

³⁰⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 de dezembro de 1831. Nº 275.

³¹⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 24 de maio de 1832. Nº 388.

³¹¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 29 de maio de 1832. Nº 392 (B).

cativos de Gonçalves Pereira, os fazendo na base creditícia, e os não pagando. Agora, entravam nas dívidas, arrolados, do inventário de Dona Rita Florência.

Entretanto, nem só de receber dinheiro vivia o homem. A Francisco da Silva Santiago Junior devia 2:494#179, como já vimos. Parece que em 1829 ele era juiz e entrava num imbróglio com a família Pires Ferreira por causa de dinheiro³¹². Na década de 1840, era eleitor na Freguesia de Sirinhaém³¹³, demonstrando fazer parte natural no grupo familiar e comercial dos Araújo Lima daquela localidade, ainda mais quando era produtor do mesmo gênero comercial: o açúcar³¹⁴. Não sabemos o teor da dívida. Todavia, pode ter sido, muito bem, de aluguel de praia de engenho para o desembarque ilegal de cativos. Claro que isso se forma em hipótese; contudo, bem plausível. Marcus Carvalho já demonstrou que, depois de 1831, com a proibição do tráfico, os desembarques ilegais davam-se, muitas vezes, longe dos olhos das autoridades, nas praias privadas dos engenhos, como aconteceu na década de 1850, na mesma Sirinhaém³¹⁵.

José Gonçalves Pereira também devia a João Pereira dos Santos o valor de 335#713. Era, ele, o proprietário da Sumaca Conceição, que aparece fazendo rotas sendo despachada por

³¹² “Senhor Redator, É a segunda vez que lanço mão da pena, em minha defesa, em defesa da minha honra, da minha propriedade. Sim, senhor redator, eu sempre ajuizei que havendo somente no casal do meu falecido pai o Senhor Manoel Pires Ferreira, dois filhos, nem umas contestações tivéssemos, até porque julgava, e com razão, que o Snr. Francisco da Silva Santiago Junior, não abusaria da bondade, e boa-fé de minha mãe, mãe a mais carinhosa honrada e virtuosa, mas enfim são pensamentos humanos, eles comumente falham. Enganei-me, Snr. Redator, enganei-me: foram frustradas as minhas esperanças, os meus raciocínios. Ele ainda não se tinha bem ofuscado ao mundo a presença do meu querido pai, o Senhor Manoel Pires Ferreira, quando em mão oculta, e sem aquela circunspeção que lhe devia ser inerente tratava do apartar minha incauta mãe do caminho da honra e da virtude, incutindo-lhe prejuízos ao mesmo tempo desconfianças a meu respeito, que decerto seriam desairosos a mim e a ela mesma, se o público não estivesse no alcance de conhecer, que aquelas lembranças não podiam ser partos dela, e sim daquele, que talvez, ao futuro queira ser o Senhor absoluto de todos os bens, que naquele casal ainda existem, e isto já tramando, e fingindo, que eu me achava demente, e por consequência que eu precisava um tutor, e até talvez, senhor redator, eu me não engano ele quem queria ser o tal tutor requerido. Que tal, senhor Redator, que tal é meu cunhado, poderá escapar do número dos ambiciosos? Senhor Redator, deixo em silêncio o mais que podia avançar, esperando que ele por sua honra e educação, desistirá das tentativas, que e parece urde a meu respeito. A vista do que tenho expedido entretanto. Sou seu venerador, Domingos Pires Ferreira.” HEMEROTECA DIGITAL. **O Cruzeiro**. Recife, 22 de junho de 1829. N° 38 (suplemento).

³¹³ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 de outubro de 1844. N° 227.

³¹⁴ “Os agricultores, abaixo assinados, prevendo os inconvenientes, que se devem seguir pela execução da lei, que novamente regula a classificação do açúcar em duas só qualidades o branco e uma o mascavado, desejando marchar em harmonia com as medidas, que a associação comercial tem a requerer, que melhor convenham aos interesses do comércio, bem como da agricultura, tem a rogar a Vs Ss, se sirvam confeccionar a representação que tem a dirigir ao governo acerca desse projeto, tendo em vista os apontamentos, que juntamos, para serem submetidos à consideração da mesa da direção da associação comercial. Pernambuco, 11 de setembro de 1845. Francisco da Silva Santiago. – Francisco da Silva Santiago Junior. – Antonio Joaquim de Mello e Souza – Manoel José da Costa – Joaquim Manoel Carneiro da Cunha – Joaquim da Silva Pereira – Domingos de Souza Leão Junior – Francisco de Paula Marinho Wanderley.” HEMEROTECA DIGITAL. **O Mercantil**. Minas Gerais, 10 de janeiro de 1846. N° 10.

³¹⁵ CARVALHO, Marcus J.M. de. O Desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. In: **Revista de História**. São Paulo: USP, n° 167, julho/dezembro de 2012, pp. 223 – 260. Acessado em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/49091> .

Campos e Itapemerim. Em 1838 não declarava o carregamento, apenas levava “vários gêneros³¹⁶”. Em 1835, despachava-se “em lastro³¹⁷”. Depois disso, há uma grande sequência de “em lastro” e “vários gêneros” que nos leva a pensar em tráfico, ainda mais quando, em 1839, sai de Itapemerim carregando “28 caixas, 2 feixos, 2 barricas com açúcar; 2 caixas e 69 sacos com café; 6 de com milho; 5 pipas com aguardente, (2 destas foram arrombadas pelo M. por causa do tempo que sofreu)³¹⁸”: tanta aguardente serviria, muito provavelmente, para permuta em cativos, por África. Deveria ser mais um daqueles negociantes de carne humana do Rio de Janeiro com quem Gonçalves Pereira fazia transações, expandido a sua malha de negócios, dinheiro e influência.

Antonio da Silva Martins era mais um credor no rol das dívidas, com, provavelmente, 96#498. Se for a mesma pessoa, transitava entre Pernambuco e Rio de Janeiro nas décadas de 1830 e 1840. Em 1833, anuncia um escravo fugido a ser entregue em sua propriedade Manopla junto do engenho Ginda, acima do Rio Formoso légua e meia³¹⁹. Mas, em 1841, está entre os nomes “dos cidadãos da freguesia de São José que subscreveram para os festejos que se tem de fazer no passeio público, por ocasião da coroação de SMI”, no Rio de Janeiro³²⁰. Entretanto, em 1838, entrava, de Moçambique, a barca portuguesa Rezolução, em lastro, carregando os portugueses, como passageiros, João Cardozo de Souza e Antonio da Silva Martins. A embarcação vinha declarada ser ao Mestre José Maria Sumar³²¹, mas, poderia ser de sociedade de todos esses que vêm nomeados. E percebendo-se de onde vem, e o “lastro”, deve ter sido embarcação comerciada com gente. Ao final, a nota diz: “Ficou impedido”; talvez pelos indícios de ter trazido carne humana para vender.

Nós não conhecemos a nacionalidade de José Gonçalves Pereira. Mas, como possuía tantas relações com os portugueses, a até mesmo em Portugal, como percebemos no caso de Joaquim Elias Xavier, deveria ser um daqueles portugueses que habitavam o Recife e ali comerciavam. Da forma vista logo acima, Antonio da Silva Martins era português. Também Manoel Joaquim Ramos e Silva, naturalizado brasileiro, chegando a ser da diretoria da Associação Comercial de Pernambuco³²². Parece que mais alguns lusos entravam nesse rol:

³¹⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1838. N° 622.

³¹⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1835. N° 82.

³¹⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1839. N° 674.

³¹⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 17 de agosto de 1833. N° 177.

³²⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1841. N° 151.

³²¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 17 de março de 1838. N° 62.

³²² DOURADO, Bruna Iglesias Motta. Categorias comerciais e distinção social: o papel do comércio de grosso trato na consolidação do Estado Imperial Brasileiro, Pernambuco. In: **Anais do VII Encontro de Pós Graduação em História Econômica & 5ª Conferência Internacional de História Econômica**. Rio de Janeiro: UFF, 2014, p. 10.

Antonio José de Amorim, Manoel Cardozo Pereira, devedor de 2#080 e José Ferreira Domingos Fradellos que entrava na lista devendo 24#450.

Em 1831, José Ferreira Domingos Fradellos pretendia ir ao Porto. Deixava a família em Recife e prometia retorno em 5 ou 6 meses: “qualquer senhor que com ele tenha transações queira dirigir-se a sua casa nestes 15 dias da data deste. Recife, 21 de julho de 1831³²³.” Em situação muito semelhante estava Bernarda Maria da Conceição, no ano seguinte: “retira[va]-se para um dos portos de Portugal”. Seu marido, Manoel Cardozo Pereira, já estava ausente, e apesar de “nada dever”, “anuncia a quem se constituir seu credor, lhe queira apresentar a conta dentro em quatro dias na sua casa rua da Cadeia nº5³²⁴.” Ou seja: José Gonçalves Pereira estava imerso nesse mundo português do Recife; além do universo do comércio. Para isso, mais um nome: Francisco Antonio Bastos, que pode ser Francisco Antonio de Oliveira Bastos, comerciante, donde entrava pelo Rio de Janeiro, café e madeira³²⁵. Mas pode ele, também, ser o Francisco Antonio Bastos que aparece na relação dos gêneros comprados para o Almoarifado do Arsenal da Marinha, junto aos 5 livros de papel almaço, 1 livro mapa de papel de Holanda, dentre outras mercadorias³²⁶. No final das contas, se for um ou outro, ou a mesma pessoa, será comerciante. José Gonçalves Pereira comerciava em várias frentes, de formas variadas, estabelecendo contatos com muita gente.

Não pretendemos, aqui, fazer uma exaustiva análise da lista de devedores ou credores do inventário de Dona Rita Florência. A causa: o objetivo deste trabalho não é conhecer profundamente José Gonçalves Pereira, mas, investigarmos até onde ele ia nessa lateralidade de Pedro de Araújo Lima. É claro que tudo isso influenciou na vida e nas decisões do ex-menino de Antas e então deputado geral, em 1836, e futuro regente do Império em 1837. Se há vista grossa do seu governo, quanto ao tráfico, essas relações aqui demonstradas deixam claras as opções de Araújo Lima: proteção ao grupo que o alicerçou.

Como vimos, Manolo Florentino indicou que os traficantes da praça do Rio de Janeiro investiam abundantemente em “prédios urbanos”, ao lado do “capital usurário e mercantil (“comércio” + “Dívidas ativas”)³²⁷. Para ser mais direto, disse: “De fato, o comércio de homens era, ao lado dos investimentos em prédios urbanos, da usura e das operações de importação/exportação, uma das mais profícuas inversões no mercado restrito³²⁸.”

³²³ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 27 de junho de 1831. N° 135.

³²⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **O Mercurio**. Pernambuco, 14 de maio de 1832. N° 150.

³²⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1837. N° 0400003.

³²⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 2 de dezembro de 1839. N° 263.

³²⁷ FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. Op.cit., pp. 195 – 196.

³²⁸ Idem, p. 200.

Já percebemos, aqui, nas linhas acima, ter José Gonçalves Pereira investido em todas essas frentes, menos nos prédios urbanos. Até o “capital usurário” pode ter sido confundido com vendas de cativos à crédito. Entretanto, se com influência dos contatos da Praça do Rio de Janeiro, ou não, Gonçalves Pereira possuía boa cota de prédios distribuídos pelo Recife. Se declarou todos em inventário é impossível sabermos. Alguns bens podem ter sido deixados de lado, para não entrarem nas divisões e perdas próprias dos inventários. A morte fazia o ente querido ser perdido; e uma boa quantidade de dinheiro ia junto.

Ao menos dez propriedades eram de José Gonçalves Pereira, Dona Rita Florência e seus filhos na década de 1830, no Recife. Pode ser que um capítulo com tantos valores seguidos uns aos outros fique por demais cansativo para o leitor. Todavia, faz-se necessário elencar, ao menos, as casas e seus lugares, ao lado dos preços avaliados. Possuíam uma morada de casas de três andares na rua da Cruz do Bairro do Recife, fazendo quina com o beco das Crioulas (8:000#000); outra de quatro andares na rua da Cadeia, fazendo quina com o beco da Cacimba, no Bairro do Recife (9:400#000); uma de dois andares e sótão na rua da Cadeia, fazendo quina com o beco do Campelo, no Bairro do Recife (5:000#000); mais uma de um andar e sótão na rua Direita do Bairro de Santo Antonio, de quina com o beco de São Pedro, sendo apenas a metade dos 5 contos totais a fazer parte dos bens do casal (2:500#000). Mais casas completavam o rol: uma de dois andares e sótão no Aterro dos Afogados, no bairro de Santo Antonio, com quintal e estribaria para cavalos (10:000#000); outra de dois andares e sótão no mesmo lugar (10:000#000) e mais uma térrea na mesma localidade (1:000#000). Acrescia-se um sítio de terras na Madalena com casa de vivenda e sótão, com vários arvoredos de espinhos e outras qualidades, com duas cacimbas, um tanque, estribaria e casa de pretos, fazendo fronteira de um lado com Joaquim Rabelindo Tavares, por outro com a camboa e fundo com a mesma camboa e braço do rio Capibaribe (10:000#000). Também era descrita “uma morada de casa térrea na linha da mesma estrada que sobe acima e volta para outra que vai aos Afogados” (2:000#000). O último imóvel era um sítio de terras metade foreiras e a outra própria no lugar de “bem fica”, “que divide por um lado com João José de Carvalho e de outro e fundo com José Francisco de Almeida e a frente com o rio Capibaribe com vários arvoredos de espinhos e de outras qualidades com casa térrea de vivenda de pedra e cal”, com duas cacimbas e um tanque, tudo de pedra e cal (6:400#000)³²⁹. Dentro de tudo isso, era uma boa quantidade de bens em valores bastantes altos. Investimento advindo da compra e venda de homens e mulheres a serem explorados no Brasil, buscados em África. E esse crime era tão bem feito, que José Gonçalves

³²⁹ IAHG. **Inventário de Rita Florência de Lima**. 1836.

Pereira aparece muito tangencialmente nas documentações. A única fonte que nos indica essas relações, tão mais próximas com o tráfico, é o inventário da esposa. Mas, era crime, na década de 1830. E como todo bom crime, gera uma grande fortuna.

Na década de 1830, como veremos em outro capítulo, os seus filhos estariam ligados aos mesmos tipos de comércio: traficavam gente. Possuíam o esteio de um nome importante, a dar-lhes o apoio de não serem pegos nos contrabandos: o tio Pedro de Araújo Lima, regente do Império, na vigência criminosa dos sobrinhos.

2.3 ERA COM SANGUE, SUOR, DOR, ESCRAVOS, TRAFICANTES E MUITO AÇÚCAR QUE SE FAZIA UM DOUTOR EM COIMBRA

A receita não era nova. Quem quisesse fazer, do filho, um doutor coimbrão, era necessário muito dinheiro e boa dose de ótimos relacionamentos com gente importante. Muitos jovens cruzaram o Atlântico; entretanto, nem todos findaram o curso. Retornavam ao Brasil com fama de diplomados; todavia, não possuíam papel. Era preciso poder, cativos, influência. Araújo Lima se faria doutor em Coimbra alicerçado no açúcar paterno e na amizade e negócios com os comerciantes de escravos.

Em 4 de agosto de 1817, ano da Revolução que assolou Pernambuco, Pedro de Araújo Lima recebeu o bacharelado em Cânones. Em 1819, se doutorava. A família não esteve ao lado dos revolucionários: ficaram do lado de Luís do Rego, o repressor. Foi a esse último nome que Pedro de Araújo Lima dedicaria uma “composição literária”, como dito por Araújo Bastos, em 1866, na Câmara dos Deputados³³⁰. Ou seja: os Araújo Lima mantinham-se do lado contra-revolucionário até mesmo quando o governador lançava a mão de ferro sobre os pernambucanos.

Maria Beatriz Nizza da Silva propôs que os estudantes que iam à Coimbra eram diversificados, quando observam-se os números entre as capitanias, por 1772 e 1807. Os pernambucanos enviavam menos estudantes que baianos, cariocas e mineiros. A mesma historiadora apontou outro dado importante: existia o “abandono dos estudos por alguns ao fim de um ou dois anos de frequência³³¹”. Indicou: dos 96 pernambucanos presentes na Universidade de Coimbra entre 1770 e 1808, 36 não findaram os objetivos. Diz ela: “impossível conhecer as razões que os levaram a abandonar os estudos universitários³³²”. Entretanto, pelo que vamos observando no caso Pedro de Araújo Lima, leva-nos a crer: era necessária uma

³³⁰ CASCUDO, Luis da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. Op.cit., pp. 42 – 45.

³³¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Pernambuco e a cultura da ilustração**. Recife: EdUFPE, 2013, p. 44.

³³² Idem, p. 50.

intrincada junção de fatores, como bons relacionamentos e muito dinheiro, para haver a completude dos estudos. Alguns desses não possuíam e voltavam. Araújo Lima conseguia findar o doutoramento em Cânones alicerçado no poder das relações do comércio de gente, do latifúndio e do açúcar: fatores de antiguidade de Pernambuco.

José Murilo de Carvalho já havia lembrado da necessidade da elite política portuguesa de “reproduzir na colônia uma outra elite feita à sua imagem e semelhança.” Desta forma, a “elite brasileira” da primeira metade do século XIX, principalmente, foi estudar em Coimbra, investindo na formação jurídica³³³. Era esse treinamento que abria portas ao emprego público, “procurado sobretudo como sinecura, como fonte estável de rendimentos³³⁴.” Além de tudo: “a educação era a marca distintiva da elite política³³⁵”. Araújo Lima será mais um nesse caminho educacional, comum, buscando em Portugal a oportunidade do treinamento. Entretanto, se o grupo dos políticos brasileiros era tão bem treinado, não temos como quantificar. E preferimos a observação de Nizza de Silva, de que, nem todos que iam Coimbra terminavam seus cursos. Mesmo assim, o conhecimento dos sujeitos, entre si, fazia deles um grupo coeso e forte. Nisso, Carvalho tem razão, ainda mais quando informa quem foram os sujeitos contemporâneos de estudos em Coimbra, pela década de 1810, quando Bernardo Pereira de Vasconcellos por lá chegava: Costa Carvalho, João Bráulio Muniz³³⁶, Caetano Maria Lopes Gama, Manoel Antônio Galvão³³⁷, Miguel Calmon, Montezuma, Pedro de Araújo Lima, dentre outros³³⁸.

Pode não chamar atenção do leitor despercebido o termo “Cânones”, na formação do nosso personagem. A palavra está diretamente ligada aos fundamentos do direito eclesiástico que Araújo Lima, desta feita, concorria para bem conhecer. Ainda é Nizza da Silva quem nos ajuda a compreender a causa dessa escolha: os cânones habilitavam o sujeito para problemas com a Igreja, as magistraturas e os tribunais seculares³³⁹. Portanto, se o objetivo-mor era a entrada na malha dos cargos públicos, esse curso era o que melhor integrava as expectativas.

Era ainda em 1813 que Pedro de Araújo Lima, sendo capitão de infantaria de ordenanças de uma das companhias do termo na Vila de Sirinhaém pedia ao capitão-mor Henrique Luis de Barros Vanderlei, seu padrinho de batismo, para conservar-se no posto, mesmo se ausentando

³³³ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem / Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 37.

³³⁴ Idem, p. 56.

³³⁵ Ibidem, p. 79.

³³⁶ Regentes trinos.

³³⁷ Ministros. Lopes Gama é o Visconde de Maranguape.

³³⁸ CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 1999, pp. 11 – 12.

³³⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Pernambuco e a cultura da ilustração**. Op.cit., pp. 51 e 53.

para “continuar [os estudos] maiores na Universidade de Coimbra, para se poder formar³⁴⁰”. É claro: o padrinho informava que “a súplica do suplicante está nos termos de Vossa Excelência fazer a graça”: até para isso era necessária a relação direta com os sujeitos do poder. Araújo Lima mantinha seu posto militar, com patente firmada por “Vossa Alteza Real”. Não perdia, assim, benefício algum. E ficava tudo em casa. Nada saía dos eixos.

Depois de José Gonçalves Pereira e seu grupo ajudarem Manoel de Araújo Lima a manter o filho em Portugal, por volta de 1817, outros nomes se juntam nessa empreitada. Entretanto, precisamos indicar alguns números para esse momento. Entre 1801 e 1825, período que compreende alguns desses sujeitos aqui apresentados no comércio de africanos, Pernambuco recebia 170.000 cativos, enquanto o sudeste 500.000 e a Bahia 256.000³⁴¹. E se pensarmos que, entre 1501 e 1867, Recife era o sétimo porto do mundo, em números, a receber escravos³⁴², e o quarto das Américas, só ficando atrás do Rio de Janeiro, Salvador e Kingston (Jamaica)³⁴³, percebemos que o comércio transatlântico de gente movimentou um sem-número de pessoas e dinheiro. Claro que as informações estão nas estimativas. Os números podem, e devem, ser muito maiores. Desta forma, Pernambuco era o terceiro lugar, no Brasil, a receber escravos por esse tempo. Era um intenso comércio que fazia sofrer cativos e ganhar dinheiro a muitos comerciantes. Assim, o suor e sangue desses homens e mulheres aprisionados faria formar os políticos brasileiros do século XIX. E se paramos um pouco e pensarmos: o dinheiro de Manoel de Araújo Lima estava circulando entre o maior porto a receber cativos, o Rio de Janeiro, o sétimo, de Recife e tantos outros espalhados pelo mundo, integrados nesse comércio crudelíssimo, como Lisboa. Era um entrecruzamento de relações sociais sem fim. Ainda mais: como indicou Eltis e Richardson, depois das proibições de tráfico na década de 1810, os espanhóis, franceses e portugueses substituíram os norte-americanos, dinamarqueses e britânicos, no tráfico, fazendo subir as cifras de números de cativos anteriormente trazidos para as Américas. Brasil e Cuba ficavam sendo os maiores receptores de gente escravizada da África, com mais de três quartos desses escravos advindo do Sul do equador³⁴⁴. Portanto, enquanto Pedro de Araújo Lima esteve em Portugal, tomando contato com diversos traficantes, o comércio de carne humana, para o Brasil, estava, literalmente, de vento em popa. Entre 1816 e 1820, Pernambuco receberia, aproximadamente, 45.000 pessoas em trabalho forçado; a Bahia

³⁴⁰ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4 **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

³⁴¹ ELTIS, David; RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic slave trade.** New Haven/ London: Yale University Press, 2010, p. 203.

³⁴² Idem, p. 39.

³⁴³ Ibidem, p. 204.

³⁴⁴ Ibidem, p. 278.

aprisionaria 60.000, ficando depois do Sudeste, com 118.000. Muito provavelmente, mais de 258.000 pessoas foram forçadas a migrar para o Brasil saindo da África Central³⁴⁵. E se os traficantes que a família Araújo Lima contatava comerciavam entre Pernambuco, Lisboa e Rio de Janeiro, eles integravam esse circuito de grande volume da escravidão.

O primeiro sujeito a ser observado nesta parte do texto é o “Sr. Carvalho”. Lendo apressadamente a documentação paterna, parece que não há informação de quem seja. Entretanto, poderia estar em Pernambuco, fazendo a ponte com as terras lusas. Chegamos a tal conclusão por um dos registros paternos: “17 de abril de 1817 por via do sr. Carvalho mandei a Pedro 35 caixas de assucre [sic] entre estas ia 4 caixas de arroba e as mais de meia arroba a 1600 – 32#800”. Ou seja: o açúcar saía dos portos do Recife indo ao destino de Pedro de Araújo Lima: Portugal. Talvez por um erro de registro, indica, depois desse, de 1817, que em agosto de 1816, foram 24 caixas de doce a Pedro, pelo mesmo Carvalho (9#600). Volta para fevereiro de 1817: 30 meias caixas de açúcar com 15 arrobas a 1600 (24#000). Ainda em 1818 mandava, a 6 de fevereiro, 32 meias caixas de açúcar com 16 arrobas (32#000)³⁴⁶. Assim percebemos que enquanto José Gonçalves Pereira enviava doces e açúcar para Araújo Lima, através de Joaquim Elias Xavier, também o “Sr. Carvalho” o fazia, ao menos, entre setembro de 1816 e dezembro de 1819, gastando com esse elo 3:049#910, além de, em 2 de maio de 1820, por uma letra do Rio, ao Carvalho: 1:300#000: total de 4:349#910. Desta feita, o “Sr. Carvalho”, sabemos, era mais um comerciante a fazer a rota Brasil – Portugal, e, talvez, África. E se a nossa conjectura de que a imensa quantidade de doces enviadas a Araújo Lima era parte das armações de navios de tráfico, em Portugal, elas continuavam, e em várias frentes. Os elos eram diversos: se algum fraquejasse, o outro dava certo. Na verdade, eram negócios. E se um negócio não fosse mais adiante, o outro cobria as despesas. Dividir e balancear a quantidade de dinheiro em diversos sujeitos era uma estratégia paterna de inteligência: o filho não ficaria desamparado e ainda renderia alguns contos que Pedro de Araújo Lima deveria fazer em aplicações monetárias.

Como as listas de nomes e gastos feitas pelo pai de Pedro de Araújo Lima é bastante fragmentária, e com repetições de despesas, parece que o mistério do “sr. Carvalho” pode ser muito bem desvendado, inclusive, comparando-se os valores enviados e gastos. Um dos registros assemelha-se muito com as informações já ditas no parágrafo acima: “Assistência que faz o senhor Manoel de Carvalho Medeiros ao meu filho Pedro de Araújo Lima de setembro de 1816 até dezembro de 1819 dinheiro que recebeu em Coimbra e Lisboa importa –

³⁴⁵ ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic slave trade*. Op. cit., p. 278.

³⁴⁶ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

3:049#910³⁴⁷”. Além de “Maio 2 de 1820 por uma letra que sacou do Rio de Janeiro a Manoel de Carvalho para pagar no Recife Antonio José de Amorim – 1:300#000”.

Já conhecemos Antonio José de Amorim como um dos devedores do inventário de Dona Rita Florência, na década de 1830. Ou seja: Amorim estava entrelaçado aos negócios dos Araújo Lima, ao menos, desde a década de 1820, nesse circuito de pessoas, comerciantes e traficantes que faziam girar o dinheiro a chegar em Pedro de Araújo Lima. Mas, quem seria Manoel de Carvalho Medeiros, que, no meio da revolução de 1817 era o homem a fazer as conexões entre Pernambuco e Portugal, por parte dos negócios e víveres de Araújo Lima?

Manoel de Carvalho Medeiros era um sujeito que sabia fugir. Não sabemos se era medroso ou estrategista. Fiquemos com a última palavra: é menos ultrajante. Ao menos em 19 de julho de 1817, recebia passaporte para voltar a Pernambuco. Dito isso, é mais um negociante da Praça de Pernambuco, como se identificava na petição, suplicando voltar para os seu negócios. Entretanto, no caso do “Sr. Carvalho” não foi bem assim. “Em razão do infeliz sucesso de seis de março se retirou para o Maranhão”, indo, de lá, para Lisboa³⁴⁸. O documento enviado do Maranhão - dado na secretaria do governo, aos 15 de abril de 1817 - é mais indicativo: “... fugido dali [Pernambuco] com a sua família por causa do funesto acontecimento do dia 6 de março, que para arranjo dos seus negócios precisa retirar-se a Cidade de Lisboa com a sua dita família”. As pessoas a irem com ele eram: um filho menor de idade (José Candido Carvalho), duas filhas (Candida e Joanna), dois netos (Galdino e José), um genro (Gaudino Agostinho de Barros) e uma escrava (Cattarina preta), além dele mesmo (Manoel de Carvalho Medeiros, Negociante da Praça de Pernambuco). Pretendia ir na Galera Conceição Esperança, “na qual veio com toda a sua família fugido para esta Cidade³⁴⁹”. Talvez, se o “sr. Carvalho” não tivesse tomado a atitude de “fugir” para o Maranhão e, de lá, para Lisboa, Araújo Lima ficasse sem seus mantimentos abundantes. Na verdade, Carvalho ia ganhar muito dinheiro salvando os negócios da gente de Pernambuco, correndo para as bandas de lá do Atlântico. E, como já vimos, os Araújo Lima não compartilhavam das ideias dos revoltosos de 1817, e devem ter investido na viagem do “fugitivo”, mandando algum ouro e dinheiro que tivessem em casa, a ser salvo dos saques no engenho. E não custa nada lembrar: o dia 06 de março é, exatamente, o início da revolução. E para não passar em branco: o genro do Sr. Carvalho, Gaudino

³⁴⁷ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

³⁴⁸ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 278, D. 18770.

³⁴⁹ Idem.

Agostinho de Barros, entrou na lista dos “traficantes pernambucanos mais proeminentes”, indicada por Marcus Carvalho³⁵⁰.

Não era só no momento crítico de 1817 que o “Sr. Carvalho” representava os negociantes pernambucanos em Portugal. Parece ser um estrategista político, com o doce sabor de ficar sobre o muro toda vez que as situações apertavam. Em julho de 1822, com os entraves entre portugueses e brasileiros a adiantarem-se pelos intuits independentistas, ele teria dado novas declarações: “disse que a maior parte dos Negociantes de Pernambuco, que se achavam nesta cidade fugidos daquela província, lhe disseram que no caso de ir uma expedição a Pernambuco, eles fariam os seus donativos”. Ora, estaria ajudando os portugueses, o Sr. Carvalho, com alguns pernambucanos? Talvez. Pois, “quanto a sua pessoa não oferece o Sr. Carvalho o donativo compatível com as suas circunstâncias debaixo de condição alguma”. Ele jogava com quem estivesse ganhando, na verdade. Tanto que “em qualquer caso de expedição para o Brasil, que proximamente se intenta mandar está pronto a contribuir com oito pipas de água-ardente de cana”. Entretanto, preferia ficar esquivado, tramando com os dois lados da moeda, ou, com os dois lados do Atlântico: “declarou mais que deseja, e até insiste que o seu oferecimento não seja publicado, por que ele o faz só por patriotismo, e não no intento de que se saiba³⁵¹.” Manter o auxílio em segredo era a chave do negócio. Se algum brasileiro atrelado à causa do Brasil soubesse do intuito de ajudar os portugueses naquela manobra, tudo iria dar errado.

Ainda em 1825, parece que Manoel de Carvalho Medeiros estabeleceu residência em Portugal. Era Cavaleiro das Ordens de Cristo e da Conceição, permanecia negociante, estava com 60 anos. Declarou-se natural da Ilha de São Miguel e era morador na rua do Corpo Santo, nº 190. Mostrava que manteve seu relacionamento inabalável com o Brasil: “não tem impedimento pela polícia para passar como pretende ao Rio de Janeiro, levando consigo um escravo preto por nome Antonio³⁵².”

Ao demonstrar querer enviar “oito pipas de água-ardente de cana”, se fosse, assim, necessário, talvez Carvalho estivesse, também, agregado ao sistema de tráfico. A água-ardente era uma das moedas de troca em África. Somado a isso, ao menos em 1816, possuía o Bergantim Triunpho do Mar, em sociedade com Agostinho Fernandes de Barros e José Manoel Fiúza, perfazendo o caminho Lisboa – Pernambuco – Lisboa³⁵³. Mas, devemos lembrar que essa era a

³⁵⁰ CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade**. Op.cit., p. 118.

³⁵¹ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 286, D. 19617.

³⁵² (PRBRB). AHU_ACL_CU_017, Cx. 294, D. 20858.

³⁵³ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 277, D. 18627.

rota declarada por Carvalho também em 1821: era Cavaleiro da Ordem de Cristo, negociante na Praça de Pernambuco, morador em Almada, e ia a Pernambuco³⁵⁴. E se em 1825 perfazia o caminho para o Rio de Janeiro, ia de encontro a maior praça de compra de cativos no XIX brasileiro, ou até, iria encontrar o traficante Antonio José de Amorim. É muito possível que Carvalho fizesse parte do sistema de negociação de gente. E não há nada estranho nisso.

Se Manoel de Araújo Lima nos revelou, em suas anotações, todas essas informações, Pedro de Araújo Lima nos indicaria mais nomes a ajudá-lo na intenção de formar-se. Foi nas “Despesas da minha formatura, que principiou no curso de 813 para 814 e findou no de 817 para 818³⁵⁵” que fez o levantamento de mais recursos empregados no intuito de findar o curso em Portugal. Já conhecemos Joaquim Elias Xavier, que também entra nesse rol (2:262#453 na forma da lei – 2:064#174 reduzido a metal). Não conhecemos Antonio Tavares (375#694 na forma da lei – 338#125 reduzido a metal), que pode ser Antonio Tavares Guerra, dono da escuna Borboleta, que fez viagens entre Bahia, Rio de Janeiro e Molembo, para buscar cativos. Em 1828, foram desembarcados 351 escravos no Rio de Janeiro³⁵⁶. Em 1829, a embarcação saía de Pernambuco, e fazia a travessia para Molembo, tendo parado na Bahia e no Rio de Janeiro, desembarcando 347 escravos³⁵⁷.

Nos deteremos em mais dois nomes listados. José da Silva Borges é o primeiro, que, antes do sexto ano (818 – 819) passou-lhe a quantia de 306#666 na forma da lei – 276#000 reduzido a metal. Juntando esse dinheiro com o de Joaquim Elias Xavier e Antonio Tavares, resultava 2:944#813 na forma da lei e 2:678#299 reduzidos a metal. Entretanto, as despesas do sexto ano implicavam em 1:540#000 advindos de Silva Borges, e “mais que mandei de Lisboa para Coimbra para pagamento do resto da despesa do capelo: 210#000”. Só de despesas da formatura geravam mais de 4:600#000³⁵⁸.

José da Silva Borges era o proprietário da Galera Portuguesa Diligência, que ia para Pernambuco em, aproximadamente, 1817. Se preocupava com a “defesa contra os inimigos piratas do mar”, e desta forma, comprou artilharia, faltando algumas armas de calibre dezoito, e as pedia a D. João VI emprestadas³⁵⁹. Parece que no mesmo ano, sem informar como, a Galera Diligência era capturada, depois de ter deixado pranchões na fazenda real³⁶⁰. Talvez a

³⁵⁴ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 284, D. 19436.

³⁵⁵ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

³⁵⁶ <http://www.slavevoyages.org/voyage/805/variables>.

³⁵⁷ <http://www.slavevoyages.org/voyage/1035/variables>.

³⁵⁸ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

³⁵⁹ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 279, D. 18852.

³⁶⁰ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 279, D. 18853.

Diligência estivesse implicada no tratado assinado entre Portugal e Inglaterra, instituindo a ilegalidade do tráfico ao norte do Equador, com promessa de repressão, dado em 1815³⁶¹. E pega, não poderia declarar, ao próprio rei, que estava inclusa em criminalidade. Se for a mesma pessoa, ele estaria no Rio de Janeiro, por volta de 1830. No “Diário do Rio de Janeiro” era anunciado, à Rua da Praia do Vallongo, uma carta vinda de Benguela, remetida por Francisco Elesbão Correia Caldas, capitão do Bergantim Economia, ao senhor Francisco de Paula; ausente o senhor José da Silva Borges³⁶². Ou seja: existia ligações dessa personagem direto com a África: o tráfico estava por ali, rondando os estudos de Pedro de Araújo Lima, posto que Silva Borges poderia traficar desde muito tempo.

Pedro de Araújo Lima aumentava a sua lista. Acrescentava o item “Dinheiros que recebi em Lisboa desde agosto até novembro de 819”. De José da Silva Borges vinha, na lei, 250#000, reduzido a metal 225#000. E mais uma quantia de 594#400. Nesse momento, apareceria mais um nome: José Bento d’Ar^o, ou seja, José Bento de Araújo, de quem recebeu 1:200 na lei e reduzido a metal e 1:080#000. No final, a contabilidade das despesas feitas em Portugal seria 6:327#299³⁶³. Entretanto, José Bento de Araújo também merece algumas linhas nesse texto, para algum esclarecimento.

Ao menos pelos idos de 1796 José Bento de Araújo já negociava com os pernambucanos, sendo negociante na Corte³⁶⁴. Por volta de 1807 declarava ser o proprietário do navio Gratidão, comprado em Lisboa e de construção estrangeira³⁶⁵. Ora, sendo de “construção estrangeira” poderia ser dos Estados Unidos. Naquele momento, o mestre era José Gomes Ligeiro. O banco de dados “Slave Voyages” nos indica um navio denominado “Gratidão”, de bandeira portuguesa³⁶⁶, saindo da Bahia, capturado pelos britânicos e levado a Serra Leoa, para o tribunal da comissão, sendo condenado em 1840. Do registro, não há nome de dono ou mestre³⁶⁷. Talvez, fosse esse, de propriedade de José Bento de Araújo.

Não parece que José Bento de Araújo seja alguém desprovido de contatos e interesses na vastidão do mundo dos donos de navios e comerciantes a transitarem entre Pernambuco e Portugal, ou até África. As relações eram estreitas. Ao menos em 4 de março de 1815, Bento

³⁶¹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial – Volume I – 1808 – 1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 216.

³⁶² HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1830. N° 200002.

³⁶³ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**.

³⁶⁴ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 194, D. 13358.

³⁶⁵ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 267, D. 17847.

³⁶⁶ Abaixo, com asterisco, “Portugal/ Brasil”.

³⁶⁷ <http://www.slavevoyages.org/voyage/3106/variables>

José da Costa sacava uma letra de 2:474#720 sobre José Bento de Araújo, “a qual a quantia pertence aos donativos feitos nesta capitania [de Pernambuco] para o resgate dos cativos [portugueses] de Argel³⁶⁸.” O documento não informa o motivo pelo qual os portugueses estariam presos em Argel.

Não falaremos de Bento José da Costa nesse momento pela importância que possui no centro da história pessoal de Pedro de Araújo Lima. Todavia, ao mesmo tempo, é necessário que seja acrescentado: José Bento de Araújo era o “com respondente”, ou seja, o correspondente, do navio Nova Aurora, que partia de Lisboa para Pernambuco, pretendendo retorno, sendo mestre Mathias de Almeida e Castro, com senhorio de nada mais, nada menos que Bento José da Costa e Antonio da Silva e Companhia, residentes em Pernambuco, sendo isso no avançado ano de 1823³⁶⁹. Ainda em 1821, a mesma embarcação estava consignada a Araújo, que passava por um problema: o capitão, que já era o mesmo Mathias de Almeida Castro, foi preso por “não haver trazido Capelão nesta viagem”, de Pernambuco para Portugal. Mas, parece, a desculpa era bem esfarrapada: “Este navio, senhor, deixou de trazer Capelão, por não haver algum em Pernambuco, quando o Navio ali chegou de sua Viagem d’Ásia, e em que pediu franquia que se lhe concedeu, para vir aqui concluir sua viagem³⁷⁰.” José Capela apontou: “É claro que o grande aumento da exportação de escravos provocou aumento proporcional das importações quer da Ásia, quer da Europa e do Brasil³⁷¹.” Russell-Wood disse: “havia um grande movimento de mercadorias transportadas pelos portugueses entre a África, a Ásia e as Américas e que nunca chegava a Europa³⁷².” Talvez tivesse acontecido, nesse caso, um percurso desses: já que veio da Ásia, deve ter passado pela África, chegando a Pernambuco, e retornando a Portugal. Dessa forma, percebe-se que o propósito do Nova Aurora era o comércio de cativos. Talvez o capitão estivesse, na verdade, preso por algum outro motivo, ligado ao crime do tráfico. E, como sujeito influente, o consignatário dava a sua força de palavra para soltá-lo, assim como, liberar a descarga pelo “risco do mesmo navio e sua importante carga em tempo d’Águas Vivas que ameaçam perigo”. Talvez, a referência às “águas vivas” fosse, de forma encoberta, demonstrar que o perigo de apreensão do navio e da carga poderia ser maior, se pego por alguma patrulha de fiscalização. Entretanto, o mesmo José Bento de Araújo era

³⁶⁸ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 276, D. 18552.

³⁶⁹ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 288, Doc. 19830.

³⁷⁰ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 283, D. 19296.

³⁷¹ CAPELA, José. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique**. Porto: Afrontamento, 2002, p. 83.

³⁷² RUSSELL-WOOD, A.J.R. **O Império Português**. 1415 – 1808. O mundo em movimento. Lisboa: Clube do Autor, 2016, p. 184.

colocado, nesse momento, como consignatário do Navio São João Baptista, indo navegar para Pernambuco, armado contra os corsários: a outra possibilidade das “águas vivas”.

Mesmo que cessássemos de falar sobre José Bento de Araújo, agora, o leitor já teria entendido que ele era alguém importante comercialmente, com atividades em Pernambuco, Portugal, África e Ásia, perfazendo o longo caminho dos traficantes de escravos. Mas, um dado chama atenção nessa história: Aos 31 de dezembro de 1821, em meio aos complicados e entravados processos entre Portugal e Brasil, as “Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa”, na pessoa do seu presidente Francisco Manoel Trigoso de Aragão Morato, nomeou Antonio Francisco Machado, Joaquim da Costa Bandeira e José Bento de Araújo como Inspectores do Banco de Lisboa, “por confiar que eles servirão este lugar com muita honra, e imparcialidade³⁷³”. Ou seja: Araújo estava mergulhado no comércio, no tráfico e na política. Nada muito estranho: assim aconteceria, também, com os políticos do novo país que estava por nascer. E Pedro de Araújo Lima estaria, também, como aprendiz, imerso nesse mar.

Aos 11 de dezembro de 1819, Pedro de Araújo Lima embarcou em Lisboa com destino ao Rio de Janeiro. Desde primeiro de agosto do mesmo ano já havia tomado o Capelo na Universidade de Coimbra. Já vimos que José Bento de Araújo era correspondente de Bento José da Costa em Portugal, e foi através do primeiro que o dinheiro do segundo chegava em Pedro de Araújo Lima. Ao menos em 25 de novembro de 1819, Araújo Lima recebia “em conta” de Bento José da Costa, em Lisboa, “dado por José Bento de Ar^o”, 400#000. Em outro lugar das contas de Manoel de Araújo Lima, o valor do mesmo dia é de 1:200#000³⁷⁴. E em abril de 1820, essa relação aconteceria mais uma vez; mas, agora, não por meio de José Bento de Araújo. As interações entre Pedro de Araújo Lima e Bento José da Costa serão estendidas por toda a década de 1820, como veremos no próximo capítulo.

Bento José da Costa era negociante de escravos e um dos homens mais ricos de Pernambuco: era possuidor de engenhos, casas comerciais e outros tipos de negócios³⁷⁵. Segundo Marcus Carvalho, “Bento tinha seus próprios navios, que desembarcavam africanos nas praias mais próximas dos seus engenhos”, além de, “durante toda a vida, foi um homem influente na política local³⁷⁶”. Disse Tollenare: Domingos José Martins, um dos líderes da revolução de 1817, ameaçou o traficante para obter a filha em casamento, “um dos primeiros

³⁷³ **Correio do Porto**. Porto, 8 de janeiro de 1822. Nº 7. Acessado no googlebooks.

³⁷⁴ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**.

³⁷⁵ CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade**. Op.cit., p. 120.

³⁷⁶ Idem, p. 155.

usos que fez do poder”, um ato nada romântico, “haver empregado a ameaça”. Todavia: “A mão desta moça lhe tinha sido recusada antes da sua elevação [ao governo provisório]³⁷⁷”. O viajante francês ainda indicava, para os fins da revolução: “receava-se pelo sr. Bento José da Costa [em prisão], sogro do sr. Martins; mas parece que ele se justificou³⁷⁸.” Ao fim, conta Carvalho: “depois dessa aventura, Bento tornou-se amigo de farra do último governador português antes da Independência, o general Luís do Rego”. Ainda fez parte da primeira junta de governo, junto do presidente, Gervásio Pires Ferreira. Ao que parece, Pedro de Araújo Lima encontrava-se nesse complexo jogo da política, em que todos esses homens estavam inseridos: era parte desse projeto de entrada e tomada do poder, era um representante desse grupo de comerciantes.

Com o que gastou tanto o filho de Manoel de Araújo Lima em Portugal? Claro é que não se fazia um doutor em Coimbra sem relações muito próximas com número extremado de gente importante e rica. O rapaz deveria ter casa onde morar, roupa, livros – muitos livros – e proteção. a própria vida universitária demandava alto custo. Há um item curioso nas relações de gastos do senhor do engenho Antas: “Rol das propinas pagas no capelo do senhor doutor Pedro de Araújo Lima³⁷⁹.” É necessário não confundir a palavra “propina” com o sentido dado nos dias hodiernos, no Brasil.

Raphael Bluteau indicou, ainda em 1728: “parece, que se deriva do verbo latino, *Propinare*, que val[e] o mesmo que Brindar a saúde de alguém.” Naquele momento, pois, dava-se a propina em dinheiro, varas de pano, ou “outras coisas usuais”. Acrescentou: “Em Portugal se dão propinas aos oficiais da Casa Real, aos Tribunais, ao Reitor, Cancelario, Lentes, Licenciados, Bedéis, & c. da Universidade³⁸⁰.” Moraes Silva, um pouco mais tarde, em 1789, resumiu o longo texto de Bluteau em poucas linhas: “É presente, ou dom em dinheiro, pano, ou peça, que se dá a alguns oficiais, Ministros, Lentes por assistência, ou trabalho; v.g. *os doutorandos dão a cada doutor 1600 réis de propina; um tanto aos bedéis, & c*³⁸¹.” Ou seja: era um “presente” dado a quem serviu e ajudou o aluno nos anos de estudos. Entretanto,

³⁷⁷ TOLLENARE, L.F. de. **Notas dominicais** – Tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Recife: EdUPE, 2011, p. 177.

³⁷⁸ Idem, p. 206.

³⁷⁹ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

³⁸⁰ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728, p. 781. Acessado em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1>. Itálicos no original.

³⁸¹ SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA.** Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 515. Acessado em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/2>. Itálicos no original.

acompanhando o estudo de Jacques Le Goff “Despesas universitárias em Pádua no século XV”, podemos perceber: mais que doação, era uma obrigação.

Observando o dito, aqui, por Bluteau, se ligando a propina ao “brindar a saúde”, o gesto fazia-se em refeição. Le Goff apontou: “fora os banquetes tradicionalmente oferecidos pelos novos doutores após a obtenção da *licentia docendi*, os presentes representavam despesas obrigatórias cuja soma e natureza logo foram inscritas nos estatutos³⁸².” Parece que essa tradição medieval passou à universidade portuguesa dos estudos de Araújo Lima. Le Goff acrescenta a lista das despesas para o exame (*examen, examen privatum*) e a cerimônia de investidura: “taxas destinadas tanto para alimentarem as caixas da universidade e dos colégios quanto para pagarem as despesas das sessões – e presentes para os examinadores, as autoridades escolares e eclesiásticas, as empregados da universidade³⁸³.”: as mesmas de que Araújo Lima se ocupou.

Agora que já temos o entendimento das propinas, dá-se o cumprimento de esclarecer o “capelo”. Moraes Silva indicou: “Insígnia de Doutor, que eles lançam ao colo, e cobre parte dos peitos, em ações, e funções acadêmicas³⁸⁴.” Então, as “propinas pagas no capelo” seriam os gastos feitos no ato dos exames e tomada do título de Doutor de Pedro de Araújo Lima em Coimbra.

Temos consciência da imensa lista de valores já lidos, aqui. Dinheiro sobre dinheiro, cifra em cifra, contos e contos; todavia, é por pura necessidade. Só 98#470 foram gastos com papel branco, papel inglês, imprensa, papel imperial, selim para as teses, preparo para bordadura de duas teses, encadernações das teses originais, dentre outras despesas. As propinas de conclusões foram 38#920, além da do exame: 67#020. No entanto, se gastaria, ainda, muito mais: Doutores em Teologia (40 – 64000), Doutores em Cânones (31 – 49600), Doutores em Leis (29 – 46400), Doutores em Medicina (17 – 27200), Doutores em Matemática (13 – 20800) e Doutores em Filosofia (12 – 19200). Recebiam dinheiro, dentre outros: lentes³⁸⁵, prelado (3200), cancelário (3200), presidente (3200), secretário (3400), conservador (1200), pajem do prelado (1600), moço da borla (2400), 6 bedéis (a 1000, 6000), tesoureiro da capela (1600),

³⁸² LE GOFF, Jacques. **Para uma outra Idade Média** – Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Petrópolis: Vozes, 2013, pp. 187 – 188.

³⁸³ LE GOFF, Jacques. **Para uma outra Idade Média** – Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Petrópolis: Vozes, 2013, pp. 188 – 189.

³⁸⁴ SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA.** Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 341. Acessado em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/2>.

³⁸⁵ Lentes: Dr. Saraiva (480), Dr. Camizão (480), Dr. João Pedro Ribeira (480), Dr. Cunha (480), Dr. Matheus (480), Dr. Rafael (480), Dr. Pedro Paulo (480), Dr. Vidal (480), Dr. José Caetano (480), Dr. Marques (480), Dr. Brandão (480), Dr. Trigozo (480). Doutores: Dr. João de Mattos God^o (480), Dr. Guilherme (480).

missa e capelães (840), tesoureiro da fazenda (800), secretário da diretoria (1600), secretário da fazenda (1600), 2 lentes de música (a 800, 1600), guarda-mor (900), meirinho (900), cadeiras (2, 240), ramos (400), relojoeiro (4000, sineiro (240), confraria da Senhora da Luz (2000), fábrica (2000), armação (900), luvas (2000), arca da universidade (6000), arca da faculdade (4000), 2 guardas do pátio (a 300, 600), 2 moços fidalgos de Santa Cruz (a 300, 600), música (7200), diretor da faculdade (2500). Ainda havia os porteiros e guardas (da secretaria, diretoria, fazenda, museu, ajudante do museu, da física – cada um a 300 – dentre outros); os oficiais da fazenda (10, cada um a 800)³⁸⁶, oficiais da Diretoria (6, a 800)³⁸⁷; oficiais da secretaria (4, a 800)³⁸⁸. Como se não bastasse tanto dinheiro, ainda havia as propinas de tostão³⁸⁹ e as “propinas gratuitas que se costuma dar aos contínuos e guardas e aos cinco moços da capela a 240 a cada um 5200³⁹⁰”. Ou seja: se aquelas propinas eram “gratuitas”, todas as outras eram obrigatórias, e mesmo as “gratuitas” estavam acopladas ao costume: deveriam ser pagas.

É importante, nesse momento, pensarmos: uma formatura mobilizava sem número de gente e dinheiro, fazendo mover e reatar, além de fortificar, as mais diversas relações entre os sujeitos formandos, seus parentes e os elos mercantis de favores entre eles. E mais: movimentava a economia. Tanta gente recebendo “propinas” dava, por certo, esperança aos comerciantes, que deviam se ver esperando a época das formaturas. Todo mundo recebia seu naco: do carpinteiro, passando pelo pedreiro e pelos doutores, ao diretor. Mesmo que os pagamentos fossem obrigatórios, os laços de força e elos tornavam-se muito estreitos. O dinheiro tem esse poder de colar pessoas, ligar vidas e atribuir pagamentos e pesos de favores: vide os traficantes de escravos que aparecem aqui, entremeados por favores e multiplicações financeiras.

Ao fim desse capítulo, nos fica: não era nada fácil ter um filho em Coimbra, era necessário muito suor e sangue de cativos fazendo açúcar e cortando cana. Assim como, também, não era tão simples fazê-lo político, posto que uma coisa leva a outra. E os vínculos

³⁸⁶ Oficiais da fazenda: Inocencio, José Maria do Coutto, Mauricio José de Castro, Bernardo Alexandre, Luis dos Santos, João Izidoro, Antonio Martins, Felis José Martins, Antonio Joaquim Baptista, Manoel Theotonio.

³⁸⁷ Oficiais da Diretoria: Antonio Joaquim Telles, José de Carvalho, Antonio José da Silva, Francisco Xavier da Silva, Januário José da Silva, Bartholomeu José da Silveira.

³⁸⁸ Oficiais da secretaria: Manoel Pinto de Mira, Balthizar Pinto de Mira, José Adriano de Figueiredo, Niculao Pereira Coutinho.

³⁸⁹ Propinas de tostão: 18 contínuos a 100 (1800), Andador da Senhora da Luz (100), Boticário (100), Jardineiro (100), organista (100), moço do órgão (100), escrivão das armas (200), dito das execuções (100), dito da ouvidoria (200), 2 ditos da conservatoria (100), meirinho da ouvidoria (100), inquiridor (100), distribuidor (100), contador (100), solicitador (100), carcereiro (100), porteiro (100), ourives (100), 3 livreiros (300), marchante (100), cortador (100), repesador (100), carpinteiro (100), pedreiro (100), 5 picadores (500), peixoteira (100), dentre outros.

³⁹⁰ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

eram tão importantes quanto o diploma. O último abria portas; os primeiros, faziam ao fraco, forte. Eram os elos que fortificavam um político. Como veremos no próximo capítulo, foi assim que Araújo Lima conseguiu ascender de bacharel em Cânones a deputado às Cortes de Lisboa: com conhecimentos e laços atados dos dois lados do Atlântico. Seguiria todos os cargos do Império do Brasil até a Regência. Levava a bagagem dos vínculos absorvidos e conquistados com os negociantes de escravos e senhores de terras e açúcar, tanto de Pernambuco quanto do Rio de Janeiro. Araújo Lima era homem sem lugar. Não era de Pernambuco ou do Rio de Janeiro: se movia na órbita dos seus vínculos particulares. Ele era dos aliados escravocratas e latifundiários.

3 ENTRE TRAFICANTES, POLÍTICOS E BACHARÉIS: AMIZADE, FAMÍLIA E POLÍTICA DE PEDRO DE ARAÚJO LIMA

No início dos Oitocentos, Manoel de Araújo Lima mobilizou sem número de pessoas na intenção de formar o filho Pedro de Araújo Lima. Da forma já vista, a maior parte dos agentes era de comerciantes, traficantes de escravos, que transitavam entre o Recife, Rio de Janeiro, Portugal e África. O projeto de tornar o filho Doutor em Cânones fora eficiente. O pai registrou que Pedro de Araújo Lima embarcou aos 11 de dezembro de 1819, em retorno ao Brasil, de Portugal, para o Rio de Janeiro. O navio chegou ao destino aos 5 de fevereiro de 1820, “com 57 dias de viagem ao Rio no tempo que estava no Rio o Senhor D. João Sexto nosso Rei Senhor³⁹¹”.

A memória paterna fez questão de marcar o tempo de D. João VI presente no Rio de Janeiro naquelas páginas manuscritas. Entre tantos números de contas e mais contas seguidas de uma cronologia, talvez, a intenção era unir a memória política ao relato do filho como sujeito daquele mundo estreito das relações feitas nos corredores do palácios e no sangue dos cativos.

Do Rio de Janeiro para Pernambuco, embarcou Pedro de Araújo Lima aos 2 de agosto de 1820: permaneceu naquelas terras entre fevereiro e agosto daquele ano, provavelmente traçando e forçando contatos os mais vantajosos possíveis. Foi para a Bahia, em 5 dias, e de lá, ao Recife, em 4. Chegou no Engenho Antas aos 17 de agosto de 1820, quando já veio despachado ouvidor para Minas Gerais, na Vila de Paracatu: não assumiu³⁹².

Desse ponto, Pedro de Araújo Lima só iria ascender na carreira política. Ainda na década de 1820, foi para as Cortes de Lisboa, voltou ao Brasil, sendo Deputado Geral e ministro de Pedro I. Na década seguinte, subiu ao Senado e assumiu a Regência em nome de D. Pedro II por duas vezes. É o entrelaçado de indivíduos e famílias iniciado na década de 1820 e estendido por toda a vida que veremos nesse capítulo. Quem fez Pedro de Araújo Lima crescer tanto em tão pouco tempo? É, essa, a principal pergunta imposta.

³⁹¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

³⁹² Idem.

3.1 ENTRE LAÇOS ATADOS E CONTOS DE RÉIS: AINDA AS NOTAS DE GASTOS DE MANOEL DE ARAÚJO LIMA

No capítulo anterior, vimos a presença de Bento José da Costa como sujeito imerso nas contas de Manoel de Araújo Lima. Contudo, os estreitamentos eram maiores e não simples favores e afagos de generosidade. Ao menos entre 1824 e 1826, os dois se corresponderam, falando dos auxílios financeiros a Pedro de Araújo Lima.

Antes mesmo dos dias de 1824, um registro de Manoel de Araújo Lima parece controverso: “11 de fevereiro de 1820. Dinheiro que recebeu em Lisboa por ordem de Bento José da Costa dado por José Bento de Araújo 800#000³⁹³”. Nesse tempo, Pedro de Araújo Lima já estava no Rio de Janeiro, podendo haver engano na nota do pai. O importante, para esse caso, é a manutenção dos laços existentes entre os Araújo Lima e o negociante Bento José da Costa, ainda sob a guarda de José Bento de Araújo, que também já demos conta de quem seja, no capítulo anterior. Não custa nada lembrar: Pedro de Araújo Lima se alocava ao lado dos traficantes de escravos a mercarem em Pernambuco e além-mar.

Se já conhecemos Bento José da Costa e José Bento de Araújo, surge mais um sujeito nesse entrelaçado de nomes e dinheiro: a circulação de bens e favores girava em velocidades incríveis. Aos 4 de abril de 1820, Manoel de Araújo Lima registrou: “dinheiro dado por Bento José da Costa no Rio de Janeiro dado por Francisco Xavier Pires – 500#000³⁹⁴”. Parece que Francisco Xavier Pires possuía negócios com Bento José da Costa, talvez algum tipo de correspondência, na Praça do Rio de Janeiro, onde Pires era negociante³⁹⁵. Em 1810, contribuiu com 400#000 para o “Donativo Voluntário a favor do Resgate dos Portugueses em Argel³⁹⁶”. Bento José da Costa havia sacado uma letra sobre José Bento de Araújo pelo mesmo motivo, em 1815³⁹⁷, o que nos faz pensar a existência de interesse do grupo de traficantes de escravos nesse negócio. Entretanto, não sabemos bem se Xavier Pires traficava diretamente. Mas, ao menos em 1821, recebia sal e escravos, como carga³⁹⁸. Também procurava “algum pardo cativo,

³⁹³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

³⁹⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

³⁹⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Gazeta extraordinária do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1810. Nº B00015.

³⁹⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Gazeta do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1810. Nº 00094.

³⁹⁷ (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx. 276, D. 18552.

³⁹⁸ Notícias Marítimas. Entradas. “Pernambuco; 20 dias; B. Conceição e Santo Antonio, M. José Luiz de Souza Barboza, C. a Francisco Xavier Pires, sal e escravos.” HEMEROTECA DIGITAL. **Gazeta do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1821. Nº 102.

que o queiram vender”, em 1825³⁹⁹. De toda forma, Pires negociava gente e fazia transações comerciais em Pernambuco. Entre 1824 e 1825, ao menos, teve navios saindo para esta província (Bergantim Nacional Conceição e Santo Antonio e Bergantim Nacional Passos e Victoria) e também de entrada (Bergantim Nacional S. Antonio Vencedor)⁴⁰⁰. Em fevereiro de 1824, Manoel de Araújo Lima e Pedro de Araújo Lima se ligavam, mais uma vez, a Francisco Xavier Pires. No dia 6, Pires pagava a Pedro 1:800#000. Entretanto, para chegar nisso, houve troca de cartas entre Manoel de Araújo Lima e Bento José da Costa⁴⁰¹. Os laços eram estreitíssimos. E, em 1824, Pedro de Araújo Lima já estava entrelaçado na malha política. Ou seja: não era apenas dinheiro a ser negociado. Favores também deveriam permanecer rondando essas relações. Marcel Mauss demonstrou: nenhuma dádiva é livre. Os favores estão entrelaçados em obrigações. Os serviços, as coisas, as trocas tecem e fazem manter as alianças⁴⁰².

Parece que alguns nós são efêmeros nessas contas relatadas por Manoel de Araújo Lima. Ou, só se atavam em alguma necessidade. Entretanto, as interações com Bento José da Costa, como temos visto desde o capítulo anterior, prosseguem por bom período. Ainda em 1820, Manoel de Araújo Lima, aos 13 de setembro, dava ao filho 70#000. No mesmo ano, aos 28 de novembro, adentrava um novo nome ao rol: Ignacio José de Moraes, que deu a Manoel de Araújo Lima uma conta “da despesa que fez de trastes para a espera de meu filho no Recife quando chegou do Rio – 186#660⁴⁰³”. E em 29 de abril de 1821, o nome de José Gonçalves Pereira volta a aparecer ao lado do de Ignácio José de Moraes: “por uma letra que passei para

³⁹⁹ “Quem quiser assentar praça por outro, que esteja isento da primeira, e segunda linha, ou mesmo algum pardo cativo, que o queiram vender: quem estiver nestas circunstâncias, dirija-se a rua Direita N. 92 em casa do Coronel Francisco Xavier Pires & Comp., que aí achará com quem tratar.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1825. Nº 0500015.

⁴⁰⁰ “Navios prontos a sair”: “Para Pernambuco. Bergantim Nacional Conceição e Santo Antonio; consignatário Francisco Xavier Pires, rua Direita N. 92.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário Mercantil**. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1825. N. 00068. / “Navios a carga. Pernambuco. Berg. Nac. Passos e Victoria; consig. Francisco Xavier Pires & Comp., rua Direita N. 92.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário Mercantil**. Rio de Janeiro, 17 de março de 1825. N. 00110. / “Embarcações entradas e saídas neste porto” (Rio de Janeiro): “Entradas. Pernambuco, 31, B. Nac. S. Ant. Venced. José Joaquim das Neves (capitã). Francisco Xavier Pires (consignatário).” HEMEROTECA DIGITAL. **Semanario Mercantil**. Rio de Janeiro, 28 de maio de 1824. N. 00051.

⁴⁰¹ Illmo Sr. Manoel de Araújo Lima /Recife, 6 de fevereiro de 1824 /Tenho presente sua carta de 3 do corrente e remeto a letra de 1:800#000 a favor do Ilmo Snr. Dr. Pedro de Araújo Lima e contra Francisco Xavier Pires C^a do Rio de Janeiro. Desejo-lhe saúde, e – felicidades, pois sou De V m Amigo (...)Bento José da Costa.// Pernambuco 6 de fevereiro de 1824 São R\$ 1:800#000/ A oito dias precisos pagarão V mces por esta 3^a V^a de Letra segura, não o tendo feito pelas mais, a ordem do ilmo Sr Dr^o Pedro de Araújo Lima, a quantia de um conto e oitocentos mil réis, valor em conta com o Ilmo Sr Manoel d’Araújo Lima. Aos Snrs Francisco Xavier Pires C^a/ Bento José da Costa/. IHGB.Arquivo Marquês de Olinda. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**. Lata 211. Pasta 4.

⁴⁰² MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 124. Entretanto, o assunto está em toda a obra.

⁴⁰³ IHGB.Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**.

José Gonçalves Pereira esta letra para receber Ignacio José de Moraes para entregar a Pedro – 40#000”, depois de Manoel de Araújo Lima já ter passado letra, aos 12 de março de 1821, a Gonçalves Pereira⁴⁰⁴: ele não desaparece nessa história.

Ignácio José de Moraes faz parte dessa trama sem sabermos muito bem quem seja; talvez, alguém ligado a Bento José da Costa. Ao menos em janeiro de 1826, é relacionado em missiva de Costa para Manoel de Araújo Lima. Desde 1824, Pedro de Araújo Lima estava percorrendo a Europa. A carta de Bento José da Costa dizia ter recebido a de Manoel de Araújo Lima, mandando entregar a Pedro de Araújo Lima, em Paris, 800#000. E é aí que entra o nosso Moraes: “logo que recebi a sua carta disse a Ignácio José de Moraes que o dinheiro estava pronto”. Ou seja: havia conexão entre Manoel, Bento e Ignácio nesse jogo. “Procurando ele [Ignácio José de Moraes] letras as não achou senão com muito prejuízo [...] e portanto assentemos de lhe mandar dar os oitocentos mil réis lá, e sacar sobre Lisboa porque o prejuízo há de ser muito menor”. E nesse entremedo econômico-financeiro de intercambio de letras sobre Paris e Lisboa, Bento José da Costa explica: “ele recebe os oitocentos mil réis por inteiro” e depois Manoel de Araújo Lima “pagará a diferença que não será muito grande, pois foi o melhor meio que se pode arranjar⁴⁰⁵.” Ao final, nas contas paternas, o valor entra: “Mais uma letra para o Bento José da Costa que mandei dar em França – 800#000⁴⁰⁶”: parece não ter havido prejuízo nessa transação.

Vamos percebendo que Ignácio José de Moraes estava em Pernambuco. Fazia as conexões entre o Brasil e a Europa, através de Bento José da Costa. Talvez servisse como procurador do negociante pelas terras de lá. Se bem que também aparece na mesma situação para o próprio Pedro de Araújo Lima, em 1821. Era ele quem receberia da Junta da Fazenda da Província de Pernambuco os honorários de 4#800 por dia, que o competiam como Deputado em Cortes, desde 8 de julho de 1821, até findarem os três primeiros quartéis⁴⁰⁷. Mas, era tudo muito bem explicado, como deveria ser feito, por Pedro de Araújo Lima: Ignácio receberia as

⁴⁰⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

⁴⁰⁵ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.** A carta é de Recife, 19 de janeiro de 1826.

⁴⁰⁶ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

⁴⁰⁷“Por esta minha procuração constituo meu bastante procurador ao sr. Ignácio José de Moraes para que em meu nome, como se eu presente fora, possa receber da Junta da Fazenda da Província de Pernambuco os meus honorários de quatro mil e oitocentos reis por dia, que me competem como Deputado em Cortes por aquela Província, contados desde o dia oito (o “o” de oito está furado) de julho do corrente ano de 1821, ficando autorizado somente para receber os três primeiros quartéis. Lisboa 3 de 8brº de 1821. Dr. Pedro d’Araujo Lima, Deputado em Cortes pela Província de Pernambuco.” IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

quantias e iria enviando a “meu mui amado Padrinho senhor” – como não diz o nome, deve ser Henrique Luiz de Barros Vanderley, o padrinho de pia – até chegar em 1:200#000, que Vanderley o mandaria enviar. O resto seria entregue ao “Marques”, que o remeteria⁴⁰⁸. Talvez seja Antonio Marques: ele aparecerá, mais adiante, nessa história.

Falamos tanto dele e findamos sem saber, ao certo, quem era Ignácio José de Moraes. Entretanto, em 1858, o “O Auxiliador da Indústria Nacional”, do Rio de Janeiro, diz quem foi, possivelmente, o seu filho: o Sr. Ignácio José de Moraes Junior, nada mais, nada menos que o chanceler do consulado do Brasil em Angola. Ao que parece, desde 1844, Moraes Junior já andava pela África, na Costa Oriental. Não seria nada estranho: depois de um longo período de tráfico de escravos, esse sujeito estivesse querendo distribuir sementes de mafurra, uma planta produtora de ceras e combustíveis⁴⁰⁹. Ele deveria estar em África desde muito tempo, provavelmente, até, negociando cativos, pois, como é bem sabido, não havia outro negócio realmente relevante com o mundo luso-brasileiro nessa época. Sabemos que o pai dele trabalhava com um dos maiores traficantes de Pernambuco: Bento José da Costa. É razoável cogitar a inserção dos dois Ignacio Jose de Moraes nesse comércio de gente.

Ainda aos 20 de julho de 1821, Manoel de Araújo Lima pagaria 80#000 por uma letra que José Gonçalves Pereira teria enviado a Pedro de Araújo Lima. No mesmo mês, o valor de 800#000 era computado por uma letra passada para Bento José da Costa mandar para Lisboa, em metal⁴¹⁰. Vai parecendo, da mesma forma já vista: o açúcar era transformado em dinheiro nessas tramitações entre Pernambuco e Portugal. Ao menos nas contas anotadas nas memórias de Manoel de Araújo Lima, entre 1823 e 1827, era repassado açúcar a Bento José da Costa, que

⁴⁰⁸ “Sr. Ignácio José de Moraes/ Inclusa remeto uma procuração para me fazer o favor de receber da Junta da Fazenda dessa província os meus Honorários por três quartéis. Quero que a proporção que os for recebendo, os entregue a meu mui amado Padrinho senhor até a quantia de um conto e duzentos mil réis, que ele terá a bondade de me mandar dar: o resto (porque os três quartéis passam muito de um conto e duzentos mil réis) entregue ao Marques para nos fazer remeter. Esta carta pode lhe servir de governo para a disposição que aqui faço do dinheiro. Deus guarde por muitos anos./ De V M ce /(...)/ Pedro de Araújo Lima/ Lisboa 3 de 8brº de 1821./ Endereçado: de Lisboa com a procuração que se acha dentro/ Ao sr. Ignácio José de Moraes/ De 3 de 8brº de 1821. /Pernambuco.” IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

⁴⁰⁹ “Correspondência: Distribuição de sementes de mafurra, que dá cera vegetal. Transcrevemos o ofício dirigido ao Sr. Secretário geral, pelo Sr. Ignacio José de Moraes Junior, chanceler do consulado do Brasil em Angola. Luanda, 1º de maio de 1855. “Esta planta produz bem em países quentes e terra arenosa, e por isso julgo de muita conveniência para o Brasil a sua plantação; deste vegetal se colhe três produtos combustíveis, que segundo suas qualidades são denominados cera, azeite, e sebo vegetais, e suponho ser esta mesma planta que vi na Costa Oriental d’Africa, em 1844, a que chamam mafurra. Espero obter a descrição dos processos necessários para a colheita e preparação destes produtos vegetais, a qual terei a honra de remeter a V. S. para apresenta-la à Sociedade Auxiliadora, da qual V. S é digno secretário geral. Se for aceita esta minha pequena oferta, procurarei remeter outras de que o Brasil possa tirar vantagens.” HEMEROTECA DIGITAL. **O auxiliador da indústria nacional.** Rio de Janeiro, 1858.

⁴¹⁰IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

fazia as caixas serem mudadas em mil-réis. E desta forma, surgiam sucessivos créditos em favor dos Araújo Lima nas contas com o negociante de escravos. Por exemplo: em setembro de 1827, o valor de 11 caixas de açúcar foi 1:569#194. Entretanto, Bento José da Costa enviou, apenas, a Pedro de Araújo Lima, 500#000, ficando o saldo a favor de 1:069#194. Bem capaz de que essas sobras fossem investidas no tráfico. Se não temos certeza, ao menos, os indícios demonstram: a probabilidade de ter, isso, acontecido, é grande. Pelo menos, até 15 de fevereiro de 1830, Bento José da Costa entrava na lista dos gastos de Manoel de Araújo Lima, então, com 900#000, por uma letra passada por Manoel de Araújo Lima, e levada pelo próprio filho. Mais adiante, Bento voltará por essas páginas.

Se tanta gente contribuía e era restituída com valores altíssimos, investindo no então político Pedro de Araújo Lima, um parente também entrava na lista, ao menos, aos 7 de julho de 1821: o “Primo Cazado”, com 1:200#000. Talvez seja ele, Francisco Casado Lima, que se corresponde com Pedro de Araújo Lima quando era Visconde de Olinda: entre as décadas de 1840 e 50, estando Casado Lima com mais de 80 anos⁴¹¹. Em determinado momento, escrevia a Pedro de Araújo Lima, e dizia: “vosso padrinho velho ainda vive”. O termo “padrinho” pode vir aliado às ajudas dos dias anteriores e a um traço de carinho, mesmo, entre ambos. Casado Lima deve ter visto Pedro muito menino, em Sirinhaém, já que lá estava o seu Engenho Novo⁴¹², sendo ele Coronel de Conquistas do termo da Vila de Sirinhaém desde 25 de junho de 1792⁴¹³. Segundo George Cabral de Souza, ele seria da Freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, Vila do Recife, nascido em 1765. Teria sido procurador na Câmara do Recife, em 1797, sem ter assumido o cargo⁴¹⁴: era alguém importante nessa sociedade e deve ter ajudado o “afilhado” nas ambições. Mas, um dos seus pedidos é extremamente curioso: “por meu respeito não atenda em nada, e por nada a dois netos meus, que me envergonham de terem esse título de meus netos⁴¹⁵.” Quem fez algo por Pedro de Araújo Lima, agora, pedia a interdição dos anseios da parentela.

Manoel de Araújo Lima adicionou mais uma informação na extensa lista de gastos: “17 de fevereiro de 1828 – por uma letra a Bento José da Costa para dar Antonio Marques. 800#000”. Não é fácil rastrear nos documentos e nas bases de dados disponíveis alguém com

⁴¹¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 210 Doc. 8. **Carta de Francisco Casado Lima para o Visconde de Olinda**. Sem data.

⁴¹² (PRBRB) AHU_ACL_CU_015, Cx. 255, D. 17109.

⁴¹³ (PRBRB) AHU_ACL_CU_015, Cx. 216, D. 14635.

⁴¹⁴ SOUZA, George F. Cabral de. **Elites e Exercício de Poder no Brasil Colonial**. A Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822. Recife: EdUFPE, 2015, p. 641.

⁴¹⁵ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 210. Doc. 8. **Carta de Francisco Casado Lima para o Visconde de Olinda**. Sem data.

nome tão curto. Ou, com nome que não esteja completo, como nesse caso, anotado pelo registrador. Entretanto, se o investigador observa razoável quantidade de indícios, pode chegar o mais próximo possível do sujeito a ser integrado: talvez, ele seja Antonio Marques da Costa Soares.

Segundo George Cabral de Souza, Antonio Marques da Costa Soares nasceu na Vila do Loiriçal, bispado de Coimbra, em 1764, falecendo antes de 1839. Foi Procurador e Procurador de Barrete na Câmara do Recife, entre 1820 e 1821⁴¹⁶. Era homem de negócios e senhor de engenho. Baseando-se no inventário do sujeito em questão, o autor ainda coloca ter sido, Costa Soares, dono do bergantim Triunfo Americano, da sumaca São Romão Príncipe Regente, dos brigues Brasileiro e São José Triunfante⁴¹⁷. A embarcação Triunfo Americano chegou a viajar até Trieste, assim como o mesmo Triunfo Americano e o São Romão viajaram entre Lisboa e Recife, parando em Cabo Verde, no início do século XIX⁴¹⁸. Chamou-nos atenção no relato de Cabral de Souza, a menção à sociedade no Engenho Boa Vista. Foi partindo desse indício que resolvemos investigar o próprio inventário de Antonio Marques da Costa Soares.

Aquele documento da morte - entretanto, sobre a vida - de Antonio Marques da Costa Soares, datado de 1838, mostra que o Engenho Boa Vista, então relacionado por Cabral de Souza, estava em Sirinhaém, tendo o inventariado, lá, o valor de 2:298#122⁴¹⁹. O inventário de Manoel de Araújo Lima o coloca como sócio de um Engenho Boa Vista, na mesma localidade, tendo por quantia, na propriedade, 10:211#000⁴²⁰. Ou seja, o pai de Pedro de Araújo Lima possuía sociedade com Costa Soares, nos fazendo crer ser, pois, ele, o Antonio Marques a aparecer na contabilidade paterna. Ainda mais quando existe uma dívida “presumível” de Pedro de Araújo Lima com Costa Soares arrolada em 1:000#000⁴²¹. Portanto, desde a década de 1820, ou até antes, os laços entre esses homens já eram existentes, em relações de poder, estratégias e dívidas.

Mas, qual a causa de ter usado a palavra “estratégia” para findar o parágrafo anterior? As relações de poder são entendíveis: como homem forte, Costa Soares estava, inclusive, na Câmara do Recife, podendo ter ajudado na ascensão de Pedro de Araújo Lima às Cortes de

⁴¹⁶ SOUZA, George F. Cabral de. **Elites e Exercício de Poder no Brasil Colonial.**, op.cit., p. 599.

⁴¹⁷ Idem, p. 600.

⁴¹⁸ SOUZA, George F. Cabral de. **Elites e Exercício de Poder no Brasil Colonial.**, op.cit., pp. 600 – 601.

⁴¹⁹ IAHGP. **Inventário de Antonio Marques da Costa Soares.** 1838.

⁴²⁰ IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 210 Pasta 44. **Inventário dos bens do casal dos falecidos Manuel de Araújo Lima e sua mulher Dona Anna Teixeira Cavalcante, pais de Pedro de Araújo Lima.**

⁴²¹ A parte superior da página do inventário encontra-se destruída, impossibilitando sabermos se a dívida era ativa ou passiva. Entretanto, parece ser Pedro de Araújo Lima quem deve. IAHGP. **Inventário de Antonio Marques da Costa Soares.** 1838.

Lisboa. Quanto às dívidas, ao menos duas já sabemos existir. E se observarmos a descrição de um dos engenhos de Costa Soares, entenderemos as alianças estratégicas entre essa gente.

Antonio Marques da Costa Soares possuía, ao menos, os engenhos Trapiche e Água Fria. Era sócio do Campina, do Boa Vista e do Guilebra, dentre outros. A descrição do Engenho Trapiche é bastante curiosa: “O Engenho Trapiche de animais moente corrente, com casas de engenho, purgar, senzala, estrebaria, estilação, encaixamento, tudo digo encaixamento capela [...] tudo de pedra e cal”. Até agora, quem lê o texto deve pensar: não tem nada demais; todo engenho descrito em inventários pelo Oitocentos apresenta quase as mesmas características. Todavia, dizemos-lhe a resposta com o seguinte: “confinando ao Norte com o Engenho Anjo, ao Sul com as terras do Engenho Boa Vista, ao nascente com a praia, ao poente com as terras dos Engenhos Água Fria e Palma⁴²²”. Ou seja: o Engenho Trapiche fazia fronteira com a praia! Marcus Carvalho já demonstrou muito bem: os engenhos de praia serviam, depois de 1831, com a proibição do tráfico de escravos ao Brasil, de portos clandestinos de desembarque de cativos⁴²³. O valor dele era altíssimo: 72:000#000. Para comparar-se: um engenho na mesma região, Sirinhaém, de igual proprietário, sem praia, chamado Campina, custava 12:000#000. A praia como vizinha fazia toda a diferença. Os cativos poderiam ser despejados ali, na ilegalidade, dentro das terras do senhor.

Se bem observarmos, na descrição, o Engenho Boa Vista também tinha fronteira com a praia, já que ficava a sul do Trapiche, quando ele, ao nascente, chegava no mar. Talvez, por isso, o Boa Vista tivesse tantos investidores como sócios. Ao menos, nessa época, em 1838, o pai de Pedro de Araújo Lima era um dos beneficiados com aquele porto, junto a Costa Soares. Se pela década de 1840, o valor que possuía Manoel de Araújo Lima era de 10:211#000, e em 1838, Costa Soares 2:298#122, em Boa Vista, havia muito mais gente por ali, colhendo os frutos do mar, já que o valor desses dois, somados, não chegam nem perto de 72:000#000. O negócio deveria ser, mesmo, tão lucrativo, que Costa Soares possuía o seu engenho Trapiche inteiro e uma parte do seu vizinho: não queria perder um pedacinho de mar que tivesse. Dessa forma, reforçamos os nossos indícios de que Manoel de Araújo Lima investia no comércio de gente: ter um engenho à beira-mar era bastante estratégico.

Antonio Marques da Costa Soares entra no rol do tráfico tendo como um dos seus devedores Elias Coelho Cintra, com 1:368#677: talvez de algum investimento em viagens de navio negreiro. Marcus Carvalho coloca Cintra como um dos “traficantes pernambucanos mais

⁴²² IAHGP. **Inventário de Antonio Marques da Costa Soares**. 1838.

⁴²³ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. O Desembarque nas Praias. O funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. In: **Revista de História**. São Paulo, n° 167, julho/ dezembro de 2012. Passim.

proeminentes⁴²⁴”, um daqueles que fugiram de Pernambuco para a Bahia, com medo da Revolução de 1817⁴²⁵. Era devedor um outro traficante, apontado também por Marcus Carvalho: Gabriel Antonio (1:771#259). E se José Gonçalves Pereira anda meio desaparecido desse texto, o esposo de sua filha aparece, José Gonçalves Cascão, pagando 2:170#760. Era Cascão quem fornecia 50 sacas de farinha entre setembro e outubro de 1838 (285#000), assim como a carne dos engenhos em 7 de maio de 1839 (775#980). E se estamos falando de traficantes, coloquemos mais um em conta: Galdino Agostinho de Barros também fornecia carne desde dezembro de 1838 a abril de 1839 (569#300)⁴²⁶. Não sabemos até que ponto seja, realmente, carne, quando estamos tratando de traficantes. Quem sabe não estavam tratando com carne humana? Não sabemos; mas, que eram comerciantes de gente, fazendo negócios, disso temos os maiores indícios.

Retornando ao Engenho Boa Vista, em 1844, com o inventário de Manoel de Araújo Lima, Pedro de Araújo Lima recebeu o total de 99:008#085; entretanto, para preencher o valor, recebia 10:211#000: a parte do Engenho⁴²⁷. Não sabemos até quando Pedro de Araújo Lima permaneceu com essa parte da propriedade que talvez tenha sido porto de desembarque de escravos. Em carta sobre a parcela que o coube do Boa Vista, sem data, aparece uma lista de dívidas: Francisco Casado Lima (893#174), Elias Coelho Cintra (466#787), José Antonio Lopes (960#636), Ignacio Marques (114#905 e 4:583#240), João Cancio (528#680), Joaquim José de Amorim (574#105), José Antonio Bastos (225#300). Tudo isso era pago como “dívidas do casal”, por Patrício José da Costa Lima. Havia uma letra ao Sr. Raimundo, de 200#000. Parece que ele seja Raimundo dos Prazeres Lima, que pagou algumas dívidas do casal, também: Francisco Casado Lima (1:800#000), a dízima (180#000), Francisco Lopes (furado no original, 1[talvez 8] 0 #000), a dízima de 280#000, a [furado] Santiago (120#000) e a José Antonio Lopes (88#000)⁴²⁸.

Dessa forma, por volta de 1844, a família Araújo Lima se via enroscada nas tramas do traficante Elias Coelho Cintra. Ainda estava ligada a Costa Soares, já que Ignacio Marques era filho dele⁴²⁹. Francisco Casado Lima, o “padrinho velho”, também entrava nessa linha direta de

⁴²⁴ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade**. Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: EdUFPE, 2010, p. 118.

⁴²⁵ Idem, p. 126.

⁴²⁶ IAHGP. **Inventário de Antonio Marques da Costa Soares**. 1838.

⁴²⁷ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 210 Pasta 44. **Inventário dos Bens do Casal Manoel de Araújo Lima e Anna Teixeira Cavalcante**.

⁴²⁸ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 211.7. **Carta sobre a parte que tocou a Pedro de Araújo Lima no Engenho Boa Vista**. Sem data.

⁴²⁹ SOUZA, George F. Cabral de. **Elites e Exercício de Poder no Brasil Colonial**. A Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822. Recife: EdUFPE, 2015, p. 599.

manutenção de relações. José Antonio Lopes, que já estava falecido desde 1838⁴³⁰, fica envolvido em um semi-mistério de caixas e mais caixas saídas de Rio Formoso, por 1831⁴³¹. Já José Antonio Bastos aparece como suplente a deputado, para a composição do tribunal comercial, em Pernambuco, em 1850⁴³². Entretanto, se for a mesma pessoa, em 1842, o Brigue Americano Odessa vinha de Angola com cera, a José Antonio Bastos. Difícil é crer que Bastos comerciasse apenas cera, advinda de Angola⁴³³. E para não deixarmos Joaquim José de Amorim fora dessa lista, é ele quem comercia e faz carga com o Brigue Português Flor de Beires⁴³⁴. Se bem lembrarmos, no inventário de Dona Rita Florência aparece o valor de 1:154#375, em 10 caixas para o Porto, no Bergantim Flor de Biris. Talvez fosse a mesma embarcação, mantendo as relações entre as famílias de comerciantes e os seus agentes. Enfim: os Araújo Lima permaneceram atrelados às tramas do tráfico enquanto conseguiram e puderam. Não é nada espantoso perceber que Pedro de Araújo Lima, Regente em 1837, fechasse os olhos ao comércio ilegal de escravos. Não estava fazendo nada mais do que proteger os próprios interesses familiares.

Pensamos que seja necessário, nesse momento, uma pausa. Quem leu o texto até agora e já conhece a narrativa do Desembarque de Sirinhaém, deve ter percebido: alguns nomes de engenhos aparecidos aqui remetem aquela história. Ainda mais se dissermos: quem comprou os Engenhos Trapiche (aquele com vista para o mar) e o Água Fria, em hasta pública, foi Gaspar de Menezes Vasconcellos Drummond por 166:000#000, com letras divididas entre 1841 e 1847 e três pagamentos em dinheiro de 40:000#000⁴³⁵. Para quem não conhece o curioso desembarque, faremos um breve resumo.

⁴³⁰HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 2 de outubro de 1838. Nº 212. Há indicação da viúva de José Antonio Lopes.

⁴³¹ Navios entrados. “Rio Formoso; 24 horas, S. Thetes, M. João Ferz, equip. 9, carga caixas; de José Antonio Lopes.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 4 de janeiro de 1831. Nº 2. / Navios Entrados. “Rio Formoso: 1 dia; S. Thetes, M. Henrique Carneiro de Almeida: caixas: de José Antonio Lopes.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 17 de março de 1831. Nº 61. / Navios Entrados. “Rio Formoso; 1 dia; S. Thetes, M. Henrique Carneiro de Almeida; caixas: de José Antonio Lopes.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 19 de abril de 1831. Nº 83.

⁴³² “Pelo pacote inglês recebemos folhas de Pernambuco até 10 do corrente; a província estava em sossego. Tinham-se reunido na praça do comércio os eleitores dos deputados e suplentes que devem compor o respectivo tribunal comercial sob a presidência do Desembargador Rocha Bastos. Foram eleitos deputados os Srs. José Jeronimo Monteiro, José Pires Pereira, João Pinto de Lemos, João Ignacio de Medeiros Rego. Suplentes: Elias Baptista da Silva; José Antonio Bastos.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1850. Nº 8579.

⁴³³ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1842. Nº 89.

⁴³⁴ Movimento do Porto. “41 dias, Brigue Português Flor de Beires com 213 toneladas, [...] carga vários gêneros a Joaquim José de Amorim. HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 8 de março de 1838. Nº 54.

⁴³⁵ IAHP. **Inventário de Antonio Marques da Costa Soares**. 1838.

Era 11 de outubro de 1855. Um palhabote fundeou na baía de Sirinhaém com carga de escravos. No mesmo dia, um indivíduo procurou o Coronel Gaspar de Menezes Vasconcelos de Drummond, no Engenho Trapiche. Mas, o coronel que desejava avistar era outro, e, por engano, apresentou a Drummond a sua estada, ali: trazia um carregamento de cativos para ele, vindo de Angola. Na verdade, o coronel que deveria ter sido procurado era João Manoel de Barros Wanderley. Drummond era o delegado de Sirinhaém; todavia, estava afastado do cargo desde 1849. Mesmo assim, poderia ter prendido o sujeito: não o fez. Drummond mandou chamar o filho, Antonio de Vasconcellos Menezes Drummond, em seu Engenho Anjo, no dia 11. Antonio só chegou no seguinte, 12, depois que o capitão do negreiro já havia fugido. No fim das contas, a história envolveria o presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo, o Consul Inglês, o Visconde de Camaragibe, Nabuco de Araújo e mais um sem número de gente⁴³⁶. No final, Antonio de Vasconcellos Menezes Drummond e Francisco de Paula Cavalcanti Wanderley, parente de João Wanderley, seriam presos e, mais tarde, libertos. Entretanto, o caso permanece sem muita solução até os nossos dias. Muita gente política, de largo porte, entrava nesse caso.

O problema era o desembarque em porto errado. Se lembrarmos da descrição do engenho Trapiche, ele fazia fronteira com o de Antonio Drummond, filho do coronel Gaspar, o Engenho Anjo, ao norte. Ao sul, pegava-se com o Boa Vista, cheio de sócios. Ao nascente com a praia, constituindo o seu porto e ao poente com o Água Fria, também de Gaspar Drummond, e o Palma. Provavelmente, o desembarque deveria ter acontecido em Boa Vista, o vizinho também ligado ao mar. Se lembrarmos, os Wanderley eram alinhados aos Araújo Lima, e podem, sim, ter um pedaço daquele engenho. Parece que Pedro de Araújo Lima não era, naquele momento, dono daqueles mais de 10:000#000 estados em Boa Vista. Entretanto, quem compra a parte de Costa Soares lá, é Manoel Gonçalves da Silva, mesmo como procurador de outrem. O novo sujeito dessa história possuía estreitas ligações com Pedro de Araújo Lima⁴³⁷. Ou seja, se virarmos a cada lado, Pedro de Araújo Lima estará atrelado a esse caso.

Enquanto todas essas pessoas cruzavam seus caminhos, sem se sobreporem, já que uns estavam atados aos nós dos outros em dinheiros e favores, Pedro de Araújo Lima encontrava tantas outras pessoas nas estradas da política, para essas relações se adensarem ainda mais. Sem as intensas interações dos endinheirados, o tráfico e a escravidão não teriam permanecido longo

⁴³⁶ VEIGA, Gláucio. O Desembarque de Sirinhaém. In: VEIGA, Gláucio. **O Gabinete Olinda e a política pernambucana. O Desembarque de Sirinhaém**. Recife: EdUFPE, 1977, passim.

⁴³⁷ “Parte do Engenho Boa Vista que sendo avaliada judicialmente por 2:298#122, foi arrematada em hasta pública por Manoel Gonçalves da Silva como procurador de D. Anna Joaquina dos Prazeres, pagamento em açúcar: 5:010#000.” IAHGP. **Inventário de Antonio Marques da Costa Soares**, 1838.

tempo, em vigor, no Brasil. Entretanto, os laços precisavam chegar na Câmara dos Deputados, no Senado e nos Ministérios. Pedro de Araújo Lima era o elo necessário da corrente. Conseguiu manter, intactos, os interesses e lucros desses sujeitos.

3.2 COM O FERMENTO DA POLÍTICA, A MASSA DOS ELOS CRESCE

Manoel de Araújo Lima fez questão de anotar os passos políticos e pessoais do filho. Preocupou-se com os contos gastos e os resultados do investimento. Os interesses do grupo ao que o pai estava ligado – senhores de engenho, comerciantes e negociantes de escravos – estava garantido com o filho fazendo parte do parlamento.

Seguindo o registro paterno, foi no dia 7 de junho de 1821 que se deu a eleição dos deputados às Cortes Portuguesas, em Olinda. Os eleitos eram, segundo Manuel Carvalho: Pedro de Araújo Lima, Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, Inácio Pinto de Almeida e Castro, Manoel Zeferino dos Santos, Felix José Tavares de Lira e Francisco Muniz Tavares. A suplência ficava com Antonio de Pádua Vieira Cavalcanti e D. Francisco Xavier de Lossio e Seibltz⁴³⁸. Entretanto, parece que esse escritor esqueceu de João Ferreira da Silva, citado por Manoel de Araújo Lima e Câmara Cascudo⁴³⁹.

Quando da eleição, Pedro de Araújo Lima estava no Recife. Devia estar se cercando do vereador de origem portuguesa Bento José da Costa e dos outros comerciantes do Recife para conseguir vaga dentre os Deputados. Esses momentos imediatamente antes das escolhas eleitorais sempre são decisivos. E os sujeitos aproximados do comércio de Manoel de Araújo Lima, Gonçalves Pereira e Bento José da Costa devem ter ficado bastante atentos com o seu representante das Cortes de Lisboa. Entretanto, no dia 14 de junho, já voltava para o Engenho Antas, talvez para conseguir dinheiro com o pai, e retornava ao Recife em 22 de junho⁴⁴⁰.

⁴³⁸ Manoel de Araújo Lima coloca lista um pouco diversa, grafando da seguinte forma: “Em o dia 7 de junho (rasurado e escrito junho) de 1821 se fez a eleição dos deputados na cidade de Olinda que a de irem para as Cortes de Portugal os que fosse eleitos por deputados o Dr. Pedro de Araujo Lima ___ Domingos Malaquia ___ Manoel Zeferino do Santos ___ João Teixeira da S^a ___ Feliz Jose Tavares de Lira ___ o vigário de S. Amaro Jaboatão ___ o padre Moniz ___ substitutos que se acham em Lisboa ___ Antonio de Paula Filho de João Vieira ___ D. Francisco Lusio filho de D. Jorge ___ estes dois já se achava em Lisboa.” IHGB.Arquivo Marquês de Olinda. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**. Lata 211. Pasta 4. Entretanto, existe a lista de: CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821**. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 92.

⁴³⁹ CAMARA CASCUDO, Luiz da. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, pp. 47 – 48.

⁴⁴⁰ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**.

Só no dia 8 de julho de 1821 os deputados pernambucanos partiam para Portugal. Eram 9 horas da manhã quando a fragata Ativa saiu. “[...] o Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor General os foi levar na sua galeota até o forte do mar e daí passaram para uma alvarenga que os foi levar ao bordo da embarcação.” A Fortaleza do Brum fez salva. “Teve grande acompanhamento de gente tantas grandes como das pequenas com muitos vivas”, como informou Manoel de Araújo Lima⁴⁴¹. Era momento importantíssimo para os pernambucanos. Parece que Luiz do Rego fez toda a pompa que merecia o ato: levou os deputados até a embarcação e salvou. Foi uma festa!

Pedro de Araújo Lima chegou a Lisboa no sábado 25 de agosto de 1821, completando 49 dias de viagem. Só no dia 29 ocupou a cadeira nas Cortes de Lisboa: “foram os primeiros deputados que chegaram do Brasil em Lisboa⁴⁴².” Aos poucos, os outros lugares brasileiros iam sendo ocupados. E, assim, os anos entre 1821 e 1822, nas Cortes, colocaram Pedro de Araújo Lima em contato direto com a política. Os primeiros e poucos discursos apareceram lá, no mesmo lugar em que conviveria com Lino Coutinho, Vergueiro, Diogo Antonio Feijó, José Martiniano de Alencar, Antonio Carlos de Andrada, Silva Bueno e outros nomes que cruzaram a importância da história política do Brasil Império.

Na sessão do dia 31 de agosto de 1821, Araújo Lima propôs a diminuição do rigor com que se tratavam as milícias, em Pernambuco; já que, de tempos em tempos, os milicianos eram obrigados a deixarem suas casas e famílias, podendo, assim, sem trabalhar, entrarem na mendicidade. Também lembrava, naquele momento, a violência de alguns comandantes com esses sujeitos⁴⁴³. Logo após a fala, Manoel Zeferino dos Santos adentrou em discurso, pedindo em favor dos “desgraçados oficiais de Pernambuco que se acham presos e desterrados pelos

⁴⁴¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**

⁴⁴² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

⁴⁴³ Essa sessão é lembrada por: CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821**. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 99. Entretanto, aqui, nos utilizamos de: Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa. N° 165. Sessão do dia 31 de agosto de 1821. Acessado em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/165/1821-08-31/2099> . Parte do discurso de Pedro de Araújo Lima: “Ontem propus a necessidade que havia de fazer extensiva à província de Pernambuco a medida que se tinha dotado para Portugal, sobre as milícias: peço ao Congresso tome isto em consideração relativamente a Pernambuco; porque um dos males que tem sofrido os pernambucanos é o rigor com que tem sido tratadas as milícias, já da parte do sistema já da parte dos comandantes. De 8 em 8 dias se faziam ao princípio as revistas, e depois passaram a fazer-se de 15 em 15 dias. Estas revistas obrigam a fazer uma jornada de 6, 8 e dez dias; e põem os milicianos na necessidade de estarem fora de suas casas muitos dias; ora homem fora de suas famílias por tanto tempo, deixando de trabalhar, vão a reduzir-se a mendicidade, e por isso são dignos de muita contemplação. Isto pelo que toca aos males que resultam do sistema; e em quanto ao que provem da parte dos comandantes, também há com efeito alguma violência. Por isso requeiro se faça extensiva a Pernambuco a medida que a este respeito se tomou para Portugal: como também a outra moção do sr. Borges Carneiro sobre os passaportes que são obrigados a tirar os milicianos.”

acontecimentos do dia 6 de março.” Reivindicava a liberdade e os soldos, além dos postos. Araújo Lima apoiou, querendo que os pagamentos fossem ajustados em completo, e não apenas a metade, como indicavam alguns deputados portugueses, da forma de Castello Branco⁴⁴⁴.

Muniz Tavares também discursou a favor dos oficiais. A referência ao dia 6 de março era a 1817, a sua revolução, aquela que o próprio padre orador participou e foi preso, além de ser o seu cronista⁴⁴⁵. Dos participantes das Cortes envolvidos na revolução pernambucana, outros existiam, mesmo que só chegassem depois da bancada de Pernambuco, como José de Alencar e Antonio Carlos. Entretanto, como já mostramos no capítulo anterior, Araújo Lima e sua família fizeram parte da resistência a 1817. Até texto-homenagem a Luiz do Rego o jovem político havia redigido. Todavia, quando chega às Cortes, briga pelos oficiais pernambucanos. Talvez seja, por isso, que, em 1823, na Assembleia Constituinte, como indicou Câmara Cascudo, ele “curiosamente, veio com fama de liberal ardente⁴⁴⁶.”

Aos 23 de março de 1822, depois de ter se dirigido a aquelas Cortes, algumas vezes, Araújo Lima retoma a palavra. Colocou que o Brasil estava descontente; além de que “todos sabem que as notícias que vem do norte do Brasil mostram que naquela parte há descontentamento”. Ainda afirmava: a situação poderia piorar⁴⁴⁷, como piorou, até a Independência. Mesmo assim, Pedro de Araújo Lima assinou a Constituição forjada por aqueles dias. Com ele, todos os pernambucanos firmaram o nome no documento⁴⁴⁸.

Em livro da década de 1870, o médico e político alagoano, amigo pessoal de Pedro de Araújo Lima, Mello Moraes, publicou “revelações do Marquês de Olinda ao autor”. Naqueles dias das Cortes, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada pediu para retirar-se das reuniões, infrutiferamente. Da mesma forma, ocorreu com Diogo Antonio Feijó. Havia dúvidas sobre a

⁴⁴⁴ Parte do discurso de Manoel Zeferino: “Peço a atenção e benevolência do Congresso a favor dos desgraçados oficiais de Pernambuco que se acham presos e desterrados pelos acontecimentos do dia 6 de março, pois que os seus crimes eram opiniões políticas: foram já absolvidos na relação da Bahia, e mereciam ser restituídos uns à sua pátria, outros à sua liberdade, e todos aos seio de suas desgraçadas famílias, percebendo os seus soldos, e entrando nos seus postos.” *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*. N° 165. Sessão do dia 31 de agosto de 1821. Acessado em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/165/1821-08-31/2099>.

⁴⁴⁵ TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. Recife: CEPE, 2017.

⁴⁴⁶ CAMARA CASCUDO, Luiz da. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. Op.cit., p. 70.

⁴⁴⁷ Parte da fala de Pedro de Araújo Lima : “(...) Eu confesso ingenuamente a dor que sente minha alma ao ter que pronunciar, que o Brasil está descontente; porém é indispensável dizê-lo; e é preciso desde já declarar que crescerá o seu descontentamento se em lugar de medidas brandas se mandar meter em processo aqueles, que os povos olham, não examino se bem ou mal, como defensores das suas liberdades (...) Eu como natural daquele país e como conhecedor dos costumes daqueles habitantes estou muito mais nas circunstâncias, que os de Portugal, de poder afirmar a verdade do que ali passa: não digo com a mesma certeza que os que se acham naquelas províncias, porém com muita probabilidade, pelos conhecimentos locais, e por notícias particulares, e todos sabem que as notícias que vem do norte do Brasil mostram que naquela parte há descontentamento.(...)” Acessado em: Sessão de 23 de março de 1822. N° 43. <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821>.

⁴⁴⁸ CAMARA CASCUDO, Luiz da. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. Op.cit., p.60.

recolonização do Brasil e “receio de violências praticadas em suas pessoas⁴⁴⁹.” Mesmo com a vigilância da polícia de Lisboa sobre os deputados brasileiros, além da interceptação da correspondência de Muniz Tavares, Alencar, Vergueiro e Barata, conseguiam, sete deputados, saírem de Portugal, sem passaportes, para a Inglaterra. Pedro de Araújo Lima foi convidado para juntar-se ao grupo, por um comerciante baiano, que arranhou a fuga junto ao ministro inglês. Araújo Lima “respondeu-lhe que não aceitava o seu oferecimento, porque estava resolvido a não sair de Lisboa sem passaporte⁴⁵⁰.” Câmara Cascudo fez breve resumo dessa história e nomeou os deputados em fuga: Lino, Feijó, Antonio Carlos, Aguiar, Agostinho Gomes, Silva Bueno e Barata⁴⁵¹.

Em 21 de fevereiro de 1823, Pedro de Araújo Lima embarcava rumo Inglaterra. Aos 30 de abril do mesmo ano já estava no Rio de Janeiro, apresentado a Pedro I. Sendo eleito como deputado à Constituinte brasileira, foi admitido na assembleia aos 2 de maio de 1823⁴⁵². Da mesma forma feita nas Cortes de Lisboa, falou pouco. Entretanto, deixou as marcas dos passos nas discussões. Na sessão de 24 de setembro de 1823, dizia não achar necessária a inclusão da palavra “cidadão” ao lado de brasileiros, “porque tais considero a todos os que pertencem a nossa sociedade”. Assim, “quando se diz Brasileiro, Inglês, Francês, em sentido jurídico; não quer marcar com isso o lugar de nascimento, nem o lugar da habitação, mas sim a sociedade de que se é Membro”. Para ele, todo aquele que se naturaliza é cidadão. Mas, advertia: “é verdade que nem todos tem igual habilidade para desempenharem os Ofícios da sociedade, porque a natureza não deu a todos iguais talentos⁴⁵³”. Entretanto, dava aos seus aliados comerciantes de carne humana, de origem portuguesa, o direito de continuarem com seus status de brasileiros, já que faziam parte da sociedade brasileira.

Era, ainda, na sessão do dia 25 de junho de 1823, que Pedro de Araújo Lima defenderia os seus amigos portugueses. Colocando-se como “nascido entre Brasileiros, filho de Brasileiros, Brasileiro eu mesmo⁴⁵⁴”, dizia: “Aqueles, que mudada a forma de governo, continuam a residir no mesmo país sem lhe fazer oposição, pelo contrário procuram a proteção das leis, tem dado por isso toda a prova, de que querem continuar a ser membros da mesma

⁴⁴⁹ MELLO MORAES, Alexandre José de. **História do Brasil-Reino e do Brasil-Império**. Tomo 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 279.

⁴⁵⁰ Idem, p. 280.

⁴⁵¹ CAMARA CASCUDO, Luiz da. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. Op.cit., p. 59.

⁴⁵² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**.

⁴⁵³ **Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823 – Tomo III**. Brasília: Senado Federal, 2003, pp. 105 – 106.

⁴⁵⁴ **Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823 – Tomo I**. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 288.

família⁴⁵⁵”. E ainda mais: “Portanto não só são cidadãos os naturais de Portugal residentes no Brasil no tempo da declaração da sua independência, mas também estão em exercício de seus direitos⁴⁵⁶.” E para deixar ainda mais clara a sua posição, dizia: “[...] os naturais de Portugal residentes no Brasil, são cidadãos Brasileiros, eles não podem ser privados deste direito se não por crime, e por uma sentença que o declare [...]”⁴⁵⁷.” Era assim, com defesas no parlamento, que Araújo Lima pagava as dívidas com os traficantes portugueses, que o ajudavam na imensa malha de transformar açúcar em dinheiro e escravos.

Aos 12 de novembro de 1823, Pedro I dissolveu a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa⁴⁵⁸. E, logo após, no dia 14, Pedro de Araújo Lima assumiu a pasta ministerial do Império. Pedindo retirada, era substituído ao dia 17⁴⁵⁹. O clima era de desconfiança com o Imperador. Juntar-se a ele, naquele momento, poderia ser um passo errado na trajetória política do jovem Pedro de Araújo Lima, então com 30 anos. Colocou para o imperante ser inexperiente, moço e que “desconhecia a engrenagem administrativa”, como indicou Cascudo⁴⁶⁰. Entretanto, ser lembrado e assumir a pasta demonstrava: os laços atados pelos nós da ampla teia dos Araújo Lima chegavam até Pedro I. Havia uma forte coalisão de gente por eles soldados em Araújo Lima: respondia por um grupo.

Mesmo que Pedro de Araújo Lima, aí, já surja como político de projeção nacional, as amarras paternas não desvencilhavam o jovem da sua casa. Além das dívidas e favores com Bento José da Costa e aliados, Manoel de Araújo Lima ainda provia a residência filial com escravos. Ao menos em 18 de agosto de 1823, mandava o “preto Antonio Cozinheiro”, para o Rio de Janeiro, a Pedro, sendo embarcado no Recife. No dia 24 de novembro do mesmo ano, mandava mais “2 pretos”: “foi Inoque e o moleque João”. Parece que esses dois retornaram para Manoel de Araújo Lima em 2 de fevereiro de 1824⁴⁶¹. Em abril, Pedro de Araújo Lima partia para a Europa. Deixava o Brasil em momento de convulsão política, com o Imperador dizendo que a Assembleia Constituinte havia “perjurado ao tão solene juramento, que prestou à Nação, de defender a integridade do Império, sua Independência e a Minha dinastia”,

⁴⁵⁵ **Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823 – Tomo I.** Op. cit., p. 288., p. 289.

⁴⁵⁶ Idem, p. 291.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 292.

⁴⁵⁸ **Organizações e Programas Ministeriais.** – Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 10.

⁴⁵⁹ Idem, p. 9.

⁴⁶⁰ CAMARA CASCUDO, Luiz da. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870).** Op.cit., p. 84.

⁴⁶¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

dissolvendo este grupo e convocando um outro, ainda em 1823⁴⁶². D. Pedro I outorgaria a constituição brasileira ao dar início o ano de 1824, incluindo, nela, o “poder moderador”, exercido pelo Imperador. Em uma coisa a nova constituição irmanava com as ideias de Pedro de Araújo Lima: os portugueses aderentes à causa do Brasil, na independência, seriam considerados brasileiros⁴⁶³.

3.3 ENTRE A EUROPA E O BRASIL, A VIDA E OS NÓS ACONTECEM E SE FAZEM

Manoel de Araújo Lima anotou que Pedro de Araújo Lima embarcou no dia 18 de abril de 1824 para a França, no brigue Nanine, seguindo para o porto de Nantes. Desembarcou aos 21 de junho de 1824, gastando na viagem por mar 65 dias. Chegou na Corte de Paris aos 3 de julho de 1824. Partiria da localidade, ainda, rumo a Itália, em novembro de 1825. Ou seja: quando rebentou, em Pernambuco, a chamada “Confederação do Equador”, que, como disse Bernardes “buscou implantar uma República no espaço compreendido pelas então províncias que iam das Alagoas ao Pará⁴⁶⁴”, Araújo Lima estava fora dos focos de tensão, se o movimento se deu entre julho e setembro de 1824. Entretanto, Cristiano Benedito Ottoni disse, em sua autobiografia, que Araújo Lima partiu para a Europa por causa da “Confederação”: “Ora, o meu Araújo Lima queria achar-se com os vencedores, realza ou república: não podia comprometer-se na crise⁴⁶⁵”. A ideia de Ottoni era: Araújo Lima queria estar sempre no poder. Entretanto, se a datação de Bernardes estiver certa, com o movimento iniciando em julho, o filho de Manoel de Araújo Lima, nesse momento, já estava longe do Brasil. Também podemos levar em conta: nenhuma revolta inicia de um dia para o outro. Araújo Lima já deveria saber dessas ambições e formações clandestinas. E com o tempo bastante nublado no Império do Brasil, tentava socorrer-se em terreno menos movediço.

Câmara Cascudo, sem indicar a fonte, colocou, sobre Pedro de Araújo Lima: “tem um metro e setenta de altura, olhos azuis, um nariz fariscador de novidades. Usava barba⁴⁶⁶.” Para conhecer, assim, a fisionomia da personagem, o autor deve ter tido acesso ao passaporte; ou, pode ter visto algum quadro datado dessa época. Entretanto, um homem com essas

⁴⁶² **Organizações e Programas Ministeriais.** – Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 10.

⁴⁶³ GRINBERG, Keila. Constituição. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 170 – 171.

⁴⁶⁴ BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, motins, revoluções – Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 133.

⁴⁶⁵ OTTONI, Cristiano Benedito. **Autobiografia de C. B. Ottoni**. Brasília: Senado Federal, 2014, p. 68.

⁴⁶⁶ CAMARA CASCUDO, Luiz da. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. Op.cit., p. 86.

características devia destacar-se na sociedade brasileira oitocentista. Um jovem político de estatura mediana, com olhos azuis, não deveria ser, assim, tão comum. Ao lado de cativos negros e gente mestiça, como ele mesmo, deveria ser, a cor dos olhos, o chamariz da atenção em parte dos indivíduos que o viam. Assim, também poderia ser mais fácil passar despercebido como estrangeiro na Europa. No entanto, não foi bem o que se deu. Mas, se realmente era um “fariscador de novidades”, ia ao lugar certo: Paris, desde fins do século XVIII, é colocada em meio à moda do “turismo político”, da forma expressada por Christophe Charle⁴⁶⁷. Lá, teria a chance de conhecer diversos intelectuais europeus, além das repressões nas universidades, desde os dias de 1820⁴⁶⁸.

Araújo Lima seria vigiado, em Paris, pelos secretas do prefeito de polícia-geral. Carlos X, de França, estava de olho nos brasileiros que por lá andavam, incluindo os irmãos Andradas. Ele desconfiava dos liberais, ainda mais constitucionistas. Maria de Fátima Bonifácio explicou: “O regime constitucional português foi muito mal acolhido numa Europa traumatizada pelas revoluções liberais de 1820 e apostada em esmagar a ‘hidra revolucionária’, substituindo as prerrogativas dos príncipes aos direitos dos povos⁴⁶⁹”. E se pensarmos que Araújo Lima participou de duas constituintes, a desconfiança era dobrada. Em seu reino, Carlos X, segundo Marc Ferro, suspendeu a liberdade de imprensa, modificou as leis eleitorais em favor dos proprietários e dissolveu a câmara⁴⁷⁰. Mesmo que a França estivesse sob uma Constituição de 1814, o rei, ainda segundo Bonifácio “fazia os impossíveis para alargar os seus poderes à custa das modestas garantias liberais nela contidas⁴⁷¹.” Quem libertou o deputado pernambucano das vistas dos franceses foi Domingos Borges de Barros, o futuro Visconde de Pedra Branca, que explicou a estadia de Araújo Lima: fazia um curso de Direito e visitava monumentos públicos. Entretanto, uma amizade poderia ter iniciado nesse momento, se não foi de antes: a de Francisco do Rego Barros, futuro Barão e Conde da Boa Vista⁴⁷², de quem falaremos mais tarde.

Os diários de Pedro de Araújo Lima, para esse tempo na Europa, estão acondicionados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Entretanto, além da péssima letra que o escritor redigia os borrões, o tempo também foi cruel com as páginas. A tinta furou o documento em diversas partes: as folhas quebradiças são quase impossíveis de leitura ao investigador que

⁴⁶⁷ CHARLE, Christophe. **Los intelectuales en el siglo XIX**. Precursores del pensamiento moderno. Madrid: Siglo XXI, 2000, p. 60.

⁴⁶⁸ Idem, p. 72.

⁴⁶⁹ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **D. Maria II**. Lisboa: Temas e Debates, p.15.

⁴⁷⁰ FERRO, Marc. **História de França**. Lisboa: 70, p. 284.

⁴⁷¹ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **D. Maria II**. Lisboa: Temas e Debates, p.15.

⁴⁷² CAMARA CASCUDO, Luiz da. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. Op.cit., pp. 89 – 91.

precise recorrer aquele texto. Porém, conseguimos entender algumas preferências do político pernambucano quando lemos fragmentos de páginas. Em Lyon, encontrou “boa livraria pública”, e acrescentou: “aonde está um exemplar do padre-nosso em 150 línguas. Obra mandada fazer por Napoleão, para oferecer ao papa que o sagrou”. Em Marseille, também observou a livraria, ou, biblioteca, como dizemos hoje: “livraria de 50# volumes”, donde o “bibliotecário é uma estúpida criatura [...]”. Já em Nápoles, foi ver o sangue de São Januário “que se acha em uma garrafinha.” O famoso “milagre de S. Januário” se repete até hoje: o sangue da “garrafinha” se liquefaz no dia da celebração do natalício do canonizado. Em Roma, notou: “Sendo esta cidade notável pelos objetos que encerra [...] nela se veneram muitas relíquias, entre outros, o pano em que foi imerso o corpo de N.S.J.C [...]”⁴⁷³. Desta feita, percebemos: Araújo Lima caminhava procurando bibliotecas e livros, coisas, que parece, eram do seu maior interesse. Junto a isso, os monumentos públicos e os lugares santos foram por ele visitados e anotados. O caderno é um breve diário de campo, descrevendo as igrejas e lugares por onde passou.

E quem seria Domingos Borges de Barros? Era baiano, como indicou Lucia Bastos Pereira das Neves. Nascido em 1780, falecia como senador – com escolha de 1826 - em 1855. Da mesma forma de Pedro de Araújo Lima, estudou direito na Universidade de Coimbra, foi deputado às Cortes de Lisboa, mas, representando a Bahia, e assinou e jurou a Constituição Portuguesa de 1822. No momento em que Araújo Lima está em Paris, Borges de Barros era o representante do Brasil na França⁴⁷⁴. Não esqueçamos: Borges de Barros era o pai de Luísa Margarida Portugal de Barros, a Condessa de Barral: segundo Lucia Guimarães, foi o grande amor da vida de Pedro II⁴⁷⁵.

Borges de Barros conhecia outra pessoa com quem Araújo Lima traçaria estreita amizade: Manoel Zeferino dos Santos, que escrevia de Pernambuco para a França, endereçando sucessivas missivas a Pedro de Araújo Lima. Em 1825, diria: “Recomende-me ao Sr. Borges de Barros⁴⁷⁶”. Ou seja: todos faziam parte do grupo que foi para as Cortes de Lisboa, e, possivelmente, se conheceram por lá. Como nos mostrou Cabral de Souza, Zeferino era Terceiro Vereador, ou vereador mais novo, da Câmara do Recife, em 1804. Nascido em 1770,

⁴⁷³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 210 Pasta 50. **Diário de Viagem (1825 – 1826)**. Refizemos a pontuação: a original é quase ilegível. “N.S.J.C” é a abreviação de “Nosso Senhor Jesus Cristo”.

⁴⁷⁴ NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Domingos Borges de Barros. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. Op.cit., pp. 213 – 214.

⁴⁷⁵ GUIMARÃES, Lúcia. D. Pedro II. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. Op.cit., p. 200.

⁴⁷⁶ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 208 Doc. 11. **Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Pedro de Araújo Lima**. Pernambuco, 2 de abril de 1825.

no Recife, estudou geometria por volta de 1788. Foi deputado geral, primeiro inspetor da alfândega de Pernambuco e presidente da mesma província entre outubro de 1832, quando sai a carta de nomeação, assumindo em 14 de novembro, e permanecendo no cargo até 30 de setembro de 1833. Ainda ocupou a cadeira de deputado provincial entre 1835 e 1837⁴⁷⁷. Poderia conhecer aqueles parentes de Araújo Lima que comerciavam no Recife; e, assim, os laços iam se estreitando, não apenas pelas Cortes de Lisboa, mas, pela vida comum que levavam no lugar de origem. O certo é: em 1829, Manoel Zeferino, Bento José da Costa, Francisco Casado Lima, Manoel de Araújo Lima possuíam a mesma função: eram juízes em Recife⁴⁷⁸.

Alguma coisa ligava os participantes das Cortes de Lisboa. Mesmo que a política os levasse para caminhos diversos, aos poucos, ainda restava o respeito e a autoridade do tempo em que os brasileiros foram até Portugal. O padre José Martiniano de Alencar é um exemplo. Em 26 de novembro de 1857, quando o Império do Brasil já ia bem adiantado, Alencar recordava: “[...] Vossa Excelência que é um dos três velhos companheiros [...] hoje em dia vivos, e que comporam [compuseram] sua carreira política com Vossa Excelência nas Cortes de Lisboa [...]”⁴⁷⁹. Era a lembrança dos dias de Cortes que levava o padre a pedir favores a Pedro de Araújo Lima. Assim podemos, inclusive, pensar que o padre Diogo Antonio Feijó quando deixa a regência nas mãos de Araújo Lima, em 1837, tenha levado em conta essa participação política comum. Deveriam possuir uma postura, fixada por eles mesmos, de fundadores do Império do Brasil, com mais respeito e poder do que aqueles chegados apenas depois das brigas com os portugueses. Assim, o estudo de direito em Coimbra dava certa unidade aos políticos brasileiros do Oitocentos⁴⁸⁰ junto às experiências partilhadas em comum: alçavam respeito, veneração e ajuda mútua, fazendo, até, um padre Alencar, adversário de Araújo Lima em 1840, relembrar aquele período para esquecer outro e atingir o objetivo dos pedidos de cargos para apaniguados.

Se sabemos tão pouco das relações de Pedro de Araújo Lima com outros sujeitos das Cortes de Lisboa, conhecemos melhor os laços com Manoel Zeferino dos Santos. As cartas trocadas foram muitas. Havia confiança mútua: Zeferino enviou três filhos para a França sob os olhos de Araújo Lima. Curioso é esse, se podemos assim chamar, conselho, dado por Zeferino: “Meu estimado amigo, é mau ter filhos, ou fazê-los imprudentemente, mas depois de

⁴⁷⁷ SOUZA, George F. Cabral de. **Elites e Exercício de Poder no Brasil Colonial**. A Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822. Recife: EdUFPE, 2015, pp. 764 – 765.

⁴⁷⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 9 de março de 1829. N° 54.

⁴⁷⁹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 41. **Carta de José Martiniano de Alencar para Pedro de Araújo Lima**. 26 de novembro de 1857.

⁴⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, passim.

cometer este erro é pior não cuidar deles⁴⁸¹”. Era com essa frase tão motivadora que ele abriria uma carta de 1825. Era o momento em que mandava dois filhos, depois do primeiro, para serem educados na Europa. A preocupação de Zeferino era igual a de muitos pais dos nossos dias: “e muito desejo que aprendam também o Inglês⁴⁸²”. O irmão mais velho estava a finalizar, em Orleans, o estudo de Latim. Entretanto, um pedido de *post scriptum* se faz, também, bastante interessante: “Quisera que na sua passagem para Paris lhes fizesse ver algumas coisas notáveis, e os apresentasse ao nosso colega [...] o senhor Borges de Barros⁴⁸³.” Como o documento apresenta pouca legibilidade, não temos certeza de que a palavra entre “colega” e “o senhor” seja “Cortes”: por isso suprimimos na frase que citamos. Mas, se a palavra for “Cortes”, a ligação entre eles se fazia, mesmo, através das Cortes de Lisboa, irmanando esses políticos em favores e confiança.

Os filhos de Zeferino ficavam, mesmo, em Orleans. Araújo Lima julgava que lá, poderiam “fazer os mesmos progressos que em Paris⁴⁸⁴”. Os pagamentos, mesmo assim, eram caros: “um estudante menor de doze anos paga 800 fr. E um maior daquela idade paga 1000⁴⁸⁵”. Ao que parece, só o filho mais velho – José Faustino dos Santos - é que poderia iniciar-se na língua inglesa, naquele momento, mas, “aprendendo atualmente latim, grego, desenho e música julgo não deverá multiplicar seus estudos atenção mui dividida⁴⁸⁶”. Ou seja: Araújo Lima fazia as vezes de pai, procurando o melhor custo benefício para a educação dos filhos do amigo que estava em Pernambuco.

Em meio a pedidos de favores para os filhos, Zeferino dava notícias sobre Pernambuco. Em primeiro de fevereiro de 1825, dizia: “Não quero mortificá-lo com a narração das desgraças do nosso país natal, e das tristíssimas cenas que ora se estão representando no cadafalso; pois que aí se farão públicas talvez⁴⁸⁷.” O missivista deveria estar se referindo ao que acontecia com os revolucionários da “Confederação do Equador”, como julgamento e condenação. No final, como disse Cabral de Mello, “foram executados onze confederados”, sendo três deles no Rio de Janeiro. Quem abriu a fila foi o frade carmelita Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca,

⁴⁸¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 208 Doc 11. **Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Pedro de Araújo Lima**. Pernambuco, 21 de novembro de 1825.

⁴⁸² Idem.

⁴⁸³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 208 Doc. 11. **Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Pedro de Araújo Lima**. Pernambuco, 21 de novembro de 1825.

⁴⁸⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 210 Documento 26. **Carta de Pedro de Araújo Lima para Manoel Zeferino dos Santos**. França, 31 de maio de 1823.

⁴⁸⁵ Idem.

⁴⁸⁶ Ibidem.

⁴⁸⁷ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 208 Doc. 11. **Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Pedro de Araújo Lima**. Pernambuco, 1º de fevereiro de 1825.

fuzilado em 13 de janeiro de 1825, no forte das Cinco Pontas⁴⁸⁸. Pela escrita de Zeferino, parece que não concordava com toda aquela brutalidade sendo empregada.

Aos 2 de setembro de 1825, os agradecimentos pelos favores aos filhos retornavam. Informava a Araújo Lima: “nas eleições a que se está procedendo, é Vossa Senhoria o que tem obtido a maioria de votos para deputado: queira Deus que os negócios do Brasil se decidam de modo que ele fique tranquilo e cessem de uma vez as grandes comoções por que tem passado⁴⁸⁹”. Zeferino acertava na proposta, tanto que Pedro de Araújo Lima seria feito deputado geral em 1826, tomando posse, apenas, em 1827⁴⁹⁰. Aquela conjunção de traficantes e políticos ia dando certo: os favores trocados faziam-se aumentados em proporções políticas. Pedro de Araújo Lima subia de mãos dadas com as suas alianças.

3.3.1 Fazendo amigos com livros

Não era apenas a política que unia esses dois amigos políticos, Zeferino e Pedro de Araújo Lima: os livros faziam parte dos favores entrelaçados com a criação dos filhos. Em 16 de abril de 1824, Zeferino escrevia carta falando de José Faustino dos Santos; mas, pedia encomendas, para as quais, receberia dinheiro através do Sr. Martin Laffitte⁴⁹¹. As indicações das compras são tão curiosas que deixaremos quem lê saber de algumas: “um prato de vidro para uma pequena máquina elétrica [...]”, “um relógio de ouro, que custe até oitenta mil réis”, “o manual de eletricidade”, “os melhores, e mais modernos publicistas, e economistas políticos, que tem aparecido”; mas, “adverte-se que não devem vir Montesquieu”⁴⁹². Ou seja: Zeferino confiava na experiência e leitura do amigo, que era bom leitor, para mandar-lhe o que havia de melhor, na Europa, sendo estudado, sobre política. Já deveria conhecer os livros de Montesquieu, tanto as “Cartas Persas” como “O Espírito das Leis”, obras pedidas por Pedro de Araújo Lima, quando estudante em Coimbra. Araújo Lima responde a missiva enviando as encomendas: “achará entre os livros o que há de melhor sobre cada um dos ramos que compõem a ciência do governo⁴⁹³”.

⁴⁸⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Caneca ou a outra Independência*. In: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. São Paulo: 34, 2001, p. 46.

⁴⁸⁹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 211.13. **Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Pedro de Araújo Lima**. Pernambuco, 2 de setembro de 1825.

⁴⁹⁰ CAMARA CASCUDO, Luiz da. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. Op.cit., p. 99.

⁴⁹¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL 211. 13. **Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Martin Lafitte**. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1824.

⁴⁹² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL 211.13. **Carta de Manoel Zeferino dos Santos a Pedro de Araújo Lima**. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1824.

⁴⁹³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 210 Documento 26. **Carta de Pedro de Araújo Lima para Manoel Zeferino dos Santos**. Paris, 1824.

Pedro de Araújo Lima era um aficionado por livros. Os amigos encomendavam, a ele, esses itens, por saberem do seu apreço. Em 1843, J. J. Young, que não sabemos quem seja, envia missiva sobre encadernações de obras. Comenta as encadernações francesas serem atacadas por bichos e as inglesas serem “livres desta peste⁴⁹⁴”. Como a organização do arquivo que condiciona a documentação de Pedro de Araújo Lima, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, junta, em pastas, matérias diversas, não temos como saber se as folhas de catálogos de editoras francesas, acondicionadas junto à carta de Young, são partes de um mesmo documento. Entretanto, parece que não. Algumas páginas são, presumíveis, da década de 1850. Talvez, Araújo Lima tivesse correspondentes na Europa que fizessem, para ele, transações de envios de volumes.

Pedro de Araújo Lima parece que se interessava por tudo. Autores eram variados: Descartes, Fleury, Flavius Joseph, Platão (República), Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Políbio, Robertson, Guicciardini, Machiavelli, Santo Ambrósio, Tertuliano, Santo Agostinho, São Bernardo, Lamartine. De Santo Agostinho, anotou, em francês: “Confissões” e “Meditações”. Se interessava por “Dicionário português, ultimamente publicado por Lacerda Bispo do Porto”, Obras dos Freis Francisco de S. Luis, Garção, Padre Caldas e do Bispo D. J. J. da Cunha Azeredo Coutinho. Também parecia interessado nas “História de Portugal” e “História da Inquisição”, de Herculano. As “Ordenações Filipinas” faziam parte do jogo da possível biblioteca do político. Também incluía a tradução em português do “Concílio de Trento”⁴⁹⁵. Pelo visto, grande parte do que pediu, ou leu, não sabemos se comprou, realmente, é de livros ligados à religião; talvez por ser um canonista, Araújo Lima estivesse interessado nisso tudo.

O nome do bispo, que foi de Olinda, Azeredo Coutinho, não espanta, nesse rol. Jaime Rodrigues já havia bem lembrado: para o prelado, “o tráfico, provedor da mão de obra, deveria acabar gradualmente, na medida em que os avanços técnicos fossem introduzidos⁴⁹⁶.” Rodrigues ainda indica ser “a gradualidade defendida por Azeredo Coutinho [...] uma maneira de defender o tráfico dos ataques que vinha sofrendo⁴⁹⁷.” Para um político que estava todo

⁴⁹⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Doc. 20. **Carta de J.J Young para Pedro de Araújo Lima.** Londres, 1 de dezembro de 1843.

⁴⁹⁵ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL . 211.20. **Anotações e catálogos de livreiros europeus.**

⁴⁹⁶ RODRIGUES, Jaime. **O Infame comércio.** Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil. (1800 – 1850). Campinas: UNICAMP, 2000, p. 34.

⁴⁹⁷ Idem.

imerso na malha do tráfico, nada melhor do que uma boa bibliografia para justificar o seu argumento, mesmo que o texto não fosse do bispo, mas, atribuído a ele⁴⁹⁸.

Uma das obras que aparece, também, naquela lista, é “La Cabane de l’oncle Tom”, por Madame Beecher Stowe. Se tratava, nada mais, nada menos, que uma tradução para o francês do famoso livro abolicionista “A Cabana do Pai Tomás”, que, inclusive, foi lido por Joaquim Nabuco⁴⁹⁹. Segundo Ricardo Alexandre Ferreira, a obra “Uncle Tom’s Cabin, or Life among the Lowly” foi publicada nos Estados Unidos em 1852⁵⁰⁰ e em 1853 já havia tradução para a língua portuguesa⁵⁰¹. Não sabemos se Pedro de Araújo Lima leu esse romance, ou, apenas, estava citado dentro das listas e catálogos recebidos. Se tiver lido, ou, ao menos, estivesse em sua biblioteca, Araújo Lima tenderia a conhecer as duas faces da moeda: a dele, de escravista e a do outro, abolicionista. Como ávido leitor, pode ter, ao menos, passado os olhos naquelas páginas.

Chama atenção do investigador que se depara com esse documento, alguns livros descritos em francês, como “Pneumatologie – Des esprits et leurs manifestations fluidiques – Memoire adressé a l’Academie par J. Eudes de Mirville⁵⁰²” e “Moeurs et pratiques des démons ou des esprits visiteurs, d’après les autorités de l’Église, les auteurs païens, les faits contemporains, etc, par M. le Chev. Gougenot des Mousseaux, auteur de Dieu et les Dieux, ou Un voyageur Chrétien devant les objets primitifs des cultes anciens^{503,504}”. Anotado, separadamente, Araújo Lima parece ter se interessado, também, pelo “Dieu et les Dieux”.

Pelos títulos acima, percebe-se que Araújo Lima, talvez, estivesse interessado nas maneiras de religião bem heterodoxa, divergindo de como a Igreja Católica pensava os espíritos. E se observarmos os outros autores da lista que apresentamos, faz todo sentido: Pedro de Araújo Lima estava estudando os espíritos e suas interações com os vivos. Dentre os livros descritos na documentação, como as “Confissões”, de Santo Agostinho, podemos indicar a

⁴⁹⁸ Rafael de Bivar Marquese e Tamis Parron falam sobre isso: MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tamis. Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama e a *Memória sobre o comércio de escravos* de 1838. In: **Revista de História**. São Paulo, Nº 152, 2005, pp. 99 – 126.

⁴⁹⁹ BETHEL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. **Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos** – correspondência 1880 – 1905. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2008, p. 15.

⁵⁰⁰ FERREIRA, Ricardo Alexandre. Prefácio: A parábola do Bom Senhor: Escravidão, fé e martírio. In: STOWE, Harriet Beecher. **A cabana do Pai Tomás**. Barueri: Amarelis, 2016, p. 7.

⁵⁰¹ Idem, p. 20.

⁵⁰² Em tradução livre: “Pneumatologia – Espíritos e suas manifestações fluídicas – Memória dirigida a Academia por J. Eudes de Mirville.

⁵⁰³ Tradução livre: “Costumes e práticas dos demônios ou espíritos visitantes [em tradução literal “espíritos que vagam”], de acordo com autoridades da Igreja, autores pagãos, fatos contemporâneos, etc., pelo Sr. Chev. Gougenot des Mousseaux, autor de Deus e os Deuses, ou um viajante cristão diante dos objetos primitivos dos cultos antigos.”

⁵⁰⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 211.20. **Anotações e catálogos de livreiros europeus**.

afirmação anterior. O bispo de Hipona observou a alma, com foco na alma humana⁵⁰⁵. E se encontramos, também, Platão, dentre os autores, ele estava, possivelmente, seguindo ideias umas após as outras, já que Agostinho de Hipona foi um dos intérpretes do filósofo grego⁵⁰⁶.

Todavia, não viemos, até agora, para, simplesmente, provar a erudição de Pedro de Araújo Lima, que já era notável entre os sujeitos do Oitocentos. O que nos interessa, nesse jogo de bibliografias extensas, que só demonstramos singelo fragmento, é: Pedro de Araújo Lima parece desviar-se do catolicismo romano mais ortodoxo, se afastando da religiosidade propagada pelo Papa. E, se assim for, outro seu companheiro das Cortes de Lisboa seguia caminho semelhante: Padre Diogo Antonio Feijó. Mesmo que as obras sobre espíritos e demônios, em suas manifestações, possam ser da década de 1850, demonstram o gosto pela outra visão de religião. Araújo Lima deve ter conversado com Feijó, entre as décadas de 1820 e 1830. Deve ter expressado suas ideias; e o sacerdote de Itu, também. Mas, para encerrar esse assunto: só para recordar, dentre outras ideias pouco ortodoxas do padre Feijó, estava o fim do celibato sacerdotal, que incomodava o bispo D. Romualdo desde 1826, quando o padre-deputado de Itu o procurou para prosear sobre o problema⁵⁰⁷. Pedro de Araújo Lima pode ter conversado com o padre sobre isso, e, até o apoiado. Talvez, um dos motivos para que Diogo Antonio Feijó tenha chamado Pedro de Araújo Lima ao seu lugar, em 1837, de Regente do Império, seja afinidade de algumas ideias; além de Araújo Lima não fazer oposição a ele na Câmara, como fizeram Vasconcellos e Hollanda Cavalcanti. Talvez, o regente de 1835 pensasse que o seu sucessor pudesse implementar, com mais força, os pensamentos religiosos. Então, poderia ser esse o segundo motivo da simpatia entre os dois regentes: a partilha dos dias de Cortes, em Lisboa, e a afinidade de pensamento religioso. E apenas para reforçarmos o nosso argumento: em 1870, quando da morte de Araújo Lima, alguns chegaram a dizer: ele havia sido chamado “perante o tribunal da divina justiça” para dar conta do apoio à “questão do esbulho das propriedades das ordens religiosas⁵⁰⁸.” Nem ele ou a Igreja deveriam se dar muito bem.

Mesmo com tudo isso, a lista de obras possivelmente armazenadas na biblioteca de Araújo Lima é extensa, com tantos outros livros. Se fez fama de estudioso, era por ter lido muito e conhecido gente que, igualmente, se interessava pela leitura. E, pelo visto, os livros aproximavam as pessoas. Zeferino deveria ser um, dentre tantos, a pedir páginas e mais páginas por indicação e saber. Assim, ao que parece, o hábito do estudo forjava o político hábil e

⁵⁰⁵ NIEDERBACHERS, Bruno. A alma humana: o caso de Agostinho para o dualismo corpo-alma. In: MECONI, David Vicent; STUMP, Eleonore. **Agostinho**. São Paulo: Ideias & Letras, 2016, p. 161.

⁵⁰⁶ GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. São Paulo: Paulus, 2010, p. 25.

⁵⁰⁷ SOUSA, Otávio Tarquínio de. **Diogo Antonio Feijó**. Brasília: Senado Federal, 2015, p. 92.

⁵⁰⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 de julho de 1870. Nº 162.

refinado. As alianças se faziam ao sabor dos interesses políticos; entretanto, o ser político passava pelas páginas lidas, escritas, copiadas e pensadas. Araújo Lima não deveria ser qualquer um naquele mundo de tantos analfabetos. Ostentava erudição. E o saber nunca deixou de ser uma riqueza. E foi pela natureza dos estudos e trabalhos que o Instituto Histórico da França o fez Sócio Correspondente de 1ª Classe (História Geral), na década de 1830, através de convite de Eugene Garay de Monglave⁵⁰⁹, o colocando como uma das celebridades governamentais do Brasil. Assim, o saber de Pedro de Araújo Lima ultrapassava as fronteiras nacionais, chegando a ser reconhecido na Europa.

Não esqueçamos: o estreitamento de laços entre Manoel Zeferino dos Santos e Pedro de Araújo Lima se deu entre a Europa e o Brasil, com o traçado dos filhos, da política e dos livros. Em 4 de novembro de 1826, Araújo Lima chegava ao Engenho Antas, às nove da noite, depois de ter passado entre França e Itália. Em 5 de março de 1827, partia do engenho para o Recife, levando três escravos: Noque, João José e Francisco Cozinheiro. Embarcou para o Rio de Janeiro em um brigue francês, armado em guerra, aos 26 de março de 1827, chegando no destino final em 15 de abril de 1827. Estava eleito deputado geral⁵¹⁰.

3.4 ENTRE A CÂMARA E O CURSO JURÍDICO DE OLINDA: FAVORES, AMIZADE E PODER

A abertura da Assembleia Geral de 1827 deu-se aos 3 de maio. Pedro de Araújo Lima já estava no Rio de Janeiro, indo ver – e participar – da cerimônia imperial da Fala do Trono. Naquele dia, Pedro I discursou sobre a morte da Imperatriz, falecida aos 11 de dezembro de 1826. Colocou, também, os problemas com a Argentina: “esta guerra [...] ainda continua e continuará enquanto a província da Cisplatina, que é nossa, não estiver livre de tais invasores [...]”. Uma parte do discurso deve ter causado desgosto para os políticos que desconfiavam do Imperador desde a dissolução da Constituinte: “Os sponsais do casamento da Rainha de Portugal minha filha já foram celebrados em Viena, Áustria, e eu espero em pouco tempo ver nesta corte meu irmão, seu esposo.” Ficar trazendo problemas de Portugal, na Fala do Trono, em momentos de tensão, não era de bom grado, da parte de Pedro I, que, ainda dizia: “A causa constitucional triunfa em Portugal, apesar dos imensos partidos, que a querem dilacerar, e seria impossível, que assim não acontecesse, tendo a carta sido tão legitimamente dada.” E diria que

⁵⁰⁹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. D.L. 215.5. **Ofício do Instituto Histórico de França. Notas biográficas de Pedro de Araújo Lima por Eugene Garay de Monglave.**

⁵¹⁰ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima. Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

todos aqueles contrapostos a ele, naquele discurso, “não são verdadeiramente amigos do Império⁵¹¹.” O Imperador se colocava intransigente em suas considerações: que as aceitassem todos. Mas, não devemos esquecer: desde 10 de março de 1826, D. João VI era morto, e, desta forma, D. Pedro I estava sendo sondado para Rei de Portugal⁵¹². Ainda em 1826, o Imperador do Brasil outorgou uma Carta Constitucional ao reino de Portugal. D. Maria da Glória, filha do imperante, entrava como trunfo, para não perder os dois lados da moeda: indicava abdicar o trono em seu favor. A menina de 7 anos tomaria, em casamento, o tio, D. Miguel, que receberia a face de regente português ao completar 25 anos, em 1827, jurando a Constituição⁵¹³. Tudo isso ainda viria dar um grande problema: D. Pedro I retornaria a Portugal, abdicando do trono brasileiro, em 1831.

Pedro de Araújo Lima faria parte da comissão que responderia, aos 10 de maio de 1827, ao discurso de Pedro I, junto com Lino Coutinho, Ledo, Teixeira de Gouveia e Vergueiro. E se o imperante falou em tom de severas ameaças com a Câmara, o “voto de graças” seria de concordância com o Imperador⁵¹⁴.

Foi ainda em 1827 que Pedro I fez criar os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, em 11 de agosto⁵¹⁵. E a memória de Manoel de Araújo Lima não poderia falhar: registrou que aos 12 de outubro de 1827, o Imperador deu a Pedro de Araújo Lima a direção da “noversidade [sic] da cidade de Olinda”, dando, no mesmo dia, o título de Comendador da Ordem de Cristo⁵¹⁶. Araújo Lima só tomaria posse da diretoria em março de 1830⁵¹⁷. A causa: estava envolvido com a política imperial. Entretanto, não abria mão daquele local de prestígio: só deixaria em 1839, nomeando o seu ex-ministro da regência, Antônio Peregrino Maciel Monteiro, que, curiosamente, era médico⁵¹⁸.

A ausência de Araújo Lima na diretoria do Curso Jurídico ainda seria lembrada nos dias de 1850. O deputado geral Carneiro da Cunha apontou: “o curso jurídico de Olinda nunca teve um diretor permanente capaz [...]”. E perguntava: “O seu primeiro diretor foi o Sr. Pedro de Araújo Lima; mas algum dia esteve este senhor residindo em Pernambuco, durante todo o

⁵¹¹ **Falás do Trono** – Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1977, pp. 101 – 102.

⁵¹² RAMOS, Rui. Idade Contemporânea (séculos XIX – XXI). In: RAMOS, Rui (coord.). **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012, p. 478.

⁵¹³ Idem.

⁵¹⁴ **Falás do Trono** – Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1977, p. 105.

⁵¹⁵ BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: EdUFPE, 2012, p. 28.

⁵¹⁶ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**.

⁵¹⁷ Idem.

⁵¹⁸ BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: EdUFPE, 2012, p. 112.

tempo em que foi diretor?⁵¹⁹” A crítica era bastante severa para com a primeira direção do curso jurídico. E em 1852, mais uma vez, o assunto voltava aos debates da câmara. Agora, era o deputado Rezende quem se colocava contra a postura ausente do ex-diretor: “[...] a academia de Olinda, o que precisa é de alguns melhoramentos, e o principal é um diretor, que nunca teve”. E seguia lançando chumbos a Pedro de Araújo Lima, então Visconde de Olinda: “O Sr. Visconde de Olinda, que foi o primeiro diretor dela, nós sabemos que, devendo estar na Corte como senador e conselheiro de estado, e mesmo como ministro, raríssimas vezes ia a Olinda⁵²⁰.” Assim, essa ausência desqualificava o curso, e, portanto, a responsabilidade sobre a consequência era, inteira, de Pedro de Araújo Lima, que não se dava a ir até as aulas, e nem as verificar.

Mesmo que Pedro de Araújo Lima não estivesse diretamente no Curso Jurídico de Olinda, presencialmente, o poder das barganhas era dele. Não devemos esquecer que a elite política imperial passava por aqueles bancos⁵²¹. As relações entre professores e alunos estreitavam-se na sala do mosteiro de São Bento, onde funcionavam as aulas nos primeiros anos. Os corredores deveriam dar acesso ao lugar e as solidariedades. Por exemplo: já na primeira turma matriculada, encontramos Euzébio de Queiróz Coitinho Mattoso da Câmara⁵²², futuro ministro em 1848, junto a Pedro de Araújo Lima⁵²³, responsável pela lei que acabou com o tráfico de escravos, de 1850. Deveria haver respeito da parte de Euzébio, por Araújo Lima, o seu diretor nos estudos. E Araújo Lima, obviamente, poderia olhar Euzébio como um dos alunos do curso que dirigiu. Na mesma turma, estava Joaquim Nunes Machado, que se posicionou contra a maioria do Imperador Pedro II, que derrubou Araújo Lima da Regência⁵²⁴, mas, seria um dos líderes da rebelião praieira, adversária do poder conservador, morrendo em fevereiro de 1849⁵²⁵. Também por lá passou Zacharias de Góes e Vasconcellos⁵²⁶ na década de 1830. Zacharias viria a ser ministro pelos anos de 1860, sendo, também, professor, mais tarde,

⁵¹⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da oitava legislatura. Sessão de 1850.** Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1879, p. 286.

⁵²⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Quarto Anno da Oitava Legislatura. Sessão de 1852. Tomo Segundo.** Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1877, p. 726.

⁵²¹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, passim.

⁵²² BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife.** Recife: EdUFPE, 2012, p. 37.

⁵²³ **Organizações e Programas Ministeriais.** – Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 104.

⁵²⁴ **Perfis Parlamentares 3 – Nunes Machado.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, p. 73.

⁵²⁵ Para saber mais sobre a Rebelião Praieira: CARVALHO, Marcus J.M. de.; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, Motins, Revoluções.** Op.cit., pp. 355 – 389.

⁵²⁶ BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife.** Recife: EdUFPE, 2012, p.51.

da mesma casa. Deveria ser outro sujeito a prestar atenção nos atos e fazeres do antigo diretor: devia-lhe, ao menos, um pouco de consideração. Muito mais gente importante do Império do Brasil estudou naquelas bancas. Era bastante vantajoso ser diretor do curso jurídico e nunca deixar o cargo.

Ainda passaria por aqueles bancos Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti, que formado em 1838⁵²⁷, seria magistrado, deputado geral e atingiria o Senado em 1871⁵²⁸. Teriam estudado na mesma turma, e se formado em 1835, Bernardo de Souza Franco, João Lins V. Cansansão de Sinimbu e José Thomaz Nabuco de Araújo⁵²⁹. A característica que os une, nessa lista, é a de os três terem sido ministros com Araújo Lima, nas décadas de 1850 e 1860. E, muito provavelmente, conheceram Zacharias de Góes e Euzébio de Queiróz. Devem ter, ao menos, cruzado um corredor com José Bento da Cunha Figueiredo, formado em 1833⁵³⁰, e presidente da Província de Pernambuco, na época do desembarque de Sirinhaém e Sérgio Teixeira de Macedo, que concluiu o Curso Jurídico em 1832⁵³¹, e sucedeu Cunha Figueiredo na Província de Pernambuco, em 1856⁵³², e passou de aliado a adversário político de Araújo Lima, na década de 1850. Ao final, a maioria dos alunos de Direito, de Olinda, partiam para a vida pública, e entravam nos conchavos do poder. E, se eles se conheciam, respeitavam-se, sendo alunos ou professores.

Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, um dos poderosos irmãos Cavalcanti, de Pernambuco, conquistou seu espaço no curso jurídico ainda na década de 1830. Com interrupções, fincou seu trono até a década de 1870. Respeitava Araújo Lima e, por ele, era respeitado, mesmo que sustentasse as bases do seu poder longe daquele⁵³³. Cunha Figueiredo também conseguiria uma vaga naquela casa, pelos dias de 1835⁵³⁴. Estar ligado ao

⁵²⁷ MARTINS, Henrique. **Lista Geral dos Bachareis e Doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife desde sua fundação em Olinda, no anno de 1828, até o anno de 1931**. Recife: Typographia Diário da Manhã, 1931, p. 2.

⁵²⁸ **Organizações e Programas Ministeriais**. – Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 415.

⁵²⁹ MARTINS, Henrique. **Lista Geral dos Bachareis e Doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife**. Op.cit., pp. 38 e 90.

⁵³⁰ MARTINS, Henrique. **Lista Geral dos Bachareis e Doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife**. Op.cit., p. 89.

⁵³¹ MARTINS, Henrique. **Lista Geral dos Bachareis e Doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife**. Op.cit., p. 183.

⁵³² **Organizações e Programas Ministeriais**. – Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 439.

⁵³³ Para saber mais sobre os Cavalcanti de Pernambuco: CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EdUFPE, passim.

⁵³⁴ MARTINS, Henrique. **Lista Geral dos Bachareis e Doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife**. Op.cit., p. 207.

Curso Jurídico como aluno ou professor, era uma forma de manter-se conectado às fontes certas de poder, naquele momento, ou, em futuro muito próximo.

Mas, parece que Araújo Lima estendia os tentáculos além das fronteiras de Olinda. Era 20 de fevereiro de 1828, quando José da Costa Carvalho enviava missiva, de São Paulo. Isso já demonstra um laço entre esses dois homens públicos do Oitocentos brasileiro. Através da investigação das missivas, as relações entre os sujeitos que se correspondem aclaram-se ao pesquisador. E, nesse momento, existe mais um elo na malha relacional de Pedro de Araújo Lima.

Antes de partirmos para as cartas enviadas a Araújo Lima por Costa Carvalho, vejamos quem seja esse homem. Segundo o escritor da biografia dele, na “Galeria dos Brasileiros Ilustres”, organizada por Sisson, se fez doutor em Leis, na Universidade de Coimbra, em 1819⁵³⁵; ou seja: no mesmo ano em que Araújo Lima se doutorou em Cânones. Muito provavelmente, a amizade de ambos vinha daí, desde esses dias na distância de casa e proximidade dos estudos. No mesmo tempo em que estavam em Portugal, devem ter convivido com outros estudantes, como Miguel Calmon du Pin e Almeida⁵³⁶, ministro na regência de Araújo Lima, assim como Bernardo Pereira de Vasconcellos e Caetano Maria Lopes Gama. Todos esses sujeitos se conheceram e estiveram no poder entre as décadas de 1830 e 1840, em um ou outro ministério.

Era da Bahia, Costa Carvalho, mas, foi Juiz de Fora e ouvidor, em São Paulo, entre 1821 e 1822, ao mesmo tempo que casou-se, naquela localidade, com sua primeira esposa, D. Genebra de Barros Leite, o que explicaria a carta advir de São Paulo, para Pedro de Araújo Lima. Os laços entre Costa Carvalho e o último devem ter se estreitado ainda mais, quando os dois se fizeram membros da Assembleia Constituinte Legislativa para o Brasil, em 1823. Ascendeu à Câmara dos Deputados já em 1826, ficando nela até a abdicação de Pedro I, quando foi feito Regente, na Regência Trina, com Francisco de Lima e Silva e João Bráulio Muniz, até 18 de julho de 1833. Em 1839, na regência de Araújo Lima, era escolhido Senador do Império. Mais tarde, recebeu o título de Marquês de Monte Alegre⁵³⁷. Entretanto, não acabavam, aí, as ligações com Pedro de Araújo Lima: estava no gabinete de 29 de setembro de 1848⁵³⁸.

⁵³⁵ SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume I. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 81.

⁵³⁶ Os nomes dos estudantes de Coimbra que falaremos estão na lista “Brasileiros formados em diferente faculdades na Universidade de Coimbra em 1818, 1821 e 1822”. In: MELLO MORAES, Alexandre José de. **História do Brasil-Reino e do Brasil-Império**. Tomo 2. Op.cit., p. 281.

⁵³⁷ SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume I. Brasília: Senado Federal, 1999, pp. 81 – 84.

⁵³⁸ **Organizações e Programas Ministeriais**. – Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 104.

Retornemos, agora, à missiva de fevereiro de 1828. Naquele manuscrito, Costa Carvalho informava Araújo Lima: “Ninguém se tem desgostado do seu procedimento para com os Lentes do Curso Jurídico, antes ao contrário aqui estão todos contentíssimos com a brevidade da abertura das Aulas: o Lente já se acha aqui, e cuido que a abertura se faz no dia 1º de março⁵³⁹.” É nesse momento que devemos dar-lhes uma informação: Pedro de Araújo Lima foi feito ministro do Império desde 20 de novembro de 1827 e ficou no ministério até junho de 1828⁵⁴⁰. Era esse posto que mantinha contato constante com os cursos jurídicos: relatórios de alunos aprovados, matriculados, reprovados eram enviados diretamente ao ministro. Além das faltas dos lentes e funcionários⁵⁴¹. É por isso que Costa Carvalho faz essa menção. Ainda segundo o autor, o presidente da Província – “que não conta com muitos amigos, por que já trazia muito má fama diante de si, e por algumas frases, e modos, que já não soam bem” – e o Diretor do Curso Jurídico estavam se esforçando para a abertura das aulas⁵⁴². Ainda fazia chegar no ministro Araújo Lima as pretensões políticas: “Você goza de muito bons créditos nesta Província, e se o Governo caminhar bem em vistas do interesse geral, da liberdade legal, há de achar nesta província a maior cooperação, e auxílio, porque os seus habitantes são ótimos⁵⁴³.” Ou seja: politicamente, Pedro de Araújo Lima poderia contar com a ajuda de Costa Carvalho.

Na mesma carta, algo chama atenção: Costa Carvalho agradece o despacho em favor do “Moço Pimenta”. Descobrimos quem seja essa personagem investigando mais de perto o Arquivo Marquês de Olinda do IHGB. Costa Carvalho havia enviado missiva a Araújo Lima ainda aos 11 de dezembro de 1827. Como houvera, o diretor do curso jurídico de Olinda, assumido o cargo de ministro, o missivista dizia: “Reservo os parabéns para quando nos avistarmos, pois agora provavelmente não terá falta deles⁵⁴⁴.” E escrevia: “José Antonio

⁵³⁹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 96. **Carta de José da Costa Carvalho a Pedro de Araújo Lima**. São Paulo, 20 de fevereiro de 1828.

⁵⁴⁰ **Organizações e Programas Ministeriais**. – Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p.21. Para a informação do fim desse período como ministro: “Ilmo e Exmo/ Sua Majestade o Imperador houve por bem conceder a V. Exca pelo decreto da data de hoje, que lhe remeto, a demissão que vossa excelência pedira. 15 de junho de 1828. Marquês do Aracaty.” DL 215.1.

⁵⁴¹ No Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, encontram-se cópias datilografadas dos mais variados documentos relativos às faltas dos funcionários, e reprovação ou aprovação dos alunos, datadas de 1925, de acordo com os originais da sala de consulta do Arquivo Nacional.

⁵⁴² O presidente da província de São Paulo, na época, era Tomas Xavier Garcia de Almeida (19 de dezembro de 1827). Depois, foi para Pernambuco, em 24 de dezembro de 1828, voltaria para a mesma província em 1844. **Organizações e Programas Ministeriais**. – Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, pp. 439 e 447. O primeiro diretor do Curso Jurídico de São Paulo fora José Arouche de Toledo Rendon (1827 – 1833). Informação do site da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_01.php.

⁵⁴³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 96. **Carta de José da Costa Carvalho a Pedro de Araújo Lima**. São Paulo, 20 de fevereiro de 1828.

⁵⁴⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 96. **Carta de José da Costa Carvalho a Pedro de Araújo Lima**. São Paulo, 11 de dezembro de 1827.

Pimenta Bueno, moço de bom talento, de muita aplicação, e de ótimos costumes, e honrados sentimentos pede a S. M. I. pela sua Repartição⁵⁴⁵.” Ou seja: com isso, acabamos de saber que o “Moço Pimenta”, antes agraciado, com a resposta a alguma demanda, era Pimenta Bueno, o futuro Marquês de São Vicente.

Foi Eduardo Kugelmas quem chamou Pimenta Bueno de “o jurista da Coroa”⁵⁴⁶. O nosso personagem conseguiu ascender ao Conselho de Estado, fixando-se no Senado e chegando à chefia de gabinete, partindo da “manifesta simpatia do próprio d. Pedro II⁵⁴⁷”. Era de origem humilde, possuindo registro de 1803. Passou a mocidade em Santos. Segundo Kugelmas, seu padrinho de estudos e início de vida política foi Martim Francisco Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio. Seguindo o apadrinhamento, teria entrado no curso jurídico de São Paulo, em 1828⁵⁴⁸. Entretanto, como vemos da missiva, “o moço Pimenta” já estava se articulando com os conservadores, através de Costa Carvalho, passando por Araújo Lima, desde essa mesma época. Talvez, o pedido da carta, até fosse, uma vaga no curso jurídico de São Paulo. Partimos dessa suposição quando nos deparamos com missiva do mesmo Costa Carvalho, a Araújo Lima, datada, também de meados de 1828, com súplica a favor de Manoel Alves Alvim⁵⁴⁹: “moço estudioso, de ótima moral, pobre e sem pai, e com numerosa família em bastante desarranjo⁵⁵⁰.” Costa Carvalho ainda indica mais sobre Alvim: “Ele tinha o pequeno ordenado de professor de Latim na Vila de São Carlos, e quer com ele estudar no Curso Jurídico; requer e deseja tê-lo por seu protetor e padrinho em sua pretensão⁵⁵¹.”

Partindo desses pedidos, conseguimos reforçar o que já dissemos: a direção do Curso Jurídico era uma ótima fonte de se conseguir poder de barganha, além de boas alianças; mesmo que, entre 1835 e 1847, quando foi presidente da Província do Mato Grosso, Deputado Geral, Ministro da Justiça (1847)⁵⁵², Pimenta Bueno militasse com os adversários dos seus padrinhos Araújo Lima e Costa Carvalho. Entretanto, muito possivelmente através das dívidas de favores

⁵⁴⁵ IHGB. Lata 207 Pasta 96. Idem.

⁵⁴⁶ KUGELMAS, Eduardo. Pimenta Bueno, o jurista da Coroa. In: KUGELMAS, Eduardo (org. e intro.). **José Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente**. São Paulo: 34, 2002, p. 19.

⁵⁴⁷ Idem.

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 20.

⁵⁴⁹ Sobre Manoel Alves Alvim: “Faleceu ontem, pelas 4 ½ horas da tarde, vítima de uma bronquite, o dr. Manoel Alves Alvim. O finado era juiz de direito aposentado, e outrora representou nesta província um importante papel, já por sua inteligência e saber, já por sua dedicação à causa pública e sentimentos humanitários, pelo que foi sempre considerado e respeitado por todos quantos o conheciam.” HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de S. Paulo**. São Paulo, 20 de novembro de 1874. Nº 2713.

⁵⁵⁰ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 96. **Carta de José da Costa Carvalho a Pedro de Araújo Lima**. São Paulo, 9 de junho de 1828.

⁵⁵¹ Idem.

⁵⁵² KUGELMAS, Eduardo. Pimenta Bueno, o jurista da Coroa. In: KUGELMAS, Eduardo (org. e intro.). **José Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente**. São Paulo: 34, 2002, p. 22.

de tanto tempo, e para se aproximar mais de Pedro II, ainda na década de 1840, se reúne com os seus apadrinhados do curso jurídico. Em 1852, quando das eleições para o Senado, por São Paulo, era “o moço Pimenta” quem subia à casa, sob a proteção e os conchavos do então Marquês de Monte Alegre, Costa Carvalho⁵⁵³.

Ao mesmo tempo em que Pimenta Bueno se aproximava de D. Pedro II, Pedro de Araújo Lima já estava lá. Por 1866, quando Araújo Lima já não se afinava com os mandos exacerbados do Imperador, Pimenta Bueno ofereceu projetos relativos à emancipação dos cativos, coadunado com Pedro II. Mas, Araújo Lima, seu padrinho da década de 1820 e 1840, engaveta os projetos, acirrando, ainda mais, a crise com o imperante⁵⁵⁴.

Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente, faleceu em 1878. Foi um daqueles casos do Império do Brasil de pessoas humildes que ascenderam na política graças às boas alianças que fizeram e às bajulações certas nas horas exatas. Parece que sabia respeitar bem os limites dos favores. Deveria tratar com reverência os seus dois padrinhos Araújo Lima e Costa Carvalho. Até pode ter dado a desculpa bem velha, usada até hoje, quando não querem tomar, sobre si, as culpas de algo, os sujeitos: o projeto sobre a emancipação, foi o Imperador quem mandou. Fiz por encomenda.

Não era apenas Pimenta Bueno, Costa Carvalho e Alves Alvim que deixavam a malha de contatos pessoais de Araújo Lima crescer através do Curso Jurídico. José Maria Avillar Brotero, agradecerá ao Ministro do Império, Araújo Lima, em particular, por um favor, em 2 de julho de 1828, com carta partindo de São Paulo; todavia, “não agradei tão obsequioso ofício, porém [...] não pequei por falta de vontade, mas tão somente por necessidade, vindo esta de uma queda, que dei do cavalo⁵⁵⁵.” Brotero era professor do primeiro ano do curso jurídico de São Paulo⁵⁵⁶. Por 1845, era desembargador e lente do mesmo curso, o qual foi o fundador⁵⁵⁷. Muito provavelmente, o agradecimento era por ter conseguido o cargo de lente do curso jurídico. Assim, mais um, devia favores a Pedro de Araújo Lima, e alargava as suas relações; que, quanto mais extensas, geravam poder.

E, como estamos, neste capítulo, mostrando alianças entre Pedro de Araújo Lima e diversos sujeitos, para não ficar esquecido o já mencionado acima, que as Cortes de Lisboa

⁵⁵³ KUGELMAS, Eduardo. Pimenta Bueno, o jurista da Coroa. In: KUGELMAS, Eduardo (org. e intro.). **José Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente**. Op. cit.; p. 22.

⁵⁵⁴ *Idem*, p. 26.

⁵⁵⁵ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 208 Doc. 13. **Carta de José Maria Avillar Brotero para Pedro de Araújo Lima**. São Paulo, 2 de julho de 1828.

⁵⁵⁶ BEVILAQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Op. cit., p.45.

⁵⁵⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da sexta legislatura. Segunda sessão de 1845. Colligidos por Antonio Henoch dos Reis. Tomo Segundo**. Rio de Janeiro: Typographia de Hippolyto J. Pinto, 1881, N° 00002B, p. 73.

uniram políticos em suas pretensões, junto aos cargos nos cursos jurídicos e o tráfico, José Lino dos Santos Coutinho, participante dos dias de Portugal, junto com Araújo Lima, lembrou-se dele para pedir por um jovem natural da Bahia, Joaquim Martins Lino Jambo, que suplicava o lugar de feitor e ajudante do escrivão do celeiro daquela província, aos 23 de dezembro de 1827⁵⁵⁸, e conseguia sucesso: “já soube que o meu afilhado Martins Jambo fora servido = muchas gracias =⁵⁵⁹”, como disse, da Bahia, aos 12 de fevereiro de 1828. Parece existir amizade sincera entre Araújo Lima e Lino, que perguntava: “Como vás com os teus incômodos públicos? Eu me interesso em que marches bem e com saúde⁵⁶⁰”. Lino também estava sendo companheiro de Araújo Lima na legislatura Geral de 1826 – 1829⁵⁶¹, e seguindo na próxima (1830 – 1833), mesmo sendo adversário de Pedro I. Se Pedro de Araújo Lima, nesse momento, era Ministro do Império, chuva torrencial caía sobre a sua cabeça, com as aproximações do Imperador com a política portuguesa. Assim, os “incômodos públicos” que teria de lidar, eram excessivos.

Se Pedro de Araújo Lima criava laços atados, diretos, com Lino Coutinho, Avillar Brotero, Costa Carvalho, Manoel Zeferino, Bento José da Costa, dentre outros sujeitos; aqueles laços longínquos, intermediados, indiretos, como os de Pimenta Bueno, Lino Jambo, é que faziam as comunicações e o poder chegarem nos lugares mais distantes, transformando pequenos favores em fermento, a serem pagos, atando nós, laços e dependência entre os mais diversos sujeitos. Entretanto, os casamentos também faziam parte desse intrincado jogo de relações e trocas. Assim, ainda em 1828, Araújo Lima casava com Dona Luíza Bernarda de Figueiredo.

3.5 AUMENTANDO OS ELOS: A FAMÍLIA DE PEDRO DE ARAÚJO LIMA E LUÍZA BERNARDA DE FIGUEIREDO

Se Manoel de Araújo Lima nos tem feito o favor de guiar essa história até agora, ele não teria deixado de dar a informação das núpcias do filho. Pedro de Araújo Lima se casou no dia 5 de junho de 1828, dias antes de pedir demissão do ministério, a D. Pedro I, com Dona Luíza Bernarda de Figueiredo Lima. O nome “Lima” deve ter sido acrescentado depois do casamento. O nubente estava com 34 anos, 5 meses e 13 dias de idade – conta feita pela pai, que nos alivia

⁵⁵⁸ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 208.12. **Carta de José Lino dos Santos Coutinho para Pedro de Araújo Lima**. Bahia, 23 de dezembro de 1827.

⁵⁵⁹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Doc. 4. **Carta de José Lino dos Santos Coutinho para Pedro de Araújo Lima**. Bahia, 12 de fevereiro de 1828.

⁵⁶⁰ IHGB. Lata 207 Doc. 4. Idem.

⁵⁶¹ **Organizações e programas ministeriais**. Op.cit., p. 281.

de ter de calcular a idade do nosso personagem -; a noiva havia completado 19 anos, aos 30 de maio de 1828⁵⁶².

Nesse momento, Pedro de Araújo Lima já era um político respeitado. Rico, através do açúcar produzido pelo pai, e dos investimentos da parentela no tráfico de escravos, possuía as melhores relações nas malhas pessoais do Império do Brasil. Conseguia um excelente casamento. Dona Luíza Bernarda era filha do Desembargador José Bernardo de Figueiredo e de Dona Luíza Alexandrina da Mota⁵⁶³.

José Subtil, estudando o Antigo Regime, colocou: “os desembargadores são, por excelência, actores da alta política⁵⁶⁴”, e parece que a característica adentra o Brasil do Oitocentos. Como mostrou José Murilo de Carvalho, o domínio político brasileiro do século XIX passava pelas mãos dos magistrados, que geralmente, quando assumiam cargos políticos, votavam com o governo⁵⁶⁵. Araújo Lima, pois, assumiria mais uma voz, além da dos traficantes-comerciantes, ante as alianças feitas: votar com o governo, pelos magistrados. E como mostrou o mesmo autor: “em torno de 50% dos magistrados e advogados tinham ligação direta ou indireta com a propriedade rural⁵⁶⁶”, Araújo Lima não gerava desconfiança ao grupo de origem – senhores de engenho – e nem aos seus traficantes de estimação.

José Bernardo de Figueiredo era natural do Rio de Janeiro, filho de pai português. Nascido aos 2 de maio de 1772, estudou Leis em Coimbra, e residia naquele cidade, ainda, por volta de 1793⁵⁶⁷. Já era desembargador em 1816⁵⁶⁸, tendo sido juiz de fora do cível, Crime e órfãos da Vila de São João d’El-Rei, entre 1811 e 1812⁵⁶⁹. Já em 1823, contribuía “gratuitamente com quantias para as urgências do Estado”⁵⁷⁰, dando apoio ao Brasil independente recém-nascido.

Se desde a década de 1810, José Bernardo de Figueiredo assumia altos cargos no judiciário, em 1848 ele era reconduzido ao lugar de presidente do Supremo Tribunal de Justiça⁵⁷¹. A lei de 18 de setembro de 1828, criadora do Supremo Tribunal, colocava, em seu Artigo 2º, do capítulo I: “O Imperador elegerá o Presidente dentre os membros do Tribunal, que

⁵⁶² IHGB. Arquivos Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

⁵⁶³ Idem.

⁵⁶⁴ SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. **Actores, territórios e redes de poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo.** Curitiba: Juruá, 2011, p. 83.

⁵⁶⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras.** Op.cit., p. 113.

⁵⁶⁶ Idem, p. 112.

⁵⁶⁷ (PRBRB) AHU_ACL_CU_017, Cx. 149, D. 11423.

⁵⁶⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Gazeta do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 13 de abril de 1816. Nº30.

⁵⁶⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **A idade d’Ouro do Brazil.** Bahia, 5 de fevereiro de 1812. Nº 10.

⁵⁷⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Império do Brasil. Diário do Governo.** Rio de Janeiro, 12 de julho de 1823.

⁵⁷¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1848. Nº 7872.

servirá pelo tempo de três anos⁵⁷².” Ou seja: ao menos desde a metade da década de 1840, Figueiredo estava no mais alto cargo judiciário do Brasil, servido pelas mãos do Imperador. Falecia em 1854⁵⁷³, como homem poderoso, sogro do ex-Regente do Império. Figueiredo deve ter ajudado Araújo Lima a consolidar-se, ainda mais, no poder, no início da sua vida pública. Era um excelente elo nessa corrente bem forjada. E, obviamente, dificilmente teria sido reconduzido a um cargo tão alto sem o auxílio do genro.

Entretanto, não confundamos o desembargador com o seu filho, o bacharel José Bernardo de Figueiredo Júnior (ou Filho, como se alterna nos documentos), formado em 1853, pelo curso jurídico que estava em Pernambuco⁵⁷⁴. Como indicou Joaquim de Souza Leão, nasceu em 1830, o filho do magistrado: “morrendo-lhe a mãe do parto, será ele criado pelo casal Araújo Lima⁵⁷⁵”. Talvez, por isso, Pedro de Araújo Lima arranje-lhe um excelente casamento pernambucano: com a filha do Comendador Manoel Gonçalves da Silva⁵⁷⁶, Dona Claudina da Silva Figueiredo⁵⁷⁷.

Manoel Gonçalves da Silva já aparece na lista de dívidas de Manoel de Araújo Lima aos 15 de fevereiro de 1830, com uma letra de 200#000⁵⁷⁸. Era português, falecido em agosto de 1862, aos 68 anos, na Boa Vista⁵⁷⁹. Uma outra informação, além da letra, liga a família de Araújo Lima a Gonçalves da Silva: o brigue Flor de Beiris. Se lembrarmos, José Gonçalves Pereira possuía carga nessa embarcação, na década de 1830; entretanto, o mesmo barco seguia viagem para o Porto, anunciada em 1834, tendo por referência Manoel Gonçalves da Silva⁵⁸⁰. Assim, havia estreitamento entre os negócios familiares e comerciais de ambos. E, pela década de 1830, a correspondência entre Gonçalves da Silva e Pedro de Araújo Lima se fará intensa, tratando de negócios pelo Rio de Janeiro e Pernambuco, como veremos no próximo capítulo.

Parece que Manoel Gonçalves da Silva se envolvia com o pessoal do tráfico. Se lembrarmos, é ele quem compra parte do Engenho Boa Vista, que foi de Costa Soares, ligado ao pai de Araújo Lima, como procurador de D. Anna Joaquina dos Prazeres. Ainda mais, quando se aliava aos Wanderley de Sirinhaém, aqueles do desembarque famoso. Ao menos, em

⁵⁷² Lei de 18 de setembro de 1828. Acessado em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38214-18-setembro-1828-566202-publicacaooriginal-89822-pl.html .

⁵⁷³ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1854. Nº 50.

⁵⁷⁴ MARTINS, Henrique. **Lista geral dos bacharéis e doutores etc.** Op.cit., p. 96.

⁵⁷⁵ SOUZA LEÃO, Joaquim. **O Marquês de Olinda**. Recife: EdUFPE, 1971, p. 13.

⁵⁷⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1862. Nº 294.

⁵⁷⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 de julho de 1864. Nº 164.

⁵⁷⁸ IHGB.Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima**.

⁵⁷⁹ IAHGP. **Jornal do Recife**. Recife, 09 de outubro de 1862. Nº 280. Agradeço a Bruno Câmara pela informação.

⁵⁸⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 de maio de 1834. Nº 386. Agradeço a Bruno Câmara pela informação.

1845, anunciava precisar de um português, para administrar escravos. Nessa necessidade, o interessado poderia procurar por Manoel Gonçalves da Silva ou João Maurício de Barros Wanderley, em Sirinhaém⁵⁸¹.

Se falamos, até agora, de muita gente rica, endinheirada, com muitos contos de réis no bolso, Manoel Gonçalves da Silva parece que é quem morreu com uma das maiores fortunas aqui já descritas. O seu inventário indica o valor líquido de 1,012:065#287 para o total. Facilitando a vida de quem lê esse texto, para, mentalmente, entender o valor dito: mil e doze contos sessenta e cinco mil duzentos e oitenta e sete réis: era dinheiro que não acabava mais. Para dona Claudina da Silva Figueiredo coube 63:254#080, tendo já recebido, parece que de dote, 20:000#000: uma bela fortuna⁵⁸². Ou seja, José Bernardo de Figueiredo conseguiu uma excelente esposa; além de Pedro de Araújo Lima ter reforçado um laço importantíssimo nessa teia entre comerciantes, bacharéis, donos de terras, senhores de escravos e traficantes. Ao fim, seu cabedal político crescia a medida em que conseguia resolver as melhores alianças: tinha um sogro desembargador; e o irmão da esposa, era casado com a filha de um comerciante riquíssimo. Além de tudo: se estava fincado no Rio de Janeiro, com essas relações, o nó atado em Pernambuco o daria não ser esquecido na terra natal: precisava ocupar todos os espaços políticos.

Se falamos tanto do sogro de José Bernardo de Figueiredo Junior, lembremos de um fator importante sobre o próprio bacharel: pelo menos entre 1866 e 1868, era, ele, curador dos Africanos livres⁵⁸³. Beatriz Mamigonian tratou todo um extenso livro sobre quem eram os “Africanos livres”: esses homens e mulheres que, ilegalmente, foram entrados no Brasil, para serem escravizados, através do tráfico⁵⁸⁴. Figueiredo era o “curador”. Um das suas funções era “no momento da entrega dos africanos ao governo brasileiro, [...] inspecioná-los, dar-lhes nomes e registrar sinais característicos”, segundo Mamigonian⁵⁸⁵. Contudo, os serviços dessas pessoas seriam arrematados ou alugados; assim, “os termos de serviço obrigatório deveriam limitar-se a sete anos para adultos e até a idade de vinte anos para os menores de quatorze⁵⁸⁶”. E aí entrava, mais uma vez, o curador: deveria perceber se tudo corria dentro das causas certas,

⁵⁸¹ IAHGP. **Diário Novo**. Recife, 20 de agosto de 1845. Agradeço a Bruno Câmara a indicação.

⁵⁸² IAHGP. **Inventário do Comendador Manoel Gonçalves da Silva**. 1862.

⁵⁸³ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Quarto Anno da Duodécima Legislatura. Sessão de 1866. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1866, p. 159/ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Segundo Anno da Décima-terceira Legislatura. Sessão de 1868. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1868, p. 140.

⁵⁸⁴ MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos Livres – A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, passim.

⁵⁸⁵ Idem, p. 180.

⁵⁸⁶ Ibidem.

com os serviços arrematados⁵⁸⁷. Entretanto, o curador aparecia ao lado dos grandes senhores de cativos, regularizando, por fora da lei, os péssimos tratos dados aos africanos livres e burlando o tempo de serviço obrigatório. Como quem, geralmente, ficava com os serviços, era gente importante, “o curador surgia como peça chave nessa manutenção do poder, pois era ouvido em todos os casos e tomava, invariavelmente, o lado dos arrematadores e concessionários⁵⁸⁸.” José Bernardo de Figueiredo Filho deve ter beneficiado muitos políticos, e, até, intermediado ações advindas de Pedro de Araújo Lima: um dos maiores escravistas do Império. O lugar de Figueiredo Filho era estratégico nessa malha de poder, de gente que se misturava no comércio ilegal de escravos e no talento de percorrer os corredores palacianos.

Voltemos só um pouco ao Figueiredo pai. Segundo Joaquim de Souza Leão, pela década de 1850, ele abriu ruas em Botafogo, no Rio de Janeiro, com os nomes dos familiares: Travessa Figueiredo, em homenagem ao filho; rua Viscondessa (já que Pedro de Araújo Lima viria a ser Visconde de Olinda, essa rua homenagearia a filha); rua Olinda, dando vistas ao genro, e rua Bambina, para a neta, Dona Luíza Bebiana, ou Bambina⁵⁸⁹. Ainda falaremos de muita gente aqui citada nessa lista de ruas. Hoje, quem anda pelo bairro de Botafogo, pode observar duas dessas vias, com o mesmo nome: a rua Marquês de Olinda e a rua Bambina, permanência desse tempo áureo de poder da família Figueiredo – Araújo Lima na Corte do Brasil.

3.5.1 Dona Luíza Bernarda de Figueiredo: mulher que caminha nos salões

Quando Heitor Lyra escreveu a monumental biografia de D. Pedro II, em três extensos volumes, não esqueceu a figura de Pedro de Araújo Lima. Colocou ser, o salão da residência do político pernambucano, austero e formalista⁵⁹⁰. Era essa a impressão que passava o homem e sua casa: sérios, fechados, arrogantes, sem afeto. A fama pode ser verdadeira: nos jornais, quase nunca, sua figura aparece em festas ou saudações ao Imperador e a Imperatriz, no Paço. Por inverso, a esposa, Dona Luíza Bernarda, e a filha, Luíza Bebiana, faziam o papel social de Araújo Lima, de andar pelas vielas e corredores do Paço e dos salões, agradando as vistas dos homens e mulheres – importantes – do Império do Brasil.

Antes de prosseguirmos revelando partes da atuação da esposa de Pedro de Araújo Lima, é necessário lembrar: em 1841 ele recebia o título de Visconde de Olinda; e em 1854 o de

⁵⁸⁷ MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos Livres**. Op.cit., pp. 97 – 98.

⁵⁸⁸ Idem, p. 122.

⁵⁸⁹ SOUZA LEÃO, Joaquim de. **O Marquês de Olinda**. Op.cit., pp. 13 – 14.

⁵⁹⁰ LYRA, Heitor. **História de D. Pedro II. Ascensão 1825 – 1870**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, p. 63.

Marquês do mesmo nome⁵⁹¹. Desta forma, tomou-se por costume chamar D. Luíza Bernarda acompanhando os títulos do marido: Viscondessa e Marquesa de Olinda. Assim como a filha foi chamada de Baronesa de Piracinunga, podendo seu nome aparecer, nos jornais, com a grafia aqui apresentada, ou Pirassinunga e até Pirassununga.

Quem para com a intenção de observar as páginas do periódico “Correio Mercantil”, do Rio de Janeiro, encontrará, ali, como em outros jornais, as partes de quem cumprimentou o Imperador e a Imperatriz na semana anterior. Entre as décadas de 1850 e 1860, os nomes de Viscondessa ou Marquesa de Olinda são abundantes. O mais interessante: em meio à multidão de títulos nobiliárquicos masculinos, surge os da Marquesa de Olinda, sem o esposo e em companhia da filha⁵⁹².

Parece que essas andanças e cumprimentos todos possuíam objetivos muito específicos e particulares. Talvez, barganhasse alguns pedidos e favores para os seus protegidos, diretamente às Majestades. Certo é que ela recorria aos deputados e senadores em seus projetos. Ao menos em 27 de setembro de 1843, o deputado Ferraz deixa isso bem claro, em discurso na câmara dos deputados gerais⁵⁹³. Onde o esposo não batia à porta, quem ia, era ela. Devia ter bastante influência entre os políticos: era filha de um desembargador e esposa de Pedro de Araújo Lima. Sua voz era escutada em vários recintos. E mais: ela era bastante interessada em política. Em 1861, quando o Gabinete conservador de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, perigava frente ao parlamento, o periódico “O Regenerador” indicava: “A questão ministerial atraiu hoje à câmara grande número de curiosos, e até a Exma. Sra. Marquesa de Olinda entendeu [que] deve ir assistir ao espetáculo, que esperava seria interessante⁵⁹⁴.” Ela andava por todos os espaços. Fazia política. Era uma mulher política.

Na verdade, é possível que a Marquesa de Olinda fosse uma mulher muito bem articulada. Seus elos, laços, eram certos, e, para o investigador que se depara com a sua figura, entende ter, ela, lugar essencial na ascensão política do marido. Enquanto Pedro de Araújo Lima era odiado por uns, ela era querida. Ao menos J.S.B. Accioli a oferecia uma valsa para piano, vendida por 500 réis⁵⁹⁵.

⁵⁹¹ SISSON, S.A. **Galeria do brasileiros ilustres**. Volume 1. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 71.

⁵⁹² Alguns exemplos para a década de 1850: HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1852. N° 305; HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1855. N° 326, HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1857. N° 128; HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1858. N° 180. Para a década de 1860, no mesmo jornal, há várias indicações do mesmo tipo

⁵⁹³ HEMEROTECA DIGITAL. **Annais do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Segundo Anno da Quinta Legislatura. Segunda Sessão de 1843. Tomo Terceiro**. Rio de Janeiro: Typographia da Viúva Pinto & Filho, 1883, p. 253.

⁵⁹⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **O Regenerador**. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1861. N° 71.

⁵⁹⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1857. N° 343.

Se a Marquesa aparece dando vistas em tantos aposentos da Corte, ela se colocava como mulher importante naquela sociedade do Oitocentos brasileiro. Não era apenas a esposa de Pedro de Araújo Lima; mas, a presidente da “Associação Caridosa das Senhoras desta Corte”, ou “Sociedade Auxiliadora da Caridade” ao menos desde 1855⁵⁹⁶. A associação de caridade estava sob os auspícios da Imperatriz e reunia gente importante, como a filha do Visconde de Maranguape, Maria Eugenia Guedes Pinto⁵⁹⁷.

Foi em 1858, depois de uma apresentação, com rendimentos revertidos para a caridade, que um redator publicou carta particular no “Correio Mercantil”. Naquele texto, aparecia a Imperatriz como “anjo protetor que vela pelos infelizes”, dando o status de “filhos adotivos”, aos pobres beneficiados pela associação. Entretanto, à Marquesa de Olinda ficava a “imorredoura glória de dirigir os sacrossantos esforços de tão pia instituição”. O missivista não parava as bajulações nesses êxtases exagerados. Jogaria algumas pétalas, também ao marido da Marquesa: “O nome Olinda, meu amigo, figura há tempo, e jamais será olvidado nos fastos de nossa história.” E definia, um frente ao outro, o casal: “Enquanto um Marquês de Olinda maneja o leme da nau brasílica pela RAZÃO, sua esposa, uma Marquesa de Olinda, pelo CORAÇÃO mitiga os sofrimentos do povo⁵⁹⁸.” Ou seja: ela era a brandura e afabilidade inexistentes no carrancudo Pedro de Araújo Lima. Como vimos, se a casa e a face do político pernambucano se confundiam, num misto de dureza e frieza, a esposa dava, ao que parece, cor e leveza aos atos do casal. O escritor ainda diz mais algumas coisas sobre ambos, procurando palavras para explicar os complementos das atitudes: “O estadista profunda as vezes as chagas para arrancar-lhe o cancro; - sua consorte tenta as feridas derramando-lhe bálsamo e consolação”. E mais: nesse misto de busca pela memória, do ser lembrado no futuro, para a publicação, Pedro de Araújo Lima era a probidade; e a esposa, o “símbolo da caridade⁵⁹⁹”.

Se Pedro de Araújo Lima falecia em 1870, no outro ano, aos 21 de setembro, a filha, Baronesa de Piracinunga convidava as associadas para reunião em sua casa, à rua de São Cristóvão, nº 105. O assunto era o adoecimento materno, que a impossibilitava de continuar como presidente da associação, e “cujos negócios desde que caiu enferma deixaram de correr com sua responsabilidade.” Como não apareceu ninguém ao compromisso, exceto uma das diretoras, publicava a notícia de que sua mãe, a Marquesa de Olinda, era “inteiramente alheia

⁵⁹⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1855. Nº 325.

⁵⁹⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1856. Nº 336.

⁵⁹⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1858. Nº 197. Os grifos estão no original.

⁵⁹⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1858. Nº 197.

aos negócios da referida associação⁶⁰⁰.” Talvez, o que tenha acontecido é: doente e viúva, não fazia mais sentido o seu papel político. O esposo, que necessitava daquela presença na sociedade Imperial, já havia morrido.

Nessa história, não é só da associação de caridade que vive a Marquesa de Olinda. Já vimos os passos dados na Câmara dos Deputados, no palácio do Imperador, mas, também, frequentava festas, mesmo depois de falecido Pedro de Araújo Lima⁶⁰¹. Antes de 1870, ela também aparece noticiada participando de casamentos. Em 1854, quando casou Pedro de Oliveira Coelho, oficial da secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, com Maria Augusta de Alcântara, os padrinhos seriam Nabuco de Araújo (então Ministro da Justiça), Francisco de Paula Pereira Duarte (presidente do Supremo Tribunal de Justiça) e as madrinhas a esposa de Nabuco de Araújo e a Marquesa de Olinda⁶⁰². Ou seja: Pedro de Araújo Lima não tomava destaque na celebração; mas, a filha do desembargador aparecia como madrinha, ligando o nubente ao pai da Marquesa: talvez, uma forma de homenageá-lo e de criar laços mais estreito com a casa dos Olindas. Em 1857, o mesmo se dava, em novo enlace matrimonial⁶⁰³. E para não nos estendermos mais falando em casamentos, ao menos em um, Pedro de Araújo Lima aparecia: o de D. Maria Eugênia Guedes Pinto, no ano de 1861.

Dona Maria Eugênia Guedes Pinto era filha de Caetano Maria Lopes Gama, o Visconde de Maranguape: o quase-sempre presente ministro dos ministérios de Pedro de Araújo Lima, desde a regência. Ela já havia sido casada com José Guedes Pinto, neto de Manoel Velho da Silva. Diz Batista: a família Velho possuía uma vasta riqueza, produzida através do tráfico de escravos, estando seus familiares entre os 16 maiores traficantes do Rio de Janeiro entre 1811 e 1830⁶⁰⁴. Assim, Lopes Gama conseguiu casar muito bem a filha no seio da sociedade escravocrata do Rio de Janeiro, gerando largo cabedal e poder para ele mesmo. Os casamentos e ajuntamentos faziam parte dessa estratégia do inserir-se e aumentar o poderio. Entretanto, o primeiro marido de Dona Mariquinhas Guedes, como era conhecida, falecia em 1855, deixando esposa que chamava a atenção de D. Pedro II em seus flertes de salões e festas⁶⁰⁵.

A festividade deve ter sido aclamada: o casamento foi celebrado em rito misto, católico e protestante, em casa do Visconde de Maranguape. Marquinhas Guedes se casou com o sr.

⁶⁰⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1871. Nº 261.

⁶⁰¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 7 de março de 1871. Nº 65.

⁶⁰² HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 1º de março de 1854. Nº 60.

⁶⁰³ HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 14 de março de 1857. Nº 72.

⁶⁰⁴ BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. **Jardim regado com lágrimas de saudade**. Morte e cultura visual na Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011, p. 193.

⁶⁰⁵ BARMAN, Roderick J. **Imperador Cidadão e a construção do Brasil**. São Paulo: Unesp, 2012, p. 221.

Williams Jones. Segundo o “Correio Mercantil”, as testemunhas por parte da noiva foram: Euzébio de Queiroz, Marquês (Pedro de Araújo Lima) e Marquesa de Olinda. O noivo seria acolhido por Souto, o banqueiro, o Conselheiro Sá e Albuquerque e Dona Constança Paiva Lopes Gama⁶⁰⁶. Era um evento importante. Pedro de Araújo Lima ia com a esposa fortalecer os laços com o pai da noiva, um político pernambucano. E, claro: a Marquesa de Olinda fazia o papel de caminhar e ser a outra face do marido carrancudo.

Outro exemplo curioso nessas andanças da Marquesa de Olinda é o batizado de um protestante de nação prussiana, casado com católica, que se converteu ao catolicismo e assumiu o nome de Pedro, que deve ter sido alusão ao cabeça da Igreja que o recebia. Os padrinhos foram Zacharias de Góes, o ministro da década de 1860, e a Marquesa de Olinda. Entretanto, ela seria representada por sua filha, a Baronesa de Piracinunga. Se nessa celebração, a Marquesa enviava a filha, Pedro de Araújo Lima assistia ao ofício religioso como testemunha⁶⁰⁷. Se um dos membros da dupla não poderia ir, o outro, forçosamente comparecia. Os momentos de sociabilidades atavam e reconstruíam os nós, laços, que deveriam ser reforçados e criados constantemente.

Parece que a Marquesa de Olinda também conhecia as atividades financeiras de Pedro de Araújo Lima. Poderia, até, participar de algumas transações feitas pelo marido. Era, já, público e bem sabido, em 1866: Pedro de Araújo Lima investia seu dinheiro na Inglaterra. O deputado Godoy diria na Câmara: “O Sr. Marquês de Olinda, grande capitalista do banco de Inglaterra, pois que neste país nenhum estabelecimento lhe merece confiança [...]”⁶⁰⁸. As missivas da década de 1830, como veremos mais adiante, também comprovam isso. No ano seguinte à morte do marido, 1871, o “Diário do Rio de Janeiro” publicou anúncio um tanto curioso, na parte de “Importação”: teria vindo da Inglaterra, à Marquesa de Olinda, “moeda”: 3,297 libras esterlinas⁶⁰⁹: os investimentos do marido retornavam para as mãos da Marquesa, que, possivelmente, doente, preferia manter o dinheiro mais próximo; ou, até, fizesse parte da partilha do inventário do falecido. Pouco depois, aos 13 de novembro de 1873, era ela quem desaparecia da vida⁶¹⁰, deixando uma sucessão de gente importante, titulada, no Oitocentos brasileiro.

⁶⁰⁶ HEMEROTECA DIGITAL. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1861. N° 150.

⁶⁰⁷ HEMEROTECA DIGITAL. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1865. N° 276.

⁶⁰⁸ HEMEROTECA DIGITAL. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs Deputados. Quarto Anno da Duodécima Legislatura. Sessão de 1866. Tomo 4*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1866, p. 227.

⁶⁰⁹ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1871. N° 4.

⁶¹⁰ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1873. N° 313.

3.5.2 Quando os nós atam e se expandem: os filhos e netos de Pedro de Araújo Lima

Pedro de Araújo Lima e Dona Luíza Bernarda de Figueiredo tiveram dois filhos: Dona Luíza Bambina e Pedro de Araújo Lima. Do segundo filho, o arquivo Marquês de Olinda do IHGB guarda cópia do registro de batismo. Teria nascido aos 17 de dezembro de 1838, sendo batizado aos 30 de março de 1839, no Oratório do Paço Imperial, pelo Frei Pedro de Santa Mariana. O fato de a celebração do sacramento da iniciação cristã ter sido celebrado no Oratório do Paço Imperial já chama atenção de quem lê. Entretanto, se lembrarmos, nesse momento, o pai da criança é o Regente do Império, e isso poderia atenuar um pouco a grave impressão da informação. Mas, não é tão simples assim. Dando seguimento à leitura do registro, aparece, logo após os nomes dos parentes, os dos padrinhos: Sua Majestade o Imperador Pedro II e a Princesa Imperial a Senhora D. Januária⁶¹¹. Quando a voz paterna e as mãos fizeram o convite ao Imperador-menino, não corriam em pequena intenção: queriam colocar o filho nas malhas do poder e sob proteção Imperial. Com os laços que lhe foram presenteados e com o pai que possuía, o menino tinha futuro brilhante. Entretanto, nenhuma das partes contava com a precoce morte do jovem em 1852. O jornal de modas e variedades “Marmota Fluminense”, em 8 de junho daquele ano, publicava um soneto oferecido à Viscondessa de Olinda, mãe do defunto⁶¹². A morte deve ter sido sentida por algumas pessoas mais próximas da família política de Pedro de Araújo Lima.

Se sabemos apenas isso da criança homônima ao pai, alguém dentre os Araújo Lima teve a preocupação de escrever um caderno chamado “Lembranças”⁶¹³, sem designar autoria. Esse manuscrito, que o escritor ou escritora deixou sem fim, parando, inclusive, em meio a um registro, provocando a sucessão de várias páginas em branco, parece que serviu de suporte a anotações anteriores. Talvez, o que acontecesse, é: o redator escrevia algo narrado por alguém, as ditas “lembranças” e, ali, posteriormente, tomava notas; ou, era a “segunda edição” de um rascunho. O importante, agora, para nós, é que ele facilita a vida do investigador. Naquelas

⁶¹¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Doc. 16. **Certidão de batismo de Pedro de Araújo Lima.**

⁶¹² “Soneto oferecido à Ilustríssima e Excelentíssima Senhora Viscondessa de Olinda. Por ocasião da sentidíssima morte de seu filho. / Abre as asas, Arcanjo glorioso,/ Sobre as asas celestes te suspende;/ Demanda a sacra estância onde resplende/ De Jeová o trono luminoso. // Dos Serafins em o coro harmonioso/ Com transportes de amor a voz desprende./ E ao Ser eterno em holocausto rende/ Dos pais aflitos, pranto doloroso. // Hóstia propiciatória, se os clamores/ Se escutam dos mortais, na eternidade./ Impetra um lenitivo a tantas dores!// Um raio de esperança, e de piedade/ Sustente os peitos seus contra os rigores/ De tão atroz, e perenal saudade!// B. F. de Assis Brandão.” HEMEROTECA DIGITAL. **Marmota Fluminense**. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1852. Nº 268.

⁶¹³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.4. **Caderno “Lembranças”.**

páginas foram narrados alguns acontecimentos da vida da filha de Pedro de Araújo Lima, aos quais passaremos a informar desde já.

Era 2 de dezembro de 1843, às 8 horas da noite, quando casaram-se Maria Luíza Bambina de Lima Araújo (talvez como ficou o nome de casada) e Joaquim Henrique de Araújo⁶¹⁴. Por 1842, ele era alferes da 4ª companhia, sendo oficial do 1º batalhão. Aparecia na lista do “Diário do Rio de Janeiro” como “proprietário⁶¹⁵”. Devia ser um daqueles ricos filhos de donos de terras que andavam pelo Rio de Janeiro, nos Oitocentos, bem frequentando a Corte de Pedro II. Em 1850, para confirmar essa hipótese, e com a boa dose de influência do sogro, Joaquim Henrique de Araújo recebia o título de Barão de Piracinunga⁶¹⁶. Mais tarde, viria a ser Visconde do mesmo título, o acompanhando sua esposa, Baronesa e Viscondessa de Piracinunga.

Os elos das teias políticas uniam-se de todas as formas. Conseguiram encontrar-se nos terrenos mais distantes ou mais próximos. No caso, aqui, em questão, o Barão de Piracinunga, era, ele, amigo muito próximo de Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos: irmão do Senador e Ministro de Araújo Lima na Regência, Bernardo Pereira de Vasconcellos. Os dois irmãos Vasconcellos foram magistrados, Senadores do Império e conselheiros de Estado, segundo Tarquínio de Sousa⁶¹⁷. E no gabinete Araújo Lima de 1857 – 1858, Francisco Diogo ocupava a pasta da Justiça. E é exatamente no último ano desse ministério que Piracinunga dá provas de amizade a aquele ministro. O “Correio Mercantil” publicou nota, em 30 de abril de 1858, onde Francisco Diogo agradecia às pessoas amigas de Petrópolis, Ouro Preto e Mariana, por terem o obsequiado no aniversário de falecimento de sua esposa, D. Bernarda Malvina Pereira de Vasconcellos. Entretanto, o agradecimento vinha em particular ao Barão de Piracinunga, “que esmerou-se em dar-lhe em Petrópolis [...] as maiores provas de amizade⁶¹⁸.” Os elos não se davam por acaso: muita gente importante entrava nesse jogo de ajuntamentos de amizade, solidariedade e política. Nada era feito por acaso. Sempre havia obrigações entre o dar e o receber⁶¹⁹.

Mas, voltemos a falar dos Barões de Piracinunga. No caderno “Lembranças”, há registros dos nascimentos dos filhos do casal. Ao menos de dois sabemos dos nascimentos. Em 1844, vinha à luz Joaquim, pelas 4 horas da madrugada, na casa número 30, no Campo de Santa

⁶¹⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.4. **Caderno “Lembranças”**.

⁶¹⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1842. Nº 88.

⁶¹⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1850. Nº 306.

⁶¹⁷ SOUSA, Otávio Tarquínio de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Brasília: Senado Federal, 2015, p. 18.

⁶¹⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1858. Nº 115.

⁶¹⁹ Para saber mais sobre esse tipo de obrigação entre elos de uma mesma cadeia, ver: MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2013, passim.

Ana. Quando do batismo, o padrinho foi o avô Pedro de Araújo Lima e a madrinha Nossa Senhora, que num gesto interessante para um rito tão formalista quanto o da iniciação cristã, “lhe tocou com sua coroa o Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Bernardo de Figueiredo, seu bisavô; e sua avó materna a Excelentíssima Senhora Viscondessa de Olinda o apresentou na pia⁶²⁰.” E se o batizado era momento de integrar, à família, mais alguns membros externos, para somar laços e nós, os Araújo Lima interrompiam esse sistema, num processo interno de escolha de apadrinhamentos. Até a madrinha era apenas espiritual, sem laços terrenos que dessem força ao futuro da criança. Talvez pensassem: com o avô tão importante que possuía, não necessitasse mais de ninguém de fora. Intestinamente, resolviam seus progressos de nós e parentescos.

Esse jogo de apadrinhamentos não seria diverso em 1845. Naquele ano, nasceu Luíza, pelas 8 horas da manhã, na mesma casa que Joaquim. Batizou-se em igual local do irmão – no oratório em casa da avó paterna – tendo por padrinho o bisavô materno, José Bernardo de Figueiredo, com a mesma madrinha: Nossa Senhora. O rito assemelhava-se, apenas trocava quem tocaria com a coroa: agora, Pedro de Araújo Lima. A apresentação na pia viria de uma tia: Maria José d’Araújo⁶²¹. Permanecia a causa intestina dos elos.

Havia uma terceira filha. A conhecemos por um anúncio de licença de núpcias, publicado no “Correio Mercantil”, em 1868: “Foi concedida licença a Domingos Custodio Guimarães, filho do Visconde do Rio Preto, para casar-se com D. Maria Bibiana de Araújo Lima, filha do Barão de Piracinunga⁶²².” Segundo Ricardo Salles - que não cita o parentesco de Pedro de Araújo Lima com esse ramo familiar, mas, entrega aos senhores do Vale do Paraíba as realizações e estratégias político-econômicas do Império, sem perceber que o próprio Araújo Lima era parte integrante desse grupo - nesse mesmo ano, Rio Preto faleceu: “sofreu um ataque fulminante durante um colossal baile, com vários convidados da Corte⁶²³”. Era um daqueles grandes senhores de terras e escravos postos no Vale, mais precisamente em Valença, no Rio de Janeiro. Sua fazenda era a Flores do Paraíso, que margeava o rio Preto. Ainda segundo Salles, “o visconde fizera fortuna com o abastecimento de carnes para a Corte e de escravos para a região do Vale do Paraíba⁶²⁴.” Além de transacionar com escravizados, investiu em terras e café. Deve ter traficado muita gente e ganhado bastante dinheiro. Com riqueza e poder, recebia

⁶²⁰ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.4. **Caderno manuscrito “Lembranças”**.

⁶²¹ Idem.

⁶²² HEMEROTECA DIGITAL. **Correio Mercantil**. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1868. Nº 108.

⁶²³ SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 146.

⁶²⁴ SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Op.cit., p. 145.

o título de barão (1854) e de Visconde (1867) de Rio Preto⁶²⁵. A neta de Pedro de Araújo Lima, assim, era inserida no meio dos fazendeiros do Vale do Paraíba, unindo o poder político do avô com o dinheiro do Vale do Paraíba. Os laços encontravam-se, agora, em fase de reforço. E se, desde a década de 1810, Araújo Lima juntava-se a gente que vendia gente, agora, na década de 1860, permanecia nesse mesmo caminho. Era escravista, a favor da escravização. Não mudava muita coisa na sua trajetória de pensamento e ação.

Domingos Custódio Guimarães, o filho de Rio Preto, possuía a Fazenda União, na freguesia de Santa Teresa de Valença. E se percebemos que o seu pai comerciava cativos, com ele, não deveria ter sido diferente, mesmo que estejamos falando do ano de 1871. Fugiam, da propriedade, naquele ano, dois escravos pertencentes a Joaquim Henrique de Araújo, talvez sócio de Guimarães em alguns negócios. O que chama atenção é a descrição dos fujões: “[...] ambos foram comprados há 5 meses vindos de Pernambuco e falam a moda do Norte [...]”⁶²⁶. Ou seja: entre esses sujeitos, ainda havia conexões, que deveriam ser bem antigas, em Pernambuco, de recepção de cativos e suas vendas. E, sendo muito próximo do que já vimos até aqui, não há nada de espantoso nisso.

A neta de Pedro de Araújo Lima, mais tarde, teria o título de Baronesa de Rio Preto. Já imersa naquele imenso mar da sociedade imperial, chegaria a receber o Conde d’Eu em sua fazenda, em 1876. O “Jornal do Commercio” descreveu detalhadamente o concorrido evento. O marido, Segundo Barão de Rio Preto, encontrava-se falecido, por esse tempo. O descritor da cena disse: “[...] se achava a escravatura em alas toda uniformizada e bem disciplinada, revelando a inteligente e prudente direção que receberam do falecido senhor [...]”⁶²⁷. Mas, estando morto o esposo, o irmão da proprietária, Joaquim Henrique de Araújo, estava lá, fazendo as vezes masculinas da festa.

Todavia, se quem lê esse texto percebe uma escravaria disciplinada e uniformizada, chamava atenção do redator da descrição “uma banda de música de menores escravos da mesma fazenda”⁶²⁸. E se o ano era de 1876, desde 1871, o ventre da mãe escrava era livre. Assim, quem escreveu o texto colocou na posse da Baronesa aquilo que dela não mais era: a liberdade dos menores, que ainda deveriam estar prestando os serviços do período previsto em lei. Essa primeira banda tocou o Hino Nacional até o Conde d’Eu ser recebido pelo irmão da dona da casa. Quando disso, “[...] levantou este entusiásticos vivas à Sua Alteza, à Sereníssima Princesa

⁶²⁵SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Op .cit., p. 145.

⁶²⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1871. Nº 334.

⁶²⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1876. Nº 209.

⁶²⁸ Idem.

Imperial e ao Príncipe do Grão-Pará, tocando nessa ocasião uma segunda banda de música também de menores escravos o hino nacional⁶²⁹.” Joaquim Henrique de Araújo quis mostrar ao Conde toda a riqueza da família. Expôs aos seus olhos as diversas máquinas montadas; mas, não só: “[...] daí foi Sua Alteza em companhia do sr. Araújo e em um carrinho americano descoberto dar um passeio ao Porto das Flores⁶³⁰.” Ainda haveria mais espaço para os escravos-músicos na visita: no domingo, havendo missa solene, foi “[...] acompanhada de música e cânticos executados pela escravatura [...]”⁶³¹. A abundância de cativos, na Fazenda, era evidente; além de crianças tidas por escravizadas. Fortuna, poder, permanência da escravidão eram, literalmente, cantadas e tocadas, como sinfonias e orações, na propriedade dos descendentes de Pedro de Araújo Lima. Se ele morreu em 1870, seus netos perpetuavam a forma de pensamento e fazer laços, perenizados nas figuras e atitudes do avô.

Se já conhecemos o casamento de Dona Maria Bibiana de Araújo Lima, a Baronesa de Rio Preto, falta-nos o conhecimento do enlace matrimonial da outra neta de Pedro de Araújo Lima, Dona Luíza de Araújo. Se partirmos do convite de acompanhamento do corpo de Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), publicado no “Diário do Rio de Janeiro”, sabemos quem era o marido dela: José Antonio Alves Souto, filho do, também mencionado na lista, como amigo, Visconde de Souto⁶³²: laços atados direto com o avô ex-regente, senador e ministro. Assim, reaparece o poder de Pedro de Araújo Lima aliançado ao dinheiro, nesse caso, ao capital financeiro.

Em 15 de fevereiro de 1880, o “Jornal do Commercio” publicou necrológio para o Visconde de Souto. Lá, entendemos, um pouco, quem seja esse importante sujeito que andou no Império do Brasil. Falecido no dia 14 de fevereiro, às 3 da manhã, foi sepultado no cemitério de São Francisco de Paula, Antonio José Alves Souto, o Visconde de Souto, “antigo banqueiro e conhecido corretor da nossa praça⁶³³.” Era nascido na cidade de Porto, em Portugal, a 28 de março de 1813, sendo mais um daqueles portugueses do comércio com que Pedro de Araújo Lima se aliançava, buscando poder e riqueza. Rumando para o Brasil em 1829, foi empregado no comércio como caixeiro de Cohn & Ferreira⁶³⁴. Passados dois anos, firmou-se com casa de

⁶²⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1876. Nº 209.

⁶³⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1876. Nº 209.

⁶³¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1876. Nº 209.

⁶³² HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1870. Nº 156.

⁶³³ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1880. Nº 46.

⁶³⁴ O “Jornal do Commercio”, no necrológio do dia 15 de fevereiro coloca que viera, Souto, para o Brasil, em 1831, empregando-se no comércio como caixeiro de Antonio José Domingues Ferreira. Entretanto, seu filho, Francisco L. Cohn, coloca que o Visconde chegara ao Rio de Janeiro em maio de 1829 e “não foi para a casa de Antonio José Domingues Ferreira, firma que não existia, e sim para a de Cohn & Ferreira.” HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1880. Nº 48.

corretor de açúcar sob a firma de Souto & Doverly, e depois, com a de Souto, Doverly & Benjamin. Em 1853, com a partida dos sócios para a Europa, abriu a casa bancária. Entretanto, seu banco faliu⁶³⁵ em 1864⁶³⁶. “Exercera os cargos de presidente das sociedades Imperial Amante da Instrução e Portuguesa de Beneficência, das quais era sócio benemérito⁶³⁷.” Assim, percebe-se: a neta de Pedro de Araújo Lima teria arranjado casamento com um dos homens mais bem relacionados e ricos do Brasil Oitocentista. Amigo do seu avô, reforçaria os laços com os sujeitos endinheirados do Império, na família Araújo Lima. Se desde a década de 1810, os Araújo Lima de Pernambuco se agrupavam ao lado de gente rica e poderosa, não viria nas décadas seguintes o abandono do costume. Esses nós só faziam crescer a importância e o poder político de todos os lados a se aparentarem. O imenso poder político do ex-regente e inúmeras vezes ministro de Estado, mais do que nunca, estava solidamente lastreado na riqueza do Vale do Paraíba e do capital financeiro na Corte.

Joaquim Henrique de Araújo, o primeiro filho do casal Piracinunga, só casaria em 1877. Parece ter ficado no auxílio da família, como se vê no caso da recepção do Conde d’Eu à fazenda da irmã. Seu enlace matrimonial será com Dona Laura Clemente de Faro⁶³⁸. Seu pai, o Visconde de Piracinunga, falecia em 1883. O periódico “O Apóstolo” publicou longo texto com as virtudes do defunto: algo mais bajulatório que real, para aquelas circunstâncias. Parecia, naquelas páginas, ser um carola de primeira linha: “Os meses de Maio e Junho, consagrados pela Igreja a Jesus e a Maria, eram celebrados em seu Oratório com muita devoção e piedade.” Mas, é claro: por detrás de toda essa devoção, deveria haver o propósito sócio-político de aparecer para os homens da Corte. E isso pode ser demonstrado na seguinte afirmação: “liberdades de vários escravos encerravam as solenidades⁶³⁹.” Tudo aquilo era um grande teatro político.

Com tudo isso, fica muito claro que Pedro de Araújo Lima se reuniu com a gente do tráfico de escravos e com políticos importantes que estiveram ao seu lado nas Cortes de Lisboa e no Parlamento Brasileiro. Aos poucos, os elos iam ganhando forma e largura: o curso jurídico e os ministérios somariam ainda mais sujeitos à teia. Assim, traficantes, magistrados, banqueiros, familiares, fazendeiros do Vale do Paraíba e senhores de Engenho de Pernambuco

⁶³⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1880. Nº 46.

⁶³⁶ Para saber mais sobre a “crise do Souto”: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial**. Os casos da Sociedade Bancária *Mauá, MacGregor & Cia.* (1854 – 1866) e da firma inglesa *Samuel Phillips & Cia.* (1808 – 1840). São Paulo: Alameda, 2012, pp. 207 – 213.

⁶³⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1880. Nº 46.

⁶³⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de S. Paulo**. São Paulo, 23 de setembro de 1877. Nº 3530.

⁶³⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Apóstolo**. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1883. Nº 119.

encontravam-se nas bases do poder de Araújo Lima. Em 1837, com esse apoio chegou à Regência do Império do Brasil, como veremos nas próximas páginas.

4 SER VICE-REI: A REGÊNCIA DE PEDRO DE ARAÚJO LIMA

Pedro de Araújo Lima adentrou a década de 1830 como forte político do Império do Brasil. Possuía o apoio de comerciantes de escravos, senhores de terras e cativos, bacharéis dos Cursos Jurídicos instalados no Brasil, amizades com os membros das Cortes de Lisboa e uma base familiar solidificada em alianças perenes. Já estava tão introduzido no mundo do Rio de Janeiro, que, em dezembro de 1831, era convocado pela Câmara Municipal para tomar posse do lugar de Juiz de Paz suplente na Freguesia de São José, uma daquelas do centro, onde ficavam o paço, o senado e a Câmara⁶⁴⁰. Como indicou Marcus Carvalho, o posto de Juiz de Paz conferia prestígio, poder policial e judicante nas localidades⁶⁴¹. Entretanto, redigiu longa resposta, com exposições de motivos jurídicos, bem fundamentada, pondo as questões de não poder exercer aquele cargo. E informava: “eu declarei em meus anteriores ofícios que nem tinha no momento da eleição e nem tenho ainda hoje domicílio nesta Cidade e que por isso não posso aqui exercer o lugar de Juiz de Paz⁶⁴².” Parece que os membros da Câmara Municipal insistiam na posse, com constantes investidas e respostas negativas por parte de Araújo Lima. Contudo, aquilo poderia ser artimanha dos dois lados: naquele ano, não muito distante, no mês de abril, o Imperador Pedro I havia abdicado do trono. O país estava em ebulição. Araújo Lima deveria estar querendo correr para bem longe dos mais largos problemas: negava a posse como Juiz de Paz. A Câmara buscava testá-lo: convocava-o. E Araújo Lima, como excelente estrategista, parece ter conseguido correr daquele incêndio.

Enquanto Pedro de Araújo Lima subia os degraus do poder, rapidamente, fazendo diversos tipos de alianças, Pedro I ia gerando insatisfação. Entre 1829 e 1830, a popularidade do imperante despencava. Desgastes com a imprensa, vida privada desregulada, má administração, centralização e um motivo a mais agitava a população: “nunca ter ele sabido ser o homem do seu povo”, como indicou Armitage⁶⁴³. As finanças do Império também não iam bem. Venciam as letras dos Estados Unidos e França, importando em mais de duzentos contos

⁶⁴⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 90.

⁶⁴¹ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. João Patuca e a sua “quadrilha mais mansa” do Quilombo do Catucá. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 460.

⁶⁴² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 208 Pasta 14. **Ofício da Câmara Municipal do Rio de Janeiro com rascunho de resposta pelas mãos de Pedro de Araújo Lima**. 1º de dezembro de 1831.

⁶⁴³ ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 213.

de réis⁶⁴⁴. As sucessivas quedas de ministérios seguiam inflamando as ruas. No dia 7 de abril de 1831, Pedro I abdicava do trono⁶⁴⁵, em meio a grave crise política com os grupos que iam surgindo.

Como ensinou Marcello Basile, ao menos desde 1826, alguns grupos políticos já estavam sendo postos. Os “liberais moderados”, “uma nova geração de políticos”, ligados ao Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais⁶⁴⁶, “almejavam [...] promover reformas político-institucionais para reduzir os poderes do imperador, conferir maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário [...]”⁶⁴⁷. Por volta de 1829, os “liberais exaltados” estavam organizados: faziam oposição a D. Pedro I⁶⁴⁸. Esses últimos queriam “profundas reformas políticas e sociais, como a instauração de uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão” dentre outros processos⁶⁴⁹. Segundo Joaquim Nabuco, foram os exaltados que “havia concebido, organizado, feito o movimento [de derrubada de Pedro I]”⁶⁵⁰; entretanto, “no dia seguinte também foram lançados fora como inimigos da sociedade pelos Moderados⁶⁵¹”, que assumiram a regência trina provisória desde o 7 de abril de 1831, sendo formada por Francisco de Lima e Silva, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos⁶⁵². Em junho, a regência trina permanente aparecia com os nomes de Lima e Silva, João Braulio Muniz e José da Costa Carvalho.

Basile ainda indicou: outro grupo era formado no início na Regência: os “caramurus”. Eram, eles, “contrários a qualquer reforma na Constituição de 1824 e defendiam monarquia constitucional firmemente centralizada”, como foi nos dias de Pedro I, “em casos excepcionais chegando a nutrir anseios restauradores⁶⁵³.” Da forma já vista, Araújo Lima manteve-se ao lado do primeiro Imperador do Brasil. Assumiu cargos e ministérios em seu tempo de mando. Era,

⁶⁴⁴ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**. Trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EdUFPE, 2013, p. 105.

⁶⁴⁵ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**. Op.cit., p. 106.

⁶⁴⁶ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Volume II. 1831 – 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 59.

⁶⁴⁷ Idem, p. 61.

⁶⁴⁸ Ibidem, p. 60.

⁶⁴⁹ Ibidem, p. 61.

⁶⁵⁰ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 55. Marcello Basile também se refere ao mesmo tema: BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). Op.cit., p. 60.

⁶⁵¹ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op. cit., p. 55. A palavra “moderados” está em itálico, na publicação.

⁶⁵² BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). Op.cit., 60.

⁶⁵³ Idem, p. 61.

pois, um caramuru. Mas, nada disso o fazia afastar do amigo Lino Coutinho⁶⁵⁴, segundo Basile, um exaltado⁶⁵⁵. Assim, o mundo dos favores e retribuições ia sendo forjado. E Araújo Lima fazia conexões com todos os ajuntamentos políticos existentes no Império do Brasil.

É no conflito com as oposições, subidas e descidas de ministérios, que Araújo Lima assumirá, em 3 de agosto de 1832, por um mês e pouquíssimos dias, até 13 de setembro, as pastas da justiça e estrangeiros⁶⁵⁶. Naquele momento, Manoel Antonio Galvão, sendo presidente da província do Rio Grande do Sul⁶⁵⁷, redigia missiva, partindo de Porto Alegre, aos 10 de julho de 1832: menos de um mês antes da ascensão ministerial de Araújo Lima. Queixava-se: “há um século que não recebo cartas suas” e complementava: “e, tudo quanto sei [...] é que está bem, e pertence à oposição⁶⁵⁸.” Os elos ajustavam-se e entrelaçavam-se, fazendo opositores assumirem ministérios.

Dentro disso tudo, a agitação era tão grande, que cartas anônimas eram emitidas, direcionadas aos ministros. Em 10 de agosto de 1832, alguém assinava missiva sob pseudônimo “O Inimigo da R. neste país”. Claro é: o “R.”, abreviado, significa “República”. O texto era endereçado ao “Ilustríssimo e excelentíssimo Ministro das Finanças”, que cremos ser o da Fazenda, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, futuro Visconde de Albuquerque, do qual falaremos depois. A carta, guardada no Arquivo de Pedro de Araújo Lima, denunciava clubes para “instalar um governo republicano”, donde “o mais forte [era] o da Prainha onde já contam 300 assinantes”. Dentre os principais agentes estavam o Marquês de Barbacena e Vergueiro, que estava na Regência Trina Provisória, sendo um daqueles a derrubar D. Pedro I⁶⁵⁹. O missivista agravava a mensagem ao informar: “sobre a constituição dos clubes e punhais se jurou a morte a todo o novo Ministério por dizerem estão identificados com a facção restauradora⁶⁶⁰”. Ou seja: um ministério caramuru, apoiador de Pedro I, não deveria ser mantido, e sim, destruído. O medo e as ameaças rondavam a vida política do Brasil. A esperança de um retorno de Pedro I acabava em 1834, com a notícia da sua morte.

Talvez por ainda não saber da queda do ministério, aos 16 de setembro de 1832, Paulo José de Mello enviava correspondência da Bahia para o Rio de Janeiro, endereçada a Pedro de

⁶⁵⁴ Como visto no capítulo passado, Lino Coutinho possuía relações de pedidos de favores a Pedro de Araújo Lima.

⁶⁵⁵ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). Op.cit , p. 63.

⁶⁵⁶ **Organizações e programas ministeriais.** Regime Parlamentar do Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, p. 44.

⁶⁵⁷ Idem, p. 452.

⁶⁵⁸ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 99. **Carta de Manoel Antonio Galvão para Pedro de Araújo Lima.** Porto Alegre, 10 de julho de 1832.

⁶⁵⁹ MOREL, Marco. **O período das Regências. (1831 – 1840).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 25.

⁶⁶⁰ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 214.34. **Carta assinada “O Inimigo da República” ao ministro das Finanças.** 10 de agosto de 1832.

Araújo Lima. O nosso indício da ignorância de Mello para com a saída dos ministros se dá pela frase: “agora que tem, como se diz, a faca e o queijo na mão” ante um pedido para recomendado. A súplica era a seguinte: Luiz Pereira Sodré morreu, e deixou seis filhos sob a custódia de 4 amigos. A Paulo José de Mello, recaiu a incumbência da criação de Luiz Pereira Sodré Filho, que estava na França e requeria o lugar de encarregado de negócios do Brasil naquele reino. Assim, Mello pretendia que Araújo Lima “haja de ouvir e atender ao merecimento do meu expupilo em suas atuais pretensões”. O candidato era “coerente em seus nunca desmentidos e ardentes desejos pelo melhor serviço do nosso país⁶⁶¹.” Seria mais um laço cativado e cultivado por Pedro de Araújo Lima. Se esse nó for Paulo José de Mello de Azevedo Brito, era, ele, deputado geral pela Bahia na legislatura de 1834-1837⁶⁶², tendo subido ao Senado em 1846, pela província do Rio Grande do Norte, falecendo em 1848⁶⁶³. Araújo Lima, um político bastante forte e respeitado, era um bom aliado para Mello.

Dentro do período regencial, o Brasil viu arderem suas províncias em diversas revoltas. A cabanada agitou Pernambuco e Alagoas entre 1832 e 1835⁶⁶⁴. A Bahia ganhou, logo em 1835, o levante dos Malês⁶⁶⁵. Ainda surgiram a Cabanagem no Pará (1835 – 1836); a Sabinada, na Bahia e a Revolta Farroupilha (1835 – 1845), dentre outras⁶⁶⁶. Assim, além das questões intestinas com as câmaras, os regentes teriam de conviver com as agitações espalhadas pelo Brasil. E, tendo desde 1835, um regente uno, o padre Diogo Antonio Feijó, os problemas só se agravariam: ele andava desafinado com a orquestra dos deputados. Em 1837, deixava a Regência nas mãos de Pedro de Araújo Lima.

José Murilo de Carvalho afirmou: os partidos políticos, no Brasil, assim podem ser chamados, partindo do ano de 1837⁶⁶⁷. Com isso, pensamos: ao findar a década de 1830, dois partidos políticos eram forjados: Conservador e Liberal. O primeiro adviera de “uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores”, formando o “Regresso”: militavam pelo poder central forte. Do outro lado, seus adversários buscavam vislumbrar uma maior descentralização⁶⁶⁸: o

⁶⁶¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 214.36. **Carta de Paulo José de Mello para Pedro de Araújo Lima**. Ilha de Mará, na Bahia, 16 de setembro de 1832.

⁶⁶² **Organizações e programas ministeriais**. Op.cit., p. 290.

⁶⁶³ Idem, p. 411.

⁶⁶⁴ Para saber mais: CARVALHO, Marcus J.M. de. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacobinos”: a Cabanada, 1832 – 1835. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, motins, revoluções**. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 167 – 200.

⁶⁶⁵ Para saber mais: REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**. A história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁶⁶⁶ MOREL, Marco. **O período das Regências**. Op.cit., pp. 60 – 63.

⁶⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 204.

⁶⁶⁸ Idem.

progresso. Basile indicou: para chegar na composição do Regresso, foi necessário algum tempo, ao menos, entre 1835 e 1837, para que ex-moderados como Bernardo Pereira de Vasconcellos, Honório Hermeto Carneiro Leão e Rodrigues Torres se articulassem com antigos caramurus, como Pedro de Araújo Lima e Miguel Calmon du Pin e Almeida⁶⁶⁹.

Nesse capítulo, veremos a Regência de Pedro de Araújo Lima. Quando possível, usaremos as cartas recebidas pelo regente. Não são muitas as que foram armazenadas no arquivo pessoal. Talvez, ele mesmo as tenha destruído, para não deixar brechas quanto às atitudes tomadas no período do seu governo. Até agora, os debates acontecidos na historiografia têm privilegiado os “Anais do Parlamento Brasileiro” e alguns jornais para conceber o período do governo do Regente Regressista, indo de 1837 a 1840. Todavia, essa documentação, a maior parte das vezes, aponta para quem mais fala no Parlamento: Bernardo Pereira de Vasconcellos, fazendo diminuir as interações pessoais de Pedro de Araújo Lima. Esse motivo não fará que deixemos de visitar os periódicos que debatiam os entrelaçamentos governamentais em suas páginas. E, para que não esqueçamos: os laços com os traficantes seguiam fortes.

4.1 A BATALHA DOS INFLAMADOS: AS LUTAS POLÍTICAS DE ARAÚJO LIMA, DIOGO FEIJÓ E HOLLANDA CAVALCANTI NA PRIMEIRA REGÊNCIA UNA

Após muita discussão política, e briga mesmo, era aprovada a Lei Nº 16, de 12 de agosto de 1834, conhecida como Ato Adicional, que, como esclarece o título, “faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império⁶⁷⁰”. Basile mostrou o momento da votação como aquele em que “confirma-se a divisão dos moderados⁶⁷¹”. Mesmo assim, o texto apontava para reformas de caráter liberal, aliviando a centralização político-administrativa⁶⁷². Através do “Ato Adicional”, criavam-se as Assembleias Legislativas Provinciais, em que Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo teriam 36 membros; Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul, 28; e 20 nas outras províncias. Cada legislatura duraria, apenas, dois anos⁶⁷³ e todos os anos comporiam sessão por dois meses.

Em 26 de fevereiro de 1835, o “Diário de Pernambuco” trazia a lista dos deputados pernambucanos à nova casa. Encabeçavam: Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama - irmão

⁶⁶⁹ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). Op.cit., 64.

⁶⁷⁰ Ato Adicional. In: NOGUEIRA, Octaciano. (org.). **Constituições Brasileiras**. Volume I. 1824. Brasília: Senado Federal, 2012, p. 91. Acessado em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf?sequence=5

⁶⁷¹ BASILE, Marcello. O laboratório da nação. A era regencial. Op.cit., p. 81. A palavra “moderados” está em itálico, no original.

⁶⁷² Idem, p. 82.

⁶⁷³ Ato Adicional. Op.cit., 91.

do Lopes Gama amicíssimo de Araújo Lima -, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Francisco de Paula Cavalcanti. Manoel Zeferino dos Santos, também mui-amigo de Araújo Lima estava lá, entre os 36. Não podia faltar um ou outro traficante, como José Ramos de Oliveira e Bento José da Costa. No fim da lista, mais um Cavalcanti: Luiz Francisco de Paula Cavalcanti. Outro, Manoel Francisco, tomaria assento como suplente. Assim, Araújo Lima fazia deputados alguns amigos que o apoiaram, mantendo os laços entre a Corte e a Província. Entretanto, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque conseguiria trunfo inabalável: ter três irmãos com voz na Assembleia Provincial. Ainda mais quando Luiz Francisco era deputado à Assembleia Geral⁶⁷⁴. A força “cavalcantista”, em Pernambuco, já era bem demonstrada nesse pleito. E, se comparadas as listas de deputados Gerais e Provinciais, existe uma linha ligando os familiares e apaniguados nas duas casas. Os deputados provinciais não eram lá tão livres assim em suas ações. Faziam os jogos da Corte e das localidades, em mistos de interesses pessoais e favores pagos e recebidos. Dessa forma, não havia tanta descentralização. Os indivíduos eram os mesmos, com ações representadas entre a Corte e a Província⁶⁷⁵.

O Artigo 26, da mesma lei, trazia outra novidade: “Se o Imperador não tiver parente algum, que reúna as qualidades exigidas no artigo 122 da Constituição, será o Império governado, durante a sua menoridade, por um regente eletivo e temporário⁶⁷⁶”. O mandato não seria diferente dos que conhecemos hodiernamente: duraria quatro anos. Porém, o que afirmava o Artigo 122 da Constituição? Para respondermos à pergunta, é necessário recuo ao artigo 121. É lá que informa: o Imperador é menor “até a idade de dezoito anos completos.” Em 1834, Pedro II era uma criança de 9 anos incompletos⁶⁷⁷. Era órfão. As informações ditas são necessárias à compreensão do artigo 122: “Durante a sua menoridade, o Império será governado por uma regência, a qual pertencerá ao Parente mais chegado do Imperador, segundo a ordem da sucessão, e que seja maior de vinte e cinco anos⁶⁷⁸.” Ou seja: no Brasil, não existia tal sujeito. Era chegada a hora da eleição do regente uno.

⁶⁷⁴ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser Cavalgado**. Op.cit., pp. 121 – 123.

⁶⁷⁵ É nesse ponto que discordamos de Miriam Dolhnikoff. A autora busca demonstrar uma maior descentralização quanto às Províncias. Para saber mais: DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**. Origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

⁶⁷⁶ Ato Adicional. Op.cit., p. 95.

⁶⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. Ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 11.

⁶⁷⁸ Carta da Lei. De 25 de março de 1824. Constituição Política do Império do Brasil. In: In: NOGUEIRA, Octaciano. (org.). **Constituições Brasileiras**. Volume I. 1824. Brasília: Senado Federal, 2012, p.79. Acessado em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf?sequenc e=5.

A eleição seria realizada pelos “eleitores da respectiva legislatura”, que votariam em dois nomes, “dos quais um não será nascido na Província, a que pertencem os Colégios [eleitorais]⁶⁷⁹”. E mais adiante, o “Ato Adicional” indicava: “Enquanto o regente não tomar posse, e na sua falta e impedimentos, governará o Ministro do Império⁶⁸⁰.” Esta frase do Artigo 30 viria a ser o estopim para Araújo Lima assumir a regência em 1837.

Em março de 1835, a imprensa já fazia circular as notícias eleitorais. O periódico “A Voz do Bebiribi”, de Pernambuco, indicava três nomes de pessoas mais falados para o cargo, “como dignas de serem eleitas”: Holanda Cavalcanti, Araújo Lima e o padre Diogo Antonio Feijó. Colocava o que conhecia de cada um: ao primeiro, “só conhecemos pelos seus atos parlamentares, e poucos dias que esteve a testa da administração suprema. Seu crédito como orador não é dos maiores, e quando o fosse, nem só por isso era ele digno do lugar”. Araújo Lima “é nos conhecido como Diretor do Curso Jurídico, como Parlamentar, e como Ministro (não muito).” Como diretor, o escritor não havia nada contra, “e tudo a favor”. Entretanto, “não achamos pois o Sr. Lima o mais azado para o lugar⁶⁸¹”, mas preferia ele a Holanda. Como dá a entender o redator, “Feijó goza o 1º lugar entre as nossas notabilidades, e seu nome é já ouvido com respeito na Europa⁶⁸². Ou seja, nem na própria Província de onde eram naturais os dois primeiros indicados, havia unanimidade nas intenções de voto. Araújo Lima poderia ser, mesmo, um pouco desconhecido aos seus conterrâneos. Não esteve muito na terra natal. Mas, talvez o desconhecimento fosse só da face, pois vencia as eleições através das alianças com diversos sujeitos, como já vimos, traficantes-comerciantes, políticos e familiares. Holanda possuía os irmãos trabalhando em seu nome. E Feijó, realmente, necessitava de campanha nas províncias. Não deveria ser muito conhecido em Pernambuco.

Como disse Paulo Pereira de Castro, nesse momento, existia uma “polarização muito precisa de opinião numa época em que não havia praticamente organização partidária e em que os meios de propaganda eram praticamente inexistentes⁶⁸³.” Os candidatos eram muitos, os mais variados, que, ao final, teriam pouquíssimos votos. Todavia, Feijó e Holanda Cavalcanti conseguiriam ser os mais votados. Talvez, o motivo da queda de números de Araújo Lima, em

⁶⁷⁹ Ato Adicional. Op.cit., p. 96.

⁶⁸⁰ Ato Adicional. Op.cit., p. 96.

⁶⁸¹ Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). Coleção Jornais Século 19 – Recife (CJS19). Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (AAPEJE). **A voz do Bebiribi**. Recife, 26 de março de 1835. Nº 5. A palavra “azado” vem no original “asado”. Entretanto, o sentido de “azado”, como conveniente, é mais propício ao termo que “asado”, com asas. Assim, a modificação para o português hodierno.

⁶⁸² CEPE. CJS19.AAPEJE. **A voz do Bebiribi**. Recife, 26 de março de 1835. Nº 5.

⁶⁸³ CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana”, 1831 – 1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Dispersão e unidade**. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, volume 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 55.

determinado momento, tenha sido o publicado no texto “Modelo de estilo epistolar”, saído no jornal “O Sete d’abril”, em maio de 1835. Segundo o redator, sem nome, Pedro de Araújo Lima, “amigo de Hollanda Cavalcanti”, “é um dos *apregoados* nesta corte para Regente mas conhecendo por cartas *vinda da Província do Norte* que a opinião se tem declarado a favor do seu amigo, e achando-se *por outra algum tanto surdo tem cedido os votos* no seu amigo”. Ainda mais: “pedindo aos seus amigos que votem nele⁶⁸⁴”. Talvez aquilo fosse um blefe de Hollanda Cavalcanti: não havia pedidos de votos por parte de Araújo Lima a ele. O redator do “Modelo de estilo epistolar” grifa partes que parecem ser de outro texto. Frisa a surdez de Araújo Lima, e vai findando o escrito nas expressões: “No Sul, e no Norte é só no hábil parlamentar Hollanda que se fala, portanto deve V.S trabalhar para que todos os *votos sejam dele*⁶⁸⁵”. E tudo isso era para não ser votado Feijó, “o padre ainda cheio de sangue dos seus patrícios⁶⁸⁶”, por ter assumido, pelos idos de 1831, o Ministério da Justiça, com caráter ditatorial⁶⁸⁷.

“O Sete d’Abril” de 28 de março de 1835, trazia, na parte “Correspondências”, texto bem humorado sobre Hollanda Cavalcanti. Na verdade, comentava três quadrinhas publicadas no número 160 do mesmo jornal, em 12 de julho de 1834. O comentador abria a sequência explicando: as quadrinhas, ou “sortes”, haviam saído na noite de São João. Contudo, “nenhuma importância dei a notícia, que os Maçons do Grande *Consistório do Grande Comendador Montezuma* por aí espalham, de se haver decretado, por maioria de votos, que fosse Regente do Brasil o Sr. *Hollanda Cavalcante*”. Ou seja: o redator propunha que o baiano Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, formado em leis em Coimbra, deputado à constituinte de 1823, político de carreira, futuro Visconde de Jequitinhonha⁶⁸⁸, andava dando certezas eleitorais a Hollanda. A referência à maçonaria deve advir da questão de Hollanda Cavalcanti frequentar a loja maçônica Grande Oriente Brasileiro⁶⁸⁹. E seguia o escritor: Hollanda Cavalcanti, “consultando a sorte naquela noite – *se alcançaria o que desejava*⁶⁹⁰”, teve uma quadrinha por resposta: “Se prossegues nesse andar,/ Desconcerta-se-te a bola;/ E em vez de cetro do Norte,/ Terás tronco e camisola.” Depois, queria saber “*em que conta era tido*”, e respondeu-lhe a sorte: “*Ninguém te tem por fidalgo;/ Se tal crês, estás caduco;/ Riem-se todos de ti;/ Chamam-te Antonio*

⁶⁸⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1835. Nº 242. Itálicos no original.

⁶⁸⁵ Idem. Idem.

⁶⁸⁶ Ibidem.

⁶⁸⁷ CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana”, 1831 – 1840. Op.cit., p. 27.

⁶⁸⁸ Para saber mais sobre o Visconde de Jequitinhonha, ver: SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume II. Brasília: Senado Federal, 1999, pp. 159 – 191.

⁶⁸⁹ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840). São Paulo: HUCITEC, 2010, pp. 143 e 270 – 271.

⁶⁹⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 28 de março de 1835. Nº 232.

maluco.” Na terceira vez, perguntou “*que estado teria*”, e ouviu esta resposta: “*Acabou-se: na política/ Não fazes negócio algum;/ Hás-de acabar nas boticas/ A jogar o trinta e um*⁶⁹¹.”

O próprio redator explicava as quadrinhas, como aqui demonstraremos. Mas, não há problemas se incrementarmos, ainda mais, as explicações. No texto, a primeira resposta tinha por interpretação o seguinte: “Lembrado estará o Sr. Sete do plano que disse ter o Sr. Hollanda de fazer uma Monarquia do Norte do Brasil, separada do Sul.” Era 1831 quando Charles-Édouard Pontois, ministro plenipotenciário da França no Rio de Janeiro escrevia ao Ministro das Relações Exteriores francês sobre a ideia de um grupo conspiratório, no Brasil, com a finalidade de dividi-lo, separando as província do Norte. Um dos cabeças era Hollanda. A nação independente queria, no trono, uma princesa da dinastia Bragança, talvez dona Januária. Pontois estava de acordo com o plano de Hollanda; entretanto, o brasileiro cobrava do governo francês “três ou quatro navios de guerra, quatro ou cinco mil soldados armados e duzentas mil libras esterlinas”. Os separatistas contribuiriam com a doação do espaço das fronteiras da Guiana Francesa até o rio Amazonas. Marco Morel, que contou essa história, mostrou que o político pernambucano infringia os artigos 2, 103 e 145 da Constituição, que guardam a integridade territorial do Império. Ao final, o governo de Luís Filipe negava a proposta⁶⁹². Entretanto, o missivista ainda impunha outra questão: “parece que contra a vontade do Sr. Hollanda foram derrotados os Cabanos, nos quais, talvez, ele apoiasse as suas esperanças⁶⁹³.” Marcus Carvalho, colocou ter, a “cabanada”, “apoio de larga facção das elites locais” ao lado da gente das matas, onde poderiam “abalar as bases de sustentação do presidente da província e do comandante das Armas em face da Regência⁶⁹⁴.” No Rio de Janeiro, deveria andar em boca miúda, que os parentes Cavalcanti estavam se beneficiando da revolta, por 1832 até 1835.

Ainda incomodavam os dizeres da segunda quadrinha. Para o exegeta, “ninguém duvida que a ideia de aristocracia é hoje desprezada geralmente pelos brasileiros, e o miserável que a inculcar será de certo um objeto de riso⁶⁹⁵”. Envaidecia Hollanda Cavalcanti e os seus irmãos, uma pretensa nobreza, que já havia servido de brincadeiras os mesmo “O Sete d’abril”. Era 23 de fevereiro de 1833, quando na parte “Beliscoens”, era colocado que, entre os “caramurus”, havia disputa sobre qual deles era mais nobre e fidalgo: “se o Montezuma? Se o Hollanda? Se

⁶⁹¹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 28 de março de 1835. Nº 232. As passagens em itálico assim estão no original.

⁶⁹² MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840). Op.cit., pp. 138 – 140.

⁶⁹³ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 28 de março de 1835. Nº 232.

⁶⁹⁴ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Movimentos Sociais: Pernambuco (1831 – 1848)**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Volume II. (1831 – 1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 153.

⁶⁹⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 28 de março de 1835. Nº 232.

o Pissaro? Se o Almeida Torres?”. Depois de muita disputa, veio o Monsenhor Submilher, e “alegou maior antiguidade”. Hollanda teria se irritado, mas, o Monsenhor “pausado, e dando um risinho amarelo”, respondeu: “Meu amigo, tornou-lhe, não se encrespe, que, quando isso ainda cá se fiava fino, seu avô não pode ser cadete⁶⁹⁶.” Assim, tocavam a ferida dos Cavalcanti. Deveriam conhecer a história do avô de Hollanda – Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque – que não conseguia ser servido no seu pedido de Foro de Fidalgo Cavaleiro, no início do século XIX⁶⁹⁷, e, possivelmente, passavam-lhe na cara.

No dia 26 de abril de 1833, “O Sete d’abril” não deixaria de implicar com os Cavalcanti. A nova crítica, além elaborada e inteligente, pelas entrelinhas, era bem humorada. Nos “anúncios” colocava: “Publicar-se-á na *Typographia Nacional* uma lista dos descendentes dos Condes da Hollanda até a prole atual do mano *Lulú*. Esta obra traz no princípio a vera efígie – de S. Crispim, e S. Crispiniano⁶⁹⁸.” Agora, o comentário vinha juntar os irmãos Luiz Cavalcanti e Hollanda no mesmo texto. Como já explicamos em outro lugar⁶⁹⁹, ambos irmãos trabalhavam para a construção do poderio familiar. Os ajuntava a amizade, a fraternidade, - igual os santos irmãos Crispim e Crispiniano – e a ambição: coisa que os canonizados talvez nem tivessem; mas, que os Cavalcanti esbanjavam. Se a publicação do dia 23 propagava a falta de nobreza do avô de Hollanda, nesse momento, o assunto reaparecia. Se a nobreza do Antigo Regime era afastada pelo trabalho manual, se eram sapateiros os santos invocados pelos fiéis católicos, criticavam a nobreza dos Cavalcanti.

Não bastava aos irmãos Cavalcanti dizerem-se nobres. Precisavam afirmarem-se ricos. E, aos 12 de novembro de 1833, o mesmo periódico indicava, sobre Hollanda: “um homem que tanto alardeia a riqueza da sua casa e família⁷⁰⁰.” Porém, ninguém acreditava muito, como se vai vendo, na cantiga dos Cavalcanti. Lá pelos dias de abril de 1835, o assunto retornava às correspondências de “O Sete d’abril”. Alguém que assinava “O juiz maneta”, dizia: “O Sr. Hollanda tem muitos parentes, e diz-se que não são estranhos à ambição de mando e fumaças de fidalguia⁷⁰¹.” Deveria ser conhecido que a casa dos Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco andou com problemas financeiros entre os dias de 1800 e 1820. A situação só melhorou com a ascensão política dos filhos do Coronel Suassuna – revolucionário em 1817 –

⁶⁹⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1833. Nº 16.

⁶⁹⁷ Para saber mais sobre Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque: CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser Cavalgado**. Op.cit., pp. 36 – 45.

⁶⁹⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1833. Nº 17.

⁶⁹⁹ CADENA, Paulo Henrique Fontes. Dívidas e fortuna ou riqueza e destino: o caso dos Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco. (1801 – 1880). In: **Clio. Revista de Pesquisa Histórica**. Nº 33.2, Recife: UFPE, 2015, pp. 11 – 42.

⁷⁰⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1833. Nº 93.

⁷⁰¹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1835. Nº 234.

que eram Hollanda Cavalcanti, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Todos entraram para a vida pública. Não se salvou nenhum fora desse meio. E não custa lembrar: pelos dias de 1818, quando fazia-se o inventário de D. Maria Rita de Albuquerque e Mello, mãe desses “meninos prodígio”, Amaro Bernardo da Gama, pai de Bernardo José da Gama, o Visconde de Goiana, informava aos partidores dos bens não subdividirem os escravos em penhora; pois, o suplicante era credor de vinte mil cruzados, em dívida adquirida em 1806, quando o Coronel e a esposa hipotecaram os seus cativos. E dizia: “o ex-Capitão mor hoje preso na Cidade da Bahia em qualidade de revolucionário é tão pobre que os bens sendo duplicados não chegarão para solver os seus débitos⁷⁰².” Ou seja: a conversa alardeada pelos Cavalcanti e escrita pelo pai de Joaquim Nabuco, Joze Thomaz Nabuco de Araújo, de serem “uma família numerosa, antiga, rica⁷⁰³”, não deve ser, lá, tão fidedigna.

Observando a mesma quadrinha, o “Um belga fluminense”, como assinou o autor, dizia: “o Sr. Hollanda não há-de *cavalcantisar* o Brasil⁷⁰⁴.” Desde 1831, essa era uma das preocupações a aparecerem nos periódicos pernambucanos; entretanto, em âmbito provincial. No dia 9 de julho daquele ano, na primeira página, aparecia um pequeno texto. Nele, expunha o escritor: “temos poupado até aqui os nomes dos Senhores Cavalcantes em diversos papéis, que temos publicado; mas já não é possível guardar essa atenção: eles não pecam por ignorantes.” Seguia informando não ter parentes e nem depender ou estar ligado a “família alguma”, desta feita “não queremos sim, que uma família prepondere e domine a nossa província, ou outra qualquer do Brasil⁷⁰⁵”. Portanto, poderia haver um plano dos Cavalcanti de Albuquerque de conquistar os mais diversos espaços políticos do Império, como era demonstrado na ambição de ser regente, em 1835. Mas, como o jornal “O Sete d’Abril” era o calo no pé de Hollanda, ainda em 1834, expunha mais críticas a ele. Na parte anúncios, carregava o nome do Cavalcanti ao do primo Francisco do Rego Barros: “Dizem que o Sr. F. do Rego pretende apresentar um Projeto dando a seu PRIMO honras de Ministro da Fazenda vitalício; asseveram que há poucos dias concebera o Sr. Deputado tão honrosa pretensão.” Entretanto, o redator não ficava apenas nisso: “pessoas porém mais conhecedoras da verdade

⁷⁰² IAHGP. **Inventário de D. Maria Rita de Albuquerque e Mello**. Caixa 5, 669, 1817, p. 17. E, CADENA, Paulo Henrique Fontes. Dívidas e fortuna ou riqueza e destino: o caso dos Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco. (1801 – 1880). In: **Clio. Revista de Pesquisa Histórica**. Nº 33.2, Recife: UFPE, 2015, p. 15.

⁷⁰³ ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia**. Fac-símile. Pernambuco: Typographia União, 1847, p. 4.

⁷⁰⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’abril**. Rio de Janeiro, 28 de março de 1835. Nº 232. Itálico no original.

⁷⁰⁵ APEJE. **Diário de Pernambuco**. Recife, 9 de julho de 1831. Nº 145.

concordam que na *ilustre família* o Projeto é mais antigo, do que a casaca do Sr. L. Cavalcanti⁷⁰⁶.” Dessa forma, enredavam a família inteira num processo de dominação política. Mas, não devemos esquecer: as alianças entre os Rego Barros e os Cavalcanti eram de ocasião. Não existia uma perene solidariedade entre os elos dessa cadeia. Os Rego Barros uniam-se a Araújo Lima, quase sempre; esporadicamente, aos primos⁷⁰⁷. Mesmo que existisse o elo familiar, ele não ocasionava extremada união. Nem havendo o matrimônio de Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca) com dona Maria da Conceição Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Baronesa de Muribeca), filha do Coronel Francisco do Rego Barros com Dona Maria Anna Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque⁷⁰⁸, ou seja, irmã de Francisco do Rego Barros, a aliança se perenizava. O que valia mais, no seio dessa família, era o interesse pessoal. Porém, quando os problemas se agravavam, juntavam-se para resolver, se os incômodos fossem comuns a todos.

Falta, ainda, um pequeno comentário ao verso “Chamam-te Antonio maluco”. Permitam-nos contar mais um pouco da história desse homem pernambucano: é necessário para a compreensão das próximas páginas. Hollanda Cavalcanti passou para a memória no que pode ser resumido em uma frase de Pereira da Silva: “muitas vezes hilariante com conceitos e opiniões exóticas⁷⁰⁹.” Entretanto, era alguém inteligente e de vasta experiência. Desde 1816 havia partido para Moçambique, com o tio, José Francisco. Pelos idos de 1820, estava em Macau. Parece, assim, que comerciou cativos em África fazendo os elos com Macau, trazendo mercadorias e gente para o Brasil⁷¹⁰. Depois disso, subiu aos postos políticos do Império. Mas, a loucura de Hollanda se tornaria algo corrente na imprensa. Mais uma vez, “O Sete d’Abril” investiu contra ele. Era 16 de agosto de 1834, quando a parte “Piparotes” publicava: “O Senhor da Hollanda tem estado ultimamente *furioso*: seria prudente que o Orçamento se não discutisse nas *Fases da Lua*⁷¹¹”. Como o senso comum propõe, até mesmo hodiernamente, que os loucos possuem piores surtos na lua cheia, o jornal, possivelmente, se referia a isso. Alguém que assinava “O Traidor da Potência Invisível” fazia publicar longa correspondência em “O Sete d’Abril” aos 21 de outubro de 1834. Dizia ele que estava nas galerias da Câmara, na sessão do

⁷⁰⁶ HEMEROTECA DIGITAL. *O Sete d’Abril*. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1834. Nº 155. Itálico no original. Caixa alta no original.

⁷⁰⁷ Já demonstramos esse pensamento em: CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser Cavalgado**. Op.cit, passim.

⁷⁰⁸ IAHGP. **Inventário da Baronesa de Muribeca**. 1887.

⁷⁰⁹ PEREIRA DA SILVA, J.M. **Memórias do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 159.

⁷¹⁰ CADENA, Paulo Henrique Fontes. Dívidas e fortuna ou riqueza e destino: o caso dos Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco. (1801 – 1880). In: **Clio. Revista de Pesquisa Histórica**. Nº 33.2, Recife: UFPE, 2015, pp. 17 – 19.

⁷¹¹ HEMEROTECA DIGITAL. *O Sete d’Abril*. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1834. Nº 171. Itálico no original. “Fases” está “Phases” no original.

dia 25 de setembro, quando “o Sr. Deputado Hollanda Cavalcanti, transportado de um frenesi infernal, soltou as mais nojentas e petulantes invectivas contra os seus colegas⁷¹².” Porém, Evaristo Ferreira da Veiga interrompeu o discurso do orador: “pediu que a Comissão de saúde examinasse se o Sr. Deputado Hollanda estava no gozo de suas faculdades intelectuais, porque tanta arrogância e insolência só podiam partir de um cérebro desarranjado⁷¹³.” Ou seja: entre 1834 e 1835, a imprensa estaria investindo contra a possível loucura do político pernambucano. Mas, Hollanda Cavalcanti não tinha nada de doido: foi quase regente. Na verdade, era muito esperto. Jogava muito bem nos jogos do poder.

Ainda falta a terceira quadrinha. Depois de tanto já ter caminhado esse texto, quem lê já deve ter esquecido o que dizem os últimos versos. Para não ter o trabalho de voltar as páginas, nós simplificaremos o ofício: “Acabou-se: na política/ Não fazes negócio algum;/ Hás-de acabar nas boticas/ A jogar o trinta e um⁷¹⁴”. Aqui, ficaremos com a explicação do próprio redator. Dizia ele: “quem viu a frieza, a indiferença, ou antes o desprezo, com que foi recebida do Público a notícia da candidatura *hollandista*⁷¹⁵”. E, depois disso, ainda havia divergências dentro do próprio grupo, nos apoios, se a Araújo Lima ou a Hollanda; além da “mentirosa abdicação do Sr. Araújo Lima”. E o pior: Hollanda estava jogando para todos os lados, com “a maneira pouco decente com que a uns se inculca amigo da Monarquia e a outros da República, hipocritizando para de todos apanhar votos⁷¹⁶.”

Mas, se “o Sete d’Abril” publicava tudo o quanto era carta contra Hollanda Cavalcanti, em 1837, na sessão de 8 de agosto, na Câmara dos Deputados, ele diria: “pequeno jornal *Sete de Abril*, que nunca teve as minhas simpatias.” E falava mais: “Enfim, eu não posso ter confiança alguma no *Sete de Abril*, todavia respondam-me – pequeno serviço faz o *Sete de Abril* presentemente? [...] onde é que se vê alguma cousa, algum interesse pela causa política?” E prosseguia investindo: “É também verdade que no *Sete de Abril* se contém muitas cousas contra a vida privada, muitas cousas imorais; mas o que é que há de dar o sal, o sainete para ser lido o *Sete de Abril*? ... (*Risadas*)⁷¹⁷”. O taquígrafo marcou as risadas pelo motivo de, quem assistia, saber das intrigas entre o orador e o impresso. Não havia nada de novo se soubermos quem era

⁷¹² HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1834. Nº 190.

⁷¹³ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1834. Nº 190.

⁷¹⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 28 de março de 1835. Nº 232.

⁷¹⁵ Idem.

⁷¹⁶ Ibidem.

⁷¹⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Assemblea Geral Legislativa. Camara dos Srs. Deputados. 1837**. Não há as outras indicações; entretanto, é o volume II do ano de 1837, página 273.

dado como atrelado ao “Sete d’Abril”: Bernardo Pereira de Vasconcellos⁷¹⁸, o ex-liberal fundador do “Regresso”, em 1837, odiado por Hollanda.

Se, nesse pleito eleitoral temos, de um lado, “Antonio maluço”, do outro, há o padre furioso, que, segundo Joaquim Nabuco, “revelou a maior firmeza de caráter na repressão da anarquia militar⁷¹⁹”. Segundo o mesmo Nabuco, Hollanda Cavalcanti teria dito que não se opusera ao padre Diogo Antonio Feijó; mas, aos seus atos e sentimentos⁷²⁰. E como já falamos tanto do candidato pernambucano, é bom observarmos, também, o padre Feijó.

Sobre o padre Diogo Feijó, desde o século XIX, surgiram as mais diversas biografias, como demonstrou Magda Ricci⁷²¹. Para a autora, é, ele, “mais conhecido como político do que como padre⁷²².” E nesse misto de religiosidade e política, dois veios de um rio que desembocam na vida pública, Ricci coloca: “Padre Diogo e seus companheiros nunca separaram absolutamente a religião da política, nem o poder do reino de Deus daquele consagrado à ordenação humana⁷²³.” Ou seja: antes de tudo, ele era sacerdote. Deve ter sido por isso que, “O Sete d’Abril”, em 4 de março de 1837, publicou texto em latim, com título “Ode Saphico-Macarronica⁷²⁴”. O periódico pernambucano “Echo da Religião e do Imperio”, o deu luz na imprensa daquela província em edição bilíngue⁷²⁵, semelhante aos missais para acompanhar os ritos religiosos, com duas colunas: uma em latim e outra em português. A denúncia, nos versos, dizia que Feijó “os padres quer casar, casado há muito” e que “Do Trono e do Altar inimigo horrendo,/ Palhaço de Lutero”. Fazia alusão à separação entre as Igrejas Cristãs no século XVI, partindo da reforma luterana. Assim, o poema fazia o padre na figura do “herege”. O autor seria J. da C. B. Em um dos números, “O Sete d’abril” colocava o personagem da Ode como sendo “O pai Diogo, preto velho”, ou, “Um pai (preto feito, preto velho)⁷²⁶”, levantando, pois, a rixa, além da religião, para distratar o então regente. Assim, o Padre Diogo Antonio Feijó, mais que herege, era “preto velho”, misturando os processos de cor e xingamento, no mesmo periódico.

Não nos estenderemos em notas biográficas sobre o padre Diogo Antonio Feijó, pois, da forma já dita, muitos são os textos que estão publicados para consulta dos leitores, como o

⁷¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: 34, 1999, p. 24.

⁷¹⁹ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit., p. 55.

⁷²⁰ Idem, p. 57.

⁷²¹ RICCI, Magda. **Assombrações de um padre Regente**. Diogo Antonio Feijó (1784 – 1843). Campinas: UNICAMP, 2001, passim.

⁷²² Idem, p. 201.

⁷²³ Ibidem, p. 203.

⁷²⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 4 de março de 1837. N° 428.

⁷²⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **O Echo da Religião e do Imperio**. Recife, 23 de setembro de 1837. N° 18.

⁷²⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1837. N° 441.

de Octávio Tarquínio de Sousa⁷²⁷ ou o de Magda Ricci. Entretanto, uma informação deve ser levada em conta: nas eleições de 1835, Feijó venceu com 2.826 votos sobre 2.251 de Hollanda Cavalcanti⁷²⁸. Mas, o regente não conseguirá apoio da Câmara. Bernardo Pereira de Vasconcellos estava distante e o fazia severa oposição⁷²⁹. Além disso, em 1837, perdeu o apoio do seu amigo e maior aliado: Evaristo da Veiga, o redator do jornal “Aurora Fluminense”. Evaristo morreu aos 12 de maio de 1837, decepcionado com o governo de Feijó⁷³⁰.

Além do pouco apoio político ao regente, as revoltas iam estourando pelo Império, sem o controle da regência. O clima era de guerra quando outro problema havia saído da cabeça de Feijó, indicado por Mello Moraes, e assombrava a câmara: “propôs a assembleia, a independência das decisões espirituais, a livrar o católico brasileiro ir a tão longe, mendigar recursos, que os deveria achar dentro do Império⁷³¹.” Ou seja: entrava em conflito com a Igreja Católica Romana. Para Octávio Tarquínio, essa atitude era “ameaça de cisma⁷³².” E, com isso, “ficando claro que Feijó e a maioria da Câmara jamais se entenderiam⁷³³”. Esse gesto se assemelha com aquele, que já descrevemos no capítulo anterior, de Araújo Lima, perto da morte, em 1870, ter feito suas investidas contra os bens das ordens religiosas. Os dois políticos se encontravam, aí, provavelmente, conversando sobre essas ideias.

E, se havia tanta oposição ao governo, o padre de Itu ia querendo se afastar do cargo de Regente do Império. Alguém que escreveu um necrológio para Feijó, publicado por Mello Moraes, em 1861, indicou que desde muito tempo “dizia em particular aos seus amigos, que continuava a carregar tão pesado ônus, para não passar pela vergonha de dar a seus adversários políticos o prazer de dizerem, - que o haviam enxotado da regência⁷³⁴.” Não deixava o lugar pelo seu temperamento: forte e arrogante. Porém, o fazia em breve.

Ainda pelos idos de 1836, houve eleição – com lista sêxtupla – para o senado, com vagas pelo Rio de Janeiro, após a abertura da cadeira do Cônego José Caetano Ferreira de Aguiar e mais uma novo assento. Naqueles dias de extrema polarização de lideranças, votos e complexa conjuntura política, Martim Francisco conquistou 308 votos e Antonio Carlos, 295. Seguiam José Clemente Pereira (289), José Bernardino Baptista Pereira (209), Bernardo Pereira de

⁷²⁷ SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Brasília: Senado Federal, 2015.

⁷²⁸ CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831 – 1840. Op.cit., p. 55.

⁷²⁹ Idem, p. 62.

⁷³⁰ Ibidem, pp. 64 – 65.

⁷³¹ MELLO MORAES, A.J. de. **Biographia do Senador Diogo Antonio Feijó**. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Editor J.J. do Patrocínio, 1861, p. 7.

⁷³² SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antonio Feijó**. Op.cit, p. 274.

⁷³³ Idem, p. 274.

⁷³⁴ **Necrologia do Senador Diogo Antonio Feijó escrita por *** e publicada pelo Dr. Mello Moraes (A.J. de)**. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Editor J.J. do Patrocínio, 1861, p. 36.

Vasconcellos (202) e Araújo Lima (198). Cascudo, que deu essas informações, colocou que Araújo Lima “não era, politicamente, expressão na província que o hospedava⁷³⁵.” Entretanto, não concordamos com a afirmação. Nosso personagem já estava envolvido nos jogos do Rio de Janeiro fazia muito tempo. Deveria estar apoiando alguém, ou, em pedido do próprio governo, esperava o melhor momento para ser elevado ao Senado.

Como ensinou Cascudo, “o governo [...] anulou a eleição porque alguns colégios eleitorais não tinham votado na lista sêxtupla⁷³⁶.” Ao que parece, a anulação se deu por vontade regencial: o padre Feijó queria Lima e Silva e Lúcio Teixeira no Senado.⁷³⁷ Na nova eleição de maio de 1837, a lista vinha sob o querer do regente, com os candidatos José Bernardino (335 votos), José Clemente Pereira (290), Lúcio Soares Teixeira de Gouveia (284), Pedro de Araújo Lima (272), Lima e Silva (270) e Martim Francisco (259). Ascenderiam Lima e Silva, o ex-regente, e Lúcio Teixeira⁷³⁸.

Como visto, Araújo Lima não conseguia vaga no Senado, pelo Rio de Janeiro. Mas, em 1837, morria Bento Barroso Pereira, senador ocupando uma vaga pernambucana. Naturalmente, uma cadeira ficava livre⁷³⁹. As eleições seriam em junho. Em abril daquele ano, as páginas dos jornais eram incendiárias. Comunicados seriam emitidos. Em 24 de abril, o “Diário de Pernambuco” publicava texto sem assinatura. O escritor informava que, na Província, dois eram os partidos e “os candidatos, quer de um, quer de outro reunirão sempre maior número de votos, do que aqueles que forem somente votados em certas Comarca[s], e somente por número circunscrito de pessoas⁷⁴⁰”. Ou seja: parece que muita gente arvorava, naquele momento, a ascensão senatorial. E devia ser, mesmo, grande agitação. Não era corriqueira a morte de um Senador. Como o cargo era vitalício, existia a estranha torcida pelo falecimento dos sujeitos, que nem sempre morriam quando se era esperado ou necessário. As sequências de nomes iam surgindo; mas, espantava o redator que “em nenhuma das listas, se encontre o nome do Doutor Pedro d’Araújo Lima!”. Entretanto, não nos alerta essa informação. Lembremos: os Cavalcanti de Albuquerque, família de Hollanda Cavalcanti, dominavam a província. E, se nas eleições regenciais de 1835, esse candidato blefou, dizendo que Araújo Lima se retirava do pleito, agora, as investidas seriam tão severas quanto: tanto ele quanto o irmão Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque eram candidatos.

⁷³⁵ CÂMARA CASCUDO, Luiz da. **O Marquez de Olinda e seu tempo**. Op.cit., p. 164.

⁷³⁶ Idem, p. 164.

⁷³⁷ CÂMARA CASCUDO, Luiz da. **O Marquez de Olinda e seu tempo**. Op.cit., p. 164

⁷³⁸ Idem, p. 165.

⁷³⁹ Ibidem.

⁷⁴⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 24 de abril de 1837. Nº 90.

O mesmo escrito publicado no “Diário de Pernambuco” informava ser, Araújo Lima, sempre votado e vencedor nas eleições para deputados gerais, mesmo sem ser incluído nas listas. E completava: “[...] ele exerce essa preponderância sobre os eleitores, é inútil que seu nome seja incluído na chapa desse ou daquele partido⁷⁴¹”. Ele era uma liderança pernambucana, forjada junto aos traficantes de escravos, homens de negócios, bacharéis e políticos, mesmo que os Cavalcanti gozassem de uma imensa clientela. Segundo Cascudo, Holanda estava atrelado ao “maior poderio eleitoral e econômico que Pernambuco possuiu numa só família⁷⁴².” Entretanto, Araújo Lima não deixava de ser poderoso por ali.

E o redator do “Diário de Pernambuco” prosseguia em seu registro: “Eleitores pernambucanos! Não deis ouvidos a partidos, suas inspirações, seus feitos, são sempre nocivos ao país. Se algum deles vos oferecer candidatos dignos de vossa confiança, aceitai-os, porém, lembrai-vos que o Doutor Araújo Lima deve ser um deles⁷⁴³.” A independência de partidos sempre era atrelada ao nome de Araújo Lima nas campanhas políticas. E o texto jornalístico continuava. Lembrava ter, Araújo Lima, participado da lista pelo Rio de Janeiro, “e que não foi escolhido, talvez por preferirem que ele saísse eleito por sua própria Província⁷⁴⁴”: exatamente o que ocorreria.

O que parece ser comunicado do mesmo redator, vinha escrito em 19 de maio de 1837. O que nos leva a crer ser a mesma pessoa a escrever é o trecho: “Quando para ser fiel às exigências do meu país, apontei no Comunicado de 24 do mês passado, Pedro de Araújo Lima, como a pessoa mais própria para desempenhar o lugar de Senador [...]”. Entretanto, não é essa a parte mais importante para nós; contudo, a que dirá: “nunca um só instante duvidei que a subalterna criadagem de certa família poderosa, deixasse de levantar terrível celeuma⁷⁴⁵.” Ou seja: os Cavalcanti de Albuquerque e os seus sequazes criavam embaraços nas campanhas eleitorais de Pedro de Araújo Lima: claro, eram seus adversários mais próximos.

Mesmo com todas as brigas entre os grupos pernambucanos, a lista tríplice mostrava a força dos Cavalcanti: Holanda com 292 votos, seu irmão Francisco de Paula com 206 e Pedro de Araújo Lima, em último, com 186⁷⁴⁶. Não havia nada que não fosse esperado. A surpresa viria depois.

⁷⁴¹ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 de abril de 1837. Nº 90.

⁷⁴² CÂMARA CASCUADO, Luiz da. *O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)*. Op.cit., p. 142.

⁷⁴³ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 de abril de 1837. Nº 90.

⁷⁴⁴ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 de abril de 1837. Nº 90.

⁷⁴⁵ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 19 de maio de 1837. Nº 107.

⁷⁴⁶ CÂMARA CASCUADO, Luiz da. *O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)*. Op.cit., 166.

Era 4 de agosto de 1837, quando alguém enviava missiva a Pedro de Araújo Lima, partindo de Pernambuco, e assinava “O camponês a força”. Parabenizava por “haver triunfado dos grandes cabalos, que se ergueram contra sua pessoa”, para excluírem-no da lista tríplice. Teria tido, contra si, “de uma parte os Cavalcantes, e de outra os chimangos”, parece que chefiados pelo padre Venâncio Rezende, e o rábula A.J. de Mello. Ou seja: “O camponês a força” conseguia demonstrar bem os adversários de Araújo Lima na eleição senatorial. Os “chimangos”, ou moderados⁷⁴⁷ estariam, como vimos, atrelados ao padre Venâncio Henriques de Rezende, o coadjutor do vigário do Cabo, em 1817, tendo sido preso por participar da revolução daquele ano, em Pernambuco⁷⁴⁸. Os Cavalcanti, já observamos, eram os adversários mais diretos. Entretanto, ainda falta A.J. de Mello. Deve ser Antonio Joaquim de Mello, que aparece votado no Colégio do Recife⁷⁴⁹. Para Netto Campello, ele estava como Deputado Geral na legislatura de 1834 – 1837⁷⁵⁰. Segundo o missivista, A. J. de Mello dizia “o ser Vossa Excelência apenas formado em Cânones; não tinha o saber que incubava, e se dizia, pois que de muito perto o foi conhecer.” Ainda apontava: “nenhum serviço até aqui havia prestado, nem ao menos a sua Província, e outras muitas coisas, que devem remeter-se ao silêncio⁷⁵¹.” Com essa intriga, tocava no ponto mais alardeado de Araújo Lima, e bem reconhecido: seu saber e os estudos completos feitos em Coimbra.

Mesmo com tanta oposição, Pedro de Araújo Lima, sendo o terceiro nome da lista, era o escolhido pelo padre Diogo Antonio Feijó para ascender ao Senado, em 5 de setembro de 1837⁷⁵². Hollanda Cavalcanti havia sido o adversário do padre na eleição regencial de 1835. Não esqueceria fácil as ofensas e palavras duras de Hollanda contra ele, no parlamento. Não havia surpresa naquele ato do regente. E lembremos: Araújo Lima possuía itens importantes em comum com Feijó: ter participado das Cortes de Lisboa e um pensamento religioso semelhante.

O governo regencial não seguia com tranquilidade. Segundo o redator da “Necrologia do Senador Diogo Antonio Feijó”, o “estado era lastimoso⁷⁵³”. Nada ia se afinando. A grande orquestra do Império do Brasil desandava. O Regente não conseguia levar à frente aquela ópera

⁷⁴⁷ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Op.cit., p. 87.

⁷⁴⁸ Lista dos implicados na Revolução de 1817, copiada do original da devassa no Arquivo Público da Bahia. In: TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. Recife: CEPE, 2017, p. 521.

⁷⁴⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 7 de junho de 1837. Nº 121.

⁷⁵⁰ CAMPELLO, Netto. **História Parlamentar de Pernambuco**. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979, pp. 55 – 56.

⁷⁵¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 214 Doc. 41. **Carta de “O camponês a força” para Pedro de Araújo Lima**. Pernambuco, 4 de agosto de 1837.

⁷⁵² CÂMARA CASCUDO, Luiz da. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. Op.cit., p. 166.

⁷⁵³ **Necrologia do Senador Diogo Antonio Feijó escrita por *** e publicada pelo Dr. Mello Moraes (A.J. de)**. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Editor J.J. do Patrocínio, 1861, p. 36.

trágica, com tantos cantores gritando no palco, querendo a queda do padre. Ainda concorria o público, que, das ruas, soltava as críticas. Não havia palmas. Com isso, Feijó buscava quem o sucedesse. Convidou Limpo de Abreu para retornar ao ministério dos negócios do Império, mas, escutou um sonoro não⁷⁵⁴. Procurou Araújo Lima. “Disse-lhe que a sua escolha de senador precederia ao decreto da sua nomeação para a pasta do Império, que S. Ex. havia aceitado, e deveria realizar-se, logo que chegassem os seus animais, e no mesmo dia em que tivesse de retirar-se para a sua província⁷⁵⁵.” Era só um curto espaço de tempo que separava Araújo Lima da Regência. Um tempo dos animais.

Havia pressa. Feijó ia ganhando horror à Regência. Era tão grave, a questão, que “se banhava em suores, quando alguém o procurava nessa qualidade [de Regente]⁷⁵⁶”. Assim, com a nomeação de Araújo Lima para o Senado, assinou, Feijó, no dia 18 de setembro de 1837, o decreto de Ministro do Império para o político pernambucano, “retirando-se no seguinte para a chácara de seu amigo e compadre, o Sr. Bernardo José de Figueiredo”, donde, ali, escreveu ofício de demissão e um manifesto, explicando a saída do cargo⁷⁵⁷.

Ao menos desde 1831 já se falava da subida de Pedro de Araújo Lima à Regência do Império do Brasil e armações com essa finalidade. Na parte “Comunicado”, o periódico “O Repúblico”, de Borges da Fonseca⁷⁵⁸, indicava: “Há dias a esta parte tem-se falado muito que um novo partido se tem desenvolvido para por ao Sr. Araújo Lima na Regência⁷⁵⁹.” E, ainda aos 21 de maio de 1831, colocava: “embora o Sr. Araújo Lima entre para a Regência, o Brasil, desde 1824 está com os olhos sobre ele⁷⁶⁰.” Com isso, pelos dias de 1831, Araújo Lima já possuía pelo menos um adversário para sua pretensa ascensão regencial. Passando pelas eleições de 1835, o senador não seria nome recém-descoberto para ocupar aquele cargo.

Também não era novo o nome de Pedro de Araújo Lima como indicado para o ministério do Império no governo Feijó. Em 1838, em meio ao pleito eleitoral da regência, era publicado no jornal “O Parlamentar”, um texto sob o título “Deus de Justiça! A ser assim, até onde pode

⁷⁵⁴ **Necrologia do Senador Diogo Antonio Feijó escrita por *** e publicada pelo Dr. Mello Moraes (A.J. de).** Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Editor J.J. do Patrocínio, 1861, p. 36.

⁷⁵⁵ **Necrologia do Senador Diogo Antonio Feijó escrita por *** e publicada pelo Dr. Mello Moraes (A.J. de).** Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Editor J.J. do Patrocínio, 1861, p. 36.

⁷⁵⁶ Idem, pp. 36 – 37.

⁷⁵⁷ **Necrologia do Senador Diogo Antonio Feijó escrita por *** e publicada pelo Dr. Mello Moraes (A.J. de).** Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Editor J.J. do Patrocínio, 1861, p. 37.

⁷⁵⁸ Antonio Borges da Fonseca era paraibano. Estudou no Seminário de Olinda. Segundo Amaro Quintas, era “jornalista destemido, tornou-se célebre pelo grande número de jornais que redigiu, imprimindo em todos a marca de seu temperamento irrequieto e rebelado.” Envolvera-se na revolução praieira de 1848, em Pernambuco. Para saber mais: QUINTAS, Amaro. O sentido social da Revolução Praieira. In: **Amaro Quintas, o historiador da liberdade.** Recife: CEPE, 2011, pp. 228 – 237.

⁷⁵⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Repúblico.** Rio de Janeiro, 17 de maio de 1831. Nº 66.

⁷⁶⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **O Repúblico.** Rio de Janeiro, 21 de maio de 1831. Nº 68.

chegar a perversidade humana⁷⁶¹”. Lá era perguntado a Araújo Lima: “porque não aceitou o ser ministro do império em 1835, quando foi para esse lugar convidado?” O próprio redator respondia: “Dir-nos-á: porque não queria servir com o ex-regente? E porque continuou a fazer-lhe a corte mais hipócrita e humilde? Para pilhar sem sacrifício o que ele podia dar!⁷⁶²”. Ao que parece, o escritor estava certo. Araújo Lima esperava o melhor momento para dar o bote. Cercava o cargo mas não se colocava dentro do governo. Espreitava. E como era alguém próximo de Feijó, o cortejava.

Desde o dia 19 de setembro, já saído da Regência, Feijó “só tratava do seu regresso”. Com os animais prontos, na madrugada do dia 12 de outubro, “saiu de Andarahy, em seu carro com o compadre Figueiredo, e um outro amigo⁷⁶³”. Naquele mesmo dia, seguiu para São Paulo.

Mello Moraes, que editou o texto e o publicou em 1861, não expôs o autor. Apenas disse ser um amigo íntimo do senador Feijó⁷⁶⁴. Entretanto, pode ter sido ele mesmo o dono da pena. Mas, qual a causa de pensarmos isso? Os detalhes da cena da saída de Feijó. Se relembramos o capítulo passado, dissemos naquela parte que o sogro de Pedro de Araújo Lima era o desembargador José Bernardo de Figueiredo. O leitor atento já deve ter junta algumas peças desse quebra-cabeça: o “amigo e compadre” de Feijó, a aparecer na “Necrologia” é Bernardo José de Figueiredo, que o abrigou em sua chácara. Talvez a inversão do nome seja proposital: não seria bom para Araújo Lima, na década de 1860, quando era rejeitado pelos seus ex-aliados, ser lembrado como ligado diretamente a Diogo Antonio Feijó. Além do mais: se o Sr. Figueiredo levava Feijó, na sua retirada para São Paulo, ia ao lado de outro amigo, sem especificação do nome, que poderia ser Araújo Lima. Ou seja: o jogo já estava armado e muito bem arquitetado: Feijó deixava a regência nas mãos de alguém que tinha laços com ele. E se dissemos da autoria de Mello Moraes, é que ele mesmo poderia ter escutado essa historietta da boca de Araújo Lima. Eram amigos, o escritor-político alagoano e o senador pernambucano. Até uma das dedicatórias da “História do Brasil-Reino e do Brasil-Império” é a Araújo Lima: “o maior vulto que presentemente tem o Brasil⁷⁶⁵”. Mello Moraes também escreveu uma biografia dele⁷⁶⁶ e publicou em 1866, após o texto sobre Feijó.

⁷⁶¹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Parlamentar**. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1838. Nº 53. Título em caixa-alta, no original.

⁷⁶² Idem.

⁷⁶³ Idem, p. 38.

⁷⁶⁴ Ibidem, p.3.

⁷⁶⁵ MELLO MORAES, Alexandre José de. **História do Brasil-Reino e do Brasil-Império**. Tomo I. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 17.

⁷⁶⁶ IHGB. Cod. 193.6.27 n.2. MELLO MORAES, Alexandre José de. **Biographia Do Exm. Sr. Marquez de Olinda**. Rio de Janeiro: Tipografia de PINHEIRO & comp., Rua Sete de Setembro, N. 165, 1866.

Se Diogo Antonio Feijó deixou seu amigo Pedro de Araújo Lima na Regência interina, desde 1837, subiria, com ele, Vasconcellos, o desafeto do padre-regente. Agora, seria o tempo do “Regresso”, aquela composição política que Basile tão bem descreveu, como “núcleo do futuro Partido Conservador”, ligada aos produtores de açúcar do Rio de Janeiro e das Províncias do Norte, comerciantes de grosso trato, burocratas e magistrados⁷⁶⁷. Assim, fundavam-se sobre as bases dos ex-moderados, grande parte dos caramurus e novos políticos em ascensão⁷⁶⁸. Era a vitória dos opositoristas do governo Feijó.

4.2 TRILHANDO UM CAMINHO NA METADE: PEDRO DE ARAÚJO LIMA E A REGÊNCIA DE 1837

Aos 19 de setembro de 1837, o Império do Brasil já era constituído em novo ministério. Pedro de Araújo Lima chamou para a pasta do Império Bernardo Pereira de Vasconcellos, que acumulava, com essa, a justiça. Estrangeiros ficou com Antonio Peregrino Maciel Monteiro; a Fazenda, com Miguel Calmon du Pin e Almeida. A marinha era chefiada por Joaquim José Rodrigues Torres e a Guerra por Sebastião do Rego Barros⁷⁶⁹. Assim, formava-se uma composição ministerial inteiramente retirada da Câmara dos Deputados.

Na década de 1870, Pereira da Silva disse ser, esse ministério, aquele que “ao tomar conta do governo as mais estrondosas e maiores adesões encontrara na nação; mais esperanças geralmente levantara, tendo conseguido conquistar uma força, prestígio e influência, que jamais nenhum outro pudera antes e nem depois adquirir⁷⁷⁰.” Claro, era um ministério formado por combatentes importantes na cena parlamentar. Além de ter Vasconcellos, um dos formadores do “Regresso”. Entretanto, nem tudo era, assim, de apoios, delicadezas e esperanças.

No dia 23 de setembro de 1837, o jornal “O Parlamentar” iniciava as oposições ao novo ministério. Publicava texto sob título “Ministério Parlamentar”. Informava poder “predizer com antecipação a marcha do novo ministério”. Expunha: Calmon e Vasconcellos já haviam inundado “a Nação de dívidas e de cobre, quando carregaram em outras épocas a pasta da fazenda.” E, em formato de previsão, açoitava: “é provável que nesta mesma sessão, ou na outra o mais tardar, venham *muito lampeiros* pedir dinheiro à câmara⁷⁷¹.” Para Rodrigues Torres,

⁷⁶⁷ BASILLE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). Op.cit., 91.

⁷⁶⁸ Idem, p. 92.

⁷⁶⁹ **Organizações e programas ministeriais.** Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, pp. 67 – 68.

⁷⁷⁰ PEREIRA DA SILVA, J.M. **Historia do Brazil de 1831 a 1840.** Governos Regenciais durante a menoridade. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior Typographo – Editor – Typographia Carioca, 1878, p. 260.

⁷⁷¹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Parlamentar.** Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1837. Nº 16. Itálico no original.

ironizando, colocava: “quando ministro da marinha, pôs tudo *fresco* na sua repartição; mandou plantar algumas árvores no arsenal para preservar os ardores do sol a quem quisesse ali passear e divertir-se”. Ou seja: não fez nada. E, continuando em tom irônico, lembrava o novo agrupamento político: “pelo que respeita à política, estas três *capacidades* pertencem à *seita do regresso e da nobreza transmissível*; e se o espírito público os deixar andar para trás bem a seu gosto, não admirará que voltemos em breve aos felizes tempos de El-Rei D. João VI⁷⁷².” Quanto a Sebastião do Rego Barros e Maciel Monteiro, “ainda não foram experimentados em administração”. Mas, mesmo assim, o redator era simpático a eles nos princípios políticos, “que, quando pode calcular-se pelas discussões da câmara, são favoráveis ao progresso da ordem e da liberdade⁷⁷³.” Com essas palavras, o jornalista colocava os dois ministros pernambucanos sob ótica contrária a do restante dos componentes.

No dia 7 de outubro de 1837, “O Parlamentar”, depois de tantas outras investidas contra os ministros, criticava mais uma vez. Teriam, os membros ministeriais, aumentado a despesa pública, “com cômputos de bispos, acréscimo de ordenados e desembargadores de algumas relações, e outros objetos secundários.” Além de “depois que empolgou o poder, não tem perdido um momento: todo o tempo lhe tem sido pouco para pedir, com uma *fome canina*, arbítrio, força e dinheiro!⁷⁷⁴” Ou seja: adquiriam e reforçavam laços de apoio, os comprando. Lógico: devemos lembrar: Pedro de Araújo Lima possuía aliança com os bacharéis, muitos deles já na magistratura, além do sogro desembargador. Não era assombroso que, ao subir à Regência, desse benefícios aos aliados.

Havia a denúncia das “cômputos de bispos”. As cômputos são o meio de subsistência dos sacerdotes, tendo essa denominação até os dias hodiernos. E parece que o falatório tinha fundo de verdade. Em novembro de 1837, D. Francisco, bispo de Goiás, enviava missiva a Pedro de Araújo Lima. Se colocava “como brasileiro amante das Instituições Liberais, que felizmente nos regem, e aderente ao Trono do Nosso Augusto Monarca o Senhor Dom Pedro Segundo, e como Empregado Público na qualidade de Bispo de Goiás”. Dentro desse palavrório todo, sustentava seu apoio ao Império e lembrava-se como “empregado público”, ou seja: subordinado aos quereres do novo Regente. Parabenizava Araújo Lima por ter assumido o cargo, “pela harmonia, que Vossa Excelência tem promovido entre o Governo, e o corpo Legislativo, cuja ligação só basta para destruir de todos os males, que pesam sobre o Império, e fazer a fortuna e felicidade da Nação Brasileira.” Era uma bela bajulação episcopal para um

⁷⁷² HEMEROTECA DIGITAL. **O Parlamentar**. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1837. Nº 16. Itálico no original.

⁷⁷³ Idem.

⁷⁷⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **O Parlamentar**. Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1837. Nº 18. Itálico no original.

político regencial. Mas, atrás disso tudo havia um porém: se o bispo de Goiás não ia à Corte, seu sobrinho, Antonio Ferreira dos Santos Azevedo se movia até lá. E junto do parente do violáceo, ia um pedido de benefício por ele⁷⁷⁵e, ao que parece, era resolvido⁷⁷⁶. E, como o caráter regencial de Pedro de Araújo Lima era temporário, para organizar as próximas eleições, o Bispo de Goiás já pedia a Deus que Araújo Lima “obtenha sempre os sufrágios dos Eleitores do Império para o Alto Cargo de Regente a fim de que seja Vossa Excelência quem entregue o Governo ao Nosso Jovem Monarca, quando cessar a menoridade do mesmo Augusto Senhor⁷⁷⁷.” D. Francisco não erraria no palpite. Apenas, a coisa andaria mais apressada do que a maioria na letra da lei. E, se era beneficiado o sobrinho, naquele ano de 1838, ele aparecia como deputado geral por Goiás⁷⁷⁸. Os apoios e alianças iam sendo organizados.

Não era apenas D. Francisco quem vinha prestar apoio a Araújo Lima. O bispo de São Paulo, D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, também se colocava sob os mesmos benefícios. Parabenizava o regente interino com tanta bajulação quanto seu irmão no episcopado: “Eu faltaria a um dos meus mais sagrados deveres, se nesta ocasião em que toda a cidade e Província / e talvez todo o Império/ exulta de prazer; ficasse mudo espectador” ante a subida à regência⁷⁷⁹.

Assim, fica muito claro que os apoios conquistados por Pedro de Araújo Lima - dos bacharéis, desembargadores e bispos - iam sendo amarrados quando chegava à Regência. Eram alianças antigas, conquistadas em outras épocas. Não era o ministério quem dava força a Araújo Lima; era Araújo Lima quem dava força aos seus aliados. Como vemos da denúncia do “Parlamentar”, os beneficiados são os elos do regente.

Como vimos mostrando, os integrantes das Cortes de Lisboa permaneciam na vida de Pedro de Araújo Lima. Era 30 de outubro de 1837, quando Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira redigia missiva a Araújo Lima. Esse novo sujeito em nossa história era natural de Recife. Havia iniciado o curso na faculdade de Matemáticas da Universidade de Coimbra; mas, não o concluiu. Em 1817, aderiu à Revolução pernambucana. Quando das eleições, foi um dos escolhidos para as Cortes de Lisboa⁷⁸⁰, sendo companheiro de Araújo Lima na função de

⁷⁷⁵ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 102. **Carta de D. Francisco Bispo de Goiás a Pedro de Araújo Lima**. Goiás, 13 de novembro de 1837.

⁷⁷⁶ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 102. **Carta de D. Francisco Bispo de Goiás a Pedro de Araújo Lima**. Goiás, 28 de março de 1838.

⁷⁷⁷ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 102. **Carta de D. Francisco Bispo de Goiás a Pedro de Araújo Lima**. Goiás, 28 de março de 1838.

⁷⁷⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1838. Nº 101.

⁷⁷⁹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 215 Doc. 9. **Carta de D. Manoel, Bispo de São Paulo**. São Paulo, 30 de outubro de 1837.

⁷⁸⁰ Para saber mais sobre Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira: PEREIRA DA COSTA, F. A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, pp. 253 – 256.

deputado. Dizia ele: “não tenho expressões com que lhe possa dizer o prazer que tive quando vi no diário daqui a sua despedida da Câmara dos Deputados. A mim nada tem que agradecer porque não fiz mais do que cumprir com um dever, a que me julgava obrigado⁷⁸¹.” Pires Ferreira deve ter angariado votos para Araújo Lima, os pedindo aos seus mais chegados amigos e subordinados, no pleito senatorial. Como “meu caro amigo”, via-se ante a possibilidade de um dos elos da sua aliança chegar ao poder: e conseguiu. E não perdia a oportunidade: “cuido que nas atuais circunstâncias não haveria maior dificuldade de fazer-me o que lhe pedi, e de novo lhe peço [...]”⁷⁸². Ou seja, um favor pagava-se ao outro, mesmo “bem que não posso contar com a opinião dos novos ministros a meu respeito⁷⁸³.” Havia dois pernambucanos naquela composição que deveriam conhecê-lo e não simpatizavam: Maciel Monteiro e Sebastião do Rego.

Outros políticos também o apoiavam eram apoiados, mesmo que não estivessem entre os bacharéis ou participantes das Cortes de Lisboa, como era o caso de Carlos Carneiro de Campos, deputado geral por São Paulo na legislatura eleita em 1836⁷⁸⁴. Em dezembro de 1837, Carneiro de Campos felicitava Araújo Lima e informava: “farei o que puder para que os votos dos eleitores desta província recaiam em Vossa Excelência.” Segundo ele, os adversários estavam a postos: “não confie muito nas promessas e protestos que daqui tenham feito alguns antigos amigos dessas influência [decaídas com o 19 de setembro]”. E prosseguia demonstrando os dizeres dos opositoristas: “Deles uns dizem que = isto = (é como indicam a nova administração) há-de durar pouco; outro que tal Ministro vendera um favor por 4:800”⁷⁸⁵. Eram denúncias – se verdadeiras ou falsas, não sabemos – para enfraquecer o novo governo, umas após as outras. Entretanto, quem eram esses homens que subiam, em setembro de 1837, com Pedro de Araújo Lima, à Regência Interina? Vejamos, pois, um pouco de perfil de cada um.

4.2.1 Os Ministros Parlamentares

O ministério que ascendeu com Araújo Lima vinha com os adversários de Diogo Feijó, na Câmara. Nabuco chegou a colocar que esta formação ministerial de 19 de setembro de 1837

⁷⁸¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 6. **Carta de Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira para Pedro de Araújo Lima**. Algodóais, 30 de outubro de 1837.

⁷⁸² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 6. **Carta de Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira para Pedro de Araújo Lima**. Algodóais, 30 de outubro de 1837.

⁷⁸³ Idem.

⁷⁸⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1836. Nº 398.

⁷⁸⁵ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 100. **Carta de Carlos Carneiro de Campos a Pedro de Araújo Lima**. São Paulo, 6 de dezembro de 1837.

era um dos “dois governos fortes” a aparecerem na história brasileira⁷⁸⁶. Ainda segundo o autor de “Um Estadista do Império” ali assentava-se um “gigante intelectual”: Bernardo Pereira de Vasconcellos, “que se passa com imenso estrondo para o campo da reação⁷⁸⁷”. Teria sido ele quem fez o discurso inaugural do Regresso, mesmo que, segundo José Murilo de Carvalho, “ninguém até hoje tenha conseguido provar sua autenticidade⁷⁸⁸.” A fala inflamada apontava o passado liberal: “fui liberal”; entretanto, “a sociedade [...] corre risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista⁷⁸⁹.” Mudava a fala e a ação para uma nova perspectiva. Se, no governo de Pedro I fizera-se liberal, agora, nos idos da década de 1830, mais precisamente entre 1836 – 1837, Vasconcellos ligava-se aos opositores das frentes de Feijó, seu anterior aliado. Diz José Murilo de Carvalho: para Evaristo da Veiga, um dos grandes amigos do clérigo regente, a virada de Vasconcellos para o lado conservador deu-se por “inveja e aversão que teria contra o padre⁷⁹⁰.” Assim, o deputado Vasconcellos, por essa época, paralisado, discursando sentado, unia-se a Honório Hermeto Carneiro Leão, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Rodrigues Torres e Maciel Monteiro para jogar o fogo contra o governo do primeiro regente. Resultado: todos seriam ministros em 1837; menos Honório, que esperaria mais um pouco⁷⁹¹.

Bernardo Pereira de Vasconcellos era mineiro de Ouro Preto, nascido aos 27 de agosto de 1795. Estudou em Portugal, na Universidade de Coimbra, onde formou-se em 1818⁷⁹². Deve ter iniciado as relações de aproximação com Araújo Lima por essa época, quando os dois encontravam-se na mesma instituição. No retorno, o filho das Minas Gerais já era nomeado desembargador da Relação do Maranhão, demonstrando o poder familiar do jurista, que montou as artimanhas para a conquista do cargo.

Se a aproximação de Vasconcellos com Araújo Lima não era de muita amizade, mas, de integração política, havia, ao menos, cordialidade para pedido de favores. Em 1836, Bernardo Pereira de Vasconcellos intercedeu pelo seu “amigo” Ignacio Pereira da Costa, o proprietário da “Typographia Americana”: nada mais, nada menos que o publicador do jornal “O Sete

⁷⁸⁶ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 65. O outro governo, segundo o autor, fora o de 29 de setembro de 1848.

⁷⁸⁷ Idem.

⁷⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Bernardo Pereira de Vasconcellos**. Op.cit., p. 9.

⁷⁸⁹ O discurso está em: NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 65.

⁷⁹⁰ CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Bernardo Pereira de Vasconcellos**. Op.cit., p. 24.

⁷⁹¹ Idem, pp. 24 e 26.

⁷⁹² SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume I. Brasília: Senado Federal, 1999, pp. 387 – 388.

d’Abril⁷⁹³”, que vivia enchendo a paciência de Hollanda Cavalcanti e tinha ligações com o deputado mineiro. Pereira da Costa havia sido chamado pelo chefe da polícia, com interrogatório sobre “naturalidade e tempo de residência no Brasil”. Segundo o intercessor, o dono da tipografia residia no Brasil desde 1818, “com uma interrupção forçada desde o meado de junho de 1823 até janeiro de 1824”. O receio de Vasconcellos era que o deportassem, mesmo sob a condição de “reunir ele também a posse dos direitos de Cidadão Brasileiro”. O pedido era: saber do chefe da polícia o que havia aquele respeito, “pois o meu amigo tem negócios”. Era a segurança de Ignacio Pereira da Costa que estava em jogo. Agora, todos esses homens se faziam enredados no pacto de “segredo”. Contudo, mais um nome era posto nesse nó, nos seguintes termos: “certo de que Vossa Excelência tem relações com o chefe da Polícia⁷⁹⁴”. Ou seja: tudo acontecia através da proximidade entre Araújo Lima e esse último integrante, que era, nessa época, Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Câmara⁷⁹⁵, que viria a ter grande carreira política na Corte, sendo conhecido por ser um dos chefes dos conservadores fluminenses, os “saquaremas”, junto a Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa⁷⁹⁶. Assim, Vasconcellos, Araújo Lima e Eusébio de Queiróz ficariam atrelados a, ao menos, um favor. E era essa mola dos favores que dava impulso à política do Império do Brasil. As pessoas se aproximavam e afastavam pelos períodos de dependências e dívidas.

A carreira política de Bernardo Pereira de Vasconcellos iniciou cedo. Se não ocupou o cargo no Maranhão, assumiu a cadeira de deputado geral na primeira legislatura, em 1826, como já vimos, ao lado dos liberais opositores⁷⁹⁷. Segundo Joaquim Manoel de Macedo, a partir de 1828, “se tornara um dos principais oradores da câmara, e um dos mais ousados e veementes chefes da oposição liberal.” E prosseguia nos elogios ao político: “Cada dia mais forte, mais rico de ciência, mais seguro de seus recursos, nenhum o excedeu na valentia da dialética, no ardimento do ataque, na energia da defesa, e nenhum o igualou no jogo do sarcasmo, e do ridículo⁷⁹⁸.” Talvez seja por isso que Vasconcellos é mais louvado que o próprio regente Araújo Lima, quando se fala nos dias de 1837 – 1840. Quem mais se expõe e coloca a fala, aparece mais. E se lembrarmos não ser, apenas, a arena do deputado mineiro, a tribuna,

⁷⁹³ O nome da Typographia Americana aparece, ao lado do de Ignacio Pereira da Costa, nas edições do “O Sete de Abril”. Para consultar, pode-se ver os números do ano de 1836 ou 1837 da Hemeroteca Digital.

⁷⁹⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL 214.39. **Carta de Bernardo Pereira de Vasconcellos a Pedro de Araújo Lima**. S. Casa, 25 de junho de 1836.

⁷⁹⁵ SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume I. op.cit., 28.

⁷⁹⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 120.

⁷⁹⁷ SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume I. op.cit, p. 389.

⁷⁹⁸ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Segundo Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876, p. 517. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179448>.

incluindo a imprensa⁷⁹⁹, a voz que mais ressoou foi, realmente, a dele, frente a um Araújo Lima calado, meio-surdo, pouco falador, entretanto, extremamente orgulhoso e mandão. Assim, fica mais clara a causa de Macedo afirmar: “Desse ministério de 19 de setembro [de 1837] coube a Vasconcellos a direção política, a maior influência, a flama vivificadora, e a tarefa brilhante de seu representante e defensor principal nos debates do parlamento⁸⁰⁰.” Discursando, defendendo, irritando os adversários era claro que a imagem forjada para a posteridade seria a do campeão ministerial e diretor governamental. Entretanto, pode ser que Vasconcellos fosse o porta-voz do regente. Se o último silenciava, ou melhor, orava menos, o gigante da câmara assumia a voz do ministério, do alto das pastas do Império e Justiça.

É inegável ser, Bernardo Pereira de Vasconcellos, um político brilhante. Assumia, ainda durante a regência de Araújo Lima, em 1838, uma cadeira no Senado⁸⁰¹. Era um homem totalmente voltado para a vida pública. Defendeu vigorosamente o tráfico⁸⁰², que não era interesse apenas dele; mas, dos achegados mais próximos do regente. Em 1850, durante a epidemia de febre amarela a assolar o Rio de Janeiro, Vasconcellos morria, aos 55 anos, deixando importante vida parlamentar⁸⁰³.

Outro ministro, o da Fazenda, também estudou em Coimbra e se doutorou em leis em 1821. Miguel Calmon du Pin e Almeida, mais tarde Marquês de Abrantes, era de Santo Amaro, na Bahia. Deve ter se aproximado de Araújo Lima e Vasconcellos ainda nos dias de universitário, quando aqueles se formavam pelos idos de 1818⁸⁰⁴. Mesmo que as datas não sejam as mesmas, são de espaço curto.

Em 1827 assentou, Calmon, na câmara dos deputados gerais e logo foi convidado por Pedro I para assumir a pasta da Fazenda, no mesmo ministério em que Pedro de Araújo Lima tomou vaga no lugar do Império⁸⁰⁵. Ou seja: os dois – o Regente e seu ministro – além de se conhecerem na Universidade, já possuíam a experiência ministerial. E depois, sob Pedro II, em 1862, Calmon voltava ao ministério Araújo Lima⁸⁰⁶.

Se Minas Gerais e Bahia rendiam dois ministros para a regência interina de Pedro de Araújo Lima, sendo Vasconcellos e Calmon representantes dos formados na Universidade de

⁷⁹⁹ CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Op.cit., p. 24.

⁸⁰⁰ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Segundo Volume. Op.cit., 519.

⁸⁰¹ CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Bernardo Pereira de Vasconcellos**. Op.cit. p. 12.

⁸⁰² Idem, p. 27.

⁸⁰³ Ibidem, p. 34.

⁸⁰⁴ SISSON, S.A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Volume I. op.cit., 101.

⁸⁰⁵ **Organizações e programas ministeriais**. Op.cit., 21.

⁸⁰⁶ Idem, p. 131.

Coimbra; Pernambuco cederia dois integrantes, sendo a província com maior representação dentre as pastas: Sebastião do Rego Barros e Antonio Peregrino Maciel Monteiro: o primeiro, militar e o segundo médico.

Sebastião do Rego Barros era filho do Coronel Francisco do Rego Barros e de Dona Maria Anna Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, irmã de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Coronel Suassuna. Ou seja: Sebastião do Rego era primo de Hollanda Cavalcanti⁸⁰⁷. Além disso, era irmão de Francisco do Rego Barros, o futuro Barão e Conde da Boa Vista, o homem de Araújo Lima em Pernambuco, que assumiu a Presidência da Província natal aos 26 de novembro de 1837, deixando os pernambucanos sob a sorte de primos e irmãos que lutavam em lados opostos e uniam-se quando era necessário⁸⁰⁸.

Sebastião do Rego Barros nasceu aos 18 de agosto de 1803. Em 1826, conquistou o grau de bacharel em matemáticas na mesma universidade em que os primos Cavalcanti – Pedro Francisco e Manoel Francisco – conseguiram os diplomas em Direito: Gottingen⁸⁰⁹. Talvez houvesse alguma ligação familiar entre este centro de estudos na Alemanha com os Rego Barros-Cavalcanti, ou, até, com Pernambuco. Provavelmente, iam para longe da formação portuguesa. Uma forma de rompimento com o tempo que era colônia de Portugal.

Iniciou a vida política, Sebastião do Rego Barros, com assento na câmara dos deputados, em 1830. Segundo Macedo, “foi um dos mais influentes dos deputados de Pernambuco⁸¹⁰.” Faleceu em 1863, depois de ter sido deputado em algumas legislaturas, além de ministro.

O outro pernambucano é Antonio Peregrino Maciel Monteiro, mais tarde, Segundo Barão de Itamaracá. Nascido aos 30 de abril de 1804, em Pernambuco, recebeu o bacharelado em letras (1824 – Paris), o bacharelado em ciências (Paris – 1826) e o doutorado em medicina (Paris - 1829)⁸¹¹. Foi eleito à terceira legislatura (1834 – 1837), sendo oposicionista ao padre Diogo Antonio Feijó⁸¹². Segundo Macedo, Maciel Monteiro “frequentava apaixonado os teatros, os bailes, as sociedades dos círculos mais elegantes, e ele próprio era o tipo da mais exigente e caprichosa elegância no trajar sempre rigorosamente à moda [...]”⁸¹³.

⁸⁰⁷ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser Cavalgado**. Op.cit., p. 221.

⁸⁰⁸ Idem p. 140.

⁸⁰⁹ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Segundo Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artistico. 1876, pp. 481 – 482.

⁸¹⁰ Idem, p. 483.

⁸¹¹ PEREIRA DA COSTA, F.A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, pp. 156 – 157.

⁸¹² MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Terceiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876, p. 96. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179448>.

⁸¹³ Idem, p. 96.

Além desse gostar de mostrar-se, era, Maciel Monteiro, poeta. Ensinou Antonio Candido que, do período passado em Paris, apenas era conhecida uma peça, “a glosa à estrofe inicial d’A Flor Saudade, de Borges de Barros”, datada de 1824⁸¹⁴. Dessa informação, devemos extrair uma possibilidade: teria encontrado, através de Araújo Lima, Maciel Monteiro, com Borges de Barros, em Paris? Lembremos que, pela década de 1820, Pedro de Araújo Lima e Francisco do Rego Barros andaram por terras europeias, com ligações através de Borges de Barros. Muito possivelmente, os nós entre esses sujeitos foram atados por esses dias. Assim, Maciel Monteiro não era figura nova a rodar nas engrenagens do regente pernambucano.

Voltemos ao poeta. Candido afirmou que “a sua obra é de muito pouca importância, revelando poeta superficial que não se empenha por não ter o que dizer⁸¹⁵.” Não teria publicações, só a tese de medicina e poucas poesias. Assim, “seu lugar na nossa [literatura] é devido a uma única peça, o belo soneto “Formosa qual Pincel⁸¹⁶.”

Se foi poeta desajeitado, os discursos na Câmara invertiam a posição. Naquele recinto, era bem escutado. Macedo disse: “[...] a câmara ouvia eloquente discurso, lindíssimo na forma, com perfeito plano na ordem das ideias, pujante na argumentação, e revelador da ilustração de quem o proferia⁸¹⁷.” Ou seja: Pedro de Araújo Lima se armava com os melhores oradores do parlamento. Assim, blindava-se de ficar dando constantes explicações, usando, pois, seus ministros, competentes na palavra, para isso. E mais: se tinha dois pernambucanos com ele no ministério, era para impor sua marca ante a realidade do momento: ele era o Regente. Maciel Monteiro faleceu em Lisboa, aos 5 de janeiro de 1868, depois de uma vida dedicada à política e à diplomacia. Teve, posteriormente, seus restos enviados para o Recife.

Se lembrarmos, mais acima, vimos que no número 160 do “O Sete d’Abril”, no dia 12 de julho de 1834, o jornal soltou quadrinhas ao “Senhor da Hollanda”. No mesmo grupo, chamado “La vai verso – mais sortes”, encabeçava a sequência “Ao gamenho Sr. M. Monteiro”. Eram, assim, pois, dedicados três conjuntos de versos a Maciel Monteiro. O segundo e o terceiro

⁸¹⁴ CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Momentos decisivos. 1750 – 1880. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012, p. 377.

⁸¹⁵ CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Op.cit., 378.

⁸¹⁶ Idem, p. 703. No original, as palavras “Formosa qual pincel” aparecem: FORMOSA QUAL PINCEL. “Formosa, qual pincel em tela fina/ Debuxar jamais pode, ou nunca ousara;/ Formosa qual no céu jamais brilhara/ Astro gentil, estrela peregrina./ Formosa qual se a própria mão divina/ Lhe alinhara o contorno e a forma rara,/ Formosa, qual jamais desabrochava/ Na primavera a rosa purpurina.../ Formosa, qual se a natureza e a arte,/ Dando as mãos em seus dons, e em seus labores/ Jamais pode imitar no todo ou parte./ Mulher celeste, ó anjo de primores!/ Quem pode ver-te, sem querer amar-te,/ Quem pode amar-te, sem morrer d’amores!” in: LIMA, Israel Souza. **Biobibliografia dos patronos: Maciel Monteiro e Manuel Antônio de Almeida**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012, p. 97. Acessado em: http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/biobibliografia_dos_patronos_maciel_monteiro_e_manuel_antonio_de_almeida.pdf.

⁸¹⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Terceiro Volume. Op.cit., p. 96.

se alinham ao que disse Macedo, sobre ser festeiro: “A moça do camarote/ Não te quer mais namorar;/ Apesar dos teus cheirinhos,/ Rapaz, não hás-de casar.” A terceira era mais contundente, por misturar os galanteios com problemas políticos: “Não te querem pra Ministro,/ Por qu’és muito afeminado;/ Mas para bom mestre-sala,/ Hás-de ser aproveitado.” Ou seja: Maciel Monteiro era levado ao ridículo pelo redator. Não servia nem para namorado e nem político. Entretanto, a primeira das quadrinhas ajusta-se a uma série que virá no número seguinte do “O Sete d’Abril”, por isso, deixamos ela por último. Dizia: “Circunstâncias momentosas/ Te obrigam a tais erros;/ Emenda-te, enquanto é tempo,/ Não procures ter senhores⁸¹⁸.” Assim, o redator indicava Maciel Monteiro trabalhando nas intensões de alguém, ligado a pessoa ou grupo, sem independência.

No dia 15 de julho de 1834, no número 161, o “O Sete d’Abril” aparecia com “mais sortes”. Da lista, as primeiras eram “Ao nosso A. Lima”. Surgiam, logo, quatro versos: “Vai-se a garra o que querias,/ Não podes ir ao poleiro;/ Perdes tudo o que tens feito/ E o teu cheiroso escudeiro.” É nessa quadrinha que entendemos a quem estava atrelado Maciel Monteiro, “o cheiroso”: a Araújo Lima. Assim, não era em 1837 que surgia a aliança entre o Regente e o deputado pernambucano. Desde o início da vida parlamentar estavam atrelados, recebendo críticas juntos. E o versificador ainda lançaria mais tiros contra Araújo Lima, mas, agora, sendo ele aliado dos alunos dos cursos jurídicos: “Das intrigas que proteges/ Não podes tirar proveito;/ Vai defender os teus Becas,/ Que tens para isso jeito⁸¹⁹.” Claro: Araújo Lima era o diretor do curso jurídico de Olinda, aliado a esses novos bacharéis que surgiam na política. Não tinha como fugir das críticas da imprensa.

As palavras lançadas de forma bem humoradas não se resumiriam a Araújo Lima e Maciel Monteiro. No mesmo número, aos irmãos Rego Barros também seriam dedicados versos. Ao deputado Francisco do Rego Barros, “Chico do Rego”, vinha a pouca ferocidade parlamentar como intriga: “As moças dizem de ti/ Que és bem feito, e bonitinho!/ Trajas bem, mas que miséria.../ Da cabeça és tão levinho!...”. “Ao Mano Dom Sebastião”, as intrigas eram reveladas com Maciel Monteiro: “A Moça do camarote/ Não quer o Doutor Cheirinhos;/ Venceste um rival temível,/ Triunfaram teus carinhos!⁸²⁰”. Ou seja: os versos insinuavam algumas rusgas internas da bancada de Pernambuco, em 1834. Entretanto, mesmo que se desentendessem em aspectos pequenos, de disputas menos importantes, eles se juntavam quando era necessário. E subiam aos ministérios com Araújo Lima.

⁸¹⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1834. Nº 160.

⁸¹⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1834. Nº 161.

⁸²⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1834. Nº 161.

Ainda falta um membro ministerial para darmos conta: Joaquim José Rodrigues Torres, mais tarde, Visconde de Itaboraí. Era do Rio de Janeiro, nascido em Porto de Caxias, Freguesia de Itaboraí. Estudou matemática na Universidade de Coimbra, formando-se em 1825⁸²¹. Em 1831 assumiu o ministério da Marinha e em 1832 acumulava essa pasta com a da Fazenda, em substituição a Vasconcellos⁸²². Serviram juntos entre 16 de julho de 1831 e 10 de maio de 1832, no mesmo gabinete. Com isso, percebemos que já se conheciam administrativamente. Foi um daqueles que, com Vasconcellos, passaram de moderado a conservador, fazendo oposição a Feijó⁸²³.

Se Araújo Lima chamava grandes oradores em defesa do seu governo, Rodrigues Torres era tido como aquele que “distinguiu-se menos por orador eloquente, que o não é, do que por argumentador fino e consumado⁸²⁴”. Todavia, “é um desses homens que convence, mas que não comove [...]”⁸²⁵. Se não foi pela palavra, o motivo era outro: o grupo político fluminense tinha sua chefia nele⁸²⁶. E como Araújo Lima estava integrado, através da família, com a política do Rio de Janeiro, o chamava. Além disso: era homem forte na Câmara e economicamente: estava do lado dos plantadores escravistas do Rio de Janeiro⁸²⁷, o que o aliava aos interesses do próprio Pedro de Araújo Lima, ligado aos plantadores de cana de açúcar de Pernambuco e aos traficantes de escravos.

Era com esse ministério que Araújo Lima venceria as eleições de abril de 1838. Possuía nele o que necessitava: o apoio da maioria da Câmara, o orador e bem articulado político Bernardo Pereira de Vasconcellos; as bases naturais dos pernambucanos através de dois dos seus membros; além da sustentação dos interesses dos senhores de escravos e terras. Assim, Pedro de Araújo Lima conseguiria representar o maior poderio dos homens de posses e cativos do século XIX brasileiro.

4.2.2 As eleições de 1838: disputas entre pernambucanos

Era, ainda, 22 de setembro de 1837 quando, na Câmara dos Deputados, subia à discussão, proposta para as eleições regenciais. A dúvida pairava: deveria cumprir, Pedro de Araújo Lima, o mandato restante de Diogo Feijó, até 7 de abril de 1839; ou logo ser chamada

⁸²¹ SISSON, S.A. **Galeria dos brasileiros ilustres**. Volume I. op.cit., pp. 75 – 76.

⁸²² **Organizações e programas ministeriais**. Op.cit., p.39.

⁸²³ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Terceiro Volume. Op.cit., p. 30.

⁸²⁴ SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume I. op.cit., pp. 77 – 78.

⁸²⁵ Idem, p. 78.

⁸²⁶ CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831 – 1840. Op.cit., 71.

⁸²⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. Op.cit., 55.

a eleição? Naquela sessão, o deputado Rezende foi de opinião que “se deve apelar para a nação, consultando-se a sua vontade⁸²⁸.” Carneiro Leão reconhecia certa vantagem em que a eleição ocorresse em abril de 1839, “e então talvez não se tivesse de fazer senão uma única eleição, porque o Sr. D. Pedro II chegará a sua maioria quando o regente nomeado em 1839 terminasse o seu tempo de governar [...]”⁸²⁹ Claro é: Carneiro Leão, fazendo parte da base governista, não queria, de modo algum, entregar logo a regência a alguém que não fosse do seu grupo. Não era correto arriscar aquilo que já estava certo. Mas, havia um agravante: “[...] e cousa indiferente não é, andar repetindo em uma monarquia constitucional tais eleições⁸³⁰.” Havia o medo da desintegração monárquica e divisão do Brasil, que via estourarem as mais diversas revoltas. E se o menino ainda não estava no trono, colocarem-se eleições para o cargo mais alto do país não era nada bom. Quando chegava o dia 27 de setembro do mesmo ano, o ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos, no parlamento, anunciava: “A eleição do regente há de ser feita sem demora⁸³¹.” E, assim, seria: em 22 de abril de 1838.

A imprensa agitou-se. Em Pernambuco, já no dia 2 de fevereiro de 1838, o periódico “O Echo da Religião e do Império” publicava extrato do texto de “O Correio do Imperador”, que via em Araújo Lima “um monarquista constitucional verdadeiro e sincero, um Canonista sábio e profundo, um homem religioso sem fanatismo, católico sem ser hipócrita, ortodoxo sem ser ultramontano”. E completava: “um sábio enfim, que é literato sem orgulho, Filósofo sem seita, Governante sem Nepotismo, Regente sem soberba.”. Com tudo isso, para o “Correio do Imperador”, Araújo Lima era o melhor dos candidatos. E dizia: “Notem que nós não queremos dizer, que seja Sua Excelência o Salvador do Brasil; não, de certo: pois o Salvador do Brasil é só o Senhor D. Pedro 2º”⁸³². Muitos queriam, fazia tempos, o fim da regência e a subida de Pedro ao trono; porém, teriam de esperar até 1840. Não havia novidade em ter, no “Correio do Imperador”, um dos seus aliados. O redator daquele periódico era, segundo o “Echo da Religião e do Império”, o Dr. Patroni, Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, deputado brasileiro às Cortes Portuguesas pelo Pará⁸³³. Assim, fazia parte daquela cota dos apoios dos ex-integrantes dos dias de Lisboa.

⁸²⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. 1837. Segundo Volume.** Sem indicação de edição. p. 559.

⁸²⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. 1837. Segundo Volume.** Sem indicação de edição. p. 559.

⁸³⁰ Idem.

⁸³¹ Ibidem, p. 581.

⁸³² HEMEROTECA DIGITAL. **O Echo da Religião e do Império.** Recife, 2 de fevereiro de 1838. Nº 36.

⁸³³ **Organizações e programas ministeriais.** Op.cit., p. 267.

Se “O Correio do Imperador” advogava Araújo Lima como um bom candidato – “mas durante a Menoridade Imperial, certamente que se não há de achar outro mais digno, do que o Senhor Pedro de Araújo Lima, para exercer o posto de Regente⁸³⁴” – “O Chronista” publicava aos 13 de fevereiro de 1838 a “Carta que a seu amigo Y dirige os redatores do Chronista”. Apontava que, aproximando-se o 22 de abril, os “eleitores cuidam em escolher seus candidatos.” E apresenta os mais cotados: Araújo Lima, Hollanda Cavalcanti, Costa Carvalho e Feijó. Naqueles dias, o nome de Antonio Carlos também era incluído. Um assunto que tomaria as páginas de opositores a Araújo Lima e correligionários surgia aqui: os “feijoístas” dariam seus sufrágios a Hollanda⁸³⁵. A lógica era a seguinte: se na eleição passada Hollanda Cavalcanti ficou em segundo lugar, depois de Feijó, tomados os votos já possuídos e somados aos do padre ex-regente, o deputado pernambucano venceria o pleito. Claro que a solução não era, assim, tão simples, como não foi. Mas, fazia medo aos adversários.

O texto que era publicado no “O Chronista” também vinha nomeando os “pregoeiros no jornalismo” de cada candidato. Araújo Lima teria o “Correio do Imperador”, como já vimos, e “tem provado que a regência deve ser propriedade do seu candidato” e “P.B”, publicador no “O Sete d’Abril”. Hollanda possuía, ao seu lado, o “eleitor que não muda”, correspondente de “O Chronista” e Feijó “teve o Modestus, que há muito tempo não escreve cartas⁸³⁶”, talvez pelo fato de o padre não ter interesse algum naquele jogo. Esses nomes cruzariam verdadeiras brigas nas páginas dos jornais. Só não havia sangue por não estarem fisicamente se enfrentando. As batalhas eram duríssimas. E, obviamente: além desses, muita gente escrevia sem dizer o nome.

Naquele mesmo número, “O Chronista” apontava uma notícia: a escolha de Hollanda Cavalcanti para o Senado. “Perdeu a Câmara dos deputados um membro consciencioso, que tem sempre seguido singular carreira [...]”⁸³⁷. Isso ocorreu por ter falecido, em 5 de maio de 1837, José Joaquim de Carvalho, senador por Pernambuco. As eleições ocorreram em janeiro de 1838: ou seja, muito próximas às regenciais. Deve ter sido um bom momento para Hollanda Cavalcanti e seus familiares correrem para angariar aliados. A lista tríplice chegada ao regente interino Pedro de Araújo Lima continha os nomes de Antonio Joaquim de Mello (273 votos), Hollanda Cavalcanti (240) e o seu irmão Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, futuro Visconde de Suassuna (208)⁸³⁸. No mês seguinte à votação, Araújo Lima elevava Hollanda ao

⁸³⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **O Echo da Religião e do Império**. Recife, 2 de fevereiro de 1838. Nº 36.

⁸³⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **O Chronista**. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1838. Nº 142.

⁸³⁶ Idem.

⁸³⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **O Chronista**. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1838. Nº 142.

⁸³⁸ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos (1834 – 1850)**. Volume X. Recife: Arquivo Público Estadual, 1966, pp. 105 – 106.

Senado⁸³⁹. Não havia inocência nas pretensões. O regente interino contabilizava sua superioridade em apoios, naquele momento, para as eleições de manutenção do cargo. Conhecia bem Hollanda Cavalcanti e os seus familiares; e sabia do apoio que tinha dos Rego Barros, primos dos Cavalcanti, em Pernambuco. Alguém que escreveu carta no “Sete d’Abril” com o nome de “Tullius”, usava essa “nobreza” do ato de Araújo Lima como favorável às pretensões eleitoreiras: “com quanta dignidade e franqueza encara ele [Araújo Lima] os seus antagonistas! ... Hollanda veio na lista de Senadores pela sua província, e Araújo Lima o escolheu”, assim, com essa atitude, “trata-se da eleição de um novo regente, e o Regente Interino despreza meios ignóbeis para captar os sufrágios dos Eleitores”. E, querendo passar inocência e moral, indicava: “confiando somente nos seus amigos e no reconhecimento dos Brasileiros, espera tranquilo o resultado da urna eleitoral⁸⁴⁰.” Mas, não estava errado Tullius ao escrever ao seu amigo Atticus: Araújo Lima possuía os melhores amigos: a maioria parlamentar, os traficantes de escravos e os bacharéis. Realmente, estava “tranquilo”.

Era aos 13 de março de 1838 que “O Chronista” aparecia com bem mais vontade de demonstrar os candidatos. Mais uma vez, o texto advinha com título “Carta que a seu amigo Y dirigem os redatores do Chronista”. Agora, reforçava que “Cavalcanti conta com o apoio dos eleitores que na eleição passada deram-lhe seus sufrágios, e reforçando com o partido de Feijó, segundo dizem, fácil é que seus amigos esperem vê-lo vencedor.” Entretanto, o jornalista desconfiava dessa entrega de Hollanda nas mãos dos “passados inimigos políticos”. Apresentava Araújo Lima como “tido sempre por homem de prudência, inimigo de novidades, [...] conta certo com os votos de todos os anti-reformistas, apesar mesmo da oposição que lhe fazem seus inimigos, apregoando-o como homem reservado, comodista, e hipócrita⁸⁴¹.” Essas três últimas “qualidades” seriam cantadas e recantadas pelos adversários. Araújo Lima apareceria sempre amolecido, ligado ao ministério que o levava por escravo.

Ainda no dia 14 de fevereiro de 1838, o “O Sete d’Abril”, nos comunicados, apresentava texto de “P.B”. Para o autor, as qualidades para o regente deveriam ser: ter nascido no Brasil, ilustração, conhecer a índole do sistema representativo, firmeza de caráter, que sua fortuna e posição social o tornassem independente, experimentado nos negócios, ter decidido a ferro às instituições do país, não ter tomado parte ativa em nenhum partido, não ser tirado das últimas classes da sociedade, ser “um homem a quem já estivéssemos costumados a olhar com certa

⁸³⁹ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Op.cit., pp. 103 e 120.

⁸⁴⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 17 de março de 1838. Nº 534.

⁸⁴¹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Chronista**. Rio de Janeiro, 13 de março de 1838. Nº 154.

consideração”, “que não fosse demasiadamente amigo do *progresso*”, “também não o quereríamos *regressista*, no sentido rigoroso da palavra⁸⁴²”. E se vinha do jornal atrelado a Vasconcellos, ele encontrava todos esses atributos em Pedro de Araújo Lima. E, quando “O Chronista” ia, cada vez mais, aproximando-se de Hollanda, “P.B”, em 14 de março, o respondia: “o homem que mais capaz supomos de manter o que existe é o atual regente⁸⁴³.”

“P.B” não faria, apenas, apelos à figura de Pedro de Araújo Lima: apontaria a artilharia para Hollanda Cavalcanti. Uma das questões para desconfiança nele era “se acha[r] unido ou apoiado pelo partido de Feijó⁸⁴⁴”. Era inconcebível, para o articulista, a união com os seus ex-adversários. Assim como: se Hollanda ascendesse à Regência: quem seriam seus ministros? Como era a organização e divisão do poder entre os grupos? Os apoiadores de Araújo Lima colocavam as questões em seus textos. Se fosse essa a coalizão escolhida, poderia haver o retorno da política de Feijó.

Ainda investiria, “P.B”, muitas vezes contra Hollanda Cavalcanti nas páginas do “O Sete d’Abril”. Em 24 de março de 1838, viria com novo argumento: ele teria querido dividir o Império em dois. Era aquele velho jogo, que já vimos, com a França, que não foi aceito. Para o articulista, “esta só razão bastaria para ser eliminado da lista de todo o homem que pensar⁸⁴⁵.” E a lógica era correta: se o Império do Brasil já estava ardendo em revoltas, a subida de um Regente separatista aticaria ainda mais essas feições. O Império poderia desabar. Em 26 de março, “P.B” replicava o dito⁸⁴⁶: era necessário repetir, *ad infinitum*: “o Sr. Cavalcanti foi acusado de querer dividir o Império⁸⁴⁷”.

Outro periódico lançava ditos contra Pedro de Araújo Lima. “O Parlamentar”, do Rio de Janeiro, copiava o “Observador das Galerias”, de São Paulo, no dia 28 de março de 1838. Colocava que “está propalado que todas as províncias do Brasil estão agitadas com altas manobras para ser eleito regente o Excelentíssimo Senhor Pedro de Araújo Lima.” O propunha fraco, “manietado por ministros de péssima fama, não goza do mais pequeno vislumbre de liberdade”. Desta forma, “assina só e tudo quanto eles querem”. Entretanto, esqueciam que os ministros faziam parte dos apoios de Araújo Lima, com suas representações das maiorias parlamentares, dos traficantes e homens de terras e cativos, além dos bacharéis. O Regente Interino propunha as suas vontades, junto às dos ministros, que refletiam, todos, os mesmos

⁸⁴² HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1838. Nº 525.

⁸⁴³ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 14 de março de 1838. Nº 533.

⁸⁴⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 3 de março de 1838. Nº 530.

⁸⁴⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 24 de março de 1838. Nº 537.

⁸⁴⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril**. Rio de Janeiro, 26 de março de 1838. Nº 538.

⁸⁴⁷ Idem.

quereres. Seguiria o “Observador”: “Eleger [...] Araújo Lima seria endurecer os ferros que o agrilhoam, seriam conservar em nome dele o ministério infando que a passos largos vai arrastando o Brasil ao abismo”. Assim, “não convém ao Brasil um regente escravizado⁸⁴⁸.” Era a expressão da opinião daqueles que estavam execrados do poder. Tudo isso estava atrelado à queda dos ministros de Feijó. Tanto que, no dia 21 de abril de 1838, véspera da eleição, “O Parlamentar” colocava não ter tido, Araújo Lima, nenhum patriotismo, “entregando as rédeas da administração a quem tantas provas havia dado de sua incapacidade”, tendo chamado “para seu lado os inimigos mais encarniçados” do padre Feijó⁸⁴⁹. Eram queixas daqueles que fora do poder, queriam retomá-lo. Mas, faltavam ir às urnas: elas mostrariam o vencedor.

Ao mesmo tempo que os jornais brigavam em suas páginas, as províncias ardiavam nas revoltas. A Sabinada⁸⁵⁰, na Bahia, de caráter separatista, tendo sido derrotada em março de 1838, chamava a atenção do ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, baiano, em novembro de 1837. Mas, ele tinha esperanças: “a infame revolta do matador Sabino [...] dentro da cidade da Bahia, está a ponto de ser suplantada pela força legal que se levantou em todo o Recôncavo [...]” A repressão estava vindo da barca de guerra 29 de agosto e do brigue 3 de maio. Ainda chegaram a Charrua Carioca, a corveta 7 d’Abril e o Paquete Brasília, “cuja força reunida desanimou os revoltosos”. E mais: “Hoje [28 de novembro de 1837] para lá partiu o Vapor Urania, levando armamento e cartuchame”. Haveria reforço da fragata Príncipe Imperial. E concluía, sobre o tema da revolta: “Estou que a sabinada da Bahia (que vergonha para nós!) não nos dará que fazer⁸⁵¹.” Pernambuco ajudava na repressão: em 30 de março de 1838, “O Echo da Religião e do Império” colocava que “foi a distinta brigada de Pernambuco quem abriu as portas da Bahia ao exército da legalidade⁸⁵²”. Quem melhor dava informações sobre a Sabinada, a Araújo Lima, era o Visconde de Pirajá, que seria colocado, pelo regente, como “um dos sustentáculos do Trono”. As realizações contra os revoltosos não eram fáceis: homens desertavam, armados⁸⁵³. Em março, escrevia: “dois batalhões que criei dos antigos caçadores

⁸⁴⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **O Parlamentar**. Rio de Janeiro, 28 de março de 1838. Nº 49.

⁸⁴⁹ HEROTECA DIGITAL. **O Parlamentar**. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1838. Nº 56.

⁸⁵⁰ Para saber mais sobre a Sabinada: KRAAY, Hendrik. “Tão assustadora quanto inesperada”: a Sabinada baiana, 1837 – 1838. In: DANTAS, Monica Duarte. **Revoltas, Motins, Revoluções**. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 263 – 294.

⁸⁵¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 99. **Carta de Miguel Calmon du Pin e Almeida para Manoel Antonio Galvão**. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1837.

⁸⁵² HEMEROTECA DIGITAL. **O Echo da Religião e do Imperio**. Recife, 30 de março de 1838. Nº 44.

⁸⁵³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá para Pedro de Araújo Lima**. Itaparica, 7 de fevereiro de 1838.

da Torre, eles fizeram prodígios, e eu não tenho expressões para descrever o heroísmo com que se portaram⁸⁵⁴.”

Quanto ao Rio Grande do Sul, Miguel Calmon dizia, em 1837, que “recebemos boas notícias. Acham-se ali 4.000 homens a favor da legalidade”. Se a missiva era de 28 de novembro, “julga-se, que até o natal, aquela província estará pacificada⁸⁵⁵.” A previsão do ministro estava equivocada: a Farroupilha só acabaria na outra década⁸⁵⁶. No meio do conflito, Francisco Luis da Costa Guimarães escrevia para Araújo Lima. Era, ele, dono de pelo menos duas embarcações envolvidas no tráfico de escravos: “Aurora do Cabo” e “Fluminense”, fazendo viagem para buscar gente cativa na África entre 1828 e 1830, com rotas saídas do Rio de Janeiro para Luanda⁸⁵⁷, Moçambique⁸⁵⁸, Quilimane⁸⁵⁹ e Lourenço Marques⁸⁶⁰. Ainda em 5 de janeiro de 1838, o traficante, na condição de Juiz de Paz e com a “amizade que lhe consagro” escrevia: “não sei se deva dar pêsames ou parabéns a Vossa Excelência pela sua elevação à Regência do Império.” Havia tensão naquelas partes do país, pelas revoltas, que poderiam explodir para o resto do Brasil. Claro: não era o melhor momento para ser regente⁸⁶¹. Entretanto, no meio da turba, haveria eleição: “Está marcado o mês de abril para a eleição do Regente, e Vossa Excelência deve contar sem receio, com a maioria dos votos desta Província, ainda que limitados sejam os círculos das votações⁸⁶².” Ou seja: Araújo Lima conseguiria angariar números mesmo com o Rio Grande do Sul em guerra. E, claro, contando com o apoio do comerciante de gente. No dia 19 de abril, retornava a comunicação: enviava as cédulas que seriam distribuídas aos eleitores, “cujos votos, são em Vossa Excelência”. E, querendo mostrar-se aliado, dizia: “Cavalcanti por aqui não tem um só voto⁸⁶³”. Dessa forma, Araújo Lima ia somando as alianças com os traficantes de escravos dispersos pelo Império do Brasil.

Enquanto o regente interino ia recebendo ajuda de pessoas de duas das províncias rebeladas, em Pernambuco, o clima não lhe era favorável. Mesmo que tivesse, ao seu lado, os

⁸⁵⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá para Pedro de Araújo Lima**. Quartel da Bahia, 30 de março de 1838.

⁸⁵⁵ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 99. **Carta de Miguel Calmon du Pin e Almeida para Manoel Antonio Galvão**. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1837.

⁸⁵⁶ Para saber mais sobre a Guerra dos Farrapos. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos*. In: Dantas, Monica Duarte. **Revoltas, Motins, Revoluções**. Op.cit., 229 – 261.

⁸⁵⁷ <http://www.slavevoyages.org/voyage/737/variables>

⁸⁵⁸ <http://www.slavevoyages.org/voyage/830/variables>

⁸⁵⁹ <http://www.slavevoyages.org/voyage/859/variables>

⁸⁶⁰ <http://www.slavevoyages.org/voyage/1002/variables>

⁸⁶¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 101. **Carta de Francisco Luis da Costa Guimarães para Pedro de Araújo Lima**. Rio Grande do Sul, 5 de janeiro de 1838.

⁸⁶² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 101. **Carta de Francisco Luis da Costa Guimarães para Pedro de Araújo Lima**. Rio Grande do Sul, 21 de fevereiro de 1838.

⁸⁶³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 101. **Carta de Francisco Luis da Costa Guimarães para Pedro de Araújo Lima**. Rio Grande do Sul, 19 de abril. Sem ano. Todavia, o contexto mostra ser de 1838.

ministros Maciel Monteiro e Sebastião do Rego Barros, além do presidente da Província, Francisco do Rego Barros, a liderança seria, mesmo, de Hollanda Cavalcanti. Em um lance de blefe, o mesmo feito pelos aliados de Hollanda contra Araújo Lima em 1835, havia se espalhado por Pernambuco a notícia da renúncia de Hollanda aos votos. Um amigo do candidato publicou no “Diário de Pernambuco” e no “Echo da Religião e do Império” um texto a desmentir tal ação⁸⁶⁴. Talvez, o que ocorreu: um ou outro Rego Barros pode ter soltado a mentira de que o primo não se interessava mais na eleição por preferirem Araújo Lima. Ou, até, fosse uma forma de o redator colocar evidência sobre Hollanda Cavalcanti e reprovar supostas atitudes dos aliados do regente interino.

Joaquim Nabuco propôs, para esse momento, “a divisão da família Cavalcanti” ser “um acidente puramente local e passageiro.” Ainda disse que “a maioria dos votos Cavalcantis é dada de preferência a Araújo Lima⁸⁶⁵.” Não obstante, não era bem assim. Parece que Nabuco junta em um só grupo os Rego Barros e Cavalcanti. E, se for, as suas contas estavam corretas. Contudo, não havia união entre os dois ramos, como já demonstramos em outro trabalho: a divisão entre as duas famílias era perene, juntavam-se ao sabor dos interesses, quando as rédeas eram perdidas por ambas as partes. E, nesse meio, os Rego Barros eram aliados de Araújo Lima⁸⁶⁶. As relações de Francisco do Regos Barros com Pedro de Araújo Lima se estenderiam até as mortes, em 1870. Até nisso foram amigos: quando um se foi, o outro ia junto, no mesmo ano. Em 1863, Rego Barros já com o título de Conde da Boa Vista, pedia emprestado 20 contos de réis, “ou mesmo só doze, me poria em posição vantajosa.” Nisso, pagaria o juro de seis por cento. A dívida era fruto de negociações com um J. Pinto⁸⁶⁷. Assim, os Rego Barros eram um forte nó nessas alianças políticas de Araújo Lima. Mas, se o regente possuía o apoio desses nomes, Hollanda Cavalcanti contaria com os apaniguados dos seus irmãos: Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que ia aparecendo e se fortalecendo em Pernambuco e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que havia sido presidente da província. Era um cabo de guerra.

A luta pela regência só findou com a apuração dos votos. Na sessão de 22 de setembro de 1838, o padre Venâncio Henriques de Rezende discursou na câmara. Disse “que não convém que a regência do Brasil não esteja por dois anos nas mãos daquele indivíduo que não tenha os

⁸⁶⁴ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser Cavalgado**. Op.cit., pp. 147 – 148.

⁸⁶⁵ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 64.

⁸⁶⁶ CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser Cavalgado**. Op.cit., passim.

⁸⁶⁷ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 213 Documento 122. **Carta do Conde da Boa Vista (Francisco do Rego Barros) para o Marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima)**. 17 de setembro de 1863.

votos do povo⁸⁶⁸.” Claro é: o padre falava em “povo” no sentido restrito. Até mostrava isso quando afirmava “votos do povo”. Como nem todo mundo votava, para ele, “povo” significava aqueles homens que, pela constituição, no seu capítulo VI, poderiam participar da disputa eleitoral. Nas eleições primárias, não votariam os menores de 25 anos, os filhos famílias, os religiosos, dentre outros, além dos “que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bem de raiz, indústria, comércio ou empregos.” Já os eleitores não seriam: “os que não tiverem de renda líquida anual duzentos mil réis”, os libertos e os criminosos⁸⁶⁹. Ou seja: o sacerdote retirava de junto de si uma parte importante da população, a viver, também, dentro do Império.

Em 6 de outubro de 1838, era confirmado, no cargo de regente, Pedro de Araújo Lima, em mandato de 4 anos. No dia 12 de outubro, “O Sete d’Abril” colocava os números das votações: Araújo Lima com 4.308 votos e Hollanda Cavalcanti, 1.981⁸⁷⁰. Se o último, realmente, contava com os eleitores de 1835 mais os de Feijó, não conseguiu, ao final, repetir a votação de 2.251. Segundo o periódico, Araújo Lima obteve maioria em 15 províncias: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Sergipe, Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Hollanda só seria mais votado em Pernambuco e Santa Catarina⁸⁷¹. Na terra natal conseguiu arrancar 285 votos contra 183 de Araújo Lima⁸⁷². Os Cavalcanti de Albuquerque mostravam, assim, a sua força em Pernambuco; contudo, não conseguiam expandir para outras margens do Império. Com os resultados postos, no dia 7 de outubro, Araújo Lima já pronunciava o juramento. Assim, ficariam encastelados no poder os representantes dos traficantes de escravos, donos de terras e bacharéis.

4.3 SEM COROA E SEM CETRO, MAS, VICE-REI

Passadas as eleições e conquistada a vitória, Pedro de Araújo Lima revestia-se de poder próprio. Não era mais o homem que recebeu o cargo do padre Feijó, no meio do caminho: buscara-o com ajuda dos aliados. Agora, era o Vice-Rei, ou, como disse Nabuco, o “vice-

⁸⁶⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro Anno da Quarta Legislatura. Sessão de 1838. Tomo Segundo.** Rio de Janeiro: Typographia da Viúva Pinto & Filho, 1887, p. 540.

⁸⁶⁹ Constituição Política do Império do Brasil. In: NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileiras. Volume I. 1824.** Brasília: Senado Federal, 2012, pp. 74 – 75. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/137569>.

⁸⁷⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **O Sete d’Abril.** Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1838. Nº 620.

⁸⁷¹ Idem.

⁸⁷² HEMEROTECA DIGITAL. **Camara dos Srs. Deputados. Primeiro Anno da quarta legislatura. Sessão de 1838. Tomo Segundo.** Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filho, 1887, p. 610.

imperador⁸⁷³”. Ficaria marcado, pelos contemporâneos, por esse governo. Ostentaria a aura pelo resto da vida. Ainda foi Nabuco quem disse: “Ele tinha em tudo ideias próprias, sentimentos ou antes preconceitos que ninguém podia modificar”. E mais: “da sua situação de Regente ficara-lhe um orgulho natural de ser o primeiro cidadão abaixo do Imperador⁸⁷⁴.” Pedro de Araújo Lima era o político mais poderoso do Império do Brasil. Como afirmou Mello Moraes: “o mais considerado cidadão que possui o Brasil, depois do Imperador⁸⁷⁵”. Mesmo com toda a pompa que tinha direito, seus gestos, algumas vezes, apontavam a direção para o menino Pedro II. Como escreveu José Murilo de Carvalho, Pedro de Araújo Lima fez voltar o beija-mão, em 1838. Esse ato “era uma velha e abominável prática portuguesa, já abandonada por outras cortes europeias⁸⁷⁶.” Talvez fosse por esse tipo de atitude que, mais tarde, Pedro II, homem feito, quando precisasse de montar seu partido palaciano, chamasse Araújo Lima. Sabia que teria alguém ao lado. O “Echo da Religião e do Império” noticiou, aos 2 de fevereiro de 1838, outra investida do regente para com o imperial respeito cerimonioso: Araújo Lima, depois de ter feito os cumprimentos ao Imperador, postou-se de pé. O Marquês Tutor ofereceu algo para sentar; mas, não aceitando, disse que “na presença do Imperador ninguém tinha assento”. Assim, após a advertência, todos os presentes colocaram-se, também, de pé⁸⁷⁷. Tais provas de obediência e respeito iam sendo pessimamente vistas pelos adversários. Como informou José Murilo de Carvalho, geravam escândalo⁸⁷⁸. Contudo, não era apenas com esse tipo de problema que o Regente lidaria. De 1838 a 1840, teria de resolver as demandas mais inquietantes que surgiam no parlamento e no próprio ministério. Nem tudo era paz.

Ainda aos 10 de maio de 1838, poucos dias depois das eleições, o Visconde de Pirajá indicava que “com gosto tenho presenciado recair em Vossa Excelência a votação para regente.” Mesmo com a Bahia recém-saída da revolta, o Visconde deve ter dado seu apoio nas votações. Mesmo estando, a província, pacífica, era necessário “punição dos malvados, anarquistas [...]”. “Os roubos, assassínios e incêndios reclamam punição”, e só assim, “se conservará na ordem a província, e para tais monstros não deve haver piedade⁸⁷⁹.” Dez dias depois, Pirajá volta a escrever, e retoma o assunto: a impunidade e a “moleza” dos caminhos

⁸⁷³ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. op.cit., p. 122.

⁸⁷⁴ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. op.cit., p. 122.

⁸⁷⁵ IHGB. Cod. 193.6.27n.2. MELLO MORAES, A. J. **Biographia do Exm. Sr. Marquez de Olinda**. Rio de Janeiro: Tipografia de PINHEIRO & comp., Rua Sete de Setembro, N. 165, 1866, p. 3.

⁸⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. Ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 35.

⁸⁷⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **O Echo da Religião e do Império**. Recife, 2 de fevereiro de 1838. Nº 36.

⁸⁷⁸ CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. Op.cit., p. 35.

⁸⁷⁹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá a Pedro de Araújo Lima**. Bahia, 10 de maio de 1838.

dos processos o incomodavam, além de rancores que iam crescendo⁸⁸⁰. Em 21 de junho de 1838, com escrita irritada, revelava: “A falta de punição nos corifeus da rebelião tem a província em expectativa”, além da possibilidade “de uma insurreição de pretos⁸⁸¹.” Havia, pois, um medo real do retorno dos dias de 1835, com os Malês, além da incredibilidade partida de uma possível seletividade na repressão à Sabinada⁸⁸². Se reclamava, Pirajá também sabia pedir: já que Araújo Lima, em carta, havia prometido proteção; naquele momento, a necessitava. Devia a José Cerqueira Lima, de escravos comprados, quarenta e tantos contos de réis, e não o podia pagar. Assim, o credor promoveu uma execução fazendo penhora do Engenho Periperi. O favor era: “livrar-me de mendigar fiadores hipotecando eu aquela propriedade as prestações anuais de 3 contos de réis⁸⁸³”. No dia 28, escrevia de novo: “Vossa Excelência se não esqueça de meu pedido para com a Fazenda⁸⁸⁴.” Pirajá deve ter sido escutado nas reivindicações.

Pirajá não era o único que atormentava os pensamentos do regente Pedro de Araújo Lima com os problemas da Bahia. Em 20 de maio de 1838, alguém que assinava “L.P.A.B”, escrevia um resumo conciso dos dias revoltosos. Colocava ter sido, a “revolução” como chamou o redator, “maquinada pela maioria da gente de classe desta província como Empregados de Fazendas, Magistrados, Titulares”, agrupando, depois, alguns militares. Entretanto, como ia se dando a superioridade “por parte dos de fora”, ou seja, da repressão, “começaram logo por fuzilar a muitos rebeldes, já então depois de deporem as armas”. Na caçada, “se lançavam vivos ou semivivos nas chamas das casas incendiadas”. Além de tudo, “morre-se pois sem trato ao corpo, nem a alma. Jazem em abundância nas bárbaras prisões do mar velhos, moços, mudos, surdos, aleijados, e mentecaptos.” Para o autor, a ação sanguinolenta vinha, em parte, “por que não foram admitidos aos 1^{os} lugares da revolução; e por isso, eles ao princípio aderiram a ela, uns, por 6 dias, outros por mais, a ver se eram elevados.” Se Pirajá fazia e pedia castigos, “L.P.A.B” colocava: “A Bahia portanto precisa de uma anistia com a maior brevidade [...] nem devem mais continuar as perseguições e atropelos contra tantos inocentes e iludidos por parte dos mesmo que os iludiram⁸⁸⁵.” Assim, Pedro de Araújo Lima conheceria as duas faces da

⁸⁸⁰ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá a Pedro de Araújo Lima**. Bahia, 20 de maio de 1838.

⁸⁸¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá a Pedro de Araújo Lima**. Bahia, 21 de junho de 1838.

⁸⁸² ARAÚJO, Dilton Oliveira de. Rebeldes e rebeldias na Bahia do século XIX. In: **Clio. Revista de Pesquisa Histórica**. Recife: UFPE, 2004, N° 20, 2004, p. 105.

⁸⁸³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá a Pedro de Araújo Lima**. Bahia, 21 de junho de 1838.

⁸⁸⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá a Pedro de Araújo Lima**. Bahia, 28 de junho de 1838.

⁸⁸⁵ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 214 Doc. 43. **Carta de LPAB para Pedro de Araújo Lima**. Bahia, 20 de maio de 1838.

moeda: a de Pirajá, com ódio dos revoltosos, pedindo punição, e a carta anônima invocando anistia.

Os baianos não deixariam o regente, ainda, em paz. Já iam bem andados os anos, e Araújo Lima nem mais estava na regência, quando recebia ameaças, a 10 de agosto de 1840. Alguém que assinava “J.M.G.P”, “deputado provincial em vésperas de geral”, dizia conhecer “o caráter de Vossa Excelência, e visto que é pior do que o do pior negro ganhador⁸⁸⁶”. Segundo Carvalho, um “negro de ganho” possuía mobilidade, um pouco mais de autonomia. Alguns pagavam uma quantia semanal ao senhor e moravam em suas próprias casas de periferia⁸⁸⁷. Por essa condição de distanciamento do dono, deviam fugir, enganar o senhor dando menos dinheiro que o apurado. Enfim: da perspectiva senhorial, era um homem que devia ser desconfiado. E se ser comparado a um escravo já era ato de xingamento, o ex-regente, nesse momento, era possuído de um caráter péssimo, duvidoso. O assunto da carta era: “toda a Bahia está pronta a te fazer toda a guerra possível”. O autor pregava, pois, o medo, ainda corrente, de nova revolução naquela Província. O missivista esperava que Araújo Lima falasse logo da maioria de Pedro II, “a quem não tens amor nenhum”. Todas essas ameaças adiantavam de nada: Pedro II já reinava, quando Araújo Lima recebeu a carta; mas, a presença deste escrito nos mostra que, pelo Brasil, o querer, era mesmo, da subida do jovem Imperador. Ninguém ia aguentando, mais, viver sob um Império sem rei. E, essa motivação, carcomia os pés da regência.

Não era apenas as revoltas que abalavam os dias de Pedro de Araújo Lima. Divergências internas com os seus ministros também levavam-no à dispersão do poder. Pereira da Silva colocou, em 1878, observando aquele passado recente, que não havia “provas patentes de união” entre o ministério e o regente. Em outubro de 1838, mais um fator agravava a situação. Morria Lúcio Soares Teixeira Gouveia, senador pelo Rio de Janeiro, abrindo-se uma vaga senatorial para aquela província. Para o autor, “Vasconcellos exigia que a Miguel Calmon tocasse a herança, posto que o Regente com seus particulares amigos patrocinassem a candidatura do desembargador Lopes Gama⁸⁸⁸.” Pedro de Araújo Lima faria de tudo para demonstrar seu poder pessoal, reforçar que era o regente, quem mandava e deveria ser escutado e acatado. Não deixaria de lado, por nada, a oportunidade de elevar às cadeiras do Senado o seu

⁸⁸⁶ IHGB. Lata 214 Doc. 48. **Carta de JMGP para Pedro de Araújo Lima**. Bahia, 10 de agosto de 1840.

⁸⁸⁷ CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade**. Rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: EdUFPE, 2010, p. 241.

⁸⁸⁸ PEREIRA DA SILVA. **Historia do Brazil de 1831 a 1840. Governos regenciais durante a menoridade**. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior Typographo – Editor, Typographia Carioca, 1878, p. 257.

conterrâneo, amigo e contemporâneo na Universidade, Caetano Maria Lopes Gama. Era um elo naquelas estruturas de poder montadas, pessoalmente, por Pedro de Araújo Lima.

Corriam notícias na imprensa de que Araújo Lima, naquele momento, não se fazia ladeado por Vasconcellos, levando à frente “seu gênio dominador” e “pretensões à preponderância.” Os colegas ministeriais mais próximos também demonstravam “queixas e ciúmes, pelo modo por que os tratava” o ministro. Maciel Monteiro e Sebastião do Rego Barros, “íntimos amigos” de Araújo Lima, eram os mais sentidos⁸⁸⁹. Frente a isso, não era estranho que o regente viesse em defesa dos seus aliados mais chegados, deixando Vasconcellos na lateral. E, como tudo isso era público, os periódicos afirmavam a divisão havida entre os ministros e Araújo Lima. O jornal “Aurora” teria dito, inclusive, que o gabinete havia solicitado demissão e estava sendo montada outra composição encabeçada por Lopes Gama⁸⁹⁰. No dia 31 de dezembro de 1838, Bernardo Pereira de Vasconcellos fazia publicar nota no “Jornal do Commercio”, uma resposta ao “Sete de Abril” de 28 de dezembro, declarando que “existe a maior harmonia entre ele e seus colegas, que compõem o atual ministério⁸⁹¹”. Vasconcellos não esperava pela surpresa do dia 6 de janeiro de 1839, quando publicou-se, em um periódico, carta de Lopes Gama, informando ter sido convocado pelo regente, desde 1 de janeiro, para compor novo gabinete, já que o vigente pediu demissão. Alguns dias após o incidente do chamado, Araújo Lima retirou o convite, já que entrou em acordo com os ministros⁸⁹². Porém, com essa armação, o governo regencial ficaria abalado.

Depois dos dias eleitorais para a escolha do novo senador pelo Rio de Janeiro, a lista tríplice apresentava os nomes de Lopes Gama, Miguel Calmon e José Clemente. No dia 16 de abril de 1839, Araújo Lima impunha a sua vontade: o desembargador pernambucano Lopes Gama ascendia ao Senado⁸⁹³. O ministério apresentava a demissão. Bernardo Pereira de Vasconcellos perdia a quebra de braço com o regente. Ganhava o dono do poder, demonstrando que o seu querer prevalecia. Daí em diante, subiria uma sucessão de três ministérios. Agrupava-se o abandono do maior orador da Câmara com o clima de incerteza nas províncias. Já queriam Pedro II; mas, outro Pedro reinava sem ser rei.

⁸⁸⁹ PEREIRA DA SILVA. *Historia do Brazil de 1831 a 1840. Governos regenciais durante a menoridade*. Op.cit., pp. 256 – 257.

⁸⁹⁰ Idem, p. 258.

⁸⁹¹ HEMEROTECA DIGITAL. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1838. Nº 292. Indicada por PEREIRA DA SILVA. *Historia do Brazil de 1831 a 1840. Governos regenciais durante a menoridade*. Op.cit., p. 258.

⁸⁹² PEREIRA DA SILVA. *Historia do Brazil de 1831 a 1840. Governos regenciais durante a menoridade*. Op.cit., 258.

⁸⁹³ Idem, 260.

No mesmo dia 16 de abril de 1839, um pernambucano assumia as pastas do Império e Justiça no novo gabinete: Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque. Já era experimentado na vida pública e nos conflitos políticos: havia sido presidente de Pernambuco de dezembro de 1833 a meados de 1835⁸⁹⁴. No momento que entrava para o ministério, era Senador, escolhido por Araújo Lima, desde 1838⁸⁹⁵, o que quebrava a lógica da composição anterior: inteiramente retirada da câmara. Entretanto, um padrão era seguido para o ministro do Império: havia sido contemporâneo do regente na Universidade de Coimbra⁸⁹⁶ e outra semelhança rondava: era um pernambucano, demonstrando a vontade de Araújo Lima de demarcar o espaço dos seus aliados. Porém, Lopes Gama, feito senador, não assumia nenhuma pasta. E, o ministério passava, para Pereira da Silva, como “fraco na organização, sem amigos em nenhum partido⁸⁹⁷”. Claro que havia certo exagero nas palavras do escritor. O que deve ter reagido como maior ponto de incômodo foi o não apoio de toda a Câmara, que perdeu alguns membros ministeriais⁸⁹⁸. Em 1º de setembro de 1839, assumia outro gabinete.

O novo ministério seria encabeçado por mais um contemporâneo da Universidade de Coimbra, mas, baiano: Manuel Antônio Galvão⁸⁹⁹, amigo pessoal de Pedro de Araújo Lima e que conseguiu ter uma boa carreira política: foi presidente de Alagoas (1829 – 1830), Espírito Santo (1830), Minas Gerais (1831) e Rio Grande do Sul (1831 – 1833 e 1846 - 1848)⁹⁰⁰. Manuel Alves Branco (Fazenda) e o Marquês de Lages (Guerra) eram retirados do Senado, além de Caetano Maria Lopes Gama: o centro das brigas do ministério com Vasconcellos⁹⁰¹. Mas, Gama era a cota de Pernambuco no Ministério, e assumia a pasta de Estrangeiros.

Caetano Maria Lopes Gama havia se formado em Coimbra. Administrou as Províncias de Alagoas (1844), Goiás (1824 – 1827) e Rio Grande do Sul (1829 – 1830)⁹⁰². Na legislatura de 1830 – 1833, foi eleito deputado por Goiás⁹⁰³. Era um dos amigos mais próximos de Pedro de Araújo Lima. E como dois, ao menos, dos componentes ministeriais possuíam estreitas

⁸⁹⁴ **Organizações e Programas ministeriais.** Op.cit., p. 439.

⁸⁹⁵ Idem, p. 411.

⁸⁹⁶ MELLO MORAES, AJ. **História do Brasil-Reino e do Brasil-Império.** Tomo 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 282.

⁸⁹⁷ PEREIRA DA SILVA. **Historia do Brazil de 1831 a 1840. Governos regenciais durante a menoridade.** Op.cit., p. 266.

⁸⁹⁸ O ministério ficara com a seguinte composição: Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque (Senador) com as pastas do Império e Justiça; Cândido Batista de Oliveira (lente de matemáticas) com Estrangeiros e Fazenda; Jacinto Roque de Sena Pereira (Oficial-General da Armada) na Marinha e na Guerra, quando a 16 de maio o Marquês de Lages assumia a Guerra. In: **Organizações e Programas Ministeriais.** Op.cit., p. 68.

⁸⁹⁹ MELLO MORAES, A J. **História do Brasil-Reino e do Brasil-Império.** Op.cit., p. 281.

⁹⁰⁰ **Organizações e programas ministeriais.** Op.cit., p. 467.

⁹⁰¹ Idem, p. 70. Os outros ministros eram: Francisco Ramiro de Assis Coelho (Justiça. Assumiria o Império em 2 de maio de 1840), Jacinto Roque de Sena Pereira, Oficial-General da Armada (Marinha).

⁹⁰² **Organizações e programas ministeriais.** Op.cit., p. 459.

⁹⁰³ Idem, p. 287.

relações com o regente, além do ministério de 1837 também possuir integrantes dos seus círculos de amizade, as críticas à regência iam aumentando. Segundo Pereira da Silva, a maioria da câmara fazia muitas queixas da situação, donde Araújo Lima preferia “interesses de amigos e de família” aos problemas de ordem pública⁹⁰⁴. O governo pessoal e intransigente do Regente abalava, também, as estruturas do seu governo. Se protegia os mais próximos, afastava tantos outros.

A ideia de Maioridade se alastrava por dentro do Império. Ainda era 9 de setembro de 1839 quando Pedro de Araújo Lima recebia nova carta anônima com ameaças. Partia do Rio de Janeiro, de muito próximo dele, e dizia: “largue por mão ao Nosso Imperador o comando, se não vai para a glória do inferno⁹⁰⁵”. E ao fim, ameaçava ferozmente: “Morrão todos os ladrões que nos roubam nosso Imperador”. Já não existia mais paciência com a situação de Pedro II existir e não reinar. Além de um motivo importantíssimo, colocado por Basile: havia o “quase consenso de que toda a mística e o prestígio que revestiam a monarquia, personificada na figura do Imperador, eram essenciais para restabelecer a ordem que o Regresso tanto pregara⁹⁰⁶.” E outra coisa: os grupos aliados do poder, desde Feijó, queriam reaver seus postos.

Ligas secretas espalhavam-se por todo o território. Outra missiva anônima chegava de Pernambuco. No texto, o emissor indicava que Araújo Lima não concordava com o sistema Republicano no Brasil, e, por isso, denunciava “uma liga secreta desde a Bahia até o Pará a qual trabalha para a desunião destas províncias.” O objetivo: queriam a federação. Assim, o regente deveria cuidar para “Salvar o Brasil”, que estaria “mais do que as bordas do precipício⁹⁰⁷”.

Não era só de Pernambuco que advinha esse tipo de colocação. Francisco de Souza Martins era o presidente do Ceará desde fevereiro de 1840⁹⁰⁸. Fazia parte daquele grupo de bacharéis formados no curso jurídico de Olinda, protegidos por Araújo Lima⁹⁰⁹. Investigava, em sua função, uma sociedade secreta no sertão do Ceará, em Icó. Um dos bilhetes que chegavam às mãos do presidente era para Thomaz de Aquino Pinto Bandeira, residente naquela localidade, “de espírito ativo, e amigo de novidades (segundo me informam); e mui relacionado com as pessoas da oposição nessa cidade”. Alguns escritos misteriosos, que deixavam o

⁹⁰⁴ PEREIRA DA SILVA. *Historia do Brazil de 1831 a 1840. Governos regenciais durante a menoridade*. Op.cit., p. 269.

⁹⁰⁵ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 214 Doc. 48. *Carta anônima para Pedro de Araújo Lima*. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1839.

⁹⁰⁶ BASILE, Marcello. *O laboratório da Nação: a era regencial (1831 – 1840)*. Op.cit., p. 95.

⁹⁰⁷ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 214 Pasta 46. *Carta Anônima para Pedro de Araújo Lima*. Pernambuco, 8 de abril de 1840.

⁹⁰⁸ *Organizações e Programas Ministeriais*. Op.cit., p. 435.

⁹⁰⁹ NOGUEIRA, Paulino. *Presidentes do Ceará. Período Regencial*. 10º. Presidente Bacharel Francisco de Souza Martins. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, Ano XV, 1901, p. 5.

governo desconfiado, vinha com letra de mulher a João Facundo de Castro Menezes, “encerrando o bilhete com cifras idênticas às do primeiro, e dele parece indubitável existir correspondência para essa Corte da mencionada sociedade”. Ou seja: o presidente tinha certo medo de que toda aquela maquinação pudesse ser realizada entre o Ceará e Corte para a derrubada do regente. A razão para estar amedrontado era tanta, que Souza Martins dizia: “parecendo-me improvável que pessoas desta cidade só por mero divertimento, ou por intriga, imaginem um abecedário de cifras, e com ele mantenham correspondência com a Corte.” E ainda propunha o “exaltamento dos chefes desse partido, que se considera na véspera de perder na Província o predomínio que há gerado por tantos anos”. Assim, o último recurso daqueles sujeitos seria “o apelo a uma revolução cujo fim não pode deixar de encontrar simpatias na população desta Província, e de outras do Império”. Para Souza Martins, as circunstâncias eram “mui ponderosas e dignas de séria meditação, e de vigilantíssima precaução⁹¹⁰”.

Parece que o Presidente do Ceará estava correto em suas desconfianças: o teatro da ação da missiva é muito mais complexo do que o leitor pode estar imaginando. Pensou-se, inicialmente, que alguns bilhetes estavam ligados ao Coronel Agostinho José Thomaz de Aquino, segundo Souza Martins, “cidadão respeitável e de minha inteira confiança”, já que a referência possuída era a de um “Aquino do Icó”. Contudo, o presidente da província desfaz a dúvida e indica Thomaz de Aquino Pintto Bandeira como o envolvido na confusão. Todavia, para Guilherme Studart (Barão de Studart), o Coronel Agostinho José Thomaz de Aquino não foi melhor pessoa: “era capaz das maiores perfídias e crueldades”. Havia sido “fervoroso liberal” e amigo de João Facundo de Castro Menezes, também colocado no imbróglio. Porém, voltou-se, depois, para o lado dos conservadores⁹¹¹. Já seu ex-amigo João Facundo de Castro Menezes foi o presidente do Ceará desde a saída do padre Alencar, em 25 de novembro de 1837, daquele cargo. João Facundo permanecia na presidência até a subida de Araújo Lima à Regência⁹¹². Ou seja: havia muito ressentimento e vontade de ver a queda daquele governo; assim, as atitudes de Martins tomam explicação, ainda mais, quando sabemos que, logo após a proclamação da Maioridade de Pedro II, João Facundo será o presidente da província. Muito provavelmente, estava armando contra Pedro de Araújo Lima e recebeu a recompensa. E se pensarmos mais um pouco, adicionamos outra informação: no Rio de Janeiro, o Clube da

⁹¹⁰ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 214 Pasta 47. **Carta de Francisco de Souza Martins sem destinatário (provavelmente Pedro de Araújo Lima)**. Ceará, 2 de maio de 1840.

⁹¹¹ STUDART, Guilherme (Barão de Studart). **Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense**. Volume Primeiro. Fortaleza: Typo-Lytophographia a vapor, 1910, pp. 14 – 15. Agostinho José Thomaz de Aquino falecera a 19 de janeiro de 1842.

⁹¹² Idem, p. 464.

Maioridade teria o cearense padre José de Alencar como um dos fundadores. Tudo fazia sentido. Mas, o fim de João Facundo de Castro Menezes seria trágico. Aos 8 de dezembro de 1841, sendo vice-presidente do Ceará, era assassinado. E o cúmplice do crime: Agostinho José Thomaz de Aquino⁹¹³.

Os cearenses possuíam mais uma queixa contra o Regente. Desde 20 de fevereiro de 1840, o coronel Pedro José da Costa Barros, senador pelo Ceará, já estava morto. Naturalmente, abria-se vaga, daquela província, para o Senado. Marcadas as eleições, o dia escolhido foi 31 de março de 1840. Os eleitores, em sua maioria, faziam parte da oposição ao governo regencial: a situação governista teria de fazer trabalho sobre-humano para conquistar os votos do seu candidato.

Se recordarmos, o ministério de 1837 caiu por desentendimentos internos quanto às eleições senatoriais para o Rio de Janeiro. Se a vaga foi dada a Lopes Gama, naqueles dias, agora, era Miguel Calmon du Pin e Almeida, o ex-preterido quem deveria receber o presente. Porém, Calmon era baiano, quase desconhecido no Ceará. Assim, para que a vitória acontecesse, Souza Martins causou diversas trapaças junto aos aliados. Um dos casos é o do padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa, juiz de paz em Baturité. Segundo Nogueira, no momento eleitoral, o sacerdote postou-se com soldados na frente da Igreja, na intenção de prender os eleitores que não estivessem dispostos a votar em Calmon⁹¹⁴. Ao final, o ex-ministro aparecia na lista tríplice, ao lado do padre José da Costa Barros e Antonio Ribeiro Campos. Com isso, antes da queda da Regência de Araújo Lima, Calmon conseguia sua vaga no Senado⁹¹⁵, mesmo com os protestos dos opositores, como o padre José de Alencar.

Ante todas essas ameaças que iam surgindo, além das oposições políticas, Pedro de Araújo Lima convoca novo ministério a 18 de maio de 1840. Dessa vez, o fiel Caetano Maria Lopes Gama assumia as pastas do Império e Estrangeiros. No dia 23 de maio, Paulino José Soares de Sousa, o futuro Visconde de Uruguai, recebia a Justiça⁹¹⁶. Ele viria a ser conhecido, junto a Rodrigues Torres e Eusébio de Queiroz como membro da “trindade saquarema⁹¹⁷”. Naquele momento, como deputado, agrupava-se com Bernardo Pereira de Vasconcellos⁹¹⁸. Juntava-se com a formação de voz forte da Câmara. Seria chamado, na pasta da Marinha,

⁹¹³ STUDART, Guilherme (Barão de Studart). **Diccionario Bio-Bibliographico Cearense**. Op. cit., p. 15.

⁹¹⁴ NOGUEIRA, Paulino. *Presidentes do Ceará. Período Regencial*. 10º. Presidente Bacharel Francisco de Souza Martins.op.cit., 12.

⁹¹⁵ Idem, 18.

⁹¹⁶ Antes, estava José Antonio da Silva Maia, magistrado.

⁹¹⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. Op.cit.,p. 120.

⁹¹⁸ SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume I. op.cit.,p. 50.

Joaquim José Rodrigues Torres: outro membro dos conservadores do Rio de Janeiro⁹¹⁹. Assim, Araújo Lima ia tentando se agarrar ao poder, sem cair.

Com essa composição ministerial, segundo Pereira da Silva, a maioria da Câmara parecia mais acalmada: “devia, portanto o ministério considerar-se fortalecido com a confiança dos representantes da nação⁹²⁰.” Mas, não era bem assim: alguns daqueles que formariam o partido liberal, ladeado por alguns conservadores insatisfeitos, se juntavam para a queda de Pedro de Araújo Lima. Nesse meio, encontravam-se justamente dois dos senadores pernambucanos elevados pelo Regente: Hollanda Cavalcanti e o seu irmão Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que era conservador e escolhido senador em 1839, só chegaria aquela casa em 11 de abril de 1840⁹²¹. Ou seja: na família Cavalcanti, independente do partido que subisse, sempre haveria um dos seus componentes na situação. Nesse momento, afastados do poder, queriam conquistá-lo com a maioria do Imperador, que só deveria vir aos 18 anos, em 1843. Todavia, adiantavam-se.

Em 15 de abril de 1840 o “Clube da Maioridade” era instalado. Era secreto e queriam, como diz o nome, a maioria do Imperador D. Pedro II. Nas lembranças do escritor José de Alencar, filho do padre Alencar, ficou que “uma noite por semana, entravam misteriosamente em nossa casa os altos personagens filiados ao Clube Maiorista⁹²².” Escolhiam, para a reunião, “um aposento do fundo” e a residência era fechada “às visitas habituais”, para que não houvesse suspeitas. E a memória de menino corria às penas: “Enquanto deliberavam os membros do Clube, minha boa mãe, assistia ao preparo de chocolate com bolinhos⁹²³.” Assim, entre uma mordida e outra do bolinho e seguidos goles no chocolate, aqueles poderosos senhores repartiam, com gula, o poder que viria, até se lambuzarem. E com esse espírito, logo na primeira sessão, nomearam-se os presidentes: Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e seu vice, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque⁹²⁴. A primeira secretaria era do padre José de Alencar; a segunda, do padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar. Hollanda Cavalcanti indicava algumas propostas: que os membros procurassem saber da vontade do

⁹¹⁹ **Organizações e programas ministeriais.** Op.cit., p.73. A pasta da Fazenda ficava com Silva Maia e a Guerra com Salvador José Maciel.

⁹²⁰ PEREIRA DA SILVA. **Historia do Brazil de 1831 a 1840. Governos regenciais durante a menoridade.** Op.cit., p. 318.

⁹²¹ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos (1834 – 1850).** Volume X. Recife: Arquivo Público Estadual, 1966, p. 169.

⁹²² ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista.** Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1893, p. 17. Acessado em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000018504&bbm/4647#page/1/mode/2up>.

⁹²³ Idem, p. 19.

⁹²⁴ **Proposta da criação do Clube da Maioridade e Estatutos para a Sociedade Promotora da Maioridade.** In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioridade.** Brasília: Senado Federal, 1978, pp. 173 – 177.

Imperador quanto à maioria e buscassem alguns membros do legislativo para votarem no projeto⁹²⁵.

A causa ganhava corpo. Alguns agentes já sabiam do sim de Pedro II quanto ao feito⁹²⁶. Entretanto, ao que parece, a maioria era mais vontade dos “golpistas” do que do próprio Imperador, que era um menino. Ante o jovem, os velhos realizavam-se em desejos. E Hollanda Cavalcanti, já em 13 de maio de 1840, discursava, no Senado, sobre o pensamento de declaração da maioria de Pedro II⁹²⁷. Sendo levado o projeto ao Senado, não passava. Porém, os números da votação, de 18 e 16, indicavam que o desejo dos maioristas seria realizado em breve⁹²⁸. E, nisso, Araújo Lima tentava tomar algumas resoluções, para ganhar tempo: ia até Pedro II e propunha a maioria para 2 de dezembro de 1840, quando chegaria aos 15 anos. Outra investida: em 22 de julho, colocava Bernardo Pereira de Vasconcellos no lugar de Lopes Gama, na pasta ministerial do Império⁹²⁹: passaria apenas 9 horas no cargo. No mesmo dia, uma comissão parlamentar visitou Pedro II. O Marquês de Itanhaém e frei Pedro de Santa Mariana aconselharam o Imperador a querer o trono de imediato⁹³⁰. Pedro de Araújo Lima saía da regência. Era a vitória dos maioristas que, no outro dia, já estavam no poder.

Em 1867, quando Tito Franco de Almeida publicou sua obra “O Conselheiro Francisco José Furtado”, e criticou Pedro de Araújo Lima e Pedro II, reconheceu que “a maioria, perante o direito, foi um crime constitucional, do qual o Imperador participou, e ao qual a nação anuiu⁹³¹.” Assim, o ato de Antonio Carlos, Martim Francisco, Aureliano de Sousa Coutinho, Limpo de Abreu, Hollanda Cavalcanti e Francisco de Paula era um golpe dado na constituição, como ficou conhecido, o “Golpe da Maioridade”.

Se Pedro de Araújo Lima saía da regência em 1840, derrubado pelos irmãos Cavalcanti, retornaria no fim da mesma década, aos ministérios, mostrando o poder que acumulou como vice-rei. Entretanto, se, por algum tempo, tomamos as linhas acima para explicar a queda de Araújo Lima pelos seus adversários, veremos, pois, nas próximas páginas, alguns dos seus aliados.

⁹²⁵ **Trabalhos do Clube da Maioridade – Atas das Sessões.** In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioridade.** Brasília: Senado Federal, 1978, p. 178.

⁹²⁶ **Trabalhos do Clube da Maioridade – Atas das Sessões.** In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioridade.** Op.cit., p. 180.

⁹²⁷ Justificação do projeto da maioria – Senado – Sessão de 13 de maio de 1840. In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioridade.** op.cit., 184.

⁹²⁸ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). Op.cit, p. 95.

⁹²⁹ **Organizações e Programas Ministeriais.** Op.cit., p. 73.

⁹³⁰ LYRA, Heitor. **História de D. Pedro II.** Ascensão (1825 – 1870). Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, p. 70.

⁹³¹ ALMEIDA, Tito Franco de. **O Conselheiro Francisco José Furtado.** Biographia e estudo de História Política Contemporânea. Rio de Janeiro: Editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1867, p. 13. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242423>.

4.4 AINDA O TRÁFICO DE ESCRAVOS

Não era apenas de adversários que vivia a regência de Pedro de Araújo Lima. Alguns sujeitos, vez por outra, ainda faziam os seu pedidos, recomendavam pessoas. Não esqueçamos: os elos feitos demoravam para desgastarem-se, ou, até nem se desgastavam. A amizade com Antonio Peregrino Maciel Monteiro, o ministro-poeta, renderia anos. Pelos dias de 1845, era ele quem dava as notícias de Pernambuco para o ex-regente: os adversários os injuriavam atrozmente na imprensa, além de decretarem assassinatos. E dizia: “Não sei qual deve ser o paradeiro de tais desatinos: o que sei é que dado o sinal, e derramada a primeira gota de sangue, a carnagem há de ser horrível⁹³².” Nesse momento, eram opositores.

Ainda em 1838, quando subia como regente eleito, Pedro de Araújo Lima recebia nova missiva do Bispo de São Paulo, D. Manoel Joaquim Gonçalves Andrade⁹³³, renovando os parabéns ao cargo. Deve ter ajudado no processo eleitoral, já que dizia: “estou certo que Vossa Excelência conhece o quanto me interessei neste particular”. E complementava especificando a ação: “fazendo ver que só Vossa Excelência se fazia digno deste alto emprego tanto pelas suas virtudes, como pelos distintos conhecimentos e serviços prestados ao Império⁹³⁴”. Toda essa bajulação deve ter ressoado do alto do púlpito, no meio do incenso e rodeado de muito latim. O bispo, como empregado público, precisava do Regente. E como uma mão lava a outra, até no ofertório da missa, o prelado oferecia água e toalha para Araújo Lima. E, obviamente, esse apoio recíproco era indispensável.

Um outro grupo era muito importante para Pedro de Araújo Lima. Se bem lembrarmos, ao menos, desde a década de 1810, a família Araújo Lima se envolvia, diretamente, com os contatos de negociantes de carne humana. Manoel de Araújo Lima casou sua filha com José Gonçalves Pereira, que já vimos, estava completamente imerso no comércio de gente, além do próprio Manoel, que se via atrelado a Bento José da Costa, dentre outros. Contudo, não pensemos que essas relações acabaram-se antes da subida de Araújo Lima à regência: elas se mantiveram tão fortes quanto antes.

⁹³² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 214 Pasta 52. **Carta de Antonio Peregrino Maciel Monteiro para Pedro de Araújo Lima**. 22 de maio de 1845.

⁹³³ O nome do bispo, na Carta, é apenas, “D. Manoel, Bispo de São Paulo”. Entretanto, o site da Arquidiocese de São Paulo indica o nome de D. Manuel Joaquim Gonçalves Andrade para o episcopado entre 1827 e 1847. <http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-manuel-joaquim-goncalves-de-andrade>.

⁹³⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 215 Doc. 9. **Carta de D. Manoel , Bispo de São Paulo para Pedro de Araújo Lima**. São Paulo, 6 de novembro de 1838.

Se, alguns capítulos antes, dissemos que desconfiávamos da nacionalidade portuguesa de José Gonçalves Pereira, os caminhos da pesquisa nos levaram a constatar essa possibilidade: era, ele, do bispado do Porto e branco. Segundo seu registro de óbito, morreu em 20 de maio de 1836, aos 58 anos, com os sacramentos, sendo sepultado na matriz do Corpo Santo, na Freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, no Recife, sob o hábito do Carmo⁹³⁵. Se Gonçalves Pereira deixava essa vida antes de Araújo Lima ser regente, os seus filhos prosseguiriam no tráfico de cativos. Ou seja: enquanto Pedro de Araújo Lima era regente, os seus familiares traficavam escravos.

Com essa conjuntura, não seria estranho pensar no que disse João Alfredo Correia de Oliveira sobre Francisco do Rego Barros, o homem de Araújo Lima, em Pernambuco: “quem o conheceu de perto pode crer que mais que a morte, lhe doía ver em sua honrada administração valhacoitos de ladrões, assassinos e traficantes de africanos, criminosamente importados que o povo imputava à fraqueza, se não à tolerância e – ainda pior – à cumplicidade do presidente⁹³⁶”. Não deveria lhe doer nada. Não havia santidade nos atos de Rego Barros: era tudo de acordo com o Regente: deveria haver, pois, um “fechar de olhos” para o crime de tráfico. Tudo ocorria conforme mandava o governo regencial.

Entre os anos de 1837 e 1840, estima-se que entraram em Pernambuco, por ano: 1837 – 6.650 pessoas; 1838 – 5.950; 1839 – 5.250 e 1840 5.683, contrariando os anos do governo de Diogo Antonio Feijó, que comportaria 1.400 pessoas em 1835 e 3500 em 1836⁹³⁷. Os números subiram muito, confirmando, para o Brasil, o que a historiografia já apontou: nos anos do Regresso, o tráfico brasileiro ia de vento em popa. Mas, não era por causa, unicamente, dos membros da Câmara Municipal de Barra Mansa, de Valença, ou de outras partes do Rio de Janeiro. Ainda mais: não era por uma preponderância do eixo Rio – Vale do Paraíba – Minas Gerais no Império do Brasil. O interesse da manutenção do tráfico era de muita gente. E era problema pessoal do regente Pedro de Araújo Lima, mais do que de Bernardo Pereira de Vasconcellos. Se havia aumento no número de entradas ilegais de escravos no Brasil, o culpado-mor era o vice-rei⁹³⁸.

⁹³⁵ Arquivo Dom Lamartine da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife. **Livro de óbitos da Igreja do Corpo Santo. 1831 – 1841.**

⁹³⁶ CORREA DE OLIVEIRA, João Alfredo. **Minha meninice & outros ensaios.** Recife: Massangana, 1988, p. 76.

⁹³⁷ DOMINGUES DA SILVA, Daniel Barros e ELTIS, David. The slave trade to Pernambuco, 1561-1851. In ELTIS, David e RICHARDSON, David (Eds.). **Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database.** New Haven: Yale University Press, 2008, p. 129.

⁹³⁸ Para saber mais sobre a ideia da preponderância do Vale do Paraíba nos interesses do tráfico, ver: PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil. 1826 – 1865.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, passim. Mais especificamente entre as páginas 121 e 191.

Foi nessa época que os filhos de José Gonçalves Pereira entraram em ação. Ou melhor: deve ter sido antes que os sobrinhos de Pedro de Araújo Lima começaram no tráfico. Quando o tio subiu à regência, viram-se protegidos naquele crime. Nada os aconteceria, pois o parente era o mais alto posto político do Império do Brasil. Eram esses parentes: Manoel Gonçalves Pereira Lima, Antonio Gonçalves Pereira e Delfino Gonçalves Pereira Lima. Entrava no rol José Gonçalves Cascão, marido de Dona Maria do Espírito Santo, irmã dos outros três. Não sabemos se agiam em grupo, mas, ao menos, em 1855, Manoel Gonçalves Pereira Lima expunha não dever nada ao irmão Delfino, falecido, com quem teve negócios⁹³⁹. E, também entrava o mesmo Manoel Gonçalves Pereira como inventariante do casal do seu falecido cunhado José Gonçalves Cascão, em 1848⁹⁴⁰. Pode ter acontecido que em algumas viagens, todos dividissem as responsabilidades e investimentos. A certeza não temos, contudo, os indícios nos levam a esse caminho.

Pelo menos desde 1833, Manoel Gonçalves Pereira Lima já tratava com viagens marítimas. Era dele o Brigue Escuna Nacional denominado Amizade, que fazia “qualquer viagem⁹⁴¹”, além do veleiro patacho Brasileiro N. S. do Monte Pernambucana, que recebia “carga a frete e escravos e passageiros”, em 1834⁹⁴². No mesmo ano, Manoel Gonçalves anunciava compras de escravos para fora da província⁹⁴³ e seu patacho N.S. do Monte Pernambucana embarcava escravos a frete, com indicação dele ou de José Gonçalves Cascão⁹⁴⁴. Assim, fica claro que, no início da década de 1830, quando José Gonçalves Pereira ainda era vivo, seus filhos já estavam envolvidos com a venda de gente. Herdavam o comércio paterno de cativos e outro, o português: em 1835, seguia para Lisboa, o veleiro patacho Pernambucano, de Manoel Gonçalves Pereira Lima⁹⁴⁵. Poderia estar fazendo as viagens que tantas vezes rumaram os navios de José Gonçalves Pereira: ia a Portugal armar as embarcações para tráfico. Mas, também comprava em terras lusas “pedra de Lisboa, de superior qualidade”, e as vendia no Recife⁹⁴⁶.

Se tudo isso acontecia sendo o tio, apenas, deputado, quando era regente, dava mesmo às vistas. Em 18 de novembro de 1839, o “Diário de Pernambuco” anunciava o movimento do porto e descrevia: navio entrado de Angola, o brigue Pernambucano, de 189 toneladas, com

⁹³⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de dezembro de 1855. Nº 288.

⁹⁴⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 de agosto de 1848. Nº 182.

⁹⁴¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 7 de outubro de 1833. Nº 218.

⁹⁴² HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 26 de junho de 1834. Nº 420.

⁹⁴³ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 27 de junho de 1834. Nº 421.

⁹⁴⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 de outubro de 1834. Nº 523.

⁹⁴⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de maio de 1835. Nº 88.

⁹⁴⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 17 de agosto de 1840. Nº 178.

mestre José Ignacio Pimenta, em lastro. Como passageiros, 5 portugueses e 3 brasileiros. O dono era Manoel Gonçalves Pereira⁹⁴⁷. A informação de estar em “lastro” já nos deixa desconfiados de que seja carga de gente. Outra questão nos faz crer que seja tráfico. Os ingleses, no caso, o consul Augustus Cowper, desconfiou dessa viagem. Colocou, em seu relatório, a data de chegada como dia 16 de novembro de 1839, sob o nome de “Pernambucana”, para a embarcação. Nas observações, escrevia: “palm-oil”, óleo de palma ou azeite de dendê⁹⁴⁸. Em 1839, um brigue chamado “Pernambuco” saiu de Pernambuco para Luanda e adquiriu escravos. Se não sabemos o nome do proprietário, o capitão era José Ignacio Pimenta. Ou seja: provavelmente o mesmo navio⁹⁴⁹. Contudo, ainda era janeiro de 1838 quando a mesma embarcação “Pernambucano” era despachada apenas com mantimentos⁹⁵⁰. O caso se repetia em junho de 1838⁹⁵¹. O mesmo dono, navio, descrição e, possivelmente, a idêntica ação: buscar gente, em África, de forma ilegal, para vender. E, em 1844, ainda não havia parado com a mania criminosa de negociar escravos: embarcava, para o Rio de Janeiro, seus cativos Lourenço de Angola e Francisco crioulo⁹⁵².

Quando Pedro de Araújo Lima deixou a regência, o sobrinho continuou com as atividades negreiras. Parece, agora, que havia dificuldade para ele, com a mudança do governo. Em março de 1841, os ingleses, que já desconfiavam da atividade de tráfico desde 1839, apreendiam o Brigue Pernambucano de M. G. P. Lima, o nosso Manoel Gonçalves Pereira Lima. O mestre continuava o mesmo Pimenta. Ia para Cabo Verde, via Luanda, carregado com 536 barris, 37 latas de açúcar, 146 tubos e 8 barris de rum⁹⁵³. Talvez, fosse, essa atitude, represália política. Se o governo Araújo Lima apreendeu alguns barcos de adversários; agora, eles davam conta de denunciar e prender navios dos sobrinhos do ex-regente. Isso se confirma quando, no mesmo ano de 1841, em 15 de setembro, o brigue Deliberação, de José Gonçalves Cascão, esposo da irmã de Manoel Gonçalves Pereira Lima, também sofria apreensão⁹⁵⁴. Ou

⁹⁴⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 de novembro de 1839. Nº 252.

⁹⁴⁸ Cowper to Aberdeen, 04/08/1843 in *British Parliamentary Papers* Vol. 26 Correspondence with Foreign Powers, relative to the Slave trade [Class B and C] 1844, 1st Enclosure in. 307, p. 371. Agradeço a Marcus J.M. de Carvalho a indicação.

⁹⁴⁹ <http://www.slavevoyages.org/voyage/47345/variables> .

⁹⁵⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1838. Nº 19.

⁹⁵¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1838. Nº 131.

⁹⁵² HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 16 de abril de 1844. Nº 89.

⁹⁵³ HCPP. CL.B. CORRESPONDENCE W FOREIGN POWERES RELATING TO THE ST, 1841. Agradeço a indicação desse documento a Marcus J. M. de Carvalho.

⁹⁵⁴ 12 HCPP [1]. CL. B. CORRESPONDENCE W FOREIGN POWERES RELATING TO THE ST, 1842. Agradeço a indicação do documento a Marcus J. M. de Carvalho.

seja, muito provavelmente, as retenções desses navios eram mais uma forma de jogo político do que de avanço sobre o fim do tráfico de cativos.

Manoel Gonçalves Pereira Lima possuía outras atividades. Era proprietário do engenho Vicente Campello, em Escada⁹⁵⁵, e sócio do engenho Leão⁹⁵⁶, que foi do seu avô Manuel de Araújo Lima. E se seu tio Pedro de Araújo Lima era conservador, ele seguiria no mesmo caminho. Em 1844, era eleitor na freguesia de Santo Antonio, pela “chapa do partido absolutista”, como chamou o “Diário Novo” aos adversários dos liberais⁹⁵⁷. E sendo aliado do tio, comerciante de escravos e dono de terras, morria aos 67 anos, de hemorragia cerebral, em 1876⁹⁵⁸.

Antonio Gonçalves Pereira, outro sobrinho de Pedro de Araújo Lima, também era envolto no comércio marítimo. Ao menos o bergantim S. João Batista era dele e carregava “vários gêneros” entre 1840 e 1843, como está descrito nas partes de cargas “despachadas” no “Jornal do Commercio” do Rio de Janeiro⁹⁵⁹. Contudo, “vários gêneros” é expressão bastante vaga para designar as cargas de uma embarcação. Poderia estar armada para tráfico. E se o seu irmão estava envolvido com José Gonçalves Cascão, ele surgia na mesma condição: os credores do casal do falecido Cascão poderiam procurá-lo, em 1848⁹⁶⁰. Mas, caso curioso é o acontecido no ano seguinte: “Antonio Gonçalves Pereira de hoje em diante se assinará Antonio Gonçalves Pereira Lima”, noticiava o “Diário de Pernambuco⁹⁶¹”. Talvez quisesse ter o nome mais próximo dos irmãos, para ser associado mais rápido, às vistas das pessoas. Ou, ser lembrado pelo nome do tio Pedro de Araújo Lima.

Na década de 1850, Antonio Gonçalves Pereira Lima era sócio do irmão Manoel no Engenho Leão⁹⁶². Possuía, também, parte do Engenho Cachoeira Grande, em Sirinhaém, que dividia com os Srs. Lemos Jr & Lial Reis, Sergio Diniz de Moura Mattos e Manoel Gonçalves Pereira Lima⁹⁶³. E se possuía negócios com engenhos, herdando essa veia familiar, também prosseguia, na década de 1870, fazendo comércio com Portugal. A parte “exportação” do “Jornal do Recife” publicava, aos 12 de junho de 1877, o carregamento de Antonio Gonçalves Pereira Lima, de 500 couros secos salgados, para Lisboa, na barca portuguesa Pereira Borges⁹⁶⁴.

⁹⁵⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 de novembro de 1843. Nº 252.

⁹⁵⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de março de 1849. Nº 57.

⁹⁵⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário Novo**. Recife, 30 de agosto de 1844. Nº 187.

⁹⁵⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Recife**. Recife, 31 de janeiro de 1876. Nº 24.

⁹⁵⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1840. Nº 275. E HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1843. Nº 340.

⁹⁶⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 de agosto de 1848. Nº 182.

⁹⁶¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 de agosto de 1849. Nº 182.

⁹⁶² HEMEROTECA DIGITAL. **O liberal Pernambucano**. Recife, 5 de março de 1855. Nº 718.

⁹⁶³ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal Pernambucano**. Recife, 26 de novembro de 1857. Nº 1541.

⁹⁶⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Recife**. Recife, 12 de junho de 1877. Nº 133.

Logo depois, no dia 16, o patacho português Zaida saía para Lisboa, carregando 88 couros do mesmo dono⁹⁶⁵.

Na política parece que seguia os passos do tio. Era membro do partido progressista, na freguesia de São José, em 1864⁹⁶⁶. Falecia em 1881, depois de passar algum tempo na Europa⁹⁶⁷. Era mais um daqueles agraciados por Pedro de Araújo Lima com a regência. Mercava cativos, junto aos irmãos, sob a proteção regencial. Depois, permaneceria buscando os benefícios do apoio do familiar ilustre, por onde ele fosse.

Ainda falta falarmos de um dos filhos de José Gonçalves Pereira: Delfino Gonçalves Pereira. Em 1838, ele já era dono do brigue São José⁹⁶⁸, que em 1840 aparecia no “Diário do Rio de Janeiro” sendo despachado “com vários gêneros”⁹⁶⁹. Mais uma vez chegava a expressão vaga das cargas. Delfino pode ter descarregado alguns escravos no Rio de Janeiro, vindos de alguma parte da África e seguiu de volta para Pernambuco, seu ponto de partida. Em 1842, ainda não havia se desfeito desse negócio: de Pernambuco, saía para o Rio de Janeiro o brigue escuna São José, recebendo carga miúda e escravos⁹⁷⁰. Em 1845, Delfino Gonçalves Pereira Lima embarcava para o Rio de Janeiro duas escravas crioulas Ignez e Margarida⁹⁷¹. No ano seguinte, mandava para o Rio Grande do Sul o escravo pardo Antonio⁹⁷². Ou seja: o sobrinho de Pedro de Araújo Lima era mercador de gente. E não desprezara essas negociações depois do tio deixar a regência: vivia disso.

Mesmo sendo traficante de escravos, Delfino Gonçalves Pereira Lima parece ter alguma relação com o consul inglês, que deveria ser responsável por parte da repressão ao tráfico. Em 28 de agosto de 1844, o “Diário de Pernambuco” publica curioso anúncio de aluguel: “Alugue-se por festa ou por ano o sítio aonde morou o Senhor Cônsul Inglês, na passagem da Madalena, com muito boa casa, cocheira, estribaria, baixa com capim, cacimba com muito boa água.” Devia-se tratar com o nosso Delfino⁹⁷³. Se o dono da casa era o traficante, talvez, ele morasse ali por perto, ou, fosse até vizinho do Cônsul. E se assim for, ele pode ter se envolvido em estranha confusão. No mesmo ano de 1844, o Cônsul Cowper se queixou ao Lord Aberdeen, em carta, de que o carregamento de negros da embarcação Mariquinhas foi depositado em sítio

⁹⁶⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Recife**. Recife, 16 de junho de 1877. Nº 137.

⁹⁶⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 25 de agosto de 1864. Nº 194.

⁹⁶⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Recife**. Recife, 06 de janeiro de 1881. Nº 4.

⁹⁶⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Passaportes de Navios. RP. 228. 2319, registro 49. 10 de dezembro de 1838. São José. Delfino Gonçalves Pereira Lima. Agradeço a indicação a Marcus J. M. de Carvalho.

⁹⁶⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1840. Nº 96.

⁹⁷⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de dezembro de 1842. Nº 270.

⁹⁷¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário Novo**. Recife, 22 de julho de 1845. Nº 159.

⁹⁷² HEMEROTECA DIGITAL. **Diário Novo**. Recife, 27 de julho de 1846. Nº 159.

⁹⁷³ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 28 de agosto de 1844. Nº 191.

ao lado do seu. Tendo informado, Cowper, ao presidente da Província, do acontecido, a autoridade governamental mandou a polícia cercar a propriedade. Mas, o feito deu em nada: vez por outra, o Cônsul encontrava em seu terreno um daqueles “intrusos” que não compreendia uma palavra do português⁹⁷⁴. Talvez o representante do governo da Inglaterra houvesse se mudado de residência pelos incômodos de ter a vizinhança dentro do tráfico e não contar com a ajuda do presidente, que, naquele momento, era Francisco do Rego Barros, amigo de Araújo Lima. Ou seja: estava tudo em casa. Ninguém precisava, mesmo, se preocupar com a presença de Cowper, que saía desmoralizado nessa intriga.

Se aos poucos, a repressão ao tráfico tornava-se mais agressiva e o governo brasileiro baixava a lei de 1850, Delfino Gonçalves Pereira Lima tomava outros rumos de comércio. Quando morria, antes de 8 de agosto de 1857, era dono de uma fábrica de sabão. A sua viúva, D. Candida Maria da Silva Lima, entraria nos processos da massa falida da fábrica, sendo leiloadas 400 caixas com sabão amarelo e 375 barris com breu⁹⁷⁵. A 16 de outubro de 1857, a fábrica era leiloadas⁹⁷⁶.

Enquanto os sobrinhos de Pedro de Araújo Lima obravam nesses negócios, o próprio regente fazia outras transações que demandavam bastante dinheiro. E nesse meio, estava Manoel Gonçalves da Silva, aquele ricoço que vimos no capítulo passado, que casou a filha com o filho do sogro de Pedro de Araújo Lima. Era 1 de abril de 1839 quando o capitão do brigue “Bom Jesus” saía de Pernambuco para o Rio de Janeiro. Informava carregar dois sacos, via Manoel Gonçalves da Silva, para Pedro de Araújo Lima, contendo dois mil patações brasileiros e colunares, além de duzentas peças de ouro⁹⁷⁷. O brigue Bom Jesus era navio de tráfico. Possuía bandeira portuguesa e buscava escravos em África partindo do Rio de Janeiro⁹⁷⁸. Naquele mesmo ano, a 13 de abril, Jesuíno José Simões, capitão do Brigue São João Batista, que era do sobrinho de Araújo Lima, Antonio Gonçalves Pereira, carregou 2.000 patações brasileiros, colunares, mexicanos e um embrulho com duzentas peças de 6:400 e duzentas moedas de 4# réis em ouro⁹⁷⁹. Jesuíno José Simões era experimentado no tráfico. Foi capitão da barca “Temerário”, que buscava escravos em Luanda e os entregava em

⁹⁷⁴ Mr. Cowper a Lord Aberdeen. 01 de janeiro de 1844. Parliamentary Papers. Slave Trade. Correspondence with Foreign Powers relative to the Slave Trade[class B and C], vol. 28, p. 408. Agradeço a indicação da documentação a Marcus J.M. de Carvalho.

⁹⁷⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 8 de agosto de 1857. Nº 180.

⁹⁷⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 16 de outubro de 1857. Nº 238.

⁹⁷⁷ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.36. **Declaração de João Rodrigues de bens carregados a Pedro de Araújo Lima**. Pernambuco, 1 de abril de 1839.

⁹⁷⁸ <http://www.slavevoyages.org/voyage/1900/variables>

⁹⁷⁹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.36. **Nota do Capitão do brigue São João Batista**. Pernambuco, 13 de abril de 1839.

Pernambuco⁹⁸⁰. As cargas do “São João Batista” e do “Bom Jesus”, juntas, com uma outra do “Fama” importavam 22:851#000: era muito dinheiro. Mas, não era apenas essa quantia. Manoel Gonçalves da Silva colocava: “quero ver em que ou de que modo devo mandar o resto a Vossa Excelência do dinheiro que tenho a remeter⁹⁸¹.” Parece que, parte dessa quantia, vinha de aluguéis de imóveis que Gonçalves da Silva cobrava, para Araújo Lima, em Recife. Não deveria ser tudo dessa fonte. Talvez, o regente recebesse uma “ajuda” dos comerciantes pernambucanos para se manter calado e fechar os olhos ao tráfico. Se assim for, devia conquistar dinheiro de diversas partes do Brasil. Enriquecia. Muito. Ainda mais, quando percebe-se que Gonçalves da Silva fazia esse dinheiro ser multiplicado em investimentos, comprando letras e observando o câmbio⁹⁸². E Cascão também entrava nesse arranjo todo: “Por via do Cascão encarreguei ao correspondente da embarcação para mandar o certificado, a fim de levantar a quantia que depusitei na mesa do consulado [...]”⁹⁸³. Assim, todos os beneficiados pela jogatina regencial do tráfico ficavam trabalhando para Pedro de Araújo Lima, nesse leva-leva de fortuna. Ainda em julho de 1840, Araújo Lima recebia 4:000 através de Gonçalves da Silva⁹⁸⁴.

Parece que Pedro de Araújo Lima não confiava no que poderia ocorrer no Brasil. No mesmo ano da sua queda na Regência, quando Pedro II assumia o trono rodeado dos adversários do último regente, ele enviava seu dinheiro para a Europa. Talvez, fosse uma maneira de esconder melhor os ganhos naqueles anos em que foi o supremo mandatário. Na nova fase, alguém poderia descobrir as transações e gerar diversas denúncias. Era 12 de dezembro de 1840, quando Pedro de Araújo Lima escrevia para Samuel Phillips, o banqueiro, informando ter enviado, em 1839, 4 mil 299 libras, 2 chelins e 3 pences para empregar “como já se acham empregadas em cinquenta e um mil guilders do empréstimo holandês”. Naquele momento, mandava 2 mil 234 libras e 11 chelins para serem investidos em fundos públicos. E escrevia outra ordem: “devo porém dizer que no caso de estar declarada a guerra na Europa, ou mesmo no caso de que haja receios de que ela venha a declarar-se, suspendam [...] o emprego deste dinheiro, ficando ele em sua mão até novas ordens”. E também não sabia claramente em quais fundos poderiam ser empregados os valores – “não posso na distância em que estou, determinar

⁹⁸⁰ <http://www.slavevoyages.org/voyage/2264/variables>.

⁹⁸¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.36. **Carta de Manoel Gonçalves da Silva a Pedro de Araújo Lima**. Pernambuco, 15 de abril de 1839.

⁹⁸² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.36. **Carta de Manoel Gonçalves da Silva a Pedro de Araújo Lima**. Pernambuco, 13 de abril de 1839.

⁹⁸³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.36. **Carta de Manoel Gonçalves da Silva a Pedro de Araújo Lima**. Pernambuco, 13 de abril de 1839.

⁹⁸⁴ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL.210.36. **Carta de Manoel Gonçalves da Silva a Pedro de Araújo Lima**. 20 de julho de 1840.

ao certo”, mas, dava algumas pistas: holandeses, Áustria e talvez russo, “contanto que venha a regular a cinco por cento de juro⁹⁸⁵”.

Era assim que Pedro de Araújo Lima reagia frente ao Brasil: desconfiado, inquieto, protegendo a escravidão e as suas riquezas; além dos donos de terras, bacharéis e amigos mais próximos. Saía da regência com o respeito político que adquiriu com os seus aliados traficantes e políticos. Quando não bastasse, juntaria seu capital de inteligência parlamentar e ministerial para agrupar-se ao Imperador. Era o vice-rei. O homem mais importante do Império do Brasil, claro, depois de Pedro II.

⁹⁸⁵ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 210 Documento 38. **Carta de Pedro de Araújo Lima a Samuel Phillips**. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1840.

5 ACIMA DOS PARTIDOS: CONCILIANDO PARA PEDRO II

A década de 1840, no Brasil, iniciou com a subida de Pedro II ao poder. O “golpe da maioria” elevou o jovem soberano ao trono numa jogada de mestre: liberais e conservadores aliados do poder se uniram e derrubaram a regência de Pedro de Araújo Lima. Até o dois irmãos Cavalcanti de Pernambuco - Viscondes de Albuquerque e de Suassuna – escolhidos para o Senado durante a sua regência, participaram da trama. O conservador Suassuna ainda levou de lucro um ministério, no meio dos liberais. Nada estava muito bem decidido. Ministros sobem e descem rapidamente. Liberais e conservadores ficam brigando até por espaços dentro de São Cristóvão. A casa de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba⁹⁸⁶, dividia a atenção com a do Marquês de Olinda⁹⁸⁷. Nos corredores palacianos, os dois, devem ter seguido se entreolhando, sem darem-se confiança. Mas, quando o menino Pedro II foi crescendo, Aureliano foi sendo afastado do convívio, até a morte, na década de 1850.

Pelos idos de 1850, o Marquês de Olinda já havia traçado todos os caminhos políticos do Império do Brasil. Apenas ornaria os ladrilhos com mais alguns ministérios na década seguinte. Diferente de tantos outros, jamais assumiu a presidência de alguma Província. Foi senador muito cedo, aos 44 anos. Talvez, por isso, ficasse apartado desse cargo. Ou, sua importância nos jogos da Corte era tão grande, que Pedro II não queria se desfazer dele. Como ensinou José Murilo de Carvalho, “o político tinha, ainda, como presidente, a oportunidade, raramente desperdiçada, de acelerar a carreira, especialmente pela garantia de uma eleição para o senado, precedida ou não por eleição para a Câmara⁹⁸⁸.” Mas, parece ter-se utilizado, o Marquês de Olinda, de outras estratégias. Arranjos familiares, amizades – tanto em Pernambuco como no Rio de Janeiro, além da posição de senhor de engenho de Manoel de Araújo Lima, seu pai, que o fazia sujeito endinheirado e bem articulado. No entanto, talvez, o perfil do Marquês de Olinda não fosse de agregador e pacificador provincial; entretanto, o contrário. Não serviria muito o ser Presidente de Província. Mesmo Carvalho afirmando o cargo possuir mais tonalidade política e atuação parcamente administrativa, é necessário ter os traços da concórdia:

⁹⁸⁶ Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba. Nasceu no Rio de Janeiro em 1800. Foi Ministro e secretário de estado dos Negócios da Justiça, Ministro do Império e dos Negócios Estrangeiros entre 1832 e 1836. Era frequentador da casa de Pedro II, quando ainda era uma criança. Ficou conhecido por influenciar nas decisões do imperador menino. Para saber mais: SISSON, S.A., **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume II. Brasília: Senado Federal, 1999, pp. 465 – 476.

⁹⁸⁷ LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II – Ascensão (1825 – 1870)**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ USP, 1977, p. 63.

⁹⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 123.

não era o perfil de Olinda, que servia, mais, para apagar incêndios na Corte, e não nas longínquas províncias.

Entre a queda da regência em 1840 e o quinquênio liberal (1844 – 1848), o Marquês de Olinda ficou no limbo político. No entanto, o “Jornal do Commercio” dos dias 18 e 19 de julho de 1841 (saiu apenas um número para ambos) dava a conhecer a “Relação dos despachos publicados na Corte pela secretaria de Estado dos Negócios do Império no faustíssimo dia da Sagração e coroação de Sua Majestade Imperial, o Sr. D. Pedro II”. Para a Corte e Casa Imperial, apareciam, na lista dos “Viscondes com grandeza”, Pedro de Araújo Lima Visconde de Olinda, Miguel Calmon du Pin e Almeida Visconde de Abrantes, dentre outros. Para barões, os primos Francisco do Rego Barros Barão da Boa Vista e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque Barão de Suassuna. Mais alguns receberiam títulos, como Luiz Alves de Lima Barão de Caxias⁹⁸⁹. Condecoravam-se, nesta data, justamente, o regente caído e um dos seus ministros, Miguel Calmon, que assumiu o Ministério da Fazenda em março de 1841⁹⁹⁰. Também se contemplava o Rego Barros ex-presidente da província de Pernambuco durante o governo do Marquês de Olinda, irmão do ministro Sebastião do Rego Barros. Suassuna entrava na cota dos apoiadores à queda regencial. Mesmo os primos estando em lados opostos, recebiam os títulos do Imperador, que, querendo ou não, era ainda um menino.

Neste capítulo, iremos tratar das décadas de 1840 (o final) e de 1850 tomando por tonalidade a questão: como os contemporâneos perceberam o Marquês de Olinda depois das suas regências? Demos prioridade aos períodos ministeriais, mesmo quando as fontes se referissem à década de 1840 e sendo de posterior datação. As cartas do Monsenhor Pinto de Campos servirão para demonstrar como a imagem do político ia mudando entre os conservadores e liberais da década de 1840 para a seguinte. Utilizamos os “Annais do Parlamento Brasileiro”, periódicos e missivas particulares. Importante frisar: tanto liberais como conservadores usaram a memória do governo do regente Olinda como artefato de guerra.

5.1 DO FIM DA DECÁDA DE 1840 AO INÍCIO DOS ANOS 1850

Em 29 de setembro de 1848, o Visconde de Olinda subia à presidência do conselho de ministros e saía aos 8 de outubro de 1849⁹⁹¹. Viria com o peso de ter, ao lado do Visconde de Albuquerque e aliados, conseguido anular o resultado de duas eleições para o Senado,

⁹⁸⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 18 e 19 de julho de 1841. Nº181.

⁹⁹⁰ **Organizações e programas ministeriais**. op.cit., p.83.

⁹⁹¹ **Organizações e programas ministeriais**. op.cit., p. 104.

acontecidas em Pernambuco⁹⁹². Antonio Pinto Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França, aliados aos praieiros, adversários dos Cavalcanti, Rego Barros e Olinda, em Pernambuco, sofreriam os golpes em 16 de junho de 1847 e 29 de maio de 1848. Joaquim Nabuco escreveu: “as peripécias dessa eleição formam um episódio saliente de nossa história constitucional. Duas vezes escolhidos, caso único em nossos anais, foram eles duas vezes repelidos pelo Senado⁹⁹³.”

Na sessão de 3 de outubro de 1848, na Câmara dos Deputados, Urbano Sabino⁹⁹⁴ se pronunciava contra o Visconde de Olinda e o ministério ascendido com ele. Evocava os tempos da Regência e dizia: “Se como regente era o Sr. visconde de Olinda partidista decidido, como ministro de estado o será ainda mais”⁹⁹⁵. E continuava: “Todos os políticos tem sua época; os nobres deputados tiveram sua época⁹⁹⁶.” Urbano Sabino trazia a voz do passado para estabelecer o jogo do Olinda ultrapassado, representante do domínio velho, sujeito do Brasil ainda português, fazedor de uma política pessoal, aliado aos processos do jugo do Regresso e do estabelecimento do partido conservador, jogando para longe as vagas da maré liberal: “o ministério não há de certamente deixar de hostilizar o partido liberal da província de Pernambuco, ministério cujo presidente é o Sr. visconde de Olinda⁹⁹⁷.” Ferraz, no mesmo dia, indicaria a velhice de Olinda, aliada à juventude de Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso da Câmara, o “chefe da polícia de 1842”, assombro dos liberais rebelados⁹⁹⁸.

Na conjunção de Olinda e Euzébio, nada de novo aconteceria, ao que parece, para Ferraz. O mais jovem, natural de Angola, levaria a cabo as precedências do partido conservador, sob as vistas do velho e respeitável visconde, sem preceitos ou meios de conciliação entre

⁹⁹² CARVALHO, Marcus J. M. de. Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Volume II. 1831 – 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.166.

⁹⁹³ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 96.

⁹⁹⁴ Urbano Sabino Pessoa de Mello. Nasceu em 1811, em Pernambuco. Era formado pelo Curso Jurídico de Olinda, em 1834. Em 1836, foi deputado provincial. Deputado Geral em 1838 – 1841, 1843 – 1844, 1845 – 1848, 1864. Era um dos “praieiros”. Faleceu em 1870. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, pp. 785 – 787.

⁹⁹⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1848. Nº 00276.

⁹⁹⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1848. Nº 00276.

⁹⁹⁷ Idem.

⁹⁹⁸ “O ministério atual tem por chefe o muito honrado e ilustrado Sr. visconde de Olinda, pessoa digna de todo o respeito; mas perdoe a câmara que eu diga que o chefe do gabinete não pode ser outro senão o sr. Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso da Câmara. (*Muitos apoiados.*) É natural. Em todos os corpos coletivos aquele que se sente com todo o vigor da mocidade, com inteligência ainda na infância, com aplicação aos estudos, com talento, com dedicação à causa pública, preponderam aos que estão no último período da vida; estes não prestam senão o seu nome e a sua fama, ou, como disse aqui um Sr. deputado, o seu prestígio, posto eu já aqui declarasse que prestígio era ilusão. Mas, servindo-me da expressão do nobre deputado, o prestígio está da parte do vigor da mocidade, da atividade, do talento, da dedicação: estas qualidades dão-se quase exclusivamente no sr. Eusébio. Isto não pode ser desconhecido, e por conseqüência é verdadeira a minha proposição que o chefe atual do gabinete é o Sr. Eusébio. E quem é ele? É o chefe principal do partido nesta corte, é o chefe de polícia de 1842....” HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1848. Nº 00276.

partidos. Quando Olinda sair do Ministério, em 1849, o ex-estudante do Curso Jurídico de Olinda, Euzébio de Queirós, ficará no mesmo lugar de ministro. Junto com ele, os dois outros membros da dita “Trindade Saquarema”. Não devemos nos enganar: havia muito respeito entre os três e Olinda: na década de 1830, o regente os fez ministros, junto com ele, reforçando os traços do tráfico de escravos no Brasil. O ministro angolano esteve sob a direção de Olinda, no Curso Jurídico. Talvez, em uma disciplina ou outra, tenha tido a ajuda do velho diretor, que, mesmo distante, distribuía benesses para os estudantes e seus pais, gerando favores em troca.

No dia 28 de outubro de 1848, logo após as declarações de Urbano Sabino e Ferraz na Câmara, contra o ministério, o periódico “O Grito Nacional” se colocava contra as investidas pessoais do Visconde de Olinda a favor dos seus candidatos ao Senado, por Pernambuco, contra aqueles dos praieiros, negados por duas vezes, nas listas⁹⁹⁹. A personalidade da política de Olinda seria a marca constante da vida pública. A sua vontade, como expressou o jornalista, era a expressão máxima do seu projeto. Para entender os ajustes de Olinda, antes de mais nada, é necessário levar em conta o dito pelo “Grito Nacional”: “SUA VONTADE vale mais que a do SENHOR PEDRO II”. Nabuco havia percebido essa estrutura. Na obra publicada em 1900, “Minha Formação”, notou: “os homens da Regência (...) foram com a madureza dos anos restringindo suas aspirações, aproveitando a experiência, estreitando-se no círculo de pequenas ambições e no desejo de simples aperfeiçoamento relativo, que constitui o espírito conservador¹⁰⁰⁰.” As ambições eram tantas que superavam a vontade do Imperador, as vezes. Falando, exageradamente, do próprio pai Jozé Thomaz Nabuco de Araújo, o filho, em arroubo de fanatismo, escreveu ser o pai “nosso verdadeiro Lutero político, o fundador do livre-exame no seio dos partidos, o reformador da velha igreja saquarema, que, com os Torres, os Paulinos, os Eusébios, dominava tudo no país¹⁰⁰¹.” Nesse terreno, estava, pois, Olinda “em sua órbita independente¹⁰⁰².” O ser “independente” de Olinda o fazia em órbita de intercessão. Ligava-se aos plantadores de café do Vale do Paraíba e aos de cana de açúcar, das províncias do Norte, aos financistas ingleses, aos banqueiros, aos traficantes de escravos e aos partidos para agarrar-se ao poder. E mais: quando o Imperador precisava de alguém para conciliar a câmara com o Ministério, Olinda era chamado e atendia. Em “Um Estadista do Império”, lembrou Nabuco: “faltava-lhe a flexibilidade precisa para ceder [...] Da sua situação de Regente ficara-lhe um

⁹⁹⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1848, nº 10. Letras em caixa alta encontram-se no original.

¹⁰⁰⁰ NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004, p.23.

¹⁰⁰¹ NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. Op.cit, p.23.

¹⁰⁰² Idem, p.24.

orgulho natural de ser o primeiro cidadão abaixo do Imperador, uma espécie de vice-imperador permanente [...]”¹⁰⁰³.

Nabuco escrevia com olhar póstumo, depois de tanta gente já ter afirmado e reafirmado a intransigência de Olinda. Não só isso: a velhice e as marcas do tempo passado eram formas de descrever o sujeito de outra época, que não, a então em governo descrito por livro de história do Segundo Reinado. Relatando o gabinete 1848, dizia: “Ele [Olinda], todavia, não podia exercer o comando por se sentir, apesar de tudo, homem de outra época¹⁰⁰⁴.” No entanto, Nabuco não flexibilizava os interesses de Olinda. Nem sempre a intransigência ganhava. Quando Pedro II precisou urgentemente do seu esteio, na década de 1860, ele utilizou sua capacidade para compor a Liga Progressista: um partido armado para benefício do Imperador.

Urbano Sabino, na sessão de 3 de outubro de 1848, levava à tribuna o insuflar de Olinda ao povo pernambucano contra os liberais que estiveram estabelecidos no poder. Dizia ele: “(...) o ministério não há de certamente deixar de hostilizar o partido liberal da província de Pernambuco¹⁰⁰⁵”. Era a denúncia contra o combate do conservador velho ao que foi chamado “domínio da praia”. Segundo o orador, Olinda, teria dito, naquele momento, com postura de quem já havia sido regente, “que os Pernambucanos deviam resistir ao ministério para melhor servir ao Imperador¹⁰⁰⁶”. Nunes Machado¹⁰⁰⁷, corrigiu a frase citada: “Resistir ao rei para melhor servir ao rei¹⁰⁰⁸”. E Urbano replicou: “Não sei como se serve melhor ao rei resistindo ao mesmo rei; toda a resistência não sendo legal é um crime, é uma rebelião¹⁰⁰⁹”. Agora, o Visconde de Olinda pesava a mão sobre a escolha dos dois senadores apoiados pelos praieiros, por sua plena vontade. Ia impondo-se como liderança anti-liberal. E o periódico “O Grito Nacional” o confirmava aos 11 de dezembro: “Em Pernambuco [...] corre a jorro o sangue do cidadão honesto, e sisudo [...] e para que? Para ser executada a vontade do visconde de Olinda [...]”¹⁰¹⁰

Olinda retirava as lideranças do Partido da Praia da Província de Pernambuco. Desde novembro de 1848, da forma ensinada por Marcus Carvalho, começava a Revolta Praieira dos coronéis da Guarda Nacional: “Uma guerra entre senhores de engenho pelo poder político local

¹⁰⁰³ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit, p. 122.

¹⁰⁰⁴ Idem.

¹⁰⁰⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1848. Nº 00276.

¹⁰⁰⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1848. Nº 00276.

¹⁰⁰⁷ Joaquim Nunes Machado. Nasceu em 1809, em Pernambuco. Estudou na Academia de Olinda. Foi deputado geral e desembargador. Foi conhecido como um dos “praieiros”. Morreu durante a revolta, em campo armado, em 1849. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Op.cit., pp. 511 – 519.

¹⁰⁰⁸ Idem.

¹⁰⁰⁹ Ibidem.

¹⁰¹⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1848. Nº 18.

e provincial¹⁰¹¹.” Envolveia os Cavalcanti e os Rego Barros. Essas famílias, juntas, entendiam ser – Pernambuco – “sua propriedade” e os pernambucanos “servos da gleba¹⁰¹²”, como indicou “O Grito Nacional”. Os conflitos intra-familiares dos Rego Barros – Cavalcanti deram-se à perda de vários privilégios, então recobrados, pelo início da década de 1840. Enquanto Francisco do Rego Barros, Conde da Boa Vista, aproximava-se de Olinda, os primos Cavalcanti buscavam seus caminhos independentes. João Alfredo Correa de Oliveira disse que Boa Vista era o “representante de sua política [de Olinda] em Pernambuco¹⁰¹³”. Os Cavalcanti de Pernambuco, representados nas pessoas de Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque) e pelos seus irmãos Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna) e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe), além de Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca), possuíam relações ambíguas para com o Marquês de Olinda e o primo Barão da Boa Vista. Como já vimos, uniam-se, apenas, quando lhes era necessário, como no caso da queda dos dois senadores em 1848. Juntarem-se Visconde de Albuquerque e Olinda numa aliança perene era quase impossível. Os egos não conseguiriam ser medidos em si.

O jornal “O Grito Nacional”, do dia 16 de fevereiro de 1849, trazia “O fiel retrato da vida política do Visconde de Olinda.”. O extenso texto tratou do assunto já afirmado no próprio título. No entanto, a epígrafe do periódico, atribuída ao Marquês de Maricá, chamava a atenção do leitor: “Nos velhos a ambição de poder, e dominação é incomparavelmente mais atroz e violenta que nos moços: estes podem esperar, aqueles não querem perder tempo¹⁰¹⁴”. Assim, fazia direta alusão à velhice do Marquês de Olinda e a eterna vontade de ascender aos postos mais altos do Império. Era como se o velho não se saciasse com todos os caminhos já traçados – e possíveis – na vida pública imperial. Colocava o periódico: “Por quatro vezes tem o visconde de Olinda empunhado as rédeas da administração do estado; em 1823 como ministro do Império; em 1832 com as pastas do Império, e Justiça; em 1837 como regente; e em 1848 como chefe de gabinete.” E complementava: teria, nisso, mostrado “*incapacidade* para governar”¹⁰¹⁵.

Se, ainda na década de trinta, para o jornal, o Marquês de Olinda era incapaz nas suas ações de governo, tendo sido retirado, tantas vezes, dos postos ocupados, então, velho, não seria diferente. Mas, agora, vinha acompanhado da “opinião nacional” a o estigmatizar. Ela o

¹⁰¹¹ CARVALHO, Marcus J. M. de. Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848). Op.cit., p.171.

¹⁰¹² HEMEROTECA DIGITAL. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1848. Nº 18.

¹⁰¹³ OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. **Minha Meninice & outros ensaios**. Recife: Massangana, 1988, p.76.

¹⁰¹⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1849, nº 34.

¹⁰¹⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1849. nº 34. Grifos do original.

conhecia: já havia traído Feijó, desde 1837, elevando ao poder aqueles adversários de política diversa a do padre. E tece o retrato que muitos devem ter pintado, de Olinda, logo após a queda da regência, perpetuando-se pelas décadas vindouras: o regente e seus ministros eram “dilapidadores”, “corruptos” e “traidores”¹⁰¹⁶.

A ideia de Olinda como dilapidador, corrupto, traidor seria lembrada não apenas pelos liberais da década de 1840. Mais tarde, quando vai se aproximando daquele grupo, a imagem do traidor estará sempre a ornar a imagem do velho Marquês. No entanto, as propostas mais recorrentes serão a do idoso. Talvez, por lembrar o homem de outra época, com capacidade de outro tempo: seus “mui adiantados anos”, além de tudo, poderiam ter “enfraquecido o cérebro, e carregado a cabeça”. Aos 11 de abril de 1849, mais um título era dado, por “O Grito Nacional” ao Marquês de Olinda: “o maior algoz dos Pernambucanos¹⁰¹⁷”. A expressão cunhada pelo redator, vinha ligada às várias mortes ocorridas pela repressão aos praieiros. A carta publicada, dirigida ao Imperador, lembrava o assassinato de Joaquim Nunes Machado.

A insurreição praieira ganhou força nos dias de 1848 e 1849, juntando-se às insatisfações contra a não elevação dos candidatos ao Senado. Na mesma missiva publicada, o redator se colocava para Olinda: “Não tens um momento de remorsos à respeito do sangue, que tu, e os teus sócios, mandaste derramar na tua Pátria, para teres o gosto de veres no senado os teus prediletos Rego Barros?!” E complementava: “Dize-nos, Pernambucano DEGENERADO, dormes um sono seguido, e tranquilo?! Não te despertam os espectros de tantas vítimas, que SACRIFICASTE ao TEU FUROR, a TUA RAIVA, a TUA DEVORANTE INVEJA, e a TUA SEM IGUAL AVAREZA¹⁰¹⁸?!” “

Uma das vítimas cantadas no periódico foi Nunes Machado, um dos cabeças da insurreição. Havia defendido Olinda, em 1840, no momento da queda regencial. Quando as jogatinas do poder Cavalcanti - Rego Barros – Olinda o faziam longe da câmara dos deputados, formara-se na oposição. Morreu praieiro, no meio da revolução. No entanto, o Conde da Boa

¹⁰¹⁶ “Não podendo demorar-nos com a história do seu <<reinado,>> notaremos somente o como terminou ele: a Inteligência da Nação levantou-se UNANIME contra o sistema de <<corrupção>> que sob os seus auspícios se havia fundado: a Maioridade não achou contraditores; e até alguns que julgavam essa ideia oposta a Constituição, a abarcaram como recurso extremo, por que tudo, a não ser a <<regência>> de Pedro de Araújo Lima, seria melhor que a regência de Pedro de Araújo Lima. (...) A Maioridade foi geralmente abraçada com todo o entusiasmo; e a UNANIME manifestação Nacional apeou do poder o *regente, e seus ministros*, que acusados de – *dilapidadores* – de *corruptos* – e TRAIADORES; tiveram de ocultar-se. Se entre nós, fosse uma verdade o governo representativo, de certo que o visconde de Olinda *seria inutilizado* para sempre como homem de estado, mas ei-lo porém que sobe ao poder em 1848, ei-lo que se *julga* com força para arrostar de frente a Representação Nacional, lamentável cegueira, só explicável pelos mui adiantados anos que vai contando o *nobre* visconde, que naturalmente lhe terá enfraquecido o cérebro, e carregado à cabeça”. HEMEROTECA DIGITAL. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1849. nº 34. Grifos no original.

¹⁰¹⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1849. nº 48.

¹⁰¹⁸ Idem. Caixa alta no original.

Vista, adversário de Nunes Machado, ganhou a vaga no Senado, da forma denunciada pelo “Grito Nacional”, em 1850, ladeado do Barão de Pirapama Manoel Ignácio Cavalcanti de Lacerda. E dizia o missivista: “Visconde de Olinda, nós te afiançamos, que descerás à sepultura, coberto de maldições dos Pernambucanos Livres, que já não são teus patrícios¹⁰¹⁹”.

Olinda ainda permaneceria “inimigo dos liberais” por muitos e muitos anos. Mesmo, depois, tendo-se aliado a parte deles, mantinha-se com a postura conservadora. Retirava-se da presidência do conselho aos 6 de outubro de 1849 e logo no dia 10, “O Grito Nacional” já publicava frase recordando a insuficiência de Olinda: “Ora, pois, aí temos arredado do ministério o *surdo*¹⁰²⁰”. A surdez de Olinda seria lembrada e relembada pelos anos da vida percorrida. O tempo dava as voltas, e a pouca audição voltava a ser o assunto preferido dos adversários: o pouco escutar e a velhice a tomar conta dos passos já cansados.

Mesmo tendo se afastado do ministério, “O Grito Nacional” ainda investiria armas contra Olinda. Já era 15 de dezembro de 1849 quando afirmou: “Com a maior sinceridade sentimos profundamente que S. M. O Imperador vá vivendo enganado, e atraído [...]¹⁰²¹ e lembrava o título de traidor da Nação e do Monarca, por querer se aferrar ao poder regencial, além de adversário dos liberais e integrante dos saquaremas. E trazia como epígrafe do jornal, no cabeçalho, para não esquecerem os leitores, a máxima de Olinda, antes de subir ao ministério de 1848: “Os descendentes daqueles, que resistiram ao rei para melhor servirem ao rei, saberão resistir aos – ministros – para melhor servirem ao Imperador¹⁰²².” Ou seja: Olinda ficava lembrado como aquele que resistia às investidas dos ministros – ou até do próprio Imperador – em causa própria. A resistência ao Imperador para melhor servi-lo era mais uma daquelas falácias.

Aos 6 de outubro de 1849, Olinda retirava-se da presidência do conselho de ministros, ante todas as acusações de benefícios a Rego Barros e à queda das eleições dos dois senadores apoiados pelos praieiros. Ainda carregava as queixas de massacre àqueles liberais palacianos de Pernambuco. No lugar do senador pernambucano, assumia o Visconde de Monte-Alegre José da Costa Carvalho, ladeado por Euzébio de Queiroz, Paulino José Soares de Souza e Joaquim José Rodrigues Torres. Ou seja: a chamada “trindade saquarema” assumia o ministério. No entanto, quem melhor interpretou a tônica daquele momento foi o senador Costa Ferreira, na sessão do Senado de 9 de julho de 1850: “nesse tempo de intriguinhas de

¹⁰¹⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1849. nº 48. Grifos originais.

¹⁰²⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1849. nº 94. Grifo no original.

¹⁰²¹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1849. nº 112. Grifo original.

¹⁰²² HEMEROTECA DIGITAL. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1849. nº 112.

Saquaremas e Luzias¹⁰²³”. Esses tipos de atitudes eram levadas aos extremos. As indigestões entre as partes prosseguiram. Ninguém se entendia muito bem. Até, talvez, na hora dos enterros: “quando os saquaremas estiverem de cima, só irão para esse cemitério privilegiado aqueles de sua afeição, e quando os luzias estiverem no poder talvez que o mesmo aconteça [...]”¹⁰²⁴.

No entanto, ia adentrando a década de 1850. Talvez, a melhor época do Império. Bethell e José M. de Carvalho indicaram que o Brasil entrava na estabilidade política, com “paz interna de norte a sul e [...] uma certa prosperidade, baseada sobretudo nas exportações de café¹⁰²⁵.” A “falta de consenso” entre os políticos, senhores de terras e outros setores atingia certo grau de pacificação. No entanto, ninguém estava isento de críticas. Muito menos, o Marquês de Olinda.

Em 1852 era a vez de “O Liberal Pernambucano – Jornal Político e Social” encher o então Visconde de Olinda das mais ardentes palavras contra a pessoa pública. Entre 11 e 15 de setembro, publicou textos curtos sob o título “O Sr. Visconde de Olinda com medo da Constituinte”. Os números de 11 e 14 do mesmo mês davam a conhecer a discussão no Senado, levantada pelo pernambucano: recriminava a existência de uma sociedade chamada “Constituinte”, em Pernambuco, que queria o fim do senado vitalício, além de que a demissão do chefe de polícia – Jerônimo Martiniano Figueira de Mello¹⁰²⁶ - da Província poderia ter má interpretação, por ter “feito importantes serviços¹⁰²⁷”. Todavia, no número de 15 de setembro de 1852, quando findava a série, vinha os comentários do redator. Segundo ele, a permanência de Figueira de Mello em Pernambuco, querida por Olinda, “sangra-nos o coração ao vermos como um filho degenerado alça a sua voz para pedir, para exigir a perseguição da própria mãe que lhe deu o ser.” O problema era: o chefe da polícia havia sido um dos homens da repressão à Praieira. Não só com armas, mas também, com texto. Foi ele quem redigiu, em resposta ao livro de Urbano Sabino, a “Crônica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849”, no ano de 1850. Oferecia a obra aos “pernambucanos defensores da ordem¹⁰²⁸”. Por isso, “O Liberal Pernambucano” insuflava: “Esse velho surdo a toda a voz que possa enternecer o coração,

¹⁰²³ **Anais do Senado do Império do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 150. Acessado em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdfdigitalizado/Anais_Imperio/1850/1850%20Livro%205ok.pdf .

¹⁰²⁴ Idem.

¹⁰²⁵ BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. Da independência a 1870. Volume III. São Paulo: Edusp, 2009, p. 767.

¹⁰²⁶ Jerônimo Martiniano Figueira de Mello. Foi presidente das províncias do Rio Grande do Sul e Maranhão. Foi deputado por Pernambuco (1850 – 1852). Era o chefe da polícia na época da praieira. Para saber mais: **Organizações e programas ministeriais**. Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, passim.

¹⁰²⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal Pernambucano**. Pernambuco, 11 de setembro de 1852. nº 4.

¹⁰²⁸ MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. **Chronica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849**. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil de J. J. da Rocha, 1850.

levanta sua miserável palavra para pedir o extermínio de sua província [...]. E prosseguia, ameaçando acabar com a vitaliciedade do Senado: “O velho que pretendia adormecer eternamente no paraíso senatorial, descera do alto de suas ilusões e virá morrer como cidadão no regaço do povo, ele que se tinha em conta de um dos poderosos e muito altos soberanos do Brasil!”¹⁰²⁹. E ainda oferecia mais uma qualidade para Olinda: era o “velho ingrato e parricida”¹⁰³⁰.

Talvez o texto publicado contra o “chefe mais graduado dos guabirus”¹⁰³¹ – como denominara Nabuco a Olinda – fosse para ser lido em praça pública, com muita gente escutando. Se assim for, deve ser por – não muito tempo passado – ter-se dado a repressão à insurreição praieira. Ainda mais, se retirarmos os exageros de Joaquim Nabuco, “mas a verdade é que a Praia era a maioria, era quase o povo pernambucano todo”¹⁰³², e essa “população” não queria a permanência de Figueira de Mello. Assim, o escritor insuflava a população ao alerta. E continuava a dar a voz contra Olinda: “Este velho ambicioso de poder, bem sabe que Pernambuco não dobrará a força da mais furiosa perseguição, e será antes totalmente exterminado do que recuará ante o pensamento salvador que hasteou, e pelo qual tanto sangue foi derramado [...]”¹⁰³³!

Marialva Barbosa ensinou serem os xingamentos na imprensa “parte de um mundo particular”, com significados e sentidos intestinos. Poderiam integrar as margens do insulto, do entretenimento e da diversão. “Os mesmos insultos e xingamentos migram de um jornal para outro constituindo uma teia de significações impressas”¹⁰³⁴. Talvez, por isso, as injúrias tomadas pelo jornal do Rio de Janeiro repetem-se nas do “Liberal Pernambucano” na década seguinte. Assim, a figura do Visconde de Olinda era lida e interpretada pelos mais diversos sujeitos integrantes da província de Pernambuco. Pessoas que viram e ouviram falar dos massacres sofridos pelos praieiros, juntavam as informações, então, e reconheciam na figura do senador velho e sanguinolento a marca da permanência da repressão à insurreição. Se aparecia, no meio do caminho, o ataque à vitaliciedade do Senado, ela representava os anseios de homens muito mais letrados do que aqueles ali ouvintes e propagadores. Os assuntos eram vários; os atores, também.

¹⁰²⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal Pernambucano**. Pernambuco, 15 de setembro de 1852. n.º 7. Grifo do periódico.

¹⁰³⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal Pernambucano**. Pernambuco, 15 de setembro de 1852. n.º 7.

¹⁰³¹ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit., p. 106.

¹⁰³² NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit., p. 114.

¹⁰³³ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal Pernambucano**. Pernambuco, 15 de setembro de 1852. n.º 7. Grifo no periódico.

¹⁰³⁴ BARBOSA, Marialva. **História Cultural da imprensa**: Brasil, 1800 – 1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 50.

Ao que vai parecendo, a denúncia dava-se contra Olinda e sua prepotência, além da ganância pelo poder, e do sangue derramado na insurreição – ligada a permanência de Figueira de Mello – e aos problemas com o Senado. Não era simplesmente o reajuste da política pela “Constituinte”: estaria integrado, também, à questão da anulação das indicações dos praieiros à Câmara Alta e derrubada deles em conjunção do “velho parricida” com os Cavalcanti de Albuquerque.

A imagem do Marquês de Olinda foi sendo construída aos poucos. Se os adversários optaram por escrevê-lo sendo homem de outra época, velho, carrancudo e ambicioso, demais sujeitos deram-lhe versões diferenciadas. Na sessão da Câmara dos Deputados, em 2 de julho de 1852, Sayão Lobato colocava-o sendo “um dos homens mais veneráveis do nosso país, uma das glórias e ornamento do nosso parlamento¹⁰³⁵”. Quando ainda presidia o conselho de ministros Joaquim José Rodrigues Torres, um dos elementos da “trindade saquarema”, aos 7 de julho de 1853, Brandão fixava-se nas críticas de Olinda contra os integrantes ministeriais, e dizia: “E quem diria, Sr. presidente, que homens muito respeitáveis, que se sentam daquele lado, quem diria que uma das nossas primeiras ilustrações, um ancião venerando por muitos títulos qual é o nobre sr. Visconde de Olinda, alçaria a voz no Senado brasileiro contra o ministério?”¹⁰³⁶. Assim, para Brandão, se Olinda criticava os ministérios, ele tinha razão, por todo o seu histórico e por ser uma “notabilidade”.

Em 1853, dezembro, Olinda faria 60 anos. A variação das palavras entre “velho” e “ancião” já demonstrava os sentidos dos narradores. Se a imprensa busca denegrir, publicamente, a personagem política, a querendo afastar do circuito senatorial, a inclui na exigência do velho inútil, surdo, amolecido; a figura do ancião aspira ao respeito pelo caminho percorrido: a experiência e firmeza chancelada naquele conhecedor das palavras pronunciadas.

Para Brandão, Olinda era o ancião experimentado. Mesmo que Moraes Silva, em 1789, dê a opção de “velho” para ancião, no dicionário, é essa palavra que abriga o significado de “autorizado, venerável¹⁰³⁷”, fazendo conjunto ao sentido determinado pelo deputado no discurso proferido. O mesmo dicionarista recolhe, para “velho” o dito de “aquele cuja idade já declina da varonilidade; ancião”. Situa a palavra usada por Brandão sinonimicamente à

¹⁰³⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Quarto Anno da Oitava Legislatura. Sessão de 1852. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1877, p. 36.

¹⁰³⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro Anno da Nona Legislatura. Sessão de 1853. Tomo Terceiro. Rio de Janeiro: Typographia – Parlamentar, 1876, pp. 107 – 108.

¹⁰³⁷ SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da língua portugueza** – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789, p. 130. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00299210>.

utilizada pelos periódicos na intenção de denegrir. Todavia, “velho” ainda abraça outros significados: “Não novo, não moderno” e “que já não é novidade¹⁰³⁸”, dando ordenamento de algo ultrapassado, sem serventia: era dessa forma a descrição dos adversários de Olinda. Enquanto os aliados traziam a forma de Moraes, a fazer coro com Bluteau (1728), correspondendo a ancião “de ordinário significa esta palavra um velho venerável e autorizado¹⁰³⁹.”

No dia seguinte à fala de Brandão, 8 de julho de 1853, o deputado Nebias vinha em defesa do então Visconde de Olinda, no parlamento. E definia o senador da seguinte forma: além de ser “honrado e distinto brasileiro”, era conhecido “por sua ilustração e caráter”. Assim, ele não poderia ser um “energúmeno”¹⁰⁴⁰.

Nebias entra com mais um atributo a Olinda: a ilustração. Ferraz, em discurso, na Câmara, aos 24 de julho de 1855, recordou essa característica: “Visconde de Olinda, homem que estuda, que conhece perfeitamente nossas leis e sistema administrativo¹⁰⁴¹.” O político leitor, conhecedor da literatura e dos clássicos, será desenhado por Sisson na “Galeria dos Brasileiros Ilustres”, em gravura do senador sentado, em pose de quem ensina, com um volume em mãos, sobre a perna¹⁰⁴². Sem dúvidas, era estudioso. Em 1850, nas discussões sobre os cemitérios, Olinda discorreu, com propriedade, sobre a legislação francesa¹⁰⁴³. Ainda argumentou com a prática dos mártires da igreja primitiva, demonstrando conhecimento dos clássicos da literatura cristã¹⁰⁴⁴. Era um erudito do século XIX, com conhecimento de Santo Agostinho, Platão, Montesquieu e outros autores.

Em 1857, aos 4 de maio, o Marquês de Olinda – título recebido em 1854 – assumia, mais uma vez, a presidência do conselho de ministros. Ficaria lá estabelecido até 12 de dezembro de 1858¹⁰⁴⁵. As feições mudavam. Aqueles homens que o descreviam como sujeito baluarte do partido conservador, se punham a repensar quem era o Marquês de Olinda.

¹⁰³⁸ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Op. cit., p. 837.

¹⁰³⁹ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino**, aulico, anatômico, architetonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728, p. 365. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/anciam>.

¹⁰⁴⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da Nona Legislatura. Sessão de 1853. Tomo Terceiro. Rio de Janeiro: Typographia – Parlamentar, 1876, p. 127.

¹⁰⁴¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Terceiro Anno da Nona Legislatura. Sessão de 1855. Tomo Terceiro. Rio de Janeiro: Typographia de – Hypolito José Pinto & C^a., 1875, p. 280.

¹⁰⁴² SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume I. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 65.

¹⁰⁴³ **Anais do Senado do Império do Brasil**. Sessões de julho de 1850. Volume 5. Brasília: Senado Federal, 1978. p. 172. Acessado em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdfdigitalizado/Anais_Imperio/1850/1850%20Livro%205ok.pdf.

¹⁰⁴⁴ Idem, p. 175.

¹⁰⁴⁵ **Organizações e programas ministeriais**. op.cit., p. 117 – 119.

Mantinha-se respeitável, culto, mas, dirigia abanos aos liberais, mesmo mantendo-se conservador. Alguns dos antigos aliados viravam oposição. Novos olhares surgiam.

5.2 OS MARQUESES DE OLINDA E PARANÁ: UM CASO DE CETICISMO POLÍTICO

Era 6 de setembro de 1853 quando assumiu a presidência do conselho de ministros Honório Hermeto Carneiro Leão - o Marquês de Paraná – tendo por vistas a política da conciliação de partidos. Agrupou junto a si alguns conservadores e liberais¹⁰⁴⁶.

As reformas de Paraná o fariam sofrer críticas do Marquês de Olinda. Todavia, ficaram registradas, na historiografia, as marcas dos embates políticos de ambos os homens poderosos que se viam apartados, em lados diversos, dentro do mesmo recinto de rinha. Os egos não conseguiam estreitar concórdias. Jeffrey D. Needell cita, de Pereira da Silva, as “Memórias” registradas para o dia da última sessão pública no Senado com participação de Honório – 16 de agosto de 1856 – e a morte no dia 3 de setembro. Olinda teria feito longo discurso contra o ministério. Paraná, que sofria de problemas intestinais por anos, em seu temperamento exacerbado, teria sido acometido por grave crise: não conseguiu terminar a resposta ao senador pernambucano¹⁰⁴⁷.

Estefanes escreveu que as críticas à conciliação não apresentavam nenhuma novidade, inclusive: “desde o início do ministério, ela[s] aparecia[m] com certa constância nos discursos de alguns parlamentares, como os senadores d. Manoel Mascarenhas, Souza Franco, o próprio marquês de Olinda ou ainda o deputado e jornalista Justiniano José da Rocha¹⁰⁴⁸.” Assim, não haveria motivo para o desarranjo de Honório naquela desavença¹⁰⁴⁹. Ainda segundo o mesmo

¹⁰⁴⁶ Montara ministério com Nabuco de Araújo, Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro), Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) e outros. No percurso entre 1853 e 1856, alguns sujeitos caíram e outros tomaram as vagas, da forma de Visconde do Rio Branco (1855) e Duque de Caxias. **Organizações e programas ministeriais**. op.cit., 113 – 115.

¹⁰⁴⁷ NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order**. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831 – 1871. California: Stanford University Press, 2006, p. 197. “No Senado proferiu Araújo Lima um discurso veemente contra a política do ministério. Irritado, Honório Hermeto respondeu-lhe com vigor e acrimônia. A paixão inflamou-lhe a palavra, e ao terminar seu discurso sentiu-se molesto. Recolhido à sua residência no caminho novo de Botafogo, e insultado de acesso febril, foi arrastado ao leito. Não lograram os facultativos aliviá-lo do mal, que o minava. Desvanecia-se-lhe por vezes a razão, e nesses críticos momentos ocupava-se ainda em responder a Araújo Lima. Comunicou a Sua Majestade que era conveniente nomear Silva Paranhos para exercer a pasta da Fazenda durante seus incômodos. Impressionou-se ao saber que Sua Majestade preferia Vanderlei. Recrudesceram os acessos febris, e após sofrimentos dolorosos finou-se na madrugada de 3 de setembro. Espiava-o já a morte no meio de um último triunfo oratório, para trocar-lhe os louros por fúnebres ciprestes”. PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Memórias do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003, pp. 259 – 260.

¹⁰⁴⁸ ESTAFANES, Bruno Fabris. **Conciliar o Império – O Marquês de Paraná e a política imperial – 1842 – 1856**. São Paulo: Annablume, 2013, p. 41.

¹⁰⁴⁹ Idem, p. 43.

redator, duas versões do caso perpetuaram: 1. A narrada por Needell, em que Paraná não conseguiu terminar o discurso de resposta, sendo tomado por imensa dor, desmaiou e foi transferido para o palacete, tendo falecido posteriormente; 2. Paraná teria ido embora consciente, todavia, debilitado e desapontado com a acusação de “ceticismo político”¹⁰⁵⁰, como foi narrado no “Ano Biográfico Brasileiro”, de Joaquim Manoel de Macedo, datado de 1875/1876¹⁰⁵¹.

Joaquim Manuel de Macedo era médico. Em 1844 apresentou à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a tese “Considerações sobre a Nostalgia”. Foi nesse texto que denunciou o péssimo tratamento dado aos cativos vindos nos navios negreiros e a crueldade do cativo¹⁰⁵². Sabia bem fazer descrições: era um romancista de talento. E não foi diferente ao entender a doença do Marquês de Paraná: “[...] ele sofria de afecção crônica biliosa, causa principal de seus dias, ou de suas horas de ríspida rabugem, e de irascibilidade fácil [...]”¹⁰⁵³.

Se a versão de Macedo, para a morte, é a mais fiel – ou não – por não apresentar, os “Anais do Senado”, a historieta da anormalidade na saúde de Paraná, devemos lembrar ser, aquele instrumento, resumo recortado, ao sabor dos copistas, dos acontecimentos e falas. Ademais: não seria de bom tom, aos taquígrafos, redigirem a briga de dois importantíssimos sujeitos e muito menos a indisposição do presidente do conselho, não passando bem, e respondendo às investidas do velho senador. Parece ter a oralidade guardado o não-dito pelos anais.

¹⁰⁵⁰ ESTAFANES, Bruno Fabris. **Conciliar o Império**. Op. cit., p. 43.

¹⁰⁵¹ Ibidem, pp. 43 – 44. “Em um dos dias mais adiantados do mês de agosto a última votação do senado firmou a completa vitória do marquês de Paraná.

O gigante pode apenas sorrir aos louros que vinham coroar sua altiva fronte...

Em derradeira quebra de lanças o marquês de Paraná reagira ofendido contra a acusação de *ceticismo* que lhe lançara um dos principais chefes conservadores.

Poucos dias depois o marquês de Paraná já vencedor caiu no leito.

O espírito não tinha mais que combater.

A ação do fígado enfermo, e gravemente inflamado pronunciou-se ameaçadora.

Baldaram-se todos os esforços dos médicos.

Na noite de 2 de setembro o marquês de Paraná abatido de forças, e delirante pronunciou suas últimas palavras já entrecortadas e sem nexos:

“Ceticismo..... o nobre senador pátria..... liberdade.....

Na madrugada do dia 3 de setembro morreu”. MACEDO, Joaquim Manoel de. **Ano Biográfico Brasileiro**. Terceiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artistico, 1876, p. 23. Acessado em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01064430>. Grifos do autor. As aspas iniciadas em “Ceticismo” não se encontram fechadas no texto original: preferimos manter assim. O visual fragmentado do texto, aqui presente, é o mesmo encontrado no original. Estefanes recolheu parte dessa citação à página 44 do seu livro, no entanto, em versão encontrada no IHGB, como indicada por ele.

¹⁰⁵² MACEDO, Joaquim Manuel de. **Considerações sobre a nostalgia**. Campinas: UNICAMP, 2004, pp. 16 – 17.

¹⁰⁵³ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Ano Biográfico Brasileiro**. Terceiro Volume, op.cit., p. 22. Acessado em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01064430>.

O discurso do Marquês de Olinda, naquele dia 16 de agosto de 1856, era publicado no “Jornal do Commercio”, aos 18 de agosto. Talvez, não tenha ido ao público com as exatas palavras ditas pelo pernambucano. Depois de ter falado sobre o sistema de colonização, Olinda passava aos problemas da política: “É o primeiro desses fatos um ceticismo político incrível, a mais completa indiferença pelos negócios públicos.” E completava: “Mas esta apatia será real ou aparente? Pela aceitação dos empregos terá o partido liberal renunciado suas convicções¹⁰⁵⁴?”

O registro não indica resposta direta dada por Paraná a Olinda. Todavia, como observado, as críticas eram ferozes contra a conciliação de partidos: a indiferença pairava sobre o país. No entanto, ao final da fala do presidente do conselho, que respondia aos mais diversos adversários – oradores posteriores a Olinda – diria: “[...] o governo atual não costuma confiar os [cargos] de alta administração senão a quem lhe inspira confiança [...]” E completava: “Qualquer que inspire confiança, embora pertencesse a este ou aquele partido, é empregado quando se considera que pode prestar serviços ao país.”¹⁰⁵⁵.

¹⁰⁵⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1856. nº 229. “É o primeiro desses fatos um ceticismo político incrível, a mais completa indiferença pelos negócios públicos. As lutas que nos primeiros tempos se presenciavam nas câmaras, em que se debatiam os princípios da nossa organização política, em que uns pugnavam pela preponderância do partido monárquico, e outros pelo do democrático, acabaram inteiramente: ouve-se de vez em quando uma ou outra voz, mas é a voz que clama no deserto, parece até que incomoda, que é ouvida com desgosto. A imprensa está calada, estas questões desapareceram dela, ou só tem lugar em um ou outro periódico quando trata de defender algum ato do governo.

Esta indiferença, este amortecimento repentino dos espíritos, quando ainda há pouco saímos de lutas encarniçadas até com as armas na mão, são dignos da maior atenção. Nos países velhos, como a Inglaterra, onde os princípios constitutivos do governo estão reconhecidos por todas as parcialidades, não admira que isso aconteça: mas em uma nação nova, em que não se acha bem desenvolvido o sistema representativo, como sucede entre nós, é incrível. E a prova de que não se acha bem desenvolvido está no uso que se faz dos créditos, está nas autorizações que a assembléia geral tem dado ao governo. Mas tudo isto passa sem reflexão!

As paixões estão acalmadas, não há dúvida, é um benefício para o país, mas no meio disto o que vemos? Há o partido conservador e o liberal. O primeiro, não achando já inimigos abraça como irmãos seus antigos adversários, mas esse partido está amortecido, está dividido, ele se considera abandonado, porque seus serviços não se consideram mais necessários. Isto não é indiferente, diz o orador, olhe o governo para este fato.

O partido liberal, cansado também dessas lutas frenéticas com seus antigos adversários, mostra-se igualmente calmo, e neste ponto louvores sejam dados a ambos, porque tem compreendido seus interesses, e os interesses do país. Mas esta apatia será real ou aparente? Pela aceitação dos empregos terá o partido liberal renunciado suas convicções.”

¹⁰⁵⁵ Idem. “Respondendo as observações feitas por diferentes vozes sobre o sistema seguido nas nomeações que se fazem para os diferentes cargos do Estado, declara o orador que o governo atual não costuma confiar os de alta administração senão a quem lhe inspira confiança, e procede neste ponto como procediam os ministérios anteriores: mas o que é verdade é que nas suas nomeações não tem tomado em conta os precedentes políticos das pessoas de quem lança mão. Qualquer que inspire confiança, embora pertencesse a este ou aquele partido, é empregado quando se considera que pode prestar serviços ao país. Não é um título ter sido Saquarema constante, nem constante Luzia; o título é a capacidade do indivíduo e a confiança do ministério. Depois, entre as atuais administrações há muitos homens novos que não se pronunciaram nem em um nem em qualquer desses partidos. O que se deve presumir é que sirvam o seu país, que prezam as instituições, e que por isso se prestam e são chamados a servir no momento atual. “

Se a palavra “empregos” utilizada pelo Marquês de Olinda no pronunciamento refletir os cargos e nomeações feitas pelo gabinete, o pernambucano estaria acusando Honório de comprar o silêncio e a calma dos Liberais/ Luzias com lugares na administração. Raphael Bluteau, em 1728, indicou para o sentido de “emprego” ser “ocupação, cousa, em que empregamos o tempo, o talento, o gênio¹⁰⁵⁶.” Moraes Silva, por 1789, escrevia muito próximo do outro dicionarista: “ofício, cargo¹⁰⁵⁷”. Dessa forma, o trecho acima, leva-nos a crer, teria sido, na visão do taquígrafo - já que o texto vem truncado, resumido, pelo profissional redator – a resposta a uma das partes do discurso do senador e ex-ministro: talvez, por isso, diga, em determinado ponto da fala, que “procede neste ponto como procediam os ministérios anteriores”. Assim, Olinda não estaria, apenas, falando de um “ceticismo político”, mas, do uso da máquina do Estado para produzir o silêncio e, portanto, a descrença e apatia na então política tomada pelo ministério. A acusação seria mais séria: a Conciliação, pois, nesse pensamento do Marquês de Olinda estaria imersa na sugestão do “cala-boca” de Paraná. A nova forma de fazer política seria manchada pela inércia da pintura fraca, apenas aparente, levando ao “ceticismo”.

Todavia, o taquígrafo colocou, possivelmente, a fala de Olinda dentro da expressão “diferentes vozes”, fazendo resumir a resposta queixosa de Paraná e o discurso acusativo de Olinda. Na prática, o relato que chegou até nós veio cortado, resumido, ao sabor do redator. Nunca teremos a real dimensão da briga marcada pelos memorialistas e apagada pelos “Anais do Senado”. Entretanto, também não seria a melhor solução pensar a negativa de ter existido a discussão pela simples forma de não obtermos registro da mesma dentro dos meios oficiais. Se, posteriormente, o assunto veio à tona, deve ter sido pelo passar dos anos, quando a ideia já estava abatida, os espíritos esfriados e os sujeitos defuntos. No calor da hora, no mínimo, seria indelicado, para ambas as partes. Ademais: qual seria o motivo de, o “Jornal do Commercio”, no dia seguinte a morte do Marquês de Paraná, 4 de setembro de 1856, publicar, dentro do anúncio necrológico, a seguinte frase? “[...] não conservava o Sr. Marquês de Paraná o menor ressentimento, nem com mesquinhas inspirações obcecava seu atilado espírito”¹⁰⁵⁸. Ou seja: era alfinetada às vozes a fazerem críticas ao governo Paraná e um abafar do disse-me-disse que, provavelmente, tomou as ruas: o Marquês morreu respondendo a Olinda. Se o ministro-defunto

¹⁰⁵⁶ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino**, aulico, anatômico, architetonico... . Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728, p. 70. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/emprego>.

¹⁰⁵⁷ SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da língua portugueza** – recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789, p. 672. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/emprego>.

¹⁰⁵⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1856. n° 246.

não conservava ressentimento ou mesquinhas inspirações obcecavam seu espírito, jamais isso poderia ter acontecido. Os boatos deveriam ser tantos e as versões dos delírios inúmeras que o periódico resolveu soltar a nota com a afirmativa: apagava as suspeitas. Numa sociedade onde os textos eram lidos em voz alta, nas casas e praças, era uma das formas de acabar com a conversa miúda que incomodava os aliados da conciliação: inclusive, de acalmar o próprio Imperador.

Mesmo que o Marquês de Olinda tenha levado as críticas ao sistema de conciliação, incluindo o Marquês de Paraná, às últimas consequências, depois, quem assumirá o papel de unificar conservadores e liberais sob a mesma bandeira será ele.

5.3 OS PERNAMBUCANOS TAMBÉM JOGAM

Passado o susto, Pedro II escolheu para a presidência do conselho, mantendo os ministros, Luiz Alves de Lima, o mais tarde Duque de Caxias¹⁰⁵⁹. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque¹⁰⁶⁰, deputado geral por Pernambuco, aos 9 de setembro de 1856, seis dias após a morte de Paraná, dava notícias a Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Camaragibe, irmão do senador Visconde de Albuquerque, extremado conservador, com residência pernambucana, no engenho Camaragibe: “[...] o Marquês de Olinda com muita coragem e decisão levantou a luva em defesa do Gabinete, e este fato é uma garantia de vida para o Ministério¹⁰⁶¹”.

Ora, aquele Olinda que fez sofrer as mais ácidas investidas ao ex-presidente do ministério, agora, vinha em defesa do recém-composto. Sá e Albuquerque deveria estar fazendo alusão ao discurso, no senado, do dia 6 de setembro de 1856, em que o Marquês de Olinda colocava sobre os ministros: “Eles têm todas as qualidades necessárias para bem

¹⁰⁵⁹ Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. Nasceu em 1803, no Rio de Janeiro. Era militar e filho do também militar Francisco de Lima e Silva. Foi deputado geral, Senador e ministro. Lutou na guerra do Paraguai. Para saber mais: SISSON, S.A., **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume I. op.cit., pp. 85 – 98.

¹⁰⁶⁰ Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Nasceu em Pernambuco, em 1821. Bacharel pela Academia de Olinda (1842). Em 1853 já era deputado geral. Senador desde 1864. Ministro. Faleceu em 22 de fevereiro de 1868, com 47 anos. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A., **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**.op.cit., pp. 62 - 67.

¹⁰⁶¹ INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO (IAHGP). Arquivo Visconde de Camaragibe (AVC). Caixa 1. **Carta de Antonio Coelho de Sá e Albuquerque para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1856.

desempenharem a sua missão.” E mais: “[...] entendo que os atuais ministros podem prestar muito bons serviços continuando no seu posto¹⁰⁶²”.

Parece, ter tido, o Marquês de Olinda, acirramentos maiores com o Marquês de Paraná, que, inclusive, havia sido presidente de Pernambuco logo após a Revolução Praieira. Aos outros ministros, as cargas de críticas eram menores. No entanto, mantinha-se no ministério a figura de Jozé Thomaz Nabuco de Araújo, ocupando a pasta da Justiça. O padre Joaquim Pinto de Campos, sujeito muito próximo do Visconde de Camaragibe, sendo, até, o capelão do engenho, dizia a ele aos 14 de maio de 1855: seu irmão, Hollanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque), colocou ser Nabuco “o antigo instrumento das intrigas entre os Cavalcantis e os Regos” e seguia, dando voz a Albuquerque: “meu irmão Pedro há de convencer-se de quanta razão tive sempre de condenar a influência de Nabuco nos negócios de nossa província, - influência que achou sempre apoio na condescendência de meu irmão.” O padre continuava com a missiva: “[...] o nosso Marquês de Olinda, com quem já tive larga conversa, abunda inteiramente nas ideias de seu mano”. Mas, se Albuquerque apenas se irritava com Nabuco, “o Marquês está no maior encarniçamento com ele, chegando até a dizer-me que Nabuco é um cancro que Pernambuco tem nutrido em seu seio”. A raiva do ex-regente era tanta, que espalhava: “quando houver qualquer vaga de Senador, não sendo ele o falecido, imediatamente se dirigirá para Pernambuco a guerrear de morte o mesmo Nabuco”¹⁰⁶³!

Desde a década de 1830, os Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco vinham se afastando dos primos Rego Barros e, conseqüentemente, do Marquês de Olinda. Joaquim Nabuco apontou a passagem do bastão conservador na província: “É natural que a transmissão do ascendente político, durante quarenta anos, de Suassuna a Boa Vista e depois ao irmão daquele, Camaragibe, tenha parecido a formação de uma dinastia no seio de um partido (...)”¹⁰⁶⁴.” Era a tomada de liderança por Camaragibe a causa do afastamento entre os Cavalcanti e os Rego Barros. Mas, o Visconde de Albuquerque, segundo o padre Campos, colocava Nabuco de Araújo no meio da intriga. No entanto, o próprio filho entrega as cartas: “É provável que as relações íntimas de Nabuco com [Suassuna] este o tenham feito parecer pouco ortodoxo à reação conservadora iniciada sob o novo Regente pernambucano¹⁰⁶⁵.” O Visconde de Suassuna era o irmão mais velho dos Viscondes de Albuquerque e de Camaragibe e por muitos anos

¹⁰⁶² **Annaes do Senado do Império do Brazil**. Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Sessão de 6 de setembro de 1856, pp. 276 – 277. Acessado em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1856/1856%20Livro%204.pdf.

¹⁰⁶³ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1855. Grifo do autor.

¹⁰⁶⁴ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. op.cit., p.62.

¹⁰⁶⁵ Idem, p. 63.

comandou a província de Pernambuco. Joaquim Nabuco prossegue: “Só assim se explica o não haver Francisco do Rego Barros cumprido a promessa que fizera no Rio de Janeiro de tomar a Nabuco para seu secretário¹⁰⁶⁶.” Ora, se Jozé Thomaz se aliava a Suassuna na campanha regencial de 1838, apartava-se de Rego Barros, aliado de Olinda, entrando nas desconexões prévias do ganho de campo pelos praiheiros, na década de 1840. Segundo o filho, o pai estaria inclinado a aliar-se ao Visconde de Albuquerque, na província, mas, aproximou-se do ministério de 1837, em que possuía afinidades com Sebastião do Rego Barros e Antonio Peregrino Maciel Monteiro, o segundo Barão de Itamaracá. “Para um jovem aspirante à carreira política teria sido um inglório suicídio separar-se, somente por uma fidelidade pessoal, da causa pela qual ele trabalhara no dia em que ela vencia¹⁰⁶⁷.” Assim, parece ter, Nabuco de Araújo, a convicção de mudar de lado a cada momento propício. Tais atitudes não agradavam a Olinda e Albuquerque. E, então ministro, juntava-se com o desafeto Paraná, do velho senador. Joaquim Nabuco cita carta do pai ao Marquês de Monte Alegre, do fim da década de 1850. Escreveu que o Marquês de Olinda estava “indisposto comigo (...) desde o ministério Paraná¹⁰⁶⁸.” E pronunciou, numa nota de rodapé: “O marquês de Olinda, liberal retardatário, segredava a Sousa Carvalho que *Nabuco de Araújo tentava e corrompia a mocidade com inovações perigosas...*¹⁰⁶⁹”. Parece nunca ter cessado a desconfiança entre ambos. Tanto como Olinda não aceitava as “inovações perigosas” por ser um conservador no meio de alguns liberais.

Volúvel em suas análises e fofocas dos corredores palacianos, era o padre Pinto de Campos. Não sabia bem as investidas a fazer sobre o Marquês de Olinda. Ainda aos 10 de agosto de 1854, escrevia ao confidente Visconde de Camaragibe sobre o empenho de Olinda, ainda Visconde, em trazer, para Pernambuco, a estrada de ferro¹⁰⁷⁰. A influência do senhor do Engenho Camaragibe deveria ser usada para chamar a Assembleia Provincial – extraordinariamente - para tratar do assunto. Isso demonstrava os interesses comuns aos sujeitos unidos, nesse momento. Assim, Olinda fazia-se “velho amigo” de ambos. Diria o padre, 4 dias

¹⁰⁶⁶ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. op.cit., p. 63.

¹⁰⁶⁷ Ibidem, p. 64.

¹⁰⁶⁸ Ibidem, p. 372.

¹⁰⁶⁹ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume II. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.1115. A parte em itálico encontra-se dessa forma, no texto. Parece ter sido frase retirada de “Estadistas e Parlamentares” de Deiró.

¹⁰⁷⁰ IAHGPAVC. Caixa 1. **Carta do padre Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1854. “O nosso velho amigo Visconde de Olinda pediu-me que escrevesse a Vossa Excelência, lembrando-lhe a necessidade de convocar-se extraordinariamente a Assembléia Provincial, a fim de dar-se nova garantia a empresa Mornay, ao menos equiparando-se a que foi dada pela Assembléia Provincial da Bahia ao empresário da estrada do Joazeiro. Diz o Visconde que sem esta medida a empresa da Bahia achará preferência em Londres, e que isto será uma fatalidade para nós.”

depois: “O nosso bom velho Visconde de Olinda, em se tratando de negócios de Pernambuco, torna-se infatigável!”¹⁰⁷¹.

A conjunção para trazer a estrada de ferro dava-se entre os interesses do “bom velho” Olinda, do presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo, de Camaragibe e, até, do presidente do conselho, Paraná, segundo o padre¹⁰⁷². Ao final, o processo e as alianças dariam certo: a estrada seria construída e inaugurada com muitos brindes, alguns anos depois. No entanto, no meio disso tudo, ocorreu um desembarque ilegal na praia de Sirinhaém que faria a maior desarranjo entre todos esses sujeitos e o cônsul inglês em Pernambuco. Já o vimos, nesse texto, em uma perspectiva. Agora, é importante percebermos como os políticos tentaram resolver essa questão.

Era 11 de outubro de 1855 quando um palhabote apareceu na praia de Sirinhaém. Um sujeito havia trazido carga consignada ao Coronel João Manoel de Barros Wanderley, mas, por engano, desembarcou, possivelmente, em praia errada, indo parar na casa de outro Coronel, o Drummond, que denunciou a ação às autoridades. Marcus Carvalho resumiu esse imbróglio. Ensinou que o ato só foi mal-sucedido pelo atracar em praia de adversários. Muita gente entrou nas suspeitas do crime do desembarque ilegal: José Bento da Cunha Figueiredo e alguns Cavalcanti compuseram o rol. Todavia, o grande problema era o local do desembarque. O apreensor, Drummond, deixou ir-se o comandante e a tripulação da embarcação. Nunca se chegou a um consenso: não os manteve presos por não ter como, ou se deixou que escapassem¹⁰⁷³.

Além desses indicados, Chico Caçador ou Xico Caçador – Francisco Cavalcanti Wanderley – também metido na confusão, era irmão de Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti¹⁰⁷⁴ e João Manoel de Barros Wanderley era o seu sogro¹⁰⁷⁵. Álvaro Barbalho fora magistrado e havia sido deputado geral e provincial por diversas vezes. A partir de 1871, subia ao senado¹⁰⁷⁶. Em 1856, “O Liberal Pernambucano” colocava ser Sirinhaém “um feudo do Sr. Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti¹⁰⁷⁷”. Além do mais: o mesmo periódico indicava ter vindo José

¹⁰⁷¹ IAHP.AVC. Caixa 1. **Carta do padre Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1854.

¹⁰⁷² Idem.

¹⁰⁷³ CARVALHO, Marcus J. M. de. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. in: **Revista de História**. São Paulo: Universidade de São Paulo, nº 167, julho/dezembro de 2012, p. 244. Acessado em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/49091>.

¹⁰⁷⁴ Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti. Pernambucano. Era magistrado. Deputado na legislatura de 1843 – 1844, 1850 – 1852, Senador desde 1871. Para saber mais: **Organizações e Programas ministeriais**. Op.cit. passim.

¹⁰⁷⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal Pernambucano**. Pernambuco, 17 de dezembro de 1856, nº 1258.

¹⁰⁷⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Recife**. Pernambuco, 20 de dezembro de 1889, nº 00290.

¹⁰⁷⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal Pernambucano**. Pernambuco, 18 de junho de 1856. nº 01107.

Bento, em 1853, na intenção de governar “conforme as ordens dos senhores feudais de Pernambuco¹⁰⁷⁸.”

Durante a vigência das disputas no caso Sirinhaém, raros são os registros da interferência do Marquês de Olinda e os indícios parecem demonstrar ter, ao menos, o dedo desse político natural de – coincidentemente! – Sirinhaém. Manuel de Araújo Lima, produtor de açúcar naquela localidade, e pai do Marquês de Olinda, deixava alguns “prédios no mato” quando morreu em 1844. Os herdeiros dividiram os engenhos Vicente Campelo, Elefante, Dromedário, Leão, Lobo, Antas, 10:211#000 no Boa Vista, três quartos do Poços e a propriedade do Jardim¹⁰⁷⁹. Ao menos, os engenhos com nomes de animais eram em Sirinhaém. Além do mais: Manuel de Araújo Lima possuía estreitas relações com o comerciante de carne humana Bento José da Costa, com quem tratava abundantemente em assuntos de débitos e créditos. Mas, outro indício parece revelador: o padrinho de batismo do Marquês era Henrique Luis de Barros Wanderley¹⁰⁸⁰. Desta forma, Olinda deveria ter algum laço forte com a família de Chico Caçador e João Manoel e, claro, com alguns traficantes. E se os engenhos do pai do Marquês possuíam nomes de animais, na maioria, a propriedade de Chico Caçador era o Engenho das Coelhas.

Nos fins do ano de 1856, “O Liberal Pernambucano” soltaria acusações sobre o Marquês de Olinda.

A facção Rego Barros lutava com duas rivalidades, a saber: - a importância do Sr. Marques de Paraná no império e a força da facção *Cavalcanti* na província. Uma tentativa de tráfico podia ser favorável a muitos respeitos: ela poderia, no caso de passar despercebida, ser uma fonte de lucro; e, no caso de ser descoberta, ser lançada a conta do ramo *Cavalcanti* com especialidade, e trazer sérios comprometimentos para o governo do marquês de Paraná. Desacreditado o Marquês de Paraná como chefe do gabinete e enfraquecida a facção *Cavalcanti*, era de esperar que subisse à presidência do conselho o Sr. Eusébio e que a facção *Cavalcanti* fosse mais fácil de ser subjugada. Cremos que este plano se concebe facilmente; e todos sabem que os elementos – Paraná – Olinda, - Cavalcanti, e Rego Barros, apesar de se acharem mais ou menos ligados pelo interesse de uma atualidade, eram todavia heterogêneos e mais ou menos reagiam, procurando cada um prevalecer sobre os outros¹⁰⁸¹.

Desde a década de 1830, era bem sabido ser Francisco do Rego Barros, conde da Boa Vista, o procurador da política do Marquês de Olinda em Pernambuco. A rivalidade entre Boa

¹⁰⁷⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal Pernambucano**. Pernambuco, 18 de junho de 1856. nº 01107.

¹⁰⁷⁹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 210 Doc. 44. **Inventário dos Bens do Casal dos pais de Pedro de Araújo Lima**.

¹⁰⁸⁰ CASCUDO, Luis da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 349.

¹⁰⁸¹ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal Pernambucano**. Pernambuco, 16 de dezembro de 1856. nº 1257. Grifos do periódico.

Vista e os primos Cavalcanti eram antigas pela década de 1850. Cada um buscava o caminho independente. Só juntavam-se em tempos de desespero. Como os Cavalcanti eram especialistas em serem acusados de roubo de escravos, entrava mais uma acusação. Quanto a Paraná, Olinda era quase um desafeto. Ademais: o plano de desautorizá-lo parece que dava certo. Depois da morte dele, Olinda espera apenas a presidência de Caxias e sobe ao ministério.

O redator do “*Liberal Pernambucano*” fazia José Bento da Cunha Figueiredo ser o executor do plano de enfraquecimento do governo Paraná, passando por instrumento de Olinda e Euzébio de Queiroz, que, por essa época, já era um dos sujeitos poderosos entre os conservadores aliados aos produtores de café do Vale do Paraíba. Ao mesmo tempo, “não tramava menos a preeminência do ramo *Rego Barros* sobre o ramo *Cavalcanti*.” E alfinetava o maior protetor do ex-presidente: “O Sr. Barão de Camaragibe deve saber disso perfeitamente, embora tenha para com o sr. José Bento o seu melhor sorriso¹⁰⁸².” Para o plano ser executado com excelência “Quem veio substituir ao ex-presidente de Pernambuco? Ainda o sr. Sergio Teixeira de Macedo, primo e amigo do sr. Euzébio e obrando nos seus interesses”, que entrou na arena eleitoral e impôs “os candidatos do seu peito ou do peito dos srs marquês de Olinda e Euzébio”: José Bento, Sá e Albuquerque e Paes Barreto¹⁰⁸³.

Mesmo que o redator faça algumas ligações exageradas como aliançar José Bento – de forma mais contundente - a Olinda, a indicação de um grupo executor de planos para desmoralização do gabinete Paraná não é, de longe, romanceada. Se no parlamento as falas giram ao redor da soberania do Brasil frente à Inglaterra, mostrava, a face de um ministério fraco ante as investidas do governo inglês.

Pelos dias de 1857, o caso já havia sido julgado e, por falta de provas, todos os acusados foram absolvidos. “O *Liberal Pernambucano*” acusava José Bento de não querer colher as provas, ao lado de Álvaro Barbalho, que queria salvar o irmão e o sogro¹⁰⁸⁴. Em 1º de dezembro de 1856, Nabuco de Araújo informava a Camaragibe: “Dei um golpe de Estado”. Havia aposentado dois dos três desembargadores (Padilha e Valle) e removido um (Bastos). “Quaisquer que sejam as consequências do meu proceder, estou disposto a carregá-las com a consciência de haver prestado um serviço ao meu país: está limpa a Relação de Pernambuco¹⁰⁸⁵”. Ao que parece, Camaragibe não gostou do negócio feito e Nabuco o

¹⁰⁸² HEMEROTECA DIGITAL. *O Liberal Pernambucano*. Pernambuco, 16 de dezembro de 1856. nº 1257.

¹⁰⁸³ Idem.

¹⁰⁸⁴ HEMEROTECA DIGITAL. *O Liberal Pernambucano*. Pernambuco, 17 de dezembro de 1856. nº 1258.

¹⁰⁸⁵ IAHP. AVC. Caixa 1. *Carta de José Tomás Nabuco de Araújo ao Visconde de Camaragibe*. Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1856. Gláucio Veiga cita a mesma missiva na pg. 69, todavia, aqui, refizemos a leitura das missivas, nos originais, posto existir imprecisões nas transcrições de Veiga. VEIGA, Gláucio. *O Gabinete Olinda e a política pernambucana/ O Desembarque de Serinhaém*. Recife: UFPE, 1977.

responde: “Sinto que não lhe agradasse o golpe desfechado sobre a Relação de Pernambuco, e que a impressão por ele deixada não fosse favorável ao governo¹⁰⁸⁶.”

Passariam anos, e o caso seria lembrado. Mas, as provocações aos ingleses, também. Em 1858, inaugurou-se a primeira seção da estrada de ferro do Recife a São Francisco. O “Diário do Rio de Janeiro” trazia transcrição da narrativa sobre o evento. Todavia, os brindes não aparentam mais que provocações ao cônsul inglês. Foram propostos e correspondidos, o do Sr. Wood ao Imperador do Brasil; o segundo pelo Presidente da Província à Rainha Victoria; o terceiro ao presidente da Província, pelo Cônsul Cowper, - o protetor dos Drummond e desafeto de José Bento; o quarto pelo conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo.

O quinto pelo Sr. Dr. Aguiar aos srs Marquês de Olinda, conselheiro Sérgio, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Carvalho Moreira, e ao inaugurador da estrada o Sr. Cunha Figueiredo. Como algumas pessoas não tivessem ouvido o Sr. Aguiar pronunciar o nome do Sr. Cunha Figueiredo, o Sr. H. A. Milet, querendo reparar essa omissão, disse algumas palavras, mostrando que o Sr. Cunha Figueiredo havia muito e muito concorrido para a empresa, e propôs-lhe um brinde, que foi muito aplaudido. O sr. tenente-coronel Florêncio José Carneiro Monteiro fez outro brinde ao Sr. Figueiredo e a assembleia provincial, que fora convocada extraordinariamente para tratar da estrada de ferro. Depois o Sr. Dr. Aguiar, explicando o seu brinde, disse que quando tinha apontado os nomes dos Srs. Olinda, etc., nunca teve em vista excluir o nome respeitável do Sr. Cunha e Figueiredo, por que ele tinha sido testemunha do muito que ele havia trabalhado e concorrido para a obra da estrada de ferro; mas que a sua intenção foi lembrar os nomes dos ausentes¹⁰⁸⁷.

Pois, diante do Cônsul Cowper fariam ressoar o nome de Cunha Figueiredo, então conselheiro e inaugurador da estrada de ferro, por várias vezes, além do de Sérgio de Macedo, defensor do ex-presidente da província no caso Sirinhaém. Ademais: o tenente-coronel Florêncio José Carneiro Monteiro era outro membro do grupo de Camaragibe. O posto em que estava havia sido pleiteado por Nabuco, na Corte, e era anunciado em 1º de dezembro de 1856¹⁰⁸⁸. Ou seja: o momento estava armado para ser ode a José Bento, que saíra ileso do caso Sirinhaém e uma provocação ao Cônsul Cowper.

¹⁰⁸⁶ IAHP. AVC. Caixa 1. **Carta de José Tomás Nabuco de Araújo ao Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1857. Gláucio Veiga cita a mesma missiva na pg. 69.

¹⁰⁸⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1858. nº 00052.

¹⁰⁸⁸ IAHP. AVC. Caixa 1. **Carta de José Tomás Nabuco de Araújo ao Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1856.

5.4 AS ELEIÇÕES GERAIS PARA 1857 EM PERNAMBUCO

Mesmo que o caso de Sirinhaém desestabilizasse os grupos políticos pernambucanos, todos estavam interessados nas próximas eleições gerais para a legislatura de 1857 a 1860. Ainda havia um agravante: a Lei de Círculos seria executada. José Murilo de Carvalho ensinou abrigar a reforma eleitoral dois aspectos: 1. a introdução do voto distrital: “tinha o propósito claro de quebrar o monolitismo das grandes bancadas provinciais e permitir a representação das facções locais”; 2. incompatibilidades eleitorais, que “eram tentativa de reduzir a influência do governo nas eleições, de evitar que a Câmara fosse dominada por funcionários públicos, sobretudo juízes¹⁰⁸⁹.” Assim, os chefes locais teriam força sobre os nacionais dos partidos e os Presidentes de Província, levando à diversidade de representantes na Câmara¹⁰⁹⁰. Basile coloca a lista dos inelegíveis nos distritos de atuação: os funcionários públicos, entre eles, Presidentes de Província, Secretários Provinciais, Inspetores Gerais da Fazenda Pública, Comandantes das Armas, Juízes de Paz, de Direito e Municipais, Chefes de Polícia, Delegados e Subdelegados¹⁰⁹¹. Ainda informa Carvalho: “A eleição de 1856 marcou também o início da queda acentuada do número de funcionários públicos na Câmara e o início do aumento do de profissionais liberais”. Nesse processo, “o impacto foi tão grande que a lei foi alterada logo em 1860, passando os distritos a eleger três deputados em uma só vez¹⁰⁹².” A lei fora promulgada aos 19 de setembro de 1855, trazendo, ainda, a indicação da eleição de um suplente por deputado¹⁰⁹³.

Já a primeiro de novembro de 1855, José Thomaz Nabuco de Araújo ia se interessando pela questão dos círculos em Pernambuco. Enviava missiva ao Visconde de Camaragibe: “O que me diz, meu compadre, dos Círculos e como será melhor a divisão? Converse com o José Bento a quem escrevo sobre este respeito, e comunique-me o seu pensamento¹⁰⁹⁴.” A lei de 19 de setembro de 1855 indicava no parágrafo 4º do artigo 1º que “a primeira divisão [das Províncias em distritos eleitorais] será feita pelo Governo, ouvidos os Presidentes das

¹⁰⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem/ Teatro de Sombras**. Op.cit.,p. 398.

¹⁰⁹⁰ Idem.

¹⁰⁹¹ BASILE, Marcello Otávio de Campos. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda Leite. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, pp. 238 – 239.

¹⁰⁹² CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem/ Teatro de Sombras**, op.cit., p. 399.

¹⁰⁹³ Para saber mais sobre a “Lei de Círculos”: SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O Sistema Eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979.

¹⁰⁹⁴ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta de José Tomás Nabuco de Araújo para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1855.

Províncias, e só por lei poderá ser alterada¹⁰⁹⁵.” Nessa forma, não havia nada mais natural do que a comunicação formada entre Nabuco – Ministro da Justiça – e o Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo. Todavia, envolvia-se, no meio da questão, Camaragibe, e, ainda mais, por carta particular, em que ele deveria dar a melhor divisão. A chefia pernambucana, assim, se fazia muito aclarada. E quem nos faz confiar nesse rastro é o padre Pinto de Campos: “A luta hoje pode se dar entre outros, e creio que alguns apelam para o tribunal de Camaragibe¹⁰⁹⁶”.

José Bento da Cunha Figueiredo, que, por lei, em 1855, deveria indicar a divisão, ficava de fora da partilha do poder. Se não ficava de fora, estava, ao menos, distante, assistindo as empreitadas de outrem. Falou sobre a situação, quando já não mais era presidente de Pernambuco (saiu do cargo no início de 1856), aos 27 de agosto de 1856, e disse: “Não sei ainda por onde me apresente; porque depende isso de uma combinação pendente¹⁰⁹⁷”.

Nabuco eram quem ia se resolvendo, junto a Camaragibe, nas divisões e alocações dos mais diversos sujeitos que deveriam candidatar-se às vagas propostas pelos círculos. Ninguém sabia bem como seria a coisa. Não estava muito claro. No entanto, as conjunções do poder iam sendo armadas. E, nesse meio, o Marquês de Olinda havia de intrometer-se e o padre Pinto de Campos, aos 27 de agosto de 1856, comentar, como sempre. Colocava que Olinda propunha Joaquim Pires Machado Portella para o círculo de Goiana e “já manifestou suas intenções ao Governo, o qual lhe afiançou que o não embaçaria, nem apresentaria candidato algum pelo dito círculo¹⁰⁹⁸. E seguia com a redação: “Esta notícia pôs o Maxixe e o Brandão em cólicas terríveis! O primeiro foi chorar-se aos pés do Marquês [...]”. Ainda mais: “Um e outro, por honra da província, hão de ser completamente bigodeados.” E o padre ainda destilava o ódio sobre o “negro velho Maxixe”, por motivo de algumas traduções executadas¹⁰⁹⁹.

Nesse meio, Olinda portava-se em favor do protegido - Joaquim Pires Machado Portella – e fazia enlouquecer o jogo das cadeiras dos deputados gerais para as próximas eleições. O “negro velho maxixe” - como estava sendo chamado ironicamente João José Ferreira de Aguiar, o Conselheiro Aguiar, professor da Faculdade de Direito - e Francisco Carlos Brandão entravam

¹⁰⁹⁵ Decreto nº 842, de 19 de setembro de 1855. in: SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O Sistema Eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 234.

¹⁰⁹⁶ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1856.

¹⁰⁹⁷ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta de José Bento da Cunha Figueiredo para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1856.

¹⁰⁹⁸ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do Padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1856. Grifos do original.

¹⁰⁹⁹ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do Padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1856. Aos poucos, a seqüência de cartas que se seguem a essa, dentro da caixa, apontam ser o “negro velho Maxixe” J. J. F. de Aguiar.

em desespero. Não sabia o padre-fofoqueiro ter, o Marquês de Olinda, já contatado o Visconde de Camaragibe sobre as suas pretensões desde o dia 24, com missiva bastante respeitosa, pedindo pelo “primo”¹¹⁰⁰.

A missiva do Marquês de Olinda era “inteiramente confidencial”, mas, entrava aliada às confusões a aparecerem, no Rio de Janeiro, por notícias que já eram sabidas pelos interessados na questão. Tudo deveria correr tão velozmente das bocas as ouvidos, dos olhos às cabeças, que as problemáticas se misturavam pessoalmente e politicamente. Brandão e Aguiar se punham em desespero por algo que nem era para saberem. Mas, se já estava colocado no ouvido do padre Pinto de Campos, as mãos corriam mais às palavras e os sentidos de confidencialidade fugiam ao calor da hora. Até aí, o sacerdote ainda apresentava “o nosso velho Marquês de Olinda”, talvez por jogar em intrigas os não simpatizantes de si.

Aos 13 de setembro, José Bento da Cunha Figueiredo inquietava-se. Escrevia ao amigo Camaragibe: “Senhor Pedro, interrompe um pouco o belo descanso de Camaragibe: trata dos amigos”. Parece, mesmo, que era o senhor Cavalcanti quem dava as cartadas pelas terras pernambucanas. Como líder dos conservadores, impunha as regras. Figueiredo bem sabia disso: “Mas em todo o caso eu lhe peço não deixe de ir cuidando de mim; visto que me dizem que os candidatos surgem de todos os lados”. Todavia, naquele momento, as coisas iam se encaminhando, quanto aos círculos¹¹⁰¹.

Continuava tendo, a conjunção mandatária eleitoral, por cabeças Camaragibe, Nabuco e, agora, o presidente da província, Sérgio Teixeira de Macedo, que vinha defendendo José Bento dos ataques ingleses ainda sobre o caso Sirinhaém. Entretanto, o Marquês de Olinda

¹¹⁰⁰ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do Marquês de Olinda para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1856. “Confiando no caráter particular de Vossa Excelência, resolvi-me a escrever-lhe esta carta; a qual é inteiramente confidencial e escrita só para vossa excelência. Meu Primo, o Doutor Joaquim Pires Machado Portella propõe-se a deputação geral pelo círculo de Goiana, onde conta com amigos que o podem ajudar no bom resultado de sua pretensão. Eu prometi-lhe toda a coadjuvação neste negócio. E como vossa excelência pode muito fazer em seu benefício, vou por meio desta solicitar seu efetivo concurso, e o de seus numerosos amigos naqueles lugares, e particularmente na freguesia de Nazaret, aonde exerce decidida influência. E quando Vossa Excelência entenda que não pode intervir ostensivamente, deixo tudo ao seu bom [...] para que ao menos não seja ele contrariado em suas diligências. Contando com seus bons ofícios e valiosa proteção eu lhe dou desde já meus agradecimentos.”

¹¹⁰¹ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta de José Bento da Cunha Figueiredo para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1856. “É provável que no mesmo vapor vá a divisão dos círculos: saiu como, pouco mais ou menos, lhe mandei dizer: os embargos que opus a respeito de Escada pegaram dificilmente. E portanto julgo ser o círculo da Vitória aquele por onde me devo apresentar, e neste sentido rogo-lhe que disponha as coisas. Não desejo achar-me em conflito com o Domingos [de Souza Leão], e por isso não duvidarei concordar com qualquer outra direção, que Vossa Excelência, e os nossos amigos resolverem, contanto que não fique em risco a minha candidatura. O Nabuco ainda quer fazer algumas combinações [...] mas o custo é até este momento nada tem-se concertado definitivamente, e eu não devo continuar a estar na expectativa – Repito: se daqui até 20 alguma coisa se resolver com segurança, eu mudarei de projeto; mas no entretanto devo dirigir para a Vitória as minhas vistas, e Vossa Excelência não se esqueça do amigo ausente. Conto muito e muito com os seus serviços; e não deixe de conversar logo e logo com o Sr. Sérgio [Macedo]”.

também se impunha. Aos 19 de setembro de 1856, Nabuco de Araújo esclarecia para Camaragibe: “O José Bento vacila entre a Vitória e Garanhuns. (...) Aguiar quer Goiana, mas a esta pretensão opõe embargos o Marquês de Olinda por parte do Portella a quem protege”. Ou seja: o velho senador ainda dava cartadas no jogo tão confuso, como estava. E questionava o redator da missiva: “Como decidir os embargos do Marquês de Olinda quanto ao Aguiar? O Portella não ficaria bem como suplente do meu Círculo? (...) Peço a Vossa Excelência que se entenda com o Sérgio [Teixeira de Macedo].¹¹⁰²”

No final, saíam eleitos para a décima legislatura Augusto Frederico de Oliveira, Visconde de Camaragibe, Silvino Cavalcanti de Albuquerque, Jozé Thomaz Nabuco de Araújo (ocupando vaga no senado em maio de 1858), José Bento da Cunha Figueiredo, Sebastião do Rego Barros, padre Joaquim Pinto de Campos, dentre outros. O imbróglio que envolvia Brandão, Aguiar e o indicado do Marquês de Olinda – Portella – seria resolvido da seguinte forma: Joaquim Pires Machado Portella assumia a suplência de João José Ferreira de Aguiar – que foi “chorar-se aos pés do Marquês” –, eleito pelo 5º distrito; Brandão assumia a cadeira do 13º¹¹⁰³.

5.5 UM NOVO MINISTÉRIO OLINDA EM 1857

A nova câmara – primeira depois da Lei de Círculos - teria de conviver com a presidência do conselho de Ministros sob o nome do Marquês de Olinda desde 4 de maio de 1857. Integram o ministério os nomes mais diversos dos lados liberal e conservador¹¹⁰⁴.

Em Pernambuco, Sérgio Teixeira de Macedo deixaria a província no mesmo ano da subida do ministério. O ex-presidente abriria fogo contra os ministros: Olinda ia perdendo seus aliados, que ainda demonstravam um pouco de admiração pelo passado construído. Aos 9 de junho de 1858, Sérgio de Macedo discursava na Câmara, admitindo o papel de oposição¹¹⁰⁵, que vinha sendo construída aos poucos e, desde 1857, ano mesmo do início da presidência

¹¹⁰² IAHP. AVC. Caixa 1. **Carta de José Tomás Nabuco de Araújo para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1856.

¹¹⁰³ CAMPELLO, Netto. **História Parlamentar de Pernambuco**. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979, pp. 61 – 63.

¹¹⁰⁴ O décimo terceiro gabinete tinha Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos – irmão de Bernardo Pereira de Vasconcellos - na pasta da Justiça; Bernardo de Souza Franco na Fazenda; Visconde de Maranguape nos Estrangeiros; José Antonio Saraiva na Marinha e Jerônimo Francisco Coelho na Guerra. **Organizações e programas ministeriais**. Op.cit., pp. 117 – 119.

¹¹⁰⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da decima legislatura. Sessão de 1858. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858, p. 79.

Olinda, consolidara-se. Era ainda 26 de maio, quando o padre Pinto de Campos desacreditava a nova política e dava contas da análise ao senhor de Camaragibe: “se o Ministério viver mais oito dias, não chegará ao encerramento das Câmaras.” A razão: a “forte oposição ao Sousa Franco”^{1106, 1107}.

Euzébio de Queiróz Coitinho Mattoso da Câmara já havia se apartado; Paulino Soares de Souza, também. Ao menos, esses dois membros “saquaremas” saíam dos círculos de Olinda. Devemos lembrar, antes de qualquer coisa, que estavam afastados do poder desde a subida de Paraná com a Conciliação. Se Olinda, antes crítico, tornava-se propugnador da conciliação de partidos, desfaziam-se os laços com os conservadores. Todavia, para isso acontecer, a vontade de Pedro II prevalecia. Olinda não se aliava mais com conservadores ou liberais, mas, com a Coroa¹¹⁰⁸.

Sérgio Teixeira de Macedo e Augusto Frederico de Oliveira - um ricoço de Pernambuco, filho do traficante Francisco Antônio de Oliveira - já eram oposição fazia tempo. O padre seguia próximo ao Marquês. Ainda trazia a expressão “o nosso velho Marquês”, na carta, por marca de proximidade, e até pena das ações com que os componentes ministeriais estavam declinando a boa postura do senador pernambucano: aproximava-se dos liberais e afastava-se, pela conduta de Souza Franco, dos conservadores.

Carlos Gabriel Guimarães é quem bem explica a política do ministro da Fazenda Souza Franco: “Ligado ao grupo de Mauá, e crítico da política econômica praticada pelo governo imperial, promoveu uma reforma bancária e monetária em 1857, que vinha de encontro com seu pensamento e de seu grupo: a pluralidade bancária e o fim do monopólio da emissão do Banco do Brasil¹¹⁰⁹”. No final das contas, havia depreciação cambial e crise da economia. Ainda segundo Guimarães: “A crise de 1857 – 1858 significou o início das dificuldades do então sistema financeiro brasileiro (...)”¹¹¹⁰. E mais: “Para se ter uma ideia da magnitude da crise, os prejuízos foram calculados em torno de 15.000:000\$000 contos, e o número de falências aumentou de 49 em 1857, para 90 em 1858¹¹¹¹”. Ou seja: o Marquês de Olinda estava mergulhado num mar imenso de problemas. Mas, por respeito, ou esperando por sua parte nos

¹¹⁰⁶ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1858.

¹¹⁰⁷ Bernardo de Sousa Franco. Paraense. Nasceu em 1805. Bacharel em Direito pela Academia de Olinda (1835). Jornalista. Foi Presidente do Pará em 1839. Senador (1855). Para saber mais: SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volume I. op.cit., 115 – 121.

¹¹⁰⁸ Idem.

¹¹⁰⁹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial**: Os casos da Sociedade Bancária *Mauá, MacGregor & Cia.* (1854 – 1866) e da firma inglesa *Samuel Phillips & Cia.* (1808 – 1840). São Paulo: Alameda, 2012, p. 182.

¹¹¹⁰ Idem, p. 193.

¹¹¹¹ Ibidem, p. 194.

benefícios, uma ala dos conservadores pernambucanos ainda o aceitavam. E prosseguia a missiva do padre: “Nós, bem que deploramos a situação equívoca do Marquês, que só para fatalidade se havia encangar com um capadocio como Sousa Franco; todavia julgamos que era do nosso dever acompanharmos o velho até os seus últimos momentos¹¹¹²”.

Pinto de Campos, aos poucos, ia vacilando nos apoios. O Visconde de Albuquerque, que viria a ser ministro da Fazenda em próximo ministério do pernambucano, também criticava as posturas de Souza Franco. Todavia, a imagem de Olinda era preservada: velho, nos últimos momentos administrativos, todavia, recebendo a lealdade de alguns. Assim, os conservadores de Pernambuco iam se organizando e lavrando as críticas a Souza Franco: ainda permaneciam sem tocar na face do ancião de Sirinhaém. Mas, havia um agravante: o “Homem”, ou seja, Pedro II não o despediria: respeitava o presidente do conselho, igualmente. Respeito e crítica seriam as ações mais usadas no parlamento para com Olinda. E se o Imperador não o retirava enquanto “não arrepiar carreira” é pelo fato de haver aliança entre os dois personagens. Ninguém era inocente nesse conluio. Todos esperavam o momento de abocanhar parte dos prestígios e poder. Pedro II conseguia apoio e distribuía benesses. Essa era a vida do Império do Brasil: dar para receber.

Era com a talha oposicionista que Sergio Teixeira de Macedo portava-se na Câmara. Não guardava desavenças do ministro. Dizia em 9 de junho de 1858¹¹¹³ que respeitava, de pronto, os dois potentados pernambucanos (Olinda e Maranguape), com a experiência

¹¹¹² IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1858. Grifo do autor. Algumas das missivas são citadas por Gláucio Veiga em livro, aqui, já referenciado. No entanto, pelo mesmo motivo, de haver imprecisões nas transcrições, resolvemos consultar o arquivo Visconde de Camaragibe, do IAHGP, donde estão os originais. “Nós, bem que deploramos a situação equívoca do Marquês, que só para fatalidade se havia encangar com um capadocio como Sousa Franco; todavia julgamos que era do nosso dever acompanharmos o velho até os seus últimos momentos administrativos ; e é pena que Sousa Franco e alguns de seus colegas se aproveitem do nosso apoio! O Sr. Hollanda nos dá razão, e diz também que a não ser o Marquês, se pronunciaria francamente contra os desmandos financeiros do Sousa Franco, contra o qual estão em guerra aberta os próprios liberais mais sensatos. (...) Enfim, ajuíze pelo pouco que deixo dito qual pode ser a duração do Ministério, e só sinto ser eu o único padre que lhe dê a absolvição da hora da morte, graças a tenacidade do senhor Marquês.

Logo que cheguei, mandou-me ele chamar pelo Paes Barreto: tivemos uma larga entrevista em que lhe fiz ver a falsa situação dos deputados de Pernambuco em relação ao Ministério, e que o acompanhávamos por mera lealdade a pessoa dele, mas que nos não comprometesse nas patotagens do Sousa Franco. (...) mas o Homem diz que em quanto o Marquês não arrepiar carreira, que o não despede.”

¹¹¹³ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da decima legislatura. Sessão de 1858. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858, p. 79. “Durante o ministério atual nenhuma ofensa recebi, antes tive provas de confiança e amizade. O nobre presidente do conselho insistiu comigo para que continuasse na presidência de Pernambuco; foi preciso para obter a minha exoneração, que na franqueza da amizade eu lhe patenteasse os motivos não só políticos como e principalmente domésticos que tinha para não continuar naquele cargo. Depois disso, o nobre ministro do Império e o nobre ministro de estrangeiros me encarregaram de diferentes trabalhos, e até de comissões de alta importância, das quais dei conta segundo me permitiram minhas fracas forças, restando-me muito sentimento por não ter-lhes podido prestar maior auxílio nas cousas que não se referem à marcha política do gabinete.”

administrativa e diplomática, e ainda expressava a amizade pelo presidente do conselho. Amizade, respeito, veneração e crítica. Na verdade, critica com um pé atrás. Como é impossível chutar, ao mesmo tempo, com os dois pés, Macedo resguardava um; o outro, ficava plantado no chão. Ninguém sabia o momento em que o Marquês de Olinda poderia voltar seu olhar para os seus antigos aliados. Mesmo límpida a imagem de Olinda, os adversários admoestavam-lhe os erros presentes para o aparte. E Macedo arrematava: “Mas, a maior prova que posso dar de que tenho sido sincero amigo do nobre presidente do conselho está na própria oposição que faço ao ministério de que é membro.”¹¹¹⁴

Macedo ainda propõe ter o Marquês de Olinda se aliado aos liberais em momento inoportuno. Se, no passado, juntou-se aos conservadores, qual a causa de, naquele instante, ligar-se aos liberais? Era a continuidade do processo da conciliação que ia dando a tônica das organizações ministeriais. E ainda fazia questão de mostrar-lhe quem o fizera Regente: os conservadores, seus antigos aliados, na época do regresso. E aonde estariam, pois, eles, agora? Na oposição. É perceptível o orador não chamar, de velho, como fazia o padre, ao Marquês. A indicativa desse discurso estava, então, na força da antiguidade das alianças sobre as mais recentes. Importantes e frutíferas foram as de outrora, dos “antigos amigos”; aquela, deveria extirpar-se. Para frisar o argumento, o ex-presidente de Pernambuco disse:

Ao nobre marquês de Olinda deve ter acontecido o que se deu com Jacques II, quando esperava recuperar o trono de Inglaterra mediante o socorro de um exército estrangeiro: ao ver no meio do combate cederem os estrangeiros, o infeliz monarca exclamou involuntariamente por um movimento de patriotismo: - Muito bem se batem os meus Ingleses! – O nobre marquês de Olinda talvez já tenha tido ocasião de fazer igual exclamação (*riso*) e dizer: - Muito bem se batem os meus antigos correligionários e companheiros nas lutas parlamentares¹¹¹⁵.

¹¹¹⁴ “A minha amizade e veneração ao nobre presidente do conselho se baseiam na admiração que sempre professei a seus talentos, aos relevantes serviços por ele prestados ao Brasil, na gratidão que me merecem todos os homens que tem consagrado os melhores anos de sua vida ao adiantamento deste país, que todos temos obrigação de tornar uma nação forte, próspera e livre. (*Apoiados*)”¹¹¹⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da decima legislatura. Sessão de 1858. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858, p. 79

Mas, a maior prova que posso dar de que tenho sido sincero amigo do nobre presidente do conselho está na própria oposição que faço ao ministério de que é membro.

Se o nobre presidente do conselho fizesse a chamada dos seus antigos amigos, daqueles que foram seus colegas nos diferentes ministérios (*apoiados*), daqueles que concorreram com todas as suas forças para que ele se elevasse ao mais alto grau a que um Brasileiro pode subir, ao encargo de substituir o imperador em sua minoridade, se S. Ex fizesse a chamada de todos esses amigos, de que lado lhe responderiam?”

¹¹¹⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da decima legislatura. Sessão de 1858. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858, p. 79. Para saber sobre Jaime II, ver: HILL, Christopher. **O século das revoluções 1603 – 1714**. São Paulo: UNESP, 2012.

Parece, Macedo, querer fazer piada com a situação do ministério. O taquígrafo não deixaria passar esse momento em branco: registra o “riso” entrecortando a frase do orador. Além do mais: punha em ridículo os novos aliados do Marquês de Olinda, que, ele mesmo, não os conseguia reconhecer como seus. Entre risadas e expressividade, o ministério ia sendo posto em águas turvas. No entanto, preservava-se a figura do Marquês de Olinda. Nas batalhas da oposição, os conservadores, ex-apoiadores de sempre, estariam vencendo largamente na câmara e no senado: “Repito, senhores, que o nobre marquês de Olinda deve ter tido ocasião de exclamar: - Muito bem se batem os meus antigos correligionários, muito melhor dos que os meus recentes aliados!¹¹¹⁶” E seguia demonstrando que não se opunha, pessoalmente, mas, à carga política daquele momento de ajuntamento com Souza Franco. A vida política do Marquês de Olinda demonstrava o respeito ao qual lhe era devido. A experiência nos cargos e as diversas alianças o construíram. Se, para Sérgio Teixeira de Macedo o passado do homem público era elogioso, na verdade, as alianças tecidas e retorcidas por Olinda faziam parte da estratégia de permanecer, *ad aeternum*, no poder. Assim, “O passado do nobre marquês de Olinda é fértil em recordações agradáveis a todos os amigos do Brasil”¹¹¹⁷.

O problema, agora, era a mudança de feição das alianças. Olinda, buscando agarrar-se ao poder, mesmo depois de ser tudo no Império, juntava-se a quem quisesse sustentar seus mandos e desmandos, inclusive com Pedro II. Fora das alianças, o grupo dos conservadores ia se sentindo incomodado. Mesmo as críticas de Macedo acontecendo aos novos aliados do Marquês, pela tangente, era ele o anunciado da ruptura próxima. Octaviano lembrava, em meio ao discurso de Macedo: “Foi até quem os organizou em partido¹¹¹⁸”, propondo a atuação do regente como chefe “dos campeões da ordem e da conservação”. A fala de Sergio Teixeira de Macedo já ia bem extensa, e continuava lembrando a vida do Marquês de Olinda para criticar o presente¹¹¹⁹.

¹¹¹⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da decima legislatura. Sessão de 1858. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858, p. 79.

¹¹¹⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da decima legislatura. Sessão de 1858. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858, p. 81.

¹¹¹⁸ Idem.

¹¹¹⁹ Ibidem. “(...) a última feição com que o nobre marquês se apresentou em cena, tomando parte direta no governo, foi como presidente do ministério de 1848, que se disse eminentemente conservador. Desligado por motivos puramente pessoais desse ministério, continuou a tomar parte nos negócios na tribuna do senado, onde pronunciou discursos cujos trechos tem sido agora lidos no senado e apresentados como uma prova de que pelo menos o nobre marquês pensava que o sistema ia longe demais. O certo é que muita gente pensava ser ele oposto a conciliação. Chamado o nobre marquês a compor o ministério, talvez por isso mesmo que ele era um dos homens de Estado mais comprometidos no partido conservador, julgou necessário associar-se a chefes ou a homens de Estado distintos do partido liberal.”

Sergio de Macedo fazia de Souza Franco o armador da política anti-conservadora do ministério, o fator da instabilidade do grupo¹¹²⁰. Acusava-o de interferência, nas últimas eleições em favor dos liberais mais próximos de si e da derrota dos conservadores mais achegados da presidência do conselho. Dessa forma, o único apoio que ainda seguiam os aliados de Sérgio de Macedo, a fornecer, era ao Marquês de Olinda.

O orador colocava que o ministério iniciou o caminho com apoio quase unânime da Câmara e do Senado. Contudo, no último ano, surgiram logo dissensões com Souza Franco pelas medidas financeiras¹¹²¹. Ele “destruía a garantia da moderação dos partidos que tínhamos por fim estabelecer”. Para Sérgio de Macedo, “nos atos do ministério se tem notado certo esquecimento das leis relativas às finanças; abriram-se créditos extraordinários sem estarem no caso que a lei preveniu para se poderem abrir; abriram-se créditos suplementares...” E ainda mais: “Todas as censuras que se tem feito no senado, e aqui ao ministério, tem principalmente recaído nestes pontos – despesas excessivas, despesas não autorizada, más operações financeiras¹¹²².”

No final das contas, Sérgio Teixeira de Macedo apresentava a figura do Marquês de Olinda recebendo apoio – ele – e não o ministério: “O ministério sabe que toda a sua força está no prestígio do Sr. marquês de Olinda; e serve-se da veneração que todos tem especialmente a S. Ex. no senado...”¹¹²³ Era o prestígio dele o sustento das cadeiras daquele grupo heterogêneo de liberais e conservadores meio desencontrados naquela aliança.

Vários foram os que dançaram as quadrilhas partidárias. Olinda era mais um, a permanecer lá, no mesmo lugar, com as mesmas características reconhecíveis. As alianças eram feitas ao sabor dos interesses. Se para manter-se no comando havia a necessidade de pender para alianças com liberais, não ocorreria problema algum: conquistar espaços no poder e demarcá-lo era muito mais importante do que qualquer tipo de fidelidade ao passado, ou até, aos discursos inflamados contra o Marquês de Paraná.

Se Sérgio de Macedo gritava na Câmara, Euzébio de Queiróz no Senado e o padre Pinto de Campos nos ouvidos, Olinda permanecia imóvel, posto ser surdo, surdez política, a escutar o homem interior ávido por poder: suspirava os espaços e os recolhia. Mantinha Souza Franco

¹¹²⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da decima legislatura. Sessão de 1858. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858, p. 81.

¹¹²¹ Idem.

¹¹²² HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da decima legislatura. Sessão de 1858. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858,p. 82.

¹¹²³ Idem, p. 83.

e permanecia inalterável. O padre já havia dito: Pedro II não o tiraria do lugar até o pedido de demissão. Mesmo as maiorias do Senado e Câmara pressionando, Olinda estava lá, petrificado, executando a surdez não recordada por Macedo. Talvez pelo motivo de ser boa estratégia sempre feita pelos conservadores. Ademais: o deputado não o colocava na figura do velho inútil: o punha como experiente, que errava, naquele momento, por quem se juntava. A crítica de Macedo era, assim, muda e surda: não falava do Marquês, mas atingia seus aliados, além de não ser ouvida pela situação. Era forma inteligente de carcomer o ministério pelos pés, mantendo a cabeça. Entretanto, toda base carcomida conhece estrutura cambaleante. Era essa a ação do orador: atingir os pés para rolares as cabeças.

Os antigos aliados já não suportavam ver Souza Franco ganhar espaço, cargos e eles, que sempre estiveram na partilha, distantes. Até pequenos favores eram esquecidos. Todavia, quando findar-se o tempo desse ministério, Sérgio Teixeira de Macedo estará ocupando pasta do Império, desde 12 de dezembro de 1858. Virá alinhado ao padre Pinto de Campos e a Camaragibe. Os Cavalcanti continuavam dando suas cartadas pernambucanas. As vidas políticas passavam pelos projetos e entendimentos do irmão conservador do Visconde de Albuquerque, que era liberal.

Contudo, a extensa fala agressiva de Sérgio Teixeira de Macedo, ao ministério, não ficou sem resposta. O deputado pelo Pará, Franco de Almeida o respondeu. Liberal bem experimentado na imprensa, tendo, inclusive, em 1848, escrito em “O Liberal” do Recife, e no “Reforma Liberal do Pará”¹¹²⁴, o orador, em 1899, ano de sua morte, era tido como “o mais antigo jornalista paraense e, se não nos falha a memória, era também o decano dos nossos advogados”. Mesmo adentrando a República, foi fiel à monarquia¹¹²⁵. No momento do entrave com Macedo, pusera-se contra os conservadores e a favor dos ministros. Na sessão do dia 10 de junho de 1858, disse: “o ministério terá bastantes amigos para defendê-lo, porque acreditam que ele pode ter errado, como todos erram”¹¹²⁶.

Augusto de Oliveira, aliado do Visconde de Camaragibe em Pernambuco, mas afastado do padre Pinto de Campos e Sérgio Teixeira de Macedo, também abria fogo contra o ministério. Talvez por seus negócios em Pernambuco terem sido atingidos pela grave crise financeira que alastrava-se pelo Império. Aliás: Augusto de Oliveira se aliava a quem lhe desse na cabeça e estava sempre próximo de Nabuco de Araújo. Devia favores a Nabuco, como a nomeação do

¹¹²⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1899. nº 50.

¹¹²⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **O Pará**. Pará, 17 de fevereiro de 1899. nº 367.

¹¹²⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Câmara dos Srs. Deputados. Segundo anno da decima legislatura. Sessão de 1858. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858, p. 91.

“mano Yoyó” para juiz municipal de Olinda. Além do mais: os contatos com Mauá eram frutíferos: combinara melhoramentos de que necessitava o país, dentre eles, o “sempre objeto predileto dos meus sonhos”, o avanço do porto e o telégrafo elétrico em toda a costa¹¹²⁷.

Augusto de Oliveira, que tratava a Nabuco de Araújo por “meu caro amigo”, possuía estreitas ligações não só políticas como econômicas: fazia os mais diversos tipos de empréstimos à casa Nabuco. Se o filho do Barão de Beberibe gritava na câmara contra o governo, possivelmente, é pelo modo como a crise o atingia. Todavia, vai parecendo ter, na década de 1860, as coisas se ajeitado, e seguia a vida de comerciante-político da forma de tantos outros do Império do Brasil.

Se era 10 de junho de 1858 quando Franco de Almeida discursava, no dia seguinte, o padre Pinto de Campos corria para informar a Camaragibe dos passos dados pela Corte. E dizia: “O pobre do velho Marquês tem estado em posição mui falsa, e deploro que ele no fim da vida se viesse tornar o escudo de Sousa Franco, arrastando-nos também a escudá-lo!”¹¹²⁸.

A fixação de pena - “o pobre do velho Marquês” – dada pelo sacerdote, representava o engano pelo qual ia sendo levado por Souza Franco, na visão do redator. Como informava, publicamente, Sérgio de Macedo, existia sentimentos pelo Marquês; jamais, ao Ministro da Fazenda. Parece que o Visconde de Albuquerque, liberal, também discordava do ministro liberal, mas, concordava com o apoio dos pernambucanos, ainda existente, a Olinda. Quando entra o dia 25 de junho de 1858, o cansado clérigo parece ir mudando a feição: “...o velho marquês já vai levado pela torrente...”. E continua dizendo a Camaragibe: “peço a Deus que o Marquês o mais breve possível se resolva a descansar”. Relata: “O que vale é a convicção profunda de que o Marquês não irá muito adiante; e é de mau agouro achar-se a Marquesa muito zangada com o Souza Franco¹¹²⁹.” Ora: o padre que deu apoio incansável ao senador pernambucano, agora, ia transformando os sentimentos: o mais sensato seria o descanso, ou melhor, a saída do ministério. E se todo mundo estava desgastado com o detentor da pasta da Fazenda, ainda mais, o estava a Marquesa, figura de vasta importância na vida do esposo: caminhava por São Cristóvão fazendo visitas ao Imperador, ao lado da filha, além de manter associações de beneficência, com as senhoras dos políticos da Corte. Claro que essas mulheres possuíam poder especial e também faziam política. Não devemos pensar estarem, elas, longe

¹¹²⁷ IHGB. Lata 364, Doc. 88. **Cartas e recibos de Augusto Frederico de Oliveira ao Conselheiro Nabuco** (1863 – 1870).

¹¹²⁸ IAHP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1858.

¹¹²⁹ IAHP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1858.

dos casos mais complicados. A insatisfação era generalizada. Nem dentro de casa Olinda devia ter paz.

Logo depois, aos 9 de julho de 1858, Jeronymo Francisco Coelho havia corrido ao Paço para pedir demissão ministerial pela saúde debilitada. O Marquês de Olinda correu ao mesmo destino, para saber das intenções, segundo Pinto de Campos, dando notícias a Camaragibe: “Não sei se o Marquês quererá recomposição ministerial” E prosseguia: “Sousa Franco tem fascinado o pobre do velho! Eu deploro que ele tenha mostrado tanto aferro ao poder, depois de ter tido a infelicidade de cercar-se (por seu próprio movimento!) de gente como Souza Franco [...]”¹¹³⁰.

Assim, a imagem do Marquês de Olinda ia mudando nos escritos de Pinto de Campos. Mesmo permanecendo como “pobre velho”, mostra ser, a ambição do presidente do conselho – “aferro ao poder” - um dos maiores erros incorridos, além de permanecer ao lado do eternamente lembrado ministro da Fazenda. O padre parece estar saindo do jogo de apoio: já cumprira todas as obrigações de respeito ao ex-líder conservador. Agora, resta-lhe partir. Mas, no fim das contas, Coelho, doente, não saiu da pasta da Guerra. A 15 de julho de 1858, o Visconde de Albuquerque acha que todos deveriam sair das pastas. Estão perdendo na câmara e senado¹¹³¹.

Em pouco tempo, o padre perderia, de vez, a paciência com o Marquês de Olinda e sua postura para com Souza Franco. Firmaria o rompimento da aliança construída sobre o respeito da imagem do político pernambucano. Aos 18 de agosto, o clérigo se correspondia com Camaragibe, que, talvez, ainda se mantivesse nas bases do Marquês de Olinda. Parece que o Visconde pedia a Pinto de Campos a mesma definição. Mas, irritado, o reverendo respondia, ironicamente: “Como está Vossa Excelência Ministerialista? Aposto, (...) que se cá estivesse, e presenciasse a miséria governativa ainda estaria mais revoltado do que eu!”¹¹³².

Todavia, a causa da irritabilidade de Pinto de Campos era por motivos pessoais. As demandas trazidas por ele e colocadas ao Marquês de Olinda, desde a subida do ministério, não eram resolvidas. Se havia apoio do padre, as contrapartidas não eram adiantadas; ao contrário, eram retardadas, enquanto eram vistos os pedidos liberais, todos, sendo cumpridos.

¹¹³⁰ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 09 de julho de 1858.

¹¹³¹ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1858.

¹¹³² IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1858.

Desde que cheguei a esta Corte que falei seriamente com o Marquês de Olinda sobre os negócios que mais me interessavam: questão do padre Rego, prêmio dos Compêndios do Doutor Aufran, Carta de Conselho do Senhor Diretor da Faculdade, Negócio do Coronel dos Bodes, nomeação de meu suplente para Juiz de Direito, negócios de Igarassu. Prometeu-me Sua Excelência que cada mês da sessão me daria a solução dos diversos objetos sobre que lhe falei; mas o que pensa o senhor Barão? Até o presente tenho sido completamente escarnecido, e apenas obtive a decisão sobre o Coronel dos Bodes (...) ¹¹³³.

Nada fazia Olinda pelo padre. E, parece, também, por Camaragibe. Era ele o diretor da Faculdade de Direito a querer a “Carta de Conselho”: “A Carta de Conselho todos os dias me é prometida, mas sempre sai-me o Senhor Marquês com uma tangente miserável, contestando o direito perfeito que Vossa Excelência a ela tem ¹¹³⁴”. Pedro Aufran da Matta e Albuquerque era lente do Curso Jurídico desde março de 1829. Devia conhecer o Marquês de Olinda por ter sido, mesmo à distância, o primeiro diretor da instituição. As aproximações com o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos devem ser anteriores à chegada do sacerdote à biblioteca da Faculdade de Direito, em 1855, onde se manteria até 1875 ¹¹³⁵, claramente, interrompendo o trabalho de bibliotecário dividido com os encontros da câmara temporária. E o padre, insatisfeito com a política do Marquês de Olinda prosseguia esbravejando.

Pinto de Campos não pensava, mais, em apoiar Olinda em momento algum. Não conformava a ideia do “pobre velho” respeitável. Não era pelos serviços dos tempos conservadores que deveria continuar apoiando a política de dar aos liberais a maioria dos favores do poder e esquecer-se dos antigos aliados. A causa de o Marquês de Olinda ser quem era não gerava consequência direta de apoio irrestrito ¹¹³⁶. Não seguiria sendo alijado da fonte dos benefícios em apoio de outrem que não lhe fornecia a contrapartida. E continuava: “Senhor Barão, isto tudo está uma miséria. Não creia que o Marquês é o homem de outr’ora. Está inteiramente mudado no físico e no político.” ¹¹³⁷

¹¹³³ IAHP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1858.

¹¹³⁴ Idem.

¹¹³⁵ MARTINS, Henrique. **Lista Geral dos Bacharéis e Doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife Desde sua fundação em Olinda, no anno de 1828, até o anno de 1931**. Recife: Typographia do Diário da Manhã, 1931, pp. 207 e 219.

¹¹³⁶ IAHP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1858. “Ora, diga-me agora Vossa Excelência, devo viver satisfeito com um Governo desta laia? Pois hei-de estar prestando-lhe o meu apoio, sem outra razão (...) por que o Senhor Marquês de Olinda é o Senhor Marquês de Olinda? Além disto, poderei ver de rosto tranqüilo o Sousa Franco malbaratando com os seus famélicos todos os favores do poder, e colocá-los em posição superior a nós, sem que o Senhor Marquês lhe ponha embargos, porque lhe está avassalado?”

¹¹³⁷ IAHP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1858. Grifos do autor da missiva.

Óbvio: Pinto de Campos, assim como a maioria dos conservadores, afastavam-se de Olinda e deixavam o barco ministerial à deriva. A inclinação da aliança com “liberalete” não dava-lhe mais sustento algum. Estava “inteiramente mudado no físico e no político”. Velho, já não mais mandava. Aliava-se a qualquer um pela simples ganância do poder. E seguia a surdez política de nem escutar as derrotas sucessivas a sofrer. Um homem experimentando, saído da regência, passava-se para ser joguete dos liberais em ascensão. Pedro de Araújo Lima, regente do Império, deixava-se passar por Marquês de Olinda, velho e levado pela correnteza liberal, para manter-se no poder, mesmo expondo-se a azares e fracassos. Nem o Visconde de Albuquerque, liberal, confiava mais no ministério, que deveria retirar-se por coisas internas da política de corredores, “coisas lá do Paço”. Pedro II estava mais desgostoso. Se anteriormente dissera não tirar o Marquês antes do seu pedido de saída, parece haver mudanças no complexo jogo ministerial.

E pensa Vossa Excelência que ele [O Imperador] está satisfeito com o Ministério? Ainda há pouco deu ele uma prova do nenhum apreço em que o tem. Querendo divertir as Princesas, chamou a São Cristóvão um mágico mui célebre que aqui anda, e outro rabequista não menos célebre, e convidando todos os seus camaristas, e diversos senadores da oposição para assistirem ao divertimento, não convidou um só dos Ministros! Este fato tem sido geralmente analisado, e o próprio Martinho Campos, caráter bastante elevado, disse-me, se fora ministro esse fato era bastante para o fazer sair do ministério¹¹³⁸.

Dali em diante, as coisas só piorariam. Aos 12 de dezembro de 1858, já ascendia outro ministério, sob a liderança do Visconde de Abaeté. O crítico do Ministério Olinda, por base de Souza Franco, Sérgio de Macedo, assumia a pasta do Império. Jozé Thomaz Nabuco de Araújo retornava para a Justiça. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “não foi propriamente a inoperância, nem a heterogeneidade de sua composição, o que matou afinal o ministério Olinda, e sim o apoio que deu aos planos de pluralidade bancária e crédito amplo (...)”¹¹³⁹ O Imperador preocupara-se com os problemas do câmbio “que estivera acima da paridade durante o ministério Paraná, rolou para a casa dos 23 dinheiros (por mil-réis)”¹¹⁴⁰.” Era início de dezembro de 1858 quando os ministros, por desentendimentos internos, acorriam à demissão coletiva. Pedro II correu mais que o presidente do conselho e convidou Euzébio de Queiroz para formar novas pastas: não comunicou a Olinda, que “teria tido conhecimento de que fora despedido o

¹¹³⁸IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1858. Grifo do missivista.

¹¹³⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 62 – 63.

¹¹⁴⁰ Idem, p. 63.

governo quando soube do convite¹¹⁴¹.” Ou seja: o não-convite para o divertimento das princesas era, realmente, o sinal das desesperanças do Imperador.

O Monsenhor Joaquim Pinto de Campos foi trocando as expressões quanto ao Marquês de Olinda. Se, no início das missivas de 1858, era o “pobre velho”, ao final, já era um ganancioso, mesmo sendo “respeitável”, dando “barrigadas”. Com todo o veneno já conhecido das correspondências, denunciava os atos do Olinda irreconhecível. Camaragibe deveria ler as linhas, pensar, guardar e responder ao sacerdote bibliotecário da Faculdade de Direito. De uma forma ou de outra – na câmara ou na instituição educacional – o padre conhecia a mais fina flor da elite política que estudava sob as vistas de Camaragibe. Possuía diversos contatos e sabia ler bem intenções variadas. Torna-se intrigante saber como deveria ser, a ele, custoso, executar a grave obrigação canônica do segredo de confissão. O homem posto a ouvir e transcrever em folhas de papel deveria conhecer demais, em segredo, os atos daqueles piedosos ministros, deputados, senadores, fazendeiros, banqueiros, plantadores de cana de açúcar. Ademais: se tantas vezes se colocava como o capelão ou “dizador de missas” de Camaragibe, talvez o repassar de informações fosse acordo firmado entre as atas sacramentais. Claro é a conjectura próxima-finda parecer estapafúrdia, por ser. Todavia, as relações intestinas entre o padre e o senhor de engenho iam além das informações: o homem realizador dos sacramentos para os Cavalcanti também acompanhava as fofocas da Corte, ou melhor, as crônicas de escutar. As palavras sagradas oficiadas por Pinto de Campos não eram as únicas intenções conectadas ao irmão do Visconde de Albuquerque. Das orações, os ditos perfuravam aquilo que menos há de sagrado na humanidade: ambição e poder.

O Monsenhor Pinto de Campos era o reflexo da bilateralidade sacerdotal do Brasil Oitocentista: transitava do sagrado à política como por mágica. Desfizeram-se do olhar unicamente eclesiástico o pai do escritor e político José de Alencar, liberal cearense, o padre-regente Diogo Antonio Feijó, Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca e outros, que caminharam os espaços espirituais e temporais do Império do Brasil. Tanto fazia, na mesma missiva, o olheiro de Camaragibe relatar discussões sobre teologia, com Pedro II, como discorrer conversas sobre a situação dos ministérios. Antes de qualquer coisa: Pinto de Campos sabia caminhar. Nunca desistiu do poder. Ademais: o ser sacerdote, intrinsecamente, em qualquer sociedade, já corresponde à palavra poder. O ministro do altar aqui referenciado, que não era o único ambicioso, buscava mais. E como dizer era a melhor arte de si, escrevia.

¹¹⁴¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história do Império**, Op. cit., p.63.

Camaragibe lia e repassava as informações sobre as disputas dos conservadores na Corte, trazidas pelas mãos de Joaquim Pinto de Campos: homem que fazia caminhar a palavra. Escutava de um o dito por outrem e repassava, comentando e filtrando, aquilo que buscava executar, ou ser executado, por ação. Devia crer na teologia quando aponta ser a palavra criadora. Palavra de ação, verbo a transformar-se. Deveria querer fazer, pelo dito, o verbo da própria vontade. Incitava intrigas, brigas, desvios, para tirar do caminho todo tropeço. Fazia por em movimento a palavra, na ânsia do poder. Cambiava a ação divina e humana na voz do sacerdote-político. No púlpito eclesiástico mesclava política com interesse próprio; e Deus, nas prédicas da câmara e da imprensa. As cartas eram comentários: palavras secretas quase confissão. E tudo corria em segredo, pois o poder acontece no silêncio e Olinda sabia disso.

Enquanto Pinto de Campos fazia da palavra a virtude da ação, Olinda calava-se pela prudência do silêncio. Talvez fosse essa uma das explicações para o Marquês, ainda na década de 1830, ter construído sólida carreira política. Pelo inverso, dá-se o resultado de, mesmo fazendo parte, três vezes (1869, 1871 e 1876), de listas senatoriais, nunca ter ascendido ao senado, o padre. Se punha em demasia, a caminho, as palavras, prejudicava-se por tão ardoroso trabalho: a ação verbal executava, matava, as aspirações do padre-falador. Era tão querido, que, ao falecer em 5 de dezembro de 1887, a “Gazeta de Notícias”, do Rio de Janeiro, colocava, sobre missa em sua memória, no dia 13:

Rezou-se ontem na igreja de S. Francisco de Paula uma missa por alma do monsenhor Pinto de Campos, e mandada celebrar por seu amigo o comendador Barros. Estiveram presentes poucos amigos do finado, entre os quais ... apenas um homem político¹¹⁴².

O necrológio publicado pelo “Diário de Pernambuco”, aos 8 de dezembro de 1887, dava formas de conhecer uns poucos traços da vida do monsenhor. Era prelado doméstico de Sua Santidade – indicação ligada ao título de Monsenhor -, comendador da Ordem da Rosa do Brasil, tendo sido deputado provincial e geral por Pernambuco. Nascido em Flores, “filho de pais obscuros”, foi “educado nos sertões”. Lembra o periódico ter conseguido salientá-lo entre os contemporâneos “por seu patriotismo, de que deu grande prova em 1848, pondo-se do lado da legalidade quando rebentou a revolução que ficou conhecida na história pernambucana pela *revolução praieira*.” Depois da última rejeição em lista senatorial (1876), retirava-se para a Europa, residindo em Portugal, lugar em que faleceu. Publicou alguns livros: “Biografia do

¹¹⁴² HEMEROTECA DIGITAL. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1887. nº 347.

Duque de Caxias”, “Jerusalém” e uma tradução do “Inferno” da “Divina Comédia” de Dante¹¹⁴³.

Rocha informou, partindo do registro de batismo do padre, ser filho do capitão de ordenanças Manuel José de Campos e de Ana Firmina Barbosa, desconstruindo a obscuridade dos pais¹¹⁴⁴. De tão ambicioso, não se contentaria com o título, em 1853, de Cônego Honorário da Capela Imperial: queria, mesmo, ser bispo¹¹⁴⁵. Se o jornal citava 1848, era por ter assumido a condição de soldado e capelão das forças governamentais¹¹⁴⁶. Pinto de Campos, pela década de 1860, continuaria o mar de intrigas com o Marquês de Olinda. Não aceitava a fase de aliança com os liberais. Em 1863 faria graves denúncias ao ministério Olinda sob o pseudônimo de Filopemen.

Do fim da década de 1840 para a próxima, Olinda foi passando do braço dado com os conservadores mais antigos para a política a qual foi crítico: a Conciliação. Se em alguns momentos entre 1848 e a década de 1850 o Marquês era tido pelos liberais como velho ganancioso, transmutava-se em novo aliado de alguns. Grande parte dos conservadores vão se tornar oposição a Olinda. Mas, ele permanecia conservador, entretanto, numa nova situação: um conservadorismo abrandado pela aliança com a Coroa. Mas, nem tudo deu certo. A economia agravava-se numa crise posta pelo ministro Bernardo de Souza Franco. Pedro II, que antes era só apoio e confiança, mudará os ministros. Euzébio de Queiroz, não querendo assumir as novas posturas conciliatórias do Imperador, nega a presidência do gabinete. O papa dos “saquaremas”, como foi chamado, era ressentido contra o “poder pessoal” do imperante¹¹⁴⁷. Olinda cai; todavia, retornará duas vezes na década de 1860, junto a alguns sujeitos já conhecidos: dele e de São Cristóvão. O Imperador, mais velho, vai impondo suas vontades. Olinda será um aliado no jogo.

¹¹⁴³ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Pernambuco, 8 de dezembro de 1887. nº 281.

¹¹⁴⁴ ROCHA, Eduardo José Wanderley. **Pinto de Campos: Um clérigo a serviço do Império**. Recife: Mestrado em História, UFPE, 1986, p.25.

¹¹⁴⁵ Idem, p.20.

¹¹⁴⁶ Ibidem, p 138.

¹¹⁴⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 96.

6 “O ANCIÃO, CARREGADO DE ANOS, MAIS VELHO QUE O SÉCULO E O IMPÉRIO”

O ministério Olinda da década de 1850 acabou em crise. Se havia algum alívio nas bordoadas ao presidente do conselho; Bernardo de Souza Franco era atacado pelos conservadores. O, mais tarde, Visconde de Souza Franco – numa daquelas complicadas nomeações dos títulos no Império do Brasil, em que os sujeitos carregavam os próprios nomes ou o de localidades indígenas – já havia sido, também, um conservador. Durante a regência do Marquês de Olinda, em 1839, foi o presidente da sua Província natal, o Grão-Pará abrandando o fogo revolucionário que passou por ali. Todavia, era mais um daqueles políticos formados na Academia de Olinda. Esteve sob a direção do Marquês quando estudante, e deve ter sido aluno do Visconde de Camaragibe. Conhecia Euzébio de Queiroz daqueles corredores. Formou-se em 1835; e Euzébio, em 1832. Deve ter, ao menos, conversado com José Bento da Cunha Figueiredo, seu contemporâneo. Jozé Thomaz Nabuco de Araújo, também. O padre Pinto de Campos deveria conhecê-lo. Talvez venha daí tanta raiva dos conservadores contra o ministro da Fazenda. Foram eles que o formaram e moldaram. Souza Franco conhecia as fraquezas do grupo. E, em 1843, mudou de lado. Até teve um mandato de deputado não reconhecido pela Câmara de maioria conservadora. Também, em outra legislatura, foi o único liberal eleito. Quando o Marquês de Paraná organizou a Conciliação, ele deu o seu apoio. Por prêmio, ganhou uma vaga na “Sibéria”, ou seja, no Senado¹¹⁴⁸. Morreu em 1875, naquelas idas e vindas tão próprias dos políticos imperiais, passando de lado a lado, dançando a mesma quadrilha, como bem disse Machado de Assis. Todavia, o que ficou dele, mais lembrado, para a década de 1850, foi a “política do crédito fácil”, como observou Barman, levando a uma “rápida inflação decorrente da competição por fatores de produção escassos¹¹⁴⁹.” Ou seja: um dos motivos do fim do Ministério Olinda.

Em 1853, quando subia o gabinete da conciliação, aos 6 de setembro, Pedro II estava com 28 anos incompletos. Aos 30 de maio de 1862, durante o gabinete Olinda, apresentava-se com quase 38 anos. Sérgio Buarque de Holanda lembrou que, nessa idade, “um cidadão normal nem podia pleitear lugar no Senado¹¹⁵⁰”. Todavia, o Imperador já incutia suas vontades ante os

¹¹⁴⁸ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Segundo volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, pp. 145 – 165. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01064420#page/1/mode/1up>. Acesso em 18 de maio de 2013.

¹¹⁴⁹ BARMAN, Roderick J. **Imperador cidadão e a construção do Brasil**. São Paulo: Unesp, 2012, p. 276.

¹¹⁵⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.104.

homens velhos e experimentados da política brasileira. Barman percebeu bem essa face do jovem imperante: “O círculo de poder no Brasil tinha de se submeter ao imperador, tanto na solução de questões políticas quanto na distribuição de cargos políticos¹¹⁵¹.”

Aos poucos, Pedro II deixava de ser menino; e, ao invés de ser influenciado pelos mais diversos sujeitos que andavam pelos corredores do palácio, ele influenciava a política. A conciliação era tida por “seu programa”¹¹⁵² na década de 1850. Pedro II procurava controlar as mais diversas esferas do Império do Brasil, ainda mais, os problemas políticos¹¹⁵³: “o seu desejo [era] de manter o controle¹¹⁵⁴”. Afastava de si aqueles homens mais exaltados e procurava alianças com os mais moderados, que aceitassem estar ao seu lado. Resistiu à força liberal, renascente na década de 1860, todavia, nomeou um gabinete liberal radical no fim de agosto de 1864¹¹⁵⁵; entretanto, não demorava muito. O que surgiria era a “Liga Progressista”: um partido bem próximo do Imperador, como foi a Conciliação.

Na década de 1860, com o Imperador atingindo a casa dos 40 anos, tencionaria ainda mais buscar um partido seu: e a Liga funcionava mais ou menos nesse sentido. Tanto o Marquês de Olinda quanto Zacharias de Góes e Vasconcellos eram conservadores que abrandavam o conservadorismo para se manterem no poder. Escutariam Pedro II. No entanto, aquela paz havida na década de 1850 não tardou em findar. A Guerra do Paraguai afloraria sentimentos os mais diversos possíveis.

Nesse capítulo, queremos mostrar como caminhou o Marquês de Olinda na década de 1860. Assumiu mais dois ministérios com a intenção de manter-se no poder. Já velho, afastava-se do grupo do Visconde de Camaragibe. Em Pernambuco, teria de enfrentar duas eleições sucessivas, no desejo de fazer o candidato ministerial. Buscaria, com os aliados, os meios mais vis para isso: contrariando as indicativas de moralidade dadas por Pedro II.

6.1 O GABINETE OLINDA DE 1862

Depois da retirada de Olinda, do ministério, em 1858, seguiram-se mais quatro gabinetes, até reassumir, aos 30 de maio de 1862¹¹⁵⁶. Aos 10 de agosto de 1859, Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana) presidia novo conselho e assumia a pasta do Império¹¹⁵⁷.

¹¹⁵¹ BARMAN, Roderick J. **Imperador cidadão e a construção do Brasil**. Op.cit., p. 8.

¹¹⁵² Idem. p. 239.

¹¹⁵³ Ibidem, p. 245.

¹¹⁵⁴ Ibidem, p. 260.

¹¹⁵⁵ Ibidem, p. 279.

¹¹⁵⁶ **Organizações e programas ministeriais**. op.cit., p. 119.

¹¹⁵⁷ Idem, p. 121.

Foi na vigência desse gabinete, que Pedro II esteve em Recife. Depois de alguns compromissos, no dia 22 de novembro de 1859, “fui logo para a Igreja do Colégio, onde ouvi um sermão meio político do padre Campos, que rebateu as exagerações da propaganda descentralizada, não me parecendo mau em geral, apesar de durar $\frac{3}{4}$ de hora e depois um Te-Deum de 1 e $\frac{1}{4}$ de hora...¹¹⁵⁸”. Não era estranho esperar outro pregador sem ser o padre Pinto de Campos. E como bom falador, discursaria 45 minutos, misturando política – conservadora, defendendo a centralização – e teologia. O Imperador também visitaria o curso jurídico, no dia 25. Nessa época, o dirigia o Barão depois Visconde de Camaragibe. E registrava: “Casa acanhada. Assisti a exames de todos os anos. Estudantes fracos, entre os quais o filho do Visconde de Albuquerque [Manoel Arthur de Hollanda] no 2º ano¹¹⁵⁹.” Não demoraria muito tempo e haveria novo câmbio ministerial. Aos 3 de março de 1861, Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) ascendia à Presidência do Conselho.

Pedro II escrevia, em seu Diário, que confiava em Caxias, mas, não acompanhava, de perto, a todos os ministros. Não sabemos, bem, se o Imperador confiava tanto em alguém. De si, deveria vir aquela desconfiança própria de quem viu o pai ser enxotado do país por políticos. Ainda mais: subiu, antecipadamente, num golpe-joguete dado na Constituição. E se redigia sobre confiança no Diário, talvez, fosse por saber da posterior publicação daquelas páginas. Pedro II era um Estadista. Sabia muito bem da importância dos registros que deixaria: provavelmente, pensava, seria visto, por um bom tempo, pelas próprias palavras que redigiu; todavia, isso não aconteceu. Outras memórias se sobrepuseram à do Imperador¹¹⁶⁰.

Aos 21 de maio de 1862, com o ministério recebendo revés da Câmara, o Imperador preferia a mudança dos ministros. Escolheu Zacharias de Góes e Vasconcellos para organizador, “visto que se apresentou como chefe da liga¹¹⁶¹.” José Murilo de Carvalho apontou que a Liga era “produto do movimento de Conciliação iniciado em 1853 pelos conservadores.” Estava feita pelos conservadores dissidentes e liberais históricos¹¹⁶². Caxias havia lembrado a Pedro II de chamar Nabuco, “mas logo depois refletiu que não goza de conceito de

¹¹⁵⁸ D. PEDRO II. **Diário** – Volume 3 – Viagem à costa leste – 2ª parte (Pernambuco) – 19/11 a 23/12/1859. Acesso em: http://www.museuimperial.gov.br/images/stories/imagens_museu/PDF/Diarios-imperador/vol03.pdf. Não há indicação de páginas.

¹¹⁵⁹ Idem.

¹¹⁶⁰ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p p. 52

¹¹⁶¹ Ibidem, p. 106.

¹¹⁶² No trecho que citamos, o autor trata do surgimento do Partido Progressista, tendo surgido da Liga Progressista, em 1864, mas, dando a ambos o surgimento advindo da Conciliação. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.205.

moralizado¹¹⁶³.” Segundo o filho de Jozé Thomáz, ele estaria afastando-se, cada vez mais, do partido conservador¹¹⁶⁴. Na verdade, Pedro II ia dando as coordenadas de fundação de um partido seu, atrelado à Corte e à sua vontade.

Aos 23 de maio de 1862, o novo ministério ainda organizava-se. Tomaria posse no dia 24. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque assumiu a pasta de Agricultura, comércio e obras públicas¹¹⁶⁵. Mas, o ministério não durou mais que três dias. Todavia, do modo ensinado por Nabuco, “a formação desse gabinete, quase todo tirado da Câmara, com dois senadores apenas, teve por efeito a fusão imediata da Liga em um partido homogêneo¹¹⁶⁶”. Aparecia, pois, o Partido Progressista, com conservadores moderados e liberais, com a liga do gosto do Imperador.

Com o fim do Gabinete Zacharias, Pedro II iniciou a busca por novos nomes para o ministério. Um dos procurados pelo Imperador, que não aceitou a missão, “lembrara o Albuquerque que eu aprovaria se não fosse seu espírito excêntrico¹¹⁶⁷”. O Cavalcanti pernambucano era um dos nomes mais respeitados na província natal, e ainda tinha por irmão o Visconde de Camaragibe a mandar e desmandar nos conservadores provinciais: seria uma boa aposta¹¹⁶⁸.

Em meio às investidas possíveis ministros, chamou Olinda, que aceitou. Albuquerque quis trabalhar ao lado daquele. Pedro II deu algumas sugestões de nomes ao Marquês¹¹⁶⁹. As escolhas dos sujeitos era uma jogada do Imperador. Ele sabia bem: no momento que precisasse do Marquês de Olinda, esse estaria ao seu alcance. Conhecia bem os políticos das Províncias do Norte com os quais poderia contar: Olinda, Albuquerque, Abrantes, Cansansão e Maranguape. Olinda e Albuquerque já estiveram juntos em ministérios no Primeiro Reinado; Abrantes e Maranguape se envolveram na confusão da Regência, entre Olinda e Vasconcellos, por causa de uma cadeira no Senado, mas, eram membros de um mesmo grupo político. O Imperador envolvia Olinda nesse ministério com integrantes que já conhecia: poderiam ser

¹¹⁶³ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 107.

¹¹⁶⁴ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 429.

¹¹⁶⁵ **Organizações e programas ministeriais**. op.cit., p.129.

¹¹⁶⁶ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 440.

¹¹⁶⁷ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 114.

¹¹⁶⁸ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 114.

¹¹⁶⁹ A missiva com os nomes é citada em nota de rodapé ao “Diário de 1862”, pelo anotador Hélio Vianna. A referência seria a do Arquivo do Museu Imperial, maço 35, doc. 1055. HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 114.

moldados aos seus interesses¹¹⁷⁰. E não custa lembrar: eram indicações do Imperador: ele pesava a mão na escolha ministerial.

Corriam boatos da imposição imperial aos nomes para a nova composição. Sapucaí procurou Imperador. Informou que os liberais exaltados disseram que o ministério era feito no Paço “e que Olinda recebera de mim a lista dos ministros¹¹⁷¹”. Não havia inverdade nisso: existia indicação prévia dos variados nomes, inclusive, com a proposição de, na necessidade de fazê-lo, mostrasse o papel assinalado. Entretanto, Pedro II, tendo consciência dos seus registros pessoais, escreveu: “O papel que lhe entreguei ontem prova que lhe dei toda a liberdade, e creio que ele não é capaz de se desculpar da organização do ministério dizendo que recebera ordem para convidar indivíduos designados¹¹⁷².” Na verdade, não provava nada. Não era por dizer “deixo-lhe toda a liberdade” que anulava os nomes preferidos e citados. O Imperador, ainda, usava o termo “desculpar” como tirar a culpa. Se mais um ministério desse errado, queria, ele, supremo mandatário, tirar de sobre-si, o peso das indicativas ao Marquês. No entanto, jogava na velha corcunda do antigo corcunda a culpa do erro; se fosse acerto, deveria ser petrino. Talvez, Pedro II já fosse acovardando-se ante tantas quedas ministeriais e críticas ao poder. E informava: “Atribuo antes o boato ou à maledicência, ou à indiscrição de alguns dos ministros que o Olinda obrigara a entrar alegando ordem minha [...]”¹¹⁷³. Mas, se existia a lista enviada por ele, havia desobediência? Havia a carta dando obrigação da entrada: o gabinete era do Imperador; assim como o partido que ia se formando também era dele. Todavia, um ponto importante vislumbrava-se no horizonte da confusão: Pinto de Campos se queixava que Olinda

¹¹⁷⁰ A missiva é citada em nota de roda-pé ao “Diário de 1862”, pelo anotador Hélio Vianna. A referência seria a do Arquivo do Museu Imperial, maço 35, doc. 1055. HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 114. As indicações imperiais eram:

“Os deputados que entrarem para o ministério devem ser candidatos naturais por seus círculos.

Olinda – Império

Sapucaí – Justiça

Albuquerque – Fazenda

Estrangeiros – Abrantes +

José de Araújo Ribeiro – Maranguape

Obras públicas – Cansção +

Guerra - + Polidoro, Belegarde

Marinha – Lamare (Se for candidato e sem o ser natural por seu círculo lembro o Tamararé).

Os que tem uma cruz são os que eu preferiria nas circunstâncias atuais; mas deixo-lhe toda a liberdade para organizar o ministério conforme o pensamento acima exposto. – Se for preciso mostrar este papel a qualquer dos lembrados por mim para mais facilmente aceitar a pasta pode fazê-lo, assim como recorrer a mim sempre que minha intervenção lhe parecer necessária.”

¹¹⁷¹ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p.116.

¹¹⁷² Idem.

¹¹⁷³ Ibidem.

não consultou os “amigos” sobre a nova composição ministerial¹¹⁷⁴. Contudo, como chamar a Olinda, “amigo”, o monsenhor? O aparte já havia sido dado desde o último gabinete Olinda, com todos os tipos de xingamentos possíveis à escrita de um padre. Campos entrava na antiga esperança do olhar do Marquês voltar-se aos seus aliados passados: os conservadores, maioria na Câmara.

Em junho já iniciavam os problemas internos, ou melhor, desdobravam-se os mais diversos casos de interesses pessoais. Albuquerque indicava o próprio filho, Luiz de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, para oficial de gabinete. O Imperador colocava-se quanto à questão: “Eu observei que não era negócio de decreto e que não discordaria senão em continuar ele no lugar de juiz municipal, e em aumento de despesa. Albuquerque respondeu que se não pudesse ter seu filho por oficial passaria sem este auxiliar¹¹⁷⁵.”

O problema do ministro da Fazenda era o projeto da família Cavalcanti ser colocado em prática: estarem em todos os espaços do poder. Ter o filho como juiz municipal, e ainda, auxiliar no gabinete, era forma de preencher os lugares e terem bons vencimentos. Ainda na década de 1830, o irmão do Visconde de Albuquerque, Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, preocupava-se pelo irmão Manoel Francisco, futuro Barão de Muribeca, “se conserve por hora sem emprego público; a nossa vez nos há de chegar sem fazer para isso muito empenho¹¹⁷⁶.” A família estabelecia-se em estreita relação do público e dos interesses privados. Os Cavalcanti enriqueceram, no Império do Brasil, com a política, atingindo a malha da sociedade de interesses. Além de tudo, ao final da proposição do Visconde de Albuquerque ao Imperador, ainda vinha a birra e a mostra de total desnecessidade de ter o filho recebendo dinheiro do Estado: “passaria sem este auxiliar”.

Mas, o Visconde de Albuquerque não se dando por vencido, aos 28 de julho, voltava a indicar o filho: havia pedido demissão do cargo de juiz municipal de Niterói, para assumir o de oficial de gabinete. Pedro II se colocava quanto a atitude: “[...] estimava mais que o Albuquerque escolhesse outro; porque a nomeação do filho aliás muito digno dele pode ser

¹¹⁷⁴ “Demais também o Pinto de Campos se queixar de que o Olinda não consultara os amigos, e talvez isso que também sucedeu relativamente aos do lado oposto ao de Pinto de Campos desse lugar ao boato de imposição de nomes. O Pinto de Campos disse ao Sapucaí que os ministros atuais não são bastante fortes para dissolverem a Câmara.” HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p.116.

¹¹⁷⁵ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 119.

¹¹⁷⁶ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque**. Rio de Janeiro. 08 de julho de 1831.

interpretada como proteção de pai para filho; pois que julgo que vai ganhar pecuniariamente mais do que no lugar de juiz municipal¹¹⁷⁷.”

O Imperador conhecia Albuquerque. Entendia o jogo político do pai a atracar o filho no porto do processo de salários maiores. Nem um, nem outro eram novos na arte de fazer política e estabelecer acertos e alianças em momentos propícios. Além do mais: era bem sabido o caráter intransigente do Visconde de Albuquerque, os discursos denunciativos e cheios de azedume; ou seja: era alguém de personalidade forte e difícil de lidar. E parece que Pedro II teria de enfrentar, junto aos ministros, essa forte onda a se chocar sobre os alicerces frágeis do ministério cheio de velhos alquebrados e doentes.

E Albuquerque não desistia. Jogava-se contra a vontade e as indicativas do Imperador e ministros. Aos 2 de julho, Pedro II registrava: “O Albuquerque apresentou-me o decreto nomeando o filho 2º oficial da secretaria da Fazenda. [...] parece que a necessidade era de maiores vencimentos que compensassem a perda das vantagens de juiz municipal de Niterói¹¹⁷⁸. A desobediência das regras era clara. Pensava, apenas, nos proveitos a tirar do cargo, beneficiando o filho. No momento em que o Imperador clamava por moralização, um integrante do ministério transformava a pasta da Fazenda em terreno próprio e edificava o prédio do sustento do rebento. Essa atitude de Albuquerque demonstrava a falta de sintonia com os outros componentes do Conselho de Ministros. Joaquim Nabuco lembrou: a “divergência pernambucana com Olinda era notória¹¹⁷⁹”. Não apenas quanto aos problemas da província: estendia-se à Corte.

Mesmo com todas as indicativas imperiais e ministeriais, Albuquerque obrava o bem-entender, sem seguir as convenções planejadas. Contra o desejo do Imperador – e de Olinda – colocava o filho na malha dos cargos públicos, recebendo bom salário e proteção. Provavelmente, nem trabalhar ia, por ser o titular da pasta, o pai. E Albuquerque misturava tudo, em grande fogueira, e fundia a vida e a política. Os acontecimentos davam-se sob o olhar de Pedro II, que reclamava e desgostava. No entanto, o ministro da Fazenda, sentindo-se supremo na cadeira, executava sua vontade: os cargos – e o filho – eram dele.

¹¹⁷⁷ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 150.

¹¹⁷⁸ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 156.

¹¹⁷⁹ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 445.

6.1.1 As eleições, em Pernambuco, para uma vaga de Deputado Geral ou o imbróglio da não-eleição de Sá e Albuquerque

Para embaraçar ainda mais a cena ministerial, corriam eleições em Pernambuco. Quando Zacharias de Goes e Vasconcellos convocou Sá e Albuquerque para o Ministério, abriu-se uma vaga na câmara temporária. Como tão curta foi a vida do gabinete, era natural a vontade da reeleição pelo ex-ministro. Olinda o apoiou; mas, houve a derrota. O Imperador relatava, no dia 19 de julho de 1862, que Olinda acreditava “que o presidente não se mostrara neutral”¹¹⁸⁰ na cena eleitoral.

Claramente, adotando a acusação da interferência eleitoral do Presidente, o Marquês propunha a demissão, e já lembrava outro nome para a vaga, com aprovação imperial. Olinda ainda “falou em reparação feita a Sá e Albuquerque como nomeação para alguma presidência para que eu disse que ele muito prestaria¹¹⁸¹.” Todavia, a confusão pela eleição, além de fazer a dança das cadeiras presidenciais trazia mais um problema com Albuquerque; na verdade, com o irmão dele. Olinda informou a Pedro II que Camaragibe havia dito que “não hostilizaria Sá e Albuquerque : mas procedeu de modo contrário”. O Imperador refletia: “[...] eu que formava melhor conceito do caráter do Camaragibe ainda que concordava com o Olinda que ele se deixava dominar pelo Pinto de Campos, de que não formo o mesmo conceito [...]”¹¹⁸².

Claro é ser Pinto de Campos mais demônio da consciência de Camaragibe do que anjo. Tanto Olinda, quanto Pedro II, já sabiam disso. Mas, o irmão de Albuquerque escutava e lia o padre. Afastado da benção ministerial, o sacerdote atirava para todos os alvos. Ele conhecia perfeitamente bem o passado do Marquês de Olinda. Tentava prever as ações. Às vezes, esquecia de consultar, nas memórias, as causas, dentre elas, a extremada ambição. Vez por outra esperavam no ontem-conservador construído na regência. No entanto, a melhor arte de Olinda era metamorfosear-se para agregar mais poder. Não conseguimos entendê-lo virando a face ao Partido Conservador por acreditar em tempos novos de alianças com liberais. Ele acreditou no fortalecimento das bases políticas, e, conseqüentemente, em ampliação do poderio. Como os conservadores pernambucanos entenderam isso, quiseram dar-lhe uma bela derrota. Juntaram as forças e derrubaram o candidato do ministério.

¹¹⁸⁰ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Op. cit., p. 168.

¹¹⁸¹ *Ibidem*, p. 168.

¹¹⁸² HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 168.

Não era apenas Olinda a ver-se em voltas com Camaragibe e o falastrão. Segundo Pedro II, Abrantes estava “estomagado” com Camaragibe. “Disse-me que era preciso que o ministério mostrasse que se não deixava bigodear; mas evitando contudo qualquer ato de reação¹¹⁸³”.

Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti saiu candidato aliado a Camaragibe. Havia se afastado do grupo que o apoiou desde as investidas do caso Sirinhaém. Como não havia, seus parentes, recebido o perdão dos aliados, Uchoa via-se desamparado no momento. Todavia, da década de 1850 para a próxima, parece existir a reunião dos grupos sob as mesmas asas do irmão de Albuquerque. Foi o Visconde pernambucano quem disse ao Imperador não pensar no favorecimento do presidente de Pernambuco à candidatura de Uchoa, “e que não exigira como poderia tê-lo feito de Camaragibe que apoiasse a candidatura de Sá e Albuquerque.” Continuava: “Referi-lhe o que se passara entre mim e Olinda e ele disse que não aceitaria o que Olinda propusesse¹¹⁸⁴”. Ou seja: as relações ministeriais, que já estavam abaladas, se tornariam ainda mais com as atitudes do ministro da Fazenda quanto às eleições passadas. O Visconde de Albuquerque afastava-se de Olinda e Abrantes para juntar-se a Eusébio de Queiroz Coitinho Mattoso da Câmara, numa conjunção bastante complicada de se lidar¹¹⁸⁵. Enquanto Euzébio aliava-se ao grupo de antigos conservadores, sem aceitar as misturas de partidos, Albuquerque era um liberal bem conhecido. Dava-se uma das conjunções mais paradoxais da política imperial.

O Visconde de Albuquerque nunca teve das melhores saúdes. Ainda em 1846, reclamava de “ataque no tubo intestinal”, o causando “as mais violentas dores por espaço de cinco horas¹¹⁸⁶”. Mas, aos 27 de julho de 1862, o Imperador dava-lhe por muito doente e “receio que dure pouco o que muito me penalizará pois ninguém possui melhores intenções do que ele¹¹⁸⁷.” E aos 3 de agosto, piorava a situação do ministro pernambucano: “O Olinda disse-me ontem que não falara mais a respeito da não reeleição do Sá e Albuquerque por causa da moléstia do Albuquerque [...]”¹¹⁸⁸. Parece ser, a questão eleitoral, um dos agravantes do seu mal-estar.

¹¹⁸³HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 169.

¹¹⁸⁴HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, pp. 169 – 170.

¹¹⁸⁵Idem, p. 169.

¹¹⁸⁶IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta de Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque**. Rio de Janeiro, 9 de março de 1846.

¹¹⁸⁷HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 176.

¹¹⁸⁸Idem, p. 181.

Ainda aos 22 de agosto, o assunto eleitoral rendia problemas para todos os lados. Pedro II escutava as partes, refletia, e registrava em diário. Era incômodo, ante as sucessivas quedas de ministérios, mais um assunto de imoralidade. Qualquer que fosse o lado, alguém teria manipulado o processo eleitoral. Na reunião do Instituto Histórico, o Imperador teria encontrado o fofoqueiro-mor da Corte Pinto de Campos,

que me referiu que o Abrantes ameaçou o deputado Gasparino [Moreira de Castro] com a demissão do major de Guardas Nacionais Antão, e ao Fiel José de Carvalho com a não obtenção do lugar de ajudante do inspetor da Alfândega da Bahia se votassem pelo reconhecimento do Álvaro Barbalho como deputado e contra o de Sá e Albuquerque, tendo o Maranguape mandado chamar outro deputado com quem se empenhara¹¹⁸⁹.

Ao menos três dos ministros estavam empenhados na anulação da vitória do grupo de Camaragibe-Pinto de Campos – na pessoa de Álvaro Barbalho – em favor de Sá e Albuquerque. E eram todos representantes das províncias do Norte no Senado: Marquês de Abrantes, baiano; Maranguape e Olinda, pernambucanos. Contra Albuquerque e o irmão. Se na década de 1830 as alianças entre os Cavalcanti e Olinda estavam rompidas, parece que, realmente, nunca se reataram. Eram agrupamentos momentâneos, formados ao sabor dos interesses. E mesmo compondo o grupo ministerial estavam ali por ordens de Pedro II.

O Monarca buscava escutar as intervenções. E informava: “o Sá e Albuquerque tem razões de queixa do modo porque o trataram”. E dizia: “a minha política tem sido sempre a da justiça, e que ambos os partidos tem praticado atos de flagrante injustiça¹¹⁹⁰”. Ele sabia dos atos de extrema ambição e jogo sujo dos políticos de todas as esferas. Conhecia bem o manejo do poder executado pelos sujeitos que, inclusive, caminhavam por São Cristóvão, muito próximos dos passos imperiais. Mesmo com tudo isso, achava ter sido, a votação, justa.

O cortejo ministerial, sem paz, desandava, e Pedro II preocupava-se com a perspectiva, mesmo dando voto de vitória aos adversários da composição. Não só o Imperador, mas, Olinda também se comportava com preocupações quanto ao desempenho dos seus companheiros de pasta e das reações eleitorais. Nisso, o velho Marquês observou: “Camaragibe não pode ser para o ano presidente [da Câmara] sem desar para o ministério”¹¹⁹¹.

¹¹⁸⁹ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 196.

¹¹⁹⁰ Idem, p. 196.

¹¹⁹¹ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, pp 199 – 200. Grifo no original.

Olinda demonstrava procurar operação para vencer as próximas eleições gerais dadas no Brasil. Com Camaragibe, conservador, encabeçando a Câmara, seria impossível amenizar a oposição ministerial entre os Gerais. Além disso, queria a mudança estratégica dos presidentes das províncias advinha do receio de nova perda eleitoral. Ainda mais: Albuquerque estava jogando contra o ministério. Tendo por irmão, Camaragibe, as coisas desandavam a passos largos. A vitória de Álvaro Barbalho demonstrava a fraqueza da coalizão interna e desentendimento entre os componentes ministeriais. Por mais incrível que pareça: dentro do ministério existia oposição a ele mesmo. Mas, tratando-se do Visconde de Albuquerque, podia-se esperar qualquer coisa. Outro embaraço: por doença, Maranguape ainda não havia assumido a pasta da Justiça. Olinda queria trocá-lo desde muito; mas Pedro II não concordou, de início. Agora, o desentendimento era entre o presidente do conselho e o próprio Imperador.

Olinda e os outros integrantes caminhavam na estrada do afastamento de Albuquerque nas decisões político-ministeriais. Viam-no como a pessoa de Camaragibe naquele espaço onde não deveria estar: já bastava a presidência da Câmara. Ou seja: os Cavalcanti de Albuquerque seriam as eternas pedras no sapato dos pernambucanos: onde quer que estivessem, sempre haveria um a incomodar. Mas, os ministros traçavam nova estratégia. Aos 11 de setembro, Pedro II registrava as lamúrias de Albuquerque. Alguém “[...] ouvira a Cansansão e Abrantes dizer em voz mais alta ao Olinda que haviam de reduzir a ele Albuquerque ao expediente. Queixou-se de que nas conferências evitam tratar as questões mais sérias perante ele e que Abrantes o convida sempre a que vá descansar e dormir.¹¹⁹²”

Afastavam o senador Cavalcanti das decisões mais importantes e nem davam a chance dele fornecer algum apaniguado, em nome do irmão, para as presidências de província. A surdez de Olinda traía todo o ministério: por terem de gritar ao Marquês, quem não deveria escutar as resoluções o fizera e levou logo aos ouvidos de Albuquerque a solução do afastamento. Claramente, o irmão do Visconde de Camaragibe compunha o grupo ministerial por interesses familiares e interferência de Pedro II: havia obediência ao Imperador. Os ministros não o queriam ali; no entanto, valia mais a imperial ordem do que os quereres. E os conflitos entre os poderosos pernambucanos estendiam-se por décadas: Olinda e o Visconde de Albuquerque jamais se entenderiam.

Se desde agosto Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti ocupava a vaga na câmara, aos 26 de outubro o assunto ainda rendia discussão. Os membros do ministério, sem contar Albuquerque, parece não terem digerido a derrota pernambucana, que parecia um prenúncio do

¹¹⁹²HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 211.

vir a ser das próximas eleições. O pior: Pedro II apoiava a ação quanto à vitória anti-ministerial. Deveria ser, tudo aquilo, uma afronta.

O Imperador tinha convicção da vitória de Álvaro Uchoa, ou melhor, dos conservadores em Pernambuco. E no meio disso tudo, ainda havia mais. Aos 2 de dezembro de 1862, “Albuquerque referiu-me que o Ottoni lhe mandou dizer pelo filho oficial de gabinete [...] que ele, Albuquerque, era *oficial maior meu*.” E seguia Pedro II: “Compreendo semelhantes desabafos, e podem me contá-los porque os esqueço¹¹⁹³.” Ottoni deve ter entendido: Albuquerque, contra o resto de todos os ministros, em ideias, permanecia impávido, ocupando a pasta da Fazenda. Qual a causa? A insistência imperial. Todavia, o ato de expressar o esquecimento das acusações se fazia por qual motivo? Para que registrar, se esqueceria? Na verdade, parece não esquecer. Mais uma atitude contraditória do Imperador.

6.1.2 Um ministério de velhos birrentos e doentes

Só agravavam-se as disputas ministeriais. O Imperador permanecia no meio, mas, escutando Albuquerque. Ainda havia o caso do ministro da Justiça. Desde o início da vigência ministerial, Olinda propunha a demissão do senador Maranguape por falta de saúde. Era esse o motivo de não ter assumido a pasta até então. Pedro II rogava espera: poderia restabelecer-se e ser útil. Em uma das conversas com o Monarca, “Olinda disse que achara Maranguape determinado a tomar conta da pasta, julgando que a filha Mrs Jones fora causa de tal mudança”. Pedro II tinha receio de Maranguape sofre e “morrer de novo ataque”. Olinda tentou convencer o Imperador em se revolver com Mrs Jones. Mas, ele traçou logo a resposta: “o homem devia ter mais força que a mulher”. Assim, o Marquês foi tentar falar com o filho¹¹⁹⁴.

Parece que Pedro II tinha medo de perder seus ministros por morte. Já havia comentado sobre a de Albuquerque, por vê-la próxima, e, agora, temia a de Maranguape. Olinda conhecia bem esse amigo pernambucano. Já havia obrado, com ele, em outros ministérios, além de tê-lo feito senador, ainda na regência, em 1839, com vaga pelo Rio de Janeiro. Tinha livre trânsito na casa. Poderia, assim, falar ao filho ou filha, tanto fazia, mesmo que o Imperador expressasse todo o pensamento de inabilidade da mulher em tratar de política, em uma única e simples – todavia, complexa – frase, demonstrando o agir do oitocentista quando ao sexo feminino: “o

¹¹⁹³ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 279. Itálico no original.

¹¹⁹⁴ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 291.

homem devia ter mais força que a mulher”. No entanto, havia mais alguns problemas quanto a Pedro II com a senhora Jones. Barman explicou: o Imperador, um ano mais velho, envolveu-se com Maria Eugênia Lopes Paiva. Casando-se duas vezes, recebeu dois nomes: Mariquinhas Guedes, pelo primeiro casamento, findado com a morte do marido em 1855, José Guedes Pinto e Madame Jones, através do consórcio com Guilherme Francisco Jones Júnior, em 1861. Tobias Monteiro teria afirmado ser formosíssima e a corte do Imperador, insistente¹¹⁹⁵. Talvez, esse fosse o problema: Pedro II não queria envolver os casos pessoais e os problemas políticos e, assim, afastava Mrs. Jones do complicado processo de demissão de Maranguape.

Mas, Maranguape agarrava-se à pasta da Justiça com todo o resto de força e Olinda puxava. No final das contas, nesse cabo de guerra, alguém deveria cair. E não era apenas o pai de Mrs. Jones quem estava adoentado. Em novembro de 1862, Nabuco de Araújo escreveu para Sá e Albuquerque, já como presidente da Bahia: “A doença do Marquês tem embaraçado a política do ministério. A dissolução, consequência necessária dos atos praticados, ainda não é coisa resolvida¹¹⁹⁶.” Ou seja: um ministério de velhos beirando a morte, não tinha forças para enfrentar o parlamento de maioria conservadora ávido por carnificina.

A atitude de Maranguape, de não desatar-se da pasta, revelava o desejo de garantir o emprego público e o prestígio, sem importar-se com a crise interna do ministério. Olinda era amigo dele. Se correspondiam com frequência sobre favores e fazeres políticos. Havia ligação íntima entre os dois. Ao que parece, enquanto tinha saúde, Caetano Maria Lopes Gama, o Visconde de Maranguape, era profundamente fiel às políticas de doação de benefícios do Marquês de Olinda. Talvez, por isso, pela afinidade entre ambos, o nome dele era o mais cotado, por Pedro II, para a Justiça, na formação daquele gabinete. Mas, o mau-agouro a ser lançado, constantemente, sobre Maranguape, não surtiu efeito. Só faleceu em 1864. Num ministério de velhos, a morte rondava a porta das casas de instante em instante. Ou melhor: buscava os ministros às pastas.

E se não bastasse todo esse desalinho interno, com desentendimentos entre idosos que lutavam para ver quem tinha mais poder, ficava de pé e influenciava melhor o chefe, aparecia as inconveniências com os ingleses. A “Questão Christie”, era problematizada através de dois eventos: 1. Naufrágio da fragata inglesa “Prince of Wales”, no litoral do Rio Grande do Sul, com roubo de carga e assassinatos, donde Christie envia Thomas Saumarez para acompanhamento do inquérito, todavia, não o faz, por intervenção do presidente da Província;

¹¹⁹⁵ BARMAN, Roderick. **Imperador Cidadão** e a construção do Brasil. São Paulo: Unesp, 2012, p. 221.

¹¹⁹⁶ A carta é citada em: NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 441.

2. Em junho de 1862 três oficiais da embarcação inglesa “Fort”, embriagados, sem identificação e sem farda envolvem-se numa briga com uma sentinela, no Rio de Janeiro, sendo presos. O governo brasileiro não atende as exigências de Christie, como pedido de desculpas à marinha britânica e indenização pelo problema com o “Prince of Wales”. Basile propõe que, depois da recusa do Império brasileiro em liquidar as exigências do enviado inglês, Christie passou ordem ao almirante Warren para o bloqueio do porto do Rio de Janeiro, ocorrido entre 31 de dezembro de 1862 e 5 de janeiro de 1863, com captura de cinco navios mercantes brasileiros. No dia 5, o governo do Brasil acordou no pagamento da indenização pela primeira indisposição, todavia, rejeitou todas as outras exigências. Ainda cobrou um pedido de desculpas por parte da Inglaterra. Com a recusa dos ingleses, houve rompimento diplomático entre as duas partes. Como árbitro, ficou Leopoldo I, da Bélgica, sendo de parecer favorável ao Brasil¹¹⁹⁷. Antes disso, a população colocou-se indignada contra as ações inglesas. Segundo Barman, Pedro II, nesse momento, usou-se da Questão Christie “para apresentar-se como defensor da honra nacional¹¹⁹⁸.” Assim, tanto o Imperador quanto o ministério ganhariam um pouco fôlego para sair das turbulências existentes.

Era 2 de dezembro de 1862, quando Nabuco de Araújo, mais uma vez, reportava-se a Sá e Albuquerque. Dessa vez, insistia: “Deves insinuar ao Olinda a dissolução desde já”. A causa: havia a política do gabinete contra a do parlamento. Era a melhor forma de desfazer-se dos conservadores na maioria: a dissolução da Câmara¹¹⁹⁹.

Era 23 de fevereiro de 1863, quando Albuquerque relatava, sobre sua doença, ao irmão Visconde de Camaragibe. Se a situação da saúde de Albuquerque preocupava o Imperador, o ministro da Fazenda queria-se forte. Escrevia:

Escrevo do arrabalde aqui conhecido por Tijuca aonde vim passar oito dias por oferecimento que me fez o banqueiro, hoje Visconde, Souto. Vim em companhia de minhas filhas; tenho facilidade de transportar-me diariamente ao Tesouro e ao Paço; espero porém freqüentar essas duas casas, segundo me permitir o meu estado de saúde, que posto não seja tão grave como o pretendem os que desejam substituir-me mesmo interinamente, está contudo, longe de completo restabelecimento. Veremos se com uma fonte que fiz abrir no braço esquerdo há melhores esperanças de convalescença entretanto, apesar da moléstia, não estão meus negócios atrasados¹²⁰⁰.

¹¹⁹⁷ BASILE, Marcello Otávio de Campos. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda Leite. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, pp. 241 – 242.

¹¹⁹⁸ BARMAN, Roderick. **Imperador Cidadão** e a construção do Brasil. São Paulo: Unesp, 2012, p. 279.

¹¹⁹⁹ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 442.

¹²⁰⁰ IAHP. AVC. Caixa 1. **Carta do Visconde de Albuquerque para o Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1863. Grifos no original.

Os temores de Pedro II não eram em vão. A doença avançava, mas, Albuquerque não queria largar a pasta, mesmo sabendo que os outros membros do ministério estavam contra a sua manutenção. A guerra adversária a Albuquerque alastrava-se desde o início da composição. Estavam fartos da oposição na Câmara e na Fazenda. Talvez, a estratégia de mandarem o Visconde para o “arrabalde” da Tijuca seja, mesmo, dos ministros. Afastavam-no do centro do poder em atitude travestida de bondade pelos benefícios da saúde. No entanto, outra é a possibilidade. Aos 22 de outubro de 1862, o Imperador registrou no Diário: “O Albuquerque disse que tomara saques do Souto¹²⁰¹”. Assim, tendo relações entre o Ministro da Fazenda e o banqueiro Visconde de Souto, as intenções do “oferecimento” do imóvel na Tijuca poderiam ser outras que não a recuperação do doente. Não há nada de excepcional no Ministro da Fazenda receber apoio e ajuda de um banqueiro.

No meio desse imbróglio, o Marquês de Abrantes enviou missivas ao Marquês de Olinda. A primeira, de 29 de março de 1863, dizia que encontrou-se com Pedro II e que ele “[...] estava perfeitamente d’acordo a respeito da impossibilidade de continuar o V(isconde). A(lbuquerque). na Fazenda: que se entenderia com ele, se lhe aparecesse, ou mais provavelmente com o filho [...] ¹²⁰².

Ou seja, se em fevereiro, Albuquerque reclamava quererem deixar-lhe na interinidade, a ideia dos ministros era posta em execução, com as bênçãos do Imperador. E aos 5 de abril, nova missiva. O Imperador disse que o Visconde de Albuquerque havia ido ao Paço. Tinha dado “parte de que acha[va]-se pronto a retomar a pasta¹²⁰³.” O problema era ser, o Visconde de Albuquerque, aferrado ao poder. Mesmo na extrema doença, não queria deixar a Fazenda, que só seria entregue aos 8 de abril. Aos 14 de abril de 1863, escrevia Sinimbu a Olinda, sobre o falecimento do Visconde: “[...] por me achar de cama em consequência de uma fortíssima constipação, já não fui ver a família e entender-me com ela”. E complementava: “Tem razão Vossa Excelência de achar-se entristecido com essa notícia; o país perde na verdade um dos seus mais sãs e distintos servidores¹²⁰⁴”.

Logo após a reunião com o Imperador, o Visconde de Albuquerque falecia. Não sabemos bem se Sinimbu estava sendo irônico na missiva. Era grande a fama de louco do Visconde já na década de 1830. Chamá-lo são servidor era de bastante graça. Ademais: o

¹²⁰¹ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial**. Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 242.

¹²⁰² IHGB. LATA 213 DOC 99. NOTAÇÃO : DL 213 A . 99. **Carta do Marquês de Abrantes para o Marquês de Olinda**. Rio de Janeiro, 29 de março de 1863.

¹²⁰³ IHGB. LATA 213 DOC 99. NOTAÇÃO : DL 213 A . 99. **Carta do Marquês de Abrantes para o Marquês de Olinda**. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1863.

¹²⁰⁴ IHGB. DL 213.38. **Carta de Sinimbu para o Marquês de Olinda**. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1863.

ministro falecido vivia a queixar-se de várias dores. Não aparecer no sepultamento por “fortíssima constipação” também transparece alguma nota infame solta por Sinimbu. A amizade entre Olinda e o irmão do Visconde de Camaragibe também não deveria ser tão próxima para que ele estivesse entristecido: era coisa mais política que pessoal. Desta forma, a missiva irônica fala mais nas estrelinhas do que na força da voz ativa. E se juntarmos às informações dadas por Abrantes, parece ser inquestionável os ministros não quererem mais a presença de Albuquerque junto deles. A morte era, nesse caso, alívio para os companheiros do Marquês.

6.1.3 O “drama de maio” e as eleições de 1863 em Pernambuco

Aos 19 de abril de 1863, Sinimbu escrevia novamente a Olinda. Estava melhor da doença e já deveria ir a São Cristóvão e à missa do Visconde de Albuquerque. Iria à casa de Olinda, à noite, falar sobre política: “Já começam a chegar os grandes atores do drama de maio”¹²⁰⁵.

Sem o impedimento da oposição dentro do ministério, agora, poderiam obrar livres sobre a dissolução da Câmara e o fim da influência do conservador Camaragibe naquele recinto. Era essa a proposição já pensada e refletida. “Os grandes atores”, os deputados gerais, começavam a chegar para o início do ano legislativo, que não teria: “o drama de maio”. Na sessão do dia 12 de maio de 1863, leu-se o decreto número 3092 com a dissolução da Câmara e convocação de outra para reunião extraordinária no dia 1 de janeiro de 1864¹²⁰⁶.

Entretanto, ainda aos 7 de março de 1863, não contavam com o falecimento do ex-ministro da regência Olinda, Sebastião do Rego Barros. Irmão do Conde da Boa Vista, apaniguado do Marquês, o deputado geral por Pernambuco teve um “desarranjo nos órgãos do coração”¹²⁰⁷. Naturalmente, abria-se mais uma vaga pernambucana na Corte. Disse um observador, naquele momento, que Sá e Albuquerque “via assim ocasião de reparar a sua recente derrota” e Olinda “tinha nessa luta empenhado o seu capricho”¹²⁰⁸. O outro grupo apresentou Joaquim Pires Machado Portella como candidato, que, como vimos, já havia sido

¹²⁰⁵ IHGB. DL 213.38. **Carta de Sinimbu para o Marquês de Olinda**. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1863.

¹²⁰⁶ **Organizações e programas ministeriais**. op.cit., p. 131.

¹²⁰⁷ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982, p.776.

¹²⁰⁸ **Eleição de 1863 em Pernambuco por Filopemen**. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1863, pp. 28 – 29.

proposto, por Olinda, como seu candidato, em 1856, sob a alcunha de “meu primo”¹²⁰⁹. De protegido, passava a adversário. Sá e Albuquerque saía derrotado outra vez. Mas, a derrota era ministerial: o duplamente candidato do gabinete demonstrava fraqueza ante as forças conservadoras de Pernambuco.

Alguém que assinava “O Pernambucano” escrevia ao Visconde de Camaragibe, aos 24 de março de 1863, e dava-lhe conta das vistas postas sobre o Marquês de Olinda. Aliás, fazia o senhor de engenho pernambucano compreender como estava sendo entendido o ministro:

Há algumas semanas que se fala em uma contra-dança que deverá ser dada à cena pelo homem da Justiça e, por intruso do Império como soe invadindo assim a alçada do decrépito, senão hipócrita M. de Olinda! Quem o havia (...) de dizer que este veterano se havia a deixar dominar por um Cansação, de antipáticas feições, e até de procedimento! Pobre velho!...¹²¹⁰

Se antes Olinda era feito, pelo padre Pinto de Campos, marionete de Souza Franco, agora, era visto ser levado por Cansação de Sinimbu. O “título” de velho voltava ao uso. Era um homem “decrépito”, “hipócrita” e “velho”. Ou seja: servia para mais nada. Se, no passado, foi baluarte dos conservadores, dando-lhes sucessivas demonstrações de apoio e vitória, com base no tempo regencial, ali, estava o velho desprovido de confiança e finalidades. Dominado por outros, juntava-se com alguns liberais. Mas, o problema de Olinda era outro: voltava-se para quem desse mais. E Pedro II estava oferecendo muito poder.

Em abril, no dia 27, o próprio Joaquim Pires Machado Portella escrevia ao Visconde de Camaragibe. Afirmava: “Já lá se foi o pudor com que o Governo disfarçara a proteção que prestava a algum candidato!” E continuava: “O presidente, dizem, não cessa de esforçar-se; até consta que há poucos dias fora visto as 7 horas da manhã em um armazém de carne seca na rua da Praia a visitar um eleitor do Rio Formoso¹²¹¹.” A rua da Praia, antigo reduto dos liberais da revolução praieira, tornava-se ponto de apoio eleitoral às novas misturas dadas entre conservadores e liberais da Liga. Além do mais: o trabalho do novo presidente, encaminhado pelo ministério Olinda, começava a aparecer. E se Pedro II buscava imparcialidade, essa característica era a menos existente.

¹²⁰⁹ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do Marquês de Olinda ao Visconde de Camaragibe**. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1856.

¹²¹⁰ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta de “O Pernambucano” ao Visconde de Camaragibe**. Corte, 24 de março de 1863.

¹²¹¹ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta de Joaquim Pires Machado Portella ao Visconde de Camaragibe**. Recife, 27 de abril de 1863.

Como a Câmara ainda não havia sido dissolvida, e quem estava em Pernambuco, ao menos Portella, não se dava conta das manobras pelo fim da legislatura, traçavam estratégias para as vitórias seguintes dos conservadores. Para Portella, “Seria de imensa conveniência se, logo que Vossa Excelência fosse eleito presidente da Câmara dos Deputados, e vencêssemos a mesa, viesse logo o vapor de modo que tal notícia pudesse chegar aos colégios antes da eleição”. E completava: “principalmente se viessem algumas cartas dando esperança de achar-se o ministério em crise¹²¹²”.

As cantilenas da crise ministerial eram rezadas desde sempre. E as cartas sugeridas pelo missivista lembram, talvez, aquelas anônimas, enviadas para serem lidas e relidas em voz alta, nas praças e reuniões particulares. Instigar, na cabeça dos eleitores, o fim do ministério, era dizer-lhes a volta dos conservadores ao poder.

As missivas ao Visconde de Camaragibe não cessavam. Ainda aos 16 de maio de 1863, Manoel Carneiro de Souza Lacerda redigia, de Recife. E dizia: “se com efeito se verificam as suas previsões, a esta hora não existirá o mimoso Ministério Olinda¹²¹³.” Não era de estranhar o referir-se a Olinda, ironicamente, como “mimoso”. O termo, no dicionário de Antonio de Moraes Silva, apresenta-se sob a carga de “delicado, melindroso, que se ofende de qualquer leve mal por delicadeza natural”, em um dos significados. Também se refere a “melindroso” e “o tratado com mimos, e favores particulares; favorito¹²¹⁴.” Assim, Olinda e o ministério vinham sendo taxados dessa forma por terem perdido duas eleições e trocado os presidentes das Províncias, por melindre. Enquanto houve esperança, os conservadores acreditaram na volta do olhar de Olinda, para serem, de novo, favoritos. Todavia, naquele momento, já percebiam o Marquês tomado nos braços da Liga, aliado a alguns liberais, oferecendo, de toda sorte, favores particulares.

No fim do ano de 1863, era impresso, na Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, em Pernambuco, folheto sob o título “Eleição de 1863 em Pernambuco por Filopemen¹²¹⁵”. O texto constituía-se em carta-denúncia sobre o ministério Olinda e os favores eleitorais à nova situação. O tom combativo, entregando nomes bem conhecidos da política pernambucana e exaltando outros como Monsenhor Pinto de Campos e Visconde de

¹²¹² IAHP. AVC. Caixa 1. **Carta de Joaquim Pires Machado Portella ao Visconde de Camaragibe**. Recife, 27 de abril de 1863.

¹²¹³ IAHP. AVC. Caixa 1. **Carta de Manoel Carneiro de Souza Lacerda ao Visconde de Camaragibe**. Recife, 16 de maio de 1863.

¹²¹⁴ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** – recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789, p. 672. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/mim%C3%B2so>.

¹²¹⁵ **Eleição de 1863 em Pernambuco por Filopemen**. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1863.

Camaragibe, levaram a crer, ter, naquelas páginas, o dedo do fofoqueiro-mor do Reino. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, no “Diccionario Bibliographico Brasileiro”, em 1898¹²¹⁶, apontava a autoria do padre. E deve ter sido dele mesmo. Quem mais gostava de falar, escrever e denunciar era ele. E sob o nome de Filopemen, general grego que aparecia nas “Vidas Paralelas”, de Plutarco, o sacerdote arrogava-se o meio de erudição¹²¹⁷.

O redator do panfleto informava logo, aos leitores, o objetivo principal do escrito: “... reunir em sucinto quadro os abusos recentemente praticados nesta província¹²¹⁸.” Narrou, à própria maneira, os problemas eleitorais da disputa entre Sá e Albuquerque e Uchoa Cavalcanti. O resultado das eleições seria a causa da ira do Marquês de Olinda contra o Partido Conservador de Pernambuco e os aliados: “o chefe do gabinete não ocultou, quanto se julgara ofendido. Protestou vingança¹²¹⁹”.

Uma das vinganças era, o Presidente do Conselho, ter mudado os presidentes de Pernambuco e Bahia. O escritor colocava-se indignado contra essas atitudes ministeriais e outras: “só vemos transpirar o despeito de um homem, a quem o monarca confiou a direção do governo do estado: só vemos o despeito do marquês de Olinda¹²²⁰.” E continuava acusando o Marquês, em palavras pesadas, de quem se via magoado e, ao mesmo tempo, aliado das asas protetoras do poderoso velho vingativo. E dizia: “se não pode fazer um deputado, quis mostrar, que podia fazer uma câmara inteira¹²²¹”.

A face pintada pelo redator será, sempre, a do Marquês velho, sem entender bem os atos praticados, buscando mais glórias. Todavia, Olinda queria poder e cargos para os seus protegidos, que, agora, eram outros. Se durante tanto tempo os conservadores de Pernambuco acostumaram-se com os benefícios, percebiam-se, dele, separados. A bem da verdade, Pinto de Campos já havia experimentado essa transição muito antes do ministério de 1862. Era a mesma queixa, recorrente, dele, a Camaragibe. Nada se fazia novo. Nem as atitudes do Marquês, de juntar-se com quem desse mais vantagens. E o padre sabia disso: “O nobre marquês de Olinda, afastando de si precedentes de uma longa vida, gasta no serviço das ideias conservadoras, triunfou completamente em seu plano reacionário: tudo cedeu à vontade, menos a opinião

¹²¹⁶ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. 4º volume. Conselho Federal de Cultura, 1970. Edição fac-similar da de 1898, p. 228. <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295740#page/3/mode/1up> .

¹²¹⁷ Para saber mais sobre o general grego Filopemen, consultar “Vidas Paralelas” de Plutarco, pp. 93 – 121. A edição não apresenta os dados editoriais. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bk000478.pdf>.

¹²¹⁸ **Eleição de 1863 em Pernambuco por Filopemen**. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1863, p. 3.

¹²¹⁹ Ibidem, p. 11. Grifos no original.

¹²²⁰ **Eleição de 1863 em Pernambuco por Filopemen**. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1863, p. 13.

¹²²¹ Idem.

severa, que o julga¹²²².” E continuava as lamúrias quanto ao afastamento do ministro dos antigos aliados e as críticas feitas a ele: “Assim não perdoa o país ao nobre marquês, quando o vê contemplar satisfeito a sua obra de reação contra o partido conservador, em cujas lides tão sinceros aplausos colheu¹²²³.”

Para o Monsenhor Pinto de Campos, como se vê, era impensável a nova postura do Marquês de Olinda. Era contraditório o homem perseguidor dos liberais de 1848 se juntar a alguns deles, nesse momento, em aliança de poder. Mas, percebe-se, no texto, o tom de queixa em Olinda estar subindo sem levar consigo aqueles que o dotaram do poder regencial e apoiadores contra a Praieira, vistos, naquele instante, sem suas vagas na Câmara e desprovidos dos cargos públicos. Era questão pessoal e não de solidariedade para com o Brasil ou o Imperador. O problema era pessoalmente com Olinda, aumentado na surdez política a fazer nova conjunção, sob as vistas de Pedro II com a Liga.

Nisso, o padre também colocava que Francisco Xavier Paes Barreto¹²²⁴ ia crescendo dentro da aliança ligueira como a pessoa do Marquês de Olinda em Pernambuco¹²²⁵. Pedro II, em 1862, já havia constatado: Paes Barreto era “todo do Olinda¹²²⁶!”. Foi quem organizou toda a situação na Província. Confessou ter sido conservador e “em 1862 fiz parte da liga que se operou no parlamento, e da qual resultou a situação atual.” E depois, “de volta à minha província, promovi a fusão dos dois partidos liberal e conservador moderado, o que já se realizou pública e solenemente, denominando-se partido progressista¹²²⁷.” Aos 22 de fevereiro de 1864, era feito senador, já no novo gabinete Zacharias de Góes e Vasconcellos, donde era ministro de Estrangeiros. Mas, os conservadores nunca o perdoariam de, também, ter passado de lado, junto com Olinda, para aquela terceira via partidária da Coroa: a Liga. Os homens vencedores das batalhas anti-praieiras viam-se, agora, pendendo na gangorra.

A implicância entre antigos aliados era imensa. Para completar e complicar ainda mais a situação nada fácil, todos se conheciam bem: já haviam utilizado as mesmas armas e

¹²²² **Eleição de 1863 em Pernambuco por Filopemen.** Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1863, p. 17.

¹²²³ Idem.

¹²²⁴ Francisco Xavier Paes Barreto. Pernambucano, nasceu em 1821. Era bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda (1842). Foi deputado provincial (1848 – 1855), Ministro (1859, 1864). Senador (1864). Foi o formador da Liga, em Pernambuco. Para saber mais: PEREIRA DA COSTA, F.A. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres.** Op.cit., pp. 396 – 403.

¹²²⁵ **Eleição de 1863 em Pernambuco por Filopemen.** Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1863, pp. 27 – 28.

¹²²⁶ HEMEROTECA DIGITAL.D. PEDRO II. Diário de 1862. in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial.** Volume XVII. Petrópolis, 1956, p. 213.

¹²²⁷ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982, p. 400.

artimanhas nas eleições, juntos. Aos 9 de agosto de 1863, iniciavam os trabalhos eleitorais. Nada de novo haveria sob os céus. Entravam na disputa, em Pernambuco, os mesmos sujeitos de sempre. Dentre eles, Pinto de Campos e os irmãos Visconde de Camaragibe e Barão de Muribeca, do lado conservador. Os ligueiros indicavam Urbano Sabino, Lopes Neto, Nascimento Feitosa, Francisco Xavier Paes Barreto, dentre outros. O padre apresentou o Barão de Muribeca sendo juiz de paz, “cidadão de virtudes severas, incapaz de tolerar fraude, ou praticar violência¹²²⁸.” Claro é haver exagero nessa frase. Os jogos bem armados dos Cavalcanti de Pernambuco eram conhecidos no Império do Brasil inteiro. Mas, os novos mandantes ministeriais estariam ávidos por revanche: “O público, porém, ignorava que o conselheiro Paes Barreto havia declarado em palácio, que tomaria como desar para a sua preponderante influência a vitória do Barão de Muribeca na Freguesia da Várzea¹²²⁹.”

Já dado início a eleição, um inspetor de quarteirão arrastou um votante para fora da igreja. O comandante do destacamento invadiu o templo com força armada, mesmo com a ordem do juiz de paz de evacuarem o prédio. Descumprindo, o comandante ordenou aos soldados repelirem, da igreja, os votantes.

E porque o juiz de paz, cômescio do seu dever, quisesse impedir tanto desacato e manter o cumprimento da lei, chamando esse oficial discolo ao respeito que lhe devia, ousou esse mesmo oficial, ousou um simples tenente do corpo policial, gritar para os seus soldados. – *Se me tocarem, soldados, fazei fogo no Barão de Muribeca , e nesses mesários, que o rodeiam*¹²³⁰.

Os tiros ordenados não eram simplesmente contra o juiz de paz; mas, no partido conservador, ali, representado pelo irmão do seu chefe. Era a humilhação de Camaragibe ante a pessoa de Muribeca, levando junto toda a gente conservadora de Pernambuco. O sentimento de revanche apoderou-se da nova situação, em processos de luta descarada pelo poder. Pinto de Campos disse que “o Visconde de Camaragibe, no louvável intento de impedir a consumação de um grande escândalo, vai até palácio expor tão lamentável situação¹²³¹”.

No dia 13, Muribeca dá-se ao trabalho eleitoral mais uma vez. Pelas 10 horas, uns trezentos homens, armados de cacetes, entravam na povoação sob os gritos de “vamos quebrar a urna.” Mas, à frente do grupo, estava um sobrinho de Paes Barreto. “Estavam esgotados os recursos: o chefe de polícia com a sua presença animava as vociferações e injúrias pessoais,

¹²²⁸ **Eleição de 1863 em Pernambuco por Filopemen.** Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1863, p.48.

¹²²⁹ **Eleição de 1863 em Pernambuco por Filopemen.** Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1863, p. 48.

¹²³⁰ Idem, p. 49. Grifos no original.

¹²³¹ Ibidem, p. 50.

concitava o desacato a lei, e autorizava a violência¹²³².” Muribeca “abandonou a eleição, deixando a presa em mãos dos adversários. Dirigiu-se aos chefe de polícia e entregou-lhe as chaves da urna, que foram recebidas¹²³³.”

Claro que, se tratando de relato preparado pelo Monsenhor Pinto de Campos, muita coisa pode estar aumentada como meio de persuadir as pessoas a crerem nas maldades conferidas pelos ligueiros aos conservadores. No entanto, mesmo com o exagero, parece ter, o relato, fundos verídicos. Não seria de estranhar o desejo de humilhação, por parte do Marquês de Olinda e seus novos aliados, ao grupo do Visconde de Camaragibe, que venceu duas eleições enquanto estavam assentados nas cadeiras ministeriais. Paes Barreto conseguia afugentar, naquele ano, Pinto de Campos, Camaragibe, Muribeca da próxima Câmara a ser formada. Joaquim Nabuco lembrou ter, essa nova situação de aliança entre conservadores e liberais em Pernambuco, dos “dois antigos combatentes”, a conservação da individualidade de cada um, “suas aspirações próprias.” Os conservadores menos moderados demonstravam a decepção “pela traição de Olinda”. Eles “não se perdoavam a si próprios o terem confiado em 1862 na tradição conservadora do marquês de Olinda, apesar de já o terem visto em 1857 surgir como o herdeiro universal de Paraná¹²³⁴.” Olinda aparecia, pois, como o velho esquecido do passado regencial, tão aclamado pelos antigos aliados. Esquecia-se da história construída junto a eles: os traía. Era a imagem do velho abjurador da confissão. E, para agradar Pinto de Campos, podemos expressar: Olinda possuía, em si, o beijo de Judas.

O processo eleitoral de 1863, não só em Pernambuco, presenteou o novo partido com a vitória geral. Nabuco colocou não terem, os conservadores, ousado apresentarem candidatos pelo Município Neutro. “Sua ruína era completa, como fora a dos liberais em 1848”, mas, dentro da Liga, “a menor questão na superfície fazia aparecer a divisão que havia”, além de “as pretensões rivais [serem] eram inconciliáveis¹²³⁵”.

No final, a nova legislatura era eleita ainda sob a presidência de Olinda no gabinete. Talvez, o projeto de Pedro II, de propor uma terceira via partidária conciliatória, que visasse, apenas, o bem da Nação, não dava certo. As rusgas e intrigas aumentavam dia a dia. As eleições mostraram a fragilidade do sistema eleitoral do Império. O gabinete era frágil, velho e sabia que não tinha mais como governar, nem com a câmara feita por ele mesmo. Os ministros retiravam-se.

¹²³² **Eleição de 1863 em Pernambuco por Filopemen.** Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1863, p. 51.

¹²³³ *Idem*, p. 52.

¹²³⁴ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império.** Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 444 – 445.

¹²³⁵ *Idem*, p. 447.

6.2 O ÚLTIMO GABINETE OLINDA

Quando se constituía a nova câmara, Olinda deixava o poder¹²³⁶. Aos 15 de janeiro de 1864, o 19º gabinete tomava posse. Zacharias de Góes e Vasconcellos presidia o conselho¹²³⁷. O novo ministério também era da Liga.

Aos 12 de novembro de 1864, Solano Lopez mandou apreender o vapor brasileiro “Marquês de Olinda”¹²³⁸. Parece, mesmo, ser, a inserção desse nome, em qualquer lugar, motivo gerador de desgastes. A partir desse evento, as coisas só piorariam nas relações Brasil – Paraguai, levando, de fato, à guerra, declarada em 27 de janeiro de 1865¹²³⁹. Aos 12 de maio, no meio do conflito, Olinda assumia a presidência do conselho de ministros, mais uma vez, acumulando a função com a pasta do Império. Jozé Thomaz Nabuco de Araújo vinha junto, na Justiça¹²⁴⁰.

O conservador conselheiro João Manoel Pereira da Silva observou Olinda em atividade. Sabia bem que “nunca, quaisquer que fossem as circunstâncias, recusava-se Araújo Lima ao serviço público.” Na verdade, o Marquês não deixava de lado qualquer condição de assumir os cargos oferecidos a ele. Apenas não recusava oportunidades de integrar-se ao poder. O observador prosseguia: “e o Imperador o considerava com razão personagem apropriada às ocorrências que exigissem uma tal qual suspensão de hostilidades de partidos; uma, por assim dizer interinidade governativa, até que os horizontes políticos se esclarecessem¹²⁴¹.” Pedro II buscava alguém comprometido em amenizar discórdias, e o Marquês, com a experiência de atravessar quase a vida inteira imerso na política, sabia dos jogos e jogadores. Ainda mais: era idoso, respeitado pela idade. Mesmo com as desconfianças em todos os lugares, existia a autoridade acumulada pela história da regência e ministérios encabeçados.

Aos 13 de maio de 1865 era apresentado o controverso programa de governo pelo presidente do Conselho. Afirmava: “A questão do dia é a guerra. Debelar essa guerra, guerra empreendida contra todos os direitos divinos e humanos, guerra inaugurada com a espoliação, o roubo e o assassinato, debelar uma tal guerra é o grande programa do governo¹²⁴².” Confiava, o Marquês, no “auxílio divino” e na “cooperação e coadjuvação da Assembléia Geral

¹²³⁶ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. op.cit.,p. 448.

¹²³⁷ **Organizações e programas ministeriais**. op.cit., pp. 135 – 136.

¹²³⁸ DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra** – Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia da Letras, 2013, p. 562. Para saber mais sobre a “Guerra do Paraguai”, fazemos a mesma indicação.

¹²³⁹ BARMAN, Roderick. **Imperador Cidadão** e a construção do Brasil. Op.cit., p. 289.

¹²⁴⁰ **Organizações e programas ministeriais**. op.cit., pp. 141 – 143.

¹²⁴¹ PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Memórias do meu tempo**. Op.cit., p. 346.

¹²⁴² **Organizações e programas ministeriais**. op.cit., p.141.

Legislativa”, além do “fervente patriotismo que se tem desenvolvido em todos os cantos do Império, mandando todas as classes da sociedade seus filhos para a sustentação da honra e dignidade nacional¹²⁴³.”

A fala do Marquês gerava um problema sem tamanho: onde estava a política? Os homens que subiam com ele ao ministério eram tão ambiciosos quanto aquele velho. Queriam as partes do poder. Pereira da Silva entendeu isso: “Politicamente não havia orientação do Governo, e cada um dos ministros reputou-se independente. Não entravam também no programa do Gabinete reformas de leis. Pretendia unicamente solicitar do corpo legislativo, meios necessários para a guerra¹²⁴⁴.” Ou seja: o ministério dava-se “sem orientação política uníssona.” Cada membro resolvia-se ao próprio gosto, e “desaparecia todo o acordo e harmonia¹²⁴⁵.”

No primeiro dia de setembro de 1865, o Visconde de Camaragibe escrevia ao amigo ministro Nabuco de Araújo. A situação daquele momento era estranha. Tudo desandava e a guerra corria solta. Não era bom momento para ninguém assumir, qualquer que fosse, pasta em ministério. Dizia: “Não creio que o deva felicitar pela sua entrada para o Gabinete¹²⁴⁶”. Ainda complementava: “[...] E por conseguinte a entrada do meu compadre para o Ministério não pode deixar de criar esperanças ao menos em Pernambuco aonde o seu merecimento é tão [...] reconhecido”¹²⁴⁷.

Mesmo Camaragibe permanecendo ao lado dos conservadores e levando o revés de Olinda, louvava o compadre Nabuco de Araújo como esperança para os pernambucanos alijados do poder. Mas, nenhum dos dois estava se entendendo muito bem com Olinda. Era o filho, naqueles arroubos de filial ternura e bajulação, quem exaltava a paternidade: “A presença de Nabuco ao lado de Olinda era, por si só, programa de tréguas políticas, porque não se podia desconhecer o sacrifício que ele fazia, o seu desapego do poder, a sua neutralidade entre

¹²⁴³ **Organizações e programas ministeriais**. op.cit., p.141.

¹²⁴⁴ PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Memórias do meu tempo**. Op.cit., p. 346.

¹²⁴⁵ Idem, p. 359.

¹²⁴⁶ Joaquim Nabuco cita esta missiva. NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.548.

¹²⁴⁷ IHGB. Coleção Senador Nabuco. DL 362.12. Não creio que o deva felicitar pela sua entrada para o Gabinete. Reconheço todo o peso da dificuldade com que terá de lutar no Brasil qualquer Governo, que queira governar; e por conseguinte o verdadeiro sacrifício com que um homem de sua posição e merecimento se resolve a aceitar uma pasta. Mas também reconheço que o Conselheiro Nabuco, a quem outrora chamei criador da situação ligueira, não poderá eximir-se da obrigação de mostrar quais eram as ideias, que desejava ver realizadas quando me respondia que não podia ser responsável pela situação nascente, que tinha desprezado as suas ideias. [Joaquim Nabuco citou essa missiva até aqui. NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.548.) Grifo original. No texto de Nabuco, desta edição, aparece em itálico.]

competições pessoais¹²⁴⁸.” Todavia, parece ser exatamente o contrário: a causa dos desentendimentos era os egos elevados e a disputa pelo poder.

Aos 22 de janeiro de 1866, Camaragibe oferecia novo diagnóstico do ministério e colocava-se quanto a descrença pessoal: “Demais vejo as cousas irem tão mau caminho que, me parece, que o verdadeiro mal está em mim, que estou velho e rabugento e sem compreender as doutrinas do progresso¹²⁴⁹.” O Visconde não aceitava o Partido Progressista, que, provindo da Liga, aparecia por volta de 1864¹²⁵⁰. Além do mais: deveria estar saudoso do poder: desde a dissolução da Câmara no anterior ministério Olinda, não voltou a pisar na Corte. Estava longe do centro das ideias e das maquinações.

Era, ainda, 26 de maio de 1865, quando o deputado Martinho de Campos levantava a voz na Câmara. Contrapunha-se à organização do ministério. Muitos nomes haviam renegado a presidência do conselho; mas, Olinda, aceitava, segundo ele, sem o dever. Colocava não poder contestar a capacidade e experiência dele. No entanto, “a posição de S. Ex. é tão superior a dos partidos, que se pode quase dizer que se assemelha a de um rei constitucional¹²⁵¹.”

Martinho de Campos não negava a história passada, de Olinda, e nem a recente, do ministério de 30 de maio, que colocou aquela câmara em vigência. Mostrava a importância e experiência de quem teria ocupado todos os cargos do Império do Brasil, podendo refletir-se como um “rei constitucional”. Mas, para o deputado, Olinda estava distante dos partidos: pairava sobre eles. Distanciava-se das rusgas eternas da Câmara querendo subir aos ministérios e não se fazia chefe de nenhum partido. Entretanto, devemos observar: Olinda era a pessoa de Pedro II naquele mar de desespero; e, sendo assim, ele era o chefe do Partido do Imperador. E, reflete Martinho de Campos, se não deu certo o próprio ministério anterior, encabeçado pelo mesmo senador, qual seria o motivo que levaria ao sucesso da nova formação, com a mesma câmara a qual ele fez sucumbir-se? Olinda não teria apoio de ninguém. Seria um moderador, um rei, no meio das brigas partidárias. No entanto, o deputado estava certo: Olinda não era mais de algum partido: era de quem desse mais, no meio da ânsia do poder: era de Pedro II.

Não só Martinho de Campos levantou-se contra o ministério. Em 1866, depois da série de cartas públicas endereçadas ao Imperador, “Erasmus” enviou uma ao presidente do conselho de ministros: o Marquês de Olinda. Todavia, o pseudônimo logo seria desvendado. Atrás do

¹²⁴⁸ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I.op.cit., p.551.

¹²⁴⁹ IHGB. Coleção Senador Nabuco. DL 362.12.

¹²⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Op.cit., p. 205.

¹²⁵¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Srs. Deputados. Terceiro Anno da Duodecima Legislatura. Sessão de 1865. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1865, p. 67.

nome do antigo escritor Erasmo de Rotterdan, aparecia o, também escritor, conservador, José Martiniano de Alencar.

Intrigou, sempre, a virada do filho para o lado conservador; posto, o pai, padre católico de Crato, unido à prima Ana Josefina Alencar, manter a vida de luta ao lado dos liberais. Enquanto davam-se os dias da revolução de 1817, foi o então subdiácono José Martiniano de Alencar quem se destinou como enviado ao Ceará, na função de agente secreto do novo governo, para tentar implantá-lo nas bandas de lá¹²⁵². Seguiu sendo um dos deputados brasileiros às Cortes, na década de 1820, além de ter derrubado o Marquês de Olinda da Regência em 1840 e assumido a presidência da Província do Ceará no mesmo ano¹²⁵³. José de Alencar, o romancista, nascido a primeiro de maio de 1829, teria, por registro, filiação natural, apenas materna¹²⁵⁴, pela condição sacerdotal paterna. Mais tarde, igual o clérigo, caminharia na política.

Alencar, filho, utilizou-se do artifício das cartas abertas para atingir os mais variados sujeitos. José Murilo de Carvalho ensinou que “a carta permitia, assim, um meio rápido, barato e eficiente de comunicação com o público¹²⁵⁵.” Ainda mais as abertas: “eram meio comum de participação no debate público no século XIX, sobretudo no Segundo Reinado¹²⁵⁶.” O remetente escolheu não colocar o nome de si. Ainda é Carvalho quem explica: “Tanto um como outro, pseudônimo e anonimato, eram aceitos como prática legítima [...]”¹²⁵⁷. Mas, “nos acanhados círculos da elite imperial, o segredo não resistia por muito tempo¹²⁵⁸.” Alencar permitiu-se dar o nome de Erasmo, lembrando Desiderius Erasmus ou Erasmo de Roterdã¹²⁵⁹, que, da mesma forma, era filho de sacerdote católico.

Em “Ao Marquês de Olinda”, o romancista esmerou-se na verve da ironia. Irritado por não ser escutado pelo Imperador, acusava o ministro pernambucano do desandar da carruagem brasileira, pelo esquecimento dado aos conservadores. Iniciava comparando Olinda aos monumentos, trazendo aos contempladores “um sentimento de calma e veneração, travado

¹²⁵² TAVARES, Francisco Muniz. **História da revolução de Pernambuco em 1817**. Recife: Cepe, 2017, p. 237.

¹²⁵³ Para saber mais da vida dos dois José de Alencar, consultar: VIANA FILHO, Luís. **A vida de José de Alencar**. São Paulo: UNESP/ Salvador: EDUFBA, 2008.

¹²⁵⁴ VIANA FILHO, Luís. **A vida de José de Alencar**. Op.cit.,p. 27.

¹²⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. Apresentação. In: ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. IX.

¹²⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. Apresentação. In: ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**.Op.cit.,p. X.

¹²⁵⁷ Idem, p. X.

¹²⁵⁸ Ibidem.

¹²⁵⁹ “Desiderius Erasmus, o grande humanista do século XVI, nascido em Roterdã em 1467 e falecido em Basileia em 1536, conhecido como Erasmo de Roterdã.” CARVALHO, José Murilo de. Apresentação. In: ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. X.

embora de certo ressaibo melancólico, exsudação do passado¹²⁶⁰.” Esse ressaibo, vestígio melancólico, trazia as suadas gotas do passado. E dizia: “Sois vós, Marquês, um monumento da pátria; múmia da história brasileira, que, em obediência aos antigos ritos, ainda espera, patente à admiração dos coevos, a marmórea pirâmide¹²⁶¹”.

Ora, a imagem de Olinda-monumento trazia as saudades do passado, de quando foi conservador não-ligueiro. Todavia, sendo múmia, já estava morto e esperava ser enterrado, conservado, esperando o tempo. A ironia de Alencar abundava na frase: “ordene Deus conceder-lhe compridos anos”: o homem já estava no alto dos 73, doente, bastante surdo. O autor o mandava, sim, apressar-se para desfazer a ruína obrada contra os conservadores. Assim, receava calcar “as cinzas de Vasconcellos, José Clemente, Paraná, e outros operários ilustres da grande obra de 1837¹²⁶²”. Ou seja: o “Retorno”, o embrião do Partido Conservador, organizado por Bernardo Pereira de Vasconcellos e ascendido pela regência de Olinda acabava-se por pó em obra do Marquês. E colocava: “Disse um dia Luís XVIII a seu ministro Talleyrand: ‘A ambição não envelhece¹²⁶³.’” E todos sabiam, sem segredos, ser, o Marquês, fruto da própria ambição: as subidas aos diversos ministérios, ao lado dos variados partidos, fazia parte do jogo da permanência no poder. Alencar, apenas, lançava aos quatro cantos o assunto que deveria consumir-se, com as bebidas e comidas, às mesas; e nas ruas, como as solas dos sapatos e as passadas.

Alencar ia desfiando imenso rosário enquanto indicava a história de Olinda: o ilustre passado conservador contra o presente de ninguém. Mostrava que durante o reinado do Pedro I - quando assumiu o Ministério do Império, aos 14 de novembro de 1823 e deixando no dia 17, por dizer-se incapaz - “na robustez da idade, quando o espírito se arroja, apareceis na História do Brasil dando um testemunho admirável de abnegação e modéstia. Retiraste do ministério, impelido pela convicção da própria insuficiência¹²⁶⁴.” E prossegue: “Mais tarde, chamado de repente a alta magistratura da regência, vos cercastes de brasileiros eminentes”, ou seja, dos regressistas. “Repousando na imparcialidade das altas funções, deixastes que os obreiros gloriosos trabalhassem na restauração do princípio da autoridade¹²⁶⁵”: que destruíssem a obra dos proto-liberais da descentralização. Mas, “quando, em 1863, ressurgistes dos limbos de uma pasmosa mistificação, os conservadores não estavam em seu posto de honra para resistir-vos.

¹²⁶⁰ ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. 243.

¹²⁶¹ Idem.

¹²⁶² ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. 244.

¹²⁶³ Idem, p.245.

¹²⁶⁴ ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. 248.

¹²⁶⁵ Idem, p. 248.

Travastes da acha ministerial para devastar o partido estremecido¹²⁶⁶”, desfazendo a câmara de maioria conservadora, chamando novas eleições, e a entregando aos ligueiros. E prosseguia:

Deveis sentir, Marquês, imenso gáudio contemplando vossa obra. Enchestes com o vosso nome o livro do segundo reinado: rara é a página em que não figure ele no alto. Estreastes regente; era natural que acabásseis vice-rei. Poder moderador responsável, cobrindo o poder moderador irresponsável, representais o tronco rugoso e vetusto de oculta e possante estirpe.

Quem o dissera?

O ancião, carregado de anos, mais velho que o século e o império já fatigado das lutas ardentes, sobrepujou uma plêiade de varões fortes, ainda robustos na idade e talento. Enquanto estes truncavam por um pânico incompreensível o livro de sua vida ilustre, o ancião abriu nova era a uma existência que parecia já selada, como um testamento, para a história. [...] Vosso orgulho deve estar satisfeito; mas a consciência há de ter sofrido lanhos profundos, daqueles que nunca cicatrizam¹²⁶⁷.

Realmente, o ministro pernambucano era de incrível longevidade. Passou por todos os maiores cargos do Império. Sendo nascido em 1793, era mais velho que o Oitocentos e o Império. Todavia, Alencar atribui ao Marquês o epíteto de “vice-rei”, podendo carregar várias conotações. A presidência do conselho de ministros trazia, ao que assumia esse título, a responsabilidade de organizar as pastas ministeriais ao lado do Imperador. Tinha certa independência política, mesmo todos sabendo ser, Olinda, pau mandado de Pedro II em diversos momentos. Mantinha-se o ministério por ordens dele. Por isso, o presidente do conselho de ministros era colocado cobrindo o “poder moderador irresponsável”. No entanto, há outra interpretação. Alencar era jurista, estudou as leis e as conhecia: poderia estar associando o termo ao antigo uso, como observou, as funções, Antonio Hespanha: “De acordo com a doutrina jurídica do Antigo Regime, os vice-reis (vicários do rei) possuíam um poder extraordinário [...]. Como o próprio rei, eles poderiam derogar leis para melhor cumprir os objetivos estratégicos de suas missões¹²⁶⁸”.

Como Alencar colocou ser ele anterior ao Império, deveria estar fazendo alusão a esse uso do termo. Devemos lembrar, também, que corria no parlamento, pela década de 1850, ter Olinda dito desobedecer ao rei para melhor servi-lo. Ou seja: melhor alusão a este episódio, não havia. Postava-se independente ante os atos do rei, desobedecia, sempre o servindo e baixando a cabeça quando dava. Nabuco usou termo muito parecido para definir Olinda, talvez, inspirado

¹²⁶⁶ ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. 249.

¹²⁶⁷ Idem, pp. 249 – 250.

¹²⁶⁸ HESPANHA, Antonio Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na trama das redes** – Política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 60.

nas “Cartas de Erasmo”: “Da sua situação de Regente ficara-lhe um orgulho natural de ser o primeiro cidadão abaixo do Imperador, uma espécie de vice-imperador permanente [...]”¹²⁶⁹.” O “título” deveria ser de uso corrente naquele momento. Se Nabuco o utilizou mais tarde, deve ter escutado até dentro de casa, o uso, pelo pai, pejorativamente.

Alencar continuava, bradando contra o Marquês de Olinda: “Fazem trinta anos que congregastes ao redor do trono o Partido Conservador; e o país foi salvo. O instrumento de salvação, o mesmo que serviu em 1837, aí jaz atirado ao pó e desdenhado. É o grande Partido Conservador, numeroso até na imobilidade, forte ainda no abandono”¹²⁷⁰.

No fim das contas, Alencar segue de perto as críticas feitas pelo Monsenhor Pinto de Campos em 1863. E também se utiliza dos mesmos artifícios: lembrar o passado regencial para anular o presente progressista e ligueiro, fazendo-o perguntar-se como deseja ser lembrado no futuro. É essa junção entre os tempos, não muito distantes, que põe em dúvida as ações de Olinda e o faz perceber, vergonhosamente, traidor da causa inicial. Se Alencar revela, glorioso, o passado do Marquês, assim, anula o ontem familiar e as trajetórias de vida do pai-padre, que, inclusive, derrubou Olinda daquele lugar afagado pelo redator, da avó Bárbara de Alencar, revolucionária de 1817, e do tio Tristão. O romancista busca escrever outra história para si.

Ao contrário dos 30 anos passados da regência, dez anos foram os do primeiro ministério Olinda, próximo da Conciliação. Portanto, “dez anos de calamidades, dez anos, o período fatal de grandes catástrofes que a história comemora, a quarta parte da nossa existência dissipada, podem ser por vós resgatados nobremente em uma fração mínima de tempo”¹²⁷¹.” Assim, “dez minutos de abnegação, Marquês, por aqueles dez anos de ambição! O país não exige muito. Uma palavra de conselho ao monarca por tanto desperdício do poder; e, em compensação, a serenidade da consciência e a gratidão nacional”¹²⁷².” Para Alencar, saindo Olinda do ministério e convencendo Pedro II ao retorno dos conservadores, tudo se poria ao normal. E ordena ao presidente do conselho: “Recolhei no íntimo de vossa alma, como em um claustro, longe do burburinho e da miséria do mundo: conversai na solidão com as vozes íntimas; elevai-vos à esfera superior onde a mente se despoja das vestes manchadas ante o olhar da divindade”¹²⁷³.” Mas, Olinda não parece ter dado importância ao clamores do redator.

Não só externamente aconteciam problemas a Olinda. Internamente, também, os ministros não se entendiam. O Imperador relutava nas demissões. Segundo Joaquim Nabuco,

¹²⁶⁹ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit., p. 122.

¹²⁷⁰ ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Op.cit., p. 252.

¹²⁷¹ ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Op.cit, p. 253.

¹²⁷² Idem.

¹²⁷³ Ibidem.

“ele mostrou até o fim interesse em conservar esse gabinete”. Ainda mais: “Agradava-lhe talvez a imparcialidade, a sobrançeria ao móvel exclusivamente político¹²⁷⁴.” Parece estarem enganados tanto Nabuco quanto Pedro II. Não havia imparcialidade em ministério: o resultado era utópico. Qualquer manobra política tem intenção de uso. Além do mais: era ministério que reunia sem-número de desconfiados: “são diversas cabeças pensantes; mais ainda, são espíritos prevenidos uns contra outros e que contraem o hábito de contradizer-se, próprio de toda convivência forçada¹²⁷⁵.” Desde a década de 1850 era bem sabido ter, Olinda, desavenças diretas com Nabuco de Araújo. O monsenhor Pinto de Campos colocou, em missiva, a Camaragibe, que, segundo Olinda, “Nabuco é um cancro que Pernambuco tem nutrido em seu seio¹²⁷⁶”. Mas, o filho, suavizando os problemas, disse: “[...] Nabuco sentia-se incompatível com o marquês de Olinda. [...] O fato é que Olinda era o sobrevivente de uma época que em nada se assemelhava à que ele agora presidia [...] como agulha do trem em movimento, ele não podia mais servir.” E ainda completava:

Olinda, como em 1848, como em 1857, como em 1862, guardava na presidência do Conselho apenas o veto, mantinha-se pela sua surdez e pela sua idade fora do movimento. O seu papel limitava-se a moderar, regular a andadura do ministério; com o passo que lhe marcasse, podia tomar o caminho que preferisse, que ele de bom grado se deixaria levar¹²⁷⁷.

Não parece ser, essencialmente, esse, o pensamento de Nabuco de Araújo. O expresso por Joaquim Nabuco deveria ser o próprio sentimento de quem, com certa distância no tempo, observava o passado recente. Mas, a intenção carregada no texto, deveria ser, a do protagonismo paterno: retirava de Olinda a força do ministério para entregá-la ao pai, colocando o presidente do conselho como mero mediador. Os dois Nabuco deveriam saber não ser bem assim. Até pelo fato de, em 1848, Olinda apresentar-se com 55 anos; em 1857, 64 e em 1862, 69. Claro que a surdez dificultava os passos ministeriais. Todavia, é evidente não ser lá tão idoso em 1848 ou 1857. O argumento da velhice pode ser usado para os anos a partir de 1865, claramente. Aí, Olinda já estava no fim do caminho. Talvez desse alguma cartada ou outra. Mas, não era mais o mesmo, nos aspectos físicos e políticos.

Mais um problema ministerial: enquanto Olinda aproximava-se de outros sujeitos, em Pernambuco, Nabuco mantinha-se atrelado as jogatinas cavalcantistas, conservadoras. Se

¹²⁷⁴ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit., p.610.

¹²⁷⁵ Idem, p. 613.

¹²⁷⁶ IAHGP. AVC. Caixa 1. **Carta do Monsenhor Pinto de Campos ao Visconde de Camarabibe**. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1855.

¹²⁷⁷ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit., p. 672.

Nabuco foi o grande articulador da situação ligueira, continuava fincado nas bases conservadoras do Visconde de Camaragibe¹²⁷⁸. Para Joaquim Nabuco, o pai “não desejava pressão oficial dos ligueiros contra eles [Cavalcanti] nem contra os antigos liberais¹²⁷⁹.” Nesse processo, se complicavam as relações entre os ministros. Ainda mais quando a oposição dava a José Thomaz Nabuco de Araújo “o desejo de substituir Olinda¹²⁸⁰”. Mesmo o filho tendo redigido: “Nabuco só tinha uma aspiração, desde 12 de maio de 1865: tornar às suas consultas de advogado, à sua ferramenta¹²⁸¹”, parece o boato ter fundamento. Pinto de Campos entrega essa dita a Nabuco: “Os *ligueiros* escreveram de lá que você se fazia com terra de organizar outro ministério¹²⁸²”, mas, Olinda estava a miná-lo. E com toda a capacidade de crítica e fofoca possível, depois de todo o palavreado lançado contra o Marquês, o monsenhor o chamava “jenipapo velho de Olinda”¹²⁸³. Ou seja: sujeito enrugado, bom para uso quando cai do pé. E, naquele momento, era o desejo de todos os conservadores: a brusca saída de Olinda do poder.

O próprio Pedro II ia se afastando do Marquês. Ia tornando-se difícil trocar ideias com o velho surdo. Ainda em 1866, o Imperador encaminhou, a Olinda, projetos para o fim da escravidão. Segundo Barman, “a petição provocou considerável debate dentro do gabinete¹²⁸⁴.” Além disso, “um dos ministros chegou ao ponto de elaborar um projeto de lei declarando livres os filhos de mães escravas nascidos a partir de 1º de janeiro de 1867¹²⁸⁵.” Parece que todos os ministros eram concordes em levar um projeto de lei para a liberdade dos cativos à Câmara. Olinda fora contra¹²⁸⁶. Lembrou Nabuco: “Olinda não queria reforma alguma nem despesa nova. O fato é que, chefe liberal, ele voltava a ser mais conservador do que quando era chefe do partido Conservador¹²⁸⁷.” Como o senso comum costuma refletir que na velhice afloram-se todas as características mais verdadeiras, talvez fosse o ocorrido com Olinda: depois de muito idoso, voltava-se para atitudes do passado, com os pés fincados em alianças com parte dos liberais, todavia, sendo o conservador de sempre. Assim, ele ia sendo afastado do poder, aos poucos.

Pereira da Silva, lembrando aqueles dias, disse: “Contava, de mais a mais, Araújo Lima perto de oitenta anos de idade, percebia-se necessitado de repouso. Resolveu deixar o poder, e

¹²⁷⁸ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit., p.672.

¹²⁷⁹ Idem.

¹²⁸⁰ Ibidem, p. 673.

¹²⁸¹ Ibidem.

¹²⁸² Ibidem, 673, nota 3. Com itálico do texto.

¹²⁸³ Ibidem.

¹²⁸⁴ BARMAN, Roderick. **Imperador cidadão**. Op.cit., p. 300.

¹²⁸⁵ Idem, pp. 300 – 301.

¹²⁸⁶ Ibidem p. 301.

¹²⁸⁷ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Op.cit., p. 677. Nota 14.

em fins do mês de julho solicitou do Imperador a dissolução do Ministério¹²⁸⁸.” Desta feita, o gabinete de 12 de maio de 1865 dava lugar ao 22º, de 3 de agosto de 1866, encabeçado por Zacharias de Góes e Vasconcellos na presidência do conselho.

O Marquês de Olinda retornava ao Senado, depois do último gabinete a prestar-lhe assento. Todavia, entre as décadas de 1850 e 1860, seria aclamado e odiado entre liberais e conservadores. O período da regência seria lembrado por ambos os lados, o utilizando ao bel prazer: pedido de retorno à antiga situação, pelos conservadores; e expurgo dos tempos idos, dos liberais. No entanto, os anos entre 1837 e 1840 são os mais afeitos. Jamais Olinda seria separado da imagem do regente, vice-rei, vice-imperador. E, parece, ele mesmo, assumir-se assim. Entretanto, era inegável a habilidade do manejo das armas do poder. Mesmo surdo e velho, Olinda subia movido pela ambição. E a dúvida persiste: surdez política ou física? Parece ser, bem, um misto das duas.

¹²⁸⁸ PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **Memórias do meu tempo**. Op.cit., 361.

7 EPÍLOGO: MACHADO DE ASSIS E O MARQUÊS DE OLINDA: A POLÍTICA ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE

Joaquim Maria Machado de Assis é conhecido, no Brasil, como o escritor de diversas obras literárias. Não passa despercebido, pela maioria do público leitor brasileiro, o misterioso caso de Bentinho e Capitu, narrado em “D. Casmurro”; nem menos intrigante é o defunto-autor das “Memórias Póstumas de Brás Cubas”. O mercado editorial tem republicado, exaustivamente, a obra do “Bruxo do Cosme Velho”. Nascido em 1839, era fascinado pela política. John Gledson¹²⁸⁹ propõe: o interesse machadiano estava atrelado ao ponto “onde a política se transforma em história¹²⁹⁰”.

O fundador da Academia Brasileira de Letras (ABL) conheceu o Marquês de Olinda. O viu no Senado; presenciou os discursos e apartes. Tomou nota dos gestos e silêncios. Em curto texto – “O Velho Senado” - descreveu aquele político já velho, cheio de achaques, entretanto, firme nas respostas aos adversários. Sem ser escrito literário, é o cronista-memorialista Machado de Assis quem fala. No entanto, não esqueceria as críticas a Olinda na literatura. Aqui, apresentaremos dois desses exemplos: “Esaú e Jacó”, seu penúltimo romance, e o conto “Galeria Póstuma”.

Como Machado de Assis compreendeu bem a vida política do Brasil Imperial, e a viveu, o tomamos por guia, nesse texto. Algumas informações repassadas em suas obras nos fazem refletir sobre a política de Olinda, além de pensarmos o questionamento: quem era o Marquês de Olinda? Nesse epílogo, iremos apresentar essa relação do escritor com o político, a linha tênue atravessada entre a literatura e a realidade.

Na década de 1860, Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, já havia sido tudo o que poderia ser no Império do Brasil. Calçou longa estrada, de cargo em cargo, desde a década de 1820, nas Cortes de Lisboa, passando pela deputação geral, Senado, Ministérios, Conselho de Estado, Regência. Parece ter falado pouco; talvez, por estratégia política e treinamento jurídico.

Ainda aos 28 de outubro de 1857, era representada a peça teatral “O Rio de Janeiro, verso e reverso” do escritor e político cearense, filho do padre Alencar, José Martiniano de Alencar, no Teatro do Ginásio Dramático, no Rio de Janeiro. Uma das cenas da representação

¹²⁸⁹ Além de John Gledson, que é crítico literário, muitos historiadores se aproximaram dos estudos machadianos. Para citar alguns: CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío**. Política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883 – 1886). Campinas: Unicamp, 2016.

¹²⁹⁰ GLEDSON, John. Casa Velha: Um subsídio para melhor compreensão de Machado de Assis. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Casa Velha**. Rio de Janeiro: Garnier, 1999, p.31.

se passa em diálogo ocorrido entre o jovem estudante paulista que visitava a Corte, Ernesto, e sua prima, Júlia. A parenta reclama um “cale a boca” a Ernesto. De pronto, responde: “Estou mudo como um governista¹²⁹¹.” Se bem observarmos, era neste mesmo ano, aos 4 de maio, que o Marquês de Olinda subia à presidência do conselho, no 13º gabinete, findado a 12 de dezembro de 1858¹²⁹². Talvez a frase colocada na boca de Ernesto seja alusão aos repetitivos silêncios do Marquês. A “Revista Ilustrada” apresentou, em 1883, a “Pequena Chronica” sobre as tantas interpelações a tomarem a Câmara. E se perguntava o articulista: “Quer isso dizer que o nível intelectual subiu na Câmara, que temos ouvido profundos e bem meditados discursos? Não, nada disso¹²⁹³.” E acrescentava:

Felizmente, como a propagação do mal aguça a terapêutica, o Sr. Lafayette adotou contra as interpelações o sistema do marquês de Olinda. Interpelado veementemente por um deputado sobre três questões, o velho estadista respondeu: - Quanto a primeira pergunta, sim; a segunda, não; e quanto a terceira, o governo toma-la-á em consideração. E sentou-se. Assim também faz o Sr. Conselheiro Lafayette, e vai imitando o seu colega do império¹²⁹⁴.

Os gestos e o modo de se portar no Parlamento, dessa forma, ainda eram lembrados mais de uma década após vir a falecer. Talvez o pouco falar viesse da surdez a se alastrar cada vez mais. Taunay lembrou, em 1870, em discurso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), de quando o Marquês de Olinda assumiu o ministério de 12 de maio de 1865:

Setenta e dois anos para ele haviam já soado; setenta e dois anos que curvavam para a terra o seu corpo, mas não dobravam a altaneria de seu espírito; setenta e dois anos que faziam tremer-lhe as mãos, aumentavam a surdez, de que padecia há muito, mas deixavam o entendimento desembaraçado no giro de infindas preocupações¹²⁹⁵.

Envelhecia e ensurdecia. Deveria ser complicada a vida pública de um político a escutar com dificuldades. Se, nos dias hodiernos, o preconceito bate à porta de qualquer sujeito com alguma diferença nos sentidos, o Marquês de Olinda deve ter sofrido tanto quanto, ou, a posição política apagava esse problema. Muitos devem ter se perguntado como um surdo atingiu tão

¹²⁹¹ ALENCAR, José de. O Rio de Janeiro, verso e reverso. In: ALENCAR, José de. **Comédias**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.67.

¹²⁹² **Organizações e programas ministeriais**. Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, pp. 117 – 119.

¹²⁹³ HEMEROTECA DIGITAL, **Revista Ilustrada**, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1883, Nº 345.

¹²⁹⁴ Idem.

¹²⁹⁵ TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle. Discurso do Orador o Sr. Dr. Alfredo D’Escragnolle Taunay. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil**. Tomo XXXIII, Parte Segunda. Rio de Janeiro: Garnier, 1870, p. 448.

altas honorárias. Talvez, daí, venha a explicação da dúvida de alguns sobre a surdez. Narrou Joaquim de Sousa Leão Filho:

Embora pública e notória, alguns teimavam em nela (a surdez) não acreditar. Como Olinda gostasse de suas partidas de voltarete, Cascudo refere, a propósito, divertida anedota, ouvida por Afonso Taunay de Martim Francisco. Jogando o marquês certa vez em casa do amigo Abrantes, sussurra-lhe sorridente o anfitrião: “Vê lá como jogas velha besta!”. Olinda não se dá por achado, mas, ganha a partida, pergunta-lhe impassível: “Então, seu Abrantes, o velho besta jogou bem?”. Ao que o outro exclama bem humorado: “Sempre desconfiava que você só era surdo quando lhe convinha, e acertei!”¹²⁹⁶.

A narrativa até parece anedótica. No entanto, pode ser verdadeira. Não era fácil acreditar nessa deficiência para os contemporâneos. Até Pedro II reclamou dela. Em comentários manuscritos – coligidos e publicados por Max Fleiuss - ao livro do conselheiro Tito Franco de Almeida “O Conselheiro Francisco José Furtado – Biografia e estudo de História política contemporânea”, publicado em 1867, o Imperador disse: “O Olinda por ser surdo e não poder discutir facilmente, poucas vezes ficava até ao fim do despacho, acrescentando andar ele adoentado¹²⁹⁷.” Falava, o monarca, do 21º gabinete, aquele mesmo citado por Taunay, que ladeava Olinda com Nabuco de Araújo, Paula e Souza, dentre outros¹²⁹⁸. Era um Pedro de Araújo Lima surdo, velho e doente. Sisudo e ranzinza.

Mas, foi Joaquim Maria Machado de Assis quem conseguiu fazer, em breves linhas, resumo da postura do Marquês de Olinda idoso. Em 1898, no texto “O Velho Senado”, o “bruxo do Cosme Velho” descreveu o Senado da década de 1860. Expusera: “uns, como Nabuco e Zacharias, traziam a barba toda feita; outros deixavam pequenas suíças, como Abrantes e Paranhos, ou, como Olinda e Euzébio, a barba em forma de colar; raros usavam bigodes, como Caxias e Montezuma...¹²⁹⁹” Ia detalhando cada senador, a forma da chegada ao prédio, as pompas, as maneiras do falar e os gestos. Pronunciava-se sobre o Marquês de Abrantes: “De Abrantes dizia-se que era um canário falando. Não sei até que ponto merece a definição; em verdade achava-o fluente, acaso doce, e, para um povo mavioso como o nosso, a qualidade era

¹²⁹⁶ LEÃO FILHO, Joaquim de Sousa. O Marquês de Olinda. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 291, abril – junho de 1971, p.139.

¹²⁹⁷ FLEIUSS, Max (org.). Notas do Imperador ao livro do conselheiro Tito Franco de Almeida sobre “O Conselheiro Francisco José Furtado, coligidas por Max Fleiuss.”. in: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo LXXVII, parte I, 1915, p.284.

¹²⁹⁸ **Organizações e programas ministeriais**. op.cit., p. 141 – 143.

¹²⁹⁹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O Velho Senado. In: **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro: Sociedade – Revista Brasileira, Tomo décimo quarto, 1898, pp. 257 – 271, p. 261.

preciosa; nem por isso Abrantes era popular¹³⁰⁰.” E por citar a impopularidade, descrevia Olinda:

Também não o era Olinda, mas a autoridade deste sabe-se que era grande. Olinda aparecia-me envolvido na aurora liberal ou << situação nascente >>, mote de um dos chefes da liga, penso que Zacharias, que os conservadores glosaram por todos os feitios, na tribuna e na imprensa. Mas não deslizemos a reminiscências de outra ordem; fiquemos na surdez de Olinda, que competia com Beethoven nesta qualidade, menos musical que política. Não seria tão surdo. Quando tinha de responder a alguém, ia sentar-se ao pé do orador, e escutava atento, cara de mármore, sem dar um aparte, sem fazer gesto, sem tomar uma nota. E a resposta vinha logo; tão de pressa o adversário acabava, como ele principiava, e, ao que me ficou, lúcido e completo¹³⁰¹.

Machado de Assis era mais um a colocar em dúvida a surdez do Marquês de Olinda. Do político, ainda falou em outras obras, da forma de “Esaú e Jacó”. No livro de 1904, o penúltimo de sua pena, o presidente da Academia Brasileira de Letras escreveu o capítulo XLVII sob o título “S. Matheus, IV, 1- 10”. Nele, fazia referência direta à narrativa do primeiro evangelho sinótico¹³⁰². O redator do livro de Mateus narra, em 10 versículos, a tentação sofrida por Jesus, no deserto, pelo demônio, depois de 40 dias de fome¹³⁰³. Para Hilário de Poitiers, “na tentação (o diabo) o propõe a realização de uma obra mediante a qual poderia conhecer (...) a força do seu poder¹³⁰⁴.” Em Machado de Assis, o diálogo entre Batista – um conservador – e a esposa, D. Cláudia, também trata da mesma temática. Batista, em jejum de cargos, esperava por uma presidência de Província, justo quando os adversários liberais ascendem no jogo político. D. Cláudia, fazendo, aqui, as vezes do diabo, tenta o marido de todas as formas. Coloca as suas ideias serem liberais e manda Batista procurar os amigos do ministério. Como já disse Gledson, “as especulações políticas e históricas de Machado muitas vezes são assim ocultas e implícitas¹³⁰⁵”, levando as contas do texto “Casa Velha”. Aqui, a situação é mais explícita. Podendo perceber-se na seguinte citação:

A sós consigo, Batista pensou muita vez na situação pessoal e política. Apalpava-se moralmente. Cláudia podia ter razão. Que é que havia nele propriamente conservador, a não ser esse instinto de toda criatura, que a ajuda a levar este mundo? Viu-se conservador em política, porque o pai o era, o tio, os amigos da casa, o vigário da

¹³⁰⁰ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O Velho Senado. In: **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro: Sociedade – Revista Brasileira, Tomo décimo quarto, 1898, pp. 265 – 266.

¹³⁰¹ *Ibidem*, p. 266.

¹³⁰² Sinóticos são os 3 primeiros evangelhos (Mateus, Marcos e Lucas) por apresentarem variadas semelhanças.

¹³⁰³ Para conferir o texto bíblico, indica-se a tradução do Evangelho de Mateus contida na Bíblia de Jerusalém. Evangelho Segundo São Mateus. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2011, pp. 1708 – 1709.

¹³⁰⁴ POITIERS, San Hilario de. **Comentario al evangelio de Mateo**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2010, p. 23.

¹³⁰⁵ GLEDSON, John. **Machado de Assis – ficção e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 49.

paróquia, e ele começou na escola a execrar os liberais. E depois não era propriamente conservador, mas *saquarema*, como os liberais eram *luzias*. Batista agarrava-se agora a estas designações obsoletas e deprimentes que mudavam o estilo aos partidos; donde vinha que hoje não havia entre eles o grande abismo de 1842 e 1848. E lembrava-se do visconde de Albuquerque ou de outro senador que dizia em discurso não haver nada mais parecido com um conservador que um liberal, e *vice-versa*. E evocava exemplos, o partido progressista, Olinda, Nabuco, Zacharias, que foram eles senão conservadores que compreenderam os tempos novos e tiraram às ideias liberais aquele sangue das revoluções, para lhes pôr uma cor viva, sim, mas serena¹³⁰⁶.

Nos dois textos, Machado de Assis agrupou Olinda junto a Zacharias de Góis e Vasconcellos, fazendo questão de lembrar, em ambos, o problema do envolvimento na “aurora liberal”. O Marquês de Olinda era um reconhecido militante conservador, que ia transitando entre outros grupos, aos poucos, acordando com a conveniência de cada tempo. E parece: é essa a vontade do romancista: demonstrar a passagem de um partido a outro como um nada ideológico. Concordamos com Gledson quando informa:

Parece provável, se podem ser deduzidas desse trecho opiniões mais detalhadas, que Machado tenha visto a tendência a mudar de partidos, inaugurada pelo primeiro Ministério da Conciliação, como algo que, na sua origem, pode ter tido uma certa importância e função, mas que se tornou um hábito degradante e humilhante, afastando a política do necessário contato com as ideias (...) para tão-somente reduzi-la a uma indigna escalada para o poder¹³⁰⁷.

Assim, ambas as peças literárias ganham sentido de continuidade, onde, não ingenuamente, Machado de Assis leva o leitor a perceber sujeitos trocando de postura pública quando lhes é conveniente: nesse caso, o Marquês de Olinda serve, a ele, de exemplo bem colocado. Ainda mais, a surdez do político pernambucano surgindo no formato de “qualidade, menos musical que política” indica, também, a observação de Machado para com o homem público a não escutar ninguém, apenas a si, deixando de lado os vislumbres da proximidade liberal e sendo o conservador internalizado de sempre, mesmo fazendo conchavos com quem aparecesse. Nesse caminho, o menino que nasceu no Engenho Antas, então ancião, seguia a política não partidária, entretanto, dos projetos pessoais.

¹³⁰⁶ Nesta citação nos utilizamos de duas edições do mesmo texto. 1. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Esau e Jacob**. Rio de Janeiro/ Paris: H. Garnier, 1904, pp. 143 – 144. Acessada em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00204600#page/7/mode/1up>, aos 15 de setembro de 2016. 2. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Esau e Jacó. In: **Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis** – volume 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, pp. 94 – 95. A edição 1 é a primeira edição do texto. Tanto a 1 como a 2 trazem “saquarema” e “luzias” em itálico. Todavia, a 1 vem com “vice-versa” em itálico, e preferimos manter. A edição 2 finda a última frase da citação com interrogação; a 1, com ponto final. Preferimos manter como a edição original, da mesma forma que Gledson cita na página 222 da obra referenciada logo acima.

¹³⁰⁷ GLEDSON, John. **Machado de Assis** – ficção e história. Op.cit., p. 222.

No ano de 1884, Machado de Assis publicou mais um livro de contos. Alguns dos textos já possuíam luz anterior na imprensa. Em “Histórias sem data”, o escritor republicou a “Galeria Posthuma”, primeiramente impressa no periódico “Gazeta de Notícias”, viria ocupando as duas últimas colunas da primeira página e as duas primeiras da segunda, da edição número 214, da quinta-feira 2 de agosto de 1883. De enredo – aparentemente – simples, trata da vida da personagem Joaquim Fidelis e leitura de seu diário pelo sobrinho Benjamim, após a morte do tio, em 1879.

O narrador descreve Fidelis:

Joaquim Fidelis tinha sido deputado até a dissolução da câmara pelo marquês de Olinda, em 1863. Não conseguindo ser reeleito, abandonou a vida pública. Era conservador, nome que a muito custo admitiu, por lhe parecer galicismo político. *Saquarema* é o que ele gostava de ser chamado. Mas abriu mão de tudo; parece até que nos últimos tempos desligou-se do próprio partido, e afinal da mesma opinião. Há razões para crer que, de certa data em diante, foi um profundo cético, e nada mais¹³⁰⁸.

Machado de Assis coloca Fidelis no mesmo patamar de Batista em “Esaú e Jacó”. Talvez, o texto de 1904 tenha relações com o de 1883. Diz o autor: “E depois não era propriamente conservador, mas *saquarema...*”, para o marido de D. Cláudia. Aqui, “*Saquarema* é o que gostava de ser chamado”. Ao que parece, o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras encontrava nos termos “saquarema” e “luzia” a identificação da flexibilidade política através dos interesses. Até pela causa de esses grupos irem sendo misturados, aos poucos, e perderem suas características de conservadores e liberais da década de 1840 e início da de 1850. Fidelis ia sendo traçado como o sujeito político do Oitocentos brasileiro. Pela ficção, Machado de Assis compunha traços da realidade, ajuntado a personagens reais da política, como o Marquês de Olinda.

A citação de 1863 não é sem propósito. Como nos ensinou José Murilo de Carvalho,

O velho conservador e antigo regente, Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, depois de dissolver a Câmara, resolveu intervir nas eleições em favor dos dissidentes [conservadores herdeiros de Paraná] e dos liberais históricos, fazendo eleger uma legislatura dominada por esses dois grupos¹³⁰⁹.

¹³⁰⁸ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Galeria póstuma. In: GLEDSON, John (org.). **50 contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 221.

¹³⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. Apresentação. In: ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: ABL, 2009, p. XIII.

Fidelis, representando os conservadores, no conto, indica a fúria destes para com Olinda, assim: “desligou-se do próprio partido, e afinal da mesma opinião.” Ainda mais: o gabinete de 1863 é o chamado “dos velhos”. Iniciando aos 30 de maio de 1862, só findaria em janeiro de 1864. Em 1863, ele se conformaria com o Marquês de Olinda por presidente do Conselho e Ministro do Império, Cansansão de Sinimbu na Justiça, Marquês de Abrantes nos Estrangeiros, - até 8 de abril – o Visconde de Albuquerque, na Fazenda, que logo faleceria, e assumiria, a pasta, Abrantes. Na Marinha Raimundo de Lamare, na Guerra Antonio Manoel de Mello e na Agricultura Pedro Bellegarde¹³¹⁰. Mas, 1863 também representava dez anos do gabinete de 1853, encabeçado por Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, que daria início à Conciliação. No entanto, falecia – Paraná - aos 3 de setembro de 1856, sob intrigada citação do Marquês de Olinda - que teria criticado a política de então, no Senado, - de “ceticismo”, como indicou Macedo: “Na noite de 2 de setembro o marquês de Paraná abatido de forças, e delirante pronunciou suas últimas palavras já entrecortadas e sem nexos: <<Scepticismo..... o nobre senador..... patria.....liberdade.....¹³¹¹>>” Talvez se referindo a esse episódio, Machado de Assis incluía ser, Fidelis, um cético, mas, agora, o ceticismo era contra Olinda, pervertendo a indicação do Marquês de Olinda do caso Paraná.

Ainda em 1862, da primeira formação do 18º gabinete, a “Semana Ilustrada” já trazia crítica mordaz:

O império do Brasil tem andado a fazer experiências ministeriais, entregando-se aos cuidados de estadistas de todas as idades, e cada vez se acha mais atrapalhado. Neste ano, quis confiar-se ao zelo de mocetões de bom gosto; estes, porém, no fim de três dias caíram pela escada ministerial abaixo. Passou dos mocetões a um ministério composto em sua maioria de velhos de sessenta anos, dignos representantes do século passado. Se este gabinete ainda não provar bem, é de crer que se arranje um de sete meninos ainda cueiros; e nem por isso será preciso aumentar as despesas públicas com aluguel de sete amas de leite para suas excelências de cueiros; porque a vaquinha do estado, que tem dado de mamar a tantos excelentíssimos tamanhões ao mesmo tempo, também poderá amamentar os excelentíssimos nenês¹³¹².

Todavia, ao longo do texto, Machado de Assis demonstra toda a hipocrisia do personagem. Joaquim Fidelis era figura infiel e irônica, - contrastando com o nome “Fidelis” - que agregava a si, através de favores, uma plêiade de sujeitos com os quais era cortês apenas para o uso. Como assim é a vida política. Fidelis era a pintura do político Oitocentista. Na

¹³¹⁰ **Organizações e programas ministeriais.** op.cit., pp. 130 – 133.

¹³¹¹ MACEDO. Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro.** Terceiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, p. 23. Acessado em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01064430#page/1/mode/1up>.

¹³¹² HEMEROTECA DIGITAL. **Semana Ilustrada.** Rio de Janeiro, 13 de junho de 1862, Nº 79.

verdade, ia pelas oportunidades: era um fingidor. Ao que parece, o escritor, mais uma vez, faz a crítica a passagem aleatória de lados partidários. Criticando, inclusive, o Marquês de Olinda: o político mais citado, nominalmente, na publicação. Misturando a ficção aos traços da realidade, Machado de Assis interpretava os problemas entre conservadores e liberais, e se utilizava do exemplo Olinda para isso.

Logo no início do conto “Galeria Póstuma”, Machado de Assis já dava a chave da leitura. Colocando a proposta de dançar, a Fidelis, - a “viúva de um amigo dele, que lhe tomou do braço, e lhe disse: - venha cá, venha cá, vamos mostrar a estes crianças como é que os velhos são capazes de desbancar tudo. Joaquim Fidelis protestou sorrindo; mas obedeceu e dançou¹³¹³.” - Machado de Assis aludia ao gabinete citado acima, com a cabeça no Marquês de Olinda, que passava de um lado a outro, dançando a quadrilha do poder imperial. Evocando a imagem do texto mais recente, “Esaú e Jacó” - donde D. Cláudia coloca para o marido que “você estava com eles, como a gente está num baile, onde não é preciso ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha¹³¹⁴” - mostrando a passagem de conservador a liberal como traquejo político, Machado de Assis ancora o personagem de 1883, Joaquim Fidelis, dentro das páginas do diário lido pelo sobrinho Benjamim: “Em suma, baile chinfrim; uma velha gaiteira obrigou-me a dançar uma quadrilha; à porta um crioulo pediu-me as festas. Chinfrim¹³¹⁵.” Ou seja: mesmo não se tendo a vontade de dançar, ela se faz necessária na vida pública. Sendo, assim, maneira falsa de jogo, apenas para o alcance das vistas e dos cargos.

Joaquim Fidelis “formara-se em direito no ano de 1842¹³¹⁶.” Ou, teria Machado de Assis, querido dizer que Fidelis formou-se politicamente em 1842? Se bem lembrarmos, é desse ano a ocorrida “revolução liberal” entre paulistas e mineiros¹³¹⁷. Talvez o contista tivesse a intenção de imergir a personagem na ideia de inserção no pensamento liberal de 1842, o fazendo mudar de lado, um pouco adiante. No mesmo parágrafo, ainda propõe que sendo viúvo, recusava-se a contrair segundas núpcias; mas, uma das moças “chegou a prorrogar perfidamente os seus belos cachos de 1845 até meados do segundo neto...¹³¹⁸”. Se bem observarmos, o ano de 1845 está dentro daqueles em que se conhece como “quinquênio liberal”, dado entre 1844 e 1848, quando Pedro II chama os liberais para a composição do ministério. Provavelmente,

¹³¹³ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Galeria póstuma. Op.cit, p. 220.

¹³¹⁴ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: Garnier, 2005, p.109.

¹³¹⁵ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Galeria póstuma. Op.cit, p. 221.

¹³¹⁶ Idem.

¹³¹⁷ Para saber mais sobre a Revolta de 1842: HÖRNER, Erik. Cidadania e insatisfação armada: a “Revolução Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. In: DANTAS, Monica Duarte. **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 329 – 354.

¹³¹⁸ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Galeria póstuma. Op.cit, p. 221.

Machado de Assis queria mostrar as sucessivas investidas que sofriam os conservadores para a troca de lado tão corriqueira.

Antes de partirmos à segunda candidata ao casamento, devemos lembrar ser Fidélis, também, viúvo “desde a primeira invasão da febre amarela¹³¹⁹”. Segundo Chalhoub, a febre desgraçou o Brasil por dezembro de 1849, morrendo o príncipe imperial D. Pedro e Bernardo Pereira de Vasconcellos¹³²⁰. O personagem do conto machadiano ficava no limbo da viuvez. Se a primeira viúva a relacionar-se foi em 1845, ainda era casado com a outra. Nada muito assustador pensar no duplo laço político oitocentista.

A segunda viúva, mais nova, “pensou retê-lo com algumas concessões, tão generosas quão irreparáveis¹³²¹”. E expressava ele: “Minha querida Leocádia, dizia ele nas ocasiões em que ela insinuava a solução conjugal, por que não continuamos assim mesmo? O mistério é o encanto da vida¹³²².” Das mulheres de Joaquim Fidelis, Leocádia é a única a ter o nome revelado. Machado de Assis possuía um exemplar das “Novelas Exemplares” de Miguel de Cervantes, em espanhol. O mais chamativo é ser uma edição de 1883: mesmo ano da publicação da “Galeria Póstuma”¹³²³. Parece ter lido, o autor de “D. Casmurro”, o escritor espanhol, e ressignificado uma das personagens da “Novela da força do sangue”. Neste escrito, Cervantes discorre sobre uma moça de dezesseis anos, filha de um fidalgo pobre, sequestrada, às vistas da família, na estrada de Toledo, por um filho de fidalgo rico, Rodolfo. Fruto desse desenlace: uma criança. No desenvolver da narrativa, depois de diversos percalços, ambos casar-se-ão¹³²⁴. Todavia, a figura da mulher desonrada é o que parece estar em Machado de Assis. Mesmo que quisesse casar, fazendo-lhe concessões, a Fidelis, ele não queria. Mas, Leocádia era mais um caso de oportunidade: “Uma vez só, Benjamin continuou a ler o manuscrito. Entre outras coisas, admirou o retrato da viúva Leocádia, obra-prima de paciência e semelhança, embora a data coincidisse com a dos amores. Era prova de uma rara isenção de espírito¹³²⁵.” Leocádia era o caso entre os amores. Com inicial “L”, levava a crer o flerte com os liberais, já deflorados. Enquanto se mantinha conservador, encontrava-se com os liberais quando era necessário. Amava os conservadores e permanecia de caso com os liberais. Nada complicado para o Oitocentos brasileiro.

¹³¹⁹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Galeria póstuma. Op.cit, p. 221.

¹³²⁰ CHALHOUB, Sydney. **A força da escravidão** – Ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 118.

¹³²¹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Galeria póstuma. Op.cit, p. 221.

¹³²² Idem.

¹³²³ MASSA, Jean-Michel. A biblioteca de Machado de Assis. In: JOBIM, José Luís (org.). **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 45.

¹³²⁴ CERVANTES, Miguel de. **Novelas exemplares**. São Paulo: Cosac Naify, 2015, pp. 239 – 257.

¹³²⁵ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Galeria póstuma. Op.cit, p. 224.

Dos personagens masculinos, Diogo Vilarés chama atenção. “Devia-lhe o emprego que exercia desde 1857¹³²⁶.” Desde 4 de maio do referido ano, o presidente do Conselho era o Marquês de Olinda. Se não conseguia o emprego do amigo no Gabinete Paraná – e nem na presidência de Caxias – firmava o pleito no seguinte, com Olinda.

Mais à frente, na narrativa machadiana, o narrador apresenta ter o diário do defunto “anedotas de homens públicos, do Feijó, do Vasconcellos, outras puramente galantes, nomes de senhoras, o de Leocádia, entre outros; um repertório de fatos e comentários¹³²⁷.” Ou seja: o padre Diogo Antônio Feijó, regente desde 1835 até 1837, vinha atrelado a Bernardo Pereira de Vasconcellos, seu adversário, fundador do Regresso e ministro da regência de Araújo Lima, que foi liberal, numa nítida insinuação dos processos de mudança na regência, da derrubada do primeiro pelo segundo.

Os cadernos do diário vinham repletos de figuras, “uns de vivos, outros de mortos, alguns de homens públicos, Paula Sousa, Aureliano, Olinda, etc¹³²⁸.” Os agrupamentos de nomes nas obras de Machado de Assis não eram sem propósito. Agrupar Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, que estava no ministério pós-1840, ou seja, depois do chamado “golpe da Maioridade”, frequentador íntimo da casa de Pedro II, junto ao Marquês de Olinda, o regente derrubado, não era inocente. Assim como agrupou, em “Esaú e Jacó”, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque, José Tomás Nabuco de Araújo e Marquês de Olinda: todos engalfinhados na política pernambucana, usufruindo da dança das cadeiras partidárias. Na verdade, através da ficção, Machado de Assis produzia uma interpretação da sociedade política Oitocentista. Criticava os políticos brasileiros do século XIX dentro dos processos criativos. A realidade servia de pano de fundo à ficção. Ou, para falar do real, se servia da criação literária.

Se sabia ou não da biografia, direta, do Marquês de Olinda, o mais certo é ter-se utilizado, Machado de Assis, de nome de personagem, no mínimo, provocativo, à memória do político falecido em pouco mais de uma década. Elias Xavier aparece envolvido em descrição pelo defunto, no diário lido pelo sobrinho:

Um caso de 1865 caracteriza bem a astúcia deste homem. Tendo dado alguns libertos para a guerra do Paraguai, ia receber uma comenda. Não precisava de mim; mas veio pedir a minha intercessão, duas ou três vezes, com um ar consternado e súplice. Falei ao ministro, que me disse: - “O Elias já sabe que o decreto está lavrado; falta só a assinatura do imperador.” Compreendi então que era um estratagema para poder

¹³²⁶ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Galeria póstuma. Op.cit, p. 222.

¹³²⁷ Idem, p. 223.

¹³²⁸ Ibidem, p. 224.

confessar-me essa obrigação. Bom parceiro de voltarete; um pouco brigão, mas entendido¹³²⁹.

Primeiramente: 1865 é ano de ministério, mais uma vez, Olinda: já entrelaçado com os liberais. Fidelis, conservador infiel, não tão “fidel”, pediu comenda e conseguiu, com o ministro amigo, mesmo já estando tudo sob resolução. Mas, Joaquim Elias Xavier era sujeito participante da vida do Marquês de Olinda. Estava envolvido nos negócios financeiros do pai de Pedro de Araújo Lima. Se Machado de Assis sabia disso, não conhecemos. No entanto, como bom irônico que era, bem capaz de ter sabido.

No final das contas, o “bruxo do Cosme Velho” sabia muito bem interpretar a política imperial através da ficção. Trazia o Marquês de Olinda da forma de personagem vivo e cambiante entre todos os lugares possíveis dos caminhos do século XIX. Crítico dessa linhagem, Machado de Assis escreveu romances e textos de tintas excessivamente fortes, como lição aos, ainda, presentes homens públicos. As entrelinhas teciam as formas muito mais que as palavras dadas.

No entanto, em “O Velho Senado” como em outros testemunhos aqui já passados, a surdez do Marquês de Olinda é levada em conta. A iconografia não pintou seus retratos munido de aparelhos auditivos. Os textos não mencionam a existência de algum auxílio na melhora da audição. Aparece, apenas, a imagem do velho surdo, cada vez mais deficiente, e os questionamentos sobre a não-perfeita escuta. Se em “Dom Casmurro” há dúvidas sobre a traição de Capitu, o escritor acendeu, também, a real proposta da não-surdez do Marquês de Olinda. Se existiu, já na década de 1840, incomodava aos sujeitos mais próximos.

Em 1840, Candido Baptista de Oliveira – que havia sido ministro de Estrangeiros e Fazenda, entre 16 de abril de 1839 e 1 de setembro do mesmo ano¹³³⁰ - estava em Londres, buscando audiências com Lord Palmerston. No dia 5 de fevereiro, enviava missiva a Pedro de Araújo Lima. Dentre outras relações, dizia: “Por um filho de Felipe Neri de Carvalho¹³³¹, que vai neste Pacote, remeto a Vossa Excelência dois embrulhos: um contendo uma bocetinha com um par de condutores auriculares de ouvir, de forma mui cômoda, e hoje muito em voga por

¹³²⁹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Galeria póstuma. Op.cit, p. 225.

¹³³⁰ **Organizações e programas ministeriais.** op.cit., p. 69.

¹³³¹ Felipe Neri de Carvalho era, em 1825, cavaleiro da Ordem de Cristo e capitão da Imperial Guarda de Honra. (HEMEROTECA DIGITAL. **Diário Fluminense.** 6 de abril de 1825. nº 74. (Edição 00005)). Em 1831, foi Comandante do Corpo da Guarda Municipal da Freguesia de Sacramento. (HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro.** 30 de julho de 1831. nº 24). Também estava ligado aos produtores de café, por 1838. No “Movimento do Porto”, registrava-se: “ITAGOAHÍ em 2 dias, sum. Minerva, 72 tons., M. Lourenço Machado, equip. 7: carga café a Felipe Neri de Carvalho.” (HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro.** 13 de agosto de 1838. nº 179.)

aqui.” Oliveira havia dado pela novidade: “porque com efeito sejam de grande benefício para quem tem a infelicidade de (...) semelhante socorro¹³³².” Em primeiro de março informava: “Na boceta em que foi acondicionada esta (...) encomenda, inclui a advertência de que antes de introduzir os condutores nos dois canais auriculares, precisará amolecer com um pedacinho de esponja molhada em água quente a entrada dos ditos canais¹³³³.”

Assim, já deveria ser bem conhecida a surdez de Pedro de Araújo Lima enquanto era Regente, na década de 1830. Mas, qual a causa de não relatar-se o uso desses condutores? Talvez, não tenham chegado em bom estado e o regente não os possa ter usado. Outro sinal seria a vaidade: mesmo sendo de aparente modernidade, não deveria ser muito interessante andar pelos corredores palacianos com dois aparelhos anexos aos ouvidos. O incômodo também poderia ser um atrapalho. Algo que necessitava umedecimento às esponjas, não deveria ter utilidade de conforto. Ou, no mais: o Marquês de Olinda nunca foi surdo: eis a outra possibilidade aventada pelos idos de sua longa vida. Ao final, os contemporâneos deixaram os mais diversos testemunhos de um político inconstante no partidarismo, nada carismático, intransigente, fantasmagórico e, talvez, inapto na audição perfeita. Como a ficção, as vezes, tende a participar, em parte, da realidade, assim, a biografia deu-se ao presente de convocar a dúvida que jamais teremos a prova: era ou não surdo, o Marquês de Olinda? Como os contemporâneos viram Olinda?

Pelo menos, Machado de Assis, o entendeu conservador. Para nós, ele atendia aos chamados de Pedro II, para a resolução dos conflitos políticos do Império. Subia aos ministérios durante as crises parlamentares. Quando não havia mais solução, o Imperador chamava o seu esteio. Amparo conservador mesmo, que tramava ao lado de liberais para amenizar as situações extremadas. Joaquim Manoel de Macedo também observou isso: “Na política nasceu e morreu conservador, e nem podia ser de outro modo¹³³⁴.” Obviamente: um sujeito formado, mentalmente, no Antigo Regime, jamais perderia as manias e pensamentos de outrora. O Marquês de Olinda se distanciava do Partido Conservador, para combinar um novo movimento, um partido mal-maquiado de liberal, todavia, mais para Partido Conservador do Imperador. Macedo ainda nos dá essa pista: “mas no fundo, em seus princípios, e em seus atos, o marquês

¹³³² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 15. **Carta de Candido Batista da Silva para o Marquês de Olinda**. Londres, 5 de fevereiro de 1840. Grifos do documento.

¹³³³ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 15. **Carta de Candido Batista da Silva para o Marquês de Olinda**. Londres, 1 de março de 1840.

¹³³⁴ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Segundo volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, p.169. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01064420#page/1/mode/1up>. Acesso em 18 de maio de 2013.

de Olinda ligou-se aos liberais; sendo porém *liberal-conservador*¹³³⁵.” Ainda mais: o autor de “A Moreninha” informa, sobre o Partido Progressista, de 1862: “criando a nova situação, que se denominou *progressista*, e ainda por outros *liberal*¹³³⁶.” Assim, o termo “liberal” deveria ser usado por outros, que não os fundadores daquela coalizão de frente formada por Pedro II. Olinda continuava o conservador de sempre, se juntando a quem desse mais, jogando os jogos do poder, nesse caso, com o Imperador. Como bem mostrou Machado de Assis, “não é preciso ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha”. Ou seja: Olinda conseguiu subir ao poder sem nunca mais cair, dançando de lundu a polca.

¹³³⁵ MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Segundo volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, p.169. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01064420#page/1/mode/1up>. Acesso em 18 de maio de 2013. Grifos do original.

¹³³⁶ Idem, p. 167. Grifos do original.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, morreu no dia 7 de junho de 1870. O “Diário do Rio de Janeiro” publicou uma breve narrativa do funeral, descrevendo aquelas pompas normais dos nobres do Império quando eram enterrados: muita gente, coche fúnebre, batalhões da Guarda Nacional. Estavam lá membros do ministério, da Câmara e do Senado. Mas, nada do Imperador¹³³⁷. E, se não foi para o sepultamento, ia para o teatro.

Um correspondente do Rio de Janeiro escreveu para “O Liberal”, do Recife, indignado: “O imperador não costuma privar-se de nenhuma distração”. Deu provas disso “indo assistir a uma representação teatral no dia do falecimento do Marquês de Olinda.”. As palavras rancorosas seguiam, por ter sido esse homem político “que mais testemunhos lhe dera de profunda dedicação, e de um afeto que tinha alguma coisa de paternal¹³³⁸.” Para o redator, Pedro II era meio ingrato com o morto.

Desde o último Ministério Olinda, em 1865 - 1866¹³³⁹, Pedro II se afastava do seu mais antigo colaborador. Deveria, ainda, preservar aquele respeito por nunca ter sido adversário do pai, Pedro I, não ter deixado desmontar-se o Império na década de 1830 e entregar-lhe a Regência. Todavia, depois de ter colaborado em tantos ministérios, o Marquês de Olinda não servia mais. Não conseguia nem terminar as reuniões ministeriais. Velho, surdo, implicante, não queria mudanças. Se Pedro II buscava uma maneira de ir acabando com a escravidão, Olinda fazia a ideia caminhar ao contrário¹³⁴⁰: nada demais, ele era o representante daqueles senhores de homens e terras, que gostavam de se gabar pela quantidade de gente cativa possuía.

Talvez fosse para recordar a Pedro II e seus aliados que o Marquês de Olinda era um homem importante e merecia o devido respeito, que Alexandre José de Mello Moraes fizesse publicar no ano da queda do último ministério de Olinda, 1866, a “Biographia do Exm. Sr. Marquez de Olinda”. No texto, estavam presentes todos os atos do personagem em favor do Império do Brasil. Mas, se era uma forma de aguçar a lembrança, ele a fazia logo no primeiro parágrafo: “O maior vulto que ainda resta do Primeiro Reinado e o mais considerado cidadão que possui o Brasil, depois do imperador [...] é sem contestação o Sr. Dr. Pedro de Araújo Lima,

¹³³⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 9 de junho de 1870. Nº157.

¹³³⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **O Liberal**. Recife, 2 de agosto de 1870. Nº 217.

¹³³⁹ **Organizações e programas ministeriais. Regime Parlamentar do Império**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979, pp. 141 – 143.

¹³⁴⁰ NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volume I. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 677.

Marquês de Olinda¹³⁴¹.” Ele era, de fato, o político mais considerado e com maior poder no Brasil: o “Vice-Rei”, como apontou Alencar, em suas críticas¹³⁴².

Mello Moraes era amigo do Marquês de Olinda. Em 1867, escreveu carta dizendo não deixar passar as acusações que iam sendo feitas contra a pessoa do ex-regente. E “conhecedor como sou da marcha dos negócios públicos do nosso país, não desejarei ver o nosso mais venerando cidadão, confundido com os ganhadores políticos.” Prometia ir à imprensa, se desejasse o Marquês, para “discutir os fatos”¹³⁴³. Mas, esse defensor tinha outro motivo, além da amizade, para escrever as defesas do Marquês de Olinda: não se afinava muito com Pedro II, até na questão médica: Mello Moraes era homeopata¹³⁴⁴, compartilhava uma alternativa à medicina oficial. O Imperador tinha os olhos voltados para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, avessa a essas novas maneiras de curar¹³⁴⁵. A discussão não era apenas política; mas, de caráter pessoal, entre os dois homens públicos e Pedro II, que, agora, envelhecido, mandava e desmandava. Entretanto, sempre tivera, no Marquês de Olinda, o seu aliado para os momentos mais perigosos e de conflito.

As críticas vinham de todos os lados. Em 1866, na sessão da Câmara dos Deputados, em 5 de setembro, o deputado Godoy perguntou o que fez o Marquês de Olinda quanto à guerra do Paraguai que tomava conta dos interesses do país¹³⁴⁶. Sabia que ele não havia ido aos encontros para debater sobre os voluntários. Naquele momento, Olinda estava em Sirinhaém, no engenho Antas, quando foi chamado para participar de reunião na Vila, “que era perto do seu engenho¹³⁴⁷.” Mas, não compareceu. Em sua defesa, veio Araújo Barros: “Dista quatro léguas, de viagem a cavalo [o engenho, da Villa], o que é muito para a idade do Sr. Marquês.” Godoy, não satisfeito com a desculpa, retomava a discussão: “Não está tão velho como alguns o querem fazer: ainda ontem estava governando este país.” E os presentes na sessão, segundo o taquígrafo, deram risadas. E no meio da comédia, acrescentou: “Para certas coisas está mais

¹³⁴¹ IHGB. Cod. 193.6.27 n.2. MELLO MORAES, Alexandre José de. **Biographia Do Exm. Sr. Marquez de Olinda**. Rio de Janeiro: Tipografia de PINHEIRO & comp., Rua Sete de Setembro, N. 165, 1866., p. 3.

¹³⁴² ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 249.

¹³⁴³ IHGB. Lata 207 Pasta 115. **Carta de Alexandre José de Mello Moraes para o Marquês de Olinda**. 3 de maio de 1867.

¹³⁴⁴ MELLO MORAES FILHO. **O Dr. Mello Moraes**. Rio de Janeiro: Imprensa a Vapor Lombaerts & Comp. 1886, p. 1. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221738>

¹³⁴⁵ RAMOS, Ana Flávia Cernic. Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo”. In: CHALHOUB, Sidney; SOUZA NEVES, Margarida de.; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **História em cousas miúdas**. Capítulos de História Social da Crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005, p. 90.

¹³⁴⁶ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Senhores Deputados. Quarto Anno da Duodecima Legislatura. Sessão de 1866. Tomo 4**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1866, p. 226.

¹³⁴⁷ Idem, p. 227.

moço que qualquer de nós¹³⁴⁸.” As palavras que acusavam, em tom de deboche, eram as mesmas repetidas desde fins da década de 1850: Olinda, velho e surdo, não servia mais para a política; apenas, para prosseguir nas investidas dos interesses pessoais.

Na sessão de 11 de setembro de 1866, Araújo Barros voltou à tribuna. Respondeu, em longo discurso, as críticas tecidas ao Marquês de Olinda pelos opositores. Disse que na opinião “dos homens práticos, e amigos das instituições”, Olinda era o “bom e hábil piloto, que tantas vezes, através das tempestades, há conduzido a nau do Estado a porto de salvamento¹³⁴⁹.” Era a forma que tinha de relembrar naquele espaço: Pedro II sempre contou com o Marquês de Olinda nos momentos mais complicados, como depois da morte de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, morto por uma raiva feita pelo próprio Marquês. Na verdade, ele fazia as vezes de “partido do Imperador”. Ou, como definiu Tito Franco de Almeida, ele era o *magnus sacerdos* do Imperialismo¹³⁵⁰; aquele que fazia os maiores sacrifícios para salvar o próprio nome de Pedro II. Nada mais junto quando era sua segunda pessoa: o Vice-Rei.

Mas, se Olinda era o salvador, para alguns, como disse Araújo Barros; era pintado pelos adversários - os “falsos apóstolos da liberdade” de modo contrário: “será sempre um duende, o fantasma de Banco¹³⁵¹.” Talvez, aqui, o orador esteja fazendo uma conhecida referência ao “Leviatã” de Thomas Hobbes. Naquele livro, o autor colocou terem, as fadas, um rei universal, que é Belzebu, o “príncipe dos demônios.” E são elas que “tiram as crianças dos seus berços e transformam-nas em néscios naturais, a que o vulgo chama duendes e que têm tendência para a prática do mal¹³⁵².” Ou seja, o Marquês de Olinda seria aquele que distribuiu e praticou o mal sobre o Império. Entretanto, ainda falta o “fantasma de Banco”, assim mesmo, sem um “r” para formar a palavra “branco”. Pode ter sido alusão à peça “Hamlet”, de Shakespeare. Na obra, o rei da Dinamarca falecido aparece como fantasma. Revela ao filho ter sido morto pelo irmão, enquanto dormia no jardim, com gotas de veneno nas orelhas¹³⁵³. As representações poderiam dar vida a essa cena através de um cenário de banco de jardim. Assim, o “fantasma de Banco”

¹³⁴⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Senhores Deputados. Quarto Anno da Duodecima Legislatura. Sessão de 1866. Tomo 4.** Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1866, p. 227.

¹³⁴⁹ Idem, p. 260.

¹³⁵⁰ ALMEIDA, Tito Franco de. **O Conselheiro Francisco José Furtado.** Biographia e estudo de História Política Contemporanea. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemert, 1867, p. 176. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242423> .

¹³⁵¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Senhores Deputados. Quarto Anno da Duodecima Legislatura. Sessão de 1866. Tomo 4.** Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1866, p. 261.

¹³⁵² HOBBS, Thomas. **Leviatã** ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. São Paulo: Martins Fontes, 2014, pp. 580 – 581.

¹³⁵³ SHAKESPEARE, William. Hamlet. In: SHAKESPEARE, William. **Teatro Completo.** Volume I. Tragédias e comédias sombrias. São Paulo: Nova Aguilar, 2016, p. 389.

ficaria melhor explicado, ainda mais quando o Marquês de Olinda era surdo, com problemas nos ouvidos, e o personagem shakespeariano tenha morrido pelo órgão auditivo. Mas, outra explicação é mais simples: Olinda seria lembrado como aquele que praticava o mal e assombrava o Império.

Araújo Barros terminou a fala com uma homenagem ao Marquês: “um vulto semelhante pode desaparecer da superfície da terra; mas o seu lugar será sempre conservado na história como um ponto luminoso, que há de atrair todas as vistas e dominar todos os espíritos¹³⁵⁴.” O deputado errou na tentativa de profecia. Câmara Cascudo, em 1931, colocou: “é o mais esquecido dos políticos imperiais¹³⁵⁵”. Falava pouco e observava muito e, talvez, por isso, foi relegado. Pensamos que outro motivo pode ser somado: como passou muito tempo fora de Pernambuco, perdeu a aderência à terra natal; radicado no Rio de Janeiro sem ser de lá, foi deixado de lado. Era de lugar nenhum.

Parece que o próprio Marquês de Olinda se via como um político sem lugar provincial. Um homem do Brasil. Na década de 1850, respondeu aos agradecimentos de uma comissão da Assembleia Legislativa da Província de Pernambuco: “Na minha carreira política não tenho feito nada em benefício do País que não tenha sido em cumprimento do meu dever¹³⁵⁶.” Em 1864, ele dizia quase a mesma coisa quanto aos seus serviços: “cumprimento de um dever”. E “este dever cada vez me impele com mais força¹³⁵⁷.” Ele tinha consciência de sua importância e se orgulhava de ser um político mais nacional do que regional. Talvez essa estratégia o tenha feito o homem mais importante do Império, buscado por Pedro II sempre que precisasse. Só não foi bom para ser lembrado pelas pessoas que viriam depois dele.

Alguns indivíduos tentaram preservar a memória do Marquês de Olinda. No Recife, aos 3 de agosto de 1870, o Dr. Lobo Moscoso fez requerimento à Câmara Municipal. No documento, expunha que o Marquês de Olinda “foi um pernambucano, que fez um dos papéis mais brilhantes na história do Brasil” e era “uma das maiores glórias de Pernambuco”, por isso, o nome da Rua da Cadeia do Recife deveria ganhar o do Marquês de Olinda¹³⁵⁸. Mesmo com as reformas no Bairro do Recife, no início do século XX, Olinda não perderia uma via com o

¹³⁵⁴ HEMEROTECA DIGITAL. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Senhores Deputados. Quarto Anno da Duodecima Legislatura. Sessão de 1866. Tomo 4.* Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1866, p.261.

¹³⁵⁵ CÂMARA CASCUDO, Luis da. *O Marquez de Olinda e seu tempo.* (1793 – 1870). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p.32. Dentro do livro, o texto é assinado como de 1931.

¹³⁵⁶ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 215.47. *Mensagens e respostas de cumprimentos. Cumprimento da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco.* 10 de março de 1854.

¹³⁵⁷ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 215. 42. *Mensagem de cumprimentos das Câmaras Municipais de Olinda, Igarassu, Goiana, Nazaré, Rio Formoso, Ipojuca, Vila Bela, Flores e Ouricuri.* 30 de abril de 1864.

¹³⁵⁸ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco.* Recife, 23 de agosto de 1870. Nº 189.

seu nome. A Rua Marquês de Olinda que atravessa o bairro da sua infância, agora, cortava o mesmo pedaço da cidade, todo reformado e destruído. Não havia mais a igreja do Corpo Santo onde foi sepultado José Gonçalves Pereira; mas, uma das principais avenidas do bairro receberia o nome do Marquês de Olinda. No Rio de Janeiro, Botafogo ainda preserva uma das ruas com o nome do político. Contudo, se perguntarmos a um passante quem seja aquela pessoa, pouquíssimos saberão.

Em 1970, quando aconteceu o centenário da morte do Marquês de Olinda, Costa Porto escreveu nota no “Diário de Pernambuco” queixando-se do esquecimento da data. Mas, colocou que ainda havia uma desculpa, “capenga embora”: mesmo que mantivesse as “raízes telúricas”, “atuou mais ativamente na Corte”, “não deixando, assim, marca de maior intensidade na vida da Província¹³⁵⁹.” Mesmo com isso, Costa Porto ainda daria contribuição à história do Marquês esquecido: escreveu uma biografia do mesmo, para um concurso literário. Tinha uma motivação e tanto: um cheque de Cr\$ 3.000,00¹³⁶⁰.

Em 2008, Luiz de Castro e Souza publicou um pequeno texto na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.” Lembrou a exumação do Marquês de Olinda e da esposa, em 1971, no Cemitério do Catumbi. Depois do ato, os restos foram depositados no Panteon Duque de Caxias, na espera de serem enviados para Pernambuco, o que nunca foi feito, nem com o apelo do autor a Marco Maciel¹³⁶¹. Assim, o Marquês de Olinda segue longe da memória das pessoas e do solo de Pernambuco. Continua um esquecido.

Voltemos um pouco à história do Marquês de Olinda. Se a velhice dele incomodava tanto aos contemporâneos era por algo óbvio: a longevidade. Viveu 77 anos, passando por dois reinados, e assumindo tantos cargos quanto pode e conseguiu. Viveu toda a história política do país sendo ator, em ações estratégicas: participou das Cortes Portuguesas, era ministro de Pedro I, deputado geral, Senador e Regente. Vice-Rei. Era o mais experiente político do Segundo Reinado.

Em 3 de agosto de 1870, o “Jornal do Commercio” publicou texto do seu correspondente em Londres. O escritor disse: “[...] o Marquês de Olinda era acusado de amar o poder; cumpre porém, reconhecer que esta afeição, para não dizer ambição, foi útil ao Império porque o velho estadista soube conduzir com prudência a Nau do Estado por entre escolhos [...]”. Era a experiência e o manejo do poder que faziam o Marquês passar entre os obstáculos e entregar a

¹³⁵⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 7 de outubro de 1970. Nº 235.

¹³⁶⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**. Recife, 22 de novembro de 1970. Nº 275.

¹³⁶¹ SOUZA, Luiz de Castro. O Instituto Histórico e o Marquês de Olinda. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, a.169, nº440, julho/setembro de 2008, pp. 213 – 214.

embarcação do Estado sem muitas avarias, ao porto de chegada. Não era só o fato de ser experimentado que dava importância ao Marquês de Olinda: “Sua reputação fora do Brasil era proveitosa a causa do Império, era uma garantia de estabilidade, inspirava confiança no progresso do Império e removia as apreensões de uma política precipitada e aventureira¹³⁶².”

Outra questão fazia o nosso personagem manter-se no poder: a fidelidade ao monarca. Em 1 de julho de 1868, já fora dos ministérios, o periódico “Opinião Liberal” publicou algumas linhas sobre a temática. O silêncio do Marquês de Olinda, no momento, fazia o redator lembrar das ligações dele com Pedro II: “O sr. Marquês de Olinda não pia. Porque será? Anda preocupado talvez com a devoção a S. Pedro. Viva S. Pedro! Só dele é que nos pode vir todo o bem, porque só ele nos pode abrir as portas do céu¹³⁶³.” Claro que o autor brincava com a ideia da festa católica do dia 29 de junho, de S. Pedro Apóstolo, o chefe da Igreja e guarda das chaves que ligam a terra aos céus. Inseria nesse dito a devoção do Marquês ao Imperador. Assim, o “São Pedro” do texto, que abria as portas ao poder, era Pedro II.

Ainda em 6 de setembro de 1866, o mesmo “Opinião Liberal” indicou quem era o Marquês de Olinda e qual o seu pensamento quanto ao Imperador: “Pensa o Marquês de Olinda, chefe dos *imperialistas* que o monarca deve interpor-se aos partidos para os moderar e dirigir¹³⁶⁴.” Assim, Olinda era aquele que guiava o partido do Imperador, o chefe dos aproximados de Pedro II, dos imperialistas, mostrando que o imperante devia influenciar nas decisões partidárias, chamando alguém moderado para o governo.

Era o “Opinião Liberal” quem publicava em suas páginas a coluna “Jornal de Confúcio”. Nesse espaço apareciam as maiores críticas ao Marquês de Olinda naquele periódico. Em 4 de julho de 1866, propunha um “epitáfio”, aquelas inscrições sobre lápides, para Olinda: “Enganou – riu-se de tudo e de todos – mistificou o povo, serviu ao rei, e era surdo¹³⁶⁵.” O Marquês de Olinda era conhecido como aquele que usava as pessoas e o poder para proveito próprio. Foi dessa forma que “enganou” e riu das pessoas. Mas, mesmo com isso, servia o rei. E, vinha mais uma vez a famosa surdez, que poderia estar ligada ao que Balandier sugeriu: “as palavras do poder não circulam da mesma maneira que as outras.” Elas são contidas, calculadas, precisas. A linguagem política “não revela senão uma parte da realidade”. Assim, “os governantes são pessoas de segredo, por vezes justificado pela razão de Estado [...]” E “a arte dos silêncios faz

¹³⁶² HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1870. Nº 212.

¹³⁶³ HEMEROTECA DIGITAL. **Opinião Liberal**. Rio de Janeiro, 1 de julho de 1868. Nº 69.

¹³⁶⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **Opinião Liberal**. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1866. Nº 20. Itálico no original.

¹³⁶⁵ HEMEROTECA DIGITAL. **Opinião Liberal**. Rio de Janeiro, 4 de julho de 1866. Nº 11.

parte da arte política¹³⁶⁶.” Olinda era um mestre na sabedoria do uso da palavra. Falava pouco, tentava escutar muito, e atingia os altos cargos. Com toda a experiência acumulada, deve ter concluído que o poder acontece no silêncio.

Se o Marquês de Olinda incomodava por estar perto de Pedro II, sendo seu partidário, também causava estranhamento o modo como iam falecendo os seus ministros. Até isso serviu de piada ao “Jornal de Confúcio” em 18 de dezembro de 1866. Colocou que durante o período da regência, entre 1837 e 1840, cerca de dois anos, dos 16 ministros que serviram com ele, 13 morreram, “e outros dois deixou doentes de grave enfermidade.” Ia desafiando imensa quantidade de estadistas que o Marquês de Olinda já havia levado à cova. Mas, um era especial: o Visconde de Albuquerque (Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque), que serviu no ministério Olinda de 1862 – 1864, tendo falecido em 1863, em meio à vigência do gabinete. Albuquerque pretendia, “na sua qualidade de Cavalcanti”, ter direitos sobre a administração da Fazenda de Pernambuco, “e queixava-se do exclusivismo do sr. Marquês”. Na luta travada entre os dois, “sucumbiu o Visconde de Albuquerque.” Assim, o escritor do “Jornal de Confúcio” insinuava que, quem contrariava Olinda, teria destinos trágicos. E no meio da disputa dos dois pernambucanos, aparecia Jozé Thomaz Nabuco de Araújo “fino como é, tendo visto as barbas do vizinho arderem, acautelou-se em tempo e escapou, mas é inegável que saiu ferido da peleja e que não tem mais aquela robustez de outrora¹³⁶⁷.” Ou seja: se algum político tentasse comprar briga com Olinda, morria ou perdia a saúde.

Havia outro ponto de importância na vida do Marquês de Olinda: estava associado a alguns grupos de sociabilidades. O “Grande Oriente Brasileiro” do Lavradio, logo após a morte de Olinda, divulga nota de luto pelo “membro efetivo do supremo conselho¹³⁶⁸.” Não sabemos desde quando o Marquês de Olinda estava associado às atividades maçônicas. Mas, se observarmos o que diz Morel, pode ser que fosse desde a década de 1820: “O Grande Oriente Brasileiro aparece como local de convívio entre moderados e caramurus¹³⁶⁹.” Talvez Olinda fizesse parte desse agrupamento, como caramuru que era. Ainda segundo o mesmo autor, depois da morte de José Bonifácio de Andrada, quem assume o posto de grão-mestre é o Visconde de Albuquerque¹³⁷⁰. E mesmo não havendo, sempre, concordância política entre

¹³⁶⁶ BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Coimbra: Minerva, 1999, pp. 29 – 30.

¹³⁶⁷ HEMEROTECA DIGITAL. **Opinião Liberal**. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1866. Nº 34.

¹³⁶⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 9 de junho de 1870. Nº 157.

¹³⁶⁹ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Imprensa, Atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840). Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 318.

¹³⁷⁰ Idem, p. 319.

Olinda e Albuquerque, ao final, eram irmãos de loja maçônica. E, como alguns católicos faziam, o Marquês de Olinda também fez: sendo maçom, era irmão confrade carmelita¹³⁷¹. Não perdia a oportunidade de agregar mais gente aos seus territórios de poder. Traçando novos laços, Olinda fazia-se ainda mais poderoso do que já era.

O Marquês de Olinda chegava ao fim da década de 1860 com a garantia de ser um dos homens mais importantes, politicamente, do Império do Brasil. Como já vimos no capítulo “Entre traficantes, políticos e bacharéis”, contido neste trabalho, ele contava com a amizade do Visconde de Souto, um dos maiores banqueiros do país, além de ter agregado poder aos plantadores do Vale do Paraíba com o casamento da sua neta. Não era o Visconde de Rio Preto, dono da Fazenda União, quem dava o brilho ao Marquês de Olinda; mas, justamente o inverso: Olinda fazia que os interesses dos homens do Vale do Paraíba, que eram os mesmos seus, fossem assegurados.

Um outro fator fazia de Olinda um homem muito próximo do Paço: o batizado do filho Pedro, com os padrinhos D. Pedro II e Dona Januária¹³⁷². Dado em 1839, durante a Regência do Marquês de Olinda, sendo ele homem bastante poderoso, viria agregar ainda mais laços entre o regente e o Imperador-menino. Parcela de respeito e cumplicidade entre os dois nomes pode ter advindo dessa jogada do político: ter o filho como protegido do Imperador, dava-lhe livre acesso ao futuro governante, como veio a ocorrer. Mesmo com a morte do filho do Marquês de Olinda em 1852, mantinha-se o laço de compadrio.

Se o Marquês de Olinda acumulou tanto poder, chegando a formar o partido do próprio Imperador, é por ter atado laços importantes pelos anos de 1820. Ou melhor: por sua família ter feito alianças estratégicas, pelo menos, desde a década de 1810, e ele ter prosseguido nisso por toda a vida, mantendo e renovando as forças do seu poderio.

Quando Manoel de Araújo Lima casou a filha Rita Florência de Lima com José Gonçalves Pereira, sabia do envolvimento do genro com o comércio de gente, passando entre Pernambuco, Rio de Janeiro, Portugal e África. Até ele mesmo estava dentro daquele negócio: transformava o açúcar do engenho Antas em dinheiro, através dos elos traçados com os negociantes de escravos. Foi dessa maneira que conseguiu doutorar o filho Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), na Universidade de Coimbra, em 1819. Assim, desde cedo, o Marquês de Olinda conheceu os trâmites do comércio de cativos e da transformação do açúcar

¹³⁷¹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 215 Doc. 33. **Carta do provincial dos carmelitas do Rio de Janeiro, frei José da Conceição Meirelles, admitindo o Marquês de Olinda como irmão confrade.** Rio de Janeiro, 20 abril de 1857.

¹³⁷² IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211 Doc. 16. **Certidão de batismo de Pedro de Araújo Lima.**

em moeda. Dessa forma, não havia novidades, na década de 1830, que ele estivesse fazendo vista grossa ao tráfico de escravos. Não era a demanda ou o querer dos produtores do Rio de Janeiro que faziam o regente deixar seguir o comércio ilegal; mas, o interesse pessoal. Se Bento José da Costa, o traficante pernambucano que auxiliou o Marquês de Olinda e Manoel de Araújo Lima a transformarem açúcar em bens morria em 1834¹³⁷³ e José Gonçalves Pereira em 1836¹³⁷⁴, os filho desse último, sobrinhos do Marquês, seguiriam como traficantes de escravos por dentro das décadas de 1830 e 1840, como vimos no capítulo “Ser Vice-Rei”. Manoel Gonçalves Pereira Lima, Antonio Gonçalves Pereira e Delfino Gonçalves Pereira Lima reforçavam os laços do tio com o tráfico. Entretanto, não foram apenas esses os nomes dos traficantes e negociantes de escravos que se viram ligados ao nosso personagem: a sua rede é muito mais complexa.

Imízcoz Beunza e Oliveri Korta explicaram que a rede não é uma instituição como a família, ou uma formação social, mas, “um termo que utilizamos para nos referir ao conjunto de relações que conectam umas pessoas com outras¹³⁷⁵.” E, se existe uma rede “egocentrada”, de um personagem, fala-se sobre seus contatos diretos e indiretos; aqueles que estão próximos e os que só se conhecem através de terceiros. Pelos nós¹³⁷⁶, recebe-se notícias de amigos, de amigos de amigos, há circularidade de bens e serviços além de grupos políticos e circuitos mercantis serem articulados¹³⁷⁷. As redes não são fechadas e muito menos completas: cada um dos indivíduos possuem relações com outras tantas pessoas que não interferem nessa rede “egocentrada”. Mesmo assim, conseguimos perceber um fragmento desse jogo de relações.

Não há como construirmos a rede completa do Marquês de Olinda entre as décadas de 1810 e 1830. Os documentos são inexatos quanto às relações. As cartas reunidas são poucas para isso e não tivemos acesso à coleção completa do fundo Marquês de Olinda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por limitações da própria pesquisa e da distância em que o

¹³⁷³ Pedra tumular de Bento José da Costa. Na igreja de Nossa Senhora das Barreiras. Parque da Jaqueira. Recife. “Aqui jaz o Coronel Bento José da Costa. Falecido em 10 de fevereiro de 1834, na idade de 73 anos. A cuja memória dedicam este monumento sua saudosa esposa e seus onze filhos.”

¹³⁷⁴ Arquivo Dom Lamartine da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife. **Livro de óbitos da Igreja do Corpo Santo. 1831 – 1841**, p. 58verso.

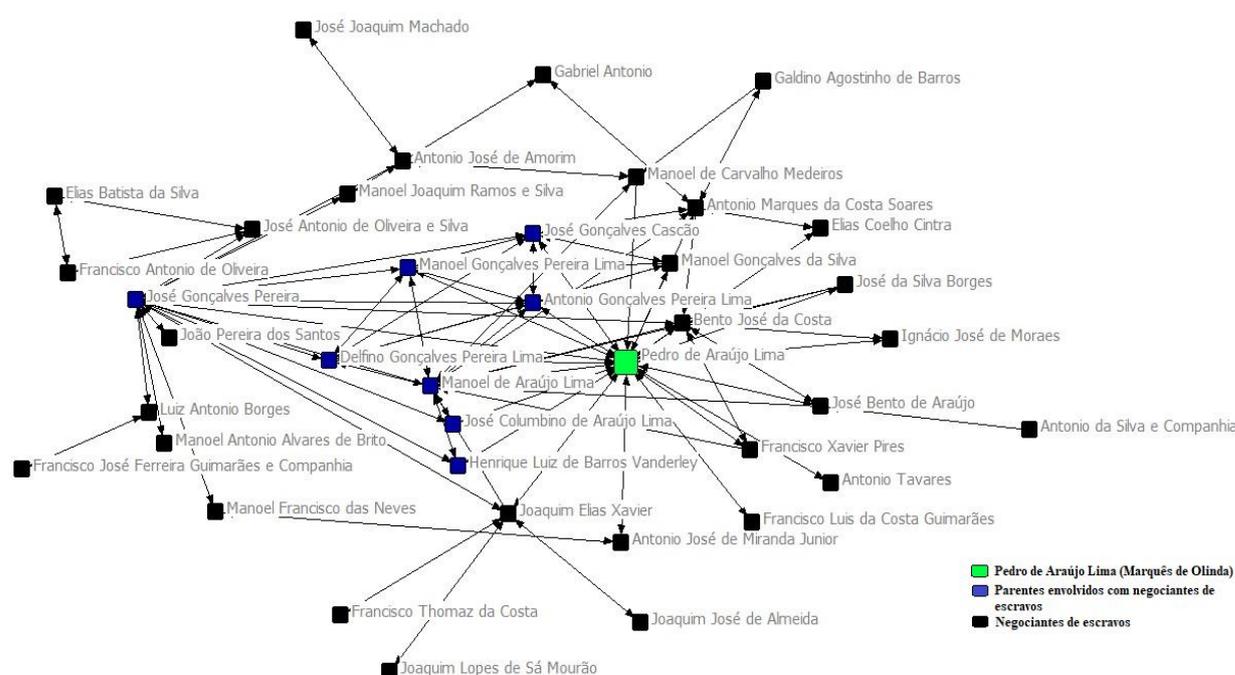
¹³⁷⁵ IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. Economía doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. **Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen**. Madrid: Sílex, 2010, p. 48. Tradução Livre: “un término que utilizamos para referirnos al conjunto de relaciones que ponen en conexión a unas personas con otras.”

¹³⁷⁶ Um nó, ponto ou laço é o mesmo que um indivíduo.

¹³⁷⁷ IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. Economía doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. Op.cit., p. 48

investigador estava do local do arquivo¹³⁷⁸, não foi possível coletar dados significativos das décadas além de 1830. Por isso, não existe a possibilidade de quantificarmos as interações entre os sujeitos, pois partimos de dívidas e listas de contas do pai do Marquês de Olinda Manoel de Araújo Lima e um inventário (de Rita Florência), que não mostram com exatidão quantas vezes essas pessoas trocaram posses ou investiram – juntas – em viagens para buscar escravos na África. Mas, qualificar a rede é possível, como fizemos nos capítulos “Atar nós, estreitar laços” e “Entre traficantes, políticos e bacharéis”. Uma amostra parcial da rede também pode ser demonstrada com a figura seguinte.

Figura 1. Redes de Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda): relações entre familiares e negociantes de escravos entre as décadas de 1810 e 1840.



Claro que as pessoas presentes nessa rede interagiam com outras. Cada um possuía o seu núcleo de laços, além desses que apresentamos. Por exemplo: como estaria Antonio da Silva e Companhia isolado se era um dos maiores traficantes de Pernambuco¹³⁷⁹? A resposta: por interagir dessa forma com os integrantes da rede de Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda),

¹³⁷⁸ O pesquisador encontra-se em Recife. O IHGB está no Rio de Janeiro. As sucessivas viagens feitas não deram conta da leitura e cópia de todo o material existente no fundo Marquês de Olinda. Por isso, através de uma decisão do pesquisador com o orientador, decidiu-se que ficaria a leitura dos originais limitada até a década de 1830.

¹³⁷⁹ ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle de Biase. **De “Angelo dos retalhos” a Visconde de Loures**: a trajetória de um traficante de escravos (1818 – 1858). Recife: UFPE. Dissertação de Mestrado, 2016, p. 58.

naquele momento. Óbvio que pode ter se relacionado mais particularmente com o próprio Marquês. Mas, não sabemos se realmente ocorreu. De qualquer maneira, informações, favores, transações monetárias e poder perpassavam todos os sujeitos, daqueles que estão mais próximos do nosso personagem aos mais distantes. Vendo o gráfico donde está a família do Marquês de Olinda e os negociantes de cativos podemos concluir: ele estava envolvido no mundo do tráfico atlântico de escravos.

Imízcoz e Oliveri Korta já demonstraram que o parentesco e a amizade são formas “mais importantes de relação social primária¹³⁸⁰”. Assim, José Gonçalves Pereira aparece como fator de importante conexão de Manoel de Araújo Lima e Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) com outros nós. É ele que, de alguma forma, faz expandir os bens e informações de Manoel de Araújo Lima, chegando ao Marquês de Olinda, pelos idos de 1810 – 1820, como visto no capítulo “Atar nós, estreitar laços”. É Gonçalves Pereira quem contata o maior número de comerciantes entre Portugal e Brasil para conseguirem manter o filho de Manoel de Araújo Lima em Portugal, estudando. E é importante dizer: no momento em que Manoel de Araújo Lima, José Gonçalves Pereira e até Bento José da Costa se juntavam para fazer Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) doutor em Cânones e político, o comércio de gente em Pernambuco ia de vento em popa: a estimativa de Domingues da Silva e Eltis é que em 1810 entraram 10.661 pessoas; em 1815, 8.460; em 1820, 10.114¹³⁸¹. Ou seja: esse pessoal todo estava ganhando muito dinheiro. Talvez, por isso, tanto investimento de Manoel de Araújo Lima no filho.

Ainda Imízcoz e Oliveri Korta propõem que os parentes são os elos mais importantes na rede, pois se conhecem e possuem relações duradouras¹³⁸². É com isso que conseguimos explicar: no início da vida política, o Marquês de Olinda contou com uma rede extensa de sujeitos a investirem nele, partindo das conexões de José Gonçalves Pereira e Manoel de Araújo Lima. Assim, Gonçalves Pereira terá beneficiado a ascensão política do Marquês, junto aos outros comerciantes de escravos e o Marquês terá retribuído, quando importante político na década de 1830 e 1840, com a manutenção dos filhos de Gonçalves Pereira no tráfico de escravos. Dessa forma, uma mão lava a outra. Para complementar: os mesmo autores indicam que as melhores relações são baseadas nas trocas de bens e serviços como cooperação nos

¹³⁸⁰ IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. *Economía doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica*. Op.cit., p. 29.

¹³⁸¹ DOMINGUES DA SILVA, Daniel Barros; ELTIS, David. *The slave trade to Pernambuco, 1561 – 1851*. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David (eds.). **Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database**. New Haven: Yale University Press, 2008, p.129.

¹³⁸² IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. *Economía doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica*. Op.cit., p.29.

negócios, empréstimos, proteção do patrimônio¹³⁸³: do jeito que aconteceu entre Manoel de Araújo Lima e José Gonçalves Pereira; Manoel de Araújo Lima e o comerciante de escravos e político Bento José da Costa.

Outros sujeitos gravitavam ao redor do Marquês de Olinda sem o tocar diretamente. Indivíduos que possuíam relações com gente próxima ao nosso personagem, conhecidos ou que nem se conheciam diretamente. Segundo Granovetter, “os laços fracos proporcionam acesso à informação e recursos que estão mais além dos disponíveis nos próprios círculos sociais¹³⁸⁴.” Assim, o “laço fraco” entre o sujeito estudado e um conhecido “não é simplesmente um laço trivial entre conhecidos, senão uma ponte crucial entre as duas malhas densamente tecidas de amigos íntimos¹³⁸⁵.” Ou seja: esses indivíduos que estão mais distantes, amigos de amigos, fazem ligações entre os grupos. Por exemplo: nesse quadro, Francisco Antonio de Oliveira aparece como um “laço fraco” em relação ao Marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima). Entretanto, já é bem sabido que o vínculo entre eles não era tão distante. Por isso, explicar algumas relações, como fizemos nos capítulos desse trabalho, resultam mais interessantes do que, apenas, a composição gráfica da rede.

Francisco Antonio de Oliveira, o Barão de Beberibe, era traficante de escravos e possuía estreitas relações com Francisco do Rego Barros (Conde da Boa Vista)¹³⁸⁶. Já vimos que o último era o representante da política do Marquês de Olinda em Pernambuco. Pelos dias finais da década de 1830, quando se falava na conivência do presidente da Província de Pernambuco com o tráfico, Francisco Antonio de Oliveira se beneficiava do interesse do Marquês de Olinda nessa causa. E quando um grupo de ex-trafficantes, na década de 1850, consegue o privilégio da exclusividade da navegação a vapor entre Recife, Maceió e Fortaleza, o nome do navio deles será “Marquês de Olinda”¹³⁸⁷: homenagem nada mais que justa a quem os fez multiplicar os bens.

Os laços mais fracos poderiam ser úteis para chegar em alguns recursos, pessoas, instituições. Assim, a capacidade de gerar novos laços desse tipo sempre era importante, estabelecendo conexões com indivíduos diversos¹³⁸⁸. Era com isso que os interesses chegavam

¹³⁸³ Idem, p. 30.

¹³⁸⁴ Em espanhol: “lazos débiles”. GRANOVETTER, Marks. La fuerza de los lazos débiles. Revisión de la teoría reticular. In: REQUENA SANTOS, Félix. **Análisis de redes sociales**. Orígenes, teorías y aplicaciones. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/ Siglo XXI, 2012, p. 205.

¹³⁸⁵ Idem, p. 197.

¹³⁸⁶ Para saber mais: GOMES, Amanda Barlavento. **A trajetória de vida do Barão de Beberibe**, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 – 1855). Recife: UFPE. Dissertação de Mestrado. 2016. Passim.

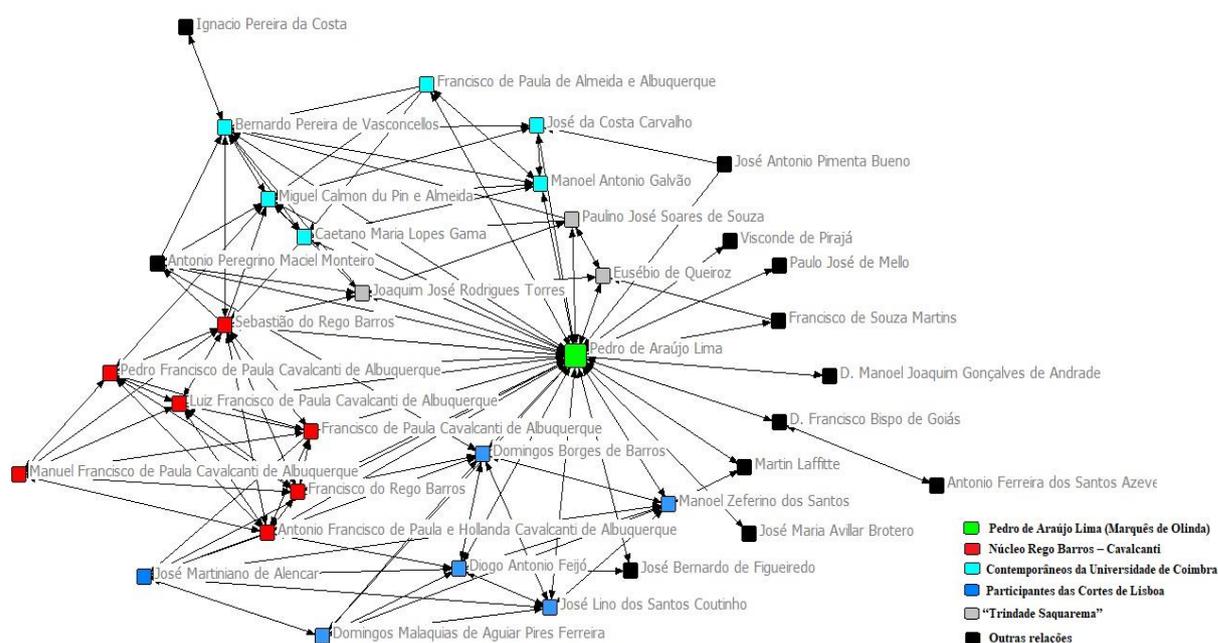
¹³⁸⁷ Para saber mais: GOMES, Amanda Barlavento. **A trajetória de vida do Barão de Beberibe**, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 – 1855). Recife: UFPE. Dissertação de Mestrado. 2016, pp. 123 – 125.

¹³⁸⁸ IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. Economía doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. Op.cit., pp. 34 – 35.

mais longe. No caso do Marquês de Olinda, no início da vida pública, recebeu o apoio dos comerciantes de gente para completar os estudos e ser deputado às Cortes de Lisboa e à Câmara Geral. Depois desse poder acumulado, ele daria o apoio ao grupo, como troca de favores e manutenção das relações.

No primeira figura da rede, mostramos as interações possíveis entre o Marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima) e seus familiares, incluindo o padrinho de batismo Vanderley, com os negociantes de escravos entre as décadas de 1810 e 1840. Na segunda, apresentamos as ligações de Araújo Lima (Marquês de Olinda) com os políticos. Claro: não estão todos os sujeitos que tomaram parte na vida pública desses homens. Fazemos ver um pequeno fragmento na multidão de pessoas que atravessavam pedidos de favores ao futuro regente ou que com ele travavam batalhas buscando poder.

Figura 2. Redes de Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda): relações com políticos entre as décadas de 1820 e 1830.



As primeiras conexões do Marquês de Olinda foram dadas com os membros das Cortes de Lisboa. Pelo menos, até a década de 1850, ainda tecia relações com esses sujeitos, mesmo quando estavam na oposição, igual acontecia com o padre José de Alencar¹³⁸⁹. Olinda dava e recebia apoio a esses indivíduos em alguns momentos. Eles se percebiam como colaboradores

¹³⁸⁹ IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 207 Pasta 41. **Carta de José de Alencar para o Marquês de Olinda.** 26 de novembro de 1857.

e fundadores do Império do Brasil. Assim, quando era necessário algum tipo de solidariedade entre eles, os elos eram reatados. Com o avançar da década de 1830, o Marquês de Olinda concedia muito mais do que recebia. Já era político poderoso, respeitado. Mas, há uma exceção: foi através das relações com Diogo Feijó que recebeu a regência em 1837: laços tecidos entre as Cortes, o respeito e José Bernardo de Figueiredo: o sogro-desembargador amigo do padre regente de 1835.

Ainda há outro grupo: o dos bacharéis coimbrãos. Já estudados por José Murilo de Carvalho¹³⁹⁰, apresentavam certa homogeneidade. Tornavam-se importantes políticos, ajudavam-se nos momentos oportunos e brigavam nas arenas das vaidades, como fazia Bernardo Pereira de Vasconcellos. Mas, da forma já vista, outros bacharéis seriam aliados, ou melhor, protegidos, do Marquês de Olinda: os formados nos cursos jurídicos de Olinda e São Paulo. Não os acrescentamos todos na figura (Pimenta Bueno está lá) por não sabermos as interações havidas entre eles, diretamente. Entretanto, elas aconteciam e eram de suma importância. Havia, também, os professores, como Avillar Brotero e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que, em algum momento, faziam os elos entre o regente-diretor do Curso Jurídico de Olinda e as instituições de ensino. E, nesse meio, pensamos que Eusébio de Queiroz tenha ascendido tão rapidamente à vida pública justamente por estar alinhado ao Marquês de Olinda na década de 1830. Não só ele, mas, também, Paulino José Soares de Souza e Joaquim José Rodrigues Torres. Parece que as relações entre o Marquês de Olinda e Paulino (Visconde de Uruguai) se fizeram e permaneceram por longos anos. Em 1866, Paulino José Soares de Sousa Filho dizia que o pai “não pode deixar a sua viúva meios de manter-se com certa decência nem aos menores os recursos necessários para se concluir convenientemente a sua educação.” Pedia uma pensão para a viúva de 2:400 e outra para a filha menor – Paulina Soares de Souza – de 1:200¹³⁹¹. O filho de Paulino José Soares de Souza devia conhecer o Marquês de Olinda das visitas feitas pelo pai; ou das conversações que existiam, em âmbito privado e público, entre os dois estadistas.

Paulino José Soares de Souza, Joaquim José Rodrigues Torres e Eusébio de Queiróz, juntos, ficaram crismados como “a trindade saquarema”. Saquaremas eram os conservadores do Rio de Janeiro, dirigidos por esses três nomes, como indicou Mattos. E mais: seriam “o núcleo do grupo que deu forma e expressão à força que, entre os últimos anos do Período

¹³⁹⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Passim.

¹³⁹¹ IHGB. BR RJ IHGB 77 ACP Visconde do Uruguai. DL15,27. **Carta de Paulino José Soares de Souza Filho ao Marquês de Olinda**. 25 de junho de 1866.

Regencial e o renascer liberal dos anos sessenta, não só alterou os rumos da “ação”, mas sobretudo imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado Imperial¹³⁹².” Parece exagerada a afirmação de Mattos. Ainda mais quando o autor vai propondo, em sua obra, que os Saquaremas impõem a todo o Império os anseios dos plantadores do Rio de Janeiro. Não era só eles que queriam preservar o tráfico de escravos¹³⁹³. Como vimos, a rede do Marquês de Olinda estava preparada para seguir nessa mesma direção. E desde muito tempo. Ou seja: parece que o processo se inverte: os Saquaremas entram como apoiadores de uma ideia do próprio Regente. A manutenção do tráfico e da escravidão era interesse pessoal de Olinda e não apenas dos homens do Rio de Janeiro.

Nesse intrincado jogo de alianças e apartes, aparece os Regos Barros e os primos Cavalcanti de Pernambuco. Como já expomos no capítulo “Ser Vice-Rei”, as relações eram difíceis entre os Cavalcanti e o Marquês de Olinda. Hollanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque) só unia-se ao Marquês em momentos de extrema necessidade; e, no reinado de Pedro II, quando o imperante ordenava. O que acontecia era o constante conflito entre todas as partes dos políticos pernambucanos. Tanto Olinda quanto Hollanda possuíam arenas próprias, com relações diversas, buscando, as vezes, interesses comuns; e em outros momentos, lugares para si e favores aos aparentados.

Não podemos esquecer de um sujeito na rede do Marquês de Olinda: Martin Laffitte. Quando, no capítulo “Entre traficantes, políticos e bacharéis”, falamos de Manoel Zeferino dos Santos, foi Laffitte quem acolheu os filhos daquele em sua casa. Só depois eles ficariam sob os cuidados do nosso personagem. Se for a mesma pessoa, Martin Laffitte foi deputado, na França, entre abril de 1828 e maio de 1830. Retomou a cadeira da deputação ainda em 1830, permanecendo até o ano seguinte¹³⁹⁴. Era banqueiro e possuía relações com Napoleão I¹³⁹⁵. Nada estranho um banqueiro no meio da rede do comerciante Manoel Zeferino. E era um bom contato para o jovem Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda). Até onde essas interações entre as três partes foram, não sabemos. Mas, era um elo importante nessa cadeia: juntava o além-mar com os políticos do recém-criado Brasil.

Ao final, o que nos fica é que Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) teceu os elos mais favoráveis a sua ascensão política já antes de entrar na vida pública. Entre as décadas de

¹³⁹²¹³⁹² MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A Formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 120.

¹³⁹³ Idem, p. 177.

¹³⁹⁴ Assemblée Nationale – França. Acessado em: http://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num_dept%29/12069.

¹³⁹⁵ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Op.cit., p. 23.

1810 e 1820, construiu rede composta por comerciantes de gente que o ajudaram na subida da escalada. Claro: Manoel de Araújo Lima entrou com muito dinheiro nesse jogo. Aos poucos, foi se ligando a outros políticos: contemporâneos da Universidade de Coimbra e membros das Cortes de Lisboa. Para reforçar os laços com os grupos do poder, casou-se com a filha do desembargador José Bernardo de Figueiredo. Chegou à década de 1830 como um dos políticos mais importantes e respeitados do Império do Brasil, atingindo a regência em 1837. Era Vice-Rei. Depois, construiu o partido do Imperador: para apoiá-lo sempre que fosse necessário. E até quase o fim da vida, em 1870, era o homem do Paço. Subiu até onde podia. No Brasil, em importância, só estava depois de Pedro II.

REFERÊNCIAS

FONTES:

MANUSCRITAS

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Lata 364, Doc. 88. Cartas e recibos de Augusto Frederico de Oliveira ao Conselheiro Nabuco (1863 – 1870).

Lata 491 Pasta 50. **Carta de E. de Araújo Olinda para Max Fleiuss.** Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1918.

Lata 491 Pasta 50. **Carta de Max Fleiuss a E. de Araújo Olinda.** Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1918.

Coleção Instituto Histórico. Lata 210 Doc. 66. Cópia. **Carta de E. de Araújo Olinda para Tobias Monteiro.** Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1918.

Lata 210 Pasta 44. **Inventário dos Bens do Casal dos falecidos Manuel de Araújo Lima e sua mulher D. Ana Teixeira Cavalcante, pais de Pedro de Araújo Lima.** Engenho Antas, 8 de junho de 1844.

Lata 211 Pasta 4. **Papéis referentes a vida de Pedro de Araújo Lima – Anotações do seu pai Manoel de Araújo Lima.**

Lata 215, Documento 24. **Carta do Institut d’Affrique para o Marquês de Olinda.** Paris, 1852.

Lata 214 Doc. 48. **Carta de JMGP para Pedro de Araújo Lima.** Bahia, 10 de agosto de 1840

Lata 214 Pasta 15. **Conta geral das despesas, que por ordem do Senhor José Gonçalves Pereira de Pernambuco tenho feito com seu cunhado o sr. Pedro de Araújo Lima.**

Lata 210 Doc. 8. **Carta de Francisco Casado Lima para o Visconde de Olinda.** Sem data

DL. 211.7. **Carta sobre a parte que tocou a Pedro de Araújo Lima no Engenho Boa Vista.** Sem data.

Lata 210 Pasta 50. **Diário de Viagem de Pedro de Araújo Lima (1825 – 1826).**

Lata 210 Documento 26. **Carta de Pedro de Araújo Lima para Manoel Zeferino dos Santos.** França, 31 de maio de 1823.

Lata 210 Documento 26. **Carta de Pedro de Araújo Lima para Manoel Zeferino dos Santos.** Paris, 1824.

DL 211. 13. **Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Martin Lafitte.** Rio de Janeiro, 16 de abril de 1824.

Lata 208 Doc. 11. **Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Pedro de Araújo Lima.** Pernambuco, 1º de fevereiro de 1825.

Lata 208 – Doc. 11. **Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Pedro de Araújo Lima.** Pernambuco, 2 de abril de 1825.

DL. 211.13. **Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Pedro de Araújo Lima.** Pernambuco, 2 de setembro de 1825.

Lata 208 Doc 11. **Carta de Manoel Zeferino dos Santos para Pedro de Araújo Lima.** Pernambuco, 21 de novembro de 1825.

Lata 207 Pasta 96. **Carta de José da Costa Carvalho a Pedro de Araújo Lima.** São Paulo, 11 de dezembro de 1827.

Lata 207 Pasta 96. **Carta de José da Costa Carvalho a Pedro de Araújo Lima.** São Paulo, 20 de fevereiro de 1828.

Lata 207 Pasta 96. **Carta de José da Costa Carvalho a Pedro de Araújo Lima.** São Paulo, 9 de junho de 1828.

Lata 208 Doc. 13. **Carta de José Maria Avillar Brotero para Pedro de Araújo Lima.** São Paulo, 2 de julho de 1828.

DL. 208.12. **Carta de José Lino dos Santos Coutinho para Pedro de Araújo Lima.** Bahia, 23 de dezembro de 1827.

Lata 207 Doc. 4. **Carta de José Lino dos Santos Coutinho para Pedro de Araújo Lima.** Bahia, 12 de fevereiro de 1828.

Lata 211 Doc. 20. **Carta de J.J Young para Pedro de Araújo Lima.** Londres, 1 de dezembro de 1843.

DL . 211.20. **Anotações e catálogos de livreiros europeus.**

Lata 207 Pasta 41. **Carta de José Martiniano de Alencar para Pedro de Araújo Lima.** 26 de novembro de 1857.

D.L. 215.5. **Ofício do Instituto Histórico de França. Notas biográficas de Pedro de Araújo Lima por Eugene Garay de Monglave.**

Lata 211 Doc. 16. **Certidão de batismo de Pedro de Araújo Lima.**

DL. 210.4. **Caderno “Lembranças”.**

Lata 208 Pasta 14. **Ofício da Câmara Municipal do Rio de Janeiro com rascunho de resposta pelas mãos de Pedro de Araújo Lima.** 1º de dezembro de 1831. Lata 207 Pasta 99.

Carta de Manoel Antonio Galvão para Pedro de Araújo Lima. Porto Alegre, 10 de julho de 1832.

DL. 214.34. **Carta assinada “O Inimigo da República” ao ministro das Finanças.** 10 de agosto de 1832.

DL. 214.36. **Carta de Paulo José de Mello para Pedro de Araújo Lima.** Ilha de Mará, na Bahia, 16 de setembro de 1832.

Lata 214 Doc. 41. **Carta de “O camponês a força” para Pedro de Araújo Lima.** Pernambuco, 4 de agosto de 1837.

Lata 207 Pasta 102. **Carta de D. Francisco Bispo de Goiás a Pedro de Araújo Lima.** Goiás, 13 de novembro de 1837.

Lata 207 Pasta 102. **Carta de D. Francisco Bispo de Goiás a Pedro de Araújo Lima.** Goiás, 28 de março de 1838.

Lata 215 Doc. 9. **Carta de D. Manoel, Bispo de São Paulo.** São Paulo, 30 de outubro de 1837.

Lata 207 Pasta 6. **Carta de Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira para Pedro de Araújo Lima.** Algodóais, 30 de outubro de 1837.

Lata 207 Pasta 100. **Carta de Carlos Carneiro de Campos a Pedro de Araújo Lima.** São Paulo, 6 de dezembro de 1837.

DL 214.39. **Carta de Bernardo Pereira de Vasconcellos a Pedro de Araújo Lima.** S. Casa, 25 de junho de 1836.

Lata 207 Pasta 99. **Carta de Miguel Calmon du Pin e Almeida para Manoel Antonio Galvão.** Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1837.

Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá para Pedro de Araújo Lima.** Itaparica, 7 de fevereiro de 1838.

Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá para Pedro de Araújo Lima.** Quartel da Bahia, 30 de março de 1838.

Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá a Pedro de Araújo Lima.** Bahia, 10 de maio de 1838.

Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá a Pedro de Araújo Lima.** Bahia, 20 de maio de 1838.

Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá a Pedro de Araújo Lima.** Bahia, 21 de junho de 1838.

Lata 207 Pasta 7. **Carta do Visconde de Pirajá a Pedro de Araújo Lima.** Bahia, 28 de junho de 1838.

Lata 214 Doc. 48. **Carta de JMGP para Pedro de Araújo Lima.** Bahia, 10 de agosto de 1840.

Lata 207 Pasta 101. **Carta de Francisco Luis da Costa Guimarães para Pedro de Araújo Lima.** Rio Grande do Sul, 5 de janeiro de 1838.

Lata 207 Pasta 101. **Carta de Francisco Luis da Costa Guimarães para Pedro de Araújo Lima.** Rio Grande do Sul, 21 de fevereiro de 1838.

Lata 207 Pasta 101. **Carta de Francisco Luis da Costa Guimarães para Pedro de Araújo Lima.** Rio Grande do Sul, 19 de abril. Sem ano. Ainda, o contexto mostra ser de 1838.

Lata 214 Doc. 48. **Carta anônima para Pedro de Araújo Lima.** Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1839.

Lata 214 Pasta 46. **Carta Anônima para Pedro de Araújo Lima.** Pernambuco, 8 de abril de 1840.

Lata 214 Pasta 47. **Carta de Francisco de Souza Martins sem destinatário (provavelmente Pedro de Araújo Lima).** Ceará, 2 de maio de 1840.

Lata 214 Pasta 52. **Carta de Antonio Peregrino Maciel Monteiro para Pedro de Araújo Lima.** 22 de maio de 1845.

Lata 215 Doc. 9. **Carta de D. Manoel , Bispo de São Paulo para Pedro de Araújo Lima.** São Paulo, 6 de novembro de 1838.

DL. 210.36. **Declaração de João Rodrigues de bens carregados a Pedro de Araújo Lima.** Pernambuco, 1 de abril de 1839.

DL. 210.36. **Nota do Capitão do brigue São João Batista.** Pernambuco, 13 de abril de 1839.

DL. 210.36. **Carta de Manoel Gonçalves da Silva a Pedro de Araújo Lima.** Pernambuco, 15 de abril de 1839.

DL. 210.36. **Carta de Manoel Gonçalves da Silva a Pedro de Araújo Lima.** Pernambuco, 13 de abril de 1839.

DL.210.36. **Carta de Manoel Gonçalves da Silva a Pedro de Araújo Lima.** 20 de julho de 1840.

Lata 210 Documento 38. **Carta de Pedro de Araújo Lima a Samuel Phillips.** Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1840.

Lata 215 Doc. 33. **Carta do provincial dos carmelitas do Rio de Janeiro, frei José da Conceição Meirelles, admitindo o Marquês de Olinda como irmão confrade.** Rio de Janeiro, 20 de abril de 1857.

Lata 213 Documento 122. **Carta do Conde da Boa Vista (Francisco do Rego Barros) para o Marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima).** 17 de setembro de 1863.

LATA 213 DOC 99. NOTAÇÃO : DL 213 A . 99. **Carta do Marquês de Abrantes para o Marquês de Olinda.** Rio de Janeiro, 29 de março de 1863.

LATA 213 DOC 99. NOTAÇÃO : DL 213 A . 99. **Carta do Marquês de Abrantes para o Marquês de Olinda.** Rio de Janeiro, 5 de abril de 1863.

DL 213.38. **Carta de Sinimbu para o Marquês de Olinda.** Rio de Janeiro, 14 de abril de 1863.

DL 213.38. **Carta de Sinimbu para o Marquês de Olinda.** Rio de Janeiro, 19 de abril de 1863.

Lata 207 Pasta 115. **Carta de Alexandre José de Mello Moraes para o Marquês de Olinda.** 3 de maio de 1867.

DL. 215.47. **Mensagens e respostas de cumprimentos. Cumprimento da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco.** 10 de março de 1854.

DL. 215. 42. **Mensagem de cumprimentos das Câmaras Municipais de Olinda, Igarassu, Goiana, Nazaré, Rio Formoso, Ipojuca, Vila Bela, Flores e Ouricuri.** 30 de abril de 1864.

BR RJ IHGB 77 ACP Visconde do Uruguai. DL15,27. **Carta de Paulino José Soares de Souza Filho ao Marquês de Olinda.** 25 de junho de 1866.

Arquivo Dom Lamartine da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife.

Livro de óbitos da Igreja do Corpo Santo. 1831 – 1841.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

Passaportes de Navios. RP. 228. 2319, registro 49. 10 de dezembro de 1838. São José. Delfino Gonçalves Pereira Lima.

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)

Arquivo Visconde de Camaragibe

Caixa 1. **Carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.** Rio de Janeiro, 08 de julho de 1831.

Caixa 1. **Carta de “O Miguel” para o Visconde de Albuquerque.** Recife, 13 de setembro de 1844.

Caixa 1. **Carta de Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.** Rio de Janeiro, 9 de março de 1846.

Caixa 1. **Carta do padre Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1854.

Caixa 1. **Carta de José Tomás Nabuco de Araújo para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1855.

Caixa 1. **Carta do Monsenhor Pinto de Campos ao Visconde de Camarabibe.** Rio, 14 de maio de 1855.

Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1856.

Caixa 1. **Carta do Marquês de Olinda para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1856.

Caixa 1. **Carta de José Bento da Cunha Figueiredo para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1856.

Caixa 1. **Carta de Antonio Coelho de Sá e Albuquerque para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1856.

Caixa 1. **Carta de José Bento da Cunha Figueiredo para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1856.

Caixa 1. **Carta de José Tomás Nabuco de Araújo para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1856.

Caixa 1. **Carta do padre Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 14 de maio de 1855.

Caixa 1. **Carta de José Tomás Nabuco de Araújo ao Visconde de Camaragibe,** Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1856.

Caixa 1. **Carta de José Tomás Nabuco de Araújo ao Visconde de Camaragibe,** Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1857.

Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 26 de maio de 1858.

Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 11 de junho de 1858.

Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 25 de junho de 1858.

Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 09 de julho de 1858.

Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 15 de julho de 1858.

Caixa 1. **Carta do padre Joaquim Pinto de Campos para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1858.

Caixa 1. **Carta do Visconde de Albuquerque para o Visconde de Camaragibe.** Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1863.

Caixa 1. **Carta de “O Pernambucano” ao Visconde de Camaragibe,** Corte, 24 de março de 1863.

Caixa 1. **Carta de Joaquim Pires Machado Portella ao Visconde de Camaragibe,** Recife, 27 de abril de 1863.

Caixa 1. **Carta de Manoel Carneiro de Souza Lacerda ao Visconde de Camaragibe,** Recife, 16 de maio de 1863.

Coleção Inventários

Inventário de D. Maria Rita de Albuquerque e Mello. Caixa 5, 669, 1817.

Inventário de Rita Florência de Lima. Recife, 1836.

Inventário de Antonio Marques da Costa Soares. 1838.

Inventário do Comendador Manoel Gonçalves da Silva. 1862.

Inventário da Baronesa de Muribeca. 1887.

DIGITALIZADAS

Debates Parlamentares – Portugal

<http://debates.parlamento.pt/> -

<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/165/1821-08-31/2099>

Site da Assemblée Nationale – França

http://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num_dept%29/12069 .

Site da Arquidiocese de São Paulo

<http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-manuel-joaquim-goncalves-de-andrade> .

Site da Faculdade de Direito de São Paulo

http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_01.php.

Site do Senado Federal

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdfdigitalizado/Anais_Imperio/1850/1850%20Livro%205ok.pdf

Site Slave Voyages

<http://www.slavevoyages.org>

Projeto Resgate Barão do Rio Branco (Biblioteca Nacional) – Digitalizada e Manuscrita

AHU_ACL_CU_015, Cx. 227, D. 15372.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D.14966.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 227, D. 15372.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 146, D. 10679.

AHU_ACL_CU_015, CX. 255, D. 17102.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8415.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 184, D. 12797.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 153, D. 11051.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 249, D. 16687.

AHU_ACL_CU_015, Cx.234, D. 15797.

AHU_ACL_CU_003, Cx. 41, D. 3287.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 281, D. 19119.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 283, D. 19295.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 290, D.20028.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 281, D.19122.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 278, D. 18770.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 286, D. 19617.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 294, D. 20858.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 277, D. 18627.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 284, D. 19436.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 279, D. 18852.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 279, D. 18853.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 194, D. 13358.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 267, D. 17847.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 276, D. 18552.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 288, Doc. 19830.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 283, D. 19296.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 255, D. 17109.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 216, D. 14635.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Anais do Parlamento Brasileiro

Assemblea Geral Legislativa. Camara dos Srs. Deputados. 1837. Não há as outras indicações; entretanto, é o volume II do ano de 1837.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro Anno da Quarta Legislatura. Sessão de 1838. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typographia da Viúva Pinto & Filho, 1887.

Annais do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Segundo Anno da Quinta Legislatura. Segunda Sessão de 1843. Tomo Terceiro. Rio de Janeiro: Typographia da Viúva Pinto & Filho, 1883.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da sexta legislatura. Segunda sessão de 1845. Colligidos por Antonio Henoch dos Reis. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Hippolyto J. Pinto, 1881, N° 00002B

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro anno da oitava legislatura. Sessão de 1850. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1879.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Quarto Anno da Oitava Legislatura. Sessão de 1852. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1877.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Quarto Anno da Oitava Legislatura. Sessão de 1852. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1877.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Primeiro Anno da Nona Legislatura. Sessão de 1853. Tomo Terceiro. Rio de Janeiro: Typographia – Parlamentar, 1876.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Segundo anno da decima legislatura. Sessão de 1858. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados. Terceiro Anno da Duodécima Legislatura. Sessão de 1865. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1865.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Quarto Anno da Duodécima Legislatura. Sessão de 1866. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1866.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs Deputados. Quarto Anno da Duodécima Legislatura. Sessão de 1866. Tomo 4. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1866.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Segundo Anno da Décima-terceira Legislatura. Sessão de 1868. Tomo 2. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1868.

*Periódicos***A Aurora Fluminense****A idade d'Ouro do Brazil****A Reforma****Correio Mercantil****Diário Mercantil****Diario de Notícias****Diario de Pernambuco****Diario de S. Paulo****Diário do Governo****Diário do Rio de Janeiro****Diário Fluminense****Diário Novo****Folhinha de almanak ou Diario Ecclesiastico e civil para as Provincias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceara e Alagoas para o Anno de 1859.** Pernambuco: Typographia de M.F. de Faria, 1858.**Gazeta de Notícias****Gazeta do Rio de Janeiro****Gazeta extraordinária do Rio de Janeiro****Jornal do Commercio****Jornal do Recife****Marmota Fluminense****O Apóstolo****O auxiliador da indústria nacional.****O Cearense****O Chronista****O Cruzeiro****O Echo da Religião e do Império****O Grito Nacional****O Liberal****O Liberal Pernambucano****O Mercantil****O Mercurio****O Pará****O Parlamentar****O Regenerador****O Republico****O Sete d'Abril****Opinião Liberal****Revista Illustrada****Semana Illustrada****Semanario Mercantil****The Anglo-Brazilian Times****D. PEDRO II. Diário de 1862.** in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Anuário do Museu Imperial.** Volume XVII. Petrópolis, 1956.

Companhia Editora de Pernambuco – Coleção Jornais Século 19

A voz do Bebiribi

Google Books

Correio do Porto. Porto, 8 de janeiro de 1822. Nº 7.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle de Biase. **De “Angelo dos retalhos” a Visconde de Loures: a trajetória de um traficante de escravos (1818 – 1858).** Recife: UFPE. Dissertação de Mestrado, 2016.
- ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo.** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.
- ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista.** Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1893. Acessado em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000018504&bbm/4647#page/1/mode/2up>.
- ALENCAR, José de. O Rio de Janeiro, verso e reverso. In: ALENCAR, José de. **Comédias.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ALMEIDA, Tito Franco de. **O Conselheiro Francisco José Furtado.** Biographia e estudo de História Política Contemporanea. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemert, 1867. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242423> .
- ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. **O Golpe Parlamentar da Maioridade.** Brasília: Senado Federal, 1978.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. Rebeldes e rebeldias na Bahia do século XIX. In: **Clio. Revista de Pesquisa Histórica.** Recife: UFPE, 2004, Nº 20, 2004.
- ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia.** Fac-simile. Pernambuco: Typographia União, 1847.
- ARMITAGE, João. **História do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena.** Coimbra: Minerva, 1999.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da imprensa: Brasil, 1800 – 1900.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARMAN, Roderick J. **Imperador Cidadão e a construção do Brasil.** São Paulo: Unesp, 2012.
- BASILE, Marcello. Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas. In: CARVALHO, José Murilo de.; CAMPOS, Adriana Pereira. **Perspectivas da cidadania no Brasil Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BASILE, Marcello Otávio de Campos. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda Leite. **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
- BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial: Volume II (1831 – 1870).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. **Jardim regado com lágrimas de saudade.** Morte e cultura visual na Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

- BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, motins, revoluções** – Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.
- BETHEL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. **Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos** – correspondência 1880 – 1905. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2008.
- BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. Da independência a 1870. Volume III. São Paulo: Edusp, 2009.
- BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: UFPE, 2012.
- Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2011.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionario Bibliographico Brasileiro**. 4º volume. Conselho Federal de Cultura, 1970. Edição fac-similar da de 1898. <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295740#page/3/mode/1up> .
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728. Acessado em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1>.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **D. Maria II**. Lisboa: Temas e Debates.
- BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BURKE, Peter. **Montaigne**. São Paulo: Loyola, 2006.
- CADENA, Paulo Henrique Fontes. Dívidas e fortuna ou riqueza e destino: o caso dos Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco. (1801 – 1880). In: **Clio. Revista de Pesquisa Histórica**. Nº 33.2, Recife: UFPE, 2015, pp. 11 – 42.
- CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado**. Trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque. (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EdUFPE, 2013.
- CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, Motins, Revoluções**. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 355 – 389.
- CÂMARA CASCUDO, Luis da. **O Marquez de Olinda e seu tempo. (1793 – 1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- CAMPELLO, Netto. **História Parlamentar de Pernambuco**. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Momentos decisivos. 1750 – 1880. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012.
- CAPELA, José. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique**. Porto: Afrontamento, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. Apresentação. In: ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. Rio de Janeiro: ABL, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. Ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de.; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina.; VAZ, Maria João. (orgs.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

- CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821**. Brasília: Senado Federal, 2003.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Apresentação. In: CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado**. Trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque. (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EdUFPE, 2013.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. João Pataca e a sua “quadrilha mais mansa” do Quilombo do Catucá. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.
- CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade**. Rotinas e Rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: EdUFPE, 2010.
- CARVALHO, Marcus J.M. de. Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Volume II. 1831 – 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 121 – 183.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. O “cálculo dos traficantes”: o tráfico Atlântico de escravos para Pernambuco (1831 – 1850). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Tomo 158, Nº 396, Julho/Setembro de 1997.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. O desembarque nas praias – O funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. **Revista de História**. São Paulo, nº 167, julho/dezembro de 2012. Acessado em: <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/1023/0>, aos 25 de julho de 2013.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. “Quem furta mais e esconde”: o roubo de escravos em Pernambuco, 1832 – 1855. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo 150, Nº 363, abril/junho de 1989.
- CARVALHO, Marcus J.M. de. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacobinos”: a Cabanada, 1832 – 1835. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, motins, revoluções**. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 167 – 200.
- CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana”, 1831 – 1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Dispersão e unidade**. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, volume 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CERVANTES, Miguel de. **Novelas exemplares**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão – Ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHARLE, Christophe. **Los intelectuales en el siglo XIX**. Precursores del pensamiento moderno. Madrid: Siglo XXI, 2000.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de medicina popular e das ciencias accessorias ... 6. ed. consideravelmente aumentada, posta a par da ciência**. Paris : A. Roger & F. Chernoviz, 1890. Acessado em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/4>.
- COSTA PORTO, José. **O Marquês de Olinda e o seu tempo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823 – Tomo I e III. Brasília: Senado Federal, 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial** – origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

DOMINGUES DA SILVA, Daniel Barros; ELTIS, David. The slave trade to Pernambuco, 1561 – 1851. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David (eds.). **Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database.** New Haven: Yale University Press, 2008.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra** – Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia da Letras, 2013.

DOURADO, Bruna Iglesias Motta. Categorias comerciais e distinção social: o papel do comércio de grosso trato na consolidação do Estado Imperial Brasileiro, Pernambuco. In: **Anais do VII Encontro de Pós Graduação em História Econômica & 5ª Conferência Internacional de História Econômica.** Rio de Janeiro: UFF, 2014.

Eleição de 1863 em Pernambuco por Filopemen. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria & Filho, 1863.

ELIAS, Norbert. **Mozart** – Sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic slave trade.** New Haven/London: Yale University Press, 2010.

ESTAFANES, Bruno Fabris. **Conciliar o Império** – O Marquês de Paraná e a política imperial – 1842 – 1856. São Paulo: Annablume, 2013.

Falás do Trono – Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1977.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. Prefácio: A parábola do Bom Senhor: Escravidão, fé e martírio. In: STOWE, Harriet Beecher. **A cabana do Pai Tomás.** Barueri: Amarelly, 2016.

FERRO, Marc. **História de França.** Lisboa: 70.

FILIPPINI, Michele. Direção. in: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017.

FLEIUSS, Max (org.). Notas do Imperador ao livro do conselheiro Tito Franco de Almeida sobre “O Conselheiro Francisco José Furtado, coligidas por Max Fleiuss.”. in: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, Tomo LXXVII, parte I, 1915.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras.** Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FONSECA, Zilda. **Desbravadores da Capitania de Pernambuco.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

FURTADO, Junia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bessanezi. **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009, pp. 93 – 118.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho.** São Paulo: Paulus, 2010.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como – Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989.

GLEDSON, John. Casa Velha: Um subsídio para melhor compreensão de Machado de Assis. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Casa Velha.** Rio de Janeiro: Garnier, 1999.

GLEDSON, John. **Machado de Assis** – ficção e história. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOMES, Amanda Barlavento. **A trajetória de vida do Barão de Beberibe,** um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 – 1855). Recife: UFPE. Dissertação de Mestrado. 2016.

- GRANOVETTER, Marks. La fuerza de los lazos débiles. Revisión de la teoría reticular. In: REQUENA SANTOS, Félix. **Análisis de redes sociales**. Orígenes, teorías y aplicaciones. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/ Siglo XXI, 2012.
- GRINBERG, Keila. Constituição. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos. In: Dantas, Monica Duarte. **Revoltas, Motins, Revoluções**. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial**: Os casos da Sociedade Bancária *Mauá, MacGregor & Cia.* (1854 – 1866) e da firma inglesa *Samuel Phillips & Cia.* (1808 – 1840). São Paulo: Alameda, 2012.
- GUIMARÃES, Lúcia. D. Pedro II. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- HESPANHA, Antonio Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na trama das redes – Política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HILL, Christopher. **O século das revoluções 1603 – 1714**. São Paulo: UNESP, 2012.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã** ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HÖRNER, Erik. Cidadania e insatisfação armada: a “Revolução Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. In: DANTAS, Monica Duarte. **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 329 – 354.
- IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria. Actores y redes sociales en Historia. In: VEJA, David Carvajal de la; AÑÍBARRO RODRÍGUEZ, Javier; VÍTORES CASADO, Imanol. **Redes Sociales y económicas en el mundo bajomedieval**. Valladolid: Castilla Ediciones, 2011, pp. 19 – 33.
- IMÍZCOZ, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. Economía Doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane (eds.). **Economía Doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen**. Madrid: Sílex, 2010.
- JODOROWSKY, Alejandro; COSTA, Marianne. **O caminho do tarot**. São Paulo: Campos, 2016.
- KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil – Províncias do Norte**. Brasília: Senado Federal, 2008.
- KRAAY, Hendrik. “Tão assustadora quanto inesperada”: a Sabinada baiana, 1837 – 1838. In: DANTAS, Monica Duarte. **Revoltas, Motins, Revoluções**. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 263 – 294.
- KUGELMAS, Eduardo. Pimenta Bueno, o jurista da Coroa. In: KUGELMAS, Eduardo (org. e intro.). **José Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente**. São Paulo: 34, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **Para uma outra Idade Média – Tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- LE GOFF, Jacques. **São Luís – Biografia**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2002.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LIMA, Israel Souza. **Biobibliografia dos patronos: Maciel Monteiro e Manuel Antônio de Almeida**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012. Acessado em:

http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/biobibliografia_dos_patronos_maciel_monteiro_e_manuel_antonio_de_almeida.pdf

LYRA, Heitor. **História de D. Pedro II. Ascensão 1825 – 1870**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Segundo Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179448>.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Segundo Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876. Acessado em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4086> .

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Anno Biographico Brasileiro**. Terceiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179448> .

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Considerações sobre a nostalgia**. Campinas: UNICAMP, 2004.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Casa Velha**. Rio de Janeiro: Garnier, 1999.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Esau e Jacob**. Rio de Janeiro/ Paris: H. Garnier, 1904, pp. 143 – 144. Acessada em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00204600#page/7/mode/1up>, aos 15 de setembro de 2016.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Esau e Jacó. In: **Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis** – volume 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Galeria póstuma. In: GLEDSON, John (org.). **50 contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O Velho Senado. In: **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro: Sociedade – Revista Brasileira, Tomo décimo quarto, 1898, pp. 257 – 271.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **O velho senado**. Brasília: Senado Federal, 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos Livres** – A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial – Volume I – 1808 – 1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tamis. Azeredo Coutinho, Visconde de Araruama e a *Memória sobre o comércio de escravos* de 1838. In: **Revista de História**. São Paulo, Nº 152, 2005, pp. 99 – 126.

MARTINS, Henrique. **Lista Geral dos Bachareis e Doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife desde sua fundação em Olinda, no anno de 1828, até o anno de 1931**. Recife: Typographia Diário da Manhã, 1931.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores & Negociantes**. História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 403 – 434.

MASSA, Jean-Michel. A biblioteca de Machado de Assis. In: JOBIM, José Luís (org.). **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Topbooks.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MATTOSO, José. **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Temas e Debates, 2014.

- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- MELLO MORAES, Alexandre José de. **Biographia Do Exm. Sr. Marquez de Olinda**. Rio de Janeiro: Tipografia de PINHEIRO & comp., Rua Sete de Setembro, N. 165, 1866. (IHGB. Cod. 193.6.27 n.2.).
- MELLO MORAES, A.J. de. **Biographia do Senador Diogo Antonio Feijó**. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Editor J.J. do Patrocínio, 1861.
- MELLO MORAES, Alexandre José de. **História do Brasil-Reino e do Brasil-Império**. Tomo 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- MELLO MORAES FILHO. **O Dr. Mello Moraes**. Rio de Janeiro: Imprensa a Vapor Lombaerts & Comp. 1886. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221738>.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência**. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed.34, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Frei Caneca ou a outra Independência. In: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. São Paulo: 34, 2001.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 385 – 437.
- MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. **Chronica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849**. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil de J. J. da Rocha, 1850.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820 – 1840). São Paulo: HUCITEC, 2010.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial. (1820 – 1840). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- MOREL, Marco. **O período das Regências. (1831 – 1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.
- NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- Necrologia do Senador Diogo Antonio Feijó escrita por *** e publicada pelo Dr. Mello Moraes (A.J. de)**. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira – Editor J.J. do Patrocínio, 1861.
- NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order**. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831 – 1871. California: Stanford University Press, 2006.
- NIEDERBACHERS, Bruno. A alma humana: o caso de Agostinho para o dualismo corpo-alma. In: MECONI, David Vicent; STUMP, Eleonore. **Agostinho**. São Paulo: Ideias & Letras, 2016.
- NOGUEIRA, Octaciano. (org.). **Constituições Brasileiras**. Volume I. 1824. Brasília: Senado Federal, 2012, p. 91. Acessado em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf?sequence=5.
- NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará. Período Regencial. 10º. Presidente Bacharel Francisco de Souza Martins. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Ano XV, 1901.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- Organizações e Programas Ministeriais**. Regime Parlamentar no Império. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.
- OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. **Minha Meninice & outros ensaios**. Recife: Massangana, 1988.
- OTTONI, Cristiano Benedito. **Autobiografia de C. B. Ottoni**. Brasília: Senado Federal, 2014.

- PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil. 1826 – 1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PEDRO II. **Diário** – Volume 3 – Viagem à costa leste – 2ª parte (Pernambuco) – 19/11 a 23/12/1859. Acesso em: http://www.museuimperial.gov.br/images/stories/imagens_museu/PDF/Diarios-imperador/vol03.pdf.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos (1834 – 1850)**. Volume X. Recife: Arquivo Público Estadual, 1966.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.
- PEREIRA DAS NEVES, Lúcia Bastos. A Vida Política. In: COSTA E SILVA, Alberto da. **Crise colonial e independência – 1808 – 1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- PEREIRA DAS NEVES, Lucia Maria Bastos. Domingos Borges de Barros. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- PEREIRA DA SILVA, J.M. **Historia do Brazil de 1831 a 1840**. Governos Regenciais durante a menoridade. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior Typographo – Editor – Typographia Carioca, 1878.
- PEREIRA DA SILVA, J.M. **Memórias do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003.
- Perfis Parlamentares 3 – Nunes Machado**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.
- POITIERS, San Hilario de. **Comentario al evangelio de Mateo**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2010.
- PROSPERI, Adriano. **El Concilio de Trento – Una introducción histórica**. Castilla y León: Consejería de Cultura y Turismo, 2008.
- PROSPERI, Adriano. **Tribunais da Consciência – Inquisidores, Confessores, Missionários**. São Paulo: Edusp, 2013.
- QUINTAS, Amaro. O Sentido Social da Revolução Praieira. In: **Amaro Quintas**, o historiador da liberdade. Recife: CEPE, 2011, pp. 189 – 341.
- RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío**. Política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883 – 1886). Campinas: Unicamp, 2016.
- RAMOS, Ana Flávia Cernic. Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo”. In: CHALHOUB, Sidney; SOUZA NEVES, Margarida de.; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **História em cousas miúdas**. Capítulos de História Social da Crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.
- RAMOS, Rui. Idade Contemporânea (séculos XIX – XXI). In: RAMOS, Rui (coord.). **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M.de. **O Alufá Rufino – tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822 – c. 1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**. A história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. In: REVEL, Jacques. **História e historiografia – exercícios críticos**. Curitiba: UFPR, 2010.
- RICCI, Magda. **Assombrações de um padre Regente**. Diogo Antonio Feijó (1784 – 1843). Campinas: UNICAMP, 2001.
- ROCHA, Eduardo José Wanderley. **Pinto de Campos: Um clérigo a serviço do Império**. Recife: Mestrado em História, UFPE, 1986.

- RODRIGUES, Jaime. **O Infame comércio**. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil. (1800 – 1850). Campinas: UNICAMP, 2000.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. **O Império Português**. 1415 – 1808. O mundo em movimento. Lisboa: Clube do Autor, 2016.
- SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. In: **Almanack**, São Paulo, nº 4, segundo semestre de 2012, p.6. Disponível em: <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/840> , Acesso em 15 de julho de 2013.
- SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador** – D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SHAKESPEARE, William. Hamlet. In: SHAKESPEARE, William. **Teatro Completo**. Volume I. Tragédias e comédias sombrias. São Paulo: Nova Aguilar, 2016.
- SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: EdUFPE, 2007.
- SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** – recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Acessado em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/2/ama>.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Pernambuco e a cultura da ilustração**. Recife: EdUFPE, 2013.
- SISSON, S.A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Volumes I e II. Brasília: Senado Federal, 1999.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SOUSA, Otávio Tarquínio de. **Diogo Antonio Feijó**. Brasília: Senado Federal, 2015.
- SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O Sistema Eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal, 1979.
- SOUZA, George Felix Cabral de. **Elites e Exercício do Poder no Brasil Colonial**. A Câmara Municipal do Recife, 1710 – 1822. Recife: EdUFPE, 2015.
- SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & mofatras**. O grupo mercantil do Recife colonial (c.1654 – c. 1759). Recife: EdUFPE, 2012.
- SOUZA LEÃO, Joaquim. **O Marquês de Olinda**. Recife: EdUFPE, 1971.
- SOUZA LEÃO FILHO, Joaquim de Sousa. O Marquês de Olinda. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 291, abril – junho de 1971.
- SOUZA, Luiz de Castro. O Instituto Histórico e o Marquês de Olinda. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, a.169, nº440, julho/setembro de 2008.
- STUDART, Guilherme (Barão de Studart). **Dicionário Bio-Bibliographico Cearense**. Volume Primeiro. Fortaleza: Typo-Lythographia a vapor, 1910.
- SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. **Actores, territórios e redes de poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo**. Curitiba: Juruá, 2011.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. Discurso do Orador o Sr. Dr. Alfredo D'Escragnolle Taunay. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil**. Tomo XXXIII, Parte Segunda. Rio de Janeiro: Garnier, 1870.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. Recife: CEPE, 2017.

TOLLENARE, L.F. de. **Notas dominicais** – Tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Recife: EdUPE, 2011.

VEIGA, Gláucio. O Desembarque de Sirinhaém. In: VEIGA, Gláucio. **O Gabinete Olinda e a política pernambucana. O Desembarque de Sirinhaém**. Recife: EdUFPE, 1977.

VIANA FILHO, Luís. **A vida de José de Alencar**. São Paulo: UNESP/ Salvador: EDUFBA, 2008.

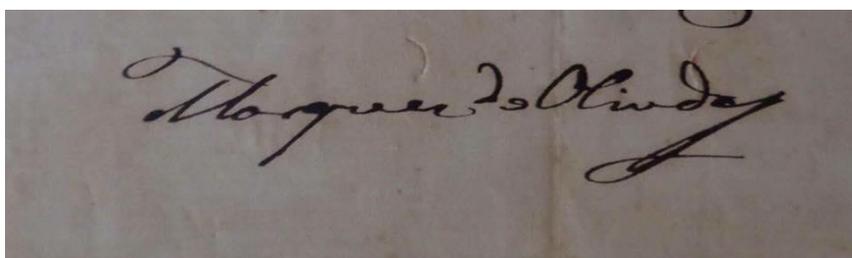
VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788 – 1822)**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

ANEXO A - IMAGENS

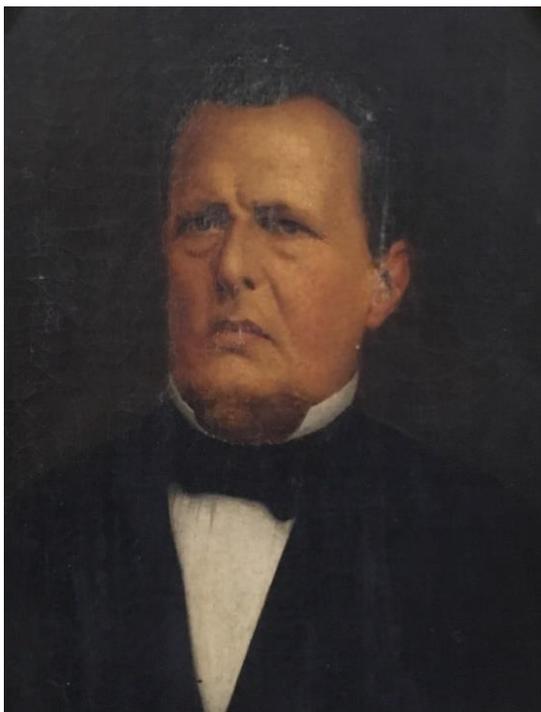
Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda. Quadro pertencente ao Museu do IAHGP.



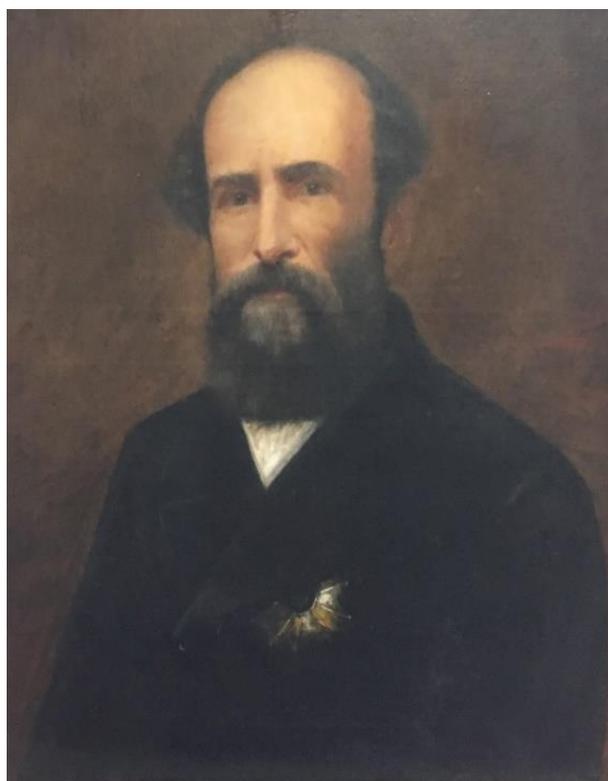
Detalhe do quadro de Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda. Quadro pertencente ao Museu do IAHGP.



Assinatura do Marquês de Olinda. Detalhe da Carta do Marquês de Olinda para o Visconde de Camaragibe, acondicionada no Arquivo Visconde de Camaragibe do IAHGP.



Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque. Quadro pertencente ao Museu do IAGHP.



Francisco do Rego Barros, Barão e Conde da Boa Vista. Quadro pertencente ao Museu do IAHGP.



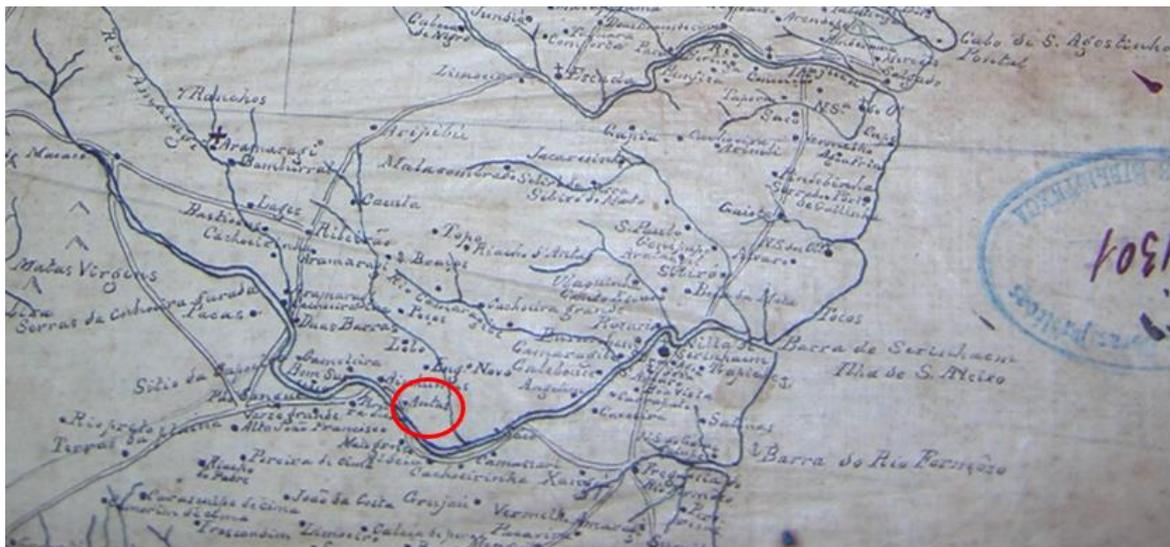
D. Pedro I. Quadro pertencente ao Museu do IAHGP.



D. Pedro II aos 10 anos. Quadro pertencente ao Museu do IAHGP.



Litografia de Sebastien Auguste Sisson. 1861. Acessado em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3523>



Localização do Engenho Antas em Sirinhaem. Detalhe de Mapa. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Mapa nº 1301.